ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA DE SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES DE DR. ALFREDO FREIRE

Inspetor Técnico

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

1º DE JULHO DE 1958

OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS
NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XVIII VOLUME

RIO DE JANEIRO
1958

PREFÁCIO

ÊSTE VOLUME trata de um Estado de extraordinária significação histórica e com uma sólida estrutura econômica; Estado que evoluiu das condições coloniais, guardando desde a índole de seu povo até a própria formação de sua fisionomia social as marcas do passado longínquo. A influência que teve na civilização pernambucana o engenho de açúcar favoreceu o florescimento de uma aristocracia que vem resistindo as avançadas do progresso social, colocando, em frentes campais muito distanciadas, antagonismos doutrinários e interêsses muito distintos. As grandes fortunas vão alijando a classe média na conquista industrial. É o bangüê *que se vai estinguindo na impotência econômica para sobreviver ao lado das grandes usinas altamente mecanizadas. O espetáculo desta luta se manifesta abrindo terreno às eclosões de fôrça dos moradores dos "mucambos", procurando se integrar nas conquistas humanas do progresso. O Estado, por outro lado, oferecendo as três economias diferenciadas do Nordeste — a Litorânea, o Agreste e o Sertão — marca, mais que em qualquer outro, os desníveis acentuados das riquezas nessas zonas de exploração da atividade de sua gente.*

O esplendor de Recife contrasta com a pobreza do Sertão, onde a produtividade baixa como que coloca econômicamente marginal a população escassa que lá habita. Recife se poderia chamar de Veneza brasileira, se não se destacasse da jóia da Itália pelo recorte moderno de sua silhueta e a beleza límpida de suas águas. Petrolina, a cidade mais bonita do sertão pernambucano, funciona como um subúrbio pobre de Juàzeiro, cidade baiana, principalmente depois que se venceu, por uma ponte, a travessia do São Francisco.

Pernambuco se desenvolveu pelo efeito civilizador da Estrada de Ferro Great-Western, que incorporou várias linhas férreas, inclusive as das usinas de açúcar, formando uma notável rêde de transportes que foi criando cidades e povoando o solo.

A Zona Litorânea continuou o cultivo da cana-de-açúcar, desenvolvendo-se a indústria açucareira com uma pujança notável, sobrevivendo às crises que resultaram da prática extinção do comércio dêsse produto com o exterior. Algumas tentativas se realizaram no sentido da introdução do álcool-motor para ampliar a produção das destilarias. Por volta de 1930, todos os veículos de motor a explosão chegaram a consumir sòmente álcool no território do Estado. Depois introduziu-se o uso, em todo o Brasil, de misturas para a formação do comburente nacional onde entrava o álcool-motor com 10%. Essas medidas foram, durante a guerra, muito ampliadas, sendo mesmo aumentado o consumo do álcool-motor com grande sucesso; mas, com a paz foi, pouco a pouco desaparecendo, em razão do seu custo elevado e da limitação de sua produção.

O que vale a pena destacar, entretanto, é a importância da cana-de-açúcar na economia de Pernambuco. É verdade que, em outros pontos do território nacional, se tem ampliado esta indústria, com índices de crescimento maior do que o atingido por êsse Estado. Mas isso não significa uma situação inferior da perspectiva pernambucana, mas apenas, o resultado da atração econômica dos grandes centros ou, em outras palavras, do eixo Rio—São Paulo, onde a distribuição de energia é mais forte e o nível econômico das massas populares mais elevado. Contudo, o Estado se vem industrializando com sucesso e tem diante de si o quadro animador de seu futuro, resultante da construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, e ainda dispondo da notável queda do Urubu que pode servir como ponta de linha para absorver os "piques" na curva de demanda e assim reduzir mais o preço da energia, fundamento do sucesso industrial.

Na zona do Agreste, desenvolve-se a produção algodoeira e de outras fibras, alimentando o parque manufatureiro do Estado, pequeno, sem dúvida, em relação às necessidades do Nordeste.

De fato, o programa de soerguimento econômico do Brasil baseia-se na plataforma política do atual Govêrno da República, que tem como estrutura a Energia e o Transporte e dedica-se a êsses dois têrmos do seu trinômio com o máximo de objetividade, de forma a ampliar a produtividade por unidade humana e, conseqüentemente, abrir largas estradas ao progresso. Como é fatal, essa atividade realizadora se assenta nos núcleos de maior atuação econômica, onde é mais imediata a mobilização do disponível energético. Em conseqüência, oferece-se no futuro próximo um formidável parque industrial para o Brasil, sem possuir mercados consumidores capazes de lhe absorverem o que se estimula na obra patriótica que se vem realizando. Sem dúvida, temos uma realidade neste fomento de produção, sem a contrapartida da absorção das coisas produzidas; o que obrigará a que se provoque um acréscimo de padrão de vida na zona Nordestina, capaz de consumir aquilo que se amplia no programa governamental. Tal perspectiva define, desde logo, a necessidade de uma industrialização mais

intensiva no Nordeste e, em especial, no Estado de Pernambuco, onde a semente histórica lhe dá características essenciais para uma fixação industrial. Essas indústrias de transformação são, além do mais, fomentadoras de mercado de trabalho, tão necessário ao Nordeste para a sobrevivência das populações, nas crises cíclicas de sua economia.

O fenômeno grave das sêcas que assolam o sertão semi-árido nordestino tem sido, na história política do Brasil, a repetição dramática de tragédias sucessivas, tocando a sensibilidade coletiva do coração brasileiro. As sêcas do Nordeste não são apenas resultantes da falta de altura pluviométrica, mas principalmente assumem o caráter de tragédia nacional quando se apresentam ao lado das crises inflacionárias, em que o poder aquisitivo da moeda se degrada.

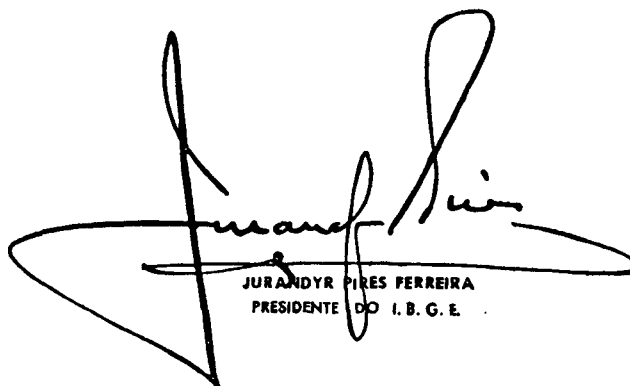
Como a produção agrícola se realiza intermitentemente, a receita que dela advém deverá cobrir o período da improdutividade, para sobrevivência do homem, que a ela se dedica. Se neste lapso de tempo a moeda tem diminuída a sua capacidade aquisitiva, evidentemente está traçado o quadro da miséria que se origina no pauperismo. Aí, os responsáveis pelo destino supremo da nação acodem com a realização de obras de emergência, por vêzes supérfluas, ou pelo menos de baixo rendimento, ante as necessidades ingentes de um povo faminto que clama diante da receptividade sentimental da nação, pelo amparo que lhes deve a sociedade. Alivia-se o sofrimento da grande massa e espera-se que outra tragédia se arquitete na conjuração dêstes fatôres, para nova manifestação aguda em movimentos cíclicos.

Duas medidas se projetam com a urgência que se torna cada vez mais imperiosa: a mecanização das atividades rurais, para ampliar a produtividade agrícola, por unidade de esfôrço humano, elevando o padrão de vida do povo sertanejo, e a mobilização dos excedentes humanos, assim conquistados, na indústria de transformação, necessários a elevar a dignidade do povo nordestino. Essas medidas não são, evidentemente, apenas as caritativas, que normalmente surgem ante o espetáculo dos dramas periódicos, mas elas advêm de necessidade econômica fundamental na previsão do alcance industrial do Brasil, à procura de mercados capazes de absorver as utilidades incrementadas e tornar econômicamente satisfatório o esfôrço realizador do povo brasileiro.

Pernambuco tem nesse ponto uma posição realmente destacada, desenvolvendo-se do Sertão ao Agreste a produção de fibras, capazes de alimentar um parque industrial manufatureiro no Estado, com uma alta significação para a economia do país. A produção de papel, de doces e alimentos em conserva, que já apresentam destacado desenvolvimento, poderão vir a representar um espetacular sucesso como absorventes de atividades humanas no mercado de trabalho nordestino.

Ontem se considerava a gleba pela natureza de sua fertilidade; hoje entende-se como suporte de trabalho humano que a fecunda, em razão da atividade que nela se ma-

nifesta. O progresso agronômico e a mecanização da lavoura modificaram os conceitos da terra e até mesmo as novas conquistas das irradiações atômicas favorecem possibilidades totalmente novas para as terras outrora estigmatizadas com a pecha de sua aridez.

Por outro lado, as açudagens, os problemas de irrigação e os complementos da técnica da exploração do solo permitem estimar-se de forma diferente as condições de produtividade das terras. Sem dúvida, como já nos referimos em outro prefácio, as condições climatéricas e, principalmente, a temperatura de conforte, lida no termômetro úmido, dão de sobejo, ao sertão nordestino, razões para a sua baixíssima produtividade. O homem funciona, como qualquer animal, como uma máquina térmica oxidando carbono em sua intimidade celular. Assim, o seu rendimento muscular se fixa em razão das temperaturas extremas em que funciona: temperatura interna e temperatura externa. Quando se aproximam as duas temperaturas, há um desgaste humano para modificar a temperatura externa, que se obtém pela sudação que se evapora, roubando calorias pela transformação de qualidade que realiza. Quando a atmosfera não oferece um grau de secura necessária à absorção mais rápida desta evaporação, o rendimento cai ainda mais. De qualquer modo, o pouco trabalho que produz o esfôrço muscular nordestino é ainda obtido à custa dêste desgaste orgânico que se acentua. A mecanização da atividade rural, eliminando o esfôrço muscular, abre um campo inteiramente novo para as possibilidades produtivas do sertão. Além disso, ocupa menor potencial humano para a mesma produtividade e libera homens que se irão dedicar a outras atividades produtivas.

E deve-se levar em conta ainda que o pauperismo impõe deficiências alimentares que agravam êste problema.

Assim, Pernambuco exprime, no quadro do Nordeste brasileiro, a zona-pilôto de uma intensificação racional de atividades capazes de dirimir as crises cíclicas que assolam, vez por outra, o Sertão nordestino. Tem, êle, a sua situação geográfica muito característica para a atração de atividades nordestinas: Frente ao mar, apresenta na sua orla litorânea o maior desenvolvimento econômico nordestino; o Agreste, também, se destaca com as sementes de sua industrialização e o Sertão, que se debruça sôbre as águas do São Francisco, harmoniza-se com os demais aspectos desta zona subdesenvolvida, que está à espera de receber o lenitivo das conquistas do progresso, definidas nesta mutação das características dos meios de produção.

De Petrolina sai a Estrada de Ferro Petrolina—Teresina, que se articula com a Leste Brasileiro e que venceu já todo o território pernambucano para, há tanto tempo, estacionar em Paulistana, embora seu leito já tenha avançado, e muito, no vale coleante do Canindé, à procura de sua articulação com a Teresina—São Luís, antiga Estrada de Ferro São Luís a Caxias, e formar então a grande transcontinental, que ligará São Luís do Maranhão ao extremo sul do país.

Pernambuco, com tôdas as características de seu progresso, mantém, ainda, a ingenuidade de sua tradição, no "folclore" de suas danças e na bizarria de seus cultos populares. Têm profundo encanto as festas de suas datas principais, onde a tradição se mescla à ingênua imaginação de um povo que conquistou a sua liberdade política nas lutas ingentes da expulsão dos invasores, e cristalizou a sua formação étnica nas manifestações libertárias de suas revoluções.

Pernambuco foi chamado o "Leão do Norte", pela valentia de seu povo e pela lealdade de sua gente, tão bem sintetizadas nas figuras dos revolucionários de 1818. É sem favor o centro do desenvolvimento do Nordeste, donde se espraiam os estímulos de progresso. Valeu-se, e muito, da situação geográfica de Recife, de onde partiam as estradas criadoras da civilização. O pôrto de Recife ainda é o centro mais forte da exportação nordestina: o pulmão econômico por onde respira tôda esta região.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

Pernambuco é um Estado cuja História muito tem da História do Nordeste brasileiro; cujas condições físicas do seu território muito tem das condições físicas de todo o Nordeste tradicional; cuja ocupação humana e atividades produtivas muito tem daquelas que caracterizam tôda a região do Nordeste. Mas é ainda mais: o seu atual e mais pronunciado desenvolvimento econômico é uma visão do que podem atingir as outras áreas da região e as suas perspectivas ainda mais florescentes são, sem dúvida, as perspectivas do próprio Nordeste Brasileiro.

A História e a Geografia de Pernambuco estão ìntimamente associadas à História e à Geografia do Nordeste.

Só pretendemos esboçar aqui alguns aspectos geográficos, que se apresentam, em Pernambuco, numa disposição paralela à costa, em linhas sucessivas do Litoral e Mata, ao Agreste e ao Sertão.

Na realidade, o Agreste constitui uma zona de transição entre a zona da Mata e o Sertão, que estas sim, são as duas paisagens que mais se contrastam no Nordeste.

A diferença entre êstes dois Nordestes — um tão bem descrito na sua estrutura sociológica por Gilberto Freire e o outro analisado por Djacir Menezes em seu "O outro Nordeste" — é uma diferença que existia antes da chegada dos colonizadores portugueses; é inherente ao caracter físico da terra, ou mais pròpriamente, ao complexo de fatôres naturais que compõem a paisagem terrestre onde o homem se implanta. O contraste fundamental entre êstes dois Nordestes embora tornado vivo pela presença e atividades do homem, é dado pelo clima e pelas suas conseqüências no solo e na vegetação.

O litoral do Cabo São Roque para o sul recebe chuvas abundantes e regulares das massas frias oriundas do centro anti-ciclônico do Atlântico Sul. No inverno, quando êste centro avança bem para o norte, as massas frias penetram fundamente na zona tropical, levando o ar frio e úmido até o ponto onde a costa do Brasil inflete para Noroeste, na altura do mencionado Cabo São Roque. As chuvas nesta área são chuvas de outono-inverno. A barreira do maciço da Borborema se de um lado produz as chuvas orográficas que beneficiam a Zona da Mata e um pouco o Agreste, por outro lado produz o efeito clássico dos ventos secos do outro lado da serra. O sertão do Nordeste é sêco no inverno; o seu regime de chuvas é outro.

A massa equatorial atlântica se desloca, no inverno do hemisfério norte, para o sul do Equador, indo levar ar quente e úmido, com regularidade até 4° a 5° de latitude sul. Com menor regularidade, por causa da alta instabilidade destas massas de ar, em todo o Sertão do Nordeste. Aí as chuvas são de verão, e irregulares. Intermitentemente, ocorrem sêcas, catastróficas quase sempre, pois flagelam a população, pela imprevisibilidade do ocorrido de

um lado e pela já baixa capacidade aquisitiva dos habitantes de outro lado, pois ela se reflete na falta de reservas materiais para sobrevivência, mesmo durante um só período.

É claro que há um fenômeno natural da sêca. É claro que a terra em si oferece problemas sérios para sua utilização conveniente. Mas por outro lado devemos considerar que o conjunto dos fatores físicos não são nem favoráveis nem desfavoráveis à implantação do progresso humano.

O Prof. Preston James em seu notável livro: "Geography of Man" exprime com clareza êste conceito: "A Natureza pròpriamente dita é completamente indiferente às aspirações humanas. A terra não é nem amistosa nem inamistosa, exceto devido ao fato de ter o homem sempre personificado as fôrças da natureza em seu redor, dando-lhe atributos humanos. Repetidamente a História oferece exemplos da mudança de habitabilidade de regiões específicas. Os mesmos países que para um povo parecem inóspitos e sem recursos, para um outro povo podem oferecer grandes vantagens para o desenvolvimento da sociedade humana".

Para êle a significação dos elementos físicos da terra dependem do grau de cultura dos seus habitantes, cultura aí tomada no mais amplo sentido sociológico.

O Sertão de Pernambuco é semi-árido. Os seus habitantes vêm sofrendo contìnuamente o flagelo das sêcas periódicas, que se manifesta novamente agora, em 1958, na plenitude de seus efeitos, provocando medidas de amparo que custam caro ao povo, e que não resolvem senão o problema da sobrevivência pura e simples dos que lá estão sofrendo.

Entretanto, parece oportuno agora, examinar o problema à luz de certos fatos. Existem muitas outras regiões semi-áridas ou desérticas no mundo. Muitas delas ocupadas por novos nômades, mas algumas ocupadas por uma população extremamente densa. O vale do Nilo tem mais de 2 000 habitantes por quilômetro quadrado de terra cultivável, uma das maiores densidades do mundo para um povo dependente essencialmente da agricultura.

De um modo geral, na economia intensiva das áreas irrigadas dos desertos, obtém-se os maiores rendimentos por hectare de terra cultivada. A abundância de sol e o ar sêco, a possibilidade de aplicar água às plantas em quantidades calculadas e nos momentos adequados, a riqueza dos solos alcalinos, especialmente nas planícies aluviais dos vales, a prática inexistência de insetos e pragas, são aspectos positivos que se encontram nestas regiões.

O Vale do São Francisco não tem muito de semelhante ao vale do Nilo, no Egito. Mas as suas águas podem ser aproveitadas para irrigação; o formidável potencial de Paulo Afonso poderá oferecer energia para transformação dos produtos básicos da agricultura, e o petróleo da Bahia poderá oferecer suporte para mecanização das atividades rurais, evitando-se a aglomeração excessiva de massas humanas que conseguem obter rendimento para um padrão de vida condigno, mas compensando-se pela referida mecanização nas terras planas do vale, e atingindo-se os mesmos altos rendimentos por unidade de área e per capita que deve ser o ideal coletivo.

Speridião Faissol
Diretor da Divisão de Geografia
do Conselho Nacional de Geografia

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

2 — 24 934

Índice dos Municípios

AFOGADOS DA INGÀZEIRA — PE

Mapa Municipal nº 5.º Vol.

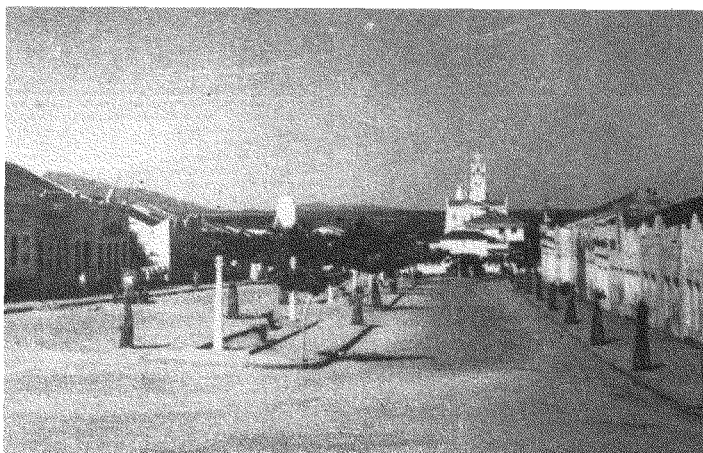
HISTÓRICO — O atual município de Afogados da Ingàzeira teve origem em uma fazenda de criação, denominada Barra da Passagem, pertencente a Manoel Francisco da Silva, que fêz construir uma capela, em 1836, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Remédios que, posteriormente, aumentada, é hoje a matriz da localidade. O desenvolvimento do lugar data de 1860, época em que tomou incremento a edificação, fato devido à proximidade de serras ubérrimas como a da Colônia, encravada em território do município de Flôres, a pouco mais de duas léguas, e as da Conceição e Carapuça, no município, e à margem das duas estradas que comunicam a Capital do Estado com o interior, e com o vizinho Estado da Paraíba. Êsse lugar é a parte mais comercial do município e, se não fôsse o flagelo de repetidas sêcas, a muito desenvolvimento teria atingido. Como origem da denominação Afogados, afirmam estar ligada ao fato de, aí, em tempos idos, um cavaleiro e uma dama, viajantes, tentando atravessar o Pajeú na ocasião de uma de suas enchentes, quando o rio descia caudaloso, terem sido arrebatados pela corrente, desaparecendo ambos, sendo sòmente encontrados, dias depois, os dois cadáveres muito abaixo do sítio do aci-

Vista parcial da cidade.

dente. Por algum tempo foi conhecido o local por Passagem dos Afogados, e depois só pelo último dos nomes era designado. Assim, por vaga tradição, explicam a origem dêsse nome.

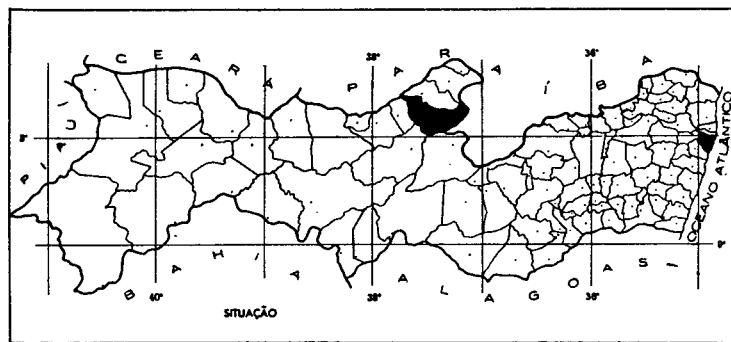
A Lei provincial n.º 295, de 5 de maio de 1852, criou o município de Ingàzeira, com território desmembrado do de Flôres, tendo-se verificado a sua instalação a 7 de janeiro de 1853. O distrito, criou-o, com a denominação de Afogados, a Lei provincial n.º 1 403, de 12 de maio de 1870 ou 1879, Lei que também transferiu para Afogados a sede municipal, retornando a Ingàzeira, por efeito da Lei provincial n.º 1 761, de 5 de julho de 1883, que foi revogada pela de n.º 1 827, de 28 de junho de 1884. Refere-se ainda à criação do distrito de Afogados a Lei municipal n.º 1, de 16 de novembro de 1892. A Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, concedeu foros de cidade à vila de Afogados, que passou a ser tratada como Afogados da Ingàzeira, em virtude de já existir no Recife a freguesia de Afogados. O pôvo acostumou-se a dar ao município os nomes das duas vilas, prevalecendo Afogados da Ingàzeira, denominação que foi confirmada posteriormente. Na Divisão Administrativa, em 1911, o município aparece com o nome de Ingàzeira, figurando com 4 distritos: Afogados da Ingàzeira, Ingàzeira, Espírito Santo e Varas. Segundo o quadro de divisão administrativa, correspondente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério

Praça Domingos Teotônio.

do Trabalho, Indústria e Comércio", o município denomina-se Afogados da Ingàzeira, e compõe-se de 5 distritos: Afogados da Ingàzeira, Espírito Santo, Jangada, Macacos e Varas, aparecendo no de divisão territorial, datado de 31-12-1936, com os de Afogados da Ingàzeira, Espírito Santo, Ingàzeira, Macacos e Varas. De acôrdo com o quadro de divisão territorial datado de 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município constituiu-se dos distritos de Afogados da Ingàzeira, Ingàzeira, Macacos, Varas, Bom Jesus, Solidão e Tabira, notando-se porém, que em 1937 êste último distrito se denominava Espírito Santo. A denominação de Afogados da Ingàzeira foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938. Na divisão territorial, fixada pelo citado Decreto-lei n.º 235, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Afogados da Ingàzeira dividia-se em 7 distritos: Afogados da Ingàzeira, Ingàzeira, Jabitacá (ex-Varas), Macacos, Solidão, Tabira e Tupã (ex-Bom Jesus). Essa situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, a vigorar no período 1944-1948, apenas

Vista da Avenida Rio Branco.

com a alteração do topônimo do distrito de Tupã, que passou a chamar-se Tuparetama. Em virtude da Lei estadual n.º 418, de 31-12-1948, perdeu os distritos de Tabira, Tuparetama, Solidão e Ingàzeira, figurando assim, o município na última lei de divisão administrativa, n.º 1 819, de 30-12-1953, com os distritos da sede, Iguaraci e Jabitacá.

A comarca da Ingàzeira foi criada pela Lei provincial n.º 1 260, de 26 de maio de 1877. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e ...... 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Afogados da Ingàzeira é o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, assim permanecendo nas divisões fixadas posteriormente. Atualmente, o município continua como sede de comarca e tem os mesmos distritos estabelecidos pela divisão administrativa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Afogados da Ingàzeira está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 306 km de distância, em linha reta, da Capital do Estado, na direção O.N.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão. As coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 44' 56",9 de latitude Sul, 37° 38' 04",8 de longitude W.Gr. Altitude — 525 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Sabe-se que, nessa latitude, os principais fatôres que influem para a diferenciação climática, são: a altitude e a precipitação, quer quanto à quantidade, quer quanto ao regime. Afogados pode ser apontado como um exemplo dessa afirmativa. Situado na proximidade da serra da Baixa Verde, tem um clima que contrasta sensìvelmente com o daquela região. Comparando-se os dados pluviométricos da estação de Triunfo a 1 010 metros de altitude com o de Flôres, distante apenas 21 quilômetros, situado porém a uma altitude muito inferior (478 metros) verifica-se a importância das regiões elevadas em meio às planuras do sertão, de precipitação muito mais reduzida: Triunfo: 1 141,7 mm, Flôres: 800,1 mm. Afogados da Ingàzeira está a menos de 50 quilômetros de Flôres. Nesta região portanto, salientam-se como verdadeiras ilhas de clima bem mais ameno, as zonas serranas. Nada obstante êsses fatôres, para o presente caso, assim como para os demais municípios de Pernambuco adotaremos a classificação climática de Köppen. Tipo de clima: *Bshw'* — semiárido quente.

Palácio Episcopal.

ÁREA — 1 407 km².

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Censo de 1950, a população é de 24 373 habitantes: 11 988 homens e 12 385 mulheres. Um estrangeiro presente, do sexo masculino.

Catedral do Bom Jesús dos Remédios.

Densidade demográfica: 17 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 19% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 28 122 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Afogados da Ingàzeira: 4 802 habitantes; duas vilas: Iguaraci, com 1 151, e Jabitacá, com 452 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população (com 15 anos e mais), 49,27% estão ocupados no ramo "agricultu-

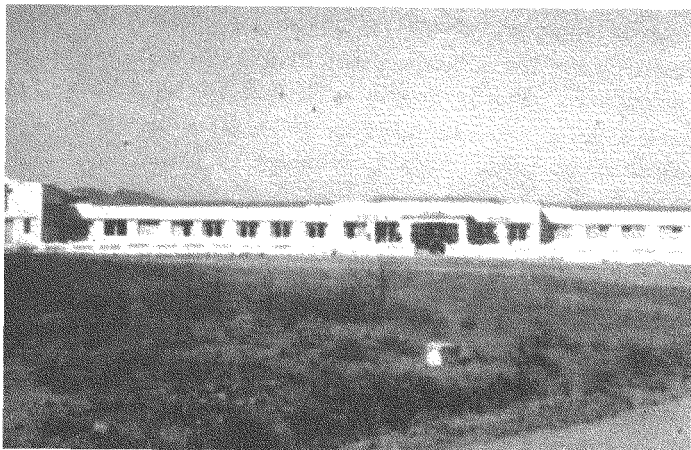
Pôsto de Puericultura

ra e pecuária" e o restante no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Algodão, feijão, milho e cana-de-açúcar são as principais culturas agrícolas do município, com predominância do algodão. Vinte estabelecimentos industriais são encontrados, ocupando 76 pessoas. O volume e o valor das principais culturas agrícolas, em 1955, foi os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão arbóreo..........	Arrôba	1 800 000	16 800 000,00
Cana-de-açúcar...........	Tonelada	4 000	600 000,00
Feijão..................	Saco 60 kg	60 000	13 200 000,00
Milho...................	» » »	95 000	8 550 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Carnaíba, Tabira, Custódia e Sertânia (PE) e Monteiro (PB). É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 395 km da Capital estadual por meio de rodovia, 405 km, por ferrovia, e 330 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal há três estabelecimentos atacadistas e 6 varejistas. O movimento comercial é pequeno e não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — O município possui 37 logradouros dos quais 9 são pavimentados a paralelepípedos, numa área estimada em 20 000 m². Cinco ruas arborizadas e duas ajardinadas. A iluminação é elétrica, fornecida pela Prefeitura Municipal, tendo 562 ligações domiciliárias. Duas agências postais-telefônicas, nas vilas, e uma postal-telegráfica, na sede. Existem quatro hotéis com a diária de Cr$ 100,00; um cinema, cuja lotação é de 560 lugares. Doze automóveis e 17 caminhões matriculados na Coletoria Estadual.

Escola Normal Rural.

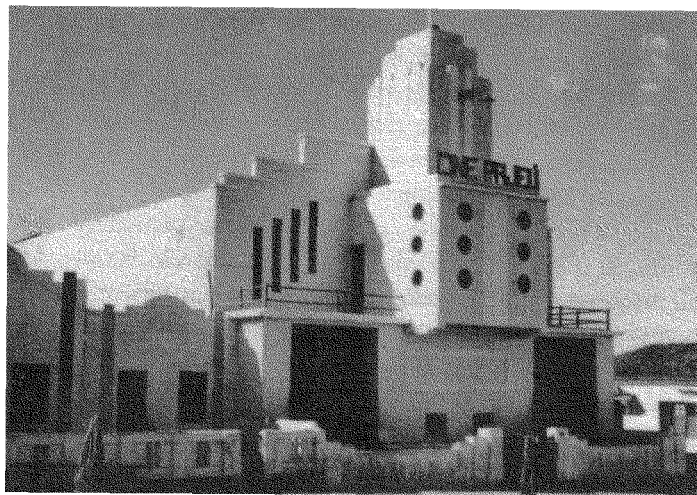
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto Estadual de Higiene; um Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência; dois médicos, duas farmácias e um farmacêutico prestavam assistência à população.

ALFABETIZAÇÃO — Apenas 21% das pessoas presentes, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever, consoante os dados do Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 94 unidades escolares do ensino primário fundamental comum com 3 140 matriculados, 6 do ensino supletivo, 2 do curso complementar e 2 do curso secundário (um ginásio e um normal).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	1 900	631	314	734
1951.......	—	2 003	787	416	680
1952.......	—	2 187	963	545	920
1953.......	—	2 025	1 375	504	1 203
1954.......	—	2 674	1 456	706	1 332
1955.......	—	3 076	1 941	1 093	1 819
1956.......	—	(2) 3 102	1 530	598	1 530

(1) Não tem coletoria Federal. — (2) Até 12-12-1956.

Cine Pajeú

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A 16 de julho de 1956 foi criada a Diocese de Afogados da Ingàzeira, pertencendo à Província Eclesiástica de Olinda e Recife. Dentre os filhos ilustres do município, cumpre ressaltar o nome do Monsenhor Arruda Câmara, Deputado Federal. Tinham assento na Câmara Municipal 9 vereadores, e 8 031 eleitores estavam inscritos por ocasião das últimas eleições. Há um campo de pouso. O Prefeito é o Sr. Possidônio Gomes dos Santos.

(Autor do histórico — Antônio Bezerra de Moura — A.E., com transcrições do "Dicionário Coreográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de Sebastião V. Galvão; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

AGRESTINA — PE

Mapa Municipal na pág. 572 do 4.º Vol.

HISTÓRICO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO DE AGRESTINA, ANTIGO BEBEDOURO — Terminava o ano de 1845, época em que os sertões sentiam com todo o rigor os efeitos de tremenda crise motivada por uma sêca devastadora. Sertanejos diàriamente, desciam, às dezenas e centenas, em demanda do Sul, atraídos pela fartura da zona canavieira. Nesse tempo, a área onde se localiza atualmente a cidade de Agrestina não passava de uma fazenda em miniatura. Meia dúzia de trabalhadores, também sertanejos, atraídos pela água que jorrava espontâneamente de um certo local do terreno, resolveram dar à nascente uma feição permanente, cavando um grande poço, para o abastecimento da população e dos animais, a que deram o nome de Bebedouro. Como não existisse nas cercanias outra fonte de água potável, foram os moradores, bem como os adventícios, se instalando em tôrno do bebedouro, daí nascendo os primeiros casebres de taipa cobertos de telha e, dêsse modo, o lugarejo que passou a ser chamado por Bebedouro deu seus primeiros passos na escala lenta do seu progresso. Como sói acontecer, a influência da religião tem seguido paralelamente à realização humana. Na história dêste município ela toma corpo, gerando iniciativas. Instaladas as primeiras famílias, estas deram início à exploração do terreno adjacente, advindo daí a descoberta de uma imagem de Santo Antônio, talhada em madeira, deixada por algum transeunte menos avisado; o fato é que, julgando tratar-se de um autêntico milagre, o Senhor Miguel Joaquim de Luna Freire, senhor de respeitável idoneidade e querido por todos, coadjuvado pelos não menos respeitáveis, Antônio Bezerra de Andrade, Severino Francisco da Silva, Francisco Antônio da Silva, José Januário de Assunção e seu irmão Manoel Januário de Assunção, lançaram os fundamentos da capela, futura matriz de Agrestina. Isto aconteceu em dias de fevereiro de 1846. Em abril do mesmo ano, a capela estava concluída, escolhendo-se o dia 13 de junho, para a celebração do primeiro ato religioso, o qual constou de um têrço em louvor de Santo Antônio, patrono do lugarejo. Passaram-se os anos. Bebedouro deixa de ser sòmente o ponto de confluência de quem necessita de se abeberar, para tornar-se um aglomerado de pessoas, dispostas a transformá-lo num povoado, numa vila e, posteriormente, cidade. Se à influência da Igreja, deve Agrestina seus primeiros passos, quando ainda Bebedouro, a essa mesma Igreja deve alguns dos seus reveses. Em meados de 1888 não se sabe se oficialmente,

Vita parcial da Rua João Guilherme.

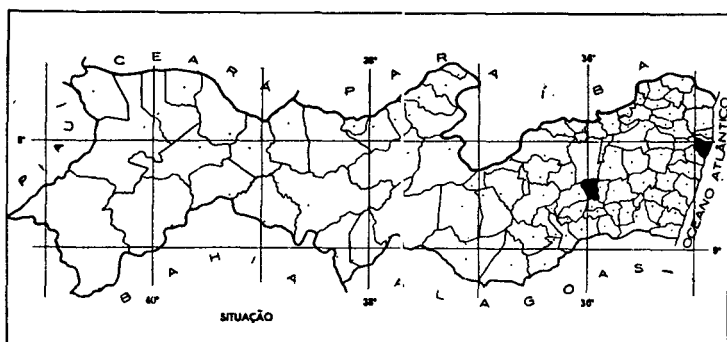
Praça Agamemnon Magalhães, vendo-se ao fundo a Matriz de Santo Antônio.

o certo é que, em virtude de desentendimento entre a família Guilherme, políticos de Caruaru e radicados no município de Bebedouro, e o Pe. Manuel Zacarias, pároco local e prefeito de Altino, de cujo município, Bebedouro fazia parte como 3.º distrito, a sede do govêrno distrital passou ao povoado de Barra do Chata, naquela época com meia dúzia de casebres, passando o povoado em aprêço a gerir os destinos do distrito, no que diz respeito à administração pública e eclesiástica. No povoado passaram a fazer casamentos, batizados, bem como a própria feira foi transferida não sòmente de local, mas de dia de exercício, perdurando ditos acontecimentos até o término do govêrno do padre e prefeito, quando tem início o período áureo da paróquia, passando progressivamente de simples capela a igreja imponente, confrontando com as melhores do Estado, sendo os terços substituídos por novenários e festas tradicionais.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Bebedouro foi criado pela Lei provincial n.º 1 829, de 28 de junho de 1884, e pela Lei municipal n.º 35, de 20 de agôsto de 1900. Por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, Bebedouro foi elevado à categoria de vila. Segundo a Divisão Administrativa, em 1911, Bebedouro é distrito do município de Altinho. O Decreto estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Bebedouro, com território desmembrado do de Altinho. A mesma Lei concedeu à sede municipal foros de cidade, ocorrendo a instalação da nova comuna a 1.º de janeiro de 1929. No quadro de divisão administrativa, referente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", nos de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Bebedouro figura, ùnicamente, como distrito da sede assim continuando na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual número 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Pelo Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas do município de Bebedouro com os de Bezerros, São Joaquim, Panelas e Altinho. Em virtude do Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município de Bebedouro passou a denominar-se Agrestina, permanecendo constituído por um só distrito, o de Agrestina (ex-Bebedouro). Pela Lei municipal n.º 6, de 5 de junho de 1953 e ratificada pela Lei estadual n.º 1818, de

29-XII-1953, foi criado o distrito de Barra do Chata, passando o município a possuir 1.º e 2.º distritos. Pela Lei municipal n.º 7, de 5 de junho de 1953, e ratificada pela Lei estadual n.º 1 818, de 29-XII-1953, fica criado o 3.º distrito com sede no povoado de Barra do Jardim, o qual é elevado à categoria de vila com a mesma denominação.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Bebedouro é têrmo judiciário da comarca de Caruaru, assim permanecendo na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo de Bebedouro tomou o nome de Agrestina, sendo transferido da comarca de Caruaru para a nova Comarca de Altinho. Distritos componentes: Agrestina (ex-Bebedouro), Barra do Chata e Barra do Jardim. Atualmente Agrestina é sede de comarca, com os têrmos de Barra do Chata e Barra do Jardim.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 126 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta. Pertence à Zona do Agreste. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 27' 28",3 de latitude Sul e 35º 57' 13",4 de longitude W.Gr. Rumo — O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição entre os tipos As' e Bsh, com ligeira predominância do primeiro: Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. O município encontra-se no polígono das sêcas.

ÁREA — 127 km².

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950, a população total do município era de 14 218, sendo 6 917 homens e 7 301 mulheres, com 10,2% da população no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 16 301 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Agrestina, distrito único, contava no Censo de 1950 com 2 229 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população (de 15 anos e mais), 50% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária" e o restante no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Abacaxi, algodão, cana-de-açúcar, feijão, fava, mandioca, e milho são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária também tem significado na vida econômica do município. Em 1956 havia um rebanho de 11 100 bovinos; 1 412 eqüinos; 711 asininos; 1 920 muares; 3 710 suínos; 2 611 ovinos; 1 032 caprinos e 6 662 aves diversas. A produção de ovos de galinha foi de 19 600 dúzias; 849 000 litros de leite; 14 600 quilos de manteiga; 30 010 quilos de queijo e 8 300 quilos de banha. Durante o ano foram abatidos 2 500 bovinos; 3 429 suínos; 142 ovinos e 532 caprinos. A indústria de transformação (carne de boi em carne salgada, mais conhecida como sarne de sol) atingiu, em 1955, a apreciável soma de .... Cr$ 3 902 485,00. Funcionam no município 34 estabelecimentos industriais. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região em 1954, foram os seguintes:

Prefeitura Municipal.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	699 000	1 957 200,00
Algodão herbáceo	Arrôba	10 300	1 081 500,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	240	168 000,00
Feijão	Saco 60 kg	16 600	3 884 400,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Agrestina está ligada aos seguintes municípios: Caruaru, Bezerros, São Joaquim do Monte, Cupira e Altinho. Acha-se a 170 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, e 170 km misto (25 km por meio de rodovia até Caruaru e daí por ferrovia, 145 km). Por via aérea a distância é de 126 km.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam na sede municipal 56 estabelecimentos comerciais varejistas e não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Dos 36 logradouros existentes na sede municipal, 4 são parcialmente pavimentados a paralelepípedos, com uma área estimada em 800 m²; um com 87 m², de pedras irregulares e os demais sem pavimentação. Sete logradouros são arborizados. O serviço de iluminação elétrica, pública e domiciliária, com 130 ligações. Uma agência postal-telegráfica; um hotel com a diária de Cr$ 75,00 e um cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Higiene Estadual presta assistência médico-sanitária à população do município, com um médico e dois enfermeiros. Há um farmacêutico prático.

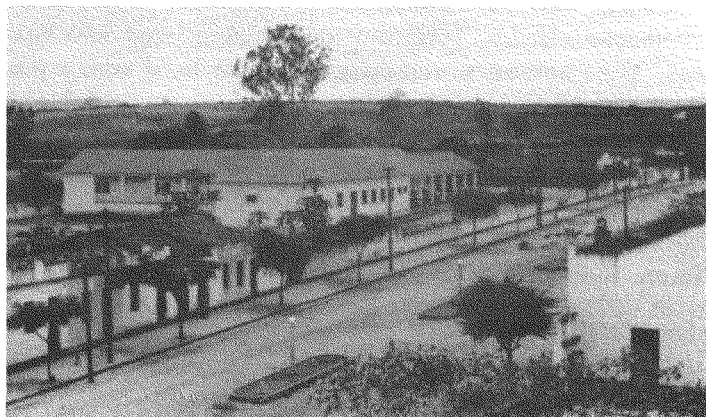
ALFABETIZAÇÃO — Conforme os dados do Censo de 1950, apenas 13,66% da população presente sabiam ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 37 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, com 1 341 alunos matriculados; 6, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	370	499	162	473
1951.......	...	380	518	152	355
1952.......	...	405	644	205	390
1953.......	...	453	936	195	594
1954.......	...	710	768	187	491
1955.......	...	780	870	174	450
1956.......	...	800	415	203	715

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as festas populares de cunho religioso, destaca-se pelo esplendor e número de pessoas que afluem, a de Nossa Senhora do Destêrro, organizada pelo popular Pedro Zacarias, conhecido por Pedro de Guida ou Pedro da Cachoeira. Dita festa, de 1922, quando teve início, até 1927, quando foi transferida do sítio Cachoeira para a sede, teve origem pelos milagres observados nos devotos de Nossa Senhora do Destêrro, santa ali venerada, atravessando sítios e fazendas, indo alcançar municípios vizinhos, de onde afluíam peregrinos, os mais diversos. A fim de zelar pela pureza do culto à referida santa, o qual estava fugindo pouco a pouco do terreno espiritual para o material, o então padre Manoel de Andrade Lima, respondendo pela direção da paróquia, em cooperação com o Exmo. Sr. D. Miguel de Lima Valverde, e outras pessoas de influência político-administrativa, conseguiram a remoção da festa para a cidade, então vila, o que aconteceu nos fins de 1928. A primeira festa realizou-se no dia 2 de fevereiro de 1929, e desde essa data vem se realizando, cada vez com maior brilho e entusiasmo. Geralmente consta de: missa solene, acompanhada de orquestra e reproduzida através de poderosos alto-falantes; salva de 21 tiros; procissão, percorrendo as principais ruas da cidade, esta a parte litúrgica; parte profana: diversões como maracatus, carrocéis, sombrinhas, ondas, canoas, prisões, bailes e outras menos importantes. Celebram-se ainda as tradicionais festividades de São João, São Pedro, São José, Natal e Ano Bom.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — No Território do município ficam as serras dos Laços, do Saquinho, do Uruçu, da Camaratuba e a do Mendes; os rios Una, Prata e o riacho Mentiroso; as lagoas do Pé da Serra, do Capim, do Lage e de Dentro.

Vista parcial de um trecho da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O govêrno do Estado deu início à construção da estrada Caruaru—Catende, interrompida próxima a esta cidade, há alguns anos, a qual dará acesso à zona agrícola do município, bem como facilitará o intercâmbio com a zona canavieira, centros consumidores dos produtos do município. Atualmente existe uma estrada ligando o município ao de Cupira e Catende, porém, pela precária situação de abandono a que foi relegada torna-se quase intransitável na época invernosa.

O primeiro prefeito constitucional do município, eleito para o período de 15-11-1928 a 15-11-1931, foi o Senhor Américo de Oliveira Costa.

A primeira Câmara Municipal eleita para o mesmo período era composta dos seguintes membros: Elias Libânio da Silva Ribeiro (Presidente), Delmiro Tomás de Azevedo, Pedro Martins de Barros, Francisco Ferreira da Silva, Olímpio Virgínio Tôrres, Manoel Agostinho de Lemos, Manoel Marcolino de Assunção, Marieta Mota Ribeiro e Alberto Guilherme de Azevedo Lira.

Foi primeiro Juiz Municipal o Sr. Manoel Joaquim Ferreira Barbosa da Silva, e primeiro Juiz de Direito da Comarca, o Dr. Manoel Joaquim de Oliveira Jr. O Prefeito é o Sr. Elias Libânio Silva Ribeiro.

(Autor do histórico — Aristheu Tavares Vilela — A.E.; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ÁGUA PRETA — PE

Mapa Municipal na pág. 222 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O terreno que hoje constitui o município de Água Preta, no comêço dêste século, fêz parte da freguesia de Sirinhaém. Foi criada paróquia por desmembramento da de Una, e em virtude da Resolução de Consulta, de 10 de novembro de 1809, sendo seu primeiro vigário o padre Sebastião Peixoto Guimarães. Ereta vila pela Lei n.º 156, de 31 de março de 1846, a de n.º 314, de 13 de maio de 1853, extinguiu-a para incorporá-la ao têrmo de Barreiros, restabelecendo-a depois a Lei n.º 460, de 2 de maio de 1859. Havendo sido ligada à comarca do Rio Formoso, a Lei n.º 520, de 13 de maio de 1862 desligou-a, para junto com a freguesia de São José de Barreiros, constituírem uma nova comarca com a denominação de Palmares. Pela Lei n.º 1 093, de 24 de maio de 1873, foi transferida a sede do município da comarca para a povoação dos Montes, que foi elevada à categoria de vila com a denominação de Palmares. Restaurados seus foros de vila, pela Lei n.º 1 405, de 12 de maio de 1879, instalou-se a respectiva Câmara Municipal, em 28 de outubro do mesmo ano. Elevada à comarca, com a denominação de Água Preta, pela Lei n.º 1 805, de 13 de junho de 1884, sòmente em 11 de janeiro de 1890 foi instalada, sendo, então, seu primeiro Juiz de Direito o Dr. José Brandão da Rocha. De acôrdo com a Constituição do Estado, e a Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo, em 21 de março de 1893, sendo eleitos para o primeiro govêrno administrativo do município: Prefeito — Dr. Francisco Cornélio da Fonsêca Lima; Subprefeito — coronel M. Veríssimo do Rêgo Barros. Conselho Munici-

Vista parcial da cidade.

pal, membros: coronéis Manuel Machado Teixeira Cavalcanti, Antiógenes Afonso Ferreira, João Correia Acioli Lins, L. Bezerra Cavalcanti Maciel e o capitão Manuel Firmino de Azevedo e Silva. A Lei estadual n.º 1 130, de 3 de junho de 1895, elevou-a à categoria de cidade.

Na história pátria, Água Preta figura como um dos pontos por onde passou a revolução praieira de 1848. Os revoltosos, que tinham pernoitado no engenho "Araticum", do município de Barreiros, chegando ao "Cachoeira", em 26 de outubro de 1848, bateram uma fôrça encontrada aí, de paisanos governistas. A Fôrça de Cocal, comandada pelo coronel Paulo de Amorim Salgado, seguiu pelo norte do rio Una, tiroteando aqui e ali, nos lugares mais estreitos do rio, em que se descobriam os revoltosos, que seguiam de estrada acima. Chegando êles ao engenho Barra, Sebastião Alves da Silva passou o rio com um piquête e fêz retroceder a tropa governista, que contava seu chefe em o número dos feridos. Às oito horas da noite, dêsse mesmo dia, os revoltosos entraram em Água Preta. Em 23 de dezembro teve lugar o ataque de Almêcega. Entre os filhos ilustres de Água Preta, se podem enumerar: o capitão Hermínio Peregrino Davi Madeira, um dos bravos da guerra do Paraguai, falecido em 6 de outubro de 1866, e o alferes Marcelino Franco da Silveira Lessa, que ali, também, morreu em defesa da Pátria. Em janeiro de 1902, recebeu a freguesia de Água Preta a visita pastoral do bispo D. Luiz Raimundo da S. Brito.

ORIGEM DA DENOMINAÇÃO — O nome primitivo não era Água Preta, e sim, Rio Prêto, porque o primeiro povoado, a 500 metros do atual, ficava junto daquele rio, que deve sua denominação ao fato de, em muitos pontos, conservar as águas bastante escuras, vindo daí a mudança do nome do povoado de Rio Prêto para Água Preta.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Água Preta foi criado pela Resolução régia, de 10 de novembro de 1809.

O município de Água Preta, criou-o, com território desmembrado do de Rio Formoso, a Lei provincial n.º 155, de 31 de março de 1846, sendo supresso pela de n.º 314, de 13 de maio de 1853, e restaurado pela Lei provincial número 460, de 2 de maio de 1869.

A Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873, extinguiu o município de Água Preta, restabelecendo-o, porém, a Lei provincial n.º 1 405, de 12 de maio de 1879, com território desmembrado do município dos Barreiros ou dos Palmares. Efetuou-se a reinstalação, em 28 de outubro de 1879.

A criação do distrito de Água Preta foi confirmada pela Lei municipal n.º 4, de 6 de fevereiro de 1893.

A vila de Água Preta foi elevada à categoria de cidade por fôrça da Lei estadual n.º 130, de 3 de julho de 1895.

Na Divisão Administrativa, em 1911, Água Preta figura com os distritos de Água Preta e Sertãozinho, aparecendo no quadro de divisão administrativa correspondente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com mais um distrito, o de Xexéu, notando-se, também, que Sertãozinho se denomina Sertãozinho de Baixo.

O distrito de Água Preta foi criado também pela Lei municipal n.º 53, de 24 de abril de 1930.

Nos quadros de divisão territorial datados de ...... 31-XII-1936 e 31-XII-37, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1948, o referido município permanece constituído por 3 distritos: Água Preta, Sertãozinho de Baixo e Xexéu.

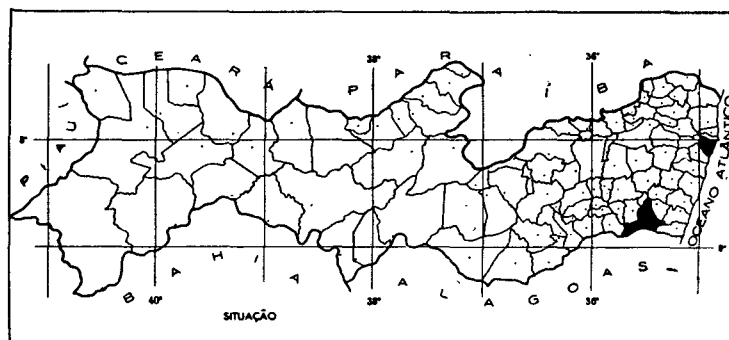
Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município de Água Preta perdeu, para o mu-

nicípio de Maraial, o distrito de Sertãozinho de Baixo, desfalcado de parte do seu território. Na divisão territorial fixada pelo mencionado Decreto-lei n.º 235, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Água Preta divide-se em 2 distritos: Água Preta e Xexéu. Tal situação foi confirmada pelas leis de divisão territorial posteriores, inclusive a Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-1953, em vigor.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Água Preta, criou-a a Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884.

De acôrdo com os quadros da divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Água Preta, sendo mantida tal situação nas divisões territoriais, fixadas pelos Decretos-leis estaduais de números 235, de 9 de dezembro de 1938, 1 952, de 31 de dezembro de 1943, 421, de 31 de dezembro de 1948 e 1819, de 30 de dezembro de 1953, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943, 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958.

Distritos componentes: Água Preta e Xexéu.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata, a 101 km da Capital do Estado, em linha reta, na direção S.S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8° 40' 45" de latitude Sul, 35° 26' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipos de clima: *AS'* e *AMS'* com predominância para o primeiro. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão.

ÁREA — 782 km².

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950, a população total do município era de 33 879 habitantes (18 257 homens e 15 622 mulheres). Sete estrangeiros presentes. Densidade demográfica de 43 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 11,7% residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 39 091 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município conta com dois núcleos urbanos: o da cidade de Água Preta, com 3 241 habitantes e o da Vila de Xexéu, com 1 017 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população (com 15 anos e mais), 43% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária"; 4%, na indústria, e o restante, no comércio e na prestação de serviços. A cana-de-açúcar é a principal cultura do município, em importância; a seguir vêm abacaxi

Praça David Madeira, vendo-se a Matriz de São José.

e mandioca. Em 1955 a produção do município ofereceu os seguintes resultados: 492 000 toneladas de cana-de-açúcar; 501 357 sacos (de 60 kg) de açúcar; 5 409 290 litros de álcool; 12 382 590 litros de melaço. O abacaxi produziu 385 000 frutos e a mandioca, 4 696 toneladas. A pecuária é bastante desenvolvida pois estão localizadas no município as fazendas "Santa Rita", "Santa Helena" e "Camarão" de propriedade da firma "Fazendas Reunidas Santa Helena, Ltda." dedicadas, exclusivamente, à criação de gado bovino. Funcionam 48 estabelecimentos no município, ocupando 1 407 pessoas, segundo o Censo de 1950.

O volume e o valor da produção dos principais produtos industriais, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Álcool..................	Litro	5 409 290	28 020 122,00
Açúcar de usina..........	Saco 60 kg	503 937	139 706 500,00
Melaço..................	Litro	12 382 590	12 403 830,00
Aguardente de cana......	»	2 399 750	8 300 790,00
Beneficiamento de madeira	m3	66 426	22 611 314,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Maraial, Palmares, Joaquim Nabuco, Gameleira, Rio Formoso, Barreiros (PE) e Pôrto Calvo e Colônia Leopoldina (AL). Acha-se a 125 km da Capital estadual, por rodovia, 125 quilômetros mistos (11 km por rodovia até Joaquim Nabuco e daí por via férrea, 114 km) e 101 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Encontram-se 60 estabelecimentos varejistas funcionando na sede municipal; 1 cooperativa (Coop. Agropecuária de Água Preta) supre a falta de agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Há uma agência do Departamento de Correios e Telégrafos. Existem 31 logradouros no município, sendo 7 pavimentados a paralelepípedos e 4 arborizados e 1 ajardinado. A iluminação elétrica, pública e domiciliária, é fornecida pela Central Elétrica Barra do Douro, movida por fôrça hidráulica. Os veículos, 5 automóveis e 29 caminhões, estão registrados na Coletoria Estadual. Contam-se 2 hotéis e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população: o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com ambulatório, farmácia e lactário, e o Pôsto Médico "Santa Terezinha", assistência médica aos operários mantida pela Usina Santa Terezinha Sociedade Anônima, no Distrito de Xexéu. Existem, na ci-

dade, 1 farmácia, 1 farmacêutico prático, licenciado, 2 médicos e 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, 14,3% das pessoas presentes, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 40 unidades escolares do ensino primário fundamental comum com 509 alunos matriculados; 5, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 607	3 708	1 400	1 003	1 365
1951	4 237	5 144	1 766	1 291	1 713
1952	3 094	5 099	1 712	1 175	1 740
1953	5 825	4 015	1 870	1 062	1 834
1954	7 993	6 574	2 509	1 698	2 424
1955	6 942	7 441	2 792	1 907	2 409
1956 (1)	8 000	7 500	2 220	1 850	2 350

(1) Federal e Estadual, por estimativa. Municipal, pelo Orçamento.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa mais tradicional da cidade é a de São José, que se realiza há mais de 100 anos, no dia 19 de março. Cidade essencialmente católica, é grande o comparecimento de fiéis à festa de São José, padroeiro de Água Preta. Há missa solene, procissão, etc. Há, também, a parte dos entretenimentos populares. Na vila de Xexéu, no dia 20 de

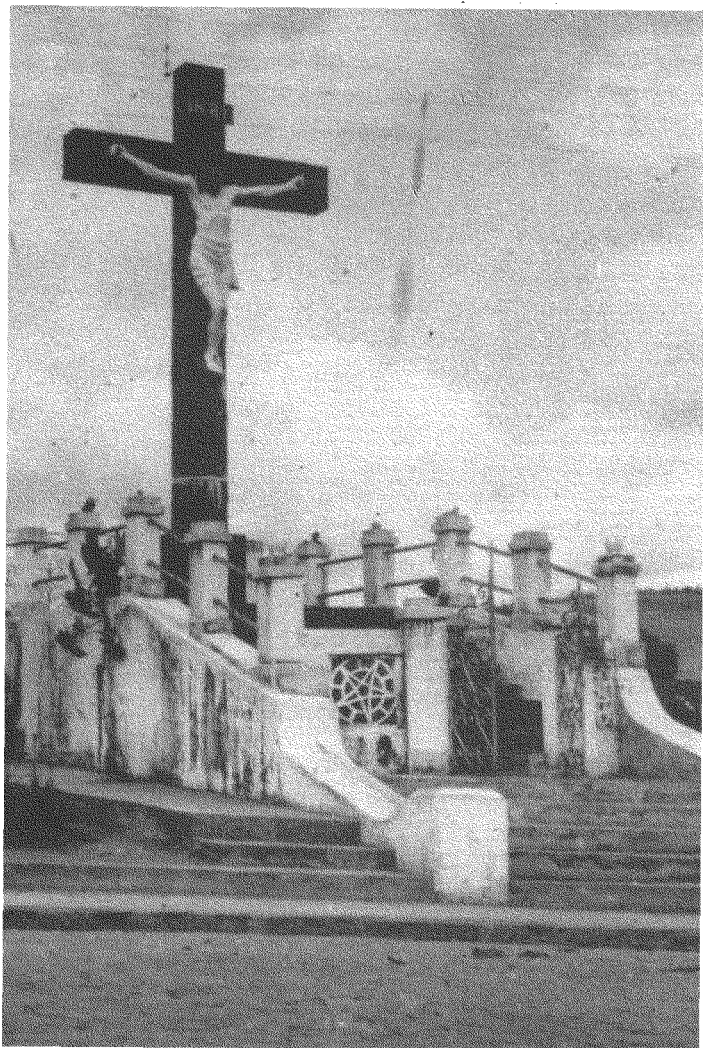



Imagem do Cristo Redentor, na praça do mesmo nome.

Praça Cristo Redentor.

janeiro de cada ano, realiza-se igualmente a tradicional festa de São Sebastião. A exemplo do que ocorre na sede, é bastante concorrida.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O único acidente geográfico digno de menção é a serra do Cajuá, localizada no engenho Aracaju, de propriedade do Senhor Vicente Cavalcanti Gouveia. Seu nome originou-se da grande quantidade de cajueiros lá existentes. Sôbre a referida serra se encontra, também, em grande quantidade, um tipo de areia de côr muito alva. Em seu "Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", Sebastião de Vasconcelos Galvão, falando sôbre êsse acidente geográfico, escreve: "No Município não existem serras dígnas de menção, nem com denominação especial; entretanto, torna-se notável a montanha designada "Cajual", a principal e sulfurosa, a qual, devido a certos fenômenos, que parecem indicar possibilidade para alguma erupção vulcânica, tem sido objeto de uma infinidade de lendas, criadas pelo vulgo, para explicar aquêles mesmos fenômenos".

(Autor do histórico — José Thompson Acioli Lins — A.M.E.; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departtmento Estadual de Estatística.)

ÁGUAS BELAS — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição local, o sítio ocupado atualmente com a cidade de Águas Belas era habitado pela tribo indígena denominada tupiniquins. Outra tribo, a dos carijós, depois de forte e porfiada luta com aquela, conseguiu expulsá-la do aldeamento conhecido então por Lagoa, nome devido a uma grande lagoa no local. Em 1700, mais ou menos, apareceu naquelas paragens um homem branco, destemido, chamado João Rodrigues Cardoso, que, metendo-se no aldeamento sob o perigo de ser vítima dos índios bravios, procurou fazer a catequese dos mesmos. Principiaram desde logo os fundamentos da povoação, que foi crescendo, progressivamente, com os parentes de Rodrigues, e mais outras pessoas, que ali foram morar. Entretanto, Rodrigues conhecendo a necessidade de terem os índios, que se tornavam rebeldes, uma direção por parte do Govêrno; e, representando a êste, foi nomeado diretor do aldeamento Lourenço Bezerra Cavalcante, que, por sua vez, e devido

à sua energia, obrigou os índios a certa obediência a ponto de tranqüilizar os habitantes inteiramente. Foi êste cidadão que, mudando o nome local de aldeia da Lagoa, deu-lhe o nome de Povoação de Ipanema, proveniente do rio Ipanema, que passa a 5 km de distância. A denominação de Águas Belas se originou do fato de o Ouvidor Jacobina, andando em correição, e com o estômago já muito cansado de beber águas pesadas e acres, durante a viagem, ao chegar a êste lugar, encontrou a mais potável e fina, a desejar, pelo que dizia aos que o iam visitar: "Águas Belas, as desta povoação que a chamam de Ipanema, quando lhe deviam chamar, antes, Águas Belas. Por que não lhe chamam assim, Águas Belas? Ponham-lhe êste nome". E foi adotada a nova denominação, insinuada pelo Ouvidor, a qual se conservou até agora. Foi criada a paróquia por Alvará de 26 de janeiro de 1766, sendo seu primeiro vigário o padre José Lopes da Cunha. Incorporada ao têrmo de Buíque, pela Lei provincial n.º 337, de 12 de maio de 1854, foi, pela Lei n.º 997, de 13 de junho de 1871, elevada à categoria de vila sendo instalada em 15 de junho de 1872. Unida à comarca de Bom Conselho, pela Lei n.º 1 057, de 7 de junho de 1872, foi criada comarca pela Lei n.º 1 899, de 12 de maio de 1869, sendo classificada de 1.ª entrância pelo Decreto n.º 8 192, de 9 de junho de 1881, e nomeado seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Carolino de Lima Santos. O Govêrno do extinto império contratou em 19 de junho de 1876, o prolongamento da estrada de ferro de São Francisco, a qual aí deverá tocar, segundo os estudos e traçados da referida estrada (atualmente em Garanhuns e a 111 quilômetros de distância) feitos pelo Dr. João Martins da Silva Coutinho. Constituiu-se município autônomo, em 16 de janeiro de 1893, sendo seu 1.º govêrno administrativo composto do Prefeito, tenente-coronel Benigno Rodrigues Lins de Albuquerque, e do Conselho Municipal, cujos membros eleitos foram os capitães Manuel S. Albuquerque Preoco, José Antônio dos Santos, Antônio Valentim Barros e tenente Nicolao Bezerra da Silva. Foi elevada à cidade pela Lei estadual n.º 505, de maio de 1906.

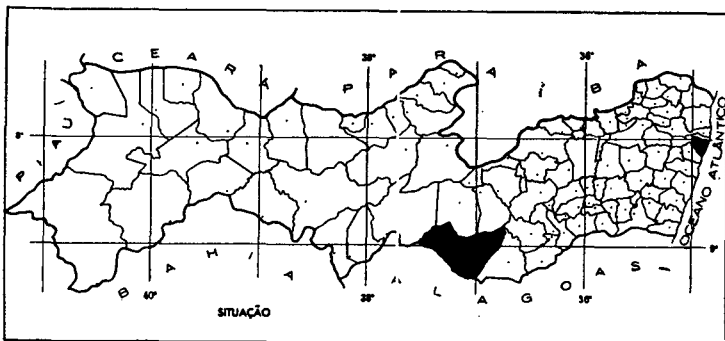
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito foi criado por Alvará de 26 de janeiro de 1766. A Lei provincial n.º 877, de 13 de junho de 1871, criou o município das Águas Belas, com sede na antiga povoação de Ipanema e território desmembrado do município de Buíque. Verificou-se a instalação, em 15 de junho de 1872. O distrito de Águas Belas foi também criado pela Lei municipal número 1, de 1.º de junho de 1892. A sede municipal adquiriu foros de cidade, por efeito da Lei estadual número 665, de 24 de maio de 1904. Na Divisão Administrativa, em 1911, Águas Belas figura com os distritos de Águas Belas, Mocambo e Assurema, aparecendo no quadro de divisão administrativa correspondente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" com os 2 primeiros distritos citados e o de Pau Ferro. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município compõe-se de 3 distritos: Águas Belas, Mocambo e Itaíba, notando-se, apenas, que em 1936 e 1937 os dois últimos se denominavam, respectivamente, Mocambo e Pau Ferro. Na divisão territorial, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Águas Belas divide-se nos seguintes distritos: Águas Belas, Iati (ex-Mocambo) e Itaíba. Pelo Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas do município das Águas Belas com o de Bom Conselho. Em virtude do Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão teritorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o muni-

Vista aérea da cidade.

Praça Coronel Salustiano.

cípio das Águas Belas permanece formado pelos distritos das Águas Belas, Iati e Itaíba. A Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-53 confirmou esta situação.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Águas Belas foi criada pela Lei provincial n.º 1 399, de 2 de maio de 1879. Nos quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Águas Belas compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, assim permanecendo nas divisões territoriais, fixadas pelos Decretos-leis estaduais de números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Atualmente, Águas Belas é sede de comarca com os distritos de Iati e Itaíba.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona fisiográfica do Sertão, a 273 km de distância da Capital do Estado, em linha reta. As coordenadas geográficas são as seguintes: 9° 07' 03",1 de latitude Sul, 37° 07' 06" de longitude W.Gr. Rumo — O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição climática dos tipos *BSHS'* e *AS'*, com fraca predominância do primeiro. Semiárido, quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas.

(Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 2 413 km².

POPULAÇÃO — Apurados pelo Censo de 1950: 53 239 habitantes: 25 808 homens e 27 431 mulheres, com 4,9% da população residindo no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 61 429 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Águas Belas (2 700 hab.) e duas vilas (Iati, com 691 hab. e Itaíba com 796 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população, de 15 anos e mais, 49,4% estão ocupados no ramo agricultura, pecuária, e o restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Algodão, milho, feijão, mamona e mandioca são as principais culturas agrícolas do município. Existem no município 15 estabelecimentos industriais.

O volume e o valor das principais culturas agrícolas da região, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	75 000	9 750 000,00
Feijão	Saco 60 kg	35 500	9 900 000,00
Mamona	Quilo	149 000	298 000,00
Mandioca	Tonelada	10 000	1 500 000,00
Milho	Saco 60 kg	60 000	4 200 000,00

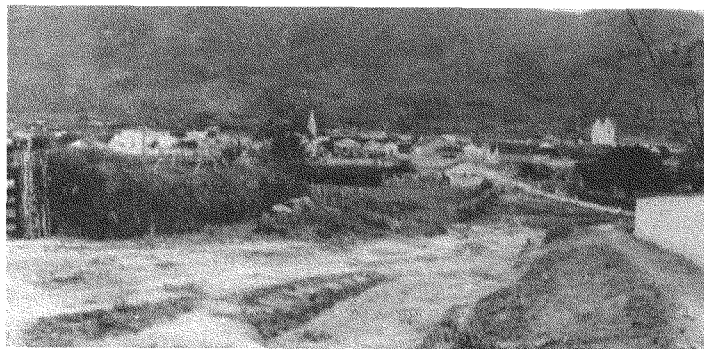
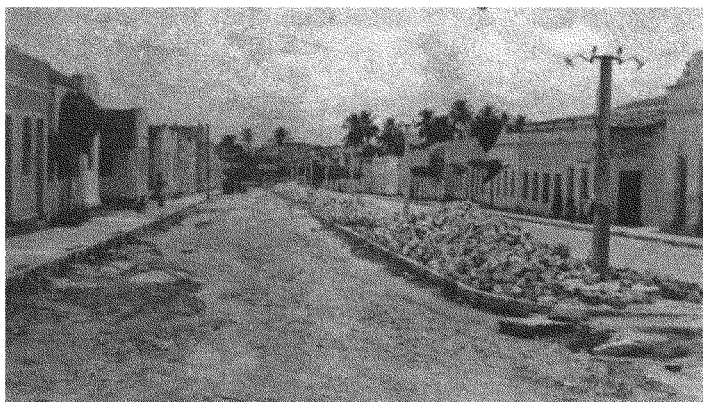
MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Buíque, Pedra, Bom Conselho e Inajá, em Pernambuco, e Mata Grande e Santana do Ipanema, em Alagoas. É servido por linha de ônibus interestadual. Acha-se a 348 km da Capital estadual, por meio de rodovia; 410 km misto (139 km, por meio de rodovia até Garanhuns, e daí ao Recife, 271 km de ferrovia); 273 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 14 varejistas. O movimento comercial é pequeno e não há agências bancárias. Funciona apenas uma Cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — O município possui 31 logradouros, sendo 5 pavimentados e 4 arborizados; 982 prédios nos quadros urbano e suburbano; iluminação elétrica pública e domiciliária; agência dos Correios e Telégrafos; 4 automóveis e 20 caminhões registrados na Coletoria Estadual; 3 hotéis, com a diária média de Cr$ 80,00, 2 pensões, e 1 cinema, cuja lotação é de 190 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há apenas um Pôsto Estadual de Higiene, 3 farmácias e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Apenas 10,4% das pessoas presentes sabem ler e escrever, consoante dados do Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 33 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 370 alunos matriculados; 28, do ensino supletivo.

Vista parcial da cidade.

Aspecto da Rua Barão de Lucena.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	598	306	621
1951	...	...	701	363	884
1952	...	...	894	443	922
1953	...	...	1 119	330	1 089
1954	...	...	1 003	368	1 146
1955	...	...	1 293	536	1 286
1956	...	...	1 100	449	1 100

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Uma particularidade interessante no município é a existência de uma tribo de índios remanescentes dos carijós, hoje pacífica e integrada na vida normal, quer como criadores, agricultores ou mesmo trabalhadores rurais. Conserva, entretanto, os seus primitivos costumes, tanto que, anualmente, se retira para uma elevação denominada Ouricuri e, lá, depois de construírem palhoças, passam a praticar os rituais indígenas durante três (3) meses, numa espécie de retiro. A ninguém é dado assistir aos rituais, a não ser com permissão especial do Chefe. O Prefeito é o Sr. Audálio Tenório de Albuquerque.

(Autor do histórico — Sebastião V. Galvão; Redação — Denise Barros; Fonte dos dados — "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ALAGOINHA — PE

Mapa Municipal na pág. 574 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No último quartel do século XVIII, todo êsse vasto território que hoje forma o distrito de Alagoinha, município de Pesqueira, era completamente desabitado. Nem mesmo remanescentes aborígines eram encontrados, pois aquelas tribos nativas, escapas à guerra sem trégua que lhes moviam os colonos, asilavam-se nas quebradas da serra do Ororubá e pelas chapadas da serra de "Poções". Foi nas últimas décadas daquele século que João Antunes Bezerra comprou a uns portuguêses, residentes no Brejo da Madre de Deus, a propriedade Alagoinha, que fazia parte de terrenos de sesmarias a êles pertencentes, dando pela mesma 80$000. Acompanhado de sua mulher e de dez escravos, deixou João Antunes a região do Tará, donde era natural, e fundou na encosta sul da serra de Alagoinha, no Tingui a sua residência. A nova propriedade abrangia uma área de cêrca de 270 km², cujos limites eram os seguintes: partindo da lagoa do Contador, até encontrar o pau d'Arco do Cego; daí rumo direito à serra dos Jerônimos a N.N.O. do cimo da qual seguia para o norte até a serra do Gavião, cruzando essa serra confronte a lagoa de Entre Morros; dêsse ponto rumo ao leste até à Bôca da Mata do Carrapicho, donde seguia até o alto do morro do Cipó; daí pela lombada do morro até o serrote Pontudo no Campo de Magé, donde seguia até encontrar a Pedra Negra na serra do Bocu, seguindo daí para o ponto de partida, na lagoa do Contador.

O nome Alagoinha é proveniente da grande quantidade de pequenos tanques, poças, caldeirões e lagoas, disseminados sôbre os vastos lajedos, nas terras que circundam a vila.

O Fundador da Povoação — Gonçalo Antunes Bezerra, irmão mais môço de João Antunes — era boiadeiro e vivia sempre em viagens para a cidade de Santo Antão; casando-se aí, em 1790 com môça de boa família, e sendo êle caboclo, muito envaidecido ficou pelo novo estado civil, resolvendo fixar-se definitivamente naquela cidade. Em 1804, como não se estivesse sentindo bem de saúde no clima paludoso de Vitória de Santo Antão, e saudoso das antigas caminhadas pelas estradas infindáveis, acompanhando o gado ao som melancólico e dorido dos aboiados longos dos tangerinos e, sentindo a nostalgia dos sertões, veio até Alagoinha e comprou a seu irmão, João Antunes Bezerra, por 100$000, tôda a propriedade dêste, que, já velho e sem filhos, desejava que o irmão regressasse e ali fixasse sua residência. Nessa venda, João Antunes reservava para si a sua casa e arredores, nascendo daí a propriedade "Tingui", encravada na de Alagoinha, limitada ao norte pelo Umbuseiro e Lage do Batuque, a leste, pelo riacho da Cacimbinha, descendo pelo rio dos Bois até a Canga e daí para o poente até o alto do Chapéu. De posse da vasta propriedade, Gonçalo Antunes construiu a primeira casa de Alagoinha que, ainda hoje está de pé e é situada no oitão da nova e bela igreja, um dos mais justos orgulhos dos filhos das terras. Construída a casa, transportou-se Gonçalo Antunes Bezerra, com sua mulher, filhos, alguns escravos e vários parentes e amigos com suas famílias, lançando assim as bases da fundação da florescente vila e da numerosa família que habita, no distrito, superior a seis mil pessoas. Ao instalar-se em 1805 Gonçalo Antunes Bezerra, eram as terras cobertas de densa caatinga e, por sôbre os lajedos, pelo intrincado das matas, cruzam em bandos e

Vista parcial da cidade.

varas, veados, caititus, antas e tôda a variedade de animais de nossa imensa e rica fauna. Com êles vieram, entre outros, os seguintes parentes e amigos: José Alves de Castro, seu cunhado, que se estabeleceu no Cumbe, e do qual descendem os Santos e Alves do Cumbe, Pindoba e Pery-Pery; José Alves de Barros, de quem descendem os Libérios, Barros, Leaes e Vitorinos, que residem em Coqueiro, Minador, Serra Redonda, etc.; João Jacinto do Amaral, português, que também deixou numerosa prole, pai do falecido Luiz Marinheiro, de onde vêm os Alves do Amaral; Luiz Ignácio Paes de Lira, pai de José Ignácio Paes de Lira, conhecido pela alcunha de "Pá Sêca", que em sua mocidade foi um grande estróina e boêmio, metido a aventuras galantes, mas tendo mudado completamente ao cair da idade madura, tornando-se um verdadeiro cristão e exemplar chefe da família. Do falado "Pá Sêca", descendem os Paes de Lira do distrito. Ainda com Gonçalo Antunes Bezerra, veio Alexandre Guedes, que mais tarde casou com uma liberta do mesmo Gonçalo, vindo dêles as famílias Guedes e Nobres. Desejando mais tarde casar os filhos e não querendo que êles realizassem enlaces com pessoas do lugar, começou, progressista que era, a atrair pessoas do Recife, e de certo destaque, para os seus domínios, com o que não só ia melhorando o movimento comercial do nascente povoado, como também elevando o trato social e ao mesmo tempo, o número de seus habitantes. Foi assim que casou a sua filha Maria com Cipriano José da Silva, auxiliar do comércio; a segunda filha Lisarda, com Jacinto da Silva Torres, irmão daquele; Rita, com José Gomes Ribeiro de Altinho; Donência, com o alferes José Joaquim Chalegre, e Inácia, com João Francisco Chalegre; Izabel, com seu sobrinho, Estevam de Oliveira Lima. Por fim casou seus filhos, Gonçalo Antunes Bezerra Júnior com Anna Bernarda Torres Galindo, e Antonio Fernandes Sampaio Leite com Ignez Bernarda Torres Galindo, naturais da cidade da Vitória e descendentes de família espanhola da Galícia que, nos princípios do século XVIII, emigrara para o Brasil. Pelo ano de 1826, Gonçalo Antunes Bezerra organizou em sua casa um quarto para orações, construindo nêle um altar, onde rezavam a família e os vizinhos as suas novenas e onde, de tempos em tempos, um padre celebrava o Santo Sacrifício da Missa e fazia batizados e casamentos. Foi por essa época que chegou a gloriosa imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do distrito, e que está colocada no alto da tôrre da igreja, em um nicho poético e rico, iluminado durante o dia pelos

Prefeitura Municipal e Agência de Estatística.

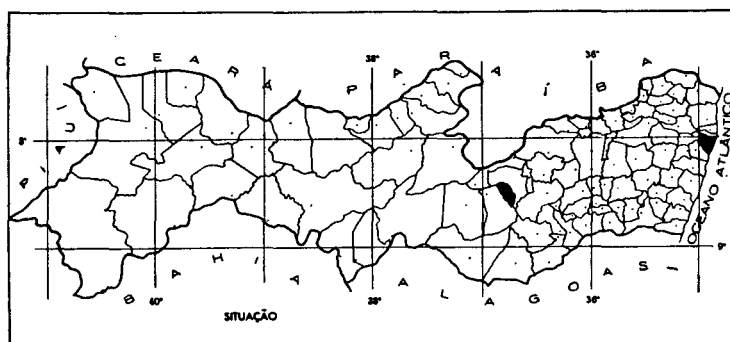
Rua Barão do Rio Branco, vendo-se ao fundo a Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

raios do nosso sol equatorial e, à noite, pela luz elétrica que do cimo da tôrre lança em tôrno da grande rainha a luminosidade sublime que faz com que de longe se possa distinguir seu vulto resplandecente.

Faleceu Gonçalo Antunes Bezerra em 1833, e seus filhos Luiz Paz Bezerra e João Paz Bezerra, fizeram doação do terreno em que estava fundada a povoação, a Nossa Senhora. Aumentando a população, começaram as obras da igreja em 1850, fazendo-se nesse ano apenas a capela-mor. Em 1859, organizaram Jacinto da Silva Torres, seu filho, José Alves Torres, Pedro Nunes de Oliveira e João Fidelis da Silva, uma peregrinação com a imagem de Nossa Senhora ao alto sertão, a fim de por essa maneira obterem os meios necessários entre os fazendeiros daquela região, para poderem terminar as obras da igreja. Regressando dessa visita ao Pajeú três meses depois, trouxeram aquêles cavalheiros cabras, ovelhas e dinheiro, o que permitiu que em 1863 fôssem concluídas as obras da igreja, que serviu de templo católico na vila até o ano de 1918, quando sob a direção do Rev.^{mo} Frei Mathias Teves, foi demolida e aproveitada parte do material na construção do atual e majestoso templo, conseqüência do zêlo e esfôrço dos Reverendíssimos Frades franciscanos, devendo-se com justiça destacar os que aqui serviram como capelães: o virtuoso Fr. Mathias e o infatigável e operoso Fr. Jerônimo. Não se pode esquecer neste pequeno esbôço histórico da terra o nome de Fr. João de S. Cecília que, durante os primeiros anos da velha igreja, foi o seu capelão e aqui trabalhou para o progresso da terra onde veio a falecer e onde foi sepultado. Também não se pode deixar de relembrar os vultos mais eminentes da terra e que, mortos embora, estarão sempre vivos na memória do seu povo, dado o muito que fizeram pela terra em que nasceram e que são dignos de todo respeito e admiração. Assim, deve-se cultuar a memória de todos êles, citando porém os nomes dos que mais se destacaram, capitão Antônio Joaquim Torres Galindo, Salvador Antunes Torres Galindo, João Antunes, Francisco José da Silva, João Alves T. Galindo, Izidoro Pereira Torres Galindo, Dr. Herculano de Oliveira Torres Galindo, que foi o Promotor Público de Águas Belas, Lagoa do Monteiro e Ouricuri e morreu como Juiz de Direito de Floresta, cap. Manuel Rodrigues Torres Galindo, conhecido por cap. Neco, político de evidência no município, republicano histórico, que recebeu ainda em pleno regime monárquico, de Martins Júnior, a incumbência de fundar e organizar no município o Partido Republicano.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O município de Alagoinha foi criado pela Lei n.º 420 de 31 de dezembro de 1948, com o território do distrito do mesmo nome e parte do distrito de Salobro, desmembrado do município de Pesqueira. Atualmente, o município se compõe de dois Distritos: Alagoinha (sede) e Perpétuo Socorro (criado, pela Lei municipal n.º 12, de 23-9-1953).

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Alagoinha foi criada pela Lei n.º 508, de 27 de junho de 1949.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 239 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição entre as zonas climáticas dos tipos *AS'* e *BSHS'I*, com predominância do segundo tipo, alternado pela altitude; semi-árido — quente. Dentro do Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 64 km².

POPULAÇÃO — Pelos dados do Censo de 1950: 7 488 habitantes, sendo 3 618 homens e 3 870 mulheres. Densidade demográfica: 117 habitantes por quilômetro quadrado; 14% da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 8 640 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Alagoinha (1 406 hab.) distrito único, na época do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população 21% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária" e o restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Milho, feijão, mandioca, mamona, tomate e algodão são as principais culturas agrícolas do município. Funcionam 8 estabelecimentos industriais no município.

O volume e o valor das principais culturas agrícolas do município, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	1 900	209 000,00
Feijão	Saco 60 kg	6 000	1 680 000,00
Mamona	Quilograma	200 000	500 000,00
Mandioca	Tonelada	2 800	1 680 000,00
Milho	Saco 60 kg	16 000	1 520 000,00
Tomate	Quilograma	7 000 000	3 500 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos municípios seguintes: Pesqueira e Pedra. Acha-se a 260 km da Capital estadual, por rodovia, 246 km mistos (18 km por dovoia até Pesqueira e daí 228 km por ferrovia até o Recife) e 239 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é muito pequeno. Apenas 12 estabelecimentos varejistas há na sede municipal. Não há agências bancárias. Funciona uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de iluminação elétrica, pública e domiciliária, fornecida pela Prefeitura; a energia elétrica produzida durante o ano de 1955, nas usinas, na sede e na vila de Perpétuo Socorro, foi de 29 909 kW. Dos 19 logradouros existentes, ainda sem pavimentação, apenas um é arborizado. Encontram-se uma agência postal, um hotel e uma pensão. Na Coletoria Estadual existem registrados dois automóveis e oito caminhões. Há um ramal telefônico para a cidade de Pesqueira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município há um Pôsto Estadual de Higiene, um médico, um farmacêutico e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 30,4% sabem ler e escrever, conforme se apurou no Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 31 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 987 alunos matriculados; 3, do ensino supletivo.

Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	...	747	151	471
1951.......	...	....	814	181	862
1952.......	...	714	555	203	689
1953.......	...	692	1 279	206	1 329
1954.......	...	712	800	211	743
1955.......	...	792	802	196	803
1956.......	...	(2) 822	720	212	

(1) A arrecadação federal, dada a ausência na Coletoria de Pesqueira, de escrita em separado, não pode ser informada. — (2) A receita estadual é até o mês de novembro.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Dentre os inúmeros tanques naturais que circundam a sede municipal, encravados sôbre os imensos lajeados, podem ser referidos os que se seguem: Caldeirão de São Francisco, conhecido por Caldeirão do Padre, com capacidade cúbica de 5 850 m e área de 1 900 m², aproximadas. Caldeirão do Junco, com capacidade para armazenamento de 5 693 metros cúbicos e área de 2 370 m², em cálculo aproximado. Lagoa de Baixo, armazenando 14 400 m³ com uma área de 4 960 m². Origem dos Nomes: Caldeirão de São Francisco, pelo fato de ter sido utilizado e explorado pelos franciscanos que atuaram em remotas épocas na localidade. Caldeirão do Junco, denominação que se atribui à existência no local, de capim dêsse nome. Lagoa de Baixo, por se localizar abaixo, ligada a outro reservatório natural que tem a denominação de Lagoa de Cima, a qual extravasa suas águas para aquela que lhe fica em nível inferior. O Prefeito é o Sr. Joaquim Galindo de Assis.

(Autor do histórico — Dorgival de Oliveira Galindo — Tenente do Exército (reformado); Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ALIANÇA — PE

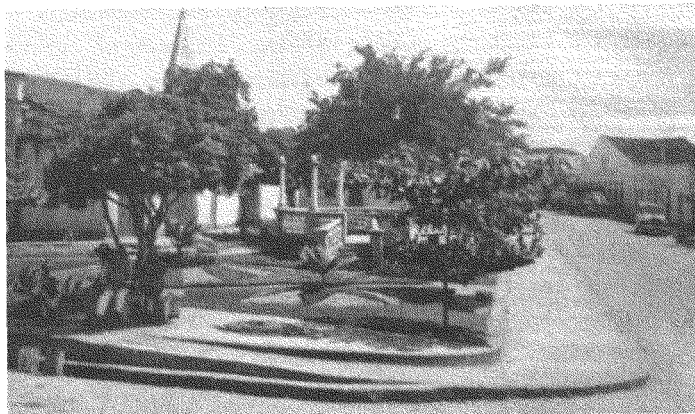
Mapa Municipal na pág. 179 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O começo de Aliança remonta ao século passado. O fato que originou a sua história baseia-se em princípios de fraternidade, constituindo motivo de orgulho para os filhos da terra. Segundo a tradição do lugar, o primeiro núcleo de população começou com uma família muito unida, tendo como representantes, três irmãos. Contam

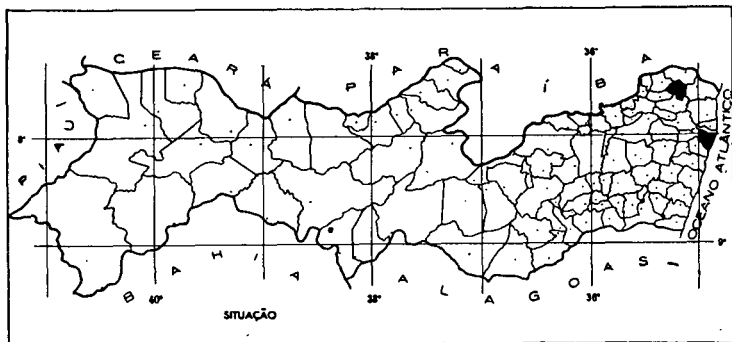
Prefeitura Municipal.

Rua Domingos Braga.

que eram progressistas, chegando a fundar, por iniciativa própria, a primeira capelinha de taipa do lugarejo. Dêsse convívio, intensificou-se o desenvolvimento da localidade, atraindo para si gente das proximidades. No ano de 1862, chegara à povoação um frade da ordem dos Capuchinhos, que viera, ali, fazer missões. Desenvolvendo suas atividades missionárias, o religioso encontrou da parte dos habitantes o maior espírito de solidariedade, inclusive ajuda pessoal nos trabalhos empreendidos, para ampliação da capelinha. Agindo dessa maneira, a população conquistou a simpatia do missionário, recebendo dêste os maiores elogios, acompanhados de pedidos de súplicas pela paz e prosperidade da pequena povoação. É notório, que numa das suas pregações, Frei Caetano, entusiasmado pela ação acolhedora que tivera, chegou a declarar em sermão — isso aqui é uma verdadeira aliança! sugerindo, depois, o nome de Aliança para o lugar. Daí a denominação que tomou o povoado, a vila e a cidade, denominação conservada até hoje, pela tradição. Essa união, essa paz, êsse espírito de fraternidade, que caracterizaram a formação histórica de Aliança, são vividos ainda pelos habitantes do lugar, observando-se êsses princípios, em tôdas as atividades da povoação.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — Administrativa: O distrito de Aliança foi criado pela Lei municipal n.º 5, de 30 de novembro de 1892. Por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, o distrito de Aliança foi elevado à categoria de vila. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o referido distrito figura no município de Nazaré. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município com território desmembrado do de Nazaré e Goiana, concedendo à sede municipal foros de cidade. A instalação do novo município efetuou-se em primeiro de janeiro de 1929. Segundo o quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e os de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município de Aliança se compunha dos distritos de Aliança, Lagoa Sêca, Nossa Senhora do Ó, e Lapa. Tal situação foi mantida no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, observando-se apenas que, nesse quadro, o distrito de Nossa Senhora do Ó se denominou Tupaoca. Na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Aliança divide-se em quatro distritos: Aliança, Lapa, Tu-

Praça Dr. Alfredo Pessoa.

paoca e Upatininga (ex-Lagoa Sêca). Essa constituição municipal foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial vigorante no período 1944-1948, observando-se apenas, que por efeito do mencionado Decreto-lei, o distrito de Lapa teve o seu topônimo alterado para Macujê. Judiciária: Em junho de 1934, o têrmo judiciário de Aliança, foi elevado à categoria de comarca. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Aliança constitui o têrmo judiciário único da comarca dêsse nome, assim continuando na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Aliança aparece constituída pelos têrmos de Aliança e Vicência, êsse último transferido da comarca de Nazaré da Mata (ex-Nazaré). Atualmente, o município de Aliança se compõe dos seguintes distritos: 1. Aliança — 2. Macujê (ex-Lapa) — 3. Tupaoca (ex-Nossa Senhora do Ó) — 4. Upatininga (ex-Lagoa Sêca).

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 64 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção N.N.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral — Mata. As coordenadas geográficas são as seguintes: 7º 36' de latitude Sul, 35º 13' de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: AS'. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. O município está na faixa de transição do polígono das sêcas.

ÁREA — 210 km².

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950: 27 648 habitantes, dos quais, 14 058 homens e 13 590 mulheres. Havia 1 brasileiro naturalizado presente, do sexo masculino. Densidade demográfica: 132 habitantes por quilômetro quadrado; 13,5% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 31 901 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Aliança com 2 074 habitantes e 3 vilas: Macujê, 550 habitantes, Tupaoca, 469 habitantes e Upatininga, 719 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população 18,2% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária"; 1,7%, na "indústria", e o restante, no comércio, prestação de serviços, etc. A cana-de-açúcar é a cultura principal, base de economia do município. Mandioca, feijão, batata-doce e milho são também cultivados. Funcionam 22 estabelecimentos industriais no município, ocupando 474 pessoas segundo dados informativos do Censo de 1950.

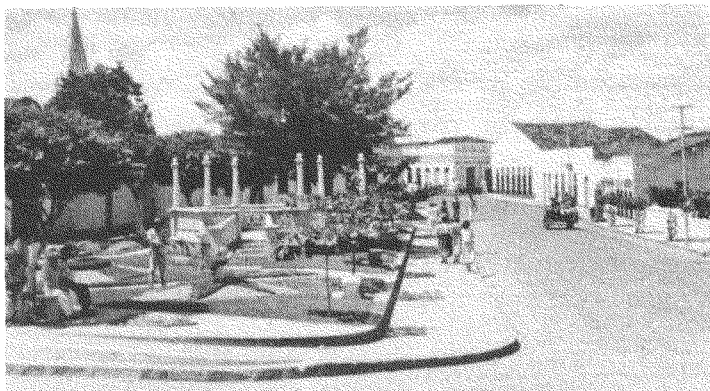
O volume e o valor da produção agrícola, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	76 000	308 000,00
Algodão herbáceo	Arrôba	6 500	287 500,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	290 000	62 350 000,00
Mandioca (raiz)	»	11 400	10 830 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Timbaúba, També, Goiana, Nazaré da Mata e Vicência. É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 90 quilômetros da Capital estadual, por rodovia, 97 km por ferrovia e 64 km por via aérea. Existe um campo de pouso particular, medindo 50 x 500 m, localizado em terras da Usina Aliança, para aviões de pequeno porte.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal funcionam 5 estabelecimentos do comércio atacadista e 23 varejistas. Não há agências bancárias. Há uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Na maioria dos logradouros da sede há iluminação elétrica, pública e domiciliária, com 322 ligações; sete ruas pavimentadas, (atualmente a área calçada representa 30% do total) e duas arborizadas; uma emprêsa telefônica particular, com 60 aparelhos, comunicando-se com as cidades de Nazaré da Mata e Goiana; Agência dos Correios e Telégrafos; 46 automóveis e 60

Vista parcial da cidade.

Outro aspecto da Praça Dr Alfredo Pessoa.

caminhões registrados na Coletoria Estadual; um hotel, uma pensão, e um cinema, com lotação de 180 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há apenas um ambulatório particular, denominado "Ambulatório Coronel Luiz Inácio Pessoa de Melo", dois médicos, três enfermeiros e dois farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Informa o Censo de 1950 que apenas 12,9% das pessoas presentes sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

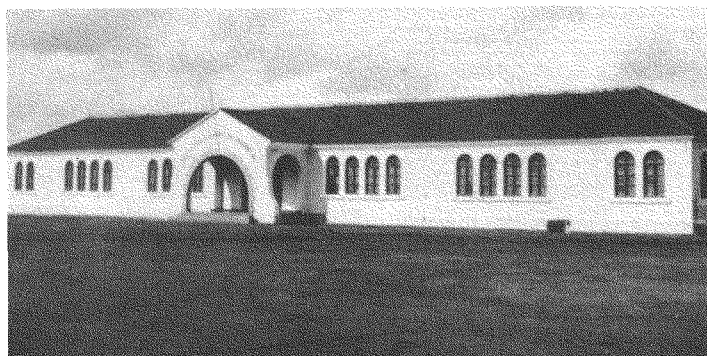
Ensino — Em 1956 havia 4 unidades escolares do ensino pré-primário, 18, do primário fundamental comum, com 1 143 alunos matriculados, 8, do ensino supletivo.

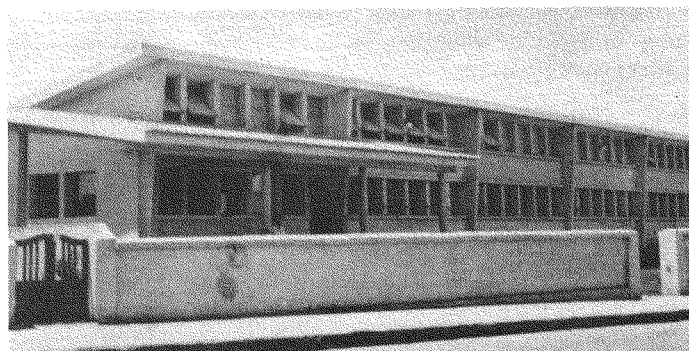
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam duas bibliotecas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	654	2 300	1 144	471	1 306
1951	887	2 500	886	433	880
1952	1 229	2 754	1 426	639	1 389
1953	1 800	2 495	1 608	548	1 586
1954	1 572	3 042	1 604	737	1 607
1955	1 774	3 946	1 984	996	1 689
1956 (1)	2 160	9 070	1 750	895	1 750

(1) A arrecadação refere-se, na Coletoria Federal, até 30-11-56, na Estadual até 12-12-56, sendo que as informações dos anos de 1951 desta última, são resultantes de estimativa, em face da impossibilidade que se apresentou na coleta dos dados corretos. — As informações relativas a 1956, do Município, são tôdas orçamentárias.

O Prefeito é o Sr. Luiz da Mota e Silva.

Grupo Escolar Prof. Joaquim Lira.

FESTEJOS POPULARES — Festa de São Sebastião: É uma festa de caráter popular e religioso, atraindo peregrinos de tôdas as partes. Realiza-se anualmente, nos dias 18, 19 e 20 de janeiro, êste último, dedicado a São Sebastião. Todo o mês de dezembro, uma Comissão composta de comerciantes, agricultores, funcionários públicos, etc., se encarrega de organizar o programa, para, com antecedência, ser distribuído no município e nas cidades vizinhas. O dinheiro para realização das despesas é conseguido mediante contribuição de tôdas as classes econômicas locais e circunvizinhas, cabendo, apenas, à Comissão, o trabalho de ir buscá-lo. Dada a tradição dessa festa, a colaboração por parte de todos é feita dentro do maior espírito de religiosidade. Existem dois aspectos importantes a notar: a festa pròpriamente dita, que é a religiosa, e a parte profana, destinada aos entretenimentos, aliás, criada anos depois da religiosa. A primeira, por sua natureza espiritual, se reveste de cerimonial litúrgico e é oferecida ao homenageado do dia, São Sebastião. O povo, com reverência e devoção, comparece nesse dia, em massa aos atos religiosos, perpetuando assim, a tradição dos antepassados. A profana, que se reveste de pompas, atrativos e divertimentos, serve para deleite dos menos religiosos, que na maior parte, comparecem aos festejos, atraídos por ela. As atividades da Igreja, iniciam-se com a procissão da Bandeira, que percorre as principais ruas da cidade e depois é hasteada em frente à matriz, até o

Ambulatório Major Belarmino Pessoa.

final da festa. Durante os três dias, muitas cerimônias religiosas são realizadas. O encerramento das atividades é feito com a procissão de São Sebastião, que percorre diversas ruas da localidade, recolhe-se depois à matriz, terminando com a Bênção do Santíssimo Sacramento. Ao término dos cerimoniais religiosos, começa a festa do povo, que consta de inúmeros entretenimentos: carrosséis, barracas de prenda, rodas giratórias, balanços, pastoris, mamolengos e outros divertimentos que, atraindo a atenção do pessoal, prende-o até alta madrugada. Origem da Festa: Segundo a tradição local, no ano de 1897, houve na localidade uma grande epidemia variólica, trazendo aos habitantes enorme pânico, causando consideráveis baixas na população, a ponto de ser preciso fazer um isolamento em terras de engenho Baixa-Verde, para onde eram encaminhados os doentes atacados da terrível "Peste Negra". Naquela época, os recursos profiláticos eram quase nenhum. Daí, os embaraços das autoridades de então, para debelar a grassadora epidemia. O índice de mortandade chegou a se elevar de forma assustadora. Dezenas e mais dezenas de pessoas foram sepultadas no campo, sem as cerimônias de costume. Os

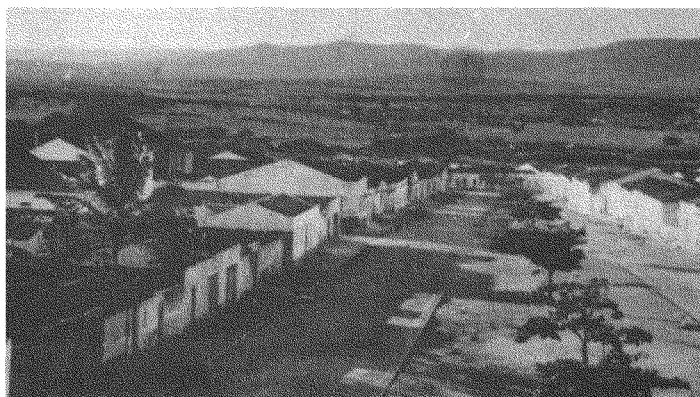
Vista parcial da feira.

habitantes do lugar, no auge do desespêro, não dispondo mais de recursos materiais para exterminar o horripilante mal, voltaram-se para São Sebastião e, num gesto de súplica fervorosa, pediram-lhe a extinção da assoladora epidemia e a volta da paz àquela gente atribulada e sofredora. Deu-se o milagre. Alcançaram a graça. E num gesto de eterna gratidão e alto reconhecimento, comprometeram-se a prestar uma homenagem religiosa todo dia 20 de janeiro ao Santo Mártir, percorrendo as principais ruas da povoação, descalços, conduzindo a imagem do glorioso Santo. É essa a origem da festa de São Sebastião, tradicional e perpetuada pela nova geração de Aliança.

(Autor do histórico — Manoel Ribeiro Duarte — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

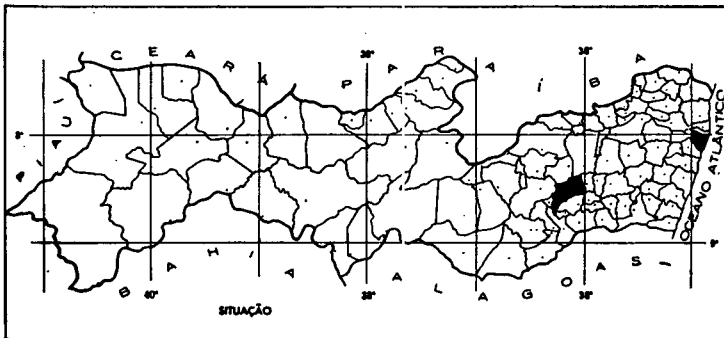
ALTINHO — PE

Mapa Municipal na pág. 577 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Altinho teve sua origem na Fazenda do Ó, situada no lugar dêste nome, que ainda assim se conserva, e pertencente ao território da então Freguesia de Garanhuns, localizada à margem direita do rio Una. Sendo seu proprietário, José Vieira de Melo aí se estabeleceu nos meados do ano de 1750 (ou 1760) abrindo, para comêço de sua criação, um logradouro, num planalto que fica a 600 metros, ao norte, perto da confluência do riacho Taquara com o rio Una. A êsse logradouro deu o nome Altinho. Homem religioso, resolveu erigir uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, e doou, para patrimônio da mesma, 20 novilhas, um reprodutor e meia légua de terras, demarcadas em tôrno do templo religioso. Construída a Capela, José Vieira de Melo atraiu ao local, certo número de pessoas, constituindo a povoação de Capela, posteriormente povoado de Altinho. Com o desenvolvimento da povoação de Altinho, esta foi elevada a sede da freguesia, pela Lei provincial n.° 45, de 12 de junho de 1837, passando o pequeno templo a ser a Matriz de Nossa Senhora do Ó, com a construção de uma nova igreja e conseqüente mudança do serviço religioso. A antiga capelinha ficou com a invocação de Nossa Senhora do Rosário, até os dias de hoje. O desenvolvimento da paróquia teve como fator principal a estrada Garanhuns — Recife, que trouxe grande número de viajores, muitos dos quais ali se instalaram, adquirindo terras e desenvolvendo a criação e a agricultura. De simples freguesia, Altinho passou à categoria de vila, pela Lei provincial n.° 1 560, de 30 de maio de 1881, e solenemente instalada a 11 de agôsto de 1884. Pela Lei n.° 1 863, de 24 de abril de 1886, foi elevada a freguesia à município e têrmo de Nossa Senhora do Ó, composto da freguesia do mesmo nome, dos então distritos de Altinho, Paz e Bebedouro, da mesma freguesia. Ignora-se a data da criação dos dois distritos, contudo presume-se terem sido criados pela Lei n.° 45, de 12 de junho de 1887. Teve o têrmo um só Tabelião e um contador do Juízo, com as atribuições de partidor. Em virtude da Lei n.° 1 863, de 24 de abril de 1886, ficou também criado o Conselho Municipal que foi instalado e empossado em 7 de janeiro de 1887. Pela Lei Estadual n.° 52, de 3 de agôsto de 1892, que criou os municípios do Estado de Pernambuco, foi novamente constituído município independente do de Caruaru, e instalado conjuntamente com a primeira comarca do Altinho, tendo como primeiro Juiz de Direito o Dr. José Francisco de Farias Sales. Pela Lei n.° 400, de 28 de junho de 1899, foi a vila de Altinho elevada à categoria de cidade. O distrito do Altinho, teria sido também criado por efeito da Lei n.° 35, de 20 de agôsto de 1900. Em 1904, quando judicava o Dr. Luiz Barbalho Uchoa Cavalcanti, foi a comarca suspensa, sendo restaurada em 1923 e reinstalada em 11 de abril do mesmo ano, tendo como Juiz de Direito o Dr. Felismino Guedes. Pela Lei n.° 1 931, de 11 de setembro de 1928, foi pela segunda vez supressa a comarca de Altinho, e desmembrado do seu município o território do 3.° distrito para constituir o município de Bebedouro, ficando Altinho apenas constituído dos distritos de Altinho e Cachoeira Grande — hoje Ituguaçu. Com a Lei Municipal n.° 7, de fevereiro de 1937, foi criado o 3.° distrito de Gameleira, hoje Ibirajuba, desmembrado do território do 2.° distrito. Finalmente, por ato n.° 472, de 20 de março de 1940, do Interventor Federal, voltou Altinho à comarca, sendo Juiz de Direito, o Dr. Benedito Marques Vieira, e o promotor, o Dr. José Cipriano de Moura Lemos. Nos quadros de divisão territorial de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, é têrmo judiciário da comarca de Caruaru, sendo tal situação confirmada pelo Decreto-lei estadual n.° 235, de 9 de dezembro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1939-1943. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.° 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial, em vigor no qüinqüênio .... 1944-1948, foi criada a comarca de Altinho com os

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz de N. S.ª do Ó.

têrmos de Altinho e Agrestina (ex-Bebedouro), desmembrados da comarca de Caruaru. Distritos componentes: Altinho, Ibirajuba e Ituguaçu. Esta situação perdura até a presente data, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953. Em 1832, no Govêrno do Regente Feijó, foram os municípios de Panelas e Altinho e o povoado de Lagoa dos Gatos sacudidos por uma verdadeira Guerra Civil, que se denominou Guerra dos Cabanos. Êstes em número elevado, pegaram as armas contra o Govêrno. Vários batalhões foram enviados para sufocar a rebelião. Serviu a cidade de Altinho de quartel-general das fôrças imperiais. Numa das lutas ali travadas, foi ferido o Barão de Buique. Por essa época, se estava construindo a matriz. Dos seus alicerces e sapatas, fizeram os cabanos suas trincheiras e dali dispararam contra as fôrças do Exército Imperial que se aquartelou na casa onde nasceu o Barão de Contendas. Essa luta que tanto sangue derramou e que tantos sacrifícios custou, findou-se com a intervenção do Bispo de Olinda, D. Pedro da Purificação Perdigão, que em nome do Govêrno Imperial, pediu aos cabanos que depusessem as armas. Foi atendido, com a condição de os cabanos nada sofrerem. O Bispo lhes concedeu, em nome do Govêrno, anistia geral.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está a 139 km em linha reta da capital, em direção O.S.O., situada a 360m de altitude, na Zona Agreste do Estado. As coordenadas geográficas são as seguintes: Latitude S. 8º 30' 46"; Longitude W.Gr. 36º 00' 10".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição climática dos tipos *Bshs'* e *As'*, com predominância do primeiro: semi-árido, quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 778 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com as apurações do Censo de 1950, havia 38 233 hab., sendo 18 289 homens e 19 944 mulheres. Densidade demográfica de 49 hab./km². Da população, 5,3% residem no quadro urbano. Estimativa do DEE, para 1.º — VII — 1957: 44 115 habitantes.

Aglomerações urbanas — Cidade de Altinho (2 880 hab.) e duas vilas (Ibirajuba, 522 hab. e Ituguaçu, 89 hab.).

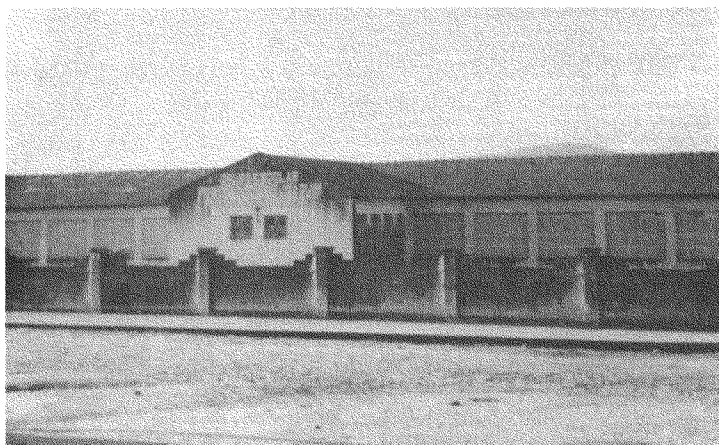
ATIVIDADES ECONÔMICAS — A população tem 36,9% ocupado no ramo "agricultura e pecuária", e o restante no comércio, na prestação de serviços e na indústria. Milho, feijão, café, algodão, mandioca, e frutas são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária também merece citação, pois, representa uma das fontes de renda local. Funcionam 11 estabelecimentos industriais no município. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas no município, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	3 000	390 000,00
Café	»	20 400	4 896 000,00
Feijão	Saco 60 kg	15 600	4 680 000,00
Mandioca	Tonelada	5 920	4 487 360,00
Milho	Saco 60 kg	45 000	3 375 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e mais aos seguintes municípios: São Caitano, Caruaru, Agrestina, Panelas, Jurema, Canhotinho, São Bento do Una, e Lajedo. É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 166 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, 166 km, misto (27 km até Caruaru e daí, por via férrea, 139 km até o Recife) e 139 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 5 estabelecimentos do comércio atacadista e 16 do comércio varejista na sede municipal. Não há agências bancárias. Funciona uma Cooperativa de Crédito.

ASPECTOS URBANOS — Há dois logradouros com uma área pavimentada de 2.800m² representando 10% da área total. A iluminação pública abrange 18 logradouros, o mesmo acontecendo com a iluminação domiciliária, atingindo esta um total de 210 ligações. O abastecimento dágua serve a dez logradouros, com um total de 106 prédios abastecidos. Nos quadros urbano e suburbano, estão situados

Escola Normal Regional Santa Terezinha.

Grupo Escolar Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia.

1.172 prédios onde há instalados dois hotéis, um Cine-Teatro e a Agência dos Correios e Telégrafos. Na Coletoria Estadual foram registrados 7 automóveis e 20 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta o Pôsto Municipal de Higiene, cujas condições de auxílio à população são as mais precárias. Há um médico, um farmacêutico, um dentista e duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 10,2% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 37 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 695 alunos matriculados; 14, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	489	158	455
1951	...	...	587	198	563
1952	...	1 412	726	223	579
1953	...	1 461	1 100	257	710
1954	...	1 462	930	239	852
1955	...	1 930	1 116	261	1 161
1956	...	2 059	1 623	354	738

(1) A arrecadação é feita englobadamente pelo município de São Caitano

EFEMÉRIDES DO PASSADO — Altinho já teve seu período áureo Sociedade bem organizada, fazia gôsto assistir-se a uma festa ali: de caráter religioso, ou profano. Havia teatro, banda de música, clubes, etc. Veio a decadência e, com ela, o desaparecimento da antiga sociedade. O velho teatro que foi construído com esfôrço inaudito do Dr. Joaquim Freire, antigo Juiz Municipal de Altinho, que tantas peças levou ao palco, constituindo um patrimônio artístico para Altinho, está hoje esquecido. A "velha guarda" que fazia o teatro ainda existe. É a nata da antiga sociedade e figurando as seguintes pessoas: Dr. Joaquim Freire, Caetano Bento de Figueiredo, Inácio de Arruda, Herculano Oliveira, Hipólito de Mendonça, Políbio Lemos, José Barros Correia, Félix de Barros, Maria do Patrocínio, Júlio Olegário, Luiz Rodrigues e muitas outras. Das aludidas pessoas faleceram o Doutor Joaquim Freire e Herculano de Oliveira. A *Banda Musical* era composta de 25 figuras sob a regência do Sr. Sebastião Cordeiro. Não se sabe a data da fundação. Apenas que em 1888, o padre Manoel Zacarias a reorganizou. Denomina-se "Santa Cecília" e hoje está em decadência, com apenas 9 figuras, sem fardamento e sem instrumental à altura de suas tradições.

Grande festa foi realizada, em 1926, na inauguração da luz elétrica, de propriedade do Sr. Manoel Licó da Fonseca Falcão. Foi verdadeira apoteose. Acorreram milhares de pessoas dos municípios vizinhos. Para se ter uma idéia de sua importância, basta saber-se que naquela época, ou seja, há 30 anos, contavam-se mais de 20 automóveis vindos de outros municípios trazendo pessoas importantes. Caruaru enviou a sua representação, tendo à frente o coronel João Guilherme de Pontes. Houve missa solene em frente ao prédio onde estava instalado o motor. Barracas de prendas, bares ao ar livre, davam um colorido especial à festa. À noite, houve bênção do Santíssimo Sacramento e intronização da imagem de Nossa Senhora da Luz. Dezenove anos mais tarde, era rescindido o contrato entre a Emprêsa e a Prefeitura. A cidade ficou sem luz. Eleito prefeito dêste município em 1947, o Sr. José Félix Rodrigues, dotou o município do importante serviço de iluminação. Atualmente, por coincidência, foi o mesmo Sr. José Félix Rodrigues novamente eleito prefeito do município e adquiriu um possante motor para a iluminação, visto que o antigo não atendia às necessidades locais.

Outra festa importante, foi a comemoração do Centenário da Paróquia, em 1937, quando Vigário, o Monsenhor Bernardino de Carvalho. Como marco comemorativo da efeméride, ergue-se a imponente imagem de "Cristo Crucificado", à frente da matriz. Escultura feita pelo Padre Francisco Gerardts, antigo vigário de Água Preta. Tôda de cimento, a imagem pesa 800 quilos e está situada ao centro de uma área ajardinada e cercada de grades. É majestosa, tendo sua bênção sido dada por D. João da Mata Amaral, naquele tempo Bispo de Cajàzeiras (Paraíba) e que veio especialmente à sua terra natal para a festa do Centenário.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dos filhos ilustres do município destacaram-se, entre outros, o Dr. Antônio Epaminondas de Barros Correia, Barão de Contendas, nascido nesta cidade do Altinho, numa casa que mais tarde foi demolida e em cujo local está a residência do Sr. Izaías Ferraz, Tabelião Público. Era o Barão de Contendas filho do primeiro professor público desta terra, Francisco Joaquim de Barros Correia, patrono do atual Grupo Escolar. Fêz seus primeiros estudos em Altinho mesmo. Transferido para Recife, concluiu o curso secundário, no Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, para depois matricular-se na Faculdade de Direito do Recife, onde, com brilhantismo, bacharelou-se. Em seguida, foi nomeado promotor público da comarca de Caruaru, aliás, o primeiro promotor daquela comarca. Exerceu ainda o cargo de Juiz Municipal do Brejo da Madre de Deus. Sentindo-se seduzido pela política, nela ingressou, após o seu casamento com a filha do Barão de Escada. Foi deputado provincial, presidente da comarca por várias vêzes. Exerceu, em caráter interino as funções de Governador do Estado, por duas ou três vêzes, tendo sido deposto por ordem do Presidente Floriano Peixoto, por ser contrário à política adotada por aquê-

le Marechal. Cientificado de que seria deposto, organizou a resistência, ocorrendo então sério conflito entre as fôrças do Exército e da Polícia. Aconselhado por amigos, resolveu entregar o govêrno, descendo as escadas do Palácio de fronte erguida, e recusou as garantias que lhe foram oferecidas, alegando que "os meus atos garantem a minha vida. Não fiz mal a ninguém e deixo o govêrno de consciência tranqüila". Foi ainda deputado geral e agraciado pelo Imperador com o título de "Barão de Contendas", título êsse escolhido por José Mariano, seu grande amigo. Faleceu em 1905, em Amaraji, cercado da gratidão e do respeito de todos os pernambucanos. É por isso considerado, com justiça, o mais ilustre filho de Altinho. *D. João da Mata Amaral* — Nasceu na fazenda "Boqueirão" do segundo distrito, dêste município. Fêz os seus estudos no Seminário de Olinda, tendo cantado a primeira missa na capelinha de São Francisco, localizada no povoado de Picirongara. Nomeado Vigário de Bom Jardim, grangeou logo a simpatia do povo daquela cidade. Culto e virtuoso, foi escolhido para bispo de Cajàzeiras, no Estado da Paraíba. Dali, foi transferido para o bispado de Manaus e, depois, para o de Niterói, onde faleceu. Eram seus pais o Sr. França Amaral e D. Dora Amaral. Sua morte foi grandemente sentida. Era êsse grande sacerdote um ilustre filho de Altinho.

Altinho possui 1 agrônomo, 9 vereadores em exercício e 7 601 eleitores inscritos. O prefeito é o Sr. José Félix Rodrigues.

(Autor do histórico — José Afonso Maia — A.E.; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

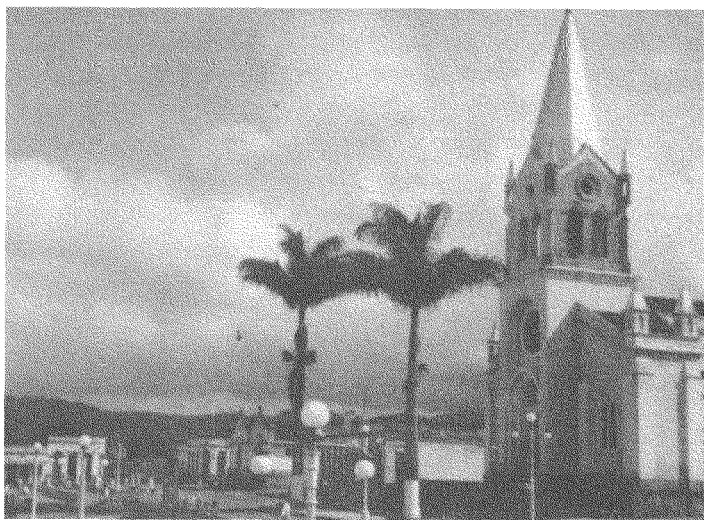
Imagem de São José, padroeiro da cidade.

AMARAJI — PE

Mapa Municipal na pág. 202 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — É a seguinte a tradição corrente sôbre a origem do município: Em 1868, no dia 23 de julho, os habitantes da zona em que está situado o município, então distrito da Escada, dirigiram um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal de Escada, pedindo a criação de uma feira no Engenho Garra, no local onde hoje é a sede do município. O pedido foi despachado favoràvelmente, designando-se o domingo para o dia da feira. Aumentando o movimento da feira, surgiram alguns estabelecimentos comerciais e, após êles, pouco a pouco, outras habitações. Formou-se depressa um núcleo, fêz-se a povoação, cresceu e continuou a desenvolver-se sempre com prosperidade. Os primeiros povoadores do novo município, procederam da Capital do Estado. A entrada dos mesmos data, mais ou menos, do ano de 1850. As causas determinantes do povoamento inicial da sede do município foram concessão de sesmaria, edificação de engenhos de açúcar e criação de uma feira. Na atual população do município, ainda sobrevivem os mesmos costumes, formas de pensamentos, de sentimentos e crenças dos seus antepassados. O Município foi elevado à atual categoria em 11 de outubro de 1890. Nesse tempo, era Presidente da Junta Governativa da Província o Barão de Lucena. São desconhecidos os nomes dos primeiros desbravadores das terras onde está situado o município, reportando-se, entretanto, os fatos, aos nomes dos primeiros agricultores que fundaram os primeiros engenhos de açúcar: Manoel Macena Barbosa da Silva, que fundou o engenho "Sete Ranchos"; João Ferreira Tabosa, que fundou o engenho Cororom, hoje Aurora; Simão Ferreira, que fundou o engenho Brejo, hoje Timorante; Luiz de Andrade, que fundou o engenho Garra, local onde hoje está localizada a sede do município.

Vista parcial da cidade.

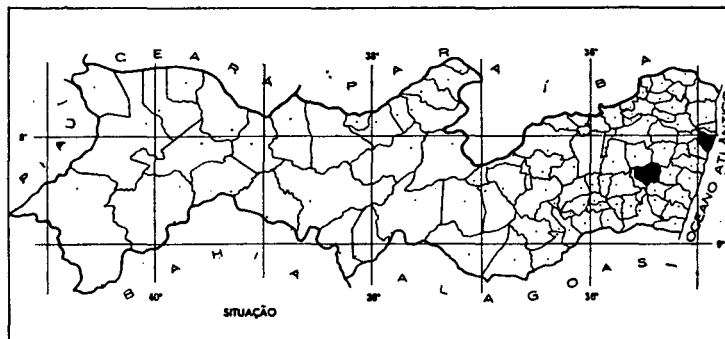
COMÊÇO DE AMARAJI — Estabelecimentos comerciais e residências foram sendo construídos no local, formando-se aos poucos uma pequena povoação, denominada São José da Boa Esperança. Por iniciativa do comendador José Pe-

Praça Barão de Luceno, ao lado a Matriz de São José.

reira de Araújo, foi erigida uma capela cujo padroeiro foi e continua sendo São José da Boa Esperança. Em 28 de junho de 1884, a Lei 1 838, elevou à freguesia, sob a invocação de São José da Boa Esperança, tendo por sede a povoação do mesmo nome, então 4.º distrito de Paz da Comarca de Escada. Em 1889, a Lei Provincial n.º 2.137, de 9 de novembro deu-lhe a categoria de Vila, ainda com a denominação de São José da Boa Esperança. Em 24 de setembro de 1890, o Decreto n.º 17, desmembrou-a do município de Escada e lhe deu o atual nome de Amaraji; sua instalação como município, ocorreu no dia 11 de outubro de 1890, data de sua emancipação política. Posteriormente, o Decreto Estadual n.º 22, de novembro de 1890, considerou os povoados de Cortês e Pedra Branca, aquêle de Bonito e êste de Vitória de Santo Antão, como pertencentes ao novo Município. A 30 de setembro de 1892, foi feita a primeira eleição e escolhidos os seus representantes. A 1.º de janeiro de 1893, o Prefeito eleito declarou constituído o município. Com a criação da comarca em 1893, foi seu primeiro Juiz de Direito o Dr. José Antônio de Melo, cuja primeira audiência foi no dia 14 de dezembro de 1893. Finalmente, em 1909, a Lei Estadual n.º 991, de 1.º de julho, elevou-a à categoria de cidade.

Na Divisão Administrativa, em 1911, o município do Amaraji figura com os distritos de Amaraji, Aripibu e Cortês, aparecendo no quadro da divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com mais um distrito, — o de Primavera.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município perdeu o distrito de Aripibu, desfalcado de parte do seu território, transferido para o município do Ribeirão, e adquiriu para o distrito de Cortês o território do extinto distrito de Ilha das Flôres, do município do Bonito. Segundo a divisão territorial, fixada pelo supracitado Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Amaraji compõe-se dos distritos do Amaraji, Cortês e Primavera.

Tal situação foi mantida na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar em 1944-1948, observando-se, entretanto, que, nesse período, o distrito de Primavera se denomina Caracituba. De acôrdo com a Lei estadual n.º 1.818, de 29 de dezembro de 1953, perdeu o município o distrito de Cortês, que passou a ser cidade. A Lei estadual n.º 1.959, de 17 de novembro de 1954, alterou o topônimo do distrito de Caracituba para Primavera de Santo Antônio.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 75 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral—Mata. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8° 25' 20" de latitude Sul, 35° 26' 20" de longitude W.Gr. Altitude — 290m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição entre as zonas climáticas *AS'* e *AMS'*, com forte predominância do primeiro. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão.

ÁREA — 429 km². (Estimativa).

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950 são 21 590 os habitantes do município, sendo 11 257 homens e 10 333 mulheres. A densidade demográfica é de 50 hab./km²; 9,1% da população reside no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 24 911 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Amaraji 2 271 hab. e uma vila (Primavera de Santo Antônio, ex-Caracituba, 1 955 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população, 31,5% está ocupada no ramo "agricultura e pecuária", e o restante no comércio, na indústria e na prestação de serviços. A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola do município, tendo sua produção, em 1955, atingido a 112 000 toneladas. É a base econômica do município. Mandioca (2 260 toneladas)

Gruta de N. S.ª de Lourdes.

Rua Rocha Pontual, ao fundo a Igreja Matriz de São José.

e banana (80 000 cachos) são também cultivados. Há 33 estabelecimentos industriais, ocupando 630 pessoas.

O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	95 000	950 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	110 000	27 500 000,00
Mandioca	»	2 265	725 700,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Gravatá, Vitória de Santo Antão, Escada, Ribeirão e Cortês. É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 87 km da Capital estadual, por meio de rodovia, 87 km misto (33 km por rodovia até Escada e daí por ferrovia, 54 km) e 75 km por via aérea. O município possui dois campos de pouso, localizados nas propriedades "Garra" e "Batateiras", para pequenos aviões, de uso particular.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é mínimo. Apenas 5 estabelecimentos varejistas funcionam na sede municipal. Não há agências bancárias. Funciona uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — As ruas não são pavimentadas, entretanto, existem três delas ajardinadas e uma arborizada e ajardinada, simultâneamente. Há iluminação elétrica, pública e domiciliária, em 22 logradouros, dos 34 existentes. Há um hotel e um cinema, com a lotação de 195 lugares, funcionando uma vez por semana. Amaraji conta com uma agência dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município existem um Pôsto de Higiene Estadual, de clínica geral e um ambulatório de assistência médica do Centro Social de Amaraji, o qual possui farmácia e lactário. Um médico e um farmacêutico exercem a profissão.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16,6% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 32 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 192 alunos matriculados; 6, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 917	1 403	1 108	542	1 082
1951	2 409	2 083	1 235	597	1 497
1952	2 523	2 722	1 318	753	1 202
1953	1 473	2 451	1 593	723	1 619
1954	3 332	2 881	1 295	427	1 360
1955	2 127	2 418	1 488	640	1 515
1956	...	...	1 400	578	...

FESTEJOS POPULARES — Como tradicionais, assinalam-se as festas de São João e de São Pedro, nos dias 24 e 29 de junho. Festejam-se na cidade, nas vilas e nos principais engenhos, com fogueira e bailes onde se reúnem as famílias da redondeza. Na região, é muito comum, nas festas de São João e São Pedro, a tradicional canjica e derivados. Comemoram-se, também, no município, as festas do Natal e Ano Bom e as dos Padroeiros, que são os seguintes: na cidade, em 19 de março, festa de São José, na vila de Caracituba, em 1.º de novembro, festa em comemoração a Santo Antônio. Nestas festividades, que são de caráter religioso, são adotados muitos atos profanos como sejam: danças, diversos tipos de jogos, barracas de prendas, carrocéis, etc.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Existe no município uma queda dágua de regular importância, com a fôrça calculada de 11 mil cavalos, ainda inexplorada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 havia 6 725 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício; dois advogados em atividade. Entre os filhos ilustres, cumpre ressaltar os nomes dos seguintes: Comendador José Pereira de Araújo — Teve grande projeção na vida política do município e sendo o fundador da cidade, em sua honra, uma das melhores praças, tem ali seu nome. Dr. Carlos de Lima Cavalcanti — Chefe Civil da Revolução de 30, e primeiro Interventor do Estado. Dr. Mário Domingues — Deputado Federal em diversas legislaturas e como Presidente da Câ-

Estação da Rádio Educadora.

mara dos Deputados, assumiu em 1922 o Govêrno do Estado, enfrentando as ameaças de Intervenção Federal. O Prefeito é o Sr. Jorge Coelho da Silveira.

(Autor do histórico — José Pereira de Barros Araújo — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ANGELIM — PE

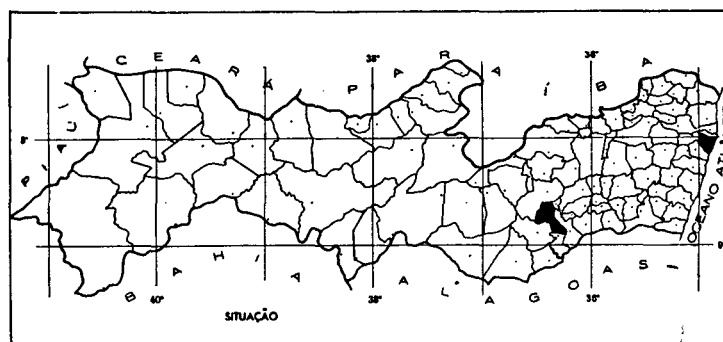
Mapa Municipal na pág. 584 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1887, com a inauguração da estação ferroviária Segismundo Gonçalves, da Great Western, no local onde hoje é a cidade de Angelim, surgiram os primeiros sinais de progresso. Até então, a localidade era uma propriedade agrícola, possuindo uma dezena de habitações em agrupamento. Como não existiam veículos motorizados, todo o comércio com as vilas e povoados, como: Correntes, Palmeira, Poço do Coelho, Poço Comprido e adjacências, era feito em animais, mesmo para localidades mais distantes. O advento da via férrea veio dar novo alento aos agricultores e comerciantes circunvizinhos, que passaram a utilizá-la como principal meio de escoamento dos seus produtos. O mesmo acontecia com o movimento comercial de importação. Surgiram, nas proximidades da estação, várias construções, inclusive alguns estabelecimentos comerciais. A Lei municipal n.º 42, de 22 de dezembro de 1908, criou o distrito com sede na povoação de Angelim, sendo elevado à categoria de vila, por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, figurando como distrito do município de Garanhuns. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Palmeira, com sede na povoação de igual nome, e território desmembrado dos municípios de Canhotinho e Garanhuns (distrito de Angelim). O Decreto estadual n.º 74, de 6 de junho de 1931, transferiu a sede municipal de Palmeira para Angelim, recebendo o novo município esta denominação, ocorrendo a instalação no dia 16 de junho do mesmo ano. A origem do nome Angelim é proveniente de uma grande árvore dêste nome, que existia no local onde hoje é a Rua São José, na parte mais central da cidade, à sombra da qual era realizada, semanalmente, uma feira, sendo negociados produtos dos agricultores da circunvizinhança. Sòmente após obter a sua emancipação política, em 1931, foi que Angelim alcançou o seu mais alto grau de desenvolvimento. Pouco a pouco foi a cidade tomando um aspecto mais florescente com o aparecimento de logradouros públicos, e outras construções a cargo da municipalidade. O primeiro prefeito do município foi o Sr. Miguel Calado Borba.

Vista parcial da cidade.

Rua, Praça e Matriz de São José.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — De conformidade com os quadros da divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, com o anexo ao Decreto-lei n.º 92 de 31-3-1938, o município de Angelim era o têrmo jurídico da comarca de Canhotinho. Confirmaram esta situação, os Decretos-leis estaduais números 235 e 952, de 9-12-1938 e ...... 31-12-1943, respectivamente, vigentes nos qüinqüênios .... 1939-1943 e 1944-1948, com os seguintes distritos: Angelim, Jupy, Palmeirina (ex-Palmeira) e Jucaty (ex-Pindorama). Em 1948, o Decreto-lei estadual n.º 209, de 9 de setembro, estabelecia o têrmo jurídico único da comarca de Angelim, com sede na cidade do mesmo nome, verificando-se a instalação no dia 3 de outubro do referido ano. A Lei n.º 419, de 31-12-1948, criou o município de Palmeirina, com território desmembrado dêste município e com sede na vila de igual nome. A partir de 1949, é sede de comarca com os distritos de Jucaty e Jupy.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Angelim está situada a 179 km da Capital, em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 8° 53', de latitude Sul, e 36° 18', de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição entre os tipos *AS'* e *Csa*. Êsse segundo tipo em virtude da proximidade da serra. Com ligeira predominância mesotérmica de verões quentes, com chuvas de outono-inverno. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

Prefeitura Municipal.

ÁREA — 372 km².

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Censo de 1950, havia 29 374 habitantes no município, sendo 13 898 homens e 15 476 mulheres; densidade demográfica: 79 habitantes por km². Da população 6,5% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-957: 33 893 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Angelim (1 231 hab.) e duas vilas (Jucati e Jupi, com 419 e 921 habitantes, respectivamente).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população, 31,2% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária" e o restante no comércio, na indústria e na prestação de serviços. O café é a cultura-base da economia do município. Sua produção

Igreja Matriz de São José.

em 1956 atingiu a 7 000 sacos de 60 quilos. Algodão, mandioca, cebola, fumo e milho são também cultivados. Sete estabelecimentos industriais funcionam no município. O volume e o valor das principais culturas agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	498 000	3 751 600,00
Café	»	322 500	7 310 000,00
Cebola	»	267 000	1 424 000,00
Fumo	»	92 250	984 000,00
Milho	Saco 60 kg	13 200	1 716 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Angelim está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: São Bento do Una, Canhotinho, Garanhuns, Palmerina, Lajedo (PE) e São José da Laje (AL). É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 265 km da Capital estadual, por

Grupo Escolar Azarias Salgado.

meio de rodovia, 243 km por ferrovia e 179 km, por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Dois estabelecimentos do comércio atacadista e 15 varejistas funcionam na sede municipal. Não há agências bancárias. Uma cooperativa (Cooperativa Agropecuária de Angelim Ltda.), está em funcionamento.

ASPECTOS URBANOS — Dos 18 logradouros existentes, 7 são pavimentados a paralelepípedos, numa área de ..... 4.830 m², e 2, arborizados e ajardinados simultâneamente. Há iluminação pública e domiciliária na maioria dos logradouros, contando-se 138 ligações. Há no município 1 cinema, o Cine São José, situado à Rua São José, n.º 180, com lotação para 190 pessoas. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 2 automóveis comuns, 3 jipes, uma camioneta, 1 motociclo, 6 caminhões comuns, com capacidade para 5 e mais toneladas. Uma Agência do D.C.T., 2 hotéis com a diária de Cr$ 70,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — São em número de três (3) os estabelecimentos que prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva: Pôsto Municipal de Higiene; Pôsto do Serviço Nacional de Endemias Rurais; e o Dispensário de Higiene Infantil. Há uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 10,4% sabem ler e escrever. A percentagem corres-

pondente para o Estado é de 27,5%, segundo apurou o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 54 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 623 alunos; 7, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais diários. Funciona uma biblioteca com pouco mais de 500 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	678	558	213	554
1951	—	1 656	788	343	820
1952	—	2 236	926	405	908
1953	—	1 822	1 190	510	1 146
1954	—	2 157	1 044	465	910
1955	—	2 499	1 177	508	1 128
1956	—	(2) 2 753	1 140	...	(3) 1 140

(1) O Município não tem Coletoria Federal. O órgão responsável pela arrecadação é a Coletoria Federal de Canhotinho. — (2) Arrecadação até o dia 15-12-56. — (3) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é grande produtor de caju, entretanto tal ocorrência não proporciona uma boa fonte de renda por falta de indústria ao referido fim. Apenas a castanha é vendida, cuja produção no corrente ano atingiu aproximadamente 1 300 sacos de 60 quilos. Existe no município a Colônia Agrícola Estadual Ôlho Dágua, localizada no distrito de Jupi, com uma área de 952 hectares. Também é bastante desenvolvida a produção do agave, muito empregado na fabricação de cordas. Em 1956 contavam-se 9 vereadores em exercício, e 5 055 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. Júlio Vieira Salgado.

(Autor do histórico — Edmundo Bezerra Lopes; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ARARIPINA — PE

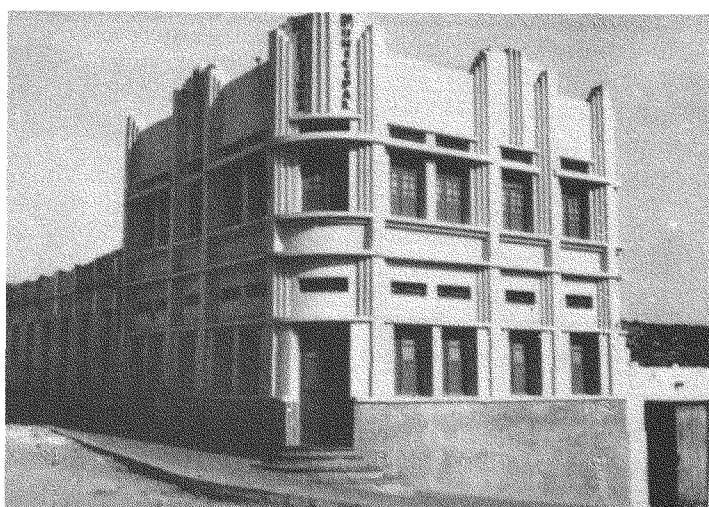
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Por volta da segunda metade do século XIX, era proprietário da Fazenda São Gonçalo o Visconde de Parnaíba, rico senhor que residia na cidade de Oeiras, então capital do Piauí. Mais ou menos em 1860, o paraibano Manoel Félix Monteiro (provàvelmente da cidade de Monteiro, Estado da Paraíba), casado com D. Teutônia Teixeira Leite, comprou a fazenda ao dito Visconde. Sendo constrangido a abandonar a família por desentendimento com a espôsa, Manoel Monteiro, vendeu ferro e sinal ao mesmo Visconde, ficando as terras em poder da espôsa. Em 1877, já era proprietário da Fazenda, o cearense Daniel Rodrigues Nogueira, primeiro morador do sítio onde se erigiu o povoado de São Gonçalo, cujos fundamentos já haviam sido lançados pelo padre Ibiapina, famoso Missionário nordestino, natural do Ceará, através da construção da capela, no ano de 1871. Ao lado de Daniel Nogueira, fixaram residência no povoado, ou nas proximidades,

Vista parcial da cidade.

auxiliando nos trabalhos da construção do mesmo: Vitor José Modesto, pernambucano de Águas Belas, que deixou numerosa descendência; Francisco das Chagas, também patriarca de grande família; Ângelo Dias de Oliveira, cearense, com grande descendência; Henrique Alves Batista, também de copiosa prole; c.el Antônio Modesto, homem de grande prestígio político, filho de Vitor José Modesto; José Martins de Alencar; José Flôr, Antônio Argentino, Alexandre Arraes, Severo Cordeiro dos Santos, elemento destacado na política local, baiano de Senhor do Bonfim; João Pedro da Silva, da cidade de Ouricuri. Pela Lei municipal de 1.º de julho de 1893, foi criado o distrito de São Gonçalo, que então contava com 8 ou 10 casas e a capelinha de Nossa Senhora da Conceição, primeira e única padroeira do lugar. A Lei estadual de 1.º de julho de 1909, de número 991, elevou à vila o povoado, como distrito de Ouricuri. Por essa época, eram principais habitantes do São Gonçalo do Sauhen, e elementos influentes na vida social e política local: o citado c.el Antônio José Modesto; José Francisco das Chagas, acima também citado; João Pedro da Silva, Henrique Alves Batista, Severo Cordeiro dos Santos; Zeferino da Costa Feio; Antônio Pires de Holanda, paraibano; Manoel Mestre, velho professor; Joana de Lavor Papagaio, viúva de Antônio Balbino de França; Severino Mendes; Antônio Dias de Maria; Boaventura Praxedes de Alencar, cearense residente no sítio Sauhen, onde erigiu uma igrejinha dedicada à Senhora Santana, o qual exerceu por muito tempo o cargo de Comissário de Polícia, para repressão aos inúmeros bandidos que infestavam a zona; Antônio Merecê; Antônio Barros Muniz; c.el Pedro Cícero da Rosa Muniz, tabelião e influente chefe político; Joaquim Alexandre Arraes e Joaquim José Modesto. Em 1922, o Senhor D. José Lopes, bispo de Pesqueira, criou a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de São Gonçalo do Sauhen. Até 1933, ficou sob a responsabilidade do vigário de Ouricuri. A 14 de junho de 1923, chegou de Floresta do Navio o primeiro vigário residencial, padre Luiz Gonzaga Kerhle. Começou então nova era para São Gonçalo. Surgiu a primeira Escola Estadual e vieram vários melhoramentos. A igrejinha fundada pelo padre Ibiapina foi reformada. O cemitério contíguo à dita igreja foi fechado e construído outro. Em 1928, começou a luta pela independência do distrito. O panorama político-social de 1920 a 1930 é quase o mesmo, acrescido agora da atuação decidida do Vigário, homem de larga visão, inteligente e trabalhador. A 11 de setembro de 1928, era criado o município de São Gonçalo,

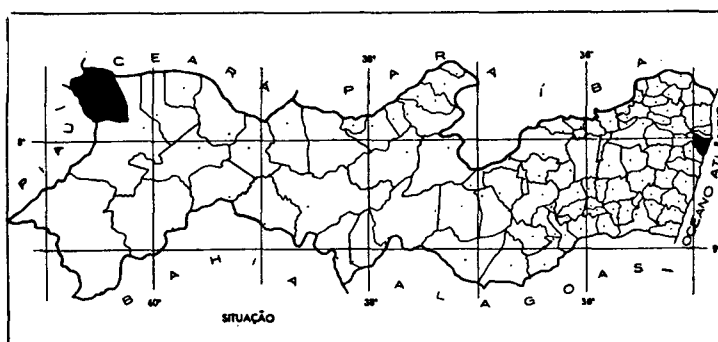
pela Lei estadual n.º 1 931, desmembrado do de Ouricuri, recebendo São Gonçalo o nome de cidade. A instalação do novo município ocorreu em 1.º de janeiro de 1929. Os elementos que mais se salientaram na batalha da libertação, foram: o c.el Joaquim José Modesto; o c.el Francisco da Rosa Muniz; o citado padre Luiz Gonzaga; Francisco Pedro da Rocra; major Joaquim Alexandre Arraes; c.el Pedro Cícero da Rosa Muniz e c.el Antônio Modesto. O primeiro Prefeito, foi o c.el Joaquim José Modesto e Delegado de Polícia o major Joaquim Alexandre Arraes. Atualmente é Prefeito, o Sr. Joaquim Pereira Lima; Vice-prefeito Manoel Ramos de Barros; subprefeito do 2.º distrito (Morais) Moisés Bom de Oliveira e subprefeito do 3.º distrito (Nascente) Ancilon Mendes da Costa. É vigário da paróquia o padre Gonçalo Pereira Lima. O topônimo Araripina que substituiu o de São Gonçalo, pelo Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, presume-se tenha sido originado pela localização do município nas imediações da chapada do Araripe.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de São Gonçalo foi criado pela Lei municipal de 1.º de julho de 1893, e elevado à categoria de vila por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911", São Gonçalo figura como distrito do município de Ouricuri. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de São Gonçalo com território desmembrado do de Ouricuri, concedendo à sede municipal foros de cidade. A instalação do novo município ocorreu a 1.º de janeiro de 1929. Segundo o quadro da divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como os de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, São Gonçalo compõe-se de 2 distritos: São Gonçalo e Morais. Pelo decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, São Gonçalo adquiriu o distrito de Ôlho d'Água do município de Ouricuri. Na divisão territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecida pelo mencionado Decreto-lei número 235, São Gonçalo divide-se em 3 distritos: São Gonçalo, Morais e Ôlho d'Água. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas, no município de São Gonçalo, as divisas entre os distritos de São Gonçalo e Morais. De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que

Prefeitura Municipal.

Ginásio São Gonçalo.

fixou a divisão territorial, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o município de São Gonçalo passou a denominar-se Araripina, permanecendo constituído por 3 distritos: Araripina (ex-São Gonçalo), Morais e Nascente (ex-Ôlho d'Água). Esta situação permanece, havendo, apenas, a criação do Distrito de Trindade, não instalado, conforme Lei municipal n.º 399, de 16 de fevereiro de 1957.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937 e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, São Gonçalo é têrmo jurídico da comarca de Ouricuri, assim continuando na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Araripina com o têrmo de Araripina (ex-São Gonçalo), desmembrado da comarca de Ouricuri. Distritos componentes: Araripina (ex-São Gonçalo), Morais e Nascente (ex-Ôlho d'Água). Confirmada pela Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, em vigor.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal dista da Capital 623 km em linha reta, na direção O.N.O. Pertence à Zona Fisiográfica do sertão do Araripe. As coordenadas geográficas são as seguintes: Latitude S. 7º 32' 45", longitude W.Gr. 40º 34'; Altitude, 620 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Bsh* — semi-árido quente (alternado pela altitude). Plantado na chapada do Araripe, apresenta as seguintes temperaturas em grau centígrado: Média das máximas 28; média das mínimas 23; média compensada 24, altura total da precipitação no ano 570,1 mm. Obs. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição.

ÁREA — 2 146 km².

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 apurou 29 542 hab., sendo 14 531 homens e 15 011 mulheres. Densidade demográfica: 14 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 9% residem no quadro urbano. Município: Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957 — 34 087 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Araripina (3 160 hab.) e duas vilas (Morais, 423 hab. e Nascente, 208 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população 46,7% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária" e o restante no comércio, na indústria e na prestação de serviços. A mandioca é a principal cultura agrícola, representando a base da economia local. Funcionam 502 estabelecimentos industriais (casas de farinha), com uma produção estimada em 1 200 000 sacos de farinha em 1956. Milho, feijão e mamona são também cultivados. A pecuária é regularmente desenvolvida. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Feijão	Saco 60 kg	106 000	11 660 000,00
Mamona	Quilograma	2 000 000	3 200 000,00
Mandioca	Tonelada	253 500	63 550 000,00
Milho	Saco 60 kg	212 000	23 320 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Araripina está ligado à capital estadual e aos seguintes municípios: Ouricuri (PE), Jaicós, Paulistana, Fronteiras, (PI) Campos Sales e Araripe (CE). É servido por linha de ônibus interestadual. Acha-se a 704 km da Capital estadual, por rodovia, 702 quilômetros mistos (210 km por rodovia até Serra Talhada e daí por ferrovia, 492 km) e 623 por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 22 estabelecimentos do comércio atacadista e 110, do varejista, na sede. Não há agências bancárias. Há uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Existem 34 ruas, sendo 4 delas pavimentadas, numa área estimada de 4 600 m², a paralelepípedos. Existem 1 005 prédios nas zonas urbana e suburbana. Dezenove logradouros possuem iluminação pública e domiciliária, com 568 ligações. Há uma agência dos Correios e Telégrafos. Estão registrados na Coletoria Estadual 32 veículos a motor, sendo 4 automóveis e 28 caminhões. Possui também 11 pequenos hotéis e 1 cinema, com capacidade para 110 espectadores sentados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem no município 1 farmácia com 3 farmacêuticos em atividade, 1 Setor de Endemias Rurais, mantido pelo Govêrno Federal, e 1 Pôsto Médico, mantido pelo Govêrno Estadual.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 70 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 524 alunos matriculados; 9, do ensino supletivo e complementar.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais. Existem duas bibliotecas no município (1 particular e 1 pública).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	472	662	252	416
1951	...	879	765	377	743
1952	...	1 368	999	379	818
1953	...	1 345	1 054	377	778
1954	...	1 635	1 145	385	914
1955	...	2 137	1 551	544	1 509
1956 (1)	...	(2) 3 000	(3) 2 000	884	1 300

(1) Orçamento — (2) Até 30-11-1956. — (3) Até 31-12-1956.

Instituto São Vicente de Paula e Centro de Obras Sociais.

FESTEJOS POPULARES — Os festejos mais notáveis no município são o de Natal, que se caracteriza pelas Missas, sempre procuradas em todos os povoados; danças e jogos diversos; loterias improvisadas; queima de fogos de artifício etc. Os festejos de São João se manifestam diversamente: fogueiras, canjicadas, acompanhadas de bebidas de mesa, aluás, ponches e licores; milho assado na fogueira, balões, tomada de padrinhos e madrinhas, de compadres e comadres, prognósticos sôbre casamentos, noivados, vida longa ou até o outro São João; procissões com árvores para a fogueira, ao canto do "Mineiro Pau", etc. Festejos de ordem religiosa com procissões tradicionais, temos: na cidade de Araripina a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar, a 8 de dezembro, quando quase tôda a população do município e vizinhança se encontra na cidade. Na vila de Morais, a festa do padroeiro, Senhor do Bom Jesus, é uma tradição memorável que se renova cada ano no dia 6 de agôsto, com demonstração de piedade e alegria expressas em pagamento de promessas, comparecimento de pés descalços à procissão, condução do andor, etc. Outra festa tradicional se celebra na vila de Nascente, a 15 de agôsto de cada ano, ainda em honra do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, com as mesmas características das celebrações da vila de Morais. Registra-se ainda outro festejo anual, a 26 de julho, em honra da Senhora Santana na sua capela no sítio Sauhen, que serviu de designativo a Araripina, quando tinha o nome de São Gonçalo de Sauhen. A uns dois quilômetros e meio de Araripina, no sítio Bôca da Mata, existe uma capelinha onde o povo faz e paga promessas a uma imagem que chamam Verônica, mas que é a Santa Face de Cristo, pintada a óleo: rosto comprido e oval, olhos alongados, cabelos rijos e repartidos ao meio, barba e bigodes também rijos, tudo muito vivo e cheio de expressão.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Chapada do Araripe, abrangendo os Estados do Piauí e Ceará. Zona privilegiada do município, altitude superior a mil metros com forte incidência de fósseis marinhos, o que documenta que a região estêve sob o mar.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Existem 7 500 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. Profissionais em atividade: 2 médicos, 2 advogados, 3 dentistas, sendo 2 licenciados. Há dois campos de pouso. O Prefeito é o Sr. Joaquim Pereira Lima.

(Autor do histórico — A.E. — Sebastião Batista Modesto; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo — Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ARCOVERDE — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em data que não foi possível precisar, surgiram em plena caatinga, nas proximidades da "serra da Aldeia Velha", as fazendas "Bredos", pertencentes a João Nepomuceno de Siqueira Melo, e "Ôlho d'Água", a Manuel Pacheco do Couto, êste português e ambos agricultores e criadores. Tudo indica que, ao chegarem, tenham encontrado ali um aldeamento indígena pertencente a alguma tribo que, abandonando o litoral e fugindo à civilização, tenha vindo habitar estas regiões. A designação "Aldeia Velha" dada a uma serra indica a localização do referido aldeamento. Hoje, porém, nada mais além dêsse topônimo nos prova a demora de elementos nativos na região. Com o correr dos anos, a fertilidade do solo e a salubridade do clima ocasionaram a afluência de outros fazendeiros ou de simples moradores. É, porém, em 1865, que, no vale formado pelos serrotes do "Retiro" e do "Cruzeiro" com a já citada serra da "Aldeia Velha", o aglomerado de casas, que se havia formado, toma verdadeiramente aspecto de um povoado. Naquele ano, próximo ao ôlho-d'água que dera o nome à Fazenda de Manuel Couto, é concluída a construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento, por Leonardo Couto, filho do português Manuel Pacheco do Couto, e feita a doação de um patrimônio com quinhentas braças de frente por uma légua de fundo. Estava criado o povoado de "Ôlho D'Água dos Bredos" que tomara o nome das duas primitivas fazendas locais. Daí por diante começaram a surgir as primeiras casas de comércio e, em 1891, o desenvolvimento do povoado era tamanho que o extinto município de Cimbres elevou-o à categoria de distrito, anexando-o ao seu território. Contudo, pouco tempo depois era destituído dessa categoria, voltando a ser simples povoado, situação que permaneceu ainda quase vinte anos. É por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, que o povoado de "Ôlho D'Água dos Bredos" é elevado à vila, desta vez, porém, com a designação de Rio Branco e, finalmente, a Lei municipal n.º 18, de 12 de novembro de 1912, do município de Pesqueira, reabilita-o como seu sétimo distrito. Nessa época possui sua agência postal criada em 1910 e, em 13 de maio de 1912, já fôra inaugurada a estrada de ferro ligando-o com a capital do Estado pelo então Governador General Emídio Dantas Barreto. A criação da feira de gado, no ano de 1916, no local onde hoje se acham construídos os edifícios do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, foi depois da inauguração da estrada de ferro, um dos fatôres de maior importância para consolidação econômica do futuro município. Em 1917 é inaugurada a iluminação elétrica pública e particular, fato que se deve a iniciativa do Senhor Augusto Cavalcanti. Pouco tempo depois, êsse mesmo senhor dotava o distrito de um cinema, o Cine Rio Branco, acrescentando, assim, mais êsse benefício ao distrito, que cada dia se desenvolvia mais. O movimento comercial, a partir do ano de 1918, se intensificou. Torna-se, o distrito, o ponto de convergência dos almocreves que, com seus animais carregados de algodão, peles, cereais, etc., fazem o escoamento dos restritos mercados do alto sertão. Nessa época já são encontradas no distrito grandes casas comerciais. Data daí o movimento emancipador. O povo, principalmente os comerciantes, pretendiam desligar seu distrito do município de Pesqueira e transformá-lo também em município. No início de 1919, reuniram-se no Cine Rio Branco vários elementos de destaque da sociedade local e em agitada sessão resolveram não mais pagar os impostos ao referido município de Pesqueira. Na Capital da República, os jornais "A Noite" e "O Jornal" publicaram o resultado dessa campanha emancipadora, pois o Senhor Antônio Napoleão, correspondente daqueles órgãos de imprensa, lhes enviou a notícia. Entretanto, a política de al-

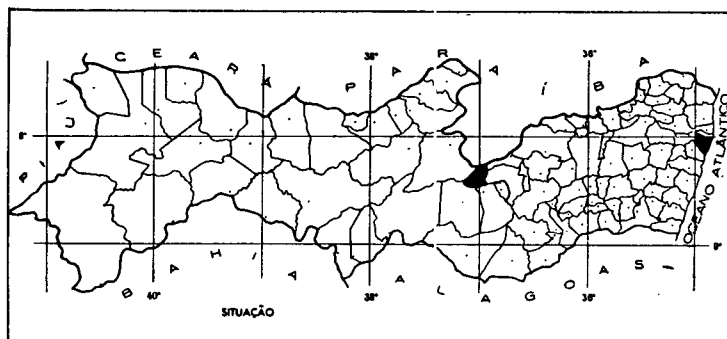
Aspecto parcial da cidade.

guns chefes locais, ligada a interêsses diversos, prejudicou a realização dêsse justo desejo. Só em 11 de setembro de 1928 e por fôrça da Lei n.º 1931, assinada pelo então Governador do Estado, Dr. Estácio Coimbra, foi finalmente, elevado à categoria de município, o distrito de "Rio Branco". Nesse mesmo ano foi eleito o seu primeiro prefeito, o Sr. Adelino Pedro Galindo. Constituía-se o Conselho Municipal dos Srs. Leonardo Guimarães, Presidente; Isaías Gonçalves Lima; Antônio de Pádua Matos Ferreira; Manuel Ramiro da Fonseca; Acacio Gomes de Albuquerque; Julio Pacheco Freire; Florismundo Oliveira; Manuel Cavalcanti de Araújo e José Severo da Silva. É assinado, então, pelo Prefeito, um contrato para fornecimento de luz elétrica, com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. (SANBRA), dotando, dêsse modo, a cidade, de melhor e mais amplo serviço de iluminação. É de apenas quase dois anos a duração dessa edilidade. Em 1930, com a vitória da revolução, foi nomeado prefeito pelo govêrno revolucionário o Sr. Ernesto Lima Rodrigues da Silva que mal chegou a tomar posse, e viu-se obrigado a se dirigir à capital do Estado onde o esperava importante missão do novo govêrno. Com a sua demissão, foi nomeado o Dr. Luiz Coelho Alves da Silva, cuja administração legou a Rio Branco importantes melhoramentos. Em face das eleições que deveriam realizar-se para normalização da vida constitucional do Estado, o Dr. Luiz Coelho, após quatro anos de govêrno municipal, demitiu-se do cargo, sendo substituído provisòriamente pelo secretário da prefeitura, Sr. Antônio Napoleão Arcoverde. Êste, também, no mesmo ano renunciava ao cargo de secretário para candidatar-se a vereador, entregando a prefeitura ao Sr. Oeste Vital de Oliveira que a entregou ao segundo prefeito eleito pelo sufrágio popular, Sr. Gumercindo Cordeiro de Albuquerque Cavalcanti, juntamente com os conselheiros municipais Srs. Antônio Napoleão Arcoverde, presidente; Emídio Soares Brandão; Antônio Napoleão Pacheco; Euclides Arantes; Julio Pacheco Freire; Dr. Augusto Fernandes Viana; Arcelino de Brito Cavalcanti; Altino Siqueira Freire e Pedro Pacheco Luna. Com o golpe de Estado, de 10 de novembro de 1937, como os demais municípios do país, Rio Branco teve sua administração modificada. Em 1938 foi deposto o prefeito Gumercindo Cordeiro de Albuquerque Cavalcanti e nomeado o Sr. Delmiro Freire para substituí-lo; em seguida estêve à frente da Prefeitura Municipal, por nomeação, até 1943, o tenente Olimpio Marques de Oliveira. Sucedeu a êste o Sr. José de Oliveira Pessoa. Foi na administração em aprêço, isto é, pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que o município de Rio Branco teve seu topônimo mudado para Arcoverde, em homenagem a D. Joaquim Albuquerque Cavalcanti Arcoverde — Cardeal. Para ocupar a Prefeitura, em substituição ao Sr. José de Oliveira Pessoa, foi nomeado o Sr. Severiano de Brito Freire, cuja administração foi até 1947.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O município de Arcoverde teve origem nas terras da antiga fazenda de Leonardo Couto, nas quais êste fêz erigir, em 1865, uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora do Livramento. A localidade foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Rio Branco, por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. O distrito foi criado em 12 de novembro de 1912, pela Lei municipal n.º 18. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de I-IX-1920, Rio Branco aparece como distrito do município de Pesqueira. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Rio Branco, com território desmembrado dos de Pesqueira e Buíque. Essa mesma Lei concedeu à vila de Rio Branco foros de cidade. O novo município

foi instalado a 1.º de janeiro de 1929. No quadro de divisão administrativa relativo ao ano de 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como nos de divisão territorial datados de 31-12-36 e 31-12-37, e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 92, de 31 de março de 1938, Rio Branco figura, ùnicamente, com o distrito da sede. Essa situação foi mantida nas divisões territoriais do Estado fixadas pelos Decretos-leis estaduais n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, observando-se sòmente que nesse último período, o município e o distrito se denominam Arcoverde.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Rio Branco teria sido criada em junho de 1934. Nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, os têrmos de Rio Branco e Pedra constituem a comarca de Rio Branco, assim permanecendo na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município, têrmo e comarca de Rio Branco tiveram o seu topônimo modificado para Arcoverde. Segundo a divisão judiciário-administrativa vigente no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo citado Decreto-lei n.º 952, Arcoverde compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, uma vez que o têrmo de Pedra lhe foi desmembrado para formar a nova comarca de Pedra. Esta formação Judiciária foi confirmada pela Lei estadual número 1819, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Arcoverde está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 244 km da Capital do Estado, em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão Baixo. As coordenadas geográficas são as seguintes: latitude Sul 8° 25' 54",1; longitude W.Gr. 37° 03' 31",8; rumo O.S.O. Tem de altitude 664 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bsh-Semi-árido quente, e as seguintes temperaturas em grau centígrado: média das máximas: 32; das mínimas: 18; média compensada: 23; e altura total da precipitação no ano 396,83 mm. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 375 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, há 16 888 habitantes, sendo 7 927 homens e 8 961 mulheres. Densidade demográfica: 45 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 28,8% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-57: 19 486 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Arcoverde: 9 599 hab. Distrito único.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Nove por cento da população estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária", e o restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. A atividade fundamental de Arcoverde é o comércio. Algodão, milho, feijão, mamona e mandioca, tôdas em pequena escala, são as culturas agrícolas do município. Nove estabelecimentos industriais, sendo duas tipografias, funcionam no município.

O volume e o valor da produção agrícola, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	15 300	96 000,00
Feijão	Saco 60 kg	180	108 000,00
Mamona	Quilograma	89 600	358 400,00
Mandioca	Tonelada	350	210 000,00
Milho	Saco 60 kg	1 150	161 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Arcoverde está ligado à Capital Estadual e mais aos seguintes municípios: Sertânia, Pesqueira, Pedra e Buíque. É servido por linhas de ônibus intermunicipais e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 281 km da Capital do Estado, por rodovia, e a 269 km por ferrovia.

COMÉRCIO E BANCOS — São 16 os estabelecimentos do comércio atacadista, e 123 varejista. Há uma agência do Banco do Brasil, S. A., uma do Banco do Povo, S. A., e uma do Banco Nacional de Pernambuco, S. A. Funciona também uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Há no município 84 logradouros, sendo 25 pavimentados, 4 arborizados e 3 arborizados e ajardinados simultâneamente. Existem 4 040 prédios nas zonas urbana e suburbana. São 42 os logradouros beneficiados com iluminação pública e domiciliária, num total de 863 ligações. Dezesseis logradouros e 676 prédios possuem abastecimento d'água canalizada. Existe uma agência postal e telegráfica do D.C.T. Estão registrados na coletoria Estadual 95 caminhões e 59 automóveis. Possui, ainda, o município 10 hotéis, 5 pensões e 2 cinemas, tendo um dêstes cinemas capacidade para 1 008 pessoas sentadas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município 5 estabelecimentos farmacêuticos; 1 hospital com 32 leitos disponíveis; 1 Pôsto de Higiene Municipal; 1 Pôsto Médico do D.N.O.C.S. e 1 Pôsto de Puericultura. Sete médicos e três farmacêuticos exerceram suas atividades profissionais durante o ano de 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 28% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%, de acôrdo com o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade escolar do ensino pré-primário, 60, do fundamental comum, com 2 784 alunos matriculados, 15, do ensino supletivo, 1, do complementar, 1, do secundário, 1, do comercial e 1, do industrial.

4 — 24 934

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dois jornais (1 semanário e 1 mensário) circulam atualmente. Funciona 1 biblioteca com cêrca de 800 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(1)	3 145	1 557	1 050	1 565
1951	(1)	5 550	2 373	1 225	2 464
1952	(1)	9 120	3 226	2 258	3 233
1953	1 875	9 339	3 932	2 186	3 909
1954	3 255	13 459	4 438	2 629	4 276
1955	4 050	16 487	5 572	3 887	5 772
1956	...	...	4 800	2 780	4 800

(1) Deixaram de ser registradas as importâncias referentes aos anos de 1950 a 1952 por não terem sido encontrados, no arquivo da Coletoria Federal dêste Município, os respectivos balanços.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Cumpre destacar entre os filhos ilustres do lugar, o nome de D. Joaquim Albuquerque Cavalcanti Arcoverde, primeiro cardeal da América do Sul. Formado pela Faculdade Gregoriana de Roma, foi professor de filosofia no Seminário de Olinda, e de francês, no antigo Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, no Recife. Foi prelado doméstico do Papa Leão XIII, bispo de Goiás, bispo coadjutor de São Paulo, bispo da mesma diocese, arcebispo do Rio de Janeiro e, finalmente, em 1905, foi-lhe concedida a púrpura cardinalícia. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1930. Existiam no município em 1956 nove vereadores em exercício e 7 684 eleitores inscritos. Profissionais em atividade: 3 advogados, 8 dentistas, 3 engenheiros, 2 agrônomos e 1 veterinário. Há um campo de pouso. O Prefeito é o Sr. Murilo de Oliveira Lira.

(Autor do histórico — Tiago Chagas Aroucha — Agente de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Departamento Estadual de Estatística e Agência Municipal de Estatística.)

BARREIROS — PE

Mapa Municipal na pág. 225 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Por concessão régia de Portugal, no princípio do século XVIII, existiu, no local em que hoje está situado o Engenho Benfica, então Morgado, concessionária de cinco léguas de terras, uma aldeia de índios, cujo chefe se dizia descendente do grande Camarão. Tal sesmaria partia da Pedra do Conde, na praia de Tamandaré, e tomava para o sul, grande parte dos terrenos atuais do município, onde foram erguidos os primeiros engenhos Caraçu e Buenos Aires. Ficava a aldeia entre êsses dois engenhos, e os índios faziam grandes estragos nas suas lavouras. Então, como uma providência proveitosa, o Morgado procurou conseguir do govêrno a troca de tais terrenos, por outros mais próximos do rio Una, onde os índios pudessem viver da pesca e da caça. Situados os índios no cimo dos montes, foi levantada uma capela, sob a invocação de São Miguel, a qual se acha hoje em ruínas. No começo do século passado, Diogo Paes Barreto instituiu um patrimônio a Santo Antônio, de meia légua dêsses terrenos, debaixo da con-

Vista parcial da cidade.

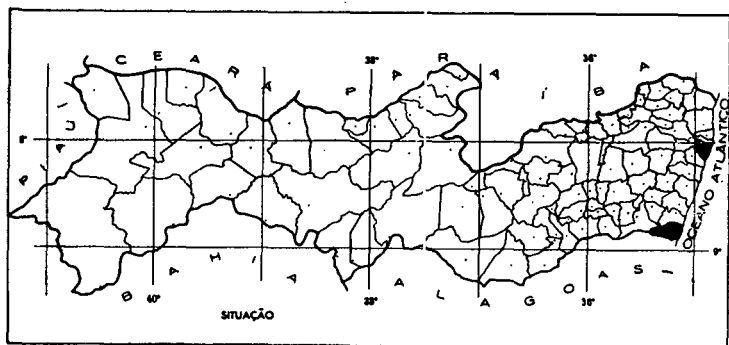
dição de se erigir, ao referido santo, uma capela, o que foi ratificado pelos seus herdeiros, e foi levada a efeito a construção da capela desejada pelo doador. Dali, data o início do povoamento de Barreiros, cujo nome tomou de cavidades e depressões, feitas na terra, por Caititus (porcos-monteses), para seus espojeiros. Sendo em grande número, chamavam os índios ao sítio Barreiros, e êsse nome, comunicado à aldeia e transmitido ao núcleo de população formada, fêz a distinção, chamando-se Barreiros Velhos ao antigo aldeamento e simplesmente Barreiros, ao local da atual cidade. Em 1786, havendo já uma crescida povoação, por ato da Mesa de Consciência e Ordens, foi criada a freguesia de São Miguel de Barreiros, desmembrando-se seu território da de Sirinhaém, e sendo nomeado seu primeiro vigário, o padre Inácio Xavier da Costa, que nela se instalou em 1877. Foi constituído município autônomo pela Lei provincial n.º 314, de 13 de maio de 1853, e elevado à categoria de cidade pela Lei n.º 38, de 3 de junho de 1892, sendo seu primeiro prefeito o Dr. José Nicolau Pereira dos Santos.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — A Lei provincial n.º 314, de 13 de maio de 1853, criou o município de Barreiros, com território desmembrado do de Rio Formoso, verificando-se sua instalação a 19 de julho de 1860. A sede municipal adquiriu foros de cidade em virtude da Lei estadual n.º 38, de 3 de junho de 1892. Refere-se ainda à criação do distrito a Lei municipal n.º 5, de 30 de dezembro de 1901. Na "Divisão Administrativa em 1911", o município de Barreiros aparece constituído pelos distritos de Barreiros, Coroa Grande e Pracinha, figurando no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com os distritos de Barreiros, São José da Coroa Grande e Muitas Cabras. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e com o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município permanece dividido em 3 distritos: Barreiros, São José da Coroa Grande e Muitas Cabras. Essa situação foi mantida na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, observando-se sòmente que, nesse período, o distrito de São José da Coroa Grande se denomina Puiraçu. Na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, es-

Praça Domingos Tenório.

tabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, Barreiros permanece constituído por três distritos: Barreiros, Carimã (ex-Muitas Cabras) e Puiraçu. A última lei da divisão territorial, em vigor até 1958, confirmou esta situação.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A Lei provincial n.º 1 057, de 7 de janeiro de 1872, criou a comarca de Barreiros. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Barreiros é têrmo judiciário da comarca dêsse nome. Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os têrmos de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém constituem a comarca de Barreiros, os dois últimos transferidos da extinta comarca de Sirinhaém. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Barreiros perdeu os têrmos do Rio Formoso e Sirinhaém, desmembrados para constituírem a nova comarca do Rio Formoso. Segundo a divisão vigente no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo supracitado Decreto-lei n.º 92, o município de Barreiros compreende o único têrmo judiciário da comarca de igual nome. Distritos componentes: Barreiros, Carimã e Puiraçu.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 91 km de distância da Capital do Estado, em linha reta. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-Mata. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 49' 04",5 de latitude Sul, 35º 11' 47",4 de longitude W.Gr. Rumo — O.S.O. Altitude — 16 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Ams'* — Quente, úmido, com estação sêca, compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. Na parte sudoeste do município existe uma estreita faixa atingida pelo tipo de clima: As' e as seguintes temperaturas em grau centígrado: média das máximas 28,5, média das mínimas 25. A altura total da precipitação no ano é 2 188,4 mm.

ÁREA — 279 km².

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950: 28 093 hab., dos quais, 14 735 homens e 13 358 mulheres. Densidade demográfica: 100 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 22,3% da população. Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 32 415 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Barreiros com 7 666 habitantes e duas vilas: Carimã, com 124 habitantes e Puiraçu, com 1 841 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 23,8% estão ocupados no ramo da agricultura e da pecuária. O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. A economia do município tem sua base na cultura da cana-de-açúcar. Uma das maiores usinas do Estado está encravada na sede municipal. O côco-da-baía é outra cultura de importância, seguindo-se a mandioca. Também a pesca tem influência na economia do município, existindo na vila de Puiraçu uma colônia de Pesca, com mais de 250 pescadores. Atualmente, está sendo instalado um frigorífico para a conservação do pescado. Nove estabelecimentos industriais se encontram em funcionamento na sede. O volume e o valor da produção dos principais produtos industriais da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Álcool	Litro	9 399 858	28 914 422,00
Açúcar de usina	Saco 60 kg	1 165 626	280 842 260,00
Melaço	Litro	18 503 913	12 030 358,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Barreiros está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Rio Formoso, Água Preta (PE) e Marogogi (AL). É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 125 km da Capital estadual, por rodovia, 142 km, por ferrovia e 91 km, por via aérea. Há um campo de pouso, pertencente à Usina Central Barreiros, para aviões do tipo "Bonanza". As principais usinas mantêm um pôrto de embarque de açúcar pelo Oceano Atlântico, não havendo, porém, linhas regulares de navegação marítima.

COMÉRCIO E BANCOS — Cinco estabelecimentos do comércio atacadista e 61 do varejista se localizam em Barreiros. Não há agências bancárias. Funciona 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Logradouros existentes: 82; totalmente pavimentados a paralelepípedos: 15; e parcialmente: 1; uma área de 19 800 m²; 2 arborizados. A iluminação pública e domiciliária é elétrica, servindo 43 logradouros, com 922 ligações nos domicílios. Existe uma agência do DCT e o telégrafo da Estação da Rêde Ferroviária. Funcionam dois hotéis, com a diária de Cr$ 90,00, quatro pensões, três cinemas, com a lotação média de 460 lugares. Os veículos são 46 automóveis e 69 caminhões, registrados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: o Hospital Santa Francisca, com 70 leitos, serviço de clínica médica e cirúrgica; o Pôsto Médico da Usina Rio Una; uma Colônia de Alienados, mantida pelo Estado, com 219 leitos, destinada a indigentes; um Pôsto de Higiene Municipal; um Pôsto de Higiene Estadual; um Pôsto de Puericultura e um Ambulatório da Usina Central Barreiros; e no exercício da profissão: seis médicos, cinco dentistas, e dois farmacêuticos. Contam-se oito farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22,5% sabem ler e escrever, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 28 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 874 alunos matriculados, 4 do ensino supletivo, 1 do ensino secundário, e1, do agrícola.

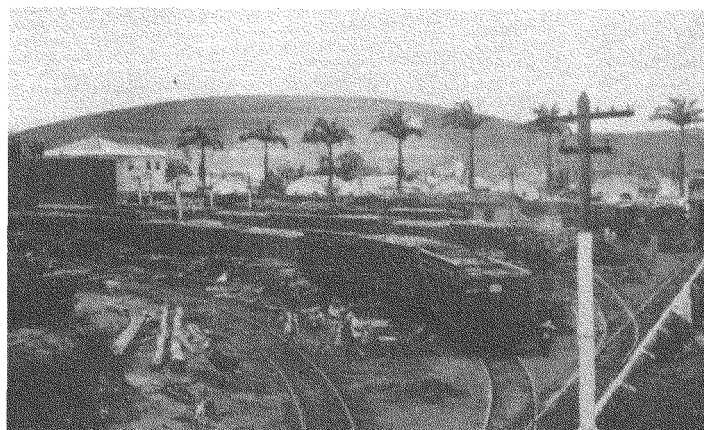
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais diários. Quatro bibliotecas estão em funcionamento, sendo uma municipal com 1 281 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 308	3 507	2 067	1 381	3 211
1951.......	2 921	4 823	3 306	1 823	5 074
1952.......	2 919	7 704	3 599	2 619	8 054
1953.......	1 859	6 365	3 550	2 191	7 629
1954.......	3 613	8 800	3 867	2 616	8 258
1955.......	3 750	13 752	5 500	3 986	12 070
1956 (1)...	10 653	12 179	4 012	2 544	8 888

(1) Dados referentes até o mês de novembro, com referência às Coletorias Estadual e Federal, e até setembro, com referência à Prefeitura Municipal.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — As principais quedas d'água captáveis para a produção de energia, e que ainda não foram aproveitadas, se encontram nos engenhos: Piabas de Cima, pertencente à Usina Regalia, Araçu, pertecente à Usina Central Barreiros e Linda Flor, de particulares, e ainda Cachoeira Alta. Além das mencionadas, que são naturais, há também a queda d'água do Engenho Cachoeira Linda, aproveitada até 1954. Os rios Carimã e Una são os principais do município, e suas águas podem ser aproveitadas para efeito de construção de barragens e instalação de turbinas hidrelétricas.

Praça Estácio Coimbra, vendo-se ao fundo a Matriz de São Miguel.

Esplanada da Usina Central Barreiros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município tem tido alguns filhos ilustres, podendo-se destacar o Doutor Estácio de Albuquerque Coimbra, Governador do Estado até 1930, e Vice-Presidente da República, no govêrno do Presidente Artur da Silva Bernardes, em conseqüência da morte súbita do então Vice-Presidente Urbano dos Santos e Júlio de Albuquerque Belo, senador estadual, e o governador interino de Pernambuco; escritor, publicou o livro "Memórias de um Senhor de Engenho" e era senhor do engenho Queimadas dêste município.

Em 1956 havia 9 vereadores em exercício, e 8 424 eleitores inscritos. Dois engenheiros e cinco agrônomos.

(Autor do histórico — A. M. de Estatística; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

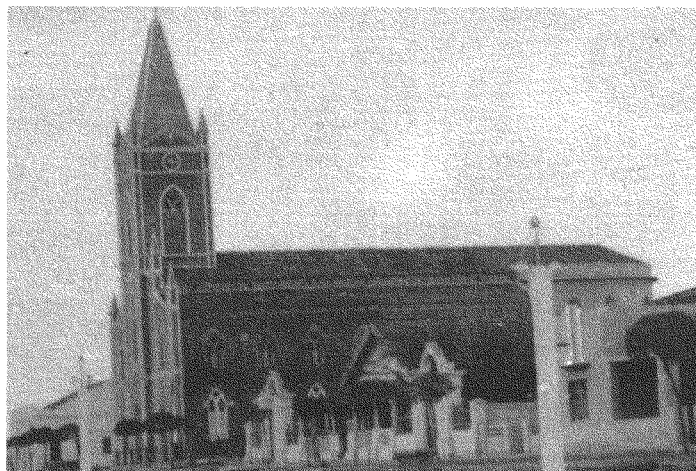
BELÉM DO SÃO FRANCISCO — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Belém do São Francisco teve início com a Fazenda do Senhor Antônio de Sá Araújo e sua respectiva Senzala, situada à margem esquerda do rio São Francisco, em terras do município de Cabrobó, aproximadamente no ano de 1830. Presume-se que o nome de Belém lhe fôra dado em homenagem a Nossa Senhora de Belém, imagem venerada na igrejinha da antiga aldeia da ilha do Araxá (hoje ilha da Missão) cuja igreja desabou na grande cheia do rio São Francisco em 1792. De 1839 a 1840, nas santas missões pregadas pelo padre Francisco Correia, foi lançada a primeira pedra da capela consagrada a Nossa Senhora do Patrocínio. Esta foi benta e erigida capela filial de Cabrobó em 1842. Em 1872, foi construída a primeira casa de adôbe pelo Sr. João de Sá Araújo, filho do Sr. Antônio de Sá Araújo, e a segunda, pelo padre Francisco Tavares Arcoverde, para sua residência. Dito padre, já idoso, serviu dois ou três anos na qualidade de capelão e se retirou. Pela Lei estadual n.º 553, de 13 de junho de 1902, foi elevada à categoria de vila. Em virtude da Lei n.º 597, de 7 de maio de 1903, a sede municipal foi transferida para a vila de Belém, e elevada à categoria de cidade, permanecendo o município com o nome de Cabrobó (único distrito), tendo sido o primeiro Prefeito o c.el Jerônimo Pires de Carvalho Trapiá, e primeiro delegado o capitão Francisco Alves de Carvalho.

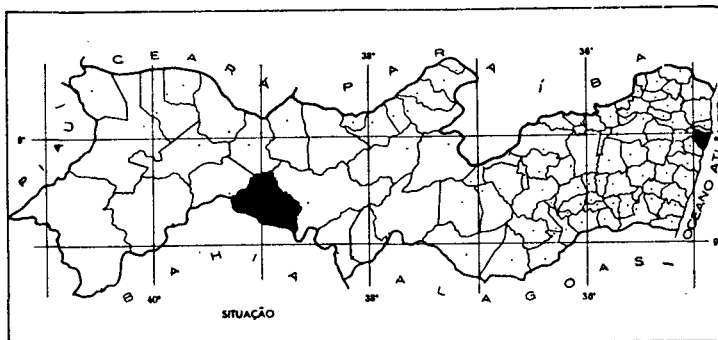
Na "Divisão Administrativa de 1911" o município de Cabrobó compõe-se de 2 distritos: Belém (sede) e Cabrobó. Em 1911, o rio São Francisco, em sua grande cheia, demoliu quase tôda a cidade. Os seus habitantes não desanimaram; procuraram um local mais elevado, — vasta planície de excelente vista e esplêndido panorama, — e aí, localizaram a nova cidade. E, assim, Belém, sob a orientação política do Sr. Manoel de Carvalho Caribé, e administrativa do tenente-coronel Jerônimo Pires, foi progredindo satisfatòriamente em todos os setores. Em 1924, pela Lei estadual n.º 1 641, de 10 de maio, o município tomou o nome de Belém do Cabrobó, passando a simplesmente Belém, em 11 de setembro de 1928, em razão da Lei estadual n.º 1 931. Em face do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município de Belém adquiriu do de Floresta o distrito de Itacuruba, desfalcado de parte do seu território, passando a constituir-se de dois distritos: Belém e Itacuruba. De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município de Belém passou a denominar-se Jatinã, e de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 771, de 8 de dezembro de 1953, passou a chamar-se Belém do São Francisco.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — Com a denominação de Cabrobó, e na povoação dêsse nome, fôra criado o município, com território desmembrado do de Boa Vista, por fôrça da Lei provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, tendo-se verificado sua instalação a 8 de dezembro dêsse mesmo ano. O distrito de Belém deve sua criação à Lei provincial número 1 835, de 12 de março de 1885, e à municipal n.º 2, de 1.º de dezembro de 1892. Em virtude da Lei estadual número 597, datada de 7 de maio de 1903, a sede municipal foi transferida para a vila de Belém de Cabrobó e elevada à categoria de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município denominado Cabrobó forma-se de 2 distritos: Belém, (sede) e Cabrobó. O referido município tomou o nome de Belém de Cabrobó por efeito da Lei estadual n.º 1 641, de 10 de maio de 1924, e passou a denominar-se simplesmente Belém, em razão da Lei n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928. Segundo o quadro de divisão administrativa, referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", os de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Cabrobó compõe-se de um distrito único, que é a sede. Em face do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Belém

Vista parcial da cidade.

Igreja do Menino Deus, em construção

adquiriu do município de Floresta o distrito de Itacuruba, desfalcado de parte do seu território, passando, então, a constituir-se de 2 distritos: Belém e Itacuruba. O município e, conseqüentemente, o distrito de Belém tomaram a denominação de Jatinã, por fôrça do Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, continuando, entretanto, com dois distritos: Jatinã, (ex-Belém) e Itacuruba, situação esta que permanece até o presente.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — De acôrdo com os quadros da divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e com o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Belém é um dos têrmos judiciários de que se compõe a comarca de Floresta, permanecendo essa mesma situação na divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual número 235, de 9 de dezembro de 1938. O têrmo de Belém passou a denominar-se Jatinã, em conseqüência do Decreto--lei estadual n.º 952, datado de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, tendo ainda êsse Decreto-lei criado a comarca de Jatinã, a qual foi desmembrada da de Floresta. Distritos componentes: Belém do São Francisco e Itacuruba. De conformidade com o Decreto-lei estadual n.º 1819, de 30-12-53, fica confirmada esta formação judiciária.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Belém do São Francisco está situada a 456 km em linha reta da Capital do Estado. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. São as que se seguem as coordenadas geográficas: Latitude S. 8º 45' — Longitude W.Gr. 38º — Rumo O.S.O. — Altitude, 305 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

Busto do ten.-cel. Jerônimo Pires.

CLIMA — Tipo de clima: BSH — Semi-árido quente (banhado pelo São Francisco). O clima na sede do município é quente, úmido e pouco salubre, nos demais pontos do município é sadio. Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — 2 120 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, são 10 505 hab. dos quais 4 805 homens e 5 700 mulheres. Densidade demográfica: 5 hab/km². Os 11,7% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para ...... 1.º-VII-57: 12 121 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Belém do São Francisco (ex-Jatinã) (1 384 hab.) e a vila de Itacuruba (526 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Quarenta por cento da população estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. A cebola é a principal cultura agrícola do município, seguindo-se a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca. A produção de cebola é quase tôda exportada para São Paulo e Rio de Janeiro. A pecuária também representa apreciável fonte de riqueza. Funcionam 24 estabelecimentos industriais no Município.

Volume e valor dos principais produtos agrícolas em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	369 000	3 321 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	6 460	1 292 000,00
Cebola	Quilograma	900 000	4 500 000,00
Mandioca	Tonelada	2 060	535 600,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e mais aos seguintes municípios: Salgueiro e Floresta. Acha-se a 631 km da Capital Estadual, por rodovia, a 667 km mistos (226 km por rodovia até Flôres e daí por ferrovia, 441 km) e 456 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — 4 estabelecimentos do comércio atacadista e 22 do varejista se encontram na sede municipal. Não há agências bancárias. Funciona 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Possui o município 14 logradouros, dos quais 2 são pavimentados e 1 é arborizado e ajardinado simultâneamente. 419 prédios existem nas zonas urbana e suburbana. 11 logradouros possuem iluminação pública e 90 foi o número de ligações domiciliárias. Uma agência dos Correios e Telégrafos. No Distrito de Itacuruba existe um aparelho telefônico para comunicação com a cidade de Floresta. Foram registrados na Coletoria Estadual 2 automóveis. Funcionam no município 4 hotéis, 1 Cine-teatro com 140 cadeiras.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município 1 farmácia e um Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno da União, com a cooperação do Govêrno Americano.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 29,2% sabem ler e escrever. A percentagem para o Estado é de 27,5%, consoante o Censo de 1950.

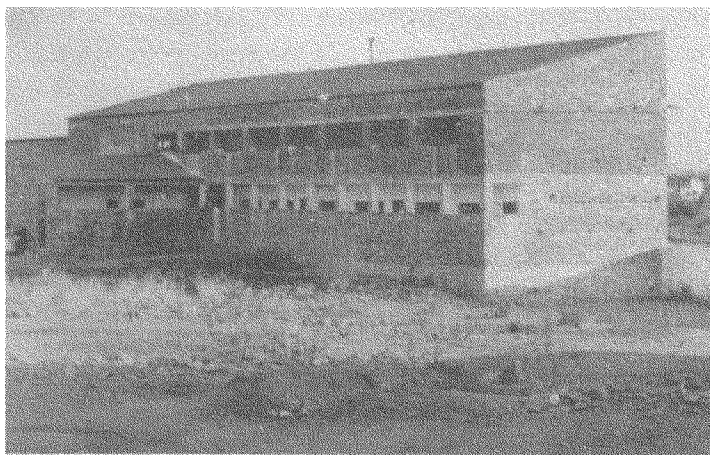
Ensino — Em 1956 havia 1 unidade do ensino pré-primário, 61, do ensino primário fundamental comum, com 1 692 alunos matriculados, 5, do ensino supletivo, 2, do ensino complementar, 1, do ensino secundário e 1, do agrícola.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais. Há 2 bibliotecas, e 1 cine-teatro na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	538	390	92	392
1951	...	624	428	91	431
1952	...	1 158	504	133	458
1953	...	1 223	774	106	647
1954	...	1 483	704	138	635
1955	...	1 960	1 163	180	1 138
1956	...	(2) 2 679	(3) 1 500	(3) 300	(3) 1 460

(1) A arrecadação é feita pelo Município de Floresta em escrita única. — (2) Até 30 de novembro de 1956. — (3) Estimativa.

Mercado Público Municipal.

Escola Normal Regional N. S.ª do Patrocínio, em construção.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Aspectos físicos: O solo é plano, principalmente nas proximidades do Rio São Francisco; os terrenos são arenosos, pouco produtivos e sujeitos a sêcas periódicas, escapando apenas a parte que fica descoberta pelas águas do São Francisco, nas épocas de vazantes, a qual, embora insignificante, dá boa cultura e produção. Aspecto hidrográfico — A cidade está situada à margem esquerda do rio São Francisco, tendo êste grande influência na vida agrícola do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há 2 949 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. Profissionais em atividade: 2 médicos, 2 advogados, 2 dentistas e 1 farmacêutico licenciado. Há 2 campos de pouso e um campo de experimentação da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Atualmente está sendo ativado o serviço de instalação das adutoras para o abastecimento d'água à cidade. O Prefeito é o Sr. Ariovaldo Lustosa Roriz de Carvalho.

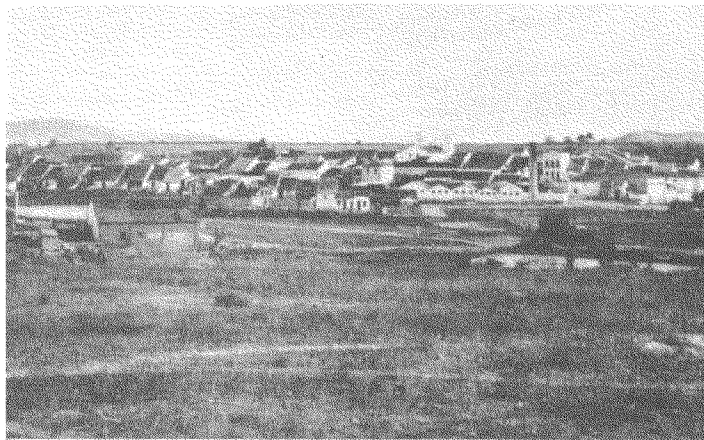
(Autor do histórico — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

BELO JARDIM — PE

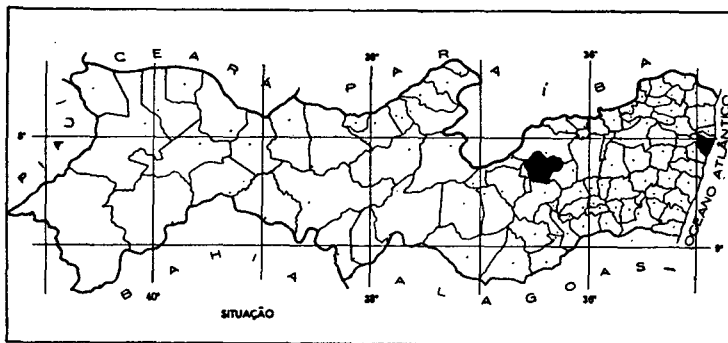
Mapa Municipal na pág. 565 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1853, o local em que hoje se acha a cidade não passava de uma fazenda de criar, propriedade do cidadão Joaquim Francisco Cordeiro Wanderley, sendo então um simples distrito da povoação Jurema, lugar também do mesmo município de Brejo. Em 1854, instalou-se ali uma feira, e com êsse fato foram no sítio construídas algumas casas, chamando-se então ao povoado Capim. Continuou a crescer, até que nasceu nos habitantes o justo desejo de ali terem uma igreja. A princípio fizeram um simples oratório, em que aos domingos um padre celebrava missas com licença do vigário de Brejo; mais tarde, entre 1872 a 1873, edificaram um capela no bairro chamado Tambor, consagrado a Nossa Senhora do Bom Conselho, e seguidamente outra, no sítio hoje denominado Belo Jardim, pròpriamente dito, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e que é a atual matriz. O nome Belo Jardim foi, em 1881, dado em substituição ao de Capim, pelo missionário capuchinho Frei Cassiano de Camachio, o qual, em ocasião de uma prédica, declarara ao povo que dali por diante não se chamaria Capim, e sim Belo Jardim. Por esforços e influência, sobretudo, do capitão Gaudêncio Rodrigues d'Araújo, foi conseguido que a povoação já tão crescida e próspera, por Lei provincial n.º 1 830, de 28 de junho de 1884, fôsse elevada a freguesia, sendo provida canônicamente por D. José Pereira da Silva Barros, que, em provisão de 10 de junho de 1888, nomeou o primeiro vigário, padre João Antônio Rodrigues. Por Lei Estadual n.º 260, de 3 de julho de 1897, teve a categoria de vila.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Belo Jardim foi criado pela Lei provincial n.º 1 830, de 28 de junho de 1884, e, também, pela Lei municipal datada de 21 de junho de 1892. Em virtude da Lei estadual n.º 991, de 1.º de junho de 1909, a sede distrital foi elevada à categoria de vila. Na "Divisão Administrativa em 1911" Belo Jardim figura como distrito do município de Brejo da Madre de Deus. A Lei n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Belo Jardim, com território desmembrado do de Brejo da Madre de Deus. A mesma Lei concedeu à sede municipal foros de cidade, verificando-se a instalação do novo município em 1.º de janeiro de 1929. Segundo o quadro de divisão administrativa correspondente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município de Belo Jardim compõe-se do distrito da sede e dos de Serra do Vento e Aldeia Velha, assim continuando nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938. Essa situação foi mantida nas divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, notando-se sòmente que, nessas divisões, o distrito de Aldeia Velha se denomina Xucuru. Esta situação permaneceu até 30 de dezembro de 1953, quando foi criado o distrito de Água Fria, por Lei municipal n.º 40.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Belo Jardim foi criada pela Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca de Belo Jardim é formada pelos têrmos de Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus e São Caitano, assim continuando na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei

Vista parcial da cidade.

estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, apenas com alteração do topônimo do têrmo de Brejo da Madre de Deus, que se denomina, então, Madre de Deus. Pelo Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Belo Jardim perdeu o têrmo de Madre de Deus, desmembrado para constituir a nova comarca dêsse nome. Segundo a divisão territorial vigente em 1944-1948, estabelecida pelo mencionado Decreto-lei n.º 952, a comarca do Belo Jardim é formada por 2 têrmos: Belo Jardim e São Caitano. Em virtude do Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 de fevereiro de 1945, pôsto em execução no Estado pelo Decreto-lei n.º 1 116, de 14 do mesmo mês e ano, o têrmo de São Caitano foi desmembrado da comarca do Belo Jardim, para constituir a comarca de São Caitano. Distritos componentes atualmente: Belo Jardim, Água Fria, Serra do Vento e Xucuru.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 175 km da Capital do Estado, em linha reta, em direção O.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste, numa altitude de 603 m. As coordenadas geográficas são: 8º 20' 52", 4, de latitude Sul, 36º 26' 31", 8, de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima *Bsh* — Semi-árido, quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 586 km².

POPULAÇÃO — Apurou o Censo de 1950 ser a população de 37 049 hab., dos quais 17 706 homens e 19 343 mulheres; 13,7% da população residem no quadro urbano. Densidade demográfica: 63 hab./km². Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 42 748 habitantes.

Prefeitura Municipal.

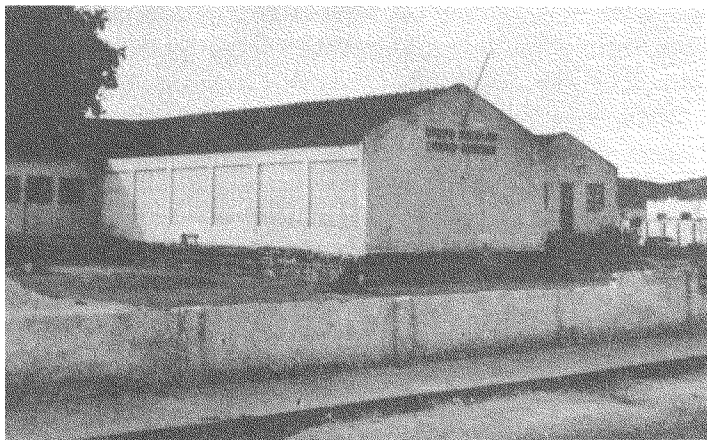
Matriz de N. S.ª da Conceição.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Belo Jardim (6 971 hab.) e duas Vilas (Xucuru, 577 hab. e Serra do Vento, 439 hab.), pelo Censo de 1950, faltando a vila de Água Fria, cuja população está incluída no 1.º Distrito.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os 19,4% da população estão ocupados no ramo da agricultura. O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Café, cana-de-açúcar, banana, goiaba, tomate e mandioca são as principais culturas agrícolas do município e sôbre as quais repousa a economia local. Há 17 estabelecimentos industriais em funcionamento. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas no município em 1955, são os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Arrôba	114 000	2 736 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 400	182 000,00
Banana	Cacho	64 000	1 000 000,00
Mandioca	Tonelada	4 010	1 047 000,00
Tomate	Quilograma	70 000	154 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Brejo da Madre de Deus, São Caitano, São Bento do Una e Sanharó. É servido por linhas de ônibus intermunicipais e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 207 km da Capital estadual, por rodovia, 189 km, por ferrovia, e .... 175 km, por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 6 estabelecimentos do comércio atacadista e 69 do varejista. Não há agências bancárias. Funcionam 3 cooperativas de crédito.

Grupo Escolar Bento Américo.

ASPECTOS URBANOS — Dez logradouros pavimentados, sendo três parcialmente, com 5 918 m², a paralelepípedos. Os beneficiados com iluminação elétrica, pública e domiciliar são 35, havendo 950 ligações e 600 focos. O município se prepara para receber a energia da Cia. Hidro Elétrica de São Francisco. Há uma agência do D.C.T. e o telégrafo da Rêde Ferroviária do Nordeste. Funcionam dois hotéis, com a diária média de Cr$ 80,00; 5 pensões e um cinema. Os veículos são 13 automóveis e 29 caminhões, registrados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um Pôsto Estadual de Higiene presta assistência à população. Há em construção uma grande maternidade. Contam-se três médicos, três farmacêuticos, três farmácias e um dentista. A Sociedade São Vicente de Paulo concede auxílios e presta benefícios aos necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — Quinze por cento das pessoas presentes, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

ENSINO — Em 1956 havia 80 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 2 587 alunos matriculados, 16, do ensino supletivo, 1, do ensino complementar, e 1, do secundário.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	2 334	905	405	1 065
1951	...	2 704	1 005	485	992
1952	...	2 438	1 621	654	1 588
1953	...	3 268	2 465	643	1 100
1954	...	3 824	1 602	675	1 818
1955	...	3 921	1 998	892	2 135
1956	...	4 500	1 930	655	1 930

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício e 9 112 eleitores inscritos.

(Autor do histórico — Sebastião Vasconcelos Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco e Agência Municipal de Estatística.)

BEZERROS — PE

Mapa Municipal na pág. 557 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O modo de formação do agrupamento que viria a resultar na atual cidade dos Bezerros fica a depender da pura e simples tradição. Nenhuma consulta à história, na espécie, responde. Sociològicamente, também não se pode situar o porquê da sua fundação no lugar determinado e em que momento. A observação de qualquer fenômeno coletivo depende da comparação, ou seja, da investigação experimental. A estatística não pôde, ainda, recolher dados, defini-los ou classificá-los. Nenhuma investigação ou pesquisa, como método, fôra realizada, o que, oportunamente, deverá ser feito, possìvelmente dentro de um espírito científico de cooperação. Na medida do que foi possível recolher, na tradição, e no estudo de um quadro existente na igreja-matriz, que tem o seu largo valor documentário, remonta a origem da cidade ao ano de 1740. Nessa época fixa-se na área, em que atualmente se acha o município, uma família, logo estabelecendo uma grande fazenda de gado. Correlatamente, como meios de existência, e para aproveitamento do solo, da água copiosa, no clima excelente, foram feitas benfeitorias, plantações, cercados, havendo, ainda, a caça abundante e a colheita. Da propriedade da mencionada família, e com o movimento migratório que então se processou, chegou-se à propriedade coletiva, resultando na povoação. Os primeiros habitantes, irmãos Tarciano e Zenóbio Tôrres, que desdobraram a primeira em duas outras grandes fazendas, foram sucedidos por José e Francisco Bezerra, igualmente irmãos, surgindo daí os primeiros bens imóveis, animais domésticos, utensílios agrícolas, instrumentos de trabalho, e a edificação de uma capela. Esta, construída pelos irmãos Bezerra, o foi sob a invocação de São José. A edificação se deveu, consoante a memória oral, a uma promessa. O seu fundo místico e a sua feição de catolicidade estão bem de acôrdo com a formação do seu povo, moldado ao influxo da religião católica, transplantada para a terra nova e, ainda agora, dominante. Vale registrar-se um episódio tido como milagroso: a reserva florestal era abundantíssima e nela se perdeu um menor, filho de um dos irmãos Bezerra, que aflito com o acontecido fêz uma promessa a São José e foi a criança encontrada incólume, ao pé de frondosa árvore. Automàticamente o local estava escolhido para a construção da capela. Pelos fins do século XVII, devido às ruínas da capela, houve a reedificação. Desta reconstrução as informações são mais precisas. Duas origens explicam o topônimo Bezerros. O nome da família Bezerra, na vocação

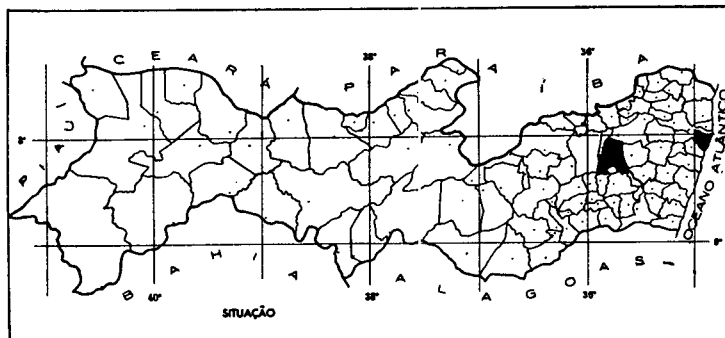
Vista parcial da cidade.

Praça Duque de Caxias.

popular, transformou-se. O apelido da família, numa significação tôda especial, incidindo numa terminação masculina, abrangeria não sòmente os donos da propriedade, mas também o sítio. De qualquer modo, ou porque a harmonia — Bezerros, relativamente a animais, bezerras-bezerros, se associasse, tratando-se de uma fazenda, a uma forma masculina daquele têrmo comum, ou porque o vocábulo fazia referência a um fato em sua natureza masculina; ou, segundo outra hipótese formulada, também corrente, — o que diz ter sido o local, primitivamente, uma queimada de bezerros; o designativo ficou, firmando-se de modo definitivo. A verdade é que, quando da fundação do povoado, no século passado, já era oficialmente conhecido por Bezerros. Pela diversidade psicológica do povo pernambucano, bifurcando-se na característica de cada grupo, e nas peculiaridades da própria alma, é de ver-se que a influência tenha sido do nome dos antigos proprietários da fazenda. A economia, tìpicamente da região, condensou a população em tôrno dos fazendeiros. Isto é o que, no tocante ao pernambucano em geral, manifestam as crônicas históricas, salientando-se a circunstância de que, em núcleos, sòlidamente se radicava o povo. A resolução régia, de 22 de novembro de 1805, criou o distrito de Bezerros. O município foi criado pela Lei provincial n.º 616, de 9 de maio de 1865. Pela Lei provincial n.º 720, de 20 de maio de 1867, foi extinto, tendo o seu restabelecimento pela Lei n.º 919, de 18 de maio de 1870, com território desmembrado do município de Bonito. A reinstalação verificou-se a 9 de janeiro de 1873. A vila de Bezerros adquiriu foros de cidade em virtude da Lei provincial n.º 1 560, de 20 de maio de 1881. Refere-se, ainda, à criação do distrito-sede, a Lei municipal n.º 2, de 20 de abril de 1893. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Bezerros figura com os distritos de Bezerros, Camocim e São Miguel, aparecendo no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com mais o de Sapucaia. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município se compõe do distrito-sede e dos de Camocim, São Miguel e Sapucaia. Tal situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que estabeleceu a divisão territorial, em vigor no qüinqüênio 1939-1943. Pelo Decreto-lei n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas do município de Bezerros com os de São Joaquim do Monte (ex-São Joaquim) e Agrestina (ex-Bebedouro). Ainda, por efeito dêsse Decreto-lei, foram alteradas, internamente, as divisas entre o distrito de Bezerros e os de Camocim, São Miguel e Sapucaia, e também, as divisas interdistritais entre os distritos de Camocim e São Miguel. Na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Bezerros aparece constituído por 4 distritos: Bezerros, Camocituba (ex-Camocim) Sairé (ex-São Miguel) e Sapucarana (ex-Sapucaia), situação esta mantida até dezembro de 1953, quando perdeu o distrito de Camocituba, que se tornou município de Camocim de São Félix, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 818, de ..... 29-XII-1953. Pela Lei municipal n.º 282, de 2 de julho de 1956, foi criado o distrito de Cajàzeiras, desmembrado do distrito da sede, não tendo sido, porém, ainda instalado.

A comarca dos Bezerros, criou-a a Lei provincial número 1 093, de 24 de maio de 1873. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Bezerros constitui o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Essa situação permanece nas divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais de números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e ...... 1944-1948. Atualmente, o município é sede de comarca com os seguintes distritos: Bezerros (sede), Sairé e Sapucarana.

Igreja Matriz de São José.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Bezerros está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 96 km de distância da Capital do Estado, em linha reta na direção O.S.O. Tem a altitude de 429 m. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas são as seguintes: Latitude Sul 8° 16' e longitude W.Gr. 35° 43' 30".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *AS'* — Quente e úmido, com chuvas do inverno e máximas no verão. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. Obs.: (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 569 km² (Estimativa)

POPULAÇÃO — Possui 55 189 habitantes, de acôrdo com o Censo de 1950, sendo 26 324 homens e 28 865 mulheres. Densidade demográfica de 97 habitantes por km². Os 12,3% da população residem no quadro urbano. Estimativa feita pelo D.E.E., para 1.°-VII-1957: 64 717 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Bezerros: 7 737 hab. e duas vilas: Sairé, 648 hab. e Sapucarana, 598 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os 45,7% da população estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Milho, feijão, café, algodão, mamona, cana-de-açúcar, e agave, são as principais culturas agrícolas do município. Trinta e três estabelecimentos industriais funcionam na sede municipal.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Agave	Quilograma	800 000	4 000 000,00
Algodão	»	547 500	3 832 500,00
Café	»	1 771 000	41 775 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 720	858 000,00
Feijão	Saco 60 kg	15 240	9 144 000,00
Mamona	Quilograma	430 000	1 720 000,00
Milho	Saco 60 kg	33 920	4 070 400,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Caruaru, Limoeiro, Gravatá, Bonito, Camocim de São Félix e Riacho das Almas. É servido por linhas de ônibus intermunicipais e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 115 km da Capital estadual, por meio de rodovia, 112 km por ferrovia, e 96 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 5 estabelecimentos do gênero de comércio atacadista e 80 do varejista. Não há agências bancárias, existe ainda 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Há 18 logradouros calçados a paralelepípedo, numa área total de 8 496 m²; os demais são sem pavimentação. A iluminação é elétrica, com 770 ligações domiciliárias. A sede possui uma emprêsa municipal de abastecimento de água, com 24 000 metros de linhas adutoras, beneficiando 46 logradouros e 609 prédios. Funciona uma agência postal-telegráfica na sede e uma postal-telefônica em Sairé. Possui 5 hotéis (diária média de .... Cr$ 60,00) e 4 pensões. Há um cinema com a lotação de 300 lugares. Na Coletoria Estadual estão registrados 37 automóveis e 33 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas o Pôsto de Higiene Estadual presta assistência à população do município. Dois médicos, dois dentistas, dois farmacêuticos e três farmácias estão em atividade.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 19,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

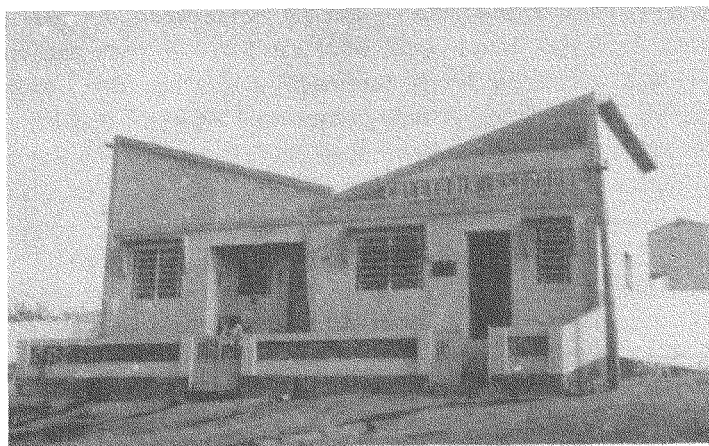
Ensino — Em 1956 havia 2 unidades escolares do ensino pré-primário, 85 do ensino primário fundamental comum, com 2 628 alunos matriculados, 9 do ensino supletivo, 1, do complementar e 1, do secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há noticiosos diários. Circula a "Fôlha de Bezerros", mensalmente. Conta ainda o município com 1 biblioteca.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	501	3 000	1 335	738	1 182
1951	782	3 060	1 589	950	1 253
1952	922	3 869	1 889	1 119	2 015
1953	938	3 516	2 415	1 170	2 475
1954	1 077	4 606	2 497	1 300	2 313
1955	1 381	5 713	3 615	1 923	3 738
1956	—	—	3 010	1 745	3 271

FESTEJOS POPULARES — A principal e mais tradicional festa da cidade é realizada no dia 31 de dezembro de cada ano, em louvor ao padroeiro São José. Muito embora o dia consagrado àquele Santo seja a 19 de março, a tradição adiou-o para 31 de dezembro, data em que a cidade se transforma inteiramente. Uma grande procissão percorre as principais ruas, e ao retornar, às últimas horas da tarde,

Escola Normal N. S.ª das Dôres.

Coletoria Estadual.

seguem-se os ofícios religiosos. Na parte externa da igreja matriz são instaladas barracas de prendas, carrosséis e diversos outros entretenimentos, onde o povo se diverte tôda noite. No dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da cidade, realizam-se apenas ligeiras comemorações. São igualmente festejados, de acôrdo com a tradição em voga, nas cidades do interior, São João e São Pedro, dentro das características populares, com fogueiras, pamonhas, canjicas, adivinhações, etc. Como monumento histórico, vale registrar a igreja matriz construída em 1831 (com apenas uma tôrre), tendo sido levantada a segunda, em 1850, e a Igreja do Rosário, construída em 1851.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A serra do Sapato, cuja aparência deu origem ao nome.

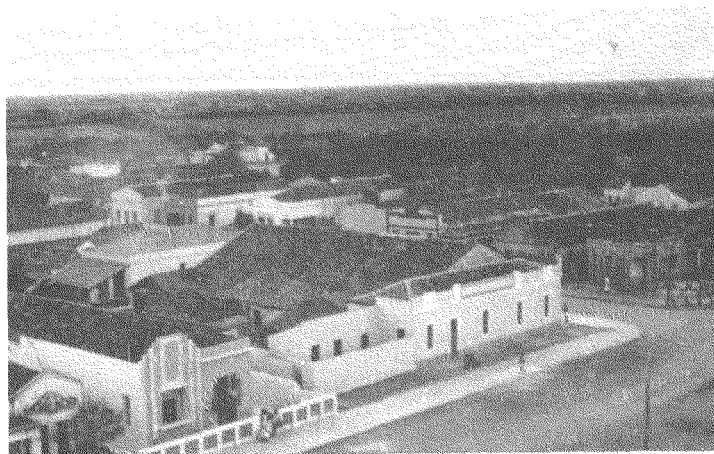
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município um campo de pouso. Já foram concluídos os estudos para fornecimento à cidade da energia da Cia. Hidroelétrica do São Francisco. Já se acha em fase de organização a Biblioteca Municipal. Em 1956 existiam 10 vereadores em exercício e 11 498 eleitores inscritos. Conta ainda com dois advogados em atividade. O Prefeito é o Sr. Alcides de Andrade Lima.

(Autor do histórico — José Bezerra Sobrinho — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

BODOCÓ — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

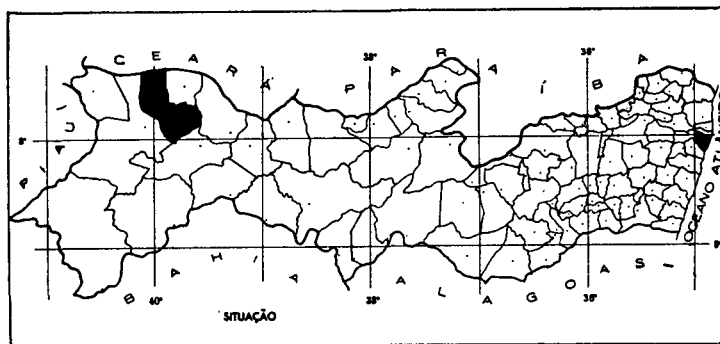
HISTÓRICO — Na antiga fazenda do Poço D'Anta, da freguesia do Exu, a 70 quilômetros desta localidade, de 1858 para 1859, o então vigário padre José Modesto Correia de Brito construiu uma capela, tendo por orago Nossa Senhora do Bom Conselho. Tal fato deu lugar à formação de um povoado que chegou a merecer a categoria de freguesia, pela Lei n.º 1 042 de 23 de maio de 1872, por segregação do curato amovível do Exu. Foi instalada em 1875 com o provimento canônico. Anteriormente, já outra lei lhe dera as honras de vila, a de n.º 548, de 9 de abril de 1863, transferindo a sede do têrmo Exu para aí. Pelo fundador da capela, em 28 de janeiro de 1860, foi doada à mesma, como patrimônio, tôda a área ocupada pela povoação. Criada comarca no govêrno da República, foi instalada em 1.º de março de 1890, pelo Juiz de Direito Dr. Alfredo Afonso Ferreira. A denominação primitiva do povoado — Granito — foi motivada pelo solo que é formado de granito. Constituiu-se município autônomo, em 5 de junho de 1893.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — A Lei provincial n.º 548, de 9 de abril de 1863, transferiu a sede do município de Exu para a povoação de Granito, tomando, por conseguinte, essa denominação. A instalação da nova sede verificou-se a 27 de julho do mesmo ano. Em virtude da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, a vila de Granito adquiriu foros de cidade. O distrito de Bodocó, criou-o a Lei municipal n.º 8, de 17 de novembro de 1909. Segundo a Divisão Administrativa, em 1911, o município de Granito formou-se de 2 distritos: Granito e Bodocó. Por efeito da Lei estadual n.º 1 650, de 22 de maio de 1924, Bodocó passou a ser sede do município de Granito. Essa mesma Lei concedeu foros de cidade à vila de Bodocó. No quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Bodocó permanece como sede do município de Granito, o qual se compõe de 5 distritos: Bodocó, Rancharia, Sipaúba, Granito e Caririzinho. Pelo Decreto estadual n.º 314, de 27 de junho de 1934, foi extinto o município de Leopoldina, cujo território se distribuiu pelos municípios de Granito, Salgueiro e Serrinha. Nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e .... 31-XII-1937, o município de Granito permanece com sede em Bodocó e continuam a constituí-lo 5 distritos: Bodocó, Brejo de Santo Antônio, Granito, Leopoldina e Poço Cercado. Tal situação permanece no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, notando-se apenas as alterações toponímicas do município e do distrito de Brejo de Santo Antônio, que passaram a denominar-se Bodocó e Sipaúba, respectivamente. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, Bodocó perdeu os distritos de Leopoldina e Icaiçara (Ex-Poço Cercado), transferidos para o novo município de Leopoldina. Ainda por efeito dêsse mesmo decreto-lei, o município de Bodocó adquiriu o distrito de São Félix, do município de Ouricuri, e o distrito de Claranã, desfalcado de parte do seu território, do município de Exu. Na divisão vigente no qüinqüê-

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz.

nio 1939-1943, fixada pelo supracitado Decreto-lei n.º 235, Bodocó figura com o distrito da sede e os de Claranã, Granito e São Félix, os 2 primeiros acrescidos de território do extinto distrito de Sipaúba. O Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, modificou as divisas do município de Bodocó com os de Leopoldina e Ouricuri, e, internamente, os limites entre os distritos de Bodocó e Claranã, São Félix e Claranã, Bodocó e Granito. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Bodocó divide-se em 4 distritos: Bodocó, Claranã, Feitoria (ex-São Félix) e Granito, permanecendo esta situação até o presente.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e .... 31-XII-1937, o município de Granito (com sede em Bodocó) é têrmo judiciário da comarca de Ouricuri. No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Bodocó (ex-Granito) permanece como têrmo da comarca de Ouricuri. Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial, em vigor no período 1939-1943, o têrmo de Bodocó foi transferido da comarca de Ouricuri para a de Exu (ex-Novo Exu). Em virtude do Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial vigorante em 1944-1948, foi criada a comarca de Bodocó com o têrmo de igual nome, desmembrado da comarca de Exu. Distritos componentes: Bodocó, Claranã, Feitoria (ex-São Félix) e Granito.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Sertão do Araripe, a 554 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, numa altitude de 440 m. As coordenadas geográficas são: latitude Sul 7º 42' 50" e longitude W.Gr. 39º 53' 50".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

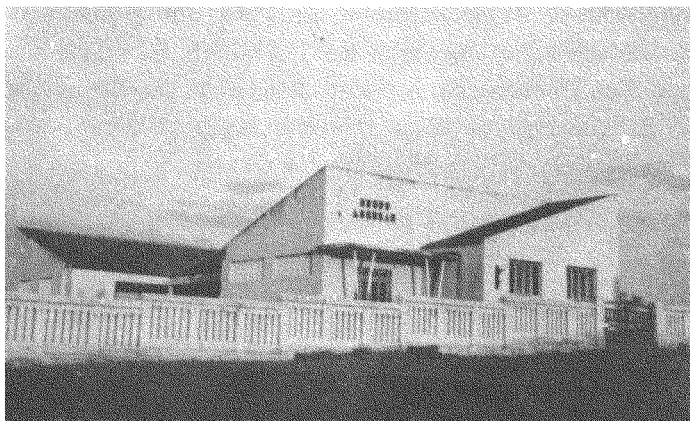
CLIMA — Tipo de clima: *BSH* — Semi-árido, quente. (Alternado pela Altitude na porção norte). O município está situado no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 2 367 km²

POPULAÇÃO — Total: 20 971 hab. de acôrdo com o Censo de 1950, sendo 10 271 homens e 10 700 mulheres. Densidade demográfica: 9 hab./km². Residem no quadro urbano, 9,3% da população. Estimativa populacional do D.E.E., para 1.º-VII-57: 24 197 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Bodocó .... (1 510 hab.) e três vilas (Claranã, 118 hab., Feitoria, 256 hab. e Granito, 241 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária" 30,7% da população, e o restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Algodão, mandioca, mamona, milho e feijão, são as principais culturas agrícolas. O caroá também merece destaque

Vista parcial da cidade.

Grupo Escolar.

pois é uma das riquezas nativas, não só do município, mas da região. Existem 17 estabelecimentos industriais em funcionamento.

O volume e o valor das principais culturas agrícolas no município, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	390 000	4 420 000,00
Feijão	Saco 60 kg	12 000	2 268 000,00
Mandioca	Tonelada	2 700	700 000,00
Mamona	Quilograma	350 000	700 000,00
Milho	Saco 60 kg	15 000	2 250 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Bodocó está ligado à Capital Estatual e mais aos seguintes municípios: Exu, Serrita, Parnamirim, Ouricuri (PE), Santanópole e Araripe (CE). Acha-se distante 662 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, 660 km mistos (168 km, por meio de rodovia, até Serra Talhada, e daí por ferrovia, 492 km) e ..... 554 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui 2 estabelecimentos do comércio atacadista, 22 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Existem 15 logradouros, sendo nove pavimentados, 3 parcialmente, a paralelepípedo, numa área de 2 832 m² e 150 m² a pedras irregulares, todos servidos de iluminação elétrica, pública e domiciliária. A sede municipal possui dois hotéis, com a diária média de Cr$ 70,00, e um cinema, cuja lotação é de 200 lugares. Conta-se uma Agência do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência à população os seguintes serviços médico-sanitários: 1 Pôsto Estadual de Higiene e 1 Pôsto de Puericultura, mantido pela L.B.A.; uma farmácia e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 12,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 54 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1412 alunos matriculados, e 3, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	504	144	519
1951	—	...	600	215	900
1952	—	933	798	174	798
1953	—	912	1 109	185	1 109
1954	—	1 030	1 062	187	1 061
1955	—	1 648	1 245	296	1 287
1956	—	(2) 1 805	(3) 1 095	(3) 265	(3) 1 095

(1) A arrecadação é feita pelo Município de Ouricuri. — (2) Até o dia 15 de dezembro de 1956. — (3) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 existiam 9 vereadores e 6413 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. Luiz Lúcio de Miranda.

(Autor do histórico — Sebastião de Vasconcelos Galvão; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco e Departamento Estadual de Estatística.)

BOM CONSELHO — PE

Mapa Municipal na pág. 589 do 4.º Vol.

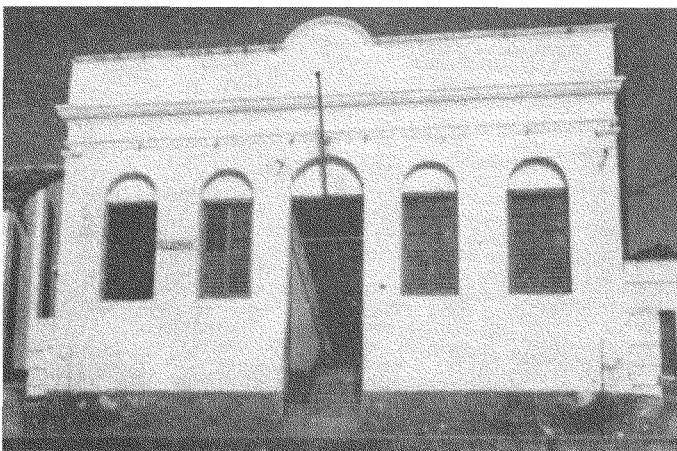
HISTÓRICO — O terreno da cidade do Bom Conselho está compreendido na sesmaria concedida a Jerônimo de Burgos de Souza e Eça, e vendido por êste, em 23 de julho de 1712, a Manuel da Cruz Vilela. Até 1824 o local da vila, pouco habitado, era uma fazenda de criar, pertencente a Antônio Anselmo da Costa Vilela. Êste com Joaquim Antônio da Costa foram os iniciadores do povoamento regular do Bom Conselho. A primitiva capela teve como fundador o capitão Mathias da Costa Vilela, que a consagrou a Jesus, Maria e José, subsistindo como matriz até a inauguração da atual. Com o nome de Papa-caça e a invocação de Jesus, Maria e José, foi elevada à freguesia pela Lei n.º 45, de 12 de junho de 1837, sendo seu primeiro vigário o padre João Clemente da Rocha. Pela Lei provincial n.º 204, de 25 de junho de 1888, foi o território dessa freguesia anexado ao de Correntes, criado freguesia e vila pela citada lei, a qual foi derrogada pela de n.º 239, de 30 de maio de 1849, que de novo transferiu a freguesia para a sua primitiva sede. De simples paróquia foi Papa-caça elevada à categoria de vila, pela Lei provincial número 476, de 30 de abril de 1860, com a denominação de

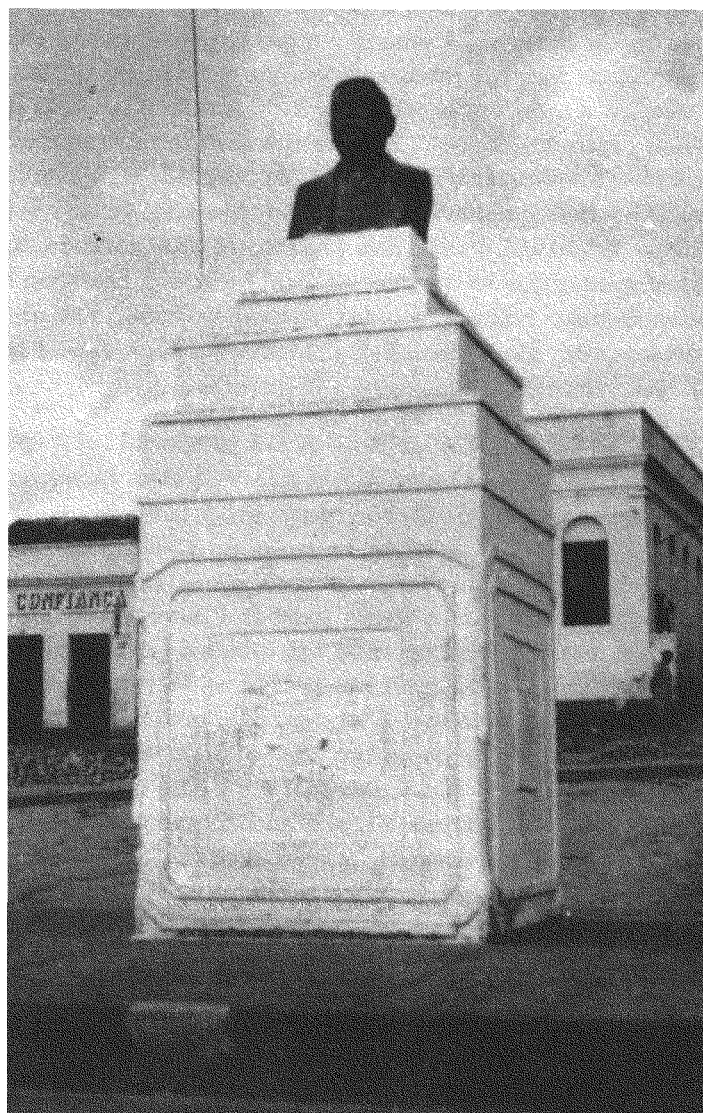
Vista parcial da cidade.

Vista da Praça Dantas Barreto, vendo-se ao fundo a Matriz de N. S.ª do Bom Conselho.

Bom Conselho, sendo inaugurada a vila em 6 de fevereiro de 1861. A Lei provincial n.º 1 057, de 7 de junho de 1872, criou a comarca, e os Decretos números 5 004, de 10 de julho e 5 139, de 13 de novembro do mesmo ano, consideraram-na de 1.ª entrância, sendo o Dr. João Vieira de Araújo nomeado seu primeiro Juiz de Direito. Em virtude da Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo, em 28 de dezembro dêsse mesmo ano, tendo sido seu primeiro govêrno municipal: Prefeito — coronel Augusto Martiniano Soares Vilela; subprefeito — Francisco Teixeira de Macedo; Conselho Municipal: tenente Cândido Carlos da Costa Vilela, Antônio Ildefonso da Silva Amaral, capitão Tude Pinto Crespo, Joaquim Vieira de Souza e tenente João Tenório Mascarenhas. Em 19 de dezembro de 1875 Bom Conselho foi invadido pelos Quebra-Quilos. Pela Lei n.º 309, de 7 de junho de 1888, foi elevado à categoria de cidade.

ORIGEM DA DENOMINAÇÃO — Era costume entre os primitivos papa-caceiros castrar os veados e caititus (porco--montês), apanhados vivos, dando-lhes depois a liberdade, na certeza de que mais tarde lhes viriam de novo às mãos; e então, depois de abatidos lá iam para uma grelha que lhes servia de tumba, e daí, para o estômago dos caçadores. Dêste uso deriva o nome de Capa-caça, pelo qual foi conhecido, em princípio, o povoado, corrompendo-se em Papa-caça, que ainda conserva na denominação da freguesia. O nome Bom Conselho é devido ao recolhimento, e foi mudado por Frei Caitano de Messina, dando-lhe mais tarde cunho oficial a citada Lei n.º 476.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Bom Conselho deve sua criação à Lei provincial n.º 45, datada

Prefeitura Municipal.

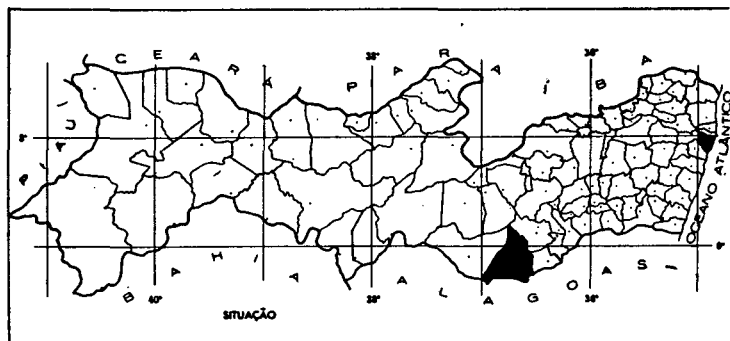
de 12 de junho de 1837. Em virtude da Lei provincial n.º 204, de 25 de junho de 1848, foi criado o município de Bom Conselho, com sede na povoação de Jesus, Maria e José de Papa-caça, ou simplesmente Papa-caça, e território desmembrado do de Correntes. A novel comuna foi suprimida a 30 de maio de 1849, por efeito da Lei provincial n.º 239, desta data, tendo sido, porém, restaurada pela de n.º 476, de 30 de abril de 1860 ou, segundo outra fonte, em 1861, e reinstalada a 6 de fevereiro dêste último ano. Por fôrça da Lei estadual n.º 309, de 6 de junho de 1898, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Bom Conselho compõe-se de 3 distritos: o da sede e os de Taquari e Prata. Segundo o quadro da divisão administrativa refe-

Busto de Joaquim Nabuco.

rente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e os de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Bom Conselho é constituído pelos distritos de Bom Conselho, Caldeirões, Prata e São Serafim, notando-se, porém, que, no relativo a 1933, o distrito de Caldeirões se denomina Caldeirões do Guedes. Na divisão territorial, em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual número 235, de 9 de dezembro de 1938, o município figura com a seguinte composição distrital: Bom Conselho, Barro (ex-São Serafim), Caldeirões e Prata. Em face do Decreto--lei estadual n.º 503, datado de 19 de junho de 1940, fo-

Ginásio São Geraldo.

ram modificadas as divisas do município em aprêço com o de Águas Belas e, internamente, entre o distrito de Bom Conselho e o de Prata. O Decreto-lei estadual n.º 932, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, manteve a divisão distrital relativa ao qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei 235, devendo notar-se apenas que os distritos de Prata e Barro passaram a denominar-se, respectivamente, Iatecá e Saloá. Distritos componentes: Bom Conselho, Caldeirões, Iatecá, Lagoa de SãoJosé, Rainha Isabel, Saloá e Teresinha.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A Lei provincial n.º 1 057, de 7 de janeiro de 1872, criou a comarca de Bom Conselho. Segundo os quadros de divisão territorial datados de ...... 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Bom Conselho compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, assim figurando nas divisões territoriais, em vigência nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, fixados, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943. A Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, última divisão judiciário-administrativa, manteve a mesma situação.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na zona fisiográfica do Agreste, a 235 km de distância da Capital do Estado em linha reta, no rumo O.S.O., numa altitude de 660 m. As coordenadas geográficas são as seguintes: .... 9º 10' 10" de latitude Sul, 36º 37' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *A'S*: quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. Amenizado pela latitude. O município está compreendido no Polígono das Sêcas.

ÁREA — 1 694 km².

POPULAÇÃO — Total: 66 709 hab., de acôrdo com o Censo de 1950, 31 348 homens e 35 361 mulheres. Densidade demográfica: 39 habitantes por quilômetro quadrado. Da população existente, 13,6% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 76 971 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade do Bom Conselho (6 113 habitantes), Caldeirões, 527 hab., Iatecá, 517 habitantes, Lagoa de São José, 617 hab., Rainha Isabel, 501 hab., Saloá, 590 hab. e Teresinha 865 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 43,5% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restante na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Café, feijão, mamona, algodão, batata-inglêsa e banana são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária também é desenvolvida, representando considerável parcela da economia local. Há 27 estabelecimentos industriais funcionando.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	1 452 000	11 016 000,00
Banana	Cacho	180 000	4 500 000,00
Batata-inglêsa	Saco 60 kg	1 220	195 200,00
Café	Quilograma	1 500 000	22 500 000,00
Feijão	Saco 60 kg	80 400	72 360 000,00
Mamona	Quilograma	947 000	2 841 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e mais às seguintes cidades: Garanhuns (49 km), Correntes (54 km), Águas Belas (PE) 90 km e Palmeira dos Índios (AL), 42 km. É servido por linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais. Acha-se a 286 quilômetros da Capital Estadual, por rodovia, 320 km mistos (49 km até Garanhuns por rodovia, e daí 271 km por ferrovia) e 235 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é pequeno: 3 estabelecimentos atacadistas e 50 varejistas. Não há agências bancárias. Funcionam 2 cooperativas de crédito e 1 escritório da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR).

ASPECTOS URBANOS — Onze logradouros estão inteiramente pavimentados e dois, parcialmente, com 11 780 metros quadrados, a paralelepípedos, dêstes, três são arbo-

Rua José Amaral

Colégio N. S.ª do Bom Conselho e Escola Normal Regional.

rizados e quatro, arborizados e ajardinados, simultâneamente. Vinte e oito logradouros são beneficiados com iluminação elétrica, pública e domiciliária, e 11, com abastecimento dágua canalizada, servindo 240 prédios. Encontram-se uma Agência dos Correios e Telégrafos, dois hotéis, três cinemas — um na sede e dois nas vilas de Rainha Isabel e Saloá.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um Pôsto Estadual de Higiene, 3 médicos, 3 farmácias e 2 farmacêuticos prestam assistência médico-sanitária à população.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 71 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 3 222 alunos matriculados, 25, do ensino supletivo, 2, do ensino complementar, e 2, do secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há diários. Circula "O Norte", semanário. Funciona 1 biblioteca com 650 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(1)	1 137	1 048	548	1 053
1951	(1)	2 071	1 258	714	1 323
1952	(1)	3 199	2 000	691	1 852
1953	839	3 023	1 785	720	1 760
1954	690	3 585	1 702	824	1 906
1955	756	5 114	2 349	1 192	2 123
1956	1 011	(2) 5 237	(3) 1 800	870	1 800

(1) Não foi possível obter os dados referentes aos anos de 1950, 1951 e 1952. — (2) Dados até 30 de novembro de 1956. — (3) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os filhos ilustres da região, destaca-se o nome de Emídio Dantas Barreto, general, político e escritor brasileiro (1851-1931). Tomou parte, como voluntário, na guerra do Paraguai. De volta da campanha, freqüentou a Escola Militar do Rio de Janeiro. Salientou-se na campanha de Canudos, o que lhe valeu a promoção ao pôsto de coronel. Em 1910 foi ministro da Guerra, e em 1911 Governador de Pernambuco. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Publicou: Margarida Nobre, A Poesia do Século XIX, a Destruição de Canudos, Expedição de Mato Grosso e do Atelier para o Templo.

Em 1956 havia 9 vereadores em exercício e 10 822 eleitores inscritos.

O Prefeito é o Sr. Dr. João Felino Tenório.

(Autor do histórico — Sebastião de Vasconcelos Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

BOM JARDIM — PE

Mapa Municipal na pág. 525 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Surgiu a povoação da propriedade de um rico fazendeiro que, para prestar assistência religiosa a seus moradores, contratou um capelão, o qual edificou sua morada no alto das ladeiras e no meio dos paus-d'arco localizados no atual perímetro urbano da cidade. Logo depois da fundação da capela, o povoado começou a crescer, sendo habitado pelos que negociavam no sertão da Paraíba, grande centro produtor de algodão. O arruado aumentou depressa com o movimento dos tropeiros que iam buscar aquêle produto em Campina Grande para beneficiá-lo no Recife. A população do lugarejo foi aumentando, as casas começaram a ser construídas em diversos pontos e pouco depois foi criado um curato sob a invocação de Nossa Senhora de Santana. Desde então, o desenvolvimento da antiga fazenda se intensificou e, o padre e o proprietário das terras do curato, facilitavam tudo para quem quisesse morar nos arredores da capela.

Os dias se sucediam na placidez e quietude coloniais até que, em uma ocasião, estando o padre-mestre a passeio no meio da mata, parou, de repente, a caminhada e ficou olhando a paisagem. Os pássaros enchiam a manhã com seu trinado. Um riacho acompanhava a orla da floresta, onde árvores frondosas protegiam o bebedouro das aves. O cura permanecia imóvel, sentindo tôda a poesia do lugar, de uma forma inédita. Seus olhos se enchiam do bucolismo das éclogas de Virgílio que êle conhecera no Seminário. Então, um lindo pássaro multicor veio posar em um pau-d'arco, quase que se fundindo com o colorido da árvore. Nesse momento, o Padre viu como o local era apropriado para um vergel e exclamou: "Que Bom Jardim! De hoje em diante vai se chamar curato de Bom Jardim". Com o decorrer do tempo o antigo lugar das árvores côr-de-ouro foi pouco a pouco se expandindo em várias direções e agora a cidade em quase nada lembra o antigo curato: só as ladeiras, os altos e alguns minguados paus-d'arco recordam o Bom Jardim da exclamação do Cura.

A Freguesia, criada em 1757, teve como seu primeiro vigário o padre José Inácio Teixeira, que a instalou em 24 de dezembro do mesmo ano.

Em 1893, com a autonomia do município, foram eleitos os seguintes cidadãos para o govêrno municipal: Prefeito — Dr. Justino da Mota Silveira, e subprefeito — José Eloi Pereira Lima.

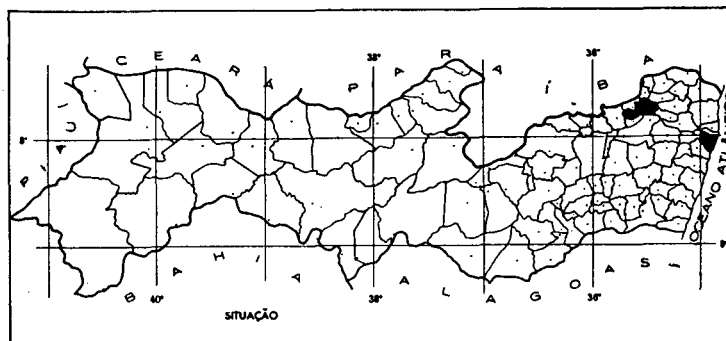
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Bom Jardim foi criado em 1757 e por Alvará de 16 de agôsto

5 — 24 934

Vista parcial da cidade.

de 1800. A Lei provincial n.º 922, de 19 de maio de 1870, criou o município de Bom Jardim com o território desmembrado do de Limoeiro, verificando-se sua instalação a 19 de julho de 1871. Por fôrça da Lei provincial número 1 327, de 4 de fevereiro de 1879, a vila do Bom Jardim foi elevada à categoria de cidade. Refere-se, também, à criação do distrito de Bom Jardim a Lei municipal n.º 3, de 27 de abril de 1893. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Bom Jardim divide-se em três distritos: Bom Jardim, Surubim e 3.º distrito, aparecendo no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" com apenas dois: Bom Jardim e João Alfredo. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o referido município compõe-se dos distritos: Bom Jardim, Bizarra e São Paulo, figurando no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, com os distritos já citados e mais os de Cedro e Machados. Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, foi extinto o distrito de São Paulo, sendo o seu território anexado ao de Bom Jardim. Tal situação, confirmou-a o Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, devendo-se notar sòmente que nesse período o distrito de Cedro se denomina Urucuba (1944-1948). O Decreto-lei estadual n.º 1 117, de 14 de fevereiro de 1945, transferiu o distrito de Urucuba do município de Bom Jardim para o de Limoeiro. Na última Lei de divisão territorial, número 1 819, de 30 de dezembro de 1953, o município consta dos distritos de: Bom Jardim, Bizarra, Machados e Tamboatá. Êste último distrito foi criado pela Lei municipal número 2, de 29 de dezembro de 1953, mas ainda não instalado.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca do Bom Jardim foi criada pela Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873, e Decreto n.º 5 001, de 17 de dezembro do mesmo ano. De acôrdo com os quadros da divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o têrmo de Bom Jardim, juntamente com os de Queimadas e Surubim, constituiu a comarca de Bom Jardim, assim permanecendo na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Bom Jardim adquiriu o têrmo de João Alfredo, transferido da comarca do Limoeiro, e perdeu os têrmos de Surubim e Orobó (ex-Queimadas), desmembrados para nova comarca de Surubim. Segundo a divisão territorial, vigente em 1944-1948, estabelecida pelo supracitado Decreto-lei número 952, a referida comarca é formada dos têrmos: Bom Jardim e João Alfredo. A partir de 1949, de acôrdo com a Lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, Bom Jardim é sede de comarca, com os mesmos distritos da divisão administrativa. Essa situação permanece até o presente.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal fica a 83 km em linha reta da Capital, em direção O.N.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. São as seguintes as coordenadas geográficas: latitude Sul 7º 47' 57",7 e longitude W.Gr. 35º 35' 23",4. Altitude, 359 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

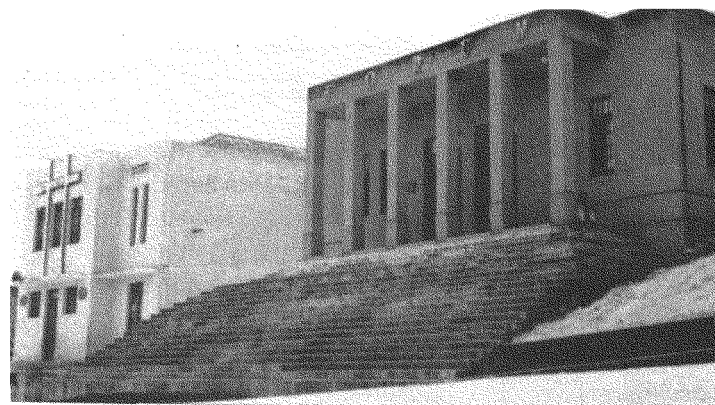
CLIMA — Tipo de clima: *As'*. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. Temperatura em grau centígrado: média das máximas — 34; das mínimas — 19. Precipitação no ano, altura total — 1 009,1 mm (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 424 km^2.

POPULAÇÃO — São 39 142 habitantes, de acôrdo com o Censo de 1950, sendo 18 933 homens e 20 209 mulheres. Densidade demográfica: 92 habitantes por quilômetro quadrado. Os 4,8% da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 45 163 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Bom Jardim: 2 500 hab. e duas vilas: Bizarra — 341 hab. e Machados — 724 hab.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população, 25,2% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restan-

Visão do Forum, e em segundo plano o Centro de Cultura Bonjardinense.

te, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. O abacaxi é a principal cultura agrícola. A safra de 1956 foi estimada em quatro milhões de frutos. Banana, café, algodão e milho, também merecem destaque. Há 17 estabelecimentos industriais em funcionamento.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	3 200 000	6 400 000,00
Algodão	Quilograma	120 000	760 000,00
Banana	Cacho	1 500 000	27 000 000,00
Café	Quilograma	22 500	620 000,00
Milho	Saco 60 kg	3 300	594 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Bom Jardim está ligado à Capital Estadual e mais aos seguintes municípios: Surubim (29 km), Orobó (8 km), São Vicente Férrer (42 km), Vicência (59 km), Limoeiro (30 km), João Alfredo (9 quilômetros), Carpina (54 km) e Nazaré da Mata (68 quilômetros). É servido por linha de ônibus e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 105 km da Capital Estadual, por rodovia, 113 km, por ferrovia e 83 km, por via aérea.

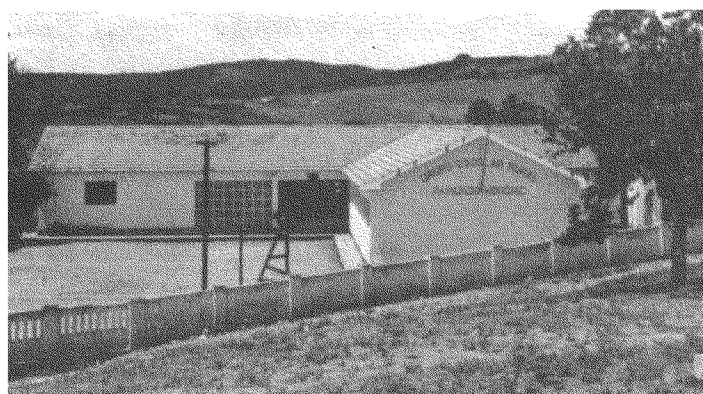
COMÉRCIO E BANCOS — Existem 2 estabelecimentos do comércio atacadista e 18 do varejista. Não há agências bancárias; funciona 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Existem 27 logradouros no município, sendo 8 pavimentados, 4 arborizados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Vinte e dois logradouros possuem iluminação pública e domiciliária, com um total de 210 ligações. Há uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Existe também o serviço telegráfico da Rêde Ferroviária do Nordeste, que transmite telegramas particulares. Foram registrados na Coletoria Estadual 16 automóveis e 9 caminhões. Funcionam no município 1 hotel e 1 cinema com 220 cadeiras.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município há 2 farmácias, 1 Pôsto de Higiene do Estado e 2 farmacêuticos em exercício.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 7,8% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente, para o Estado, é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade escolar do ensino pré-primário, 89, do ensino primário fundamental comum, com 1 518 alunos matriculados, 11, do ensino supletivo e 1, do ensino secundário.

Igreja Matriz de N. S.ª de Santana.

Grupo Escolar Rural "Raimundo Honório".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais. Existem apenas 3 bibliotecas em funcionamento.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (1)	243	1 500	614	604	762
1951 (1)	255	1 600	526	516	998
1952	481	1 800	1 747	970	1 183
1953	394	2 264	1 255	1 141	1 316
1954	423	2 256	1 361	1 173	1 046
1955	476	3 115	1 327	1 077	1 073
1956 (2)	700	3 459	1 304	1 255	1 304

(1) As informações da Coletoria Estadual, referentes a 1950 e 1951, e as da Coletoria Federal, referentes a 1950, são resultantes de estimativas feitas pelos respectivos Coletores, em face da ausência de documentos onde se pudessem apanhar os dados reais. — (2) Os dados da Prefeitura Municipal, referentes a 1956, foram apanhados do orçamento dêsse ano. Os da Coletoria Federal, referentes a 1.º de janeiro a 17 de dezembro, e os da Coletoria Estadual, de 1.º de janeiro a 14 de dezembro de 1956.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município existiam, em 1956, 5 000 eleitores (estimativa) e 9 vereadores. Os profissionais em exercício são: 1 médico, 1 advogado e 1 dentista. O município bom-jardinense possuiu filhos ilustres, dentre os quais podemos citar: Barão de Lucena — O Barão de Lucena (Henrique Pereira de Lucena Filho) nasceu neste município, a 27 de maio de 1835. Fêz os preparatórios no Colégio Pedro II, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito do Recife, por onde se bacharelou em 1858. Iniciou sua vida pública como Delegado de Polícia da Capital. Entre os inúmeros cargos que exerceu, citamos os de Juiz de Direito em Goiana, Jaboatão e Teixeira (Paraíba), Chefe de Polícia no Ceará, Presidente das Províncias do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Também foi eleito Deputado Provincial de Pernambuco e, mais tarde, Deputado Geral, sendo escolhido Presidente da Câmara. Foi Ministro da Agricultura e da Fazenda, no govêrno do Marechal Deodoro da Fonseca. Na nova organização do Supremo Tribunal Federal, o Barão de Lucena foi nomeado um dos seus membros. Faleceu em 1913; Clemente Falcão — Nasceu no município do Bom Jardim, em data ignorada. Atuou no jornalismo paulista em 1840, quando foi diretor do jornal "Phoenix". Dedicou-se também ao magistério, exercendo, durante muito tempo, as funções de professor da Faculdade de Direito de São Paulo; Dr. Dirceu Pereira Borges — Nasceu nesta cidade em 27 de abril de 1900. Em 1.º de agôsto de 1927, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife e foi distinguido como laureado da

turma, com prêmio de viagem à Europa. Ingressou na vida pública, sendo nomeado Delegado de Polícia da Capital, Subprocurador-geral, Secretário do Interior e Justiça, e em 1952, reconhecendo os seus méritos de ilustre cultor do Direito, o então Governador do Estado, Dr. Agamenon Magalhães, nomeou-o desembargador e, logo após, fizeram-no Presidente do Tribunal de Justiça. O Prefeito é o Sr. José Gomes Cabral.

(Autor do histórico — "Roteiro de Bom Jardim", de Mário Souto Maior e Moacir Souto Maior; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, D.E.E. e "Roteiro de Bom Jardim".)

BONITO — PE

Mapa Municipal na pág. 204 do 4.º Vol.

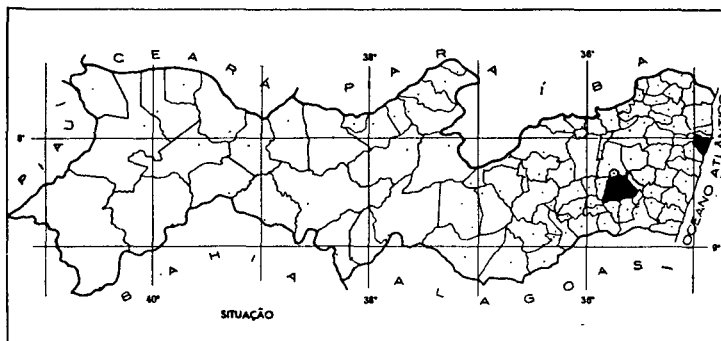
HISTÓRICO — O território do atual município de Bonito era, até o fim do século XVIII, coberto de imensas florestas e se compreendia na área abrangida pelo célebre quilombo dos palmares, de que fala a história pátria. A tradição conta que o motivo de chamar-se Bonito provém do seguinte fato: alguns habitantes da margem do Ipojuca e, principalmente, do povoado São José dos Bezerros, vinham caçar na direção da serra dêsse município, denominada — dos Macacos — nome originário da abundância de mamíferos quadrúmanos na mesma; um dia, descendo dois caçadores a serra pelo lado oriental, ao chegarem em sua encosta, descobriram um ribeiro de água cristalina que, um sombrio formado por grandes árvores, tornava o sítio muito grande e bastante pitoresco. Então um dos caçadores, certamente a quem mais encantou o quadro poético do regato límpido que se deslizava ali, na sombra e em meio do frescor, ao perfume e às belezas emanadas da própria natureza, exclamou "que rio bonito!". E, fatigados das excursões venatórias, descansaram. Moqueando a capa, comeram alguma coisa, beberam sequiosos da água, e depois se retiraram. Decorrido algum tempo, em nova caçada, um dos da comitiva perguntou qual a direção que tomariam naquele dia: a do rio bonito — respondeu outro companheiro. E as caçadas, que se sucediam, para êsses homens eram o mais belo passatempo e sempre preferiram o "Bonito" pois que, desde logo, a abreviatura, no modo de falar, suprimiu o nome rio. Então, a imensa cópia de caças de que eram fartas tais florestas, a água boa, pura e abundante que ali jorrava, terras férteis, capazes de tôdas as produções agrícolas, tudo foi atrativo para muitos dêsses caçadores, que ergueram no lugar habitações para residência, e êles próprios, fazendo o povoamento, iam seduzindo parentes e amigos, mostrando-lhes as vantagens da residência em tal parte. Data de 1796 a 1798 a fundação de Bonito. Em 1816 já havia uma grande povoação, tendo talvez muito mais contribuído para êsse desenvolvimento uma capelinha de Nossa Senhora da Conceição (mais tarde matriz), quatro anos antes levantada pelos povoadores. Eis o que está no espírito dos habitantes de Bonito e como êles contam a história de seu início e de sua denominação. Foi criada comarca pela Resolução da Presidência, em Conselho de 20 de maio de 1833, sendo então nomeado seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Antônio Batista Gitirana; foi suprimida pela Lei provincial n.º 58, de 19 de abril de 1838, que incorporou seu têrmo à comarca de S. Antão; a Lei provincial n.º 65, de 12 de abril de 1839, criou-a vila e paróquia, sendo então seu primeiro vigário o padre Manuel de Melo Falcão Menezes; a Lei provincial n.º 86, de maio de 1840, restaurou-a comarca; foi suprimida ainda pela Lei provincial n.º 212, de 16 de agôsto de 1848, que transferiu a sede para a comarca de Caruaru, ficando Bonito sede de um dos dois municípios em que foi dividida a comarca; foi restaurada pela Lei provincial n.º 277, de 6 de maio de 1851, tornando-se sede da comarca pela de n.º 720, de 20 de maio de 1867. Foi classificada comarca de 1.ª entrância pelos Decretos números 687, de 1850, e 1 539, de 13 de novembro de 1872. Foi elevada a cidade pela Lei estadual n.º 130, de 3 de junho de 1895. De acôrdo com a Lei número 52 (Organização dos Municípios) constituiu-se município autônomo, em 16 de janeiro de 1893, sendo seu primeiro govêrno administrativo municipal o seguinte: Prefeito — major Francisco Tibúrcio Paulino de Melo; Subprefeito: Joaquim de Barros e Silva; Conselho Municipal composto dos seguintes membros: Mariano Fonseca Lêdo, capitães José Antônio de Melo, Manuel Roiz da Silva, Antônio da Cunha Brayner. Em 19 de dezembro de 1874, os revoltosos denominados "Quebra-quilos" invadiram Bonito. Ainda é digno de mencionar nesse município o horroroso acontecimento, ocorrido pelos fins de 1819, no govêrno Luiz do Rêgo, da grande matança dos habitantes da serra do Rodeador, crueldade tal que até D. Pedro I, em seu manifesto aos brasileiros, assim se exprimiu: "Pernambucanos, lembrai-vos das fogueiras do Bonito". A Lei provincial número 65, de 12 de abril de 1839, criou o município denominado Bonito, com território desmembrado do de Vitória

Grupo Escolar Alexandrino da Rocha.

Prefeitura Municipal

(atual Vitória de Santo Antão). O distrito foi criado pela mesma supracitada Lei n.º 65, porém com data de 12 ou 15 de abril de 1839, referindo-se, ainda, à sua criação a Lei municipal de 16 de janeiro de 1893. A 3 de julho de 1895, por efeito da Lei estadual n.º 130, dessa data, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município do Bonito figura com 5 distritos: Bonito, Barra, Ilha das Flôres, Bentevi e Capoeiras, enquanto nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, aparece com os do Bonito, Barra, Ilha das Flôres, Manuel Borba, Belém de Maria e São Joaquim. Segundo o quadro de divisão administrativa do Brasil, correspondente ao ano de 1933, publicada no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e os de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e ...... 31-XII-1937, o referido município compõe-se de 4 distritos, a saber: Bonito, Barra de São João, Alto Bonito e Ilha das Flôres, situação que se mantém no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938. Por efeito do Decreto-lei n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município do Bonito adquiriu do de Palmares o distrito de Bentevi, desfalcado de parte do seu território, e perdeu para o de Cortês, do município de Amaraji, o território do extinto distrito de Ilha das Flôres. Na divisão em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecida pelo mencionado Decreto-lei n.º 235, Bonito passou a figurar com o distrito da sede e os de Bentevi, Itapecó (ex-Barra de São João) e Iuiteporã (ex-Alto Bonito). Em face do Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas municipais entre Bonito e São Joaquim. Na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado de Pernambuco, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, Bonito compõe-se do distrito da sede e dos de Bentevi, Guabiraba (ex-Itapecó) e Iuiteporã, situação esta que permanece. A comarca de Bonito foi criada pela Lei provincial n.º 86, de 5 de maio de 1840. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e .... 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca de Bonito constitui-se do têrmo judiciário dêsse nome e do de São Joaquim, situação essa confirmada pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixaram as divisões territoriais para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Nota-se, entretanto, que nesse último qüinqüênio, o têrmo de São Joaquim passou a denominar-se Camaratuba. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal número 7 300, de 6 dêsse mês e ano, a comarca do Bonito perdeu o têrmo de Camaratuba (ex-São Joaquim), desmembrado para constituir a nova comarca de Camaratuba, posteriormente, São Joaquim do Monte.

Hospital Regional.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Litoral-Mata, a 99 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, rumo O.S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 29' 40" de latitude Sul e 35º 41' 45" de longitude W.Gr. Altitude, 450 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo: As' — Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. (obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 517 km².

POPULAÇÃO — É de 34 640 habitantes segundo o Censo de 1950, sendo 16 973 homens e 17 667 mulheres. Densidade demográfica: 67 habitantes por quilômetro quadrado. Os 10% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-57: 39 969 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade do Bonito com 3 735 habitantes e três vilas: Bentevi, 332 hab., Guabiraba, 1 409 hab. e Iuiteporã, 875 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 29,4% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária", o restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Café, cana-de-açúcar, mandioca e algodão são as principais culturas agrícolas, base da economia local. Feijão, milho e mamona são também cultivados. Está-se desenvolvendo a fruticultura e a horticultura. Há 26 estabelecimentos industriais em funcionamento. O volume e a produção dos principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	120 000	880 000,00
Café	»	990 000	23 100 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	63 900	12 780 000,00
Mandioca	»	16 150	6 170 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Bonito está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: São Joaquim do Monte (20 km), Bezerros (35 km) Camocim de São Félix (17 km), Gravatá (51 km), Cortês (40 km), Palmares (48 km), Joaquim Nabuco (62 km) e Catende (42 quilômetros). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 150 km da Capital Estadual, por rodovia, 145 km mistos (35 km até Bezerros, por rodovia, e daí 115

Fazenda Iracema.

quilômetros, por ferrovia) e 99 km, por via aérea. A Usina Pedrosa situada no vizinho município de Cortês, possui uma via férrea fazendo penetração neste município.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 20 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação cobre seis logradouros, a paralelepípedo, numa área de 20 000 m², representando 15% do total. A iluminação, pública e domiciliária, é elétrica, com 254 focos e 466 ligações, respectivamente. Conta-se uma Agência dos Correios e Telégrafos. A Prefeitura mantém um serviço de abastecimento d'água, instalado em 1955, com um reservatório de capacidade total de 200 m³, servindo 161 prédios. Há três hotéis e um cinema. Estão registrados na Coletoria Estadual 28 automóveis e 18 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida pelo Hospital Regional do Bonito, mantido pelo govêrno estadual, para clínica geral e cirurgia, com 32 leitos; um pôsto de puericultura federal, prestando assistência preventiva a gestantes e crianças. Existem na sede, um médico, um farmacêutico e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 10 unidades escolares do ensino primário, 44 do ensino primário fundamental comum, com 1 857 alunos matriculados, 6 do ensino supletivo, 1 do ensino complementar e 1 do ensino secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há diários. Circula "A Voz de Bonito", mensalmente. Encontram-se 1 biblioteca com 1 000 volumes e 1 cinema na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	333	1 167	810	380	881
1951.......	504	1 795	890	414	902
1952.......	504	1 542	1 790	559	1 122
1953.......	665	1 903	1 724	1 044	1 752
1954.......	581	2 111	2 009	802	2 012
1955.......	561	2 976	3 320	1 093	3 343
1956 (1)...	800	3 789	1 780	794	

(1) Até 30 de novembro de 1956.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — No território do município existem várias quedas d'água, das quais a de Humaitá tem aproveitamento, mas para outro município. As demais permanecem sem utilidade. As principais são: Cachoeira da Onça, Mulatinha, Barra Azul, Barra Nova, e Santa Fé.

FESTEJOS POPULARES — Mais tradicional é a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro), que se realiza com várias e imponentes solenidades. Nos últimos anos vem se realizando, mensalmente, a procissão de Nossa Senhora de Fátima, no dia 13 de cada mês. O Prefeito é o Sr. Manuel de Queiroz Lima.

(Autor do histórico — A.E. — João Geminiano Soares Pereira; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados A.M.E.)

BREJO DA MADRE DE DEUS — PE

Mapa Municipal na pág. 551 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — É desconhecida a primeira penetração no território do município, sabendo-se, apenas, que em meados do século XVII, há 300 anos, aproximadamente, o português André Cordeiro desembarcara no Recife e, entranhando-se pelo sertão, através da Capitania, fôra dar à margem de um ribeiro que, pelos grandes tabocais existentes às margens, recebeu o nome de "Tabocas". Voltando a Portugal requereu sesmaria do território que posteriormente se fêz município. De regresso a Pernambuco, instalou-se na referida região que ainda hoje mantém o nome primitivo, povoando-a. Assinala-se, ainda, a existência de descendentes seus no atual sítio "Tabocas". A então cidade do Brejo da Madre de Deus começou a povoar-se em 1752, quando foi ali erguida, pelos frades da congregação de São Felipe Nery, uma capela dedicada a São José do Bom Conselho. Em 1760 êsses frades doaram, para patrimônio da capela, uma légua de terras, a qual compreendia a área ocupada, presentemente, pela cidade. Desenvolvendo-se a povoação, pela provisão do Bispo S. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, em observância à Carta régia de 11 de novembro de 1797, foi elevada à categoria de freguesia, sendo provida com a nomeação do seu primeiro vigário, padre Antônio da Costa Pinheiro, e instalada em 1.º de novembro do ano de 1799. Foi criada vila e comarca em 1883, pelo Conselho do Govêrno da antiga Província, sendo instalada em 22 de ou-

Vista parcial da cidade.

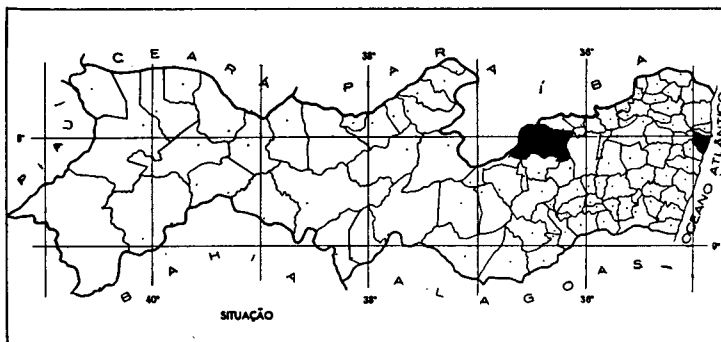
Igreja Matriz de N. S.ª do Bom Conselho.

tubro do mesmo ano e foi seu primeiro Juiz de Direito o Doutor João Teixeira da Costa. É classificada comarca de primeira entrância pelos Decretos números 627, de 1850 e 5 139, de 13 de novembro de 1872. De acôrdo com a Lei n.º 52, do Estado, constituiu-se município autônomo em 20 de junho de 1893, sendo eleitos para o primeiro govêrno administrativo municipal os seguintes cidadãos: Prefeito — Barão de Buíque, coronel Francisco Alves Cavalcanti Camorim, e subprefeito Constantino Magalhães da Silva.

Com a criação do município de Belo Jardim, cujo território foi desmembrado do de Brejo da Madre de Deus, a sede da comarca dêste foi transferida, entre 1925 e 1926, para aquêle município, passando o de Brejo a simples condição de têrmo de comarca. Em 17 de junho de 1941, por Decreto n.º 627, do Interventor Federal — Dr. Agamemnon Magalhães, voltou Brejo da Madre de Deus a ser sede de Comarca, criada que foi a comarca do Belo Jardim, permanecendo, assim, até os dias atuais.

ORIGEM DA DENOMINAÇÃO — O nome de Brejo provém de sua situação em um vale, formado pelas serras da Prata, do Estrado e do Amaro; e o de Madre de Deus, da invocação sob a qual os padres congregados de São Felipe Nery fundaram um hospital, em 1751, à margem do riacho que também tomou aquêle nome.

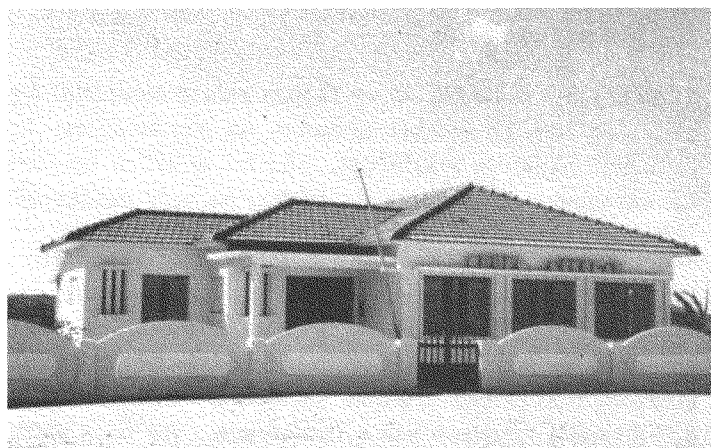
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito, criou-o a Provisão datada de 3 de agôsto de 1799. A criação do município, com território desmembrado do de Flôres, foi levada a efeito a 20 de maio de 1833, tendo-se verificado a sua instalação em 22 de outubro do mesmo ano. A Lei provincial n.º 1 327, de 4 de fevereiro de 1879, concedeu à sede municipal foros de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Brejo da Madre de Deus compõe-se de seis distritos: o de sede e os de Serra do Vento, Belo Jardim, Jatobá do Brejo, Mandaçaia e Aldeia Velha. No quadro da divisão administrativa correspondente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" e nos da Divisão Territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, integram o referido município três distritos: Brejo da Madre de Deus, Fazenda Nova e Jatobá (em 1933, Jatobá do Brejo). O Decreto estadual n.º 336, de 15 de junho de 1939, simplificou a denominação do município para Madre de Deus. Por fôrça do Decreto-lei estadual número 503, datado de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas municipais entre Madre de Deus e Taquaritinga. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, Madre de Deus permanece constituído pelos distritos da Madre de Deus, Fazenda Nova e Jataúba (ex-Jatobá). A 15 de dezembro de 1948 a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco aprovou a restauração do nome antigo do município, isto é, Brejo da Madre de Deus. Atualmente, continua com a mesma composição fixada no qüinqüênio 1944-1948.

LOCALIZAÇÃO — À distância de 154 km, em linha reta, da Capital do Estado, a sede municipal do Brejo da Madre de Deus está situada. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. São as seguintes as suas coordenadas geográficas: latitude Sul 8° 09', longitude W.Gr. 36° 19' 15". Direção da sede municipal em relação à Capital: O. Altitude, 636 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Bsh*: semi-árido, quente, atenuado pela altitude. (Veja-se Afogados da Ingàzeira). Temperatura em grau centígrado: média das máximas — 34; das mínimas — 16; média compensada — 25; altura total de precipitação no ano de 1956 — 708,9 mm.

ÁREA — 1 496 km².

POPULAÇÃO — São 35 459 habitantes, consoante o Censo de 1950, sendo 17 261 homens e 18 198 mulheres. Densidade demográfica: 24 hab./km². Da população total, 7,6% residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 40 914 habitantes.

Grupo Escolar Capitão Joaquim Cordeiro.

Praça 10 de Novembro.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade do Brejo da Madre de Deus: 2 097 habitantes e duas vilas: Fazenda Nova — 853 hab. e Jataúba — 539 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população 37,5% estão ocupados no ramo agricultura. O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Café, algodão, feijão, milho, mandioca e mamona, em ordem decrescente, são as principais culturas agrícolas. A pecuária representa igualmente considerável fonte de renda. Também merecem destaque a agave (seminativa), e a fibra do catolé, extraídas e largamente empregadas na confecção de cordas, chapéus e palha, vassouras, esteiras, etc. Há 12 estabelecimentos industriais em funcionamento.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilo	1 623 000	15 148 000,00
Café	»	480 000	10 400 000,00
Feijão	Saco 60 kg	650	1 352 000,00
Mamona	Quilo	100 000	300 000,00
Milho	Saco 60 kg	5 500	935 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital do Estado e mais às seguintes cidades: Santa Cruz do Capibaribe (42 km), Caruaru (50 km), São Caitano (30 km), Belo Jardim (42 km), Poção (72 km), Cabaceiras — PB (90 km), Monteiro (PB) (115 km) e Serra Branca (PB) (120 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 195 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, 240 km misto (42 km por meio de rodovia até Belo Jardim e daí, por ferrovia, 198 km) e 154 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é mínimo: apenas 27 estabelecimentos do comércio varejista, inclusive pequenos retalhistas. Não há agências bancárias. Encontra-se 1 cooperativa de crédito na sede municipal.

ASPECTOS URBANOS — Contando com um único logradouro pavimentado, a cidade apresenta percentagem de apenas 5% calçados a paralelepípedo. Existem, 735 prédios nos quadros urbano e suburbano. Vinte e um logradouros possuem iluminação elétrica, pública e domiciliária, com 327 ligações residenciais e comerciais. Há uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Foram registrados na Coletoria Estadual 2 automóveis e 19 caminhões. Na sede municipal há dois hotéis, e um cinema com capacidade para 240 espectadores sentados. No distrito de Fazenda Nova, estação balneária, assinala-se a existência de quatro hotéis, com diárias que variam entre Cr$ 120,00 e ...... Cr$ 150,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas duas farmácias e dois farmacêuticos, na sede municipal, prestam assistência à população.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 22 estabelecimentos do ensino primário, 72 do ensino primário fundamental comum, com 1 042 alunos matriculados, 11 do ensino supletivo, e 1, do complementar.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Como acidente geográfico de alguma expressão, assinala-se a serra do Cachorro, ponto culminante do município, e que se eleva a 1 200 metros acima do nível do mar. Está situada no distrito de Fazenda Nova, a 6 km da sede distrital. A serra do Estrado, com 1 000 metros de altitude, fica em plena sede municipal. Ignora-se a origem do nome dos acidentes citados.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	653	644	355	545
1951	...	1 267	776	410	940
1952	...	1 629	962	425	974
1953	...	1 518	1 154	503	886
1954	...	1 729	1 264	461	1 462
1955	...	2 166	1 715	659	1 801
1956 (2)	...	2 387	1 600	673	1 600

(1) A arrecadação é feita pela Coletoria Federal do Belo Jardim, não sendo possível desmembrá-la. — (2) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em Fazenda Nova, sede distrital do município, localiza-se a estação balneária para repouso e cura de determinadas moléstias dermatológicas e gastrenterológicas. Dispõe de instalações para banhos terminais e de hotéis bem aparelhados e com boas acomodações. É um ponto de referência turística, recebendo constantemente hóspedes procedentes de vários pontos do país, principalmente da Capital do Estado, de onde aflui grande número de pessoas em gôzo de férias. No mesmo local está em fase de acabamento a construção de um campo de pouso para pequenos aviões de turismo.

Em 1956 havia 9 vereadores em exercício e 6 804 eleitores inscritos. Um médico está em atividade na sede municipal. O Prefeito é o Sr. José Inácio da Silva.

(Autor do histórico — João Henrique da Silva — A.E., com elementos tirados do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de autoria de Sebastião V. Galvão; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

BUÍQUE -- PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1752 começou o local a ser povoado, e então era conhecido pelo nome de Campos do Buíque. Félix Paes de Azevedo foi seu fundador, edificando uma capela, sob a égide de São Félix de Cantalice, para cuja igreja constituiu um patrimônio de 100 braças de terras. Com a ereção dessa capela, o lugar, que era simples fazenda, foi-se tornando povoado, e deve ter crescido pròsperamente, pois uma provisão do Bispo D. Frei Diogo de Jesus Jardim, do ano de 1792, criou-a freguesia, sendo canônicamente instalada em janeiro de 1793 pelo seu primeiro vigário padre João Lourenço Paes Loulou, e confirmada tal criação pelo Alvará de 11 de dezembro de 1795. O nome Buíque é vocábulo tupi, e significa lugar de cobras, de boi cobra. Os naturais da localidade afirmam ser diferente; dizem ser uma voz onomatópica — porque os índios que habitaram essa região, servindo-se do osso do corpo humano, chamado fêmur, com êste faziam um búzio ou trombeta, cujos sons produzidos, os ecos repercutiam: buíque, buíque, etc. Foi elevada à categoria de vila pela Lei provincial n.º 337, de 12 de maio de 1854, com a denominação de Vila Nova do Buíque, sendo instalada a Câmara Municipal em 16 de abril de 1855. O município, além da paróquia da vila, compreendia mais a de Nossa Senhora da Conceição da Pedra, que a Lei provincial 1 542, de 13 de maio de 1881 elevou à categoria de município. Foi comarca de primeira entrância, criada pela Lei provincial n.º 956, de 12 de julho de 1870 e classificada pelo Decreto n.º 4 661, de 30 de dezembro do mesmo ano, tendo organização judiciária pelo Decreto n.º 5 139, e sendo instalada, em 4 de abril de 1871, pelo seu primeiro Juiz de Direito, Dr. João Hircano Alves Maciel. De acôrdo com a Lei estadual n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo em 1.º de abril de 1893, sendo seu primeiro govêrno municipal constituído dos seguintes senhores: Padre João Ignácio de Albuquerque — Prefeito, coronel Manoel Camêllo Pessoa Cavalcante — subprefeito, e os capitães José Gomes dos Santos, Joaquim Epiphanio de Mello e Manoel Cursino Villa Nova, Major Antônio Marques de Albuquerque Cavalcante, Antônio Guilhermino D. Lima, Antônio Pinto d'Amorim Ramos, Galdino Moreira Ramos, Joaquim da Rocha Sampaio, José de Souza Valle e Luiz Monteiro dos Santos, todos membros do Conselho Municipal. Em 19 de dezembro de 1874, foi a cidade do Buíque invadida pelos revoltosos denominados Quebra-Quilos. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 659, de 24 de maio de 1898.

Vista parcial da cidade.

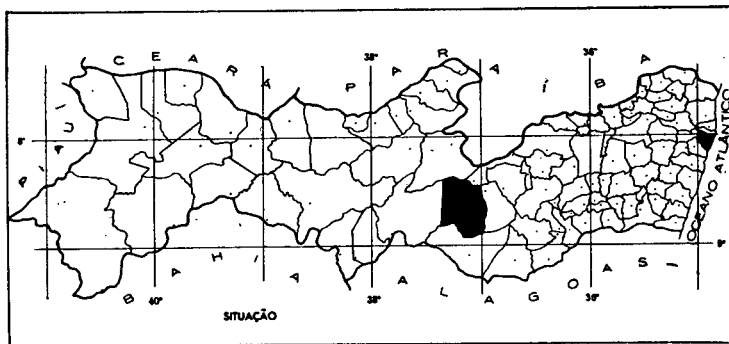
Igreja Matriz de São Félix de Cantalice.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Buíque foi estabelecido pelo Alvará de 11 de dezembro de 1795. Em virtude da Lei provincial n.º 337, datada de 12 de maio de 1854, foi criado o município em território desmembrado do de Garanhuns, com a denominação de Vila Nova do Buíque, tendo ocorrido sua instalação a 16 de abril de 1855. O distrito de Buíque, segundo outra fonte, também foi criado pela Lei municipal n.º 2, de 19 de janeiro de 1893. A 26 de maio de 1904, a sede municipal recebeu foros de cidade, por fôrça da Lei estadual n.º 669. Na "Divisão Administrativa, em 1911" Buíque figura com dois distritos: o da sede e o de Gameleira de Buíque. Refere-se, ainda, à criação do distrito sede, a Lei municipal n.º 112, datada de 16 de janeiro de 1929. No quadro de divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e nos da divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Buíque aparece com os seguintes distritos: Buíque e São Domingos. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 215, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o citado município passou a compor-se dos distritos de Buíque, São Domingos e San-

Praça Major Franco.

ta Clara, criado êste último com partes do território adquiridas dos dois primeiros. Segundo a divisão a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, Buíque figura com o distrito de igual nome e com os de Guanumbi (ex-São Domingos) Tupanatinga (ex-Santa Clara), permanecendo com esta formação até a presente data.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Buíque foi criada pela Lei provincial n.º 956, de 12 de junho ou julho de 1870. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e com o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca de Buíque compõe-se de dois têrmos: Buíque e Moxotó, assim figurando na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em face do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Buíque perdeu o têrmo de Moxotó, desmembrado para constituir nova comarca de igual nome. Com a Lei n.º 1 819, de ...... 30-XII-1953, ficou confirmada a Formação Administrativa já referida.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município fica a 257 km, em linha reta, da Capital do Estado, em direção O.S.O. Está entre os municípios que ficam na Zona Fisiográfica do Sertão Baixo, sendo as seguintes as suas coordenadas geográficas: latitude Sul 8° 46' 50"; longitude W.Gr. 37° 05'; Altitude, 830 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Bsh* — Semi-árido quente, e as seguintes temperaturas: em grau centígrado: média das máximas 30; média das mínimas 15. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 2 107 km².

POPULAÇÃO — É de 38 238 habitantes, segundo dados do Censo de 1950, sendo 18 679 homens e 19 559 mulheres. Densidade demográfica: 18 habitantes por km². Do total da população, 4,8% residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-57: 44 120 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Buíque .... 1 805 habitantes, vilas de Guanumbi 334 habitantes, e Tupanatinga 1 247 habitantes.

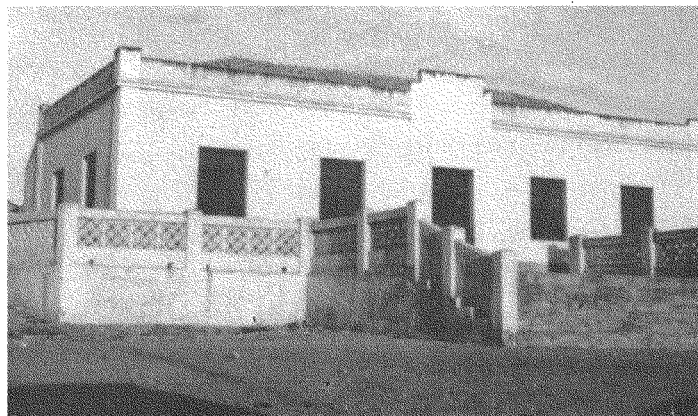
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os 38,1% da população estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Mamona, algodão, feijão, mandioca, milho, abacaxi e goiaba, são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária também é bastante desenvolvida. Há 14 estabelecimentos industriais.

O volume e o valor da produção agrícola, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	200 000	400 000,00
Algodão	Quilo	252 300	1 838 200,00
Feijão	Saco 60 kg	3 200	2 080 000,00
Mamona	Quilo	2 000 000	6 000 000,00
Mandioca	Tonelada	3 000	1 800 000,00
Milho	Saco 60 kg	7 500	1 125 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Buíque está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Águas Belas (90 km), Arcoverde (24 km), Pedra (44 km), Inajá (81 km) e Sertânia (84 km). Acha-se a 305 km da Capital estadual, por meio de rodovia, 293 km misto (24 km até Arcoverde, por meio de rodovia, e daí 269 km por ferrovia), e 257 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Dois estabelecimentos comerciais atacadistas e 15 varejistas. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Há no município 36 logradouros, dos quais, 19 pavimentados, 2 arborizados e 3 ajardinados. Dêsses logradouros, 6 possuem iluminação pública, e 5 dêles, iluminação domiciliária, com um total de 157 ligações. Em 1956 foram registrados na Coletoria Estadual 3 automóveis e 10 caminhões. Existe na Agência dos Cor-

Grupo Paroquial.

Outro aspecto da Praça Major Franco.

reios e Telégrafos um serviço exclusivo de telefone para a cidade de Arcoverde. Há um cinema com 150 cadeiras.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município existem duas farmácias, um Pôsto de Puericultura, um Pôsto de Higiene e um Setor de Departamento de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 11,3% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 56 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 906 alunos matriculados, e 8, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais. Funciona uma biblioteca com aproximadamente 300 volumes de assuntos gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	833	682	340	642
1951	...	1 644	756	391	773
1952	...	1 768	944	457	957
1953	...	1 452	1 133	365	1 147
1954	...	2 036	1 164	524	1 178
1955	...	2 211	1 256	568	1 282
1956	...	1 935	1 100	482	1 100

(*) A renda federal do Município é arrecadada por intermédio da Coletoria Federal de Arcoverde.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 existiam 5 420 eleitores inscritos e na Câmara Municipal tomaram assento 9 vereadores.

Um médico e um farmacêutico prestam serviços profissionais no Município. O Prefeito é o Sr. José Emídio de Melo.

(Autor do histórico — Sebastião de Vasconcelos Galvão; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística — Departamento Estadual de Estatística — "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco".)

CABO — PE

Mapa Municipal na pág. 198 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo narram vários historiadores, Vicente Yanez Pinzon, na visita que fêz à costa brasileira, em 26 de fevereiro de 1500, ancorou suas naus num pôrto abrigado e de fácil acesso a pequenas embarcações, com 16 pés de fundo, segundo as indicações da sonda. O referido pôrto era a enseada de Suape, localizada na encosta sul do Cabo de Santo Agostinho, que foi denominado, pela expedição espanhola, Santa Maria de la Consolación. A denominação Santo Agostinho foi conferida pela expedição portuguêsa, que explorou a costa brasileira em 1501 e visitou o referido acidente a 28 de agôsto do citado ano (dia de Santo Agostinho).

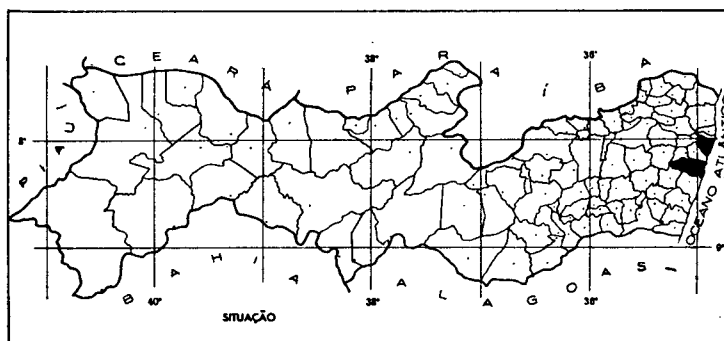
A ocupação do território do município teve início, provàvelmente, em 1571, quando o donatário Duarte Coelho de Albuquerque terminou uma campanha contra os índios, que viviam na região, e iniciou a distribuição das sesmarias nas férteis várzeas da região sul do Estado. Entre os colonizadores que participaram da luta contra os índios, cita a história o capitão da vila de Igaraçu, Fernão Lourenço; Gonçalo Mendes Leitão, irmão do bispo D. Pedro de Albuquerque; Cristóvão Lins, fidalgo alemão, morador na várzea do Capibaribe; o capitão João Paes; Bento Dias Santiago e Gonçalo Mendes Dalva. Êstes povoadores tiveram que lutar contra os índios da região e foram auxiliados pelo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque. O povoamento da atual sede municipal começou em 1618, com a ereção, no local da atual igreja matriz, de uma capelinha consagrada a Santo Antônio, sendo criada a freguesia em 1622. Durante a invasão holandesa o Cabo foi atacado, iniciando-se a luta no pôrto, junto ao pontal de Nazaré, onde existia um pequeno forte, que defendeu heròicamente a terra pernambucana contra o batavo invasor. No entanto, os holandeses conseguiram saquear os armazéns de açúcar e as naus carregadas que se encontravam no ancoradouro, apesar de os brasileiros terem ateado fogo em algumas delas para não caírem em mãos do inimigo. Matias de Albuquerque e o Conde Bagnolo, tomando conhecimento do ataque, marcharam até a praia de Nazaré, organizando a resistência sôbre o cabo, que domina a barra. No combate de Nazaré distinguiram-se Matias de Albuquerque, Domingos Dias, Estevão de Távaro, Antônio André, Miguel de Abreu e muitos outros. Na expulsão dos holandeses, movimento conhecido como Insurreição Pernambucana, os

Vista parcial da cidade.

Matriz de São Sebastião.

flamengos, quase sem lutas, retiraram-se de Cabo, entregando a fortaleza de Nazaré, comandada por Straetem, ao mestre-de-campo André Vidal de Negreiros. No período colonial, Cabo passou a ser um dos grandes centros açucareiros do Estado, com inúmeros engenhos, onde floresceu a aristocracia rural. Entre as famílias importantes do município, deve ser citada a Paes Barreto, cujo membros destacaram-se na vida agrícola e política da província e do Império, tais como Felipe Paes Barreto, mártir do movimento revolucionário que agitou Pernambuco em 1710; Francisco Paes Barreto, marquês do Recife e elemento destacado da revolução de 1824 e Francisco Rocha Paes Barreto, revolucionário de 1817. Entre os vultos ilustres do município, mencionam-se: o Conde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, que foi Presidente da Província e introduziu melhoramentos importantes no Recife; Dr. José Antônio de Figueredo, ilustre professor de Direito; o padre Nicolau Pires Loureiro, doutor em cânones, Deão da Sé de Olinda, participante da revolta de 1710; o revolucionário de 1817, Antônio do Monte Oliveira; o padre Dr. Luiz de Barros Rego, Provisor do Bispado; Dr. Francisco do Rego de Lacerda, grande proprietário rural, introdutor de processos modernos nos trabalhos agrícolas da região. A vila de Cabo foi criada pelo Alvará de 27-7-1811 e pela Provisão régia de 15-2-1812, sendo instalada pelo Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca do Recife, Desembargador da Casa de Suplicação, Dr. Clemente Ferreira França, em 17 de junho do mesmo ano. Em 1840, pela Lei provincial n.º 86, a vila passou a sede de comarca, sendo o primeiro Juiz de Direito o Dr. Firmino Pereira Monteiro. Cabo foi elevado à categoria de cidade, em 1877, pela Lei provincial n.º 1 269, de 9-7-1877, com a denominação de Santo Agostinho do Cabo. Em 1893, pela Lei n.º 52, de 3 de agôsto, constituiu-se município autônomo, sendo o primeiro Prefeito republicano o Dr. Luiz Fernandes de Oliveira. Nos quadros da divisão territorial, datados de 31-12-936 e 31-12-937, respectivamente, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31-3-1938, o têrmo judiciário de Cabo é o único de que se compõe a comarca do mesmo nome. Segundo as divisões territoriais administrativo-judiciárias do Estado, em vigência nos qüinqüênios de 1939-1943 e 1944-1948, fixadas, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9-12-1938, e 952, de 31-12-943, a comarca de Cabo passou a constituir-se dos têrmos judiciários de Cabo e de Ipojuca, êste transferido pelo Decreto-lei número 235, citado, da extinta comarca do mesmo nome. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 116, datado de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, do mesmo ano, a comarca de Cabo perdeu o têrmo de Ipojuca, desmembrado para formar a comarca de idêntica denominação. O município, atualmente, é composto de 4 distritos: Jussaral, Ponte dos Carvalhos, Santo Agostinho e Sede. É sede de comarca, abrangendo a mesma, o seu território.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Cabo, criou-a a Lei provincial n.º 86, de 5 de maio de 1840. Nos quadros da divisão territorial datados de 31-12-936 e 31-12-937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o têrmo judiciário de Cabo é o único de que se compõe a comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — À distância de 29 km, em linha reta, da Capital do Estado, na direção S.S.O., o município pertence à Zona Fisiográfica do Litoral — Mata. São as seguintes as coordenadas geográficas: Latitude Sul 8° 16' 10"; longitude W.Gr. 35° 03' 50"; altitude, 13 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima *Ams'* — Quente e úmido com estações sêcas compensadas pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 282 km².

POPULAÇÃO — É de 36 007 habitantes, conforme o Censo de 1950, sendo 19 146 homens e 16 861 mulheres. Densidade demográfica: 127 habitantes por km². Do total da população, 12,4% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-57: 41 546 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade do Cabo: .... 6 029 habitantes e três vilas (Jussaral, 453 habitantes; Ponte dos Carvalhos, 1 131 habitantes; Santo Agostinho, 101 habitantes).

Praça do S.E.S.I.

Praça da Matriz, vendo-se ao fundo a Capela de Santo Antônio.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população, 20,4% estão ocupados no ramo agricultura. O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. A principal cultura agrícola é a cana-de-açúcar. Cinco usinas formam o parque açucareiro. O cultivo de côco está-se desenvolvendo, e o mesmo acontece com a banana e a laranja. Há 37 estabelecimentos industriais ocupando 2 275 pessoas.

O volume e o valor da produção industrial, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão beneficiado	Quilo	79 239 843	83 201 835,00
Açúcar de usina	Saco 60 kg	603 425	174 145 149,00
Filtros	Unidades	3 680	478 400,00
Manilhas	Tonelada	367	257 000,00
Espingardas	Unidades	4 533	1 976 388,00
Álcool	Litro	20 973 471	95 178 107,00
Pólvora	Quilo	12 755 560	94 945 066,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O Município está ligado à Capital do Estado e mais às seguintes cidades: Escada (26 km), Ipojuca (27 km), Vitória de Santo Antão (84 km), Moreno (56 km) e Jaboatão (46 km), É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 29 km da Capital Estadual, por meio de rodovia, 32 km por ferrovia e 29 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 6 estabelecimentos do comércio atacadista e 21 do varejista. Não há agência bancária.

ASPECTOS URBANOS — Possui o município 47 logradouros, dos quais 14 pavimentados — 9 a paralelepípedo — 1 arborizado, 1 ajardinado e 2 arborizados e ajardinados simultâneamente. Há nas zonas urbana e suburbana 1 674 prédios e 40 logradouros possuem iluminação pública e domiciliária. O número de ligações elétricas é de 1 020. O abastecimento dágua à cidade é feito por uma derivação da represa Gurjau. A captação tem capacidade para ..... 300 m³ em 24 horas. A extensão total das linhas adutoras é de 6 600 metros. Há 19 logradouros públicos com canalização em tôda a sua extensão, e 151 prédios são abastecidos pelo sistema de "penas dágua". Há uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Um aparelho telefônico interurbano da The Telephone Company of Brazil, ligando a sede à Capital do Estado. Existe um cinema com capacidade para 499 espectadores sentados. Foram registrados em 1956 na Coletoria Estadual 87 automóveis e 89 caminhões. A cidade tem serviço de transporte coletivo; a emprêsa mantém 5 ônibus e 1 lotação.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1956 funcionavam no município 3 farmácias, 1 Pôsto de Higiene Municipal e 1 Associação de São Vicente de Paula. Dois médicos e três farmacêuticos estavam em atividade no município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Havia em 1956 2 unidades escolares do ensino pré-primário, 44 do ensino primário fundamental comum, com 2 051 alunos matriculados, e 6 do ensino supletivo. Há, também, 2 escolas de Corte e Costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há diários; circula quinzenalmente "O Jornalzinho". Uma biblioteca está em funcionamento.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	545	2 093	1 556	1 082	1 099
1951	365	3 915	2 134	1 464	1 288
1952	5 302	4 653	3 069	2 096	2 307
1953	14 856	5 783	3 669	2 316	2 873
1954	13 271	8 442	4 002	2 689	3 639
1955	17 477	10 746	5 075	3 484	5 076
1956 (1)	24 500	11 561	4 700	3 170	4 700

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Represa Gurjau — Situada a poucos quilômetros da sede municipal, no distrito de Ponte dos Carvalhos, está a cachoeira de São João, no rio Gurjau (afluente do Pirapama), em cujo local foi construída a represa Gurjau, aproveitada para saneamento do Estado.

Praia de Gaibu — Dista 15 quilômetros da cidade a pitoresca povoação de Gaibu, palavra indígena que quer dizer fonte ou ôlho dágua da baixa. É também praia de banhos, muito freqüentada durante o verão.

Povoado de Suape — No extremo dêste município com o de Ipojuca, na barra do mesmo nome, existe a histórica povoação de Suape, cuja paisagem, apreciada do alto, é deveras interessante. O município de Cabo apresenta fortes razões para ser alvo de atrações turística. Nas povoações de Suape, Santo Agostinho e Nazaré, encontrarão os visitantes ruínas das fortalezas construídas pelos holandeses, as quais servem para testemunhar a passagem dos flamengos na cidade de Cabo. Nas últimas eleições tomaram assento na Câmara municipal 9 vereadores, e 7 662 eleitores foram inscritos. O Prefeito é o Sr. Vicente Mendes da Silva.

(Autor do histórico — Eustáquio Abrantes da Silva — A.E.; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

CABROBÓ — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

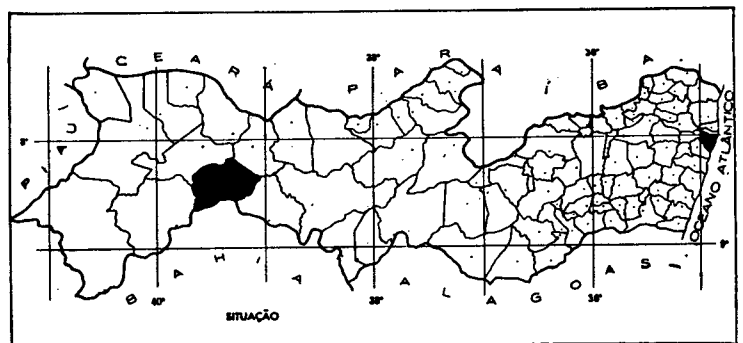
HISTÓRICO — Data seu povoamento do princípio do século passado, tendo começado por um aldeamento de índios. Foi criada a paróquia por ato da Mesa de Consciência e Ordens, em 1762, sendo nomeado 1.º vigário pelo bispo D. Francisco Xavier Aranha, por Provisão de 7 de abril de 1762, o P.e Gonçalo Coelho de Lemos. Foi elevada à categoria de vila, pela Lei provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, e instalada em 8 de novembro do mesmo ano. Foi comarca de primeira entrância criada pela Lei provincial n.º 520, de 13 de maio de 1852 e classificada pelos Decretos números 2 966, de 3 de setembro de 1862, e ..... 5 139, de 13 de novembro de 1872, tendo como primeiro Juiz de Direito, o Dr. Leocádio de Andrade Pessoa. O município, em virtude da Lei estadual n.º 52, constituiu-se autônomo, em 7 de janeiro de 1893, sendo eleitos para o primeiro govêrno municipal os cidadãos seguintes: Prefeito, tenente-coronel Jerônimo de Carvalho Trapiá e subprefeito, Antônio Augusto de Sousa e Sá e para o Conselho Municipal — coronel Fortunato Francisco dos Santos, capitão Domiciano da Silva Souza, Araquem Antônio Gomes de Sá Rodrigues, Manoel Alves de Carvalho e Francisco Joaquim da Paixão.

Prefeitura Municipal.

O nome Cabrobó é de origem indígena e, segundo Martius significa — árvore ou mato de urubu — de caa — árvore ou mato — e *orobó* urubu. Segundo Braz Rubim, parece antes vir de *capro* negro, escuro, e *boi* cobra — lugar de cobras negras dando-se a corruptela de *Caproboi* para *Cabrobó*.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Cabrobó foi criado pelo Alvará de 14 de novembro de 1786. Por fôrça da Lei provincial n.º 345, de 13 de maio de 1854, criou-se o município de Cobrobó, com sede na povoação de igual nome, e território desmembrado do de Boa Vista. A sua instalação ocorreu a 8 de novembro dêsse ano. A Lei estadual n.º 597, de 7 de maio de 1903, transferiu a sede do município para a vila de Belém de Cabrobó, então elevada à cidade, criando, por conseguinte, o município desta denominação, e extinguindo o de Cabrobó. Em face da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, Cabrobó, que fôra rebaixado a simples povoação, voltou a ter foros de vila. Na "Divisão Administrativa em 1911", o distrito de Cabrobó figura subordinado ao município ainda de idêntico topônimo, cuja sede, entretanto, é a cidade de Belém. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, restaurou, com território desmembrado do de Belém, o município de Cabrobó, concedendo à sua sede foros de cidade. Verificou-se a reinstalação em 1.º de janeiro de 1929. No quadro de divisão administrativa relativo ao ano de 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Cabrobó constituiu-se de um só distrito — o da sede. De acôrdo com os quadros da divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 235, de 31 de março de 1938, Cabrobó está formado de 2 distritos: Cabrobó e Orocó, assim permanecendo na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. As divisas do município de Cabrobó com o de Boa Vista, hoje Santa Maria da Boa Vista e Leopoldina, foram modificadas pelo Decreto-lei estadual n.º 505, de 19 de junho de 1940. Leopoldina hoje é Parnamirim. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente em 1944-1948, foi mantida a situação do qüinqüênio anterior, que ainda permanece.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Segundo os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Cabrobó figura como têrmo componente da comarca do Salgueiro, assim permanecendo na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Cabrobó, com o têrmo judiciário único do mesmo nome desanexado da comarca do Salgueiro. Atualmente o Município é sede de comarca, com os distritos de Cabrobó (sede) e Orocó.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está localizada na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco, a uma distância de 491 km, em linha reta, da Capital do Estado, em rumo O.S.O. As coordenadas geográficas são 8° 30' 54" 6, de latitude Sul, 39° 18' 33", 8 de longitude W.Gr. Altitude, 325 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo Bsh Semi-árido, quente (banhado pelo São Francisco e dentro do Polígono das Sêcas) Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira. Temperatura média anual — 28,6°C.

ÁREA — 2 159 km².

Matriz de N. S.ª da Conceição.

POPULAÇÃO — Há 10 235 hab., segundo o Censo de 1950, sendo 4 857 homens e 5 378 mulheres. Densidade demográfica: 4,7 hab./km². Dez por cento da população residem no quadro urbano.

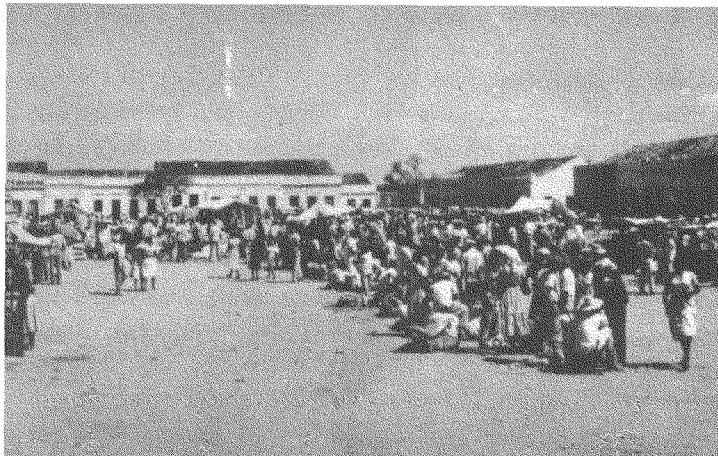
Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-57: 11 810 habitantes.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Cabrobó, com 759 habitantes, e a vila de Orocó, com 386 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 48,5% estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Cebola, arroz, algodão, cana-de-açúcar e mandioca, são as principais culturas agrícolas do município. A cebola representa a sua base econômica. A produção de 1956 foi calculada em 12 milhões de quilos. Há 7 estabelecimentos em funcionamento.

Volume e valor da produção agrícola, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilo	405 000	3 510 000,00
Arroz	Saco 60 kg	10 500	2 047 500,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	4 300	430 000,00
Cebola	Quilo	1 950 000	12 090 000,00
Mandioca	Tonelada	1 325	278 250,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e ainda às seguintes cidades: Belém de São Francisco (54 km); Parnamirim (76 km), Salgueiro (63 km), Santa Maria da Boa Vista (PE) 90 km e Curaçá (BA) 42 km. Acha-se a 660 km da Capital estadual, por meio de rodovia, 658 km misto (217 km por meio de rodovia até Flôres e daí por ferrovia, 441 km) e 491 km por via aérea.

Vista da feira — Praça Dr. Sérgio Magalhães.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam 30 pequenos estabelecimentos do comércio varejista. Não há comércio atacadista nem agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Não há pavimentação de logradouros; apenas duas ruas são arborizadas. A sede do município possui iluminação elétrica, pública e domiciliária. Na cidade há uma agência postal-telegráfica e na vila de Orocó, outra. Três pensões, com a diária de Cr$ 100,00 e um cinema com a lotação de 200 lugares. Há 6 automóveis e 15 caminhões registrados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária ao município um pôsto do SESP, um médico e duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Cine Guarani.

Ensino — Em 1956 havia 36 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 895 alunos matriculados, e 4, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	173	378	75	357
1951	...	350	428	88	568
1952	...	267	478	75	386
1953	...	473	860	123	860
1954	...	777	730	195	516
1955	...	1 699	1 136	315	1 421
1956	...	2 680	1 887	638	1 930

(1) Não há neste Município Coletoria Federal.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A cidade de Cabrobó é localizada à margem esquerda do rio São Francisco, com possibilidade para grande ampliação urbanística, em face da planície que a circunda. Não há, nas proximidades da sede municipal, serras ou pontos elevados dignos de nota.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Cabrobó, ùltimamente, tem se desenvolvido muito na sua lavoura, principalmente, a de cebola, cuja última safra foi suficiente para suprir os mercados do Sul, máxime, os

centros consumidores do Rio de Janeiro e São Paulo. Êsse desenvolvimento acentuado que vem se manifestando, gradativamente, ano após ano, se deve ao serviço de irrigação dos seus proprietários de terrenos que têm se interessado pela aquisição de "moto-bombas" no intuito de melhor desenvolver as suas lavouras, registrando-se, atualmente, cêrca de 400 unidades em funcionamento, irrigando as fertilíssimas terras da ilha de Assunção. Cabrobó é o município do Estado, que possui maior área irrigada capaz de produzir tôda qualidade de produtos agrícolas.

Em 1956 havia 9 vereadores em exercício e 2 341 eleitores inscritos.

O Prefeito é o Sr. Manuel de Souza Santos.

(Autor do histórico — Sebastião Vasconcelos Galvão. Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — "Dicionário Corográfico e Estatístico de Pernambuco"; Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

CAMOCIM DE SÃO FÉLIX — PE

Mapa Municipal na pág. 570 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Camocim de São Félix, município recém-criado, ainda não tem história, pròpriamente. Emancipado do município de Bezerros, em 30 de dezembro de 1953, pela Lei estadual n.º 1 818, Camocim de São Félix, desde então, tem progredido sensìvelmente, concorrendo para isso a sua localização em zona de muita água.

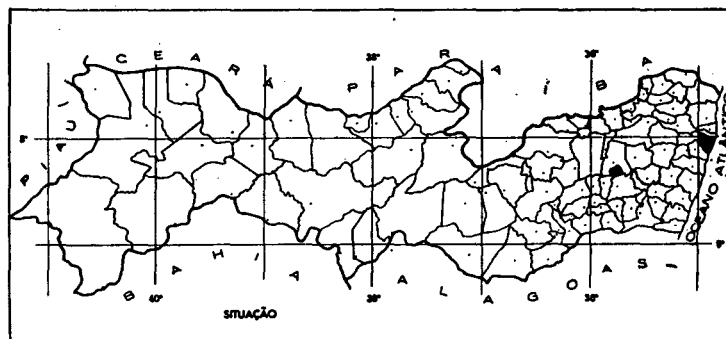
A origem do nome Camocim é a seguinte: "Camocim — vocábulo indígena, derivado, segundo Martius, de *caa*, pau, e *mocine*, polir, significando — pau lavrado. Segundo José de Alencar (Iracema, pág. 171), é corrutela de *co*, buraco, *ambyra*, defunto, e *anhotim*, enterrar. Segundo B. Rodrigues, vem do nome *Camotim*, pote, mudando o *t* em *c*, por eufonia".

Quando povoado, denominava-se Camocim, posteriormente vila de Camocituba, elevada à categoria de município e cidade, passou a chamar-se Camocim de São Félix, em homenagem ao santo padroeiro, São Félix e foi instalado, administrativamente, em 15 de julho de 1954.

O município é composto de um único distrito. A comarca de Camocim de São Félix, criou-a a Lei estadual n.º 1 846, datada de 21 de maio de 1954, instalada no dia 17 de setembro de 1954.

Praça de São Félix.

Igreja Matriz de São Félix.

LOCALIZAÇÃO — O município de Camocim de São Félix está situado na Zona Fisiográfica do Agreste; a sede dista 106 km, em linha reta, da Capital do Estado, em rumo O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima As'. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. O município tem uma faixa no Polígono das Sêcas. Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — 51 km² (Estimativa).

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, é de 7 979 habitantes, dos quais, 3 766 homens e 4 213 mulheres. Densidade demográfica: 156 habitantes por quilômetro quadrado. Os 19,7% da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57 — 8 168 habitantes.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Camocim de São Félix: 2 073 hab. Obs.: Município novo, desmembrado do de Bezerros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 30% estão ocupados no ramo agricultura. O restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Café, mamona e feijão são as principais culturas agrícolas. Há 5 estabelecimentos industriais.

Volume e valor da produção agrícola, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Quilograma	322 500	8 062 500,00
Mamona	»	120 000	480 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Bezerros (18 quilômetros), Bonito (17 km) e São Joaquim do Monte (14 km). Acha-se a 133 km da Capital estadual, por rodovia, 133 km misto (18 km por rodovia até Bezerros e daí por ferrovia, 118 km), 106 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É insignificante o movimento comercial. Apenas 18 estabelecimentos (pequenos) do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui só 3 200 m² de pavimentação a paralelepípedo em seis logradouros. Três ruas são arborizadas. Existe iluminação elétrica, pública e domiciliária, beneficiando 13 logradouros. A "Emprêsa D'água de Camocim", particular, fornece água canalizada a três logradouros e 72 prédios. Há uma agência postal-telegráfica. Contam-se dois hotéis, com a diária média de Cr$ 75,00. Existe um cinema. Três automóveis e 14 caminhões foram matriculados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, dois farmacêuticos e duas farmácias prestam assistência médico-sanitária ao município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 7,5% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade escolar do ensino pré-primário, 17 do ensino primário fundamental comum, com 666 alunos matriculados, e 1 do ensino supletivo.

Vista da feira, na Avenida Siqueira Campos.

Escolas Reunidas "Camocim de São Félix".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (*)	—	—	—	—	—
1951 (*)	—	—	—	—	—
1952 (*)	—	—	—	—	—
1953 (*)	—	—	—	—	—
1954	470	69	775	236	659
1955	497	245	1 091	292	1 034
1956	...	...	1 030	...	...

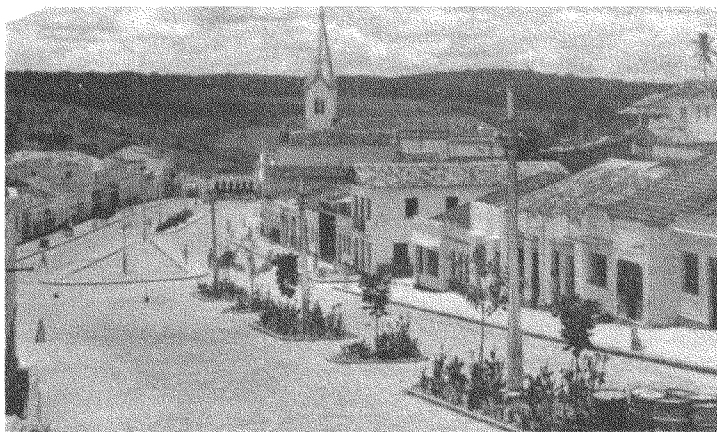
(*) O Município foi criado em 1953.

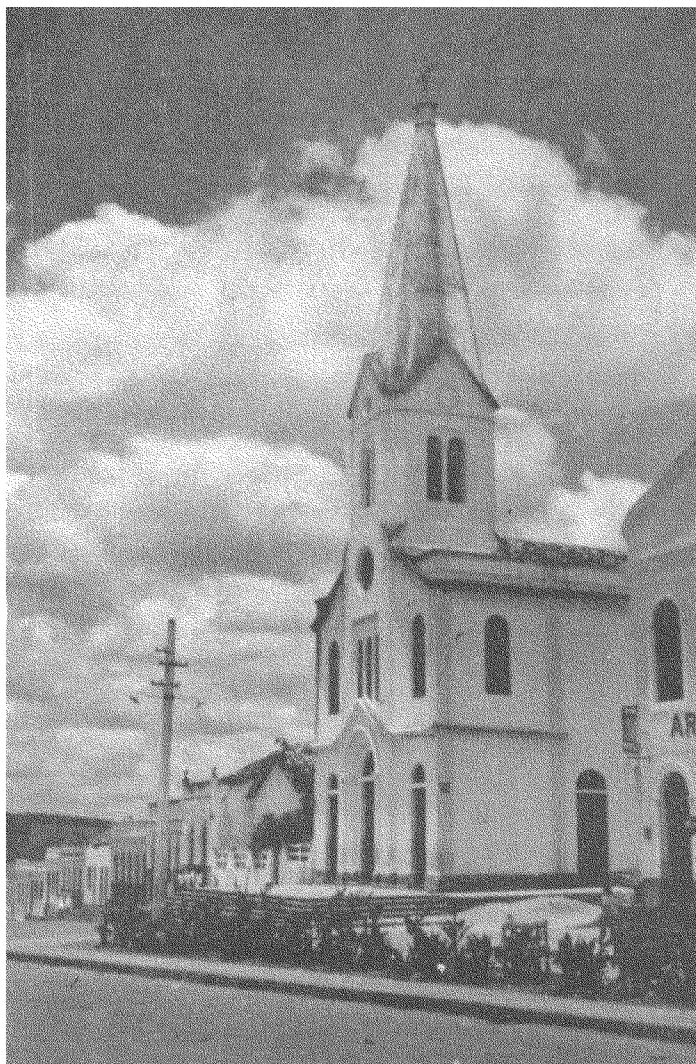
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 havia nove vereadores em exercício e 1 790 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. José Jordão Cabral.

(Autor do histórico — Oswaldo Souza de Oliveira — A.E.; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

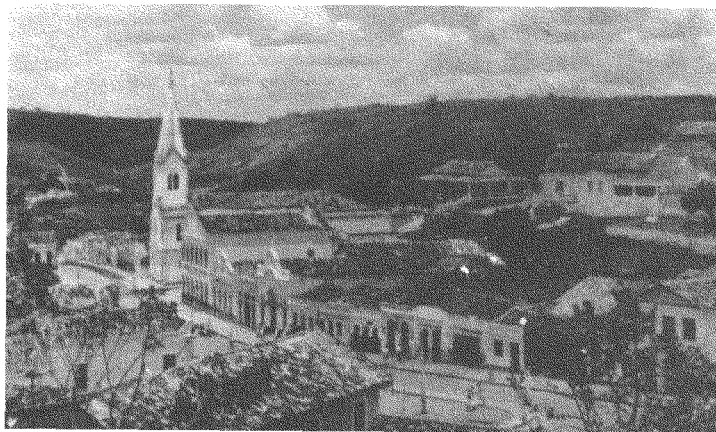
CANHOTINHO — PE

Mapa Municipal na pág. 585 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Canhotinho teve em 1812 o início de seu povoamento. Habitavam, nessa época, dois irmãos, à margem do rio Canhoto, que até então não tinha nome. Um dêles se estabeleceu no local onde ora se estende a conhecida Rua da Estação, e o outro, mais acima, ao norte, no lugarejo chamado Canhoto, para as bandas do Lajeiro e da serra dos Bois. Sucede que êste último ficou conhecido, por todos que o cercavam, pelo apelido de Canhoto, que mais tarde se transmitiu ao rio, como se êste fôsse de propriedade do referido senhor, que ocupava um ponto único em todo o seu curso. O primeiro, já mencionado, que era de estatura baixa, foi apelidado de Canhotinho, para que fôssem diferençados. Canhotinho, extremamente devotado a São Sebastião, erigiu de logo uma capela sob a invocação dêsse santo, nas proximidades de sua residência. Daí, então, êsse santuário do mártir defensor da peste, foi como que um chamamento a outros habitantes, que pela sua fé, se julgavam a salvo de futuras epidemias. Assim, em pouco tempo, com a construção de outras habi-

Vista parcial da cidade, vendo-se a Rua Eugênio Tavares de Miranda.

tações, originou-se a povoação que teve por nome o de seu fundador — Canhotinho. Desenvolvendo-se cada dia, por influência da agricultura, Canhotinho viu realizada a sua primeira feira, num domingo de 1856. Elevado a distrito pela Lei provincial n.º 1 706, de 1.º de julho de 1822, foi criada a sua freguesia chamada de São Sebastião de Canhotinho, provida em 16 de março de 1888, com a nomeação do seu primeiro vigário, o padre Manuel C. D'Assis Bezerra de Menezes, que a instalou naquele ano. O novo distrito ficou jurisdicionado ao então têrmo de São Bento, pertencente à comarca de Garanhuns. Em 19 de março de 1885, foi escolhido pelo engenheiro Henrique Pinto Ribeiro, o local onde seria edificada a estação da linha férrea, a qual o subempreiteiro Portela Júnior entregava pronta em 2 de setembro do mesmo ano. No mês seguinte, numa tardinha, ouviu-se o estridente apito da primeira locomotiva, que arrostando grandes dificuldades, chegava triunfalmente, trazendo imensa alegria e as mais cálidas esperanças de um futuro promissor. Com acontecimento tão auspicioso, Canhotinho, em pouco tempo, tomou novo alento nos seus vários setores de atividade. Sendo então governador da Província o Barão de Lucena, foi o distrito elevado à categoria de vila, por Decreto de 28 de junho de 1890, cuja primeira intendência, nomeada em agôsto, ficou formada dos seguintes membros: Francisco Inácio de Paiva, Presidente; A. Alves Maia, alferes Leopoldino P. A. Rêgo, alferes Domingos Cavalcanti e alferes Paulino de Sousa. Nesse mesmo ano, por Decreto n.º 21, de 2 de outubro, ainda no govêrno do Barão de Lucena, foi criado o município de Canhotinho, com território desmembrado do de São Bento. Até que em face da Lei estadual n.º 52, de 3 de agôsto de 1892 (Orgânica dos municípios), constituiu-se município autônomo em 23 de janeiro de 1893, sendo eleito o seu primeiro Conselho Municipal, assim formado: Prefeito — alferes Francisco Inácio de Paiva; Subprefeito — tenente João Calado Borba; Conselheiros — tenente João Auspério Chaves e Pedro Luiz de Souza Fontes; Alfredo José Joaquim de Andrade, João Pereira da Silva Viana e Caetano Paes de Souza. Nessa época Canhotinho estava no auge da prosperidade. Se a agricultura concorria em grande parte para a sua solidez econômica, o comércio também não ficava atrás pelo largo desenvolvimento, pois contava a sede municipal com 23 casas de negócio. Era grande a convergência de almocreves conduzindo cereais, bem como de pequenos comerciantes das circunvizinhanças que vinham se abastecer de gêneros de primeira necessidade. Suas ruas eram iluminadas por uma dúzia de lampiões a querosene, sendo que a despesa com o combustível era paga por aquêles perto de cujas portas fôsse colocado o poste da iluminação. Fato importante, naquele ano da graça de 1893, foi a visita dos missionários Frei Cassiano, Frei Monsueto e Frei Samuel. Vieram com o fim de incentivar um movimento para construção de novo templo. Não se fêz esperar a cooperação dos canhotinhenses, pois com menos de três meses a nova igreja, que é a atual, se achava construída, e na presença de cêrca de 5 000 pessoas era benzida por Frei Cassiano. Foi no ano de 1897 que chegou a Canhotinho, procedente de Garanhuns, o Doutor George William Butler, ilustre médico e missionário norte-americano. Foi um grande benfeitor do povo, tornando-se famoso na medicina e na cirurgia. Seu nome atravessou as fronteiras do Estado pelas curas admiráveis que fazia com a assistência de seu filho, que também era médico — Dr. Humphrey Bulter. Numerosos doentes de várias partes o procuravam diàriamente, sendo por êle atendidos com solicitude; não tinha horário, nem media sacrifício; fazia de sua profissão um verdadeiro sacerdócio. A princípio, quando de sua chegada, foi recebido com certa hostilidade, mas, aos poucos com, a sua peculiar generosidade de coração, conseguiu harmonizar os espíritos mais reacionários, tornando-se alvo de admiração e respeito. Dinâmico e empreendedor, contribuiu sobremodo para o progresso material do município. No alto da Parasita, local que escolheu para sua residência, foram por sua iniciativa construídos: um templo evangélico, um colégio, uma casa de saúde e outros prédios residenciais. Falecido em 1919, no município, seu nome hoje perdura e é pronuncia-

Igreja Matriz de São Sebastião.

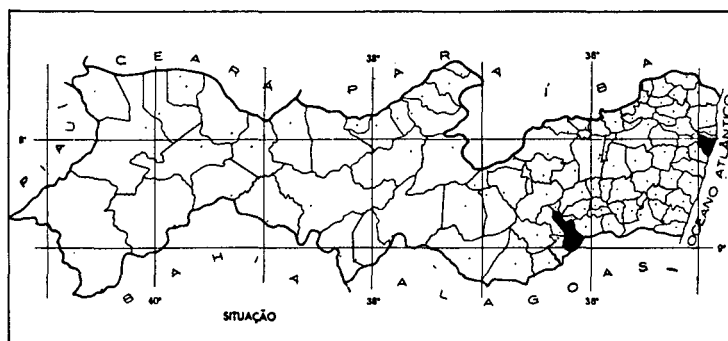
do pelos que o conheceram com profunda saudade. Seu filho, Dr. Humphrey Butler, também bastante estimado, faleceu em 1922. Em 1900, a vida aparentemente pacífica do município foi abalada por acontecimentos que perturbaram sensìvelmente à paz reinante, originários das tricas políticas. O próprio Juiz viu-se constrangido a abandonar a comarca. É que as eleições municipais estavam prestes a se realizar, o que aconteceu em 25 de julho de 1901. Após um período marcado por uma politicagem a mais desbragada, prenhe de agressões e odiosidade, Canhotinho, em 14 de maio do ano de 1903, de vila que era passou a cidade, com a denominação de São Sebastião, face à Lei n.º 607, sancionada pelo Governador Antônio Gonçalves Ferreira. Daí em diante novas perspectivas de progresso se apresentaram. Meses depois, a 6 de julho, foi iniciado o calçamento de pedra da Rua da Estação e do pátio da Rua do Comércio. Decorrido um ano, Canhotinho, em 20 de junho de 1904, foi elevado a têrmo da comarca de São Bento, consoante as disposições transitórias da Lei n.º 697, artigo 70. A campanha de Dantas Barreto, em 1911, repercutiu neste município de maneira estrondosa, uma agitação tremenda se fêz sentir nos meios políticos; o povo ficou revolucionado e a luta começou acesa, entre os que arvoravam os pavilhões dantista e rosista. Houve mortes e até incêndios. Essa foi a mais intensa fase política do município. A 1.º de março feriu-se a maior e mais renhida campanha eleitoral, dela saindo vitoriosos os da chapa coligada: Srs. Caetano Paes de Azevedo, Prefeito; Rafael da Conti, Bernardino Paes de Azevedo, João Miranda, Peixoto Pinto e outros conselheiros. Data de 12 de julho de 1913 o primeiro jornal de Canhotinho sob o título de "A Ordem". Seu redator-proprietário era o bacharel Miranda de Azevedo, auxiliado pelo jovem Pedro Afonso de Medeiros. Jornal dominical, durou algum tempo, tendo desaparecido. Em 1914, vários assasinatos foram cometidos, mercê de vinganças pessoais, culminando com o bárbaro homicídio de um cidadão ilustre, coronel da Guarda Nacional, político de reconhecida influência, residente no então povoado do Lajedo, Claudino Pereira Tôrres Galindo, conhecido por Capitu, juntamente com um seu filho de nome Deocleciano Pereira Tôrres Galindo. Êsse trágico acontecimento teve como conseqüência a ainda hoje lembrada hecatombe do Canhotinho, verificada no dia 26 de fevereiro do ano de 1916, às 18 horas e meia, quando um grupo de três homens, estando à frente Olívio Tôrres Galindo, por alcunha Teteu, invadiu inesperadamente a casa comercial do coronel Joaquim Henrique de Almeida, matando-o, e ao seu irmão Osvaldo de Almeida, e ainda ao

Prefeitura Munic pal.

Vista parcial da cidade.

Tabelião Público Antônio Morel, que, gravemente ferido, veio a falecer no dia imediato. Depois de tantas decepções e desgostos, os canhotinhenses puderam desfrutar por algum tempo um período de calma, de tranqüilidade. Na administração do Prefeito João Francisco da Mota, em 1916, a cidade foi dotada, pela primeira vez, de um serviço de iluminação elétrica, e teve, finalmente, traçado o lugar da ponte sôbre o rio Canhoto. Foi curta a gestão do coronel João Francisco da Mota à frente dos destinos do município, pois veio a falecer no dia 25 de março de 1917, vitimado pela febre bubônica, que, impiedosamente, ceifou dezenas de vidas naquele ano, na cidade de Canhotinho. Teve substituto legal na pessoa do cidadão Manoel Vidal dos Santos, que concluiu a obra da ponte e realizou outras benfeitorias. Pela primeira vez, parte das ruas foram calçadas a paralelepípedo na administração do Sr. Eugênio Tavares de Miranda, em 1940; também foi construído o prédio da Emprêsa Elétrica e melhorada a iluminação pública. Durante a gestão do Prefeito Manoel Vidal dos Santos, em 1947, foram construídas e iniciadas algumas obras, adquirindo-se também um motor novo para a iluminação pública, ainda hoje em funcionamento. Na administração do Prefeito padre Otoniel Passos, salienta-se a iluminação por eletricidade do distrito de Calçado.

O distrito de Canhotinho, criou-o a Lei provincial número 1 706, de 1.º de julho de 1882. Ao Decreto estadual n.º 21, de 2 de outubro de 1890, deve o município a sua criação, com território desmembrado do de São Bento. A sede recebeu foros de cidade, em virtude da Lei estadual n.º 607, de 14 de maio de 1903. Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Canhotinho compõe-se dos distritos de Canhotinho, Glicério, Tipi, Palmeira, Calçado, Lajedo e Jupi. No quadro da divisão administrativa reltivo ao ano de 1933, inserto no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como nos de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 março de 1938, o referido município figura com 5 distritos: Canhotinho, Calçado, Glicério, Tipi, Lajedo. Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, foi extinto o distrito de Tipi, e o seu território foi anexado aos de Canhotinho e Glicério. No quadro territorial vigente em 1939-1943, estabelecido pelo supracitado Decreto-lei n.º 235, Canhotinho aparece constituído pelos distritos de Canhotinho, Calçado, Glicério e Lajedo. Tal situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-

-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio .... 1944-1948, observando-se sòmente que, nesse período o distrito de Glicério se denomina Paquevira. A Lei estadual n.º 377, de 24 de dezembro de 1948, criou o município de Lajedo, desmembrando-o de Canhotinho, que ficou com os seguintes distritos: Canhotinho, Calçado e Paquevira. A comarca do Canhotinho foi criada pela Lei estadual n.º 21, de 2 de outubro de 1890, e instalada a 7 de novembro dêsse ano. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca de Canhotinho é formada por dois têrmos; Canhotinho e Angelim. Essa constituição manteve-se nas divisões territoriais judiciário-administrativas fixadas pelos Decretos-leis estaduais de números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. A Lei n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, que estabeleceu a divisão territorial para o período de 1949-1953, separou Angelim da comarca de Canhotinho.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Canhotinho está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 167 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. Pertence à zona fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas são 8° 52' 50" de latitude Sul, 36° 06' 50" de longitude W.Gr. Altitude, 497 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. É atenuado pela latitude. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 512 km².

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 computou 34 135 habitantes, dos quais 16 276 homens e 17 859 mulheres. A densidade demográfica é de 67 habitantes por quilômetro quadrado. Sete por cento da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-957: 39 386 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São a cidade de Canhotinho com 2 730 habitantes e duas vilas: Calçado, 721 habitantes e Paquevira, com 1 006 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os 20,6% da população estão ocupados na agricultura. O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Café, cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão são as principais culturas agrícolas do município. A principal é o café. Existem 47 estabelecimentos industriais ocupando 467 pessoas. Volume e valor da produção agrícola, em 1955:

Grupo Escolar Padre Antônio Callou de Alencar.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Quilograma	180 000	3 600 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	110 000	24 200 000,00
Feijão	Saco 60 kg	600	630 000,00
Mandioca	Tonelada	19 000	7 600 000,00
Milho	Saco 60 kg	40 000	5 600 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Angelim (14 quilômetros), Lajedo (37 km), Jurema (29 km), Quipapá (27 km), Palmeirinha, (24 km), São José da Laje (AL) (22 quilômetros) e Altinho (82 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 234 km da Capital estadual, por rodovia, 228 km por ferrovia e 167 por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 2 estabelecimentos de comércio atacadista, 35 do comércio varejista (inclusive pequenos retalhistas). Não há agências bancárias. Funciona uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — São cinco os logradouros calçados a paralelepípedos, representando 80% da área pavimentada; 4 ruas arborizadas. A iluminação é elétrica, beneficiando 15 ruas, com 300 ligações domiciliárias. Contam-se três agências postais, situadas na sede e nas vilas. O município é servido de telégrafo pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Existem três hotéis e um cinema, com a lotação de 300 lugares. Um automóvel, três "jeeps", três camionetas e cinco caminhões estão matriculados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Higiene Municipal presta assistência ao Município. Exercem a profissão na sede 1 médico, 2 dentistas, 1 farmacêutico; encontram-se 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 12,4%, segundo o Censo de 1950, sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 5 unidades escolares do ensino pré-primário, 34 do ensino primário fundamental comum, com 2 122 alunos matriculados, 1 do ensino complementar e 1 do ensino secundário.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	426	1 095	1 063	437	1 019
1951.......	432	1 563	1 039	477	1 143
1952.......	651	1 193	1 216	596	1 215
1953.......	864	1 998	1 503	563	1 376
1954.......	641	2 189	1 290	517	1 372
1955.......	986	2 930	1 720	800	1 637
1956.......	1 345	3 856	1 516	1 059	2 169

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os filhos ilustres da região, pode-se destacar o nome do Doutor Costa Pôrto, Deputado Federal, atualmente, e ex-Ministro de Estado. No município há um campo de pouso, pertencente ao Aeroclube de Canhotinho. Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício, 3 554 eleitores inscritos. Um advogado desempenha ali seu mister profissional. O Prefeito é o Sr. Dr. Teófilo de Holanda Cavalcanti.

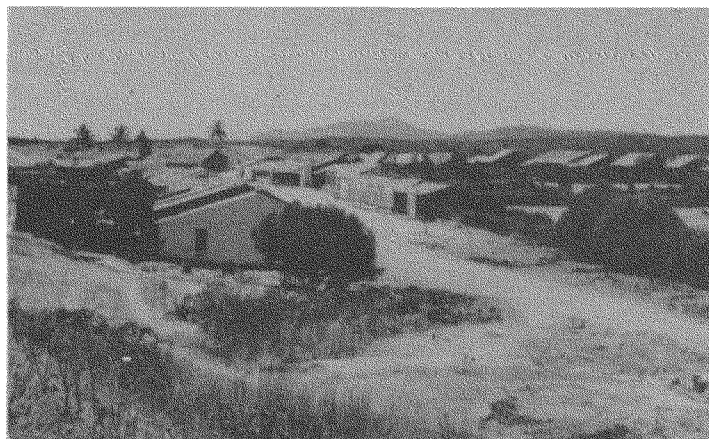
(Autor do histórico — Sebastião V. Galvão; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

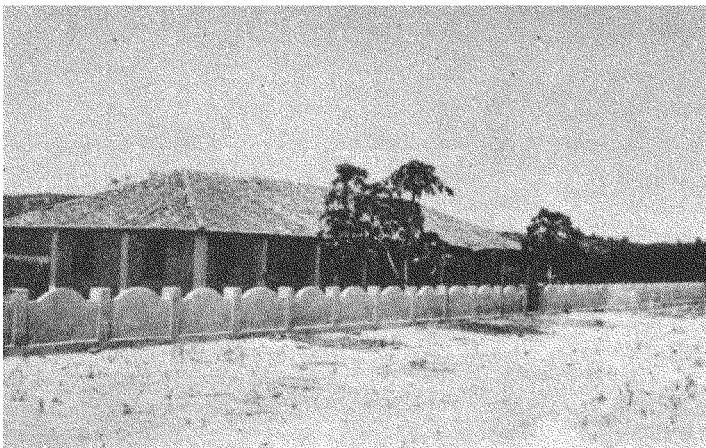
CARNAÍBA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

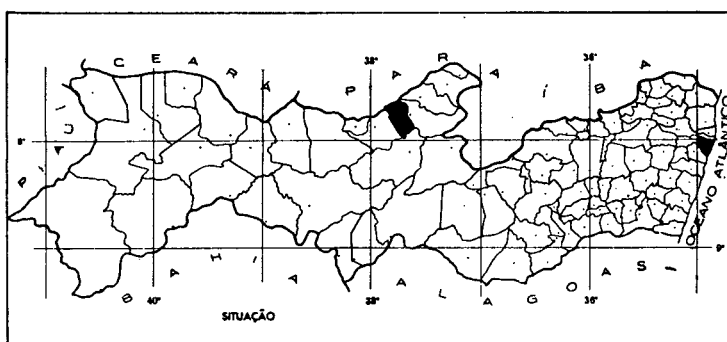
HISTÓRICO — O município de Carnaíba, segundo gráficos ainda existentes em pedras de furnas e de outros locais que podiam servir de habitações aborígines, foi habitado primeiramente pelos índios cariris. Sabe-se que êstes primitivos habitantes abandonaram as terras, pouco a pouco, e na segunda metade do século XVIII, a gente civilizada foi ocupando, como em quase todo o sertão pernambucano, as partes mais convidativas e aproveitáveis aos bandeirantes de então.

Fazendo parte da grande bacia do rio Pajeú, acredita-se tenha sido esta região uma das primeiras procuradas pelos sertanistas que aqui foram chegando em fins do século XVIII. Parte do seu território pertencia, naquela época, à Casa da Tôrre de Garcia D'Ávila, pois, no livro de tombo da referida casa, encontram-se algumas fazendas entre as quais, "Carnaíba Velha" e "Oitizeiro", arrendadas ao capitão Manoel José de Souza Diniz e rendiam para o

Vista da Rua José Martins.

Vista parcial da cidade.

senhorio do Morgado a quantia de 14$000 por ano. O local que é hoje a sede do município, sòmente em meados do século XIX, recebeu os primeiros habitantes civilizados, que foram os portuguêses João Gomes dos Reis e o tenente-coronel Saturnino Bezerra, não se sabendo como foi adquirida por êstes sertanistas a então fazenda Carnaíba, onde fixaram residência. João Gomes dos Reis procurando desenvolver o local, atraindo para ali os habitantes vizinhos, fêz construir, por volta de 1870, uma capelinha sob a invocação de Santo Antônio, para que anualmente houvesse festejos em homenagem ao Santo da sua devoção. Tratou em seguida de arranjar na cidade de Flôres um fiscal para proceder ao alinhamento das ruas. Atraídos pelos festejos antoninos, habitantes da circunvizinhança iniciaram as primeiras construções de casas residenciais e pequenos estabelecimentos de comércio. Teve início, assim, a povoação, e Carnaíba foi, pouco a pouco, tomando ares de uma vida nova. Em breve, era elevada à vila de Carnaíba, com seu respectivo distrito, criado pela Lei municipal número 4, de 29 de julho de 1893. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920, a vila de Carnaíba foi registrada como Carnaíba das Flôres. Na divisão administrativa, referente ao ano de 1933, passou a se denominar simplesmente Carnaíba, permanecendo ainda no território do seu município de origem. Já bastante desenvolvida em 1953, os seus habitantes levantaram a bandeira da sua independência. Ao encontro das aspirações dos seus filhos veio a Lei estadual 1818, de 30 de dezembro de 1953, desmembrando-a do município de Flôres e elevando-a à categoria de cidade e sede de comarca, compreendendo o distrito do mesmo nome e o de Ibitiranga. O município foi instalado oficialmente em 4 de junho de 1954. No setor religioso conta hoje com uma freguesia eclesiástica. O seu primeiro prefeito municipal foi o tenente José Josias Vasco, nomeado interinamente pelo govêrno do Estado para reger os seus destinos, enquanto aguardava a escolha do seu primeiro govêrno pelo voto livre, o que ocorreu a 3 de outubro de 1955, tendo sido eleito para gerir a nova comuna o cidadão Manoel José de Medeiros, conhecido popularmente por "Badu". Para a Câmara de Vereadores municipais foram eleitos os senhores: Ismael Gomes Patriota, Otávio Vasco do Nascimento, Otacílio Pereira da Silva, Benedito Pereira de Carvalho, Manuel Pereira de Andrade, Elizeu Pereira de Carvalho, João de Oliveira Lima, Manuel Teotônio do Nascimento e Saturnino Vieira das Neves, que na constituição da mesa elegeram como presidente o senhor Ismael Gomes Patriota. Ne-

Grupo Escolar.

nhuma fonte de informação existe que nos diga algo a respeito da origem da palavra Carnaíba, nome com que foi criada a povoação, hoje cidade, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 818, de 30 de dezembro de 1953. Conta-nos a tradição oral, que com os primeiros festejos de Santo Antônio, ali foram erigidas choupanas cobertas com fôlhas de Carnaúba e que o povo, em sua maioria, ao invés de dizer carnaúba, pronunciava a palavra carnaíba. Por isto, se acredita seja o nome carnaíba corrutela da palavra carnaúba. O município e a comarca de Carnaíba foram criados pela Lei estadual n.º 1 818 de 30 de dezembro de 1953. No quadro da divisão administrativa judiciária do Estado, constante da Lei estadual n.º 1 819, de 31 de dezembro de 1953, para vigorar de 1954 a 1958, o município de Carnaíba compreende os distritos de Carnaíba (sede) e Ibitiranga. O distrito de Quixaba, que por Lei figura no Município das Flôres, está encravado no território de Carnaíba, sendo por êste administrado.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está a 238 km, em linha reta da Capital do Estado, na direção O.N.O. Está incluído entre os municípios que ficam na Zona Fisiográfica do Alto Sertão. As coordenadas geográficas e a altitude são ainda desconhecidas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

CLIMA — Transcrição entre as zonas climáticas Bsh e Aw' com ligeira predominância do segundo, Semi-árido quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas.

(Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 574 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, existiam 11 377 habitantes, sendo, 5 705 homens e 5 672 mulheres, tendo como densidade demográfica 19 habitantes por km². Do total da população 10,5% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-957: 13 127 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Carnaíba (1 303 habitantes), distrito único. Município novo, desmembrado do de Flôres pela Lei 1 818, de 30-12-1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conta com 40% da população ocupada no ramo "agricultura e pecuária". O restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Cana-de-açúcar, mandioca, milho, e algodão são as principais culturas agrícolas. A pecuária é regularmente desenvolvida. O volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955 foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	2 925 000	35 100 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	21 000	4 200 000,00
Mandioca	»	10 630	1 980 000,00
Milho	Saco 60 kg	20 770	3 323 200,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Afogados da Ingàzeira (22 km), Custódia (60 km), Flôres (24 km) e Princesa Isabel, PB, (30 km). É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Dista 419 km da Capital estadual, por meio de rodovia, 427 km por ferrovia e 238 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui 45 pequenos estabelecimentos de comércio varejista. Não há agências bancárias. Funciona ainda 1 cooperativa de crédito.

Igreja Matriz de São João Vianey

ASPECTOS URBANOS — Existiam no município 17 logradouros, 6 dos quais arborizados, e 14 possuindo iluminação pública e domiciliária, com 400 ligações elétricas. Nas zonas urbana e suburbana havia 559 prédios. Existe na sede municipal 1 agência telefônica mantendo serviço telegráfico do D.C.T. Em 1956 havia um hotel, sendo estipulada a diária em Cr$ 80,00. Na Coletoria Estadual foram registrados, em 1956, 2 automóveis e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Assistem à população do município 1 farmácia, 1 farmacêutico e 1 médico em exercício.

ALFABETIZAÇÃO — Apenas 5% das pessoas presentes, de 5 anos e mais, segundo o Censo de 1950, sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 55 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 073 alunos matriculados, e 5, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (1)...	—	—	—	—	—
1951 (1)...	—	—	—	—	—
1952 (1)...	—	—	—	—	—
1953 (1)...	—	—	—	—	—
1954.......	(2) 46	695	766	254	324
1955.......	(2) 36	1 458	1 149	446	1 485
1956.......	...	1 308	...	855	855

(1) O Município foi instalado em 1954. — (2) Estimativa feita pela Delegacia Fiscal

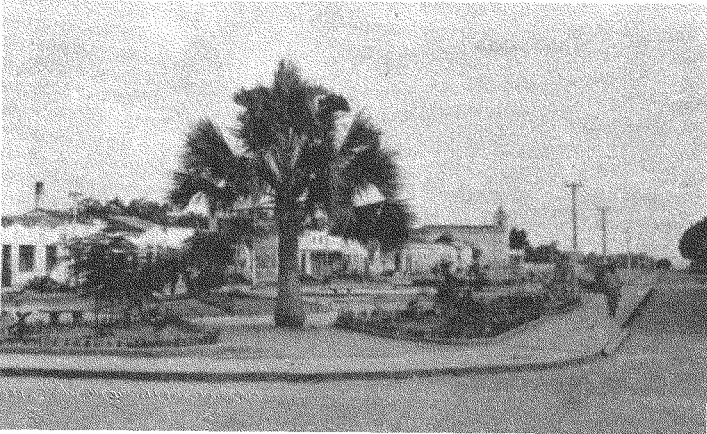
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No ano de 1956 havia 3 432 eleitores inscritos e nove vereadores em exercício.

Apenas 1 advogado estava em atividade no Município. O Prefeito é o Sr. Manoel José de Medeiros.

(Autor do histórico — Francisco Almeida de Pádua — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

CARPINA — PE

Mapa Municipal na pág. 187 do 4.º Vol.

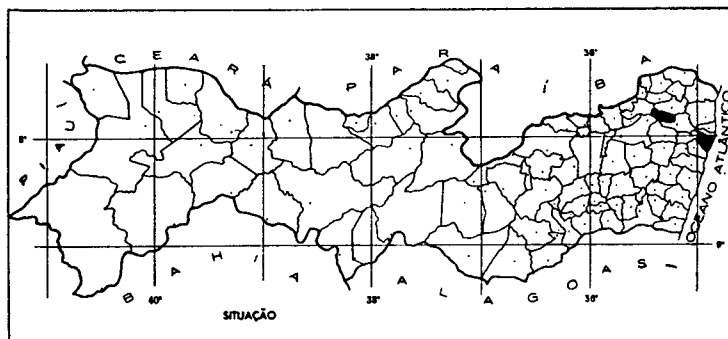
HISTÓRICO — À margem da estrada de rodagem, existia, até 1822, um tanoeiro de nome Martinho Francisco de Andrade Lima, a quem os almocreves chamavam o Carpina. Residia Martinho Francisco no planalto (chã), onde está a cidade de Carpina. Ficou assim conhecido o local por Chã do Carpina, por quantos por aí passavam, e, onde sempre faziam uma parada, em pequena taverna nas imediações da tenda do tanoeiro. Decorria o ano de 1883. Por êsse tempo, abre-se ao tráfego à linha de ferro para a cidade de Limoeiro, ficando Chã do Carpina como estação intermediária, tornando-se, pois, mais importante por servir de entroncamento, ao abrir-se o ramal de Nazaré. Em 1888, começa o lugar a se desenvolver com a construção de novas

Praça Joaquim Nabuco.

casas, para o que também concorreu a excelência do seu clima e salubridade. João Batista de Carvalho um dos mais antigos moradores de Chã, teve a iniciativa, aliás, bastante combatida pelos demais habitantes de Chã do Carpina, de desapropriar roçados, com as moradias típicas (mocambos) de diversos terrenos, para a abertura da 1.ª Praça de Carpina, onde hoje está situada a Avenida Joaquim Nabuco, principal praça da cidade. Mais tarde, por motivo que não se justifica, foi o primitivo nome, ligado pela tradição, mudado para Floresta dos Leões. A vila de Floresta dos Leões até 1928 pertencia, parte ao município de Paudalho, e parte, ao município de Nazaré. Foi constituído município autônomo pela Lei n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928. Deve-se a autonomia do município aos senhores: Deputado estadual Armando Gaioso e cidadãos Benjamim Azevedo, Drs. Raulison, Assis Chateaubriand, José Gonçalves Guerra, Antonio Bezerra de Carvalho, João Batista de Carvalho, e outros.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito foi criado por efeito da Lei municipal n.º 12, datada de 15 de dezembro de 1901, com a denominação de Floresta dos Leões, tendo a sede elevada à categoria de vila, por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911", Floresta dos Leões figura como distrito do município de Paudalho. A Lei estadual número 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou o município de Floresta dos Leões, com território desmembrado dos de Paudalho e Nazaré, tendo concedido foros de cidade à sua sede. A instalação da novel comuna data de 1.º de janeiro de 1929. Segundo o quadro da divisão administrativa do Brasil, referente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e os de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município se compõe de 2 distritos: Floresta dos Leões e Lagoa do Carro. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio .... 1939-1943, o município e, conseqüentemente, o distrito de Floresta dos Leões, passaram a denominar-se Carpina, permanecendo, porém, o município, com 2 distritos: Carpina e Lagoa do Carro. Tal situação é confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948. Por ato de 13 de junho de 1934, foi criada a comarca. Nos quadros

Praça e Matriz de São José.

de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Floresta dos Leões é o têrmo único de que se compõe a comarca de igual nome. Em face do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, a comarca e o têrmo de Floresta dos Leões receberam a denominação de Carpina, continuando, entretanto, o têrmo de Carpina a figurar na divisão territorial, em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo referido Decreto-lei número 235, como o único de que se compõe a comarca do mesmo nome. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão administrativo-judiciária do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi exinta a comarca de Carpina, passando o têrmo dêsse nome a figurar na comarca de Nazaré da Mata (ex-Nazaré). Novamente, porém, foi a comarca de Carpina criada com o têrmo dêsse nome, desmembrada da comarca de Nazaré da Mata, em face do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 do mesmo mês e ano. De acôrdo com a Lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, o município de Carpina passou à sede de comarca, com um distrito — Lagoa do Carro, situação esta que permanece.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal dista da Capital do Estado 47 km em linha reta. O município pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-mata, e são as seguintes as coordenadas geográficas: Latitude S. 7° 50' 50",1. Longitude W.Gr. 35° 15' 23",4. Rumo O.N.O.. Altitude, 184 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. Temperatura em graus centígrados: média das máximas 33; média das mínimas 22; média compensada 27; precipitação no ano, altura total 1 147,3 mm. (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 126 km².

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, existem 28 490 habitantes, sendo 13 595 homens e 14 895 mulheres. Densidade demográfica: 226 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 17,1% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para o município, em 1.º-VII-1957: 32 873 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Carpina (12 431 hab.) e a vila de Lagoa do Carro (1 427 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conta 18,1% da população ocupada no "ramo agricultura, pecuária e silvicultura". O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Cana-de-açúcar principalmente, mandioca e abacaxi, são as principais culturas agrícolas. A pecuária, também, é desenvolvida. Existem 18 estabelecimentos industriais em funcionamento. Possui uma tipografia, registrada em 1956. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	18 000	45 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	6 000	1 080 000,00
Mandioca	»	28 800	10 500 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Limoeiro

Monumento — "Pernambuco" (Leão do Norte).

(24 km), Bom Jardim (54 km), Nazaré da Mata (14 quilômetros) e Paudalho (13 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Dista 55 km, por rodovia, da Capital estadual, 60 km por ferrovia e 47 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 4 estabelecimentos do comércio atacadista, e 50, do varejista, inclusive pequenos retalhistas. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Há no município 71 logradouros, dos quais 5 pavimentados com pedras irregulares, 7 arborizados, 2 ajardinados e 3 arborizados e ajardinados, simultâneamente. Nas zonas urbana e suburbana havia um total de 3 281 prédios, com 29 logradouros servidos de iluminação pública e domiciliária, com 1 500 ligações. Possui o município 2 agências postais, sendo que uma, a da sede municipal, é postal-telegráfica. Em 1956, funcionaram dois cinemas, com capacidade, respectivamente, para 500 e 150 espectadores sentados. Foram registrados na Coletoria Estadual, em 1956, os seguintes veículos: 33 automóveis e 50 caminhões. A rêde do município mantém ligação telefônica com a Capital do Estado, através da The telephone Company of Brazil, sediada no Recife.

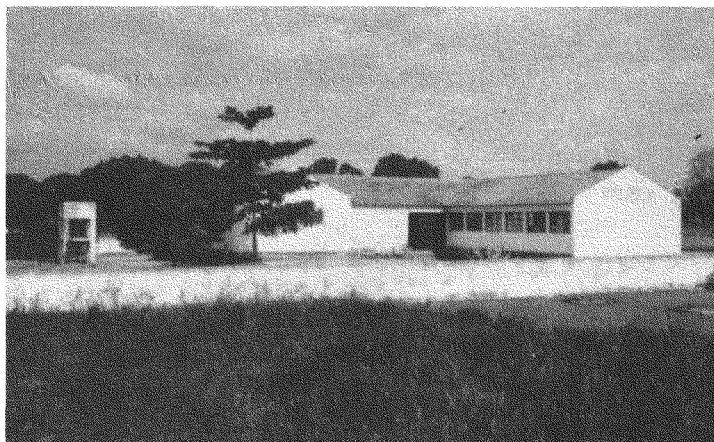
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Havia em 1956 quatro Farmácias, um Ambulatório e um Pôsto de Puericultura. Três médicos, dois dentistas, três farmacêuticos e um veterinário prestaram seus serviços em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, segundo o Censo de 1950, 21,8% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 2 unidades escolares do ensino pré-primário, 29 do ensino primário fundamental comum, com 1 841 alunos matriculados, e 1 do ensino secundário.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	318	1 268	...	...	...
1951	479	1 748	1 959	599	1 959
1952	467	2 037	1 588	625	1 588
1953	489	2 295	2 426	677	2 426
1954	882	2 704	2 605	867	1 949
1955	697	3 537	3 061	1 012	2 752
1956	927	5 083	2 250	817	2 420

Colégio Salesiano.

Grupo Escolar Joaquim Olavo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No comêço do ano de 1957 estava em andamento a instalação de água encanada, iniciativa do Govêrno do Estado, bem assim a distribuição de energia elétrica através da C.H.E.S.F. Havia no município, 8 429 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. Profissionais em atividade: 2 advogados, 1 engenheiro e 1 agrônomo. O Prefeito é o Sr. Carlos Afonso de Melo.

(Autor do histórico — Gabriel Monteiro Lobato; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — A.M.E. e D.E.E.

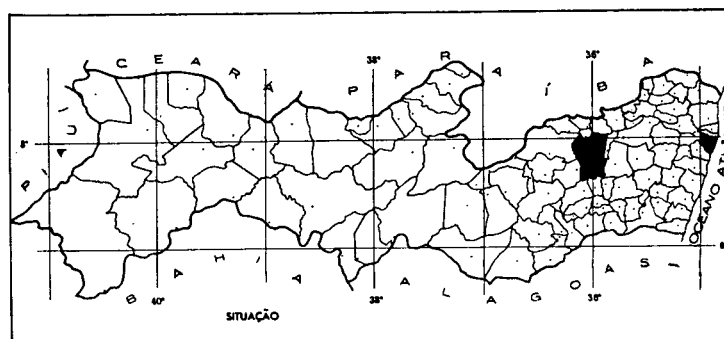
CARUARU — PE

Mapa Municipal na pág. 558 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVII, segundo a tradição local, era a área da atual cidade de Caruaru uma grande fazenda de gado. Até hoje não está rigorosamente estabelecida a origem do topônimo. De acôrdo com Teodoro Sampaio, a palavra caruaru, substantivo composto de *caruar* e *u*, significa *aguada das caruaras*, alusão feita à fonte ou água, que na localidade pernambucana, produzia a moléstia que ataca os rebanhos trazendo-lhes inchação e paralisia das pernas. O vocábulo caruara (*caru-uara*), com vários significados, quase todos, porém, associados a entidades mórbidas, encerraria assim o étimo de que se derivou a denominação consagrada pelo uso popular. A definição do mestre baiano acompanha, de certo modo, a que foi dada pelo historiador e folclorista pernambucano, Alfredo de Carvalho, para o qual a palavra caruaru era a corrutela de *caruari*, significando *rio das caruaras*. Outra versão faz derivar o topônimo do nome de uma planta vulgarmente conhecida por caruru e que outrora cobria um poço na margem do rio Ipojuca, em local que, por isso, passou a ser denominado Poço ou Sítio do Caruru. Por acréscimo de uma vogal, o nome ter-se-ia alterado para caruaru. Os donos daquelas terras constituíam a família chamada "Nunes dos Bezerros", assim denominada, em virtude da curta distância entre a fazenda e a paróquia de Bezerros. Admite-se que os Nunes eram remanescentes dos primitivos concessionários daquelas terras, quando foram distribuídas como sesmarias. Os Nunes abrigavam um casal de órfãos. O menino, José Rodrigues de Jesús, foi mais tarde o fundador de Caruaru. Em virtude de um desentendimento com a família, José Rodrigues apossou-se das terras que lhe perten-

Vista parcial da cidade.

ciam por herança, a este e sudeste da Fazenda dos Nunes. Com 20 anos já era senhor poderoso e residia, com sua mulher, D. Maria do Rosário de Jesús, numa boa vivenda, a Casa Grande, no local denominado Caruru, onde, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, construiu uma capela que passou a ser ponto de convergência de novos moradores, iniciando-se o povoado. Dessa capela utilizaram-se os moradores dali e dos arredores até o ano de 1846, quando o missionário, Frei Eusébio de Sales, capuchinho da Penha, iniciou a construção da igreja matriz, hoje catedral. Reconstituída duas vêzes, sendo a última no ano de 1883, a capelinha ganhou, nesse ano, o sino que ainda hoje ali se vê, o maior "ex voto" do lugar, promessa de Francisco Gomes de Miranda Leal, que fêz transportar a oferenda em lombo de animais, de Tapera a Caruaru, onde a população a recebeu com imenso júbilo. Em 16 de agôsto de 1848, a sede da freguesia de São Caetano foi transferida para a povoação de Caruaru, que é, então, por fôrça da Lei provincial n.º 212, elevada à categoria de vila. Criado o município com território desmembrado do de Bonito, verificou-se sua instalação a 16 de setembro de 1849. A Lei provincial n.º 416, de 18 de maio de 1857, concedeu a Caruaru foros de cidade. A comarca foi criada pela Lei provincial n.º 720, de 20 de maio de 1867. Em dezembro de 1895, foi inaugurada a estação ferroviária da "Great Western", que ligou Caruaru ao Recife e constituiu, então, importante fator de progresso no município. Segundo o quadro administrativo do País, vigente a 31 de dezembro de 1956, o município é composto de 4 distritos: Caruaru, Carapotós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro.

LOCALIZAÇÃO — O município de Caruaru localiza-se na faixa de transição do agreste-caatinga para o sertão. A sede municipal dista, em linha reta, 111 km da capital estadual. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 14' 19" de latitude Sul e 35º 55' 17" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Situado num planalto de elevação superior a 500 metros, Caruaru goza de bom clima, podendo ser fixada sua média ponderada anual em 24 graus centígrados. Acha-se na zona de transição climática entre os tipos Bsh e As', com predominância do primeiro. Semi-árido quente, atenuado pela altitude. (Veja-se sôbre o assunto, Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A extensão territorial do município totaliza a área de 1 187 km^2.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o total do município era de 102 877 habitantes, assim distribuídos: sede 73 267 e as vilas de Carapotós, 14 891 e Riacho das

Praça Coronel Pôrto.

Almas, 14 719 habitantes. Quadro rural: 58 123 habitantes. A Lei estadual n.º 1 818, de 29-12-1953, emancipou o distrito de Riacho das Almas com uma população de 14 719 habitantes.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 101 720 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Havia no município, segundo o Censo de 1950, três centros urbanos: Caruaru, 43 501 habitantes, vilas de Carapotós, com 300 habitantes e Riacho das Almas, com 953 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constitui a "agricultura, pecuária e silvicultura" o ramo de atividade econômica predominante, seguindo-se-lhe a indústria de transformação e a prestação de serviços. Agricultura — o volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	59 000	46 700
Feijão	»	5 400	21 600
Café	»	788	21 000
Algodão	»	2 763	18 840

Constitui a indústria de transformação outro importante ramo de atividade da população do município. As principais indústrias de transformação, em ordem decrescente de valor, figuram na tabela a seguir, organizada com os dados preliminares do Registro Industrial para 1955. Convém esclarecer que o Registro Industrial abrange apenas estabelecimentos que ocupam 5 ou mais pessoas:

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)	% SÔBRE O TOTAL
Produtos alimentares	22	47 438	37,00
Têxtil	(*)	(*)	(*)
Química e farmacêutica	(*)	(*)	(*)
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	15	8 753	6,83
Transformação de minerais não metálicos	9	2 879	2,25
Couros, peles e produtos similares	3	2 240	1,75
Editorial e gráfica	4	2 239	1,75
Diversos	7	6 678	5,21
TOTAL	64	128 204	100,00

O pessoal ocupado nesses estabelecimentos somava 1 457, dos quais 1 303 operários. Os salários e vencimentos pagos ascenderam a 18 milhões de cruzeiros e as despesas de consumo com matéria-prima, a 85 milhões. Na classe "produtos alimentares", destaca-se a indústria de caramelos, cuja produção, nesse ano, atingiu 18 277 milhares de cruzeiros, ou seja, 39% do total da classe a que pertence. A indústria têxtil de Caruaru constitui-se de beneficiamento de algodão, tecelagem de caroá, aniagem, telas e produção de barbantes. Na classe "química e farmacêutica" salienta-se a fabricação de óleo de caroço de algodão. Nas classes "vestuário, calçados e artefatos de tecidos", "transformação de minerais não metálicos" e "couros, peles e produtos similares", destacam-se, respectivamente, a indústria de calçados tipo popular (alpercatas), mosaicos e cal, e preparação de couros e peles de animais silvestres e de selas e arreios.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal é ligada às seguintes cidades: Brejo da Madre de Deus, 50 km por meio de rodovia; Toritama, 60 km por meio de rodovia; Vertentes, 90 km por meio de rodovia; Riacho das Almas, 24 km por meio de rodovia; Bezerros, 30 km por meio de rodovia e 28 km por meio de ferrovia (Rêde Ferroviária do Nordeste); Agrestina, 25 km por meio de rodovia; Altinho, 27 km por meio de rodovia e São Caitano, 20 km por meio de rodovia e 20 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Dista da Capital estadual 133 km por meio de rodovia, 139 km por ferrovia da Rêde Ferroviária do Nordeste.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio na sede municipal é o segundo do Estado, em movimento. Conta cêrca de 300 estabelecimentos do comércio varejista, e 34, do comércio atacadista em funcionamento. Na sede municipal localizam-se agências do Banco do Brasil, S. A., Banco Auxiliar do Comércio, S. A., Banco Nacional de Pernambuco, S. A. e as matrizes da Cooperativa Banco Popular de Caruaru Ltda., Cooperativa de Crédito Rural, Ltda. e Cooperativa Agropecuária de Caruaru, Ltda. Uma agência da Caixa Econômica Federal com 6 200 cadernetas em circulação e um valor de depósitos de Cr$ 4 248 278,20. O intercâmbio comercial é feito com as cidades de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, João Pessoa, Maceió, Campina Grande (PB) e os municípios de Bezerros, São Caitano, Altinho, Agrestina e Taquaritinga do Norte. O comércio local adquire tecidos, produtos farmacêuticos, máquinas, calçados, ferragens, artigos de joalheria, etc.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui todos os melhoramentos urbanos: água, luz, calçamento e telefone. A pavimentação de logradouros públicos registra as seguintes percentagens, segundo o tipo de calçamento: para-

Avenida Agamemnon Magalhães, vendo-se à direita o Hospital São Sebastião.

lelepípedo, 30%; outros tipos, 45%; sem pavimentação, 25%. O serviço telegráfico se faz pela Rêde Ferroviária do Nordeste e pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.). O número de aparelhos telefônicos é de 325. Há 10 850 ligações elétricas e 4 437 residências servidas por abastecimento dágua. Existem 15 hotéis e 10 pensões. O preço comum de diária em hotel de nível médio é de Cr$ 100,00. Há 4 cinemas que proporcionam entretenimento à população. Na iluminação pública e particular são consumidos cêrca de 2 313 430 kWh. Estão registrados na Coletoria Estadual 260 automóveis e 286 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município, na sede, um Hospital — Hospital São Sebastião — e uma casa de saúde (Casa de Saúde Bom Jesus), aquêle abrangendo a clínica médica geral, pediatria, obstetrícia, cirurgia geral, otorrinolaringológica, dentária e ginecológica, e esta, a clínica cirúrgica e obstétrica. Há duas instituições

Matriz e Cúria Episcopal.

de assistência a desvalidos: Abrigo de Menores Dom Bosco e Casa dos Pobres de São Francisco de Assis.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, 12 344 homens e 13 176 mulheres são alfabetizados.

Ensino — Existem em todo o município 544 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 15 387 alunos matriculados, 63 unidades do ensino supletivo, 3, do ensino complementar, 4, do ensino secundário, 2, do ensino comercial, e 1, do ensino pedagógico.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O único acidente digno de nota é o morro do Bom Jesus, na zona suburbana da cidade. Anteriormente chamado "Serrote", passou a denominar-se Bom Jesus, depois de construída em seu tôpo a igreja sob tal invocação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Estão no exercício da profissão em Caruaru: 25 médicos, 16 advogados, 20 dentistas, 5 farmacêuticos, 4 engenheiros, 3 agrônomos e 1 veterinário. Em eleições populares foram eleitos 12 vereadores e o prefeito. No distrito de Carapotós, a 24 quilômetros da sede municipal, existe a Fonte de Águas Termais, com capacidade de 32 568 litros anuais. Há um hotel no local, que é muito procurado. No bairro de Cedro são encontradas as rendeiras de Caruaru, cujos trabalhos, juntamente com as cerâmicas de Vitalino e Zé Caboclo, são expostos à venda nas feiras. Tal a maioria das cidades do Nordeste, Caruaru tem suas feiras semanais, com seu aspecto de um vivo colorido. Às terças-feiras realiza-se a feira de gado, no bairro do Cedro. Nesses dias aflui ao local gente de várias partes do Estado e de todo o Brasil. A venda de gado atinge a média de duas mil cabeças por feira. Êsse gado na maioria, é excedente da feira de Arcoverde. Noutro local, está o mercado da farinha, onde o caboclo vende o produto fresco, ainda "quente", como se diz. Quartas-feiras e sábados são destinados às feiras de mercadorias e objetos em geral, quando se vende de tudo. É mais importante a de sábado, pois, além de sua vantagem comercial, tem o caráter de festa popular. É o comércio do caboclo, a festa do matuto, que aí vende seus produtos agrícolas e compra roupas, calçados (geralmente alpercatas), e tudo o mais de que necessita no campo. Em toldos improvisam-se restaurantes, onde são servidos pratos típicos: sarapatel, buchada, mão-de-vaca, carne-de-sol, etc. O povo se diverte e faz negócio. Diante da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, os cantadores populares cantam e vendem os famosos "folhetos" de João Martins de Ataíde e de outros célebres trovadores do Nordeste. Outra curiosidade da feira são os alfenins, bichinhos feitos de açúcar. O espaço tomado pela feira atinge 2 quilômetros aproximadamente, ocupando as Ruas Sete de Setembro, da Conceição, Tobias Barreto e a Praça Guararapes. A animação popular

Aspecto da feira na Rua do Comércio

Outro aspecto da feira na Rua do Comércio.

começa a extinguir-se às 18 horas, quando os caboclos iniciam o retôrno ao campo.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São inúmeros os festejos populares de Caruaru, destacando-se as festas juninas e o carnaval. Êste último é festejado à semelhança dos das capitais estaduais. Entre as festas religiosas tradicionais, citam-se a de Nossa Senhora da Conceição, patrocinada pelo comércio, a de S. Francisco e a de Nossa Senhora do Rosário. Durante a Semana Santa, os habitantes de Caruaru fazem romaria ao Monte do Bom Jesus, onde se localiza a igreja de mesmo orago.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	4 230	16 370	8 180	3 935	10 671
1951.......	7 057	17 400	8 368	5 433	12 223
1952.......	8 476	18 848	11 212	6 541	14 920
1953.......	9 139	19 273	10 554	6 784	15 050
1954.......	9 663	23 172	12 062	7 590	17 627
1955.......	10 881	33 037	14 645	9 586	21 429
1956 (1)...	—	—	17 500	—	17 500

(1) Orçamento.

O Prefeito é o Sr. Sizenando Guilherme de Azevedo.

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

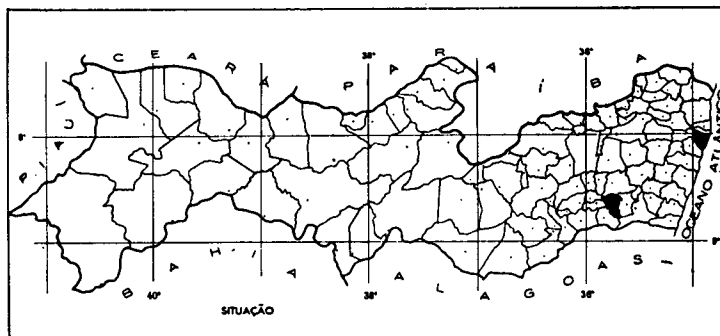
CATENDE — PE

Mapa Municipal na pág. 220 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Divididas que foram as terras da região em sesmarias, fêz o Imperador D. Pedro II doação de parte delas ao Senador Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, que as vendeu com o passar dos anos. Vem daí o aparecimento dos primeiros sítios e engenhos e início da cultura da cana-de-açúcar. Não obstante, a formação do núcleo populacional que viria a transformar-se no atual município de Catende, teve início a 21 de outubro de 1863 com a chegada à região do capitão Levino do Rêgo Barros, que em 1874 realizava a primeira feira no local. Foi êste o primeiro passo para consolidação do núcleo, determinando a vinda de novos elementos que ali foram fixando residência. Mais ou menos em 1887, chegou à região a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, obtendo o capitão Levino, depois

Vista parcial da cidade.

de ingentes esforços, fôsse a estação ferroviária aí construída. A partir de então o desenvolvimento foi crescente, até que, por Lei municipal n.º 1, de 29 de novembro de 1892, foi a povoação elevada à categoria de distrito do município dos Palmares. Pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, a sede distrital foi elevada à categoria de vila. Em 1928, por fôrça da Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro, foi criado o município, com território desmembrado dos de Palmares e Bonito, tendo sua instalação ocorrido a 1.º de janeiro de 1929. A mesma Lei que criou o município concedeu-lhe foros de cidade. De acôrdo com o quadro de divisão territorial relativo a 1933, e os de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município compunha-se de 2 distritos: o da sede e Belém de Maria, situação que foi mantida nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. De acôrdo com a nova divisão territorial fixada para o qüinqüênio 1954-1958, o município compõe-se de três distritos: Catende (sede), Belém de Maria e o de Laje Grande, criado pela Lei Municipal n.º 17, de 16 de julho de 1948, com território dos distritos de Catende e Belém de Maria. Há duas versões quanto ao significado do nome Catende — corrutela de "Katendi", do africano ou "Caa tendi" do indígena. A primeira significa lagartixa, e a segunda, "caa" mato, "tendi" baboso. "Tendi", na linguagem indígena ainda pode significar pulga do mato ou o que resplandece, que reluz, que tem brilho, quando teria a significação de "mato brilhante". Segundo alguns entendidos esta é a significação prevalente, considerando-se a beleza poética que envolvia, geralmente, os nomes dos engenhos àquela época. Primitivamente o engenho Catende chamou-se "Milagre da Conceição".

LOCALIZAÇÃO — Na latitude S. de 8° 40' 06",3 e longitude W.Gr. de 35° 43' 19",6, está o município, compreendido na Zona Fisiográfica do Litoral-Mata, distando da Capital do Estado, em linha reta, 114 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

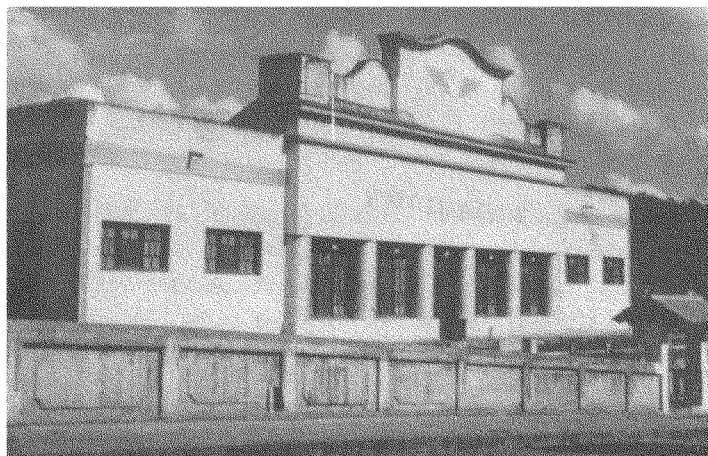
CLIMA — Do tipo As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Veja-se esclarecimento em Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Área territorial totalizando 250 km².

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, era de 24 693 habitantes o total para o município, assim distribuído: sede, 20 910 e vila de Belém de Maria com 3 783 habitantes. Quadro rural com 16 465 habitantes. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 28 492 habitantes.

Prefeitura Municipal.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Três são os centros urbanos de Catende: sede, Belém de Maria e Laje Grande. Os dois primeiros com 7 053 e 1 175 habitantes, respectivamente, segundo o Censo de 1950, e o terceiro, ainda sem população estimada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O principal ramo de atividade econômica é "agricultura, pecuária e silvicultura" ocupando 52,3% da população, vindo a indústria em segundo lugar, com 7,9%. A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola, constituindo mesmo base econômica do município. Nas tabelas a seguir encontram-se o volume e valor dos principais produtos agrícolas e industriais, no ano de 1955.

Aeroclube local.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	572 850	108 841 500
Feijão	Saco 60 kg	90 000	21 600 000
Café	Quilograma	28 500	570 000
Laranja	Cento	7 130	213 900
Mandioca	Tonelada	320	192 000
Banana	Cacho	6 600	99 000
Milho	Saco 60 kg	390	46 800

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

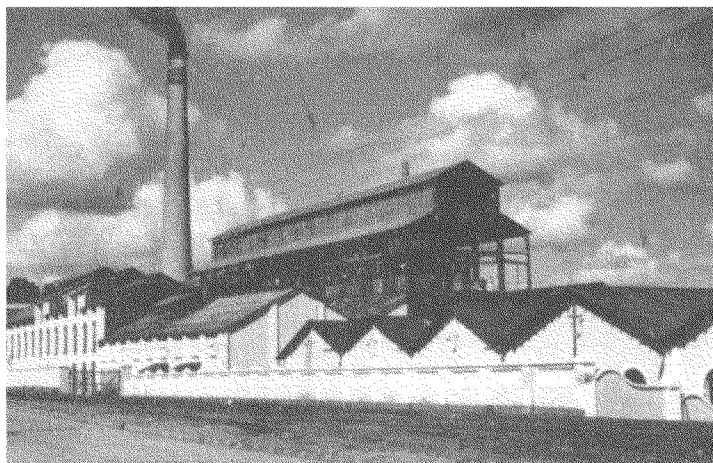
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (CR$)
Açúcar	Quilograma	954 202	245 793 719
Álcool	Litro	8 956 520	32 968 241
Adubos químicos	Quilograma	7 770 430	6 552 430
Pães e prod. de padaria	Quilograma	397 639	3 287 457
Tijolos em geral	milheiro	768	402 944
Esquadrias	m²	156	264 858
Aguardente de cana	Litro	85 050	255 150
Móveis em geral	unidade	114	171 700
Telhas em geral	milheiro	83	65 135

MEIOS DE TRANSPORTE — Catende (sede) está ligada às seguintes cidades: Lagoa dos Gatos, 30 km por rodovia; São Joaquim do Monte, 62 km por rodovia; Bonito, 42 km por rodovia; Palmares, 22 km por rodovia e 18 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Maraial, 27 quilômetros de rodovia e 26 km de ferrovia (R.F.N.) e Cupira (36 km). Comunica-se com a Capital do Estado por ferrovia (R.F.N.) 142 km, e 150 km por rodovia. A ligação com a Capital Federal é feita via Recife.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede do município 4 estabelecimentos do comércio atacadista e 177 do comércio varejista. Não conta a comuna com estabelecimentos bancários. O intercâmbio comercial é feito com as praças de municípios vizinhos como Cupira, Lagoa dos Gatos, Bonito, Maraial e Palmares, bem como com a Capital estadual e os Estados de Alagoas e Paraíba. O comércio local importa farinha de trigo, ferragens, louças e vidros, máquinas, tecidos, etc.

Praça Coração Eucarístico, vendo-se ao fundo a Matriz de N. S.ª de Santana.

ASPECTOS URBANOS — Dos melhoramentos urbanos, apenas o telefone falta à cidade, que dispõe de calçamento, luz e água. Do total de 78 logradouros, 20 são pavimentados a paralelepípedo, 4 arborizados, 1 ajardinado e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.) e Rêde Ferroviária do Nordeste. O número de ligações elétricas atinge 1 850, e 500 são as residências servidas pelo abastecimento dágua. O fornecimento de energia elétrica é da ordem de 29 512 kW mensais para iluminação e 2 319 para fôrça. Há três hotéis na sede municipal, onde a diária mé-

Policlínica Médica de Catende.

Usina Catende S.A.

dia é de Cr$ 100,00. Conta-se um cinema em funcionamento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Destaca-se a Policlínica "Gouveia de Barros" mantida pela Usina Catende, S. A., destinada exclusivamente ao seu operariado. Há um Pôsto de Combate à Esquistossomose, mantido pelo Serviço Nacional de Malária.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, são alfabetizados 3 236 homens e 2 698 mulheres.

Ensino — Há no município 1 unidade do ensino escolar pré-primário, 27 do ensino primário fundamental comum, com 1 865 alunos matriculados, 8 do ensino supletivo, 1 do ensino complementar e 3 do ensino secundário.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Encontra-se apenas a serra da Prata, com 800 metros de altura e distando da sede 8 km. É um dos marcos naturais nas divisas com o município dos Palmares.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além das festas do Natal, Ano Novo, São João e Carnaval, destaca-se a da padroeira da cidade — *Santana* — no dia 6 de janeiro, com procissão tradicional e grande movimentação popular em tôrno das barracas de prendas, carrosséis, banda de música, etc. A Sexta-feira Santa e as datas nacionais também são concorridas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Biblioteca Pública Municipal conta 1 152 volumes de obras gerais. Há um jornal de periodicidade quinzenal — "Correio de Catende". São encontrados um cinema, uma tipografia e uma livraria na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Três médicos, 2 advogados, 3 dentistas, 2 farmacêuticos e 2 agrônomos servem à população. Nove vereadores e o prefeito são eleitos pelo voto popular. Na sede municipal, por sua perfeita instalação e amparo aos menores, salienta-se o Núcleo de Escoteiros da Usina Catende, S. A., dispondo de higiênicos dormitórios, refeitórios, tipografia, sapataria, alfaiataria, secção de cerâmica, auditório, biblioteca e um pequeno fabrico de gêlo. Dispõe de amplo terreno para a prática da horticultura. O Prefeito é o Sr. José Eugenio Cavalcanti.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	6 223	7 147	2 852	2 381	2 512
1951	6 511	11 723	2 761	2 716	3 373
1952	12 690	10 358	2 967	2 735	3 395
1953	8 214	12 159	3 579	3 301	3 594
1954	10 895	13 405	4 572	4 335	4 380
1955	10 328	16 920	5 114	4 980	5 369
1956	20 708	24 606	5 000	...	5 279

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

CORRENTES — PE

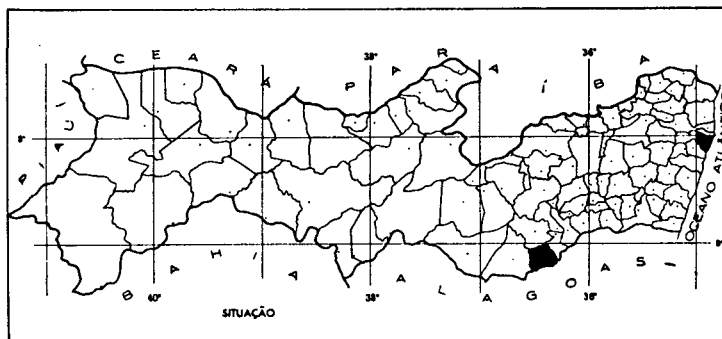
Mapa Municipal na pág. 590 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — A carta de sesmaria lavrada pelo governador D. Tomás José de Melo, de 21 de agôsto de 1792, concedeu a Antônio Vaz da Costa, uma légua de terras em quadro, no lugar Corrente, distrito de Garanhuns, que faz extremo com as terras de Francisco Xavier, domínio por herança de seus genitores, que chega até a barra do riacho Capaceira, no rio Mandaú, em cujos limites, pode-se dizer, tem princípio a dita sesmaria para a parte baixa, com fôro anual de quatro mil réis. Partiu de então a exploração da indústria pastoril naquelas incultas paragens com o estabelecimento de suas primeiras fazendas de criação de gado. Veio depois a cultura dessas terras, em situações distintas, nomeadamente o lugar denominado Barra do Corrente, assim chamado por ficar junto à beira do rio daquele nome, e desaguar no rio Mandaú, onde estabeleceu uma fazenda de plantação de cereais, pelos anos de 1826, o capitão Antônio Machado Dias, português de nascimento. Fixando-se naquele lugar com sua família e uns cem escravos, construiu casas para a sua habitação, e uma capela dedicada a Santo Antônio, contratando para o serviço religioso de sua capelinha o padre Joaquim de Freitas, que por muitos anos o desempenhou. Por êsse tempo foram situadas naquelas imediações mais duas fazendas agrícolas, uma no lugar São Francisco por Antônio Francisco de Albuquerque onde se estabeleceu com sua família e escravos e fundou uma capela; outra no lugar denominado Pau Amarelo, por

Vista parcial da cidade.

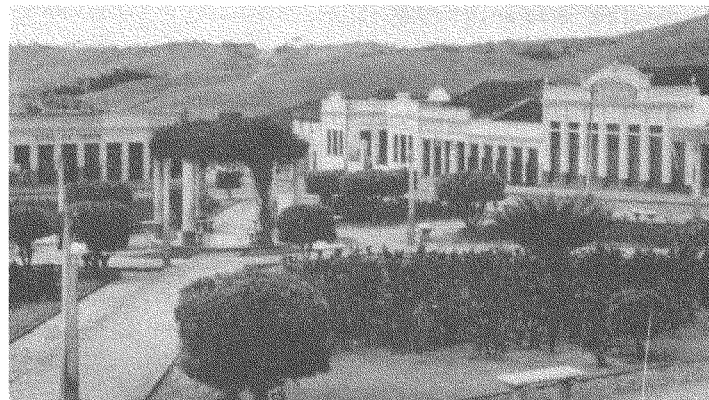
Prefeitura Municipal.

Antônio Francisco dos Santos, cuja situação ainda mantém o mesmo nome (hoje povoado Pau Amarelo), e onde se vê uma capela dedicada a São Sebastião. Vem daí a origem da povoação da Barra da Corrente. Afluiu então grande número de moradores para a localidade, avultaram as construções e, em 1837, quando já apresentava o aspecto de uma povoação regular, foi estabelecida uma feira semanal a esforços de Antônio Rodrigues Lima, homem de recurso e influência na localidade, e a quem muito deve a povoação o seu desenvolvimento material dessa época. A origem do nome do município vem de um rio de 3 nascentes (que se chamam 3 correntes) e tem a denominação de rio das Correntes; além de o referido rio ter 3 correntes, tem diversos riachos que deságuam no mesmo, como também duas quedas dágua. O município e o distrito de Correntes foram criados pela Lei provincial n.º 204, de 26 de julho de 1848, o primeiro com território desmembrado do município de Garanhuns. Pouco tempo durou o município nessa categoria, pois no ano seguinte, justamente a 30 de maio, a Lei provincial n.º 239 o suprimia. A 27 de maio de 1879, porém, a Lei provincial n.º 1 243, ou 1 423, o restaurava. Sua reinstalação se deu a 27 de agôsto de 1883. A Lei municipal n.º 2, de 25 de janeiro de 1893, refere-se também à criação do distrito de Correntes. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade, pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Conforme a "Divisão Administrativa, em 1911" o município de Correntes compõe-se dos distritos de Correntes e Lagoa do Emídio. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", a comuna em aprêço se forma dos 4 distritos seguintes: Correntes, Lagoa do Emídio, Lagoa do Ouro e Poço Comprido. De acôrdo com os quadros da divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Correntes constitui-se igualmente de 4 distritos, que são os mesmos citados em 1933. Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os distritos continuam a ser os mesmos, verificando-se tão-sòmente a mudança dos topônimos de 2 dêles — Lagoa do Emídio e Lagoa do Ouro, que passaram a chamar-se, respectivamente, Igapó e Igatauá. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas do município de Correntes com o de Garanhuns e, internamente, entre os distritos de Poço Comprido e Igatauá. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigorante no qüinqüênio 1944-1948, o município de Correntes permanece com os distritos acima referidos, ou seja: o da sede, Igapó, Igatauá e Poço Comprido. A última lei da divisão territorial manteve esta situação. A comarca de Correntes foi criada a 28 de outubro de 1893. Segundo os quadros de divisão territorial de 31-12-1936 e .... 31-12-1937, assim como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca de Correntes compreende o têrmo judiciário de igual nome. Em face dos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938 e 952 de 31 de dezembro de 1943, que fixaram, respectivamente, as divisões territoriais para os qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, Correntes continua como têrmo único da comarca de Correntes. Atualmente, o município é sede de comarca, com os têrmos de Igapó, Igatauá e Poço Comprido.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal, numa altitude de 420 m, dista 198 km da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste, com as seguintes coordenadas: Latitude Sul — ...... 9º 07' 45",7 e Longitude W.Gr. 36º 19' 30",8.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima *As'* — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas de verão. Atenuado pela latitude. O município possui uma faixa dentro do polígono das sêcas. (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 527 km².

POPULAÇÃO — Foi orçada em 37 862 hab., pelo Censo de 1950, sendo 17 896 homens e 19 966 mulheres. A densidade demográfica é de 72 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 14% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 43 687 habitantes.

Praça da Conceição.

Praça da Conceição, em segundo plano a igreja Matriz de N. S.ª da Conceição.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São a cidade de Correntes com 3 788 habitantes e três vilas (Igapó — 161 habitantes, Igatauá — 1 224 habitantes e Poço Comprido — 839 habitantes).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população, 48,8% se ocupam no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O restante, na indústria, no comércio e na prestação de serviços. Milho, feijão, café e mandioca, são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária é também desenvolvida. Registram-se 34 estabelecimentos industriais em funcionamento. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Quilograma	900 000	18 000 000,00
Feijão	Saco 60 kg	6 100	3 660 000,00
Mandioca	tonelada	7 060	3 530 000,00
Milho	Saco 60 kg	8 200	656 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Garanhuns (42 km), Bom Conselho (54 km), Palmeirina (24 km) e União dos Palmares — AL (54 km), Acha-se a 297 km da Capital estadual, por rodovia, 313 km mistos (42 km por rodovia até Garanhuns e daí 271 km por ferrovia) e 198 por via aérea. É servido por linha de ônibus intermunicipal.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial. Existem 6 estabelecimentos do comércio atacadista e 18 do varejista. Não há agências bancárias. Duas cooperativas de crédito encontram-se em funcionamento.

ASPECTOS URBANOS — Seis logradouros estão pavimentados inteiramente, e cinco, parcialmente, numa área de 30 000 m², a paralelepípedos, e 768 metros quadrados a pedras irregulares. Dois logradouros são arborizados. A iluminação é elétrica, pública e domiciliária, com 430 ligações. A Prefeitura mantém um serviço de abastecimento d'água, instalado em 1954, beneficiando 19 logradouros e 374 prédios. Verifica-se a existência de uma Agência do D.C.T. Há dois hotéis, com a diária média de .... Cr$ 80,00. Um cinema, 4 automóveis e 19 caminhões foram matriculados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Higiene presta assistência à população. Existem 2 farmacêuticos, 2 farmácias, 1 médico e 2 dentistas na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,2% sabem ler e escrever, segundo elementos do Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade do ensino pré-primário, 42 do ensino primário fundamental comum, com 1 529 alunos matriculados, 6 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 421	1 171	446	1 219
1951	...	2 621	1 209	648	1 078
1952	...	2 958	1 373	731	1 425
1953	...	2 320	1 640	654	1 761
1954	...	2 508	1 351	600	1 274
1955	...	3 839	1 750	851	1 975
1956	...	3 081	2 689	...	...

(*) A arrecadação é feita pela Coletoria do Município de Bom Conselho, não sendo possível obter os dados em separado.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Vários são os acidentes geográficos no município: cachoeira da Escada, com uma queda dágua de 22 metros, e capacidade de 900 H.P., sendo uma parte da fôrça aproveitada na iluminação da cidade; cachoeira do Roncador, distando da primeira apenas 2 quilômetros, com capacidade para 800 H.P., não tendo sido ainda aproveitada. Existem 22 riachos perenes, 2 rios denominados Correntes e Mandaú, sendo êste perene em todo o seu curso, e aquêle, sòmente em parte, — Correntes deságua no rio Mandaú. Existem também a serra do Pedro com uma altitude de 450 metros (estimativa) e a serra do Cravo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há um Campo de Sementes, subordinado ao Ministério da Agricultura, com usina para industrializar o algodão e possuindo máquina de beneficiamento do arroz. As riquezas naturais em maior evidência, no município, são as reservas florestais. Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício e 6 632 eleitores inscritos. Dois advogados e três agrônomos acham-se em atividade. O Prefeito é o Sr. Dr. Antenor Alves Pedrosa.

(Autor do histórico — Edgar Mafra — A.E.; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

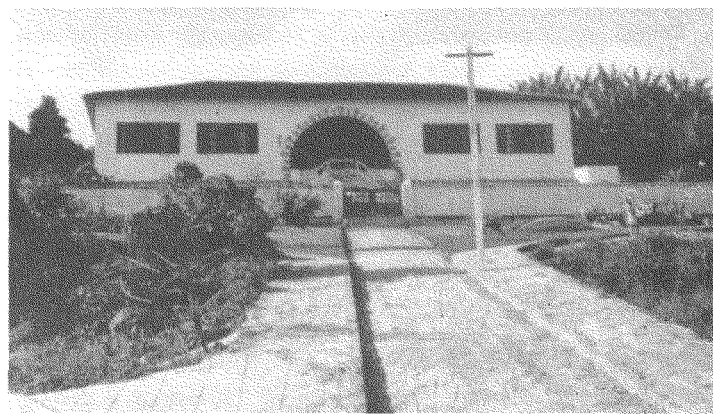
CORTÊS — PE

Mapa Municipal na pág. 206 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — Em 1872, o capitão Francisco Vellozo da Silveira comprou, por seiscentos mil réis, um sítio chamado Cortês, em terreno elevado, às margens do rio Sirinhaém, no distrito de Ilha das Flôres, terceiro do têrmo e comarca de Bonito. O vendedor, José Felipe de Mello Lins, declara na escritura que havia adquirido a terra de Antônio de Pinto Lira, e de sua mãe, D. Maria Cavalcanti de Albuquerque. Vellozo sonhou fazer do sítio um povoado e logo consentiu em vender "chãos de casas", a

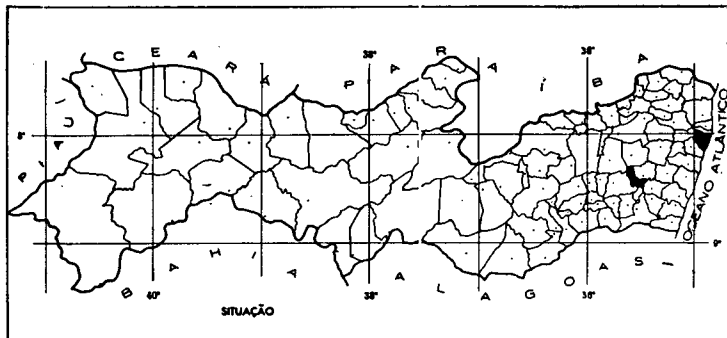
7 — 24 934

Vista parcial da cidade.

terceiros. Mas sòmente em 1875, concretizou, para o futuro, o seu sonho, quando no dia 17 de abril, fêz a doação da propriedade ao "Senhor São Francisco das Chagas", determinando que lá, todos poderiam construir, desde que pagassem fôro, a quem procurasse em nome do Santo. Em 1890, um decreto estadual, desmembrou o povoado do município de Bonito, incorporando-o ao de Amaraji. Nos últimos anos do século passado, Cortês já possuía sua feira semanal, mas, dois grandes acontecimentos concorreriam definitivamente para a sua sobrevivência e prosperidade: o primeiro foi a organização da Companhia da Estrada de Ferro do Ribeirão a Bonito, cuja construção interrompida deixava em Cortês o seu ponto terminal. Com 29 quilômetros de estrada, o ramal Ribeirão-Cortês foi posteriormente, em 1904, anexado à antiga Great Western, hoje Rêde Ferroviária do Nordeste; o segundo acontecimento foi a fundação, a 7 km de Cortês, da Usina Pedrosa, pelos descendentes do Barão do Bonito, aproveitando o estímulo do Barão de Lucena, que governava o Estado. A usina foi inaugurada em 1892, e trouxe melhores condições econômicas para a região. A povoação continuou progredindo. No princípio do século, o p.e Jerônimo Assunção, que foi o primeiro pároco de Amaraji, construiu em Cortês, com ajuda do povo, uma capela para o padroeiro, São Francisco. E o progresso, mesmo atormentado pela topografia ingrata, possibilitou que o povoado pela Lei municipal n.º 57, de 5 de janeiro de 1911, se transformasse em vila e distrito do Amaraji. Em 1947 transformou-se a vila em sede de paróquia, tendo sido nomeado para reger a nova freguesia o p.e João Eduardo Tavares. Em 1951 as eleições municipais mostraram que o distrito já influía com bastante fôrça na vida da comuna, elegendo quatro dos nove vereadores que compunham a representação do Amaraji. Desde então foi iniciada a campanha pela emancipação político-administrativa do distrito próspero e de renda apreciável. Carlos de Barros Cavalcanti, chefe político de Cortês, e os vereadores José Valença Borba e José Roberto de Melo, que ocupavam, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do Deliberativo do Amaraji, entraram em contacto com as autoridades estaduais. O projeto de criação do município foi apresentado pelo deputado Diocleciano Pereira Lima, e defendido em conjunto com outros deputados, o Dr. Clélio Lemos, então presidente da Comissão de Negócios Municipais da Assembléia Legislativa do Estado. No dia 29 de dezembro de 1953, o Governador Etelvino Lins de Albuquerque, assinando a Lei 1 818, criava o município de Cortês e dava foros de cidade à vila do mesmo nome. O Governador Etelvino Lins apoiara a pretensão de Cortês a município independente logo que assumira o govêrno do Estado. O novo município permaneceu acéfalo durante cinco meses, e foi instalado no dia 6 de junho de 1954, com a posse do primeiro prefeito, o cirurgião-dentista José Roberto de Melo, que,

Escolas Reunidas Estaduais.

Rua Veloso Silveira.

nomeado pelo governador do Estado, administrou até 29 de dezembro de 1955, quando eleito para a primeira Câmara Municipal de Cortês, foi escolhido presidente, instalando neste mesmo dia o legislativo, para dar posse ao Sr. José Valença Borba, prefeito eleito, e que anteriormente já havia sido, antes da emancipação, subprefeito de Cortês, e também o representaram na Câmara do Amaraji. O nome da cidade, como vimos, permaneceu o mesmo do sítio do Capitão Vellozo da Silveira, que também possuía nas proximidades da povoação um engenho de açúcar com o nome de Cortês. A atual comarca de Cortês é formada mais ou menos pelo território que, no século passado, constituía o distrito de Ilha das Flôres, terceiro do têrmo de Bonito, da comarca do mesmo nome. Posteriormente, êste distrito judiciário seria dividido em dois outros, o de Ilha das Flôres, que continuou pertencendo a Bonito, e Cortês, que seria o segundo, da comarca do Amaraji. Em 1938 o Decreto estadual n.º 235, anexou ao distrito de Cortês o território do distrito de Ilha das Flôres que foi extinto. Em 1953 a Lei estadual n.º 1 819, de dezembro cria a comarca de Cortês, que foi instalada pelo Dr. Manuel Coimbra, primeiro juiz, com a presença do 1.º promotor. Dr. Manuel Osório, no prédio da Prefeitura local, em 29 de dezembro de 1954.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 90 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. — Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-Mata e está localizada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição das zonas climáticas Ams e As', com predominância no segundo. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira). Estimativa de temperaturas: média das máximas — 30º e média das mínimas — 18ºC.

ÁREA — 128 km² (Estimativa).

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, havia .... 7 256 hab. no município, dos quais, 3 672 homens e 3 584 mulheres.

Da população total, 6,2% residem no quadro urbano.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cortês, com 1 629 hab. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57 — 8 372 habitantes no município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Agricultura, comércio e indústria. A principal cultura agrícola é a da cana-de-açúcar. Além do açúcar, o município exporta semanalmente, cêrca de 15 toneladas de frutas e tubérculos, afora farinha de mandioca. O volume e o valor da produção, em 1955, são os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar	tonelada	44 000	11 000 000,00
Bananas	cacho	65 000	910 000,00
Laranjas	cento	5 500	93 500,00
Mandioca	Tonelada	1 190	366 500,00

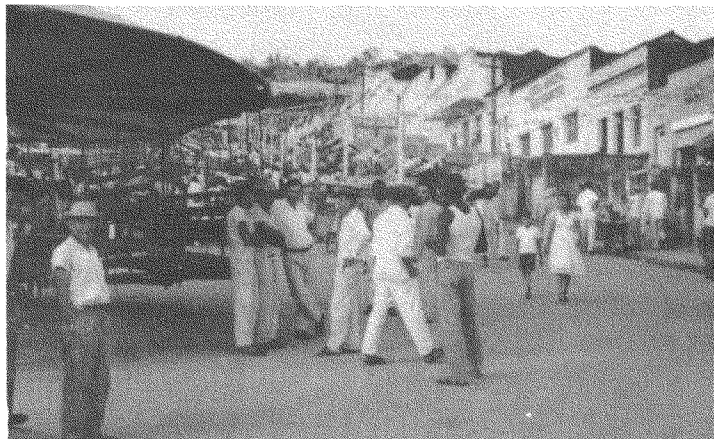
COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial de Cortês, encontrando-se na sede 46 unidades do comércio varejista. Não há estabelecimentos bancários.

ASPECTOS URBANOS — A sede é servida de iluminação elétrica, com 216 ligações domiciliárias. O abastecimento d'água beneficia 10 logradouros e 84 prédios. Apenas 40% dos logradouros são pavimentados a paralelepípedo. Conta-se uma agência postal do D.C.T. O serviço de telégrafo é feito pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Existe uma pensão que cobra uma diária de Cr$ 100,00. Há um cinema com a lotação de 200 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, um dentista (residente no Recife), dois farmacêuticos (práticos) e duas farmácias prestam assistência à população do município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 31,4%, sabem ler e escrever, segundo informes do Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 10 unidades do ensino primário fundamental comum e 2 do ensino supletivo.

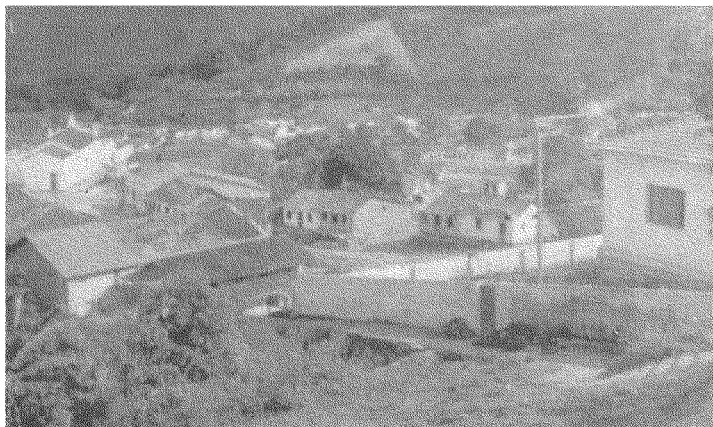
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula 1 jornal de periodicidade mensal "A Cidade".

Rua Veloso da Silveira, em dia de festa a São Francisco.

Aspecto da Rua Celso Borba.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS (1)	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	2 097	(2) 357	910	375	482
1955.......	1 814	1 113	1 730	702	1 508
1956.......	2 912	1 421	1 907	1 013	1 830

(1) O Município foi criado em dezembro de 1953, sendo instalado em 6 de junho de 1954, motivo por que constam apenas dados a partir de 1954. — (2) Coletoria Estadual foi instalada em setembro de 1954.
(*) Recolhida pelo Município do Amaraji.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Desde a criação da capela, em 1907, aproximadamente, que se faz a festa anual do padroeiro, São Francisco de Assis, com o novenário que varia em tôrno do 4 de outubro, dia do Santo. O encerramento ocorre sempre em dia de domingo, com procissão, outros atos religiosos, e festejos profanos no leito da rua Coronel José Belarmin, em frente à igreja-matriz. O carnaval de Cortês, além dos festejos comuns a tôdas as cidades do interior de Pernambuco, mantém na segunda-feira, pela manhã, um tradicional churrasco, que congrega tôda a população do município e arredores. O 29 de dezembro, data da emancipação política do município, vem sendo comemorado com festejos oficiais e populares, atraindo visitantes. Como danças conhecidas podemos citar as "mazurcas", praticadas nos morros de Cortês, principalmente nas noites dos sábados. Homens e mulheres, de mãos dadas, dançam num ritmo próprio, ao som de cantorias, e versos improvisados no momento, e sem o auxílio de instrumentos musicais. A marcação é feita pelo bater de pés no chão. Tem alguma semelhança com o "côco", dos arredores de Recife, na época do São João. Uma

Vista parcial da cidade.

particularidade interessante é que os possuidores de casas de chão batido costumam, nos primeiros dias de construídas, convidarem amigos para uma "mazurca". Depois da festa o chão da casa fica sólido e pronto. O antigo início festivo da moagem dos engenhos ficou na Usina Pedrosa, que sempre faz com festa a sua "botada". Empregadores, operários, plantadores de cana, confraternizam-se, quando as primeiras canas são postas nas moendas, e o espaço se enche de som de sirenes, apito de locomotivas, palmas e acordes da banda musical. Os festejos se prolongam até a noite.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Todo o município situa-se em terreno acidentado, cheio de pequenos morros, muitos dos quais às margens do Rio Sirinhaém (rio de muitos siris), cheio de cascatas e cachoeiras salientando-se as da "Cerveja", "Trincão", "Quilômetro 25", e "Santa Fé", etc.

Vista parcial da feira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Foi a Usina Pedrosa, existente no município, centro de conspiração no período pré-revolucionário de 1930. Carlos de Lima Cavalcanti, depois Governador do Estado, era gerente da Usina e lá se refugiaram vários revolucionários, inclusive o engenheiro João Alberto Lins e Barros, ex-Ministro, que chegou a construir alguns quilômetros de estrada de ferro, usando o nome de João Dias. Foi, também, o primeiro ponto visitado por Juarez Távora, quando no Nordeste em propaganda da Revolução. Há grande possibilidade da instalação de uma fábrica de papel, utilizando-se como matéria-prima a celulose do bagaço de cana, que até então vem sendo queimado.

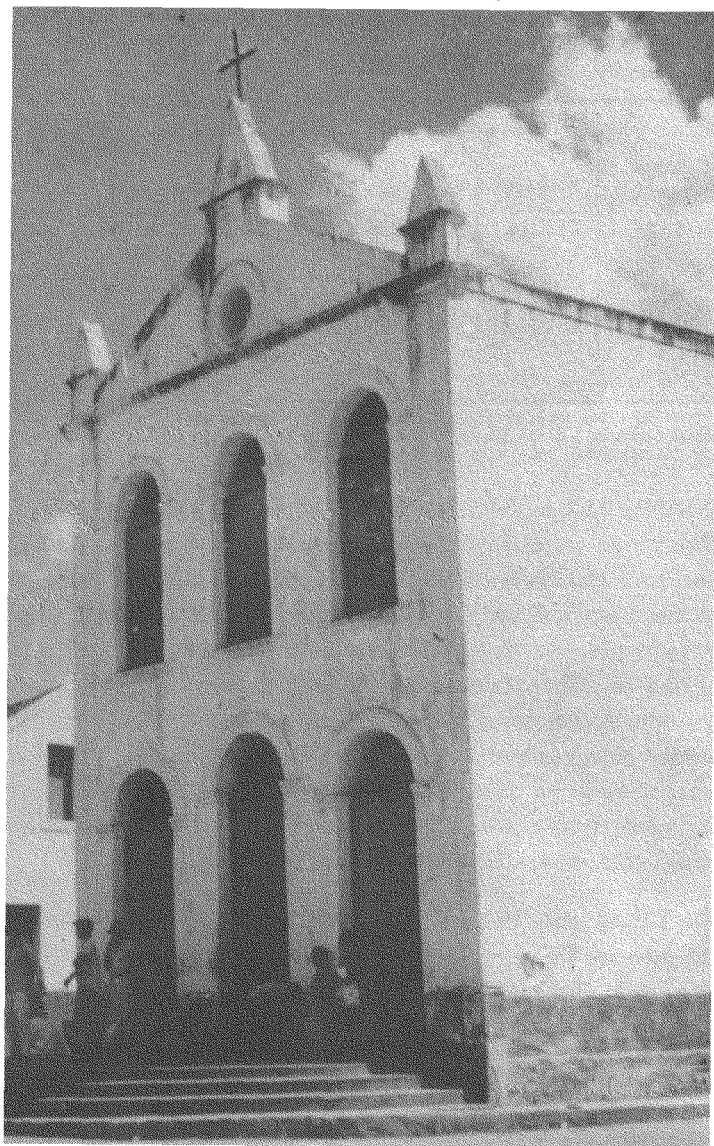
Em 1956 havia 9 vereadores em exercício e 998 eleitores inscritos.

MEIOS DE TRANSPORTE — Cortês está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Amaraji (18 km), Ribeirão (37 km), Joaquim Nabuco (67 km), Bonito (40 km) e Gravatá (60 km). É servido por linhas de ônibus intermunicipais e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 121 km da Capital do Estado, por rodovia; e a 87 km por ferrovia. O Prefeito é o Sr. José Valença Borba.

(Autor do histórico — Dr. José Roberto de Melo, Presidente da Câmara de Vereadores de Cortês; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

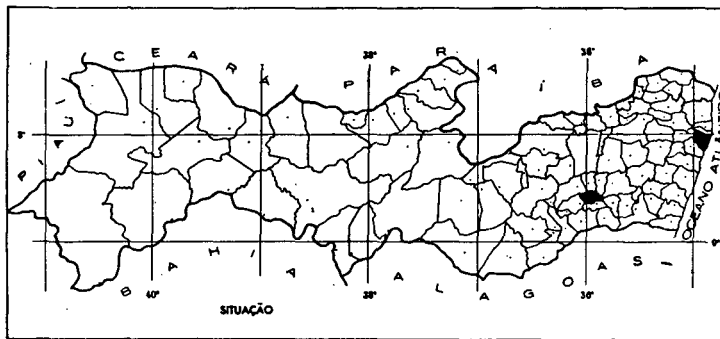
CUPIRA — PE

Mapa Municipal na pág. 578 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Informam os mais antigos moradores de Cupira que os primeiros habitantes do lugar, no ano de 1881, foram os Srs. Quintiliano de tal, José de Melo, Manoel Gomes da Silva, Antônio Soares da Silva, Manoel Rodrigues da Silva e Aleluia de tal. Êste último, como o mais progressista, fêz ver aos demais moradores a necessidade de ser ali construída uma capela. Foi então escolhido o local para a edificação da referida capela, que se construiu à margem de uma lagoa, onde existia uma grande baraúna. Nesta baraúna, árvore grande e frondosa, fizeram "morada" umas abelhas conhecidas por cupira. Desde então, edificada a capela, foi aquêle local escolhido como ponto de reunião para "acêrto" de negócios e mesmo para conversações. Quando os habitantes da época tinham qualquer negócio a tratar, marcavam como local do encontro a "cupira", nome pelo qual ficou sendo conhecida a pequena povoação, pertencente ao município de Panelas, a qual se formava em tôrno da capelinha erigida à margem da lagoa e perto da citada baraúna. Com o correr dos anos, surgiram as primeiras estradas e a localidade foi crescendo, principalmente depois que o Sr. Quintiliano de tal, no ano de 1886, já abastado comerciante, ali instalou um grande negócio. Ainda nesse ano foi reconstruído o edifício da igrejinha, já agora contando com a colaboração de outros moradores, dentre os quais o capitão Antônio Marinho, outro comerciante de recursos. Assim, formou-se logo depois o povoado de Cupira, que continuou crescendo e se desenvolvendo ràpidamente. No dia 15 de junho de 1896, foi realizada a primeira feira livre, num dia de domingo, por determinação do Govêrno Municipal. Em maio de 1919, foi celebrada a primeira missa, oficiada pelo padre Francisco de Luna, ocorrendo nessa ocasião a mudança da feira livre para os dias de quarta-feira, o que se mantém até os dias atuais. Cupira foi elevada à categoria de cidade por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, ocorrendo a instalação do município no dia 20 de maio de 1954.

Igreja Matriz de São João.

Rua C.el João Rufino.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — No quadro de divisão territorial datado de 30-12-1953, o município de Cupira é sede de comarca com distrito único.

LOCALIZAÇÃO — Está o município localizado a 139 km, em linha reta, da capital do Estado, e pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas e a altitude são ignoradas. O seu rumo em relação à capital é O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *AS'* — Quente e úmido com chuvas de inverno e máxima no verão. Faixa de transição, do Polígono das Sêcas. Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — 115 km².

POPULAÇÃO — Segundo cálculos do Censo de 1950, a população é de 12 699 habitantes, dos quais 6 036 homens e 6 663 mulheres.

A densidade demográfica é orçada em 11,0 hab./km². Do total da população, 12% residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 14 653 habitantes no município.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Cupira .... 2 121 hab., distrito único. Foi desmembrado do município de Panelas pela Lei n.º 1 818, de 29-12-1953.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os 42% da população estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O restante, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Abacaxi, batata-doce, mandioca e fava, são as principais culturas agrícolas do município. A pecuária é bastante desenvolvida. Contam-se 9 estabelecimentos industriais.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	120 000	420 000,00
Batata-doce	Tonelada	50	100 000,00
Fava	Saco 60 kg	200	90 000,00
Mandioca	Tonelada	2 550	765 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Cupira está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Altinho (42 km), Agrestina (27 km), São Joaquim do Monte (36 km), Catende (36 km), Lagoa dos Gatos (30 km) e Panelas (12 km). Acha-se a 197 km da Capital estadual, por rodovia, 197 km mistos (52 km por rodovia até Caruaru e daí 145 km por ferrovia) e 139 km por via aérea. É servido por linha de ônibus intermunicipal. Há um campo de pouso.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial. Consignam-se 26 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Possuía o município 26 logradouros, dos quais apenas 2 pavimentados a paralelepípedo. Existiam 920 prédios nas zonas urbana e suburbana, com 371 ligações elétricas. Três hotéis com diária média de Cr$ 70,00 funcionavam, em 1956. Existe uma agência postal, e um cinema com 260 cadeiras. Foram registrados em 1956 na Coletoria Estadual 2 automóveis e 27 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas duas farmácias funcionam no município. Dois dentistas e 2 farmacêuticos práticos exercem ali a profissão.

Vista parcial da cidade.

Grupo Escolar Rural.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo elementos do Censo de 1950, das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 12,4% sabem ler e escrever. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 16 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 517 alunos matriculados, e 3, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município 2 bibliotecas particulares, sendo uma na Fazenda Lúcia e outra na sede, com 1 500 e 1 000 volumes de obras gerais, pertencentes aos Srs. Sebastião Marques de Melo Bastos e José Francisco de Souza, respectivamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (2)	—	—	—	—	—
1951 (2)	—	—	—	—	—
1952 (2)	—	—	—	—	—
1953 (2)	—	—	—	—	—
1954	...	301	790	174	724
1955	...	1 099	1 204	316	1 200
1956	...	1 620	1 605	332	1 309

(1) Não foi possível colhêr os dados da receita arrecadada pela Coletoria Federal, porque a arrecadação é feita em conjunto com o Município de São Caitano. (2) O Município foi criado em 1953.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Dentre as festas populares de significado religioso, destaca-se, pela afluência de pessoas dos municípios circunvizinhos, a dos Santos Reis, no dia 6 de janeiro de cada ano, organizada pelo Sr. Sebastião Marques de Melo Bastos, desde o ano de 1938. O entusiasmo dos católicos e peregrinos é grande, tomando a festa cada ano maior vulto. Além de missa solene acompanhada pela banda local, e procissão percorrendo as principais ruas da cidade, há a parte profana com diversões: pastoris, maracatus, carrosséis, sombrinhas, ondas canoas, bailes e outras.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tomaram assento na Câmara Municipal pelas últimas eleições, 9 vereadores. Foi de 1 550 o total de eleitores inscritos em 1956. O Prefeito é o Sr. Sebastião Marques de Melo.

(Autor do histórico — José Francisco de Souza — Agente de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

CUSTÓDIA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição local, a penetração do atual território do município de Custódia, foi feita pelo coronel Luiz Tenório de Melo Dodô, no século XVIII, iniciando-se pela localidade de Quitimbu, então habitada por tribo de índios da aldeia de Serra Negra, de nome ignorado. Já em 1909, Quitimbu formava um núcleo de relativa importância, que chegou a ser sede de distrito, conforme Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, figurando, assim, como um dos distritos de Alagoa de Baixo, hoje Sertânia. Logo depois, no mesmo século, os Srs. Manoel Alves de Siqueira, Serapião Domingos de Resende, José Florêncio da Silva, José de Moura Leite, José Alves de Siqueira, Joaquim Pereira de Sá, Antônio Alves de Gois Melo e o tenente Antônio José de Moura, se instalaram em local próximo e atraíram para aí várias outras pessoas. O primeiro, Manoel Alves de Siqueira, deu o nome do local onde hoje é localizada a sede do município, de fazenda "Santa Cruz" Os dois últimos, Antônio Alves de Gois Melo e o tenente Antônio José de Moura, resolveram dar um patrimônio com extensão territorial de 160 metros de frente por 3 000 metros de fundos, aproximadamente, e dedicaram a São José, hoje padroeiro dessa localidade. No local, também, se instalou, pela mesma época, uma senhora de nome D. Custódia, do qual, mais tarde derivou o nome da sede do atual município. Pouco depois, os padres jesuítas de nome Ibiapino e Agostiniano, que fugiram a uma perseguição, chegaram na localidade e encontraram acolhida da parte dos habitantes já existentes. Demoraram-se alguns meses e construíram uma capela que dedicaram a São José. Em reunião com os habitantes primitivos, a fim de escolherem outro nome para a localidade, convencionaram que deveria ser-lhe dado o nome de Custódia, que quer dizer "Local de prisão", em homenagem à senhora D. Custódia. Os padres jesuítas, depois de tudo acertado, dirigiram cartas a S.S. o Papa, dando notícias do interior pernambucano e, com especialidade, do local onde se encontra instalada a sede do atual município de Custódia. Com o crescimento acelerado da localidade, os Srs. tenente Antônio José de Moura e José de Siqueira, tomaram a iniciativa de criar uma feira, tendo o lugarejo tomado com isso outro aspecto, trazendo habitantes de outras localidades, que exploraram diversos ramos de atividade. Na agricultura e pecuária destacaram-se: Joaquim Barbalho, Antônio Cleto, os irmãos Antônio Palmeira e Lúcio Ferreira, capitão Antônio Alves de Gois, mais conhecido por Antônio do "Umbuzeiro", capitão Francisco do Amaral e João Veríssimo. No comércio: Manoel Rodrigues de Melo, conhecido por Manoel da Barra, José de Moura Leite, José Estrêla de Sousa, e José Ferreira da Silva, além de outros que foram surgindo de lá para cá. A povoação de Custódia, se desenvolveu de tal modo, que pela Lei municipal, datada de 15 de outubro do ano de 1909, (a povoação pertencia ao então município de Alagoa de Baixo, hoje Sertânia), foi elevada à categoria de vila tendo sido transferida a sede de distrito que até então, era localizada na vila de Quitimbu, perdendo aquêle a sua categoria. Na divisão administrativa, em 1911, Custódia figurava como distrito do município de Alagoa de Baixo, hoje Sertânia. Em 1916, os seus habitantes ansiosos de tornar independente a vila, aproveitaram a visita, nesse ano, do Doutor Manoel Borba, que passou na localidade, ocasião em que lhe foi prestada significativa homenagem e pedida a autonomia da vila. Decorridos 12 anos, isto é, em 1928, a aspiração do povo foi concretizada. A vila de Custódia passou a cidade pela Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, constituindo-se assim, um município com território desmembrado dos de Alagoa de Baixo, hoje Sertânia, Flôres e Floresta do Navio. Sua instalação deu-se a

Rua Padre Leão, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz.

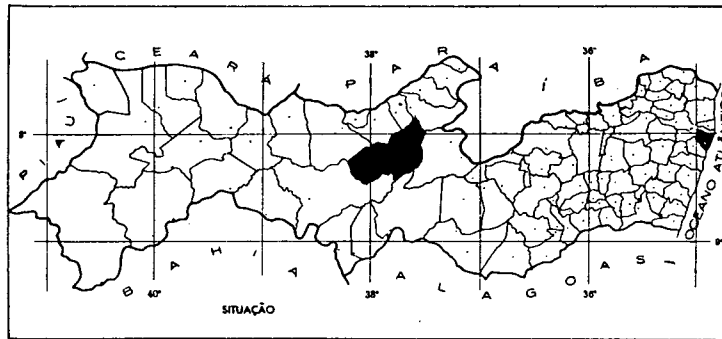
1.º de janeiro de 1929. O município ficou com 2 distritos, o da sede e o da Betânia. O novo município permaneceu têrmo da comarca de Alagoa de Baixo, mas logo teve a sua independência. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa de Pernambuco, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Custódia, com têrmo único. Essa divisão tem sido ratificada até a data presente. Na formação judiciária supracitada, a comarca de Custódia se compõe de dois (2) distritos a saber: o distrito da sede e o distrito da Betânia.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito teria sido criado pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, com sede na povoação de Quitimbu, elevada à categoria de vila. Em face da Lei municipal datada de 15 de outubro do ano supracitado, a referida sede foi transferida para a povoação de Custódia. Na "Divisão Administrativa, em 1911", Custódia figura como distrito do município de Alagoa de Baixo. A Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, que criou o município de Custódia, com território desmembrado dos de Alagoa de Baixo, Flôres e Floresta, concedeu à sede municipal foros de cidade. Verificou-se sua instalação a 1.º de janeiro de 1929. No quadro de divisão administrativa do Brasil, correspondente ao ano

Vista parcial da cidade.

de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e nos de divisão territorial datados de 31-12-1936, e 31-12-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Custódia figura com 2 distritos: o da sede e o de Betânia. Nas divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios .... 1939-1943 e 1944-1948, o município de Custódia permanece com o distrito da sede e o de Betânia.

FESTEJOS POPULARES — As festas populares que se realizam anualmente no município são as seguintes: festa de São José na sede municipal no dia 19 de março, encerrada com procissão em homenagem ao santo que é padroeiro da cidade, devoção esta que vem desde os tempos primitivos; e as demais de São João, São Pedro, Natal e Ano Bom.

LOCALIZAÇÃO — Coordenadas geográficas: Latitude Sul 8º 05' e longitude W.Gr. 37º 37' 30". O município está situado na Zona Fisiográfica do Sertão Baixo. A sede dista da capital do Estado 312 km, em linha reta, na direção O. numa altitude de 530 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bsh — Semi-árido, quente. Todo o território do município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

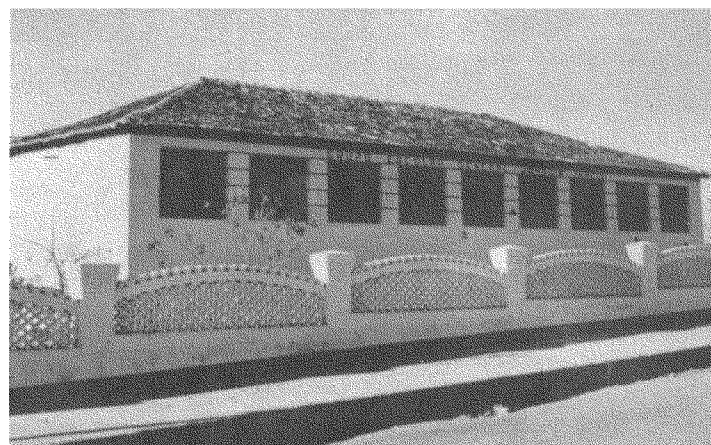
ÁREA — 2 812 km².

POPULAÇÃO — É de 23 113 habitantes, de conformidade com o Censo de 1950, sendo 11 420 homens e 11 693 mulheres. A densidade demográfica é de: 82 habitantes por km². Sete por cento da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957 — 26 669 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Custódia com 1 780 habitantes e a vila de Betânia com 371 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 26,6% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 4% na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. Agricultura e pecuária são as bases da economia do município. Milho, feijão, mandioca e algodão, pela ordem, são as principais culturas agrícolas. Existem 22 estabelecimentos industriais em funcionamento. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	1 200 000	11 200 000,00
Feijão	Saco 60 kg	600	108 000,00
Mandioca	Tonelada	1 600	320 000,00
Milho	Saco 60 kg	30 000	2 700 000,00

Grupo Escolar General Joaquim Inácio e Ginásio Padre Leão.

Igreja Matriz de São José.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Serra Talhada (84 km), Flôres (54 km), Afogados da Ingàzeira (42 km), Sertânia (42 km), Inajá (156 km), Floresta (165 km) e Carnaíba (60 km). Acha-se a 365 km, por rodovia, da Capital estadual, 372 km mistos (42 km por rodovia até Sertânia e daí 330 km por ferrovia), e 312 km por via aérea. É servido por linha de ônibus intermunicipal.

COMÉRCIO E BANCOS — Não há agências bancárias. Contam-se 2 estabelecimentos do comércio atacadista e 54 do varejista.

ASPECTOS URBANOS — São pavimentados, aproximadamente, 3 000 m² da área dos logradouros, (a paralelepípedo); um logradouro é arborizado. A iluminação, pública e domiciliária, é elétrica, com a produção anual, de .... 44 589 kW e 322 ligações. Funcionam duas agências postais-telefônicas do D.C.T. Há três hotéis, com diária de Cr$ 90,00; um cinema, cuja lotação é de 180 lugares. Existem matriculados na Coletoria Estadual 8 automóveis e 35 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto Estadual de Higiene, 3 farmácias, 5 dentistas práticos, um médico e 2 farmacêuticos prestam assistência à população.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 26,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 115 unidades escolares (8 estaduais e 107 municipais) do ensino primário fundamental comum, com 882 alunos matriculados, e 10, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	78	405	859	163	629
1951.......	64	735	1 100	266	1 060
1952.......	90	1 394	902	288	884
1953.......	98	1 602	1 325	297	1 267
1954.......	87	2 019	1 208	300	1 024
1955.......	70	2 413	1 730	546	1 665
1956.......	60	2 343	1 137	298	1 137

Obs.: A receita arrecadada na Coletoria Estadual referente aos exercícios de 1950 e 1951, foi feita por estimativa.

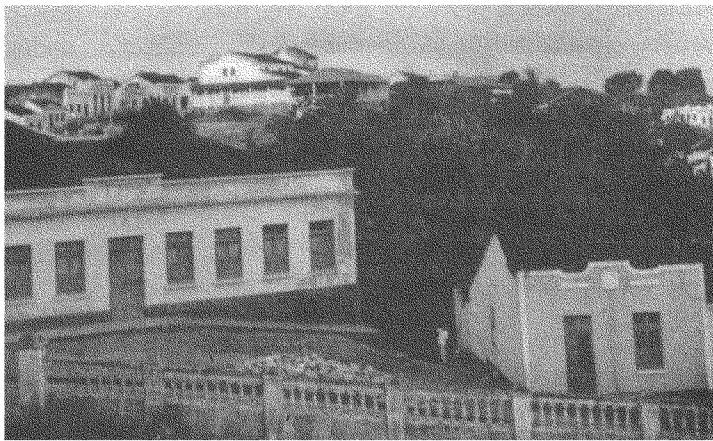
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O acidente geográfico mais importante do município é a serra do Sabá, onde se encontra a fonte Mineral Sabá. O nome do acidente foi dado por Vicente Trevas, descobridor dessa fonte, no ano de 1929. Segundo tradição local, o mesmo Vicente Trevas apanhou o roteiro da fonte, no Estado da Bahia. Convém salientar que a denominação foi dada em homenagem à Rainha de Sabá, o que consta de documentos no Estado da Bahia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município um local recomendado para estação de repouso e cura: o povoado de Sabá, onde está localizada a fonte de água mineral de mesmo nome. Existe uma outra fonte, a magnesiana, recomendada ao tratamento das moléstias do fígado, rins e intestinos. Embora com tôdas essas vantagens, o local não é freqüentado por nenhuma pessoa que venha com intenção de fazer tratamento de saúde. Em 1956 existiam, no município, 9 vereadores em exercício e 6 319 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. Luiz Epaminondas Nogueira.

(Autor do histórico — José de França Filho — Agente de Estatística; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

ESCADA — PE

Mapa Municipal na pág. 200 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O município foi primitivamente uma aldeia de índios e entre êsses sabe-se terem existido as tribos chamadas Petiguares, Tabujarés e Mariquitos. Conta-se que a denominação de Escada provém do fato de o missionário, encarregado da catequese dos índios, ter resolvido erigir, no alto do morro onde se acha a atual matriz, um nicho para Nossa Senhora d'Apresentação (invocação preferida por êle, entre as demais que a Virgem tem), mandando fazer,

Vista parcial da cidade.

para mais fácil ascensão à sumidade onde estava o nicho, uma escada, cujos degraus assentavam sôbre a gleba que constituía a colina. E como o chamassem de Nossa Senhora da Escada, o aldeamento insensìvelmente foi se denominando também Escada. Tal nicho foi substituído pela construção de uma capela, que chegou a ser a matriz da freguesia demolida mais tarde para se fazer a edificação da atual. Por vários documentos escritos, verifica-se que em 1757 já era povoação e que fazia parte da freguesia de Ipojuca. Extinto o aldeamento em 1773, os índios foram mandados, por ordem do Governador, para a então colônia de Riacho de Matos. Em virtude da Carta régia de 27 de abril de 1786, teve Escada o procedimento de freguesia, sendo o seu território desmembrado da paróquia de Ipojuca a que pertencia. O seu primeiro pároco foi o padre Francisco Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Em virtude do Alvará de 7 de dezembro de 1813, foram os seus limites primitivos aumentados com a incorporação de alguns engenhos das freguesias do Cabo, da Vitória de Santo Antão e de Sirinhaém.

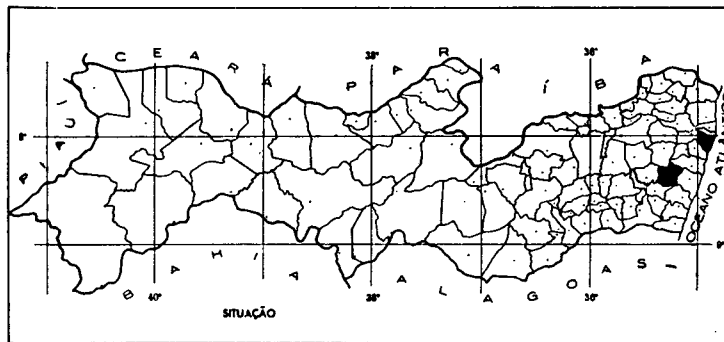
Criada a paróquia de Nossa Senhora da Apresentação da Escada, ficou pertencendo ao têrmo de vila de Recife, depois fazendo parte do têrmo da vila de Cabo, criada em 1811, passando depois a pertencer aos têrmos das vilas de Ipojuca e de Vitória de Santo Antão. Foi desmembrada desta quando teve igual categoria, conferida pela lei provincial n.º 326, de 19 de abril de 1854. Por decreto de 15 de dezembro de 1855, teve Escada uma vara de Juiz Municipal e de Órfãos.

Na propaganda feita pela implantação do regime republicano do Brasil, e que se realizou a 15 de novembro de 1899, foi Escada o município do interior do Estado que teve maior saliência, tanto assim, que foi escolhido para local da 2.ª Conferência do Centro Republicano de Pernambuco.

Foi constituído município autônomo a 4 de abril de 1893, sendo o seu primeiro prefeito o Dr. Antônio Hermenegildo de Castro.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Escada foi criado pela Carta régia de 27 de abril de 1786. A Lei provincial n.º 326, de 19 de abril de 1854, criou o município de Escada, com território desmembrado do de Cabo. Sua instalação ocorreu a 9 de outubro do mesmo ano. A sede municipal recebeu o predicamento de cidade pela Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873. A criação do distrito foi confirmada pela Lei municipal de 6 de março de 1893. Pela "Divisão Administrativa, em 1911", os distritos componentes do município de Escada eram os seguintes: Escada, Frexeiras e Primavera. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, Escada figura com os distritos de Escada, Primavera e Atalaia. Em face do quadro de divisão administrativa concernente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município compõe-se de 2 distritos: o da sede e o de Frexeiras, assim permanecendo nos quadros das divisões territoriais posteriores.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Em virtude da Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873, teve Escada a categoria de comarca, com predicamento de cidade, sendo instalada pelo seu primeiro Juiz de Direito, Dr. Pedro Camelo Pessoa, com têrmo judiciário único. Atualmente, o município continua sendo sede de comarca e tem os mesmos distritos da divisão administrativa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 44 km da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-Mata. As coordenadas geográficas são as seguintes: latitude Sul 8º 23' 10" e longitude W.Gr. 35º 15' 45". Altitude, 93 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Ams'* — Quente e úmido, com estação sêca compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 607 km².

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 constatou a existência de 28 996 habitantes, sendo 15 125 homens e 13 871 mulheres. A densidade demográfica é de 48 hab./km². Os 22,6% da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 33 457 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Escada: 7 533 habitantes e a vila de Frexeiras com 305 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total da população em idade ativa (10 anos e mais), 22,9% estão ocupados no ramo da agricultura e 13,9%, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A base da economia do município é a agricultura, avultando a cana-de-açúcar como principal cultura. Banana, laranja e mandioca, são também cultivadas. São 12 os estabelecimentos industriais em funcionamento.

Rua da Matriz, vendo-se ao fundo a Matriz de N. S.ª da Escada.

O volume e o valor da produção agrícola, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	69 000	1 380 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	220 000	26 400 000,00
Laranja	Cento	14 000	490 000,00
Mandioca	Tonelada	1 250	1 175 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e mais às seguintes cidades: Vitória de Santo Antão (48 km), Cabo (26 km), Ipojuca (27 km), Sirinhaém (48 km), Ribeirão (30 km) e Amaraji (33 km). Acha-se a 54 km, por rodovia, da Capital do Estado, 58 km por ferrovia e 44 km por via aérea. É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linha de ônibus intermunicipal.

COMÉRCIO E BANCOS — Não há agências bancárias. Existem 5 estabelecimentos do comércio atacadista, e 67, do varejista.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 19 logradouros pavimentados, sendo 14 a paralelepípedo, numa área de 21 327,5 m², e 5 a pedras irregulares, com a área de 900 m². Dêsses logradouros, 4 são arborizados. Há iluminação elétrica, pública e domiciliária, com 1 390 ligações. Noventa e nove prédios, em 10 logradouros, possuem água canalizada. O abastecimento é feito através da emprêsa mantida pela Prefeitura Municipal e da Cia. Industrial Pirapama. Existem dois hotéis e uma pensão, com diária média de Cr$ 90,00; quatro cinemas, cujas lotações, respectivamente, são: 320, 460, 120 e 420 lugares. Foram registrados na Coletoria Estadual, em 1956, 137 automóveis e 139 caminhões. A Cia. Industrial Pirapama possui em seu escritório um centro telefônico para comunicação com a Capital e a cidade de Cabo, sendo êsse serviço controlado pela Cia. Telefônica do Recife e o seu uso facultado ao público. Há no Município duas agências postais e uma telegráfica, esta na sede municipal.

Ginásio N. S.ª da Escada.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1956 existiam 4 farmácias; 1 hospital geral, com 100 leitos disponíveis; 1 Pôsto médico da Fábrica Pirapama; 1 Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência; 1 Pôsto de Saúde Municipal; 1 Pôsto de Assistência Médica da Usina União e Indústria (Bonfim); 1 Ambulatório do SESI; 1 Ambulatório Dr. Berardo, mantido pela Usina Massauassu e 1 Pôsto da Usina Barão de Suassuna. Exerciam atividades profissionais, em 1956, três médicos, dois dentistas e dois farmacêuticos. Havia quatro farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 24,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Edifício do S.E.S.I.

Ensino — Em 1956 havia 31 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 2 225 alunos matriculados.

ASPECTOS CULTURAIS — Não há diários. Circula o mensário lítero-noticioso "A Razão". Registra-se 1 biblioteca pública, funcionando na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 327	5 130	1 856	1 258	2 056
1951	2 732	7 160	2 446	1 698	2 666
1952	4 843	8 206	2 664	2 023	3 020
1953	5 484	8 720	3 280	2 148	3 379
1954	7 265	12 093	4 266	3 092	4 244
1955	7 605	14 545	4 289	3 279	5 284
1956 (1)	...	.	4 500	3 145	4 500

(1) Orçamento

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há, no município, ainda em estado inicial, uma Escola de Experimentação Agrícola, sob a supervisão do Ministério da Agricultura. Tôdas as usinas existentes, num total de quatro, pos-

suem centros telefônicos para comunicação com os seus engenhos.

Em 1956 existiam 6 800 eleitores inscritos e na Câmara Municipal tomaram assento 9 vereadores.

Um engenheiro e dois agrônomos prestavam seus serviços profissionais à população.

Dentre os filhos ilustres de Escada, podem ser citados: Antônio de Santos Dias, Barão do Jundiá, grande político do Partido Liberal no tempo da monarquia; coronel Antônio Marques de Holanda Cavalcanti, candidato das classes conservadoras ao Govêrno de Pernambuco, em 1919, e o Doutor Samuel Rodrigues Campelo, jornalista e comediógrafo, fundador do Grupo Gente Nossa. O Prefeito é o Sr. José Sisenando Cabral de Souza.

(Autor do histórico — Sebastião Ferreira de Barros Lôbo — A.E., com trechos extraídos do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de autoria de Sebastião V. Galvão; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística.)

EXU — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

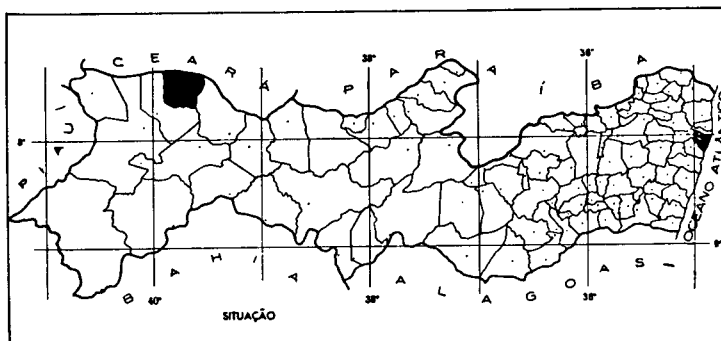
HISTÓRICO — Começou a povoar-se no princípio do século XVIII, nas excursões que faziam os índios localizados ali, da tribo Ançu para a fazenda Tôrre, à margem do rio São Francisco, habitada por proprietários baianos. Então, os mesmos índios, familiarizados com os vaqueiros daquelas fazendas, os levaram um dia às suas tabas, donde, regressando à fazenda Tôrre, declararam os vaqueiros a seus amos que, na encosta da serra do Araripe, parte oposta às mesmas fazendas e lado N., muitas fontes de águas excelentes existiam e bem assim terrenos, os melhores para a criação e agricultura. Uma visita dos fazendeiros àquelas dadivosas paragens fêz com que todos se transferissem para os indicados sítios. Não muito depois disso chegaram uns frades jesuítas e instalaram um abrigo, onde permaneceram muitos anos, hoje restando apenas vestígios do mesmo, e ergueram uma capelinha ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Dêsse curso de fatos em breve estava constituído um núcleo de população, e, em 1734, segundo consta dos livros da paróquia, por provisão do Diocesano D. Frei José Fialho, foi ereta a freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Exu. Com a Lei provincial n.º 150 de 30 de março de 1846, o povoado de Exu foi elevado à categoria de vila; a de n.º 249, de 18 de junho de 1849, transferiu a sede do têrmo para a povoação de Ouricuri; a de n.º 442, de 2 de junho de 1858, restaurou-a na categoria de vila; a de n.º 520, de 13 de maio de 1862, anexou-a à comarca de Cabrobó; a de n.º 548, de 9 de abril de 1863, transferiu a vila para a povoação de Granito; a de n.º 608, de 3 de abril de 1865, transferiu também a sede da freguesia para Granito; a de n.º 1 042, de 13 de maio de 1872, tornou a considerá-la sede de freguesia e a de n.º 1 135, de 30 de abril de 1874, restaurou-a na categoria de vila; a de número 1 591, de 21 de junho de 1881, elevou-a a comarca, e a de n.º 1 725, de 23 de abril de 1883, rebaixou-a desta última classificação. O município foi instalado em 7 de junho de 1885. Em virtude da Lei Orgânica dos Municípios número 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se autônomo em 9 de julho de 1893, sendo eleitos para o 1.º govêrno do município: Prefeito — Manoel da Silva Dias Parente; Subprefeito — Henrique Dias Parente; Conselho Municipal — tenente Francisco Ayres de Alencar Araripe, capitão Vicente Ulysses de Oliveira e Silva, João Carlos de Alencar Araripe, João Arnaldo de Castro Alencar e Lourenço Geraldo de Carvalho. Segundo tradição local, o nome de Exu veio de uma corrutela do nome da tribo Ançu, pertencente à nação dos Cariris. Existe ainda uma versão local de que o nome Exu foi dado pelos índios da mesma tribo, em virtude de existir naquele tempo grande quantidade de abelha de ferrão, denominada "inxu", e que é bastante zangada, ferroando a qualquer vivente que dela se aproxime; produz saboroso mel e existe ainda em nossos campos, embora em minguada parcela. A penetração do município, consoante tradição no lugar, foi feita por portuguêses, tendo à frente Joaquim Pereira de Alencar, avô do Barão do Exu, no século XVII. Ainda a Lei provincial de n.º 608, de 3 de abril de 1895, suprimiu o município, restaurando-o, porém, a Lei estadual n.º 844, de 10 de junho de 1907, com sede na povoação de Novo Exu e essa mesma denominação, e com território desmembrado do município de Granito. A mesma Lei n.º 844 criou também o distrito. A nova reinstalação da comuna deu-se a 7 de julho de 1907. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade, em virtude da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911" o município denominado simplesmente Exu compõe-se de 3 distritos: Novo Exu, Canabrava e Bom Jardim. Refere-se, também, à criação do distrito-sede a Lei municipal n.º 101, de 15 de novembro de 1929. Segundo o quadro de divisão administrativa, correspondente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município aparece com a denominação de Novo Exu, passando a constituir-se do distrito-sede e dos de Tabocas, Baixio e Bom Jardim. No quadro de divisão territorial, datado de 31-12-1936, o referido município permanece com os distritos de Novo Exu, Tabocas (sede em Canabrava), Baixio e Bom Jardim, e no de 31-12-1937 figura com o da sede e os de Baixio, Bom Jardim e Canabrava. Tal situação manteve-se no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, notando-se, porém, ter-se denominado Claramã o distrito de Bom Jardim. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz do São Bom Jesús.

no qüinqüênio 1939-1943, o município e o distrito-sede passaram a designar-se Exu e o referido município perdeu, para o de Bodocó, o distrito de Claramã, desfalcado de parte do seu território. Na divisão territorial, fixada pelo supracitado Decreto-lei n.º 235, Exu figura com 3 distritos: Exu, Baixio e Canabrava. De acôrdo com a divisão territorial administrativo-judiciária, do Estado de Pernambuco, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, Exu constitui-se dos distritos de Exu, Timorante (ex-Baixio) e Viração (ex-Canabrava), situação que ainda permanece até o presente.

A comarca, criada pela Lei provincial n.º 1 591, de 21 de junho de 1881, e extinta posteriormente, foi restaurada pelo Ato n.º 537, de 26 de julho de 1922, e reinstalada no dia 12 do mês seguinte. Suprimida em dezembro de 1922, foi definitivamente restaurada pela Lei estadual n.º 1 650, de 22 de maio de 1924, ocorrendo a reinstalação a 16 de junho dêsse ano. Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Novo Exu é o têrmo judiciário único de que se compõe a comarca de igual nome. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a comarca e têrmo de Novo Exu tiveram o seu topônimo simplificado para Exu e a comarca ficou constituída pelos têrmos de Exu e Bodocó, êste transferido da comarca de Ouricuri. Na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, forma-se a comarca de Exu novamente de um têrmo judiciário único: o de mesmo nome, uma vez que o Decreto-lei estadual n.º 952, que fixou a supracitada divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1944-1948, desmembrou o têrmo de Bodocó para formar a nova comarca dêsse nome. A partir de janeiro de 1949, o município é sede de comarca, com os distritos estabelecidos pela divisão administrativa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 539 km de distância da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.N.O., numa altitude de 490 m. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do Araripe. Suas coordenadas geográficas são: Latitude Sul 7º 30' 40",4 e longitude W.Gr. 39º 43' 18",4.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição das zonas climáticas de tipo *Aw'* e *Bshw*, com predominância do segundo. Semi-árido, quente. Dentro do Polígono das Sêcas. Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — 1 360 km².

POPULAÇÃO — É de 21 788 habitantes conforme elementos do Censo de 1950, sendo 10 566 homens e 11 232 mulheres. Densidade demográfica: 16 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 5,6% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 25 139 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Exu, 1 414 habitantes, e as vilas de Timorante, 57 habitantes, e Viração, 359 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas em idade ativa, 26,6% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 2,1%, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. Agricultura e pecuária são a base da economia local. Feijão, mandioca, algodão, mamona, cana-de-açúcar e arroz, são as principais culturas agrícolas. São 15 os estabelecimentos industriais em funcionamento. O volume e o valor da produção, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	305 100	2 627 400,00
Arroz	Saco 60 kg	1 500	345 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	4 800	432 000,00
Feijão	Saco 60 kg	24 600	4 920 000,00
Mamona	Quilograma	600 000	1 680 000,00
Mandioca	Tonelada	9 606	2 409 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Exu está ligado à Capital estadual e ainda aos seguintes municípios: Serrita (84 quilômetros), Bodocó, PE (42 km), Araripe (100 km) e Crato (78 km), CE. Acha-se a 642 km, por rodovia, da Capital estadual, 640 km mistos (199 km, por rodovia, até Flôres e daí 441 por ferrovia) e 539 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui 7 estabelecimentos de comércio atacadista e 30 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Sete por cento dos logradouros existentes são pavimentados a paralelepípedos, e 10%, a pedras irregulares. Seis logradouros estão arborizados. A iluminação elétrica, pública e domiciliária, beneficia a maioria dos logradouros; a produção de energia foi de 12 000 kW anuais. Funcionam uma agência postal-telefônica do D.C.T., e duas pensões, com a diária de Cr$ 70,00. Na Coletoria Estadual estavam matriculados 3 automóveis e 6 caminhões.

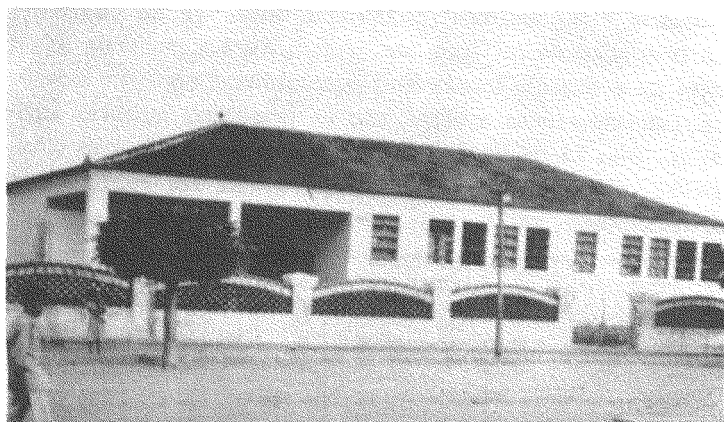
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Tracoma, do D.N.E. Rurais e um Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência prestam serviços à população. Existem 2 médicos, 1 farmacêutico e 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Do total da população, 17,1% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 56 unidades escolares do ensino primário fundamental comum com 869 alunos matriculados, e 14 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	82	...	370	157	391
1951	85	333	478	229	519
1952	91	336	550	251	561
1953	121	311	864	446	945
1954	87	322	955	456	837
1955	157	577	1 113	470	1 113
1956	123	850	1 066	433	1 126

FESTEJOS POPULARES — A festa do Bom Jesus, padroeiro da Paróquia de Exu, desde a antiga sede, é celebrada anualmente, precedida de um solene novenário, de 23 a 31 de dezembro, encerrando-se com missa e procissão solenes no dia 1.º de janeiro. Festa tradicional, reúne a quase

Grupo Escolar Barão de Exu.

Rua Padre João Batista.

totalidade da população do município e vem sendo celebrada desde a primeira metade do século XVIII, na antiga sede do Exu Velho, que dista 10 quilômetros da cidade, onde está reduzida atualmente a uma simples fazenda agrícola. A festa de São João Batista, não menos importante e tradicional, é celebrada anualmente na pequena povoação do Araripe, no 1.º distrito de Exu, a 13 quilômetros da cidade. Precede-a um solene novenário que se conclui no dia 23 de junho, com missa cantada no dia seguinte, na capelinha construída pelo Barão do Exu, Gualter Martiniano de Alencar Araripe, onde se verifica enorme aglomeração de pessoas da localidade e dos municípios vizinhos. Tal festa foi iniciada pelo Barão do Exu, em junho de 1868, quando foi celebrada pela primeira vez ali, debaixo de uma barraca de palhas de catolé. A povoação de Araripe é o berço natal do grande artista nacional, Luiz Gonzaga (o "rei do baião"). A celebração originou-se de uma promessa do Barão do Exu, por motivo de certa epidemia que assolava. Outras festividades, tais como, as de São João, São Pedro, Natal e Ano-Bom, são também celebradas.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — No território do município encontra-se trecho da serra do Araripe, uma das chapadas mais importantes do Nordeste Oriental.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Com o funcionamento da Escola de Iniciação Agrícola de Exu, que já se encontra construída, poderá ser considerado um centro de atração cultural, por isso que abrigará apreciável número de estudantes procedentes de outros municípios.

Podem-se destacar, entre os filhos do município, os nomes de Gualter Martiniano de Alencar Araripe — Nomeado por D. Pedro II, Barão do Exu, na década de 1880, tendo sido, antes, Deputado Provincial de Pernambuco. O Barão de Exu, nasceu, viveu e morreu em Exu, onde está sepultado. Infelizmente não se encontram detalhes a seu respeito e quanto a sua obra. Luiz Gonzaga — representante na vida artística do país do folclore regional.

Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício e 7 000 eleitores inscritos. Um advogado e um agrônomo estão em atividade profissional. O Prefeito é o Sr. José Aires de Alencar Araripe.

(Autor do histórico — Sebastião V. Galvão; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

FLÔRES — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — É a antiga *Comarca do Alto Sertão* da ex-Província, hoje Estado de Pernambuco. Compreendeu todo o território que atualmente compõe os municípios de Afogados da Ingàzeira, de São José do Egito, de Triunfo, de Vila Bela, de Belmonte, de Floresta e de Tacaratu. Possuiu, portanto, muita extensão territorial, muita vida e importância relativa, de que era o centro; mas, dando quanto tinha, acha-se então quase que reduzida a seus muros, empobrecida e decadente. A circunstância de ser Arraial de Flôres, à margem do rio Pajeú, o ponto mais central da paróquia de Cabrobó, cuja sede na margem do rio São Francisco era cruelmente assolada pela moléstia de nome *Carneiradas*, que tornou impossível a permanência dos vigários e a visita dos corregedores ali, levou certo vigário a fazer em Flôres sua residência, do que proveio bastante desenvolvimento à localidade e, conseqüentemente, a criação posterior da freguesia, pelo Alvará de 11 de setembro de 1873, e a da vila, pelo Alvará de 15 de janeiro de 1810, sendo capitão-general e governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e inaugurando-a, em 1811, o ouvidor José Marques da Costa. A denominação Flôres, diz a tradição, é originada do fato de haverem sido os primeiros moradores do referido arraial, umas donzelas muito distintas por seus sentimentos de piedade, as quais, talvez por semelhante atributo, eram designadas *môças flôres* ou simplesmente *flôres*. A Resolução da Presidência, em conselho de 20 de maio de 1833, criando várias comarcas na ex-Província, considerou-a uma delas, sob o nome da comarca do sertão de Pernambuco, que, instalada em 1834, foi sua sede transferida para a povoação da Serra Talhada (hoje Vila Bela), pela Lei provincial n.º 280, de 6 de maio de 1858, cuja instalação ocorreu a 21 de setembro de 1850, e também foi classificada comarca de 1.ª entrância pelos Decretos n.º 687, de 26 de julho de 1850 e n.º 5 139, de 13 de novembro de 1872. Em virtude, porém, da Constituição Estadual de 17 de junho de 1891, que dividiu o Estado em municípios, constituiu-se autônomo em 1893, de acôrdo com a Lei Orgânica municipal n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, sendo a primeira eleição do govêrno administrativo de sua circunscrição, em 30 de setembro de 1892.

OUTROS ASPECTOS HISTÓRICOS — O município de Flôres tem tido filhos de merecimento, entre os quais podemos notar, os coronéis Manoel Pereira da Silva e Francisco Barbosa Nogueira da Paz, chefes de duas famílias

Vista parcial da cidade.

Rua Dr. José Santana Filho, vendo-se ao fundo a Prefeitura Municipal.

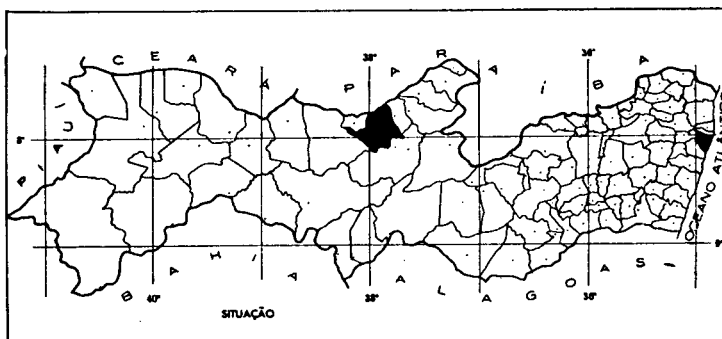
preponderantes nos destinos da localidade, exercendo cada um, em seu tempo, influência benéfica ao lugar; o padre Antônio Gonçalves Lima, sacerdote respeitável por suas virtudes, e que muito concorreu para o adiantamento moral e material de sua terra, principalmente, fazendo que se formassem em Direito alguns parentes, entre os quais se distinguiram os Drs. Joaquim Gonçalves de Lima, que faleceu em 1885, como Juiz de Direito da Capital, e Estevam Benedito Franco. Flôres foi também a terra natal do monsenhor Joaquim Pinto de Campos, nascido em 4 de abril de 1819 e falecido em Lisboa, aos 5 de dezembro de 1887, cidadão que ocupou salientíssimo papel nos destinos da política da então Província e do País, sendo escritor público. Na história de Pernambuco, Flôres oferece um período de efervescência política entre os partidos, em 1848, quando na Capital exacerbaram-se os ânimos produzindo a Revolução Praieira, o que merece ser notado, principalmente, pela coincidência de que, quando no Recife se declarava a revolução, ali, também, autoridades liberais demitidas, pela mudança da situação, opunham-se à substituição que se lhes sucedia pelos conservadores, seguindo-se luta entre os dois grupos representantes das respectivas idéias, de modo que a vila de Flôres teve de ser teatro de um tiroteio, que durou mais de dois dias. A luta acabou então de um modo inglório para ambos os partidos combatentes, ficando, por isso mesmo, cada um dêles em campo, exercendo represálias, que se traduziam na continuação de encontros, mais ou menos importantes, entre as fôrças que representavam aquela resistência e as do govêrno que as substituía. Êsse pelejar durou mais de dois anos e cessou pelo cansaço do lado que reagia, obrigando, entretanto, o govêrno dêsse tempo a enormes sacrifícios. O Dr. Jerônimo M. Figueira de Melo, em seu livro, Crônica da Rebelião Praieira, em 1848 e 1849, dá, referindo-se ao combate de Pajeú de Flôres, em novembro de 1848, a seguinte nota: — Da parte da legalidade, — 1 oficial ferido, mortos 4 praças de pré e 27 feridos, e da parte da revolta, 5 mortos e 15 feridos.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Flôres foi criado por Alvará de 11 de setembro de 1783. O município, com a denominação de Flôres da Ribeira de Pajeú, deve a sua criação ao Alvará de 15 de janeiro de 1810, sendo instalado no ano seguinte, em dia e mês não conhecidos. Por fôrça da Lei provincial n.º 280, de 6 de maio de 1851, o município foi suprimido. Todavia, a de n.º 437, datada de 26 de maio de 1858, restaurou-o com território

Matriz de N. S.ª da Conceição.

desmembrado do de Vila Bela. À sede municipal conferiu foros de cidade, a Lei estadual n.º 991 de 1.º de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município das Flôres da Ribeira do Pajeú denomina-se, simplesmente, Flôres e compõe-se dos seguintes distritos: Flôres, Carnaíba e Colônia da Boa Vista. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-II-1920, o município das Flôres figura com o distrito do mesmo nome com os de Carnaíba de Flôres e Boa Vista. Também no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o citado município continua com 3 distritos: Flôres, Carnaíba e Boa Vista de Colônia. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, Flôres compreende mais um distrito — o de São Serafim, conservando os demais. Assinala-se aqui, como alteração única, que o distrito de Boa Vista de Colônia mais uma vez teve o seu topônimo modificado para Boa Vista. No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, os distritos do município das Flôres estão assim distribuídos: Flôres, Borborema (ex-Boa Vista), Carnaíba e Calumbi (ex-São Serafim). Por efeito dos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixaram as divisões territoriais para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, manteve-se a divisão administrativa acima, com a única diferença de que o distrito de Borborema passou a chamar-se Ibitiranga, pelo último dos Decretos-leis citados. Em virtude da lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, que criou o município de Carnaíba, desmembrando-o do das Flôres, êste, atualmente, tem a seguinte composição: Flôres (sede), Calumbi, Quixaba e Sítio dos Nunes (ex-povoado, elevado à categoria de distrito pela Lei municipal n.º 50, de 30 de maio de 1953, instalado em 24 de setembro de 1954). Cumpre esclarecer, ainda, que o distrito de Quixaba está encravado no território do município da Carnaíba, embora, por lei, figure como distrito das Flôres.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca das Flôres foi criada pelo Alvará de 15 de janeiro de 1810. Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual número 92, de 31 de março de 1938, o município das Flôres compõe o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Essa situação foi mantida pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceram os quadros em vigor nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Atualmente é sede da comarca, com os distritos estabelecidos pela Divisão Administrativa.

LOCALIZAÇÃO — O município de Flôres está localizado na Zona Fisiográfica do sertão alto, a 7° 52' 45",1 de latitude S. e 37° 58' 54",2 de longitude W.Gr. Rumo O.N.O. Altitude 478 metros. Dista da Capital do Estado 343 quilômetros em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição das zonas climáticas de tipos Aw' e BshW, com predominância do segundo. Semi-árido, quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 865 km² (Estimativa).

POPULAÇÃO — São 28 171 habitantes segundo o Censo de 1950, sendo 13 797 homens e 14 374 mulheres. Densidade demográfica: 33 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 8,1% residem no quadro urbano. Estimativa feita pelo D.E.E. para 1.º-VII-1957: 32 505 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Flôres, 1 827 habitantes; Vila de Calumbi, 495 e Vila de Ibitiranga, 338 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes em idade ativa, 28,9% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 4,3%, no comércio, na indústria e na prestação de serviços. A base econômica do município repousa na agricultura e pecuária. Milho, algodão, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, arroz, batata-doce, abacaxi e agave são as principais culturas agrícolas. Exis-

Pôsto de Puericultura Jarbas Maranhão.

tem 18 estabelecimentos industriais. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas no município, em 1955, poderão ser observados no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	6 000	15 000,00
Agave	Quilograma	360 000	1 440 000,00
Algodão	»	4 350 000	52 200 000,00
Arroz	Saco 60 kg	210	37 800,00
Batata-doce	Tonelada	90	180 000,00
Cana-de-açúcar	»	15 000	3 000 000,00
Feijão	Saco 60 kg	15 500	6 200 000,00
Mandioca	Tonelada	15 760	3 025 000,00
Milho	Saco 60 kg	36 600	5 856 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Flôres está ligada à Capital estadual e ainda aos seguintes municípios: Triunfo (21 km), Carnaíba (24 km), Custódia (54 km), Serra Talhada (51 km) e Princesa Isabel — PB (21 km). Acha-se a 443 quilômetros, por meio de rodovia, da Capital estadual, 451 quilômetros por ferrovia e 343 quilômetros por via aérea. É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui 3 estabelecimentos de comércio atacadista e 24 varejista. Não há agências bancárias.

APECTOS URBANOS — São 3 os logradouros pavimentados a paralelepípedos, e 2, a pedras irregulares, numa área total de 18 000 m², aproximadamente; todos são arborizados. A iluminação pública e domiciliária é elétrica, beneficiando 17 logradouros, com 316 ligações. Funcionam 2 agências postais-telefônicas do D.C.T., uma na sede, e outra na vila de Sítio dos Nunes. Os veículos são 1 automóvel e 17 caminhões matriculados na Coletoria Estadual. Contam-se 1 hotel, 3 pensões com diárias de Cr$ 80,00; 1 cinema com lotação de 100 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Pôsto Estadual de Higiene e o Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência, são os únicos estabelecimentos que prestam assistência aos habitantes do município. Existem 2 médicos, 3 dentistas práticos licenciados, 1 farmacêutico e 1 farmácia na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 19,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade escolar do ensino primário, 61, do ensino primário fundamental comum, com 2 007 alunos matriculados, e 6, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais nem bibliotecas. Registram-se 2 cinemas em funcionamento na sede municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	530	550	180	721
1951	...	807	550	200	798
1952	...	1 337	700	224	1 056
1953	...	1 314	850	293	1 251
1954	...	1 436	980	302	976
1955	...	1 568	1 000	321	1 501
1956	...	1 612	1 200	425	1 636

(1) A renda federal é arrecadada pela Coletoria Federal do município do Triunfo.

EFEMÉRIDES — A festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, realiza-se, anualmente, no dia 8 de dezembro, com missa solene, procissão, e na parte popular com barracas de prendas, carrosséis, música regional, etc. Ainda são comemorados os dias de São Sebastião e São José, respectivamente, em 20 de janeiro e 19 de março de cada ano.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O único acidente digno de nota é a serra das Letras, existente entre o distrito de Sítio dos Nunes e o povoado de Fátima, nas proximidades dos limites dêste município com o de Custódia. A serra em aprêço é uma das menos elevadas no município, existindo, entretanto, algumas curiosidades tais como: várias inscrições não entendidas e nem decifradas por quem quer que seja, até hoje; diversos emblemas, figuras de mãos, pés, pernas, etc., gravados nas pedras componentes na dita serra, que dão a idéia de que foram feitos com uma tinta tôda especial, pois não perderam ainda as côres, sabendo-se, com certeza, que datam de tempos os mais remotos. Curiosas também são as "cavernas" que ali são vistas, com piso de areia sôlta e uma espécie de estucamento natural e rústico, formado por enormes lajes. Tais "cavernas" servem de abrigo a avultado número de pessoas, verificando-se mesmo o fato de alguns camponeses as terem transformado em residência, dividindo-as com madeira e fazendo-lhes uma fachada com tijolos, muito embora essas casas originais não tenham saída pelos fundos. Outros aproveitaram-nas como casas de fabricação de farinha de mandioca. Na mesma serra existem ainda grandes lavras de tintes como: ocre, giz, e outras espécies, com grande variedade de côres.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, nasceu na cidade das Flôres, no dia 4 de abril de 1819. Ocupou salientíssimo papel nos destinos da política da então Província e do País, como escritor. Entre seus trabalhos, salientam-se: "A Jerusalém", obra bastante elogiada e "Impressões de Viagem à Itália e ao Sul da França". Monsenhor Campos ainda traduziu a "Divina Comédia", de Dante Alighieri e, segundo a crítica, foi êle quem melhor penetrou nos intrincados pensamentos do grande poeta. Faleceu em Lisboa, Portugal, no dia 5 de dezembro de 1887.

No município, em 1956, havia em exercício 9 vereadores e 6 300 eleitores inscritos.

Dois advogados, 1 engenheiro e 1 agrônomo ali estão em atividade profissional. Há um campo de pouso. O Prefeito é o Sr. Arnaud de Souza Santana.

(Autor do histórico — Sebastião Vasconcelos Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

FLORESTA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Fazenda Grande, seu primitivo nome, era uma propriedade rural onde abastado criador cuidava dos seus rebanhos. Pertencia à histórica "Casa da Tôrre" que tinha sede no Estado da Bahia. "Casa da Tôrre" era uma espécie de Sociedade dominada pelo Rei de Portugal e aqui representada por pessoas de sua inteira confiança, encarregadas de grandes faixas de terras que abrangiam parte dos Estados da Bahia e Pernambuco. Veio para Fazenda Grande José Pereira Maciel, como um donatário enviado da Bahia, e achando terrenos apropriados para o criatório, aqui se estabeleceu. Construiu uma grande casa de taipa e onde havia um oratório privado. No ano de 1777 foi construída a Capela de Nossa Senhora do Rosário. O proprietário mantinha um Capelão para celebração de atos religiosos, fazendo assim, convergir habitantes de outras regiões, formando um povoado. José Pereira Maciel, compreendendo a evolução do lugar, dada a sua posição geográfica, resolveu fazer doação do patrimônio ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Foi criada a freguesia de Fazenda Grande, em 1801, pelo Rev.mo Bispo D. José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, desmembrando o território de Tacaratu, sendo o Ato de criação do distrito, confirmado pela Alvará de 11 de setembro de 1802. A paróquia foi instalada sob a invocação de seu padroeiro, Senhor Bom Jesus dos Aflitos, no dia 10 de janeiro de 1803. Fazenda Grande pertenceu inicialmente ao município de Flôres, e depois, ao de Tacaratu. As condições de capacidade para a vida política e autonomia administrativa foram apresentadas pela Lei provincial n.º 153, de 31 de março de 1846, sendo a povoação de Fazenda Grande elevada à categoria de vila com a denominação de Floresta, nome escolhido, graças à opinião do saudoso Manuel Gomes de Menezes. A Lei provincial n.º 248, de 16 de junho de 1849, suprimiu Floresta, e a de n.º 579, de 30 de abril de 1864, restabeleceu-a. Verificou-se sua instalação a 7 de janeiro de 1865. Floresta tornou-se sede do têrmo e comarca de Tacaratu, pela Lei provincial n.º 120, de 9 de maio de 1865, sendo criada comarca pela Lei provincial 1 260, de 26 de maio de 1877, classificada em 1.ª entrância pelo Decreto n.º 7 080, de 9 de novembro de 1878, instalada no dia 10 de novembro de 1879, tendo como 1.º Juiz de Direito o Dr. Gerôncio Dias de Arruda Falcão. No ano de 1898, por iniciativa de Alfredo Barros, Manuel Olímpio de Menezes, Manuel Novais, Padre Joaquim Antônio de Siqueira Tôrres, Dr. Joaquim Monteiro Diniz, Maestro João Paulino, e outros, foi criada uma Sociedade Musical, tornando-se a melhor Banda de Música do interior do Estado. No auge do desenvolvimento pensava o florestano em Floresta, sem arborização. Veio à idéia de João Gomes Barbosa, e Alfredo Barros arborizar a cidade, tendo sido iniciado no mês de março de 1905 o plantio dos "tamarindos". Fundaram a "Sociedade Progressiva Arborizadora" tornando-se uma entidade com personalidade jurídica para proteção das árvores. Surgiram aborrecimentos, nos quais quebravam grades, botavam água quente nas plantas novas, altas horas da noite, usando dos mais baixos processos vindos de elementos imbuídos de preconceitos antagônicos. João Barbosa e Alfredo Barros não desanimaram. Foram êles que plantaram os tamarindos carinhosa e patriòticamente, deixando êste marco para tôdas as gerações que venham a conhecer o embelezamento da cidade que hoje tem Floresta, graças a êstes espíritos benfeitores, junto àquela Sociedade por êles fundada para êste fim. Em 1909, quando D. Luiz de Brito regia os destinos do Arcebispado de Olinda e Recife, houve uma reunião eclesiástica sendo deliberada a criação de uma Diocese para o Sertão, com sede em Triunfo ou Floresta. Persistente como é a gente florestana e de alta visão, formou-se uma comissão de homens, composta de Manuel Olímpio de Menezes, Manuel Novais, Alfredo Barros, João Barbosa, e outros, elementos reconhecidamente progressistas. Fazendo a investida, conseguiram êstes baluartes a criação da Diocese de Floresta, em data de 5 de dezembro de 1910, sendo o 1.º Bispo D. Augusto Álvaro Alves da Silva, hoje Primaz do Brasil, e data sua instalação de 11 de novembro de 1911. Foi promissor o pequeno período do bispado. Evoluiu a educação de modo geral, foi criado o Seminário, surgiram Colégios e era editado ainda o jornal "O Alto Sertão".

Vista parcial da cidade.

Grupo Escolar Júlio de Melo.

Matriz do Senhor Bom Jesus dos Aflitos.

Em substituição ao 1.º bispo, assumiu D. José de Oliveira Lopes que em pouco tempo conseguiu transferir a sede do bispado para a cidade de Triunfo, e dali, para a de Pesqueira, onde permanece a sua sede. Por vários anos, Floresta estêve em séria decadência. Perdeu o Bispado, Seminário, colégios, jornal e por fim até o 3.º Batalhão de Caçadores da Polícia Militar que ali estava sediado foi transferido para a Capital do Estado. Muitos foram os Governos que não olharam para a região, chegando a um ponto que a civilização se ausentou do seu meio. Administradores inoperantes não souberam zelar e dar a Floresta o que realmente merecia e colocá-la em nível mais elevado. A sêca, que assolou o sertão, procrastinou o crescente desenvolvimento há anos atrás. O florestano lutou contra a inclemência e hoje se nota a recuperação e melhores dias despontam. Conta o município com ginásio, escola normal, hospital, e cooperativa, associação rural, ótima luz elétrica, (Cachoeira de Paulo Afonso), seis (6) clubes sociais e culturais, grande número de escolas primárias e industriais, estradas e outros melhoramentos.

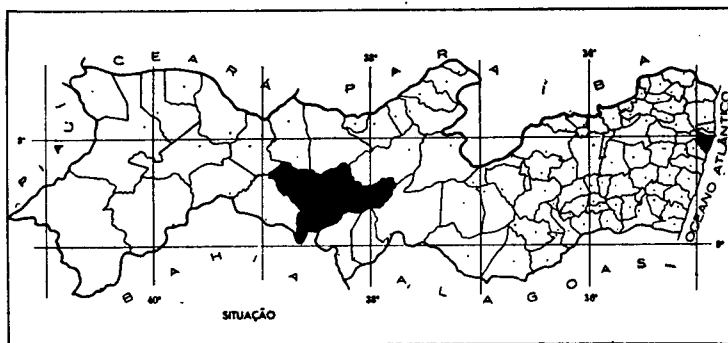
Quando fazenda e povoado, a atual Floresta tinha o nome de Fazenda Grande. Elevada à categoria de vila em 1846, Manuel Gomes de Meneses, meramente por coincidência, opinou pela mudança de Fazenda Grande para Floresta, eternizando êste nome, com a ajuda de João Gomes Barbosa, que plantou os verdes tamarindos e transformou numa verdadeira Floresta.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito foi criado pelo Alvará de 11 de setembro de 1802. O município de Floresta, criou-o a Lei provincial n.º 153, de 31 de março de 1846, com sede na povoação de Fazenda Grande e território desmembrado do município de Tacaratu. A Lei provincial n.º 248, de 16 de junho de 1849, suprimiu o município da Floresta, e a de n.º 579, de 30 de abril de 1864, o restabeleceu. Verificou-se sua reinstalação a 7 de janeiro de 1865. A sede municipal recebeu foros de cidade por fôrça da Lei estadual n.º 867, de 20 de junho de 1907. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Floresta figura com os distritos de Floresta, Riacho do Navio e Queimadas, aparecendo, nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, com 3 distritos: Floresta, Curral Novo e Betânia. Segundo o quadro de divisão administrativa referente a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e os de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o referido município compõe-se dos seguintes distritos: Floresta, Nazaré, Barra do Silva, Rochedo e Itacuruba. Essa composição distrital permanece no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, notando-se apenas a alteração toponímica do distrito de Nazaré, que passou a denominar-se Carqueja. Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, Floresta perdeu, para o município de Belém, o distrito de Itacuruba, desfalcado de parte de seu território. Segundo a divisão judiciário-administrativa vigente em 1939-1943, fixada pelo citado Decreto-lei n.º 235, o referido município figura com 4 distritos: Floresta, Barra do Silva, Carqueja e Rochedo. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas, no município de Floresta, as divisas entre os distritos de Floresta e Barra do Silva. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Floresta continua com 4 distritos: Floresta, Barra do Silva, Carqueja e Airi (ex-Rochedo). A Lei municipal número 2, de 19 de janeiro de 1948, criou o distrito de Carnaubeira, em substituição a Barra do Silva, em território dêste. Pela Lei municipal n.º 39, de 5 de maio de 1953, foi criado no distrito desapropriado Segundo, ficando, assim, o município com a seguinte composição: Floresta (sede), Airi, Carnaubeira, Carqueja e Segundo, situação esta confirmada pela última Lei de divisão administrativa e judiciária do Estado.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca da Floresta foi criada pela Lei provincial n.º 1 260, de 26 de maio de 1870. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de

Escola Normal Rural.

31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município da Floresta é têrmo judiciário da comarca de igual nome, a qual é formada pelo têrmo-sede e os de Belém e Tacaratu. Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a comarca da Floresta permanece constituída por 3 têrmos: Floresta, Belém e Itaparica (ex-Tacaratu). Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca da Floresta perdeu os têrmos de Jatinã (ex-Belém) e Petrolândia (ex-Itaparica), desmembrados, respectivamente, para as novas comarcas dêsses nomes. Na divisão judiciário-administrativa fixada pelo mencionado Decreto-lei n.º 952, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município da Floresta compreende o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Atualmente o município da Floresta é sede de Comarca, com os distritos estabelecidos na Formação Administrativa.

LOCALIZAÇÃO — Fica a sede municipal a 412 km, em linha reta, da Capital do Estado e pertence à Zona Fisiográfica do sertão do São Francisco. São as seguintes as coordenadas geográficas do município: Latitude S. 58° 36' 06",2. Longitude W.Gr. 38° 34' 16",9. Rumo O.S.O. Altitude, 272 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Bshw* — Semi-árido quente. Banhado pelo São Francisco, e dentro do Polígono das Sêcas.

ÁREA — 4 771 km².

POPULAÇÃO — É de 18 800 hab., segundo o Censo de 1950, sendo 9 005 homens e 9 795 mulheres. Densidade demográfica: 3,9 hab./km². Os 11,3% da população residem no quadro urbano.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 21 692 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Floresta: 2 134 habitantes e as vilas de Airi — 78 habitantes, Carnaubeira — 203 habitantes, e Carqueja — 132 habitantes. O distrito de Segundo foi criado após o Censo de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, em idade ativa, 26,7% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 4,4%, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. Agricultura e pecuária representam a base da economia local. Milho, feijão, mandioca e algodão são as principais culturas agrícolas do município. Possui 14 estabelecimentos industriais.

Produção Agrícola em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	450 000	4 050 000,00
Feijão	Saco 60 kg	430	275 200,00
Mandioca	Tonelada	220	110 000,00
Milho	Saco 60 kg	800	104 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Floresta está ligado à Capital estadual e ainda aos seguintes municípios: São José do Belmonte (114 km), Serra Talhada (84 km), Custódia (165 km), Inajá (148 km), Petrolândia (72 km), Belém de São Francisco (52 km), Salgueiro (124 km) e Tacaratu (95 km). Acha-se a 578 km da Capital estadual, por rodovia, 586 km mistos (135 km até Flôres, por rodovia, e daí 451 km por ferrovia) e 412 km por via aérea. É servido por linha intermunicipal de ônibus.

COMÉRCIO E BANCOS — Extsiem 4 estabelecimentos do comércio atacadista e 27 do varejista. Não há agências bancárias. Há também 1 cooperativa de crédito em atividade.

ASPECTOS URBANOS — Existiam 13 logradouros, dos quais 5 pavimentados e 5 arborizados. Havia nas zonas urbana e suburbana um total de 728 prédios, com 340 ligações elétricas. Todos os logradouros possuíam iluminação pública elétrica, sendo que 12 possuíam também iluminação domiciliária. Há nos distritos da sede, Carqueja e Carnaubeira agências postais e uma agência telefônica mantendo serviço telegráfico na sede municipal e em Carqueja. Funciona um cinema com capacidade para 140 espectadores sentados. Em 1956 foram registrados na Coletoria Estadual 8 automóveis e 18 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existiam em atividade no município três farmácias, uma Associação de Proteção à Infância e à Maternidade e um Hospital Regional, mantido pelo govêrno do Estado. Dois médicos, dois dentistas e três farmacêuticos prestavam seus serviços profissionais em 1956.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 28,8% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 115 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 3 063 alunos matriculados, 20, do ensino supletivo, 2, do ensino complementar, 2, do secundário, 1, do ensino agrícola, e 6, do industrial.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	285	472	405	...	405
1951	276	506	460	...	460
1952	329	521	610	...	610
1953	345	573	740	...	740
1954	355	742	800	...	800
1955	439	981	1 060	1 262	1 262
1956	594	1 087	1 330	...	1 330

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Tradicionalmente existe em Floresta um festejo realizado em 31 de dezembro, dia consagrado aos negros. No tempo dos escravos os senhores davam apenas êste dia de descanso por ser o dia de São Silvestre. Os residentes nas fazendas, que vinham à festa de Natal e Ano-Bom, junto com seus patrões ou senhores, tomavam parte nas festividades que constavam da programação seguinte: em determinado ponto da cidade, reuniam-se todos os negros, de ambos os sexos, e entre êstes já havia um casal escolhido para servir de Rei e Rainha. Os dois, trajados de branco e com coroas, saíam de braços dados em direção à Capela de Nossa Senhora do Rosário, acompanhados de grande multidão, ao lado dos tocadores de zabumba e pífanos — o verdadeiro regional dos Reis — para assistirem ao Santo Sacrifício da Missa. Terminadas as solenidades na Capela, dirigiam-se à Casa de Nossa Senhora do Rosário, conhecida pela "Casa dos Negros" e lá faziam votação para a entrega da coroa ao Rei e à Rainha, eleitos para o ano seguinte. No cortejo apareciam ainda vários negros com espadas, garantindo o seu Rei que ali passava.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Existe no município a serra Negra, situada no distrito de Airi e dista 72 km da cidade. Grande é o número de visitantes para observar obras da natureza, tais como: matas verdadeiramente semelhantes às do Amazonas; enorme árvore de nome "Paudalho", contendo uma abertura dentro do tronco, ficando uma espécie de salão, cabendo 10 homens em pé; um pau-d'arco com a circunferência de 11 metros. Nos meses de maio a julho, época fria, os que ali residem deixam vasilhas embaixo das árvores, amanhecendo as mesmas cheias como se fôsse aquêle líquido precioso apanhado pela mão humana em cacimbas. São inúmeras as culturas, entre estas destacando-se o milho, feijão, mandioca e café. Os visitantes procedem de localidades próximas e afastadas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os filhos ilustres do município cumpre ressaltar o nome do Monsenhor Olímpio de Melo, pessoa de relêvo no cenário nacional, tendo exercido a função de Prefeito do Distrito Federal, no Govêrno do Presidente Getúlio Vargas, e desempenhado cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Contas. Assumiu a presidência daquela casa, afastando-se da mesma por fôrça de Lei, em face de atingir a compulsória. Foi êle um grande vulto na defesa dos interêsses do País e considerado um auxiliar de comprovada envergadura moral.

No município existe um campo de pouso de propriedade particular. Em 1956 havia 9 vereadores em exercício e 8 654 eleitores inscritos. Funcionavam 4 hotéis com diária de Cr$ 80,00. O Prefeito é o Sr. Audemar Ferraz.

(Autor do histórico — Adelmo Menezes — A.E.; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística.)

GAMELEIRA — PE

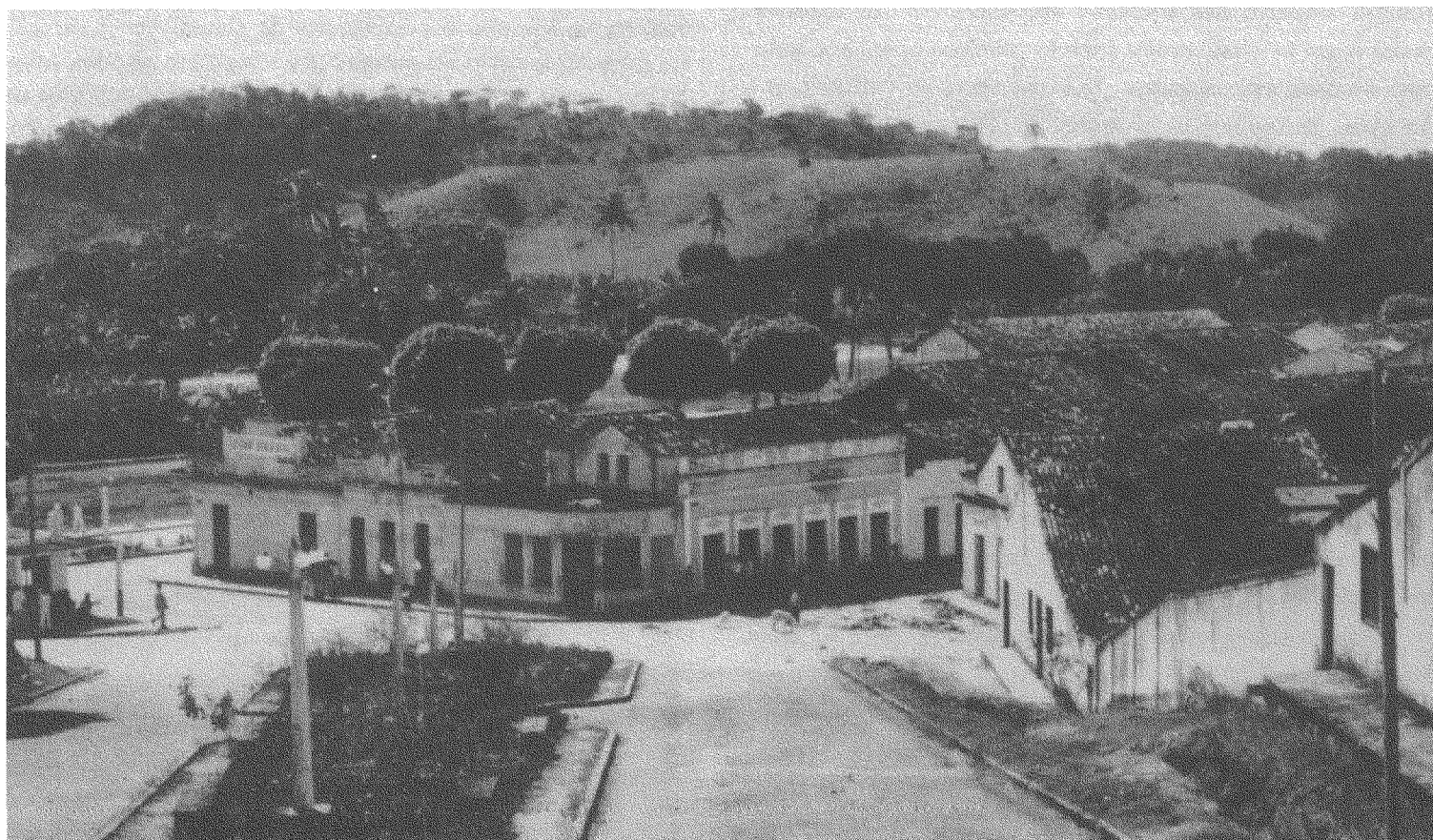
Mapa Municipal na pág. 209 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Seus princípios datam de 1848, quando elementos da revolução praieira, procedentes do litoral, se instalaram ao pé da colina Francisco Pinto (nome originário do seu primeiro proprietário e hoje zona suburbana da cidade), chefiados por um cidadão de nome José Pedro Veloso da Silveira, residente no engenho Lages (hoje pertencente ao município de Ribeirão), profundo conhecedor da região e entusiasta da causa, ao lado de Nunes Machado. Êsses elementos demandavam às proximidades de Água Preta, onde ocorriam constantes e sérios conflitos entre "praieiros" e "guabirus". A aldeia de Gameleira era então habitada por índios cariris e uruás. O nome de Gameleira teve origem no excessivo número de pés dessa árvore existente naquela época. Com o desbravamento das selvas por aquêles pioneiros, e catequese dos índios, veio a ser construído entre os sítios Boa Vista e Cachoeira Grande, um engenho de açúcar que tomou o mesmo nome de Gameleira. Não se sabe com exatidão a data da construção nem o nome do seu proprietário. Pelo que se diz, naquela época pertencia a Silviano Rangel Moreira, passando pouco depois para Carlos Leitão de Albuquerque. Terminada a revolução, instalou-se no lugar "Salto", junto ao engenho Gameleira, um português de nome Oliveira Pelagem que ali construiu cinco casinhas e se estabeleceu com uma pequena mercearia, dando origem à afluência de moradores das aldeias próximas, que vinham efetuar suas compras. Pouco tempo depois era iniciada a construção da estrada de ferro que deveria passar por Gameleira, com destino às margens do rio São Francisco. Estimulados com a idéia da construção, no povoado, de uma estação da estrada de ferro, foram surgindo moradores procedentes de diversas localidades; assim o lugarejo foi tomando vulto. Em 1860 realizou-se o sonho dos habitantes da Gameleira: a estação da estrada de ferro foi inaugurada e logo em seguida construído, junto a ela, um grande armazém para depósito de açúcar. A partir de então o transporte da produção dos engenhos de açúcar já existentes, que até aquela data era feito com grande dificuldade para o pôrto de Rio Formoso, passou a ser feito por via férrea, tornando-se apreciável o número de animais carregados que penetravam diàriamente em Gameleira. Pouco depois surgiu entre os moradores a idéia da construção de um galpão coberto de telhas para realização de feira, o que foi feito após conseguida a necessária licença dos podêres competentes do município de

Matriz de N. S.ª da Penha.

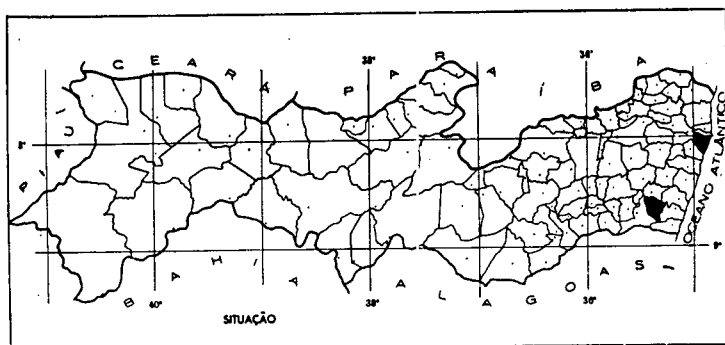
Sirinhaém, a que pertencia então o lugarejo. Logo em seguida foi providenciada a edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a fim de atender ao espírito de religiosidade dos habitantes. O crescente desenvolvimento do lugarejo deu ensejo à visita dos frades Capuchinhos que estavam empenhados na catequese dos índios e na construção de um colégio, em Bom Conselho. Tais frades Capuchinhos por ali se demoraram em Santas Missões, chefiados por Frei Fidélis que, com sua eloqüência e capacidade de trabalho, arregimentou o povo e construiu uma igreja que é hoje a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, cuja inauguração ocorreu no ano de 1867. Foi então nomeado seu primeiro vigário o padre Augusto Franklin. Em 11 de junho do mesmo ano foi assinada a Lei provincial n.º 763, que elevou o então povoado de Gameleira à categoria de Distrito. O proprietário do engenho Gameleira fêz nessa ocasião a primeira doação para o patrimônio da Igreja, conforme escritura pública datada de 5 de fevereiro de 1869.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Gameleira foi criado pela Lei provincial n.º 763, de 11 de junho de 1867. O município do mesmo nome, criou-o a Lei provincial n.º 1 057, de 7 de junho de 1872, com território desmembrado do município do Sirinhaém. Sua instalação se verificou no dia 13 de dezembro do ano seguinte. A Lei estadual n.º 153, de 10 de abril de 1896, concedeu à sede municipal o predicamento de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Gameleira se compõe de 2 distritos: Gameleira e Ribeirão. No quadro da divisão administrativa concernente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o citado município aparece com os distritos da Gameleira, José da Costa e Cuiambuca. Também nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município da Gameleira figura exatamente como em 1933, assim permanecendo na divisão territorial judiciário-administrativa vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938. Em 19 de junho de 1940, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 503, dessa data, foram modificadas as divisas do município da Gameleira com as do Ribeirão, Rio Formoso e Água Preta e, internamente, entre os distritos de Cuiambuca e José da Costa. Na divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio ..... 1944-1948, a comuna em aprêço continua formada pelos distritos da Gameleira, Cuiambuca e José da Costa. Por fôrça da Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-953, permanece a mesma divisão judiciário-administrativa.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca da Gameleira foi criada pela Lei estadual n.º 52, de 8 de julho de 1890. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e com o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, a comarca da Gameleira está constituída dos têrmos da Gameleira e Ribeirão. Segundo as divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, a referida comarca continua formada pelos distritos: Gameleira. Cuiambuca e José da Costa. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que pôs em execução o Decreto-lei federal 7 300, de 6 dêsse mês e ano, a comarca da Gameleira perdeu o têrmo do Ribeirão, desmembrado para constituir nova comarca dêsse nome. Dis-

Vista parcial da cidade.

Avenida Caitano Monteiro, vendo-se ao fundo, à esquerda, a Estação da R.F.N.

tritos componentes: 1. Gameleira — 2. Cuiambuca — 3. José da Costa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município da Gameleira está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 75 km em linha reta da Capital do Estado, na direção O.S.O. e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral da Mata. As coordenadas geográficas do município são as seguintes: latitude Sul 8° 34' 10" — longitude W.Gr. 35° 21' 30". Altitude, 90 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *Ams'* — Quente e úmido, com estação sêca compensada pelos totais elevados; chuvas de outono e inverno. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 279 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população era de 12 008 habitantes, assim distribuída: 6 931 homens e 6 077 mulheres. Densidade demográfica: 144 habitantes por km². Os 15,3% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.°-VII-957: 15 009 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade da Gameleira, 3 336 habitantes, vilas de Cuiambuca, 72 habitantes, e José da Costa, 37 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes em idade ativa, 28,8% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 9%, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A base da economia municipal é a agricultura, sobressaindo a cultura da cana-de-açúcar. Mandioca, banana e abacaxi são também cultivados. Há 12 estabelecimentos industriais.

O valor e o volume da produção agrícola, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	30 000	90 000,00
Banana	Cacho	50 000	500 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	150 000	32 250 000,00
Mandioca	Tonelada	1 100	528 000,00

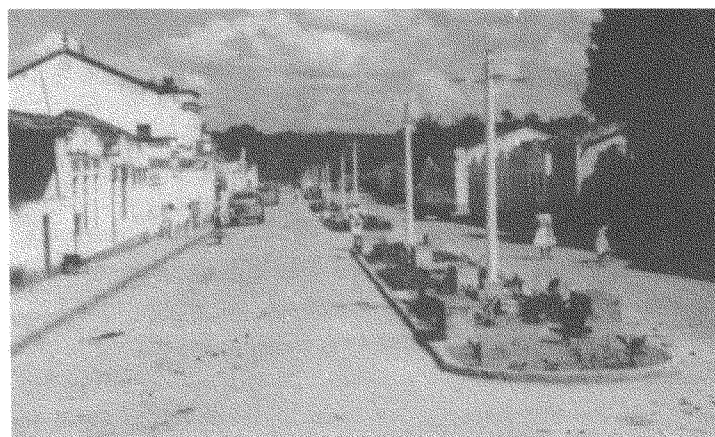
MEIOS DE TRANSPORTE — Gameleira está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Ribeirão (9 km), Rio Formoso (30 km), Água Preta (32 km). Acha-se a 93 km, por rodovia, da Capital do Estado, 96 km por ferrovia e 75 km por via aérea. É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linha intermunicipal de ônibus.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 40 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Há no município 50 logradouros, dos quais 10 pavimentados a paralelepípedo, e 2, a pedras irregulares, 2 arborizados e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Nas zônas urbana e suburbana existiam 1 127 prédios e 34 logradouros com iluminação pública e domiciliária. Em 1956 havia 392 ligações elétricas e 111 domicílios servidos por abastecimento d'água canalizada. Há agências postais nos distritos da sede e Cuiambuca. O serviço telegráfico do município é feito pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Existem 2 cinemas com acomodação para 120 e 230 espectadores, respectivamente. Quatro hotéis funcionaram em 1956, cobrando a diária média de Cr$ 80,00. Durante o ano de 1956 foram registrados na Coletoria Estadual 2 automóveis e 10 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Três farmácias e um Pôsto da Unidade Sanitária de Gameleira, êste mantido pelo S.E.S.P., estiveram em atividades durante o ano de 1956. Um médico e dois dentistas prestaram serviços profissionais no município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 14 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 723 alunos matriculados, 3, do ensino supletivo, 1, do complementar, e 1, do secundário.

Avenida Luiz Rodolfo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais nem bibliotecas. Circula um mensário "Gameleira Jornal".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	463	1 505	762	538	788
1951.......	378	1 725	919	652	974
1952.......	390	1 800	1 091	771	1 079
1953.......	309	952	1 263	648	1 256
1954......	387	1 467	1 554	1 070	1 495
1955.......	431	1 247	1 685	1 150	1 753
1956 (*)....	1 008	1 508	1 130		1 130

(*) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Filhos ilustres: Pedro de Araújo Lima — Visconde e depois Marquês de Olinda, filho de Manuel de Araújo Lima e D. Anna Teixeira Cavalcanti. Nasceu no engenho Antas (então pertencente ao município de Sirinhaém), no dia 22 de dezembro de 1793, e faleceu no Rio de Janeiro, a 7 de junho de 1870. Doutor em cânones pela Universidade de Coimbra; senador do Império, do conselho de Sua Majestade o Imperador; Conselheiro de Estado; sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Oficial da Ordem do Cruzeiro; Grã-Cruz da Ordem de Cristo e das Ordens Francesas da Legião de Honra. Apenas formado, voltando à pátria, exerceu a magistratura e foi deputado às côrtes portuguêsas, e também à constituinte brasileira, e outras legislaturas. Escolhido senador, a 5 de setembro de 1837, pelo regente Feijó, foi logo nomeado Ministro do Império. Retirando-se daquele poder, assumiu a regência do Império, a 19 do referido mês, cargo que ocupou até a maioridade de D. Pedro II. Foi oito vêzes ministro, influindo consideràvelmente nos destinos da Pátria, simbolizando durante sua longa vida pública o respeito e a obediência ao poder legal do Govêrno. Escreveu muitos relatórios como ministro e foi um dos autores do "Projeto de Constituição para o Império do Brasil".

Em 1956 tomaram assento na Câmara Municipal 9 vereadores e 3 332 eleitores votaram nas últimas eleições. O Prefeito é o Sr. José Pereira da Luz.

(Autor do histórico — Manuel Pereira Júnior — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

GARANHUNS — PE

Mapa Municipal na pág. 586 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Remonta ao século XVII a penetração nas terras do atual município de Garanhuns, quando brancos e negros fugindo ao jugo flamengo se deslocaram para a região. Em 29 de setembro de 1658, o mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco, e outros, obtiveram do então Governador da Capitania — André Vidal de Negreiros — uma sesmaria de vinte léguas de terras, em dois lotes, sendo um nos campos dos Garanhuns e outro no Panema. No primeiro lote foi fundada, com a denominação de Sítio do Garcia, uma fazenda no local onde hoje se encontra a sede municipal. Com a revolta dos negros — Guerra dos Palmares — foi a fazenda totalmente destruída no ano de 1670, passando o local a ser conhecido como "Tapera do Garcia". Terminada a Guerra dos Palmares em 1696, pôde a região desenvolver-se e de maneira tão rápida que já em 20 de janeiro de 1699 era expedida uma Carta régia criando uma vara de juízo ou "julgado" em diversas freguesias do sertão, entre elas a de Garanhuns. Documentos existentes no 2.º Cartório da Cidade servem de prova suficiente quanto à localização da sede da "Capitania do Sertão do Ararobá", como era conhecida tôda a região compreendida entre o Cimbres e o Pajeú das Flôres, na freguesia ou julgado dos Garanhuns. Com a criação da vila de Cimbres, em 1762, e sua instalação no ano seguinte, deixou Garanhuns apenas como sede da freguesia de Santo Antônio dos Garanhuns. Em 1811 o Governador Caitano Pinto de Miranda Montenegro solicitou para o povoado a categoria de vila, o que foi concedido por Carta régia de 10 de março do mesmo ano. Dois anos mais tarde, em 1813, o Ouvidor-Geral interino e Corregedor da Comarca, Desembargador Antônio Pereira de Barros Miranda Leitão, escolhia o território do município para têrmo da comarca e a inaugurava em sessão solene nas casas da Câmara e Paço dos Conselheiros. Apesar de criado município desde 1811 e instalado em 17 de dezembro de 1813, sòmente a 4 de fevereiro de 1874, por fôrça da Lei provincial n.º 1 309, foi a sede municipal elevada à categoria de cidade. De acôrdo com a nova Divisão Territorial fixada para o qüinqüênio

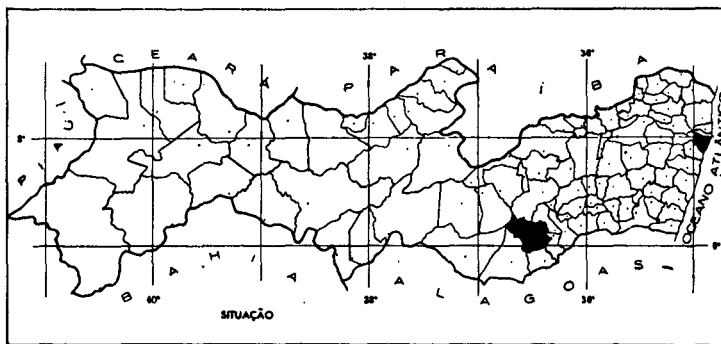
Vista parcial da cidade, destacando-se a Avenida Ruy Barbosa.

Prefeitura Municipal.

Busto do Dr. João Moura, Bispo de Garanhuns.

1954-1958 o município de Garanhuns é composto dos seguintes distritos: Garanhuns (sede), Brejão, Caetés, Iratama, Itacatu, Miracica, Paranatama e São João. Pela Resolução n.º 179, de 12 de novembro de 1951, da Prefeitura Municipal, foram criados os distritos de Brejo Velho, Ponto Alegre, Santa Quitéria e Volta do Rio, porém, a aludida Resolução não foi considerada pela Lei geral da Divisão Territorial do Estado. A capela local, que em 1796 deixara de ser curato passando a sede de vicariato, foi em 2 de agôsto de 1918 elevada a Diocese por fôrça da Bula Pontifícia do Santo Padre Bento XV, constituindo-se das seguintes paróquias: Santo Antônio, Boa Vista, Santa Teresinha, e Nossa Senhora da Conceição, na sede episcopal, e ainda pelas de Bom Conselho, Correntes, Águas Belas, Canhotinho, Angelim, Palmeirina, Jurema, Panelas, Lagoa dos Gatos, São Bento do Una, Quipapá, Catende, Belém de Maria, Palmares e Barreiros.

É muito discutida e contraditória a origem da palavra Garanhuns que serve de topónimo ao município. Acha o prof. João de Deus Oliveira Dias que a referida palavra tem sua origem no nome de uma tribo cariú, da raça cariri ou quiriri que habitava a serra no começo da colonização, "que pela corrutela típica deu Guiranhu ou Unhannhu, de *guirá* — guará, ave vermelha pernalta, aquática, (*guara rubra* — Linneu) e *Anhu* ou *anhun* — anum, pássaro prêto, crotófago (*Crotophaga ani* Marcgrave) que habitavam o vale do rio Mundáu, perto da sua nascente, local da primitiva aldeia". O Dr. Mário Melo, em sua "Toponímia Pernambucana", diz o seguinte: "Garanhuns — (Mun. e cidade) — Corr. *Guirá-nhum*, os pássaros pretos. (Theodoro Sampaio, 124) — Alfredo de Carvalho". A derivação deve ser *Guara-nhum*, indivíduo prêto, aplicada no quilombo da serra, pois ainda hoje, os índios carnijos de Águas Belas conhecem Garanhuns com Claiô, no seu dialeto Iatê-*clai*, branco *Iô*, não; não branco, escuro, prêto, aplicada aos quilombos. Convém ainda notar que a serra de Garanhuns era conhecida pelo nome da tribo garanhuns, de origem cariri, que habitava. — M. M.". Além dessa origem ainda se encontram outras no município sem nenhum amparo erudito, tais como: *Guará anhuns* — tribo de índios que tinha pouso na cordilheira conhecida pelos primeiros povoadores da região; *Uraanhu* — que quer dizer: Homem do campo; *Garanhume* — com a significação de campo de pássaros.

LOCALIZAÇÃO — Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste e suas coordenadas são: latitude S. 8° 53' 23",8 e longitude W.Gr. 36° 29' 34",3. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 200 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Mesotérmico de verões quentes com chuvas de outono-inverno, do tipo *Csa*. (Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira).

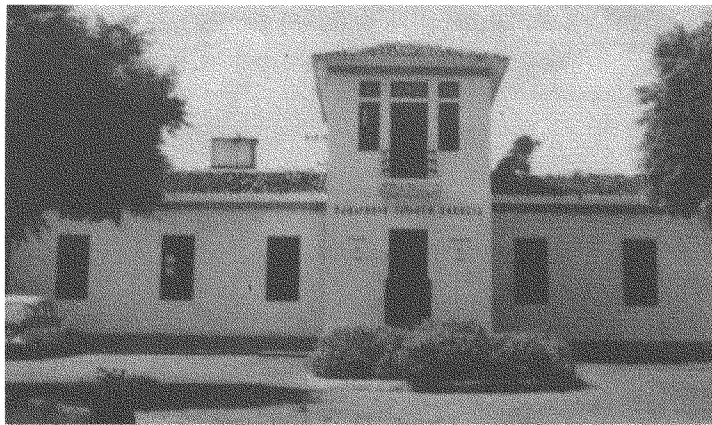
ÁREA — Totaliza o município uma área territorial de 1 120 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o total para o município era de 101 471 habitantes, assim distribuído: sede, 20 550; vilas de Brejão, 1 156; Caetés, 374; Iratama,

Avenida Santo Antônio.

202; Itacatu, 1 686; Miracica, 224; Paranatama, 916 e São João, 1 744 habitantes. Quadro rural com 74 619 habitantes. Estimativa da população em 1.º de julho de 1957, fornecida pelo D.E.E.: 117 081 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município de Garanhuns conta com 7 centros urbanos além da sede com 9 111 habitantes. São êles: Brejão com 477; Caetés, com 294; Iratama, com 202; Itacatu, com 1 141; Miracica, com 149; Paranatama, com 364 e São João, com 562 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Além da cultura do café, em que é o maior produtor do Estado, aparecem como expressão da atividade econômica municipal as culturas de algodão, feijão, manga e laranja. Segundo dados do Serviço de Estatística da Produção para o ano de 1955, os

Sanatório Tavares Correia.

produtos agrícolas de maior volume, por ordem decrescente de valor, foram os constantes da tabela seguinte:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Café	Quilograma	9 600 000	192 000 000
Algodão	»	4 875 000	35 750 000
Feijão	Saco 60 kg	18 950	11 938 500
Manga	Cento	108 000	4 320 000
Laranja	»	119 000	4 165 000
Mandioca	Tonelada	26 620	3 986 500
Mamona	Quilograma	860 000	3 440 000
Batata-inglêsa	Saco 60 kg	22 500	3 375 000
Agave	Quilograma	704 000	3 168 000
Batata-doce	Tonelada	3 100	3 100 000
Abacate	Cento	22 100	2 873 000
Banana	Cacho	96 000	2 400 000
Fava	Saco 60 kg	4 320	1 987 200
Milho	Saco 60 kg	13 700	1 849 500
Fumo	Quilograma	121 500	1 377 000

O ramo "indústria" também representa atividade econômica ponderável para o município, como se vê pela produção apresentada na tabela abaixo, organizada com dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, relativos ao ano de 1955.

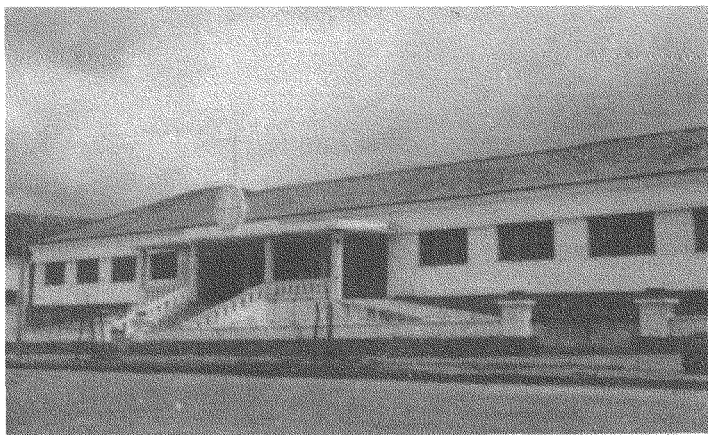
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Benef. algodão em pluma	Quilograma	2 337 879	72 171 157
Fab. pães e prod./padaria	»	1 449 110	17 342 780
Benef. caroço de algodão	»	5 701 033	14 334 562
Benef. de café	»	547 196	10 646 435
Fab. de sabão	»	117 760	1 478 980
Fab. de vinhos diversos	Litro	315 365	1 437 565
Fab. móveis diversos	Unidade	834	1 075 900
Fab. de arados	»	500	900 000
Fab. de tijolos	milheiro	970	776 000
Benef. de piolho algodão	Quilograma	655 637	671 785
Exp. águas hidrominerais	Litro	108 284	324 852

MEIOS DE TRANSPORTE — Garanhuns (sede) está ligada às seguintes cidades: São Bento do Una, 60 km por

Rádio Difusora local.

meio de rodovia; Angelim, 20 km por meio de rodovia e 28 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Correntes, 42 km por meio de rodovia; Bom Conselho, 49 km por meio de rodovia; Pedra, 78 km por meio de rodovia e Palmeirina, 47 km também por rodovia. Comunica-se com a Capital do Estado por ferrovia, 237 km (R.F.N.) e por rodovia, ... 271 km. Com a Capital Federal a ligação é feita via Recife.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 5 estabelecimentos bancários: Cooperativa Banco de Garanhuns, Ltda. e agências, do Banco do Brasil, S. A., Banco do Povo, S. A., Banco Nacional de Pernambuco, S. A. e Caixa Econômica Federal (1 496 cadernetas em circulação e ...... Cr$ 6 685 514,30, o valor dos depósitos). Há ainda três cooperativas de crédito. O intercâmbio comercial é feito com as cidades do Recife, Caruaru, Campina Grande (PB) e os

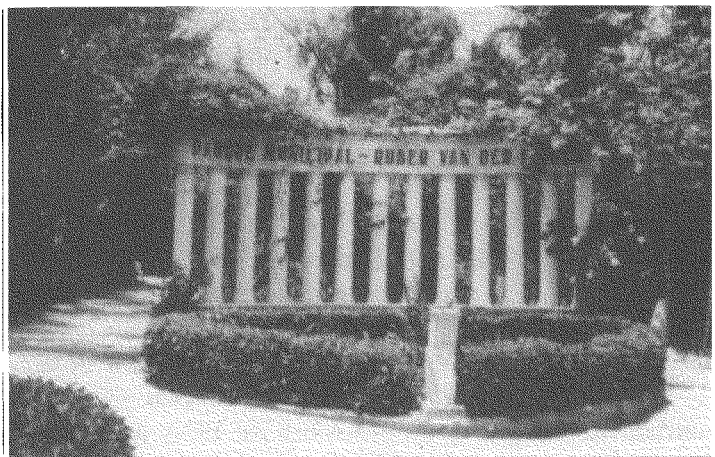
Vista da Catedral.

Associação Garanhuense de Atletismo.

estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O comércio local importa tecidos, combustíveis, ferragens, medicamentos, máquinas, etc.

ASPECTOS URBANOS — Apenas o telefone, como melhoramento urbano, falta à cidade que já é servida por luz (Cia. Hidrelétrica do São Francisco — CHESF), água e calçamento. Dos 110 logradouros existentes, 39 são pavimentados a paralelepípedo, 12 arborizados e 4 arborizados e ajardinados, simultâneamente. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.) e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Há 2 520 ligações elétricas e 1 673 residências são servidas pelo abastecimento d'água. Onze hotéis e 4 pensões abrigam os turistas que procuram a cidade, sendo o preço comum de diárias em hotel de nível médio de Cr$ 100,00. O consumo de energia elétrica atinge a 1 500 000 kWh anuais. Estão registrados na Coletoria Estadual 95 automóveis e 150 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com um hospital — Hospital Dom Moura — na sede, que por ser o único da região é bastante procurado.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais idade, 6 860 homens e 6 977 mulheres são alfabetizados, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Há no município 8 estabelecimentos do ensino pré-primário, 195 do ensino primário fundamental comum, com 6 034 alunos matriculados, 29 do ensino supletivo, 3 do complementar, 3 do secundário, 2 do agrícola, 2 do comercial e 5 do artístico. Há um estabelecimento do ensino pedagógico. Entre os seus educandários destacam-se Colégio Santa Sofia, Colégio Diocesano e Colégio 15 de Novembro. Pelos seus bons estabelecimentos de ensino bem como por seu agradável clima, Garanhuns atrai estudantes de todos os pontos do Estado e mesmo de Estados vizinhos.

Parque Municipal Ruben Van Der Linden.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Garanhuns possui 6 bibliotecas que são — Biblioteca Imaculada Conceição, do Centro de Cultura Imaculada Conceição, semiparticular, de caráter geral e com 2 100 volumes; Biblioteca das Famílias, de propriedade de Maria Alice Almeida, pública, de caráter geral, com 1 122 volumes; Biblioteca Manuel Arão, da Loja Maçônica Mensageiros do Bem, pública, de caráter geral com 2 380 volumes; Biblioteca Dr. George Taylor, do Colégio 15 de Novembro, estudantil, com 2 212 volumes; Biblioteca do Colégio Diocesano, estudantil, com 5 780 volumes e a Biblioteca do Colégio Santa Sofia, estudantil, com 2 300 volumes. O município possui 3 jornais semanais e um mensário em circulação. Uma radioemissora, 3 cinemas e 5 tipografias em funcionamento na sede municipal.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além das datas nacionais os garanhuenses festejam com notável brilhantismo a Circuncisão do Senhor, a Paixão de Cristo e São Sebastião, com concorridas procissões, na parte religiosa, e, na mundana, o carnaval, o Natal, Ano Novo e o São João, épocas em que se fazem presentes os pastoris, reisados, cheganças, os bumba-meu-boi e cateretês.

Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os garanhuenses são assistidos por 10 médicos, 7 advogados, 8 dentistas, 5 farmacêuticos, 1 engenheiro e 8 agrônomos. Por seu clima agradável, tem se tornado em estação de veraneio e férias, atraindo grande número de pessoas, anualmente, com especialidade nos meses de janeiro a março e junho a dezembro, durante os quais a cidade hospeda em média 1 300 pessoas por dia. Nos meses de abril, maio e julho, o número de visitantes é da ordem de 500 diàriamente. A cidade conta com dois parques muito bem arborizados e amplos. O parque "Ruben van der Linden" com exemplares da nossa flora, "play-grounds", "dancings" e várias outras atrações e o parque "Euclides Dourado" também conhecido como "Parque dos Eucaliptos", devido à grande quantidade de árvores dessa espécie ali existente, com campos de volibol, bola-ao-cêsto, pista para patinação, etc. Vale salientar a especial atenção que mereceu do sociólogo Gilberto Freire a feira de Garanhuns, que, não fugindo ao aspectos das demais feiras do Nordeste, apresenta grande quantidade de objetos de arte cerâmica popular e a exposição venda de

doces e beijus feitos pelas negras do "Catainho", sítio que ainda encerra um forte contingente de negros, remanescentes dos antigos quilombos da região. Em eleições populares são eleitos o Prefeito, vice-prefeito e 13 vereadores.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município é cortado pelos rios Mundáu, Inhumas, Canhoto e Riacho Sêco. Conta com um açude no distrito de Garanhuns e outro na vila de Itacatu. Merecem destaque o pico de Magano, localizado na zona suburbana da cidade bem como o morro do Ipiranga, do Triunfo e do Sinai, ainda na zona suburbana. É desconhecida a origem dos topônimos dêsses acidentes. A queda d'água conhecida como "Cachoeira dos Dantas" ou "Inhumas", no distrito de Iratama, já foi objeto de estudos para aproveitamento do seu potencial para fornecimento de energia elétrica à cidade. Todavia, com a chegada da energia elétrica da Cia. Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF), foi o projeto abandonado. O Prefeito é o Sr. Francisco Simão dos Santos Figueira.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 254	7 532	3 236	2 361	3 388
1951	2 094	13 793	4 528	3 052	4 042
1952	3 372	17 189	5 822	3 908	6 286
1953	3 705	15 050	5 280	3 617	5 769
1954	4 044	18 189	5 862	4 001	5 104
1955	5 038	26 340	7 641	5 723	8 470
1956	(1)	25 821	13 049	(2)	12 989

(1) Por não estar terminado o balanço — na data do levantamento — não pôde a Coletoria Federal prestar a informação. — (2) Deixa de constar a informação por não estar terminada a prestação de contas da Prefeitura.

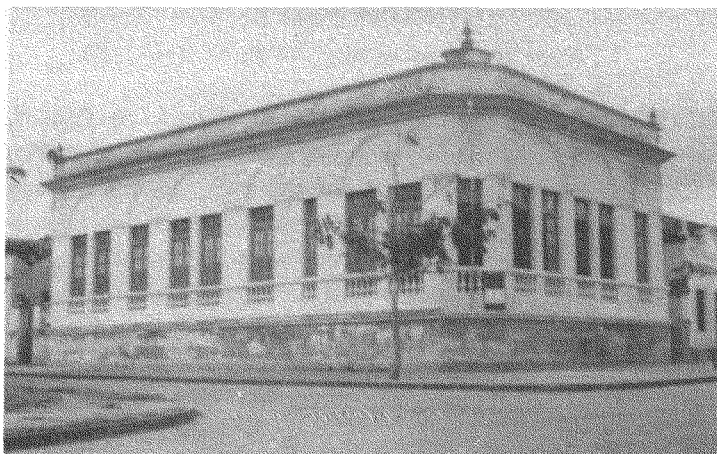
(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

Estátua do Cristo Redentor.

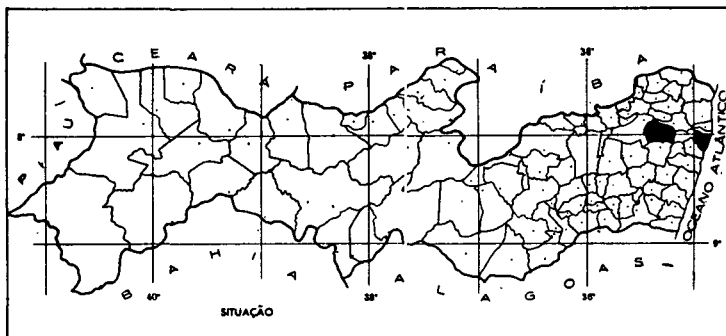
GLÓRIA DO GOITÁ — PE

Mapa Municipal na pág. 543 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição local, a penetração do território do atual município de Glória do Goitá foi feita por negros lavradores, dirigidos pelo prêto David Pereira do Rosário, que recebeu por doação uma parte de terras de grande mata virgem, de uma neta de Duarte Coelho.

David Pereira do Rosário fixou residência no sítio denominado Lagoa Grande (por existir ali uma grande lagoa). Sendo dotado de sincero sentimento religioso, construiu uma pequena casa de oração, no ano de 1760. Isso constituiu um motivo de aproximação de muitas pessoas de pontos distantes e em breve formou-se no local um núcleo de população de casas arruadas. Fêz-se, assim, a povoação de Glória do Goitá que a Lei provincial n.º 38, de 6 de maio de 1837, criou freguesia com território desmembrado do de Luz, sendo instalada em 15 de setembro do mesmo ano, tendo como seu primeiro colado o padre Joaquim Inácio Gonçalves da Luz, falecido em 1869. Por volta de 1775, chegaram os frades do Mosteiro de São Bento de Olinda, o qual tinha comprado, herdado e recebido por doação, três mil braças de terras de sesmaria, na ribeira do Guaytá ou Goitá, como é conhecido até hoje, a fim de fazer a catequese dos pretos. Por fôrça da Lei provincial n.º 1 297, de 9 de julho de 1877, foi criado o município da Glória do Goitá com território desmembrado do de Paudalho. Sua instalação ocorreu a 10 de janeiro do ano seguinte. A comarca da Glória do Goitá foi criada pela Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884. A sede municipal recebeu foros de cidade, em virtude da Lei provincial n.º 1 811, de 27 de junho de 1884. A criação do distrito foi confirmada pela Lei municipal datada de 12 de julho de 1892. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Glória do Goitá figura com os distritos de Glória do Goitá, Duarte Dias e Chã da Alegria, aparecendo no quadro de divisão administrativa correspondente a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com 4 distritos: Glória do Goitá, Duarte Dias, Chã da Alegria e Jardim. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município permanece constituído por 4 distritos: Glória do Goitá, Duarte Dias, Chã da Alegria e Jardim, e compõe o têrmo judiciário único da comarca de igual nome. Essa situação foi mantida na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, observando-se, porém, que, nesse

Prefeitura Municipal.

quadro, o distrito de Jardim se denomina Feira Nova. Pelo Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas entre o município de Glória do Goitá e o de Paudalho. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no período 1944-1948, Glória do Goitá aparece formado pelos seguintes distritos: Glória do Goitá, Apoti (ex-Duarte Dias), Chã da Alegria e Feira Nova. Esta situação permanece até o presente.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 44 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O., numa altitude de 140 metros. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. Suas coordenadas geográficas são: latitude Sul — 8º 01' e longitude W.Gr. — 35º 18'.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 286 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população é de 43 076 habitantes, sendo 21 045 homens e 22 031 mulheres. A densidade demográfica é de 150 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 71% residem no quadro urbano. Estimativa populacional do D.E. para 1.º-VII-1957: 49 703 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Glória do Goitá (sede), 1959 habitantes e as Vilas de Apoti, 441 habitantes; Chã da Alegria, 2 433 habitantes e Feira Nova com 582 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Agricultura. As principais culturas agrícolas são a mandioca, a cana-de-açúcar e o milho. Registram-se 29 estabelecimentos industriais ocupando 189 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas, em 1956, poderão ser observados no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	5 800	986 000,00
Mandioca	»	57 650	33 655 000,00
Milho	Saco 60 kg	28 500	3 420 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital Estadual e mais aos seguintes municípios: Limoeiro (rodovia — 33 km), Paudalho (rodovia — 24 km), São Lourenço da Mata (rodovia — 35 km) e Vitória de Santo Antão (rodovia — 19 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 66 quilômetros da Capital, por rodovia; ou misto: rodovia (19 km) até Vitória de Santo Antão e ferrovia (51 km).

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, existindo na sede do município 23 estabelecimentos do comércio varejista. Não há estabelecimentos bancários. Existem duas cooperativas de crédito na sede.

ASPECTOS URBANOS — Três logradouros são pavimentados a paralelepípedos, um a pedras irregulares; há dois arborizados. A iluminação elétrica conta 500 ligações domiciliárias. Onze automóveis e 39 caminhões foram matriculados na Coletoria Estadual. Funcionam 2 hotéis, com diária média de Cr$ 80,00, e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto Estadual de Higiene, 2 médicos e 2 farmácias prestam assistência médica à população. Há 1 Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, subordinada ao Departamento Estadual da Criança, que distribui leite em pó e presta assistência médica.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 12,8% são alfabetizados, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956 havia 56 unidades do ensino primário fundamental comum, e 5, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula 1 periódico, noticioso e religioso — O SEMEADOR — de apresentação mensal.

Vista parcial da cidade.

Vista da Maternidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(1)	867	...	...	...
1951	—	1 625	...	...	...
1952	—	2 034	...	...	...
1953	—	2 098	...	...	...
1954	—	2 280	...	...	...
1955	—	3 102	...	...	...
1956	—	4 395	...	...	...

(1) O Município ainda não possui a sua Coletoria Federal, os impostos são recolhidos à Coletoria Federal do Limoeiro.

EFEMÉRIDES — Além dos festejos populares comuns a todos os municípios, como carnaval, festas juninas, etc., nenhum outro existe em Goitá. Festeja-se, anualmente, no dia 8 de dezembro a veneranda Imagem de Nossa Senhora da Conceição, em que ocorre tradicional procissão com grande afluência de pessoas são só da cidade e da zona rural, mas também dos municípios circunvizinhos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os filhos ilustres do local, podem-se destacar os nomes de Joaquim de Albuquerque Barros Guimarães, que, tendo-se bacharelado pela Faculdade de Direito do Recife, chegou a ser lente de Direito eclesiástico da mesma Faculdade, e eleito pela congregação para excursionar à Europa com o fim de fazer estudos e investigações a bem do ensino e das ciências do Direito. Escreveu: "Direito civil pátrio, comparado com o romano. Pernambuco, 1878". Foi sua tese inaugural na Faculdade de Direito do Recife. "Memória histórico-acadêmica do ano de 1882". Escreveu ainda o seu "Relatório", tratando da comissão científica à Europa.

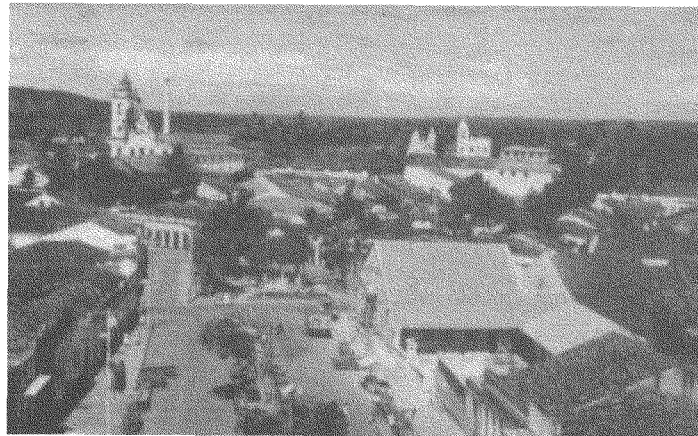
O município conta com um Campo de Sementeira, de propriedade do Govêrno Federal, cuja finalidade é fomentar a produção agrícola. Existem, em atividade, 1 agrônomo e 1 veterinário.

Há 9 vereadores com assento na Câmara Municipal. O Prefeito é o Sr. João Cavalcanti Ferraz Filho.

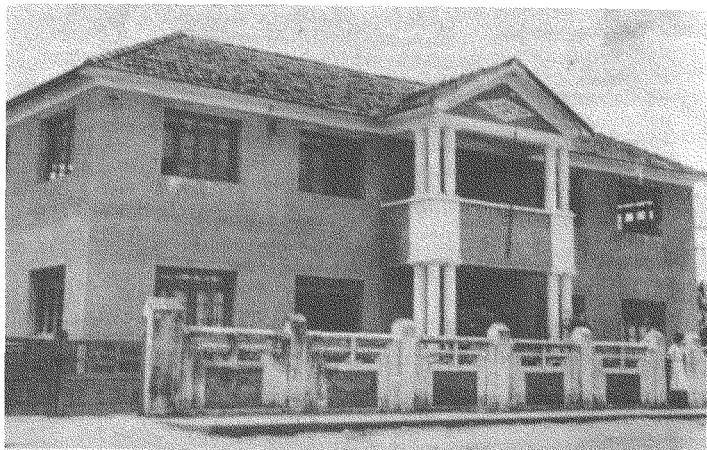
(Autor do histórico — Ademar Dias Maciel — Agente Itinerante, com trechos transcritos do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico" de Sebastião Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

GOIANA — PE

Mapa Municipal na pág. 178 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — É anterior a 1570 a fundação de Goiana, habitada primitivamente por índios Caetés e Potiguares. Em 1568, por ocasião da visita a Pernambuco do então bispo do Brasil, Dr. Frei Antônio Barreiros, foi elevada à categoria de freguesia, pertencente à capitania de Itamaracá. Foi a que mais floresceu, tanto que, por vêzes, foi a sede da capitania. De tal modo desenvolveu-se que, por Provisão régia de 15 de janeiro de 1685, a Câmara e Justiças da capitania se estabeleceram em Goiana que passou à categoria de vila. Por fôrça de Ordem régia de 20 de novembro de 1709, voltaram aquelas vantagens a Itamaracá, perdendo Goiana o título de vila. Desgostosos com o acontecimento, os habitantes dirigiram-se por requerimento ao bispo e também governador interino de Pernambuco, D. Manoel Alvares da Costa, solicitando fôsse dada execução à permissão concedida por El-Rei ao Marquês de Cascaes para criar uma vila, no que foram atendidos em 7 de janeiro de 1711, sendo a instalação efetuada pelo ouvidor-geral Diogo de Paiva Baracho. Tal situação permaneceu até 5 de dezembro de 1713, quando o ouvidor pela Lei, João Guedes Alcoforado, deu à justiça de Itamaracá a jurisdição de tôda a capitania. Não obstante, o ouvidor trienal Dr. Feliciano Pinto de Vasconcelos, "conhecendo as dificuldades assaz grandes que as partes sentiam em demandar justiça nesta ilha (de Itamaracá) resolveu em 1714 fazer algumas audiências em Goiana e o mais que se oferecesse, exemplo êsse que foi seguido pelos juízes ordinários e vereadores" (F. da Gama, Mem. Hist.). Aprovado êsse ato dos vereadores e ouvidos pelo então governador Manoel de Souza Tavares, foi mais tarde confirmada pela Carta régia de 6 de outubro de 1742. Em virtude de resolução do Conselho Geral do Govêrno da Província, de 20 de maio de 1833, que dividiu Pernambuco em nove comarcas, foi Goiana elevada a esta condição. Pela Lei provincial n.º 86, de 5 de maio de 1840, recebeu foros de cidade. Por fôrça da Lei orgânica dos municípios, n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo, sendo instalado em 1.º de março de 1893. De acôrdo com a nova Divisão Territorial fixada para o qüinqüênio 1954-1958, Goiana consta dos distritos de Goiana (sede), Condado, Itaquitinga, Pontas de Pedra e Tejucupapo. Município litorâneo, foi um dos pontos de desembarque de tropas holandesas, e teatro de algumas batalhas. Vale salientar o com-

Vista parcial da cidade.

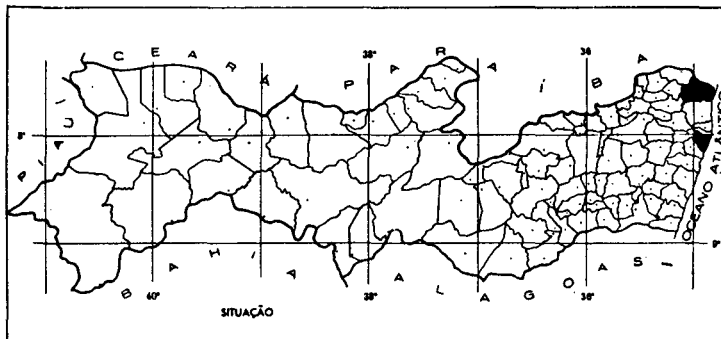
Edifício da Prefeitura Municipal

bate travado, em 12 de janeiro de 1640, entre Goiana e a ilha de Itamaracá, pelas esquadras hispano-portuguêsa do Conde da Tôrre, vinda da Bahia, e a holandesa cuja vitória foi imortalizada pelo mestre flamengo F. Post, em 4 gravuras. Em 1646, no dia 24 de abril, os batavos são totalmente derrotados pelos goianenses em Tejucupapo, onde surgiram as "Heroínas de Tejucupapo". Foi dos municípios que mais se bateram pela abolição da escravatura, tendo

Edifício do S.E.S.I.

sido o primeiro em Pernambuco onde o elemento servil foi extinto, antes mesmo da Lei de 13 de maio de 1888. Berço de alguns notáveis pernambucanos, salientando-se, entre outros, Joaquim Nunes Machado, elemento de proa da Revolução Praieira, considerada por alguns de caráter estritamente social e moldada nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, sem visar interêsses de classes; João

Rua Marechal Deodoro, ao fundo a Igreja Matriz de N. S.ª do Rosário.

Souto Maior, o "Leão de Tejucupapo", grande revolucionário e patriota de 1817; padre Antônio Souto Maior, também herói e mártir da mesma revolução; Basílio Machado, que embora modesto sapateiro, foi dos maiores batalhadores pela causa da abolição — era membro destacado do "Clube do Cupim" e "Clube Abolicionista", e João Antônio Salter de Mendonça, Visconde de Azurara, notável magistrado.

LOCALIZAÇÃO — Latitude S. 7° 33' 40" e longitude W. Gr. 35° 00' 10". Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral e Mata, distando da Capital estadual, em linha reta, 58 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Do tipo As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão, compensado pelos ventos marinhos. Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira.

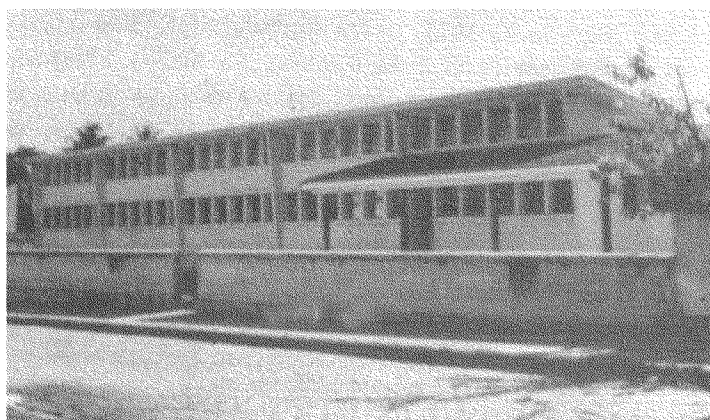
ÁREA — A área territorial do município totaliza .... 739 km².

POPULAÇÃO — O total do município, segundo o Censo de 1950, era de 44 962 habitantes, assim distribuídos: sede, 21 375; vilas de Condado, 7 242; Itaquitinga, 6 613; Pontas de Pedra, 3 421 e Tejucupapo com 6 311 habitantes, Quadro rural, 21 652 habitantes.

Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 51 890 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município conta cinco centros urbanos: Goiana (sede), 13 744; Condado, ... 3 270; Itaquitinga, 2 225; Pontas de Pedra, 2 205 e Tejucupapo com 1 866 habitantes.

Canal de Goiana.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo dados do Recenseamento de 1950 os principais ramos de atividade econômica do município são a "agricultura, pecuária e silvicultura" e a "indústria". Das pessoas presentes em idade ativa, 23% estavam ocupadas no primeiro ramo, e 11,6%, no

Ambulatório do I.A.A.

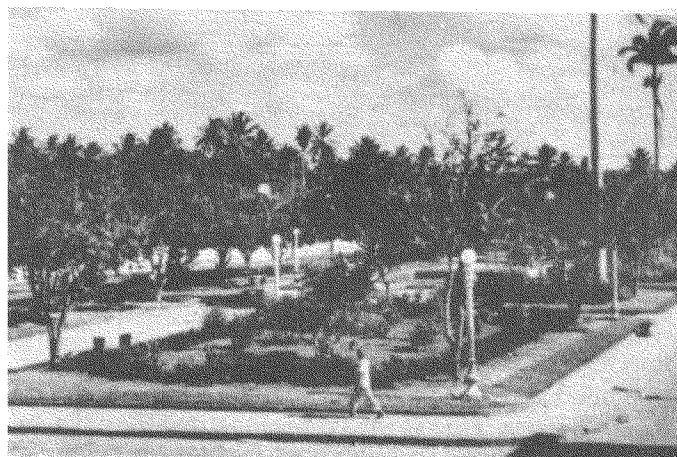
segundo. Na agricultura as principais produções agrícolas apresentaram, no ano de 1955, os seguintes volumes por ordem decrescente de valor:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Cana-de-açúcar	Tonelada	410 000	87 986 000
Côco-da-baía	Cento	68 000	12 240 000
Mandioca	Tonelada	1 200	960 000
Abacate	Cento	4 500	450 000
Laranja	»	8 000	240 000

Praca Duque de Caxias.

Conta o município 56 estabelecimentos industriais ocupando 2 049 pessoas. Entre as principais produções industriais destacam-se a fabricação de cimento, de açúcar, de sacos de algodão, de pães e produtos de padaria, de aguardente de cana, e cal, como se verifica na tabela a seguir, organizada com os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística.

Hospital "Belarmino Correia".

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Cimento	Quilograma	128 446 000	169 395 354
Açúcar	Saco 60 kg	470 367	139 045 186
Sacos de algodão	Unidade	5 414 520	94 680 931
Pães e produtos de padaria	Quilograma	1 126 240	11 118 568
Aguardente de cana	Litro	1 615 056	4 845 168
Cal	Quilograma	7 870 000	4 813 000
Álcool	Litro	829 420	4 118 632
Melaço	»	5 179 046	3 075 928
Capachos de fibra de côco	Dúzia	3 375	2 869 055
Móveis em geral	Unidade	1 641	1 109 400
Tijolos em geral	Milheiro	2 070	983 600

Praça Frei Caneca

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada às seguintes cidades: Nazaré de mata, 54 km por rodovia; Aliança, 40 km por rodovia; També, 36 km por rodovia; Igarassu, 37 km por rodovia e João Pessoa (PB), 66 km por rodovia. Comunica-se com a Capital do Estado por rodovia, 68 km, sendo a ligação com a Capital Federal efetuada via Recife.

Convento de N. S.ª da Soledade.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município dois estabelecimentos bancários e duas cooperativas de crédito — uma agência do Banco do Brasil, S. A. e o Banco Popular de Goiana. O intercâmbio comercial é feito com a Capital e os Estados da Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc. O comércio local adquire entre outros artigos, charque, tecidos, ferragens, louças e vidros, máquinas, etc.

ASPECTOS URBANOS — A Cidade possui quase todos os melhoramentos urbanos: calçamento, luz e telefone. Dos 90 logradouros existentes, 19 são pavimentados, 2 arborizados e 6 arborizados e ajardinados, simultâneamente. A sede é servida pela Cia. Hidrelétrica de Paulo Afonso

(CHESF), já com 910 ligações realizadas, devendo atingir muito em breve a soma de 3 000. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.). O número de aparelhos telefônicos instalados é de 35. Quatro hotéis e 4 pensões abrigam aquêles que procuram a cidade, sendo o preço comum de diárias em hotel de nível médio .... Cr$ 100,00. Na Coletoria Estadual estão registrados 76 automóveis e 120 caminhões.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais de idade, 4 715 homens e 5 106 mulheres são alfabetizados.

Ensino — Há no município 1 unidade do ensino pré-primário, 88 do ensino primário fundamental comum, com 3 600 alunos matriculados, 9 do ensino supletivo, 1, do complementar, 1, do secundário, 1, do comercial, 1, do pedagógico e 4, do ensino artístico. Por seus estabelecimentos de ensino, atrai grande número de jovens da região, inclusive do vizinho Estado da Paraíba.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Goiana possui duas bibliotecas: a do Instituto Histórico, de caráter geral, com cêrca de 300 volumes, e a pertencente à Loja Maçônica "Fraternidade e Progresso", denominada "Gabinete de Leitura Desembargador Francisco Luiz", franqueada ao público, com cêrca de 800 volumes de obras gerais. Na sede funcionam um cinema e 3 tipografias.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Várias são as festas de caráter religioso que merecem destaque, por tradição e pelo grande número de pessoas que atraem à cidade. Vale salientar as procissões do Senhor Morto, dos Passos, da Conceição (Nossa Senhora da Conceição, padroeira dos operários locais) e a de São Lourenço, realizada no povoado do mesmo nome, no distrito de Tejucupapo. Original e tìpicamente local é a festa denominada "Ciranda". Realizada habitualmente aos sábados e domingos, consiste em um poste de madeira tendo em seu tôpo um candeeiro-farol (garrafa cheia de querosene com um bico de flandres e pavio). Um "mestre" ou tirador de versos, um bombo e em volta, formando círculo, um grupo de mulheres respondendo, em côro, às toadas e dançando rìtmicamente.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — Estão no exercício da profissão: 6 médicos, 3 advogados, 3 dentistas, 1 farmacêutico, 1 agrônomo e 1 veterinário. Em eleições populares são eleitos 9 vereadores e o prefeito. Há, no município, tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os seguintes templos católicos: Igreja

Cine "Urubatã".

Vila Operária da Cia. de Tecidos e Fiação.

de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros de Goiana; Igreja e Convento de Nossa Senhora da Soledade, Igreja e Convento do Carmo e a Igreja do Amparo. No distrito de Tejucupapo encontra-se o Obelisco às Heroínas de Tejucupapo, monumento histórico, e na cidade — Praça Frei Caneca — o Cruzeiro do Carmo, verdadeira maravilha de arte em pedra, considerada a maior obra no gênero na América Latina. Na ilha de Itapessoca, situa-se moderna e importante fábrica de cimento, devendo em breve estar instalada uma outra no distrito de Pontas de Pedra. O Prefeito é o Sr. Lourenço Albuquerque Gadelha.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 631	4 021	2 213	1 508	2 200
1951.......	4 547	6 265	2 419	1 769	2 500
1952.......	3 967	8 241	3 341	1 838	3 200
1953.......	4 554	6 498	3 396	2 056	3 500
1954.......	11 786	11 049	3 811	2 385	3 800
1955.......	18 040	14 663	4 630	3 141	4 700
1956 (1)...	18 100	13 200	5 100	3 350	5 500

(1) Até o dia 30 de novembro de 1956.

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

GRAVATÁ — PE

Mapa Municipal na pág. 555 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1808 o local era uma fazenda de gado denominada Caroatá, ou Gravatá, conforme melhor preferiu o povo, derivando o nome da planta ali muito abundante e assim chamada, da família das bromélias, espinhosa e parecida com o pé do ananás, e da qual se tiram fibras tanto ou mais fortes quanto as do linho, e se fazem suadouros de sela, cordas de rêdes, cabrestos de cavalos, etc. Vocábulo indígena, segundo Martius, vem da corrutela da palavra Caranheatá em Gravatá, e significa — erva que arranha, ou espinhosa. A fazenda pertencia a José Justino Carreiro de Miranda, e êste, que era homem de sentimentos religiosos e extremamente devoto de Sant'Ana, erigiu em sua fazenda uma capela dedicada a Sant'Ana, a qual foi terminada, em 1822, por seu filho João Félix Justiniano Car-

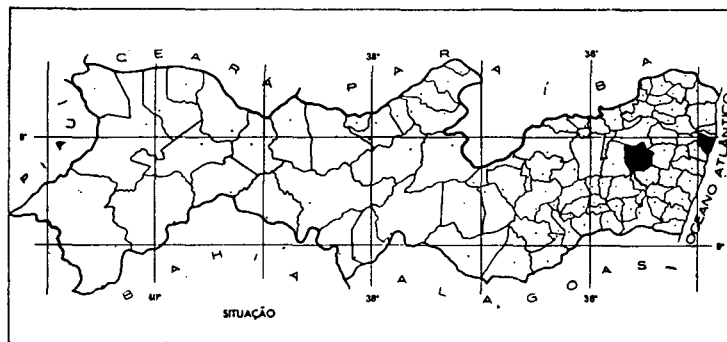
9 — 24 934

Vista parcial da cidade.

reiro de Miranda. Dêsse tempo, aproximadamente, data a fundação do povoado que, gradualmente crescendo, chegou a que a Lei provincial n.º 422, de 25 de maio de 1857, lhe desse a categoria de freguesia, sendo seu primeiro vigário o padre Tito de Barros Corrêa. Foi elevada a vila pela Lei n.º 1 500, de 30 de maio de 1881, instalando-se em 9 de janeiro de 1882, e a cidade e comarca pela Lei n.º 1 805, de 13 de junho de 1884, tendo sido instalada pelo seu primeiro juiz de direito, Dr. Joaquim Guennes da Silva e Mello. No govêrno republicano, constituiu-se município autônomo, de acôrdo com a respectiva Lei orgânica, em 15 de março de 1893, sendo eleito para o primeiro govêrno administrativo municipal: Prefeito, coronel Antônio Avelino do Rêgo Barros; Subprefeito, cidadão Joaquim Porfírio d'Almeida; Conselho Municipal, os cidadãos Antônio Nilo de Medeiros, Felipe Corrêa de S. Tiago, João Joaquim de Souza Peixoto, Manoel Honorato Floro Rios, Francisco Bezerra de Carvalho e José Barbosa da Silva.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Gravatá deve sua criação à Lei provincial n.º 422, de 25 de maio de 1857. A Lei provincial n.º 1 560, de 30 de maio de 1881, criou o município de Gravatá, com território desmembrado do de Bezerros, verificando-se-lhe a instalação em 9 de janeiro de 1883. A sede municipal recebeu foros de cidade por fôrça da Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884. Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Gravatá compõe-se de 4 distritos: Gravatá, Uruçu-Mirim, Chã Grande e Russinha. No quadro de divisão administrativa referente a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Gravatá aparece com os distritos já citados, e mais o de Mandacaru, notando-se, porém, que neste quadro o nome do distrito de Uruçu-Mirim aparece grafado Uruçu Mirim. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei número 92, de 31 de março de 1938, o citado município é constituído pelos seguintes distritos: Gravatá, Chã Grande e Uruçu-Mirim. Tal situação, confirmaram-na os Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceram as divisões territoriais judiciário-administrativas, em vigor nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Continua sem alteração o quadro do município, havendo apenas, a criação do distrito de Mandacaru, ainda não instalado, conforme Lei municipal n.º 300, de 18 de abril de 1955.

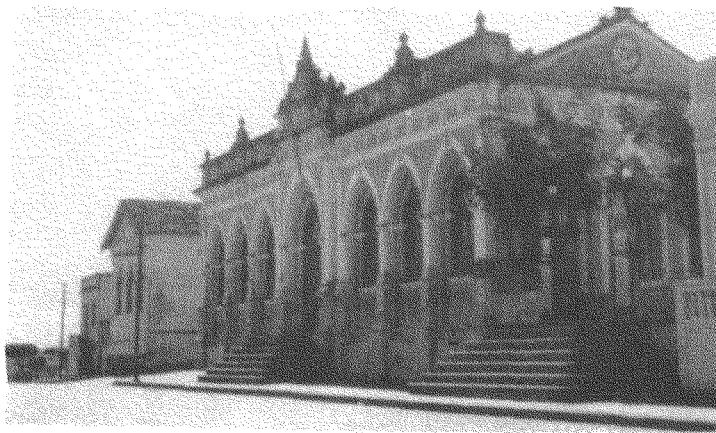
FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Gravatá foi criada pela Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884. Nos quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Gravatá compõe o têrmo judiciário único da comarca de igual nome, assim permanecendo na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Segundo a divisão judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, vigente em 1944-1948, permanece a comarca de Gravatá formada apenas pelo têrmo de Gravatá. Atualmente, o município é sede de comarca, com os distritos de Gravatá (sede), Chã Grande e Uruçu-Mirim.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. A sede está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 77 km da Capital do Estado, na direção O.S.O., numa altitude de 446 m. As coordenadas geográficas são: Latitude Sul 8° 12' 16",2, e longitude W.Gr. 35° 35' 09",8.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima As', compensado pela altitude. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. Na faixa de transição do Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 794 km².

POPULAÇÃO — É de 47 859 hab., de acôrdo com o Censo de 1950, sendo 23 170 homens e 24 589 mulheres. A densidade demográfica é de 69 hab./km², com 13,4% da população residindo no quadro urbano.

Estimativa populacional do D.E.E., para 1.º-VII-57: 55 221 habitantes.

Prefeitura Municipal.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Gravatá ..... 10 816 habitantes e as vilas de: Chã Grande — 1 162 habitantes e Uruçu-Mirim — 441 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 37,6% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" e 7,5%, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. Agricultura é a base da economia do município. Café, algodão, fumo, mandioca, feijão, milho e agave, são as principais culturas agrícolas. Registram-se 71 estabelecimentos industriais ocupando 378 pessoas.

Igreja Matriz de N. S.ª de Santana.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Agave	Quilograma	12 240 000	42 840 000,00
Algodão	»	265 500	1 753 500,00
Café	»	598 500	13 965 000,00
Feijão	Saco 60 kg	5 600	2 240 000,00
Fumo	Quilograma	375 000	3 500 000,00
Mandioca	Tonelada	17 850	8 330 000,00
Milho	Saco 60 kg	14 200	1 988 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Gravatá está ligado às capitais estadual e federal e ainda aos seguintes municípios: Limoeiro (72 km), Vitória de Santo Antão (37 km), Amaraji (42 km), Bonito (51 km), Bezerros (22 km) e Cortês (60 km). É servido por linhas de ônibus intermunicipais e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 93 km da Capital estadual, por rodovia, 89 km por ferrovia e 77 km por via aérea.

Edifício do Forum.

COMÉRCIO E BANCOS — É apreciável o movimento comercial, contando-se 19 estabelecimentos atacadistas e 97 varejistas. Há 1 estabelecimento bancário (matriz) e 2 cooperativas de crédito em funcionamento.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui cinco ruas, duas praças e duas travessas calçadas a paralelepípedo, com uma área de 15 289 m². São 13 logradouros arborizados. A iluminação é elétrica, com 1 092 ligações. A Rêde Ferroviária do Nordeste e a Prefeitura mantêm um serviço de abastecimento d'água, beneficiando 27 logradouros e 401 prédios. Uma agência postal-telegráfica opera na sede, e uma postal, em Chã Grande, ambas do D.C.T. Nove são os hotéis, com a diária de Cr$ 70,00. Existe um cinema com a lotação de 470 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população do município os seguintes estabelecimentos: Casa de Saúde Santana, particular, com 25 leitos; Pôsto Estadual de Higiene, Pôsto Municipal de Higiene e Pôsto de Puericultura. No exercício da profissão, acham-se 3 médicos, 4 dentistas, 4 farmacêuticos, com número respectivo de farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Do total das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 20,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 71 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 2 693 alunos matriculados, 23 do ensino supletivo, 2 do ensino secundário, e 2, de outros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca municipal "Rafael Cavalcanti de Albuquerque", de caráter

Ginásio Municipal.

Rua Cleto Campelo.

geral, inaugurada em 1952, possuindo 1 050 volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	891	1 599	651	1 590
1951	...	1 484	1 897	779	1 848
1952	...	1 648	1 955	960	2 024
1953	...	1 741	2 430	1 010	2 196
1954	...	1 797	2 623	1 014	2 575
1955	...	2 897	2 614	1 225	2 873
1956 (2)	...	1 315	2 700	1 382	2 700

(1) A arrecadação é feita englobadamente pela Coletoria do Município dos Bezerros. Não existe Coletoria Federal no Município. — (2) Orçamento.

FESTEJOS POPULARES — Os maiores festejos do município são os da padroeira da cidade e distrito de Chã Grande, consagrados à Virgem e a São José, respectivamente, realizados nos dias 6 de janeiro e 19 de março, precedidos de novenário, e com procissões no encerramento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O "Monte Cruzeiro" que fica localizado na parte suburbana da cidade em cujo cume foi erigido um grande cruzeiro comemorativo da passagem do século XIX, sendo festivamente inaugurado em 1.º de janeiro de 1901. Anos depois foi construída uma capela dedicada a "Cristo Rei", em 28-6-1941, foi inaugurado um monumento a Cristo Redentor, de autoria de Caetano Alves Varela — artista gravataense. O monumento fica ao lado do "Cruzeiro". Em 1.º de novembro de 1953, foi inaugurada uma escada com 365 degraus, que vai até à parte da base do "Cruzeiro", construída com o auxílio do povo e a cooperação da Prefeitura Municipal. Chama-se "Escada da Felicidade".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município possui um campo de pouso pertencente à Secretaria de Agricultura, localizado à Rua Governador Agamemnon Magalhães, na sede. Existe uma pequena queda d'água com o nome de cachoeira "Pai Dégua", no riacho Vertentes, situada no Sítio Brejo Velho, do 1.º distrito, que não tendo sido aproveitada, não teve calculada a sua potência.

Gravatá é muito procurada por pessoas doentes, principalmente portadoras de tuberculose pulmonar, que vêm de diversas localidades do Estado, atraídas pelo clima local. Entretanto, não dispõe de adaptações para estação de repouso ou cura. A antiga igreja da paróquia de Santana, construída em 1822, foi demolida em 1940, sendo erigida outra, em local próximo, em 1938, e inaugurada em 1940 pelo Cônego José Elias de Almeida, que ainda continua como seu pároco. Em 1956 existiam nove vereadores em exercício e 8 050 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. Aarão Luís de Andrade Lima.

(Autor do histórico — Sebastião V. Galvão; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

IGARASSU — PE

Mapa Municipal na pág. 183 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Diz a tradição histórica que foi Igarassu o primeiro lugar que se povoou no Estado de Pernambuco. Seu primeiro templo é atribuído à vitória ganha, em 27 de setembro de 1530, sôbre os potigoarás e franceses que ali se achavam e se aliaram àqueles, por Duarte Coelho Pereira, que de volta de Malaca, na Ásia, passando em Igarassu e desembarcando, bateu-se completamente com os valorosos companheiros que vinham ao seu lado. E como aquêle dia era consagrado pela Igreja aos Santos Cosme e Damião, como devoto de graça, o vencedor resolveu perpetuar a vitória em um templo consagrado aos referidos Santos Mártires. Seguindo para a Europa, e ciente El-rei D. João III do fato, por ocasião da divisão do Brasil em capitanias, como recompensa daquele serviço e de outros prestados na Índia, fêz, por Carta régia de 10 de março de 1534, a doação das terras de Pernambuco, sendo o foral lavrado em 24 de setembro do mesmo ano. Em 9 de março de 1535, fundeou a armada do pôrto de Tamaracá e Duarte Coelho saltou com sua família e gente no sítio dos Marcos, à margem do rio Igarassu, limite de suas terras com as de Itamaracá. Há, porém, quem atribua haver engano nessa data de 1530, querendo que a vitória sôbre os potigoarás e franceses tivesse ocorrido em 1535; ou, a conservar a data, o vencedor fôsse Pero Lopes de Souza, Martim Affonso de Sousa ou Cristóvão Jacques, porque dos estudos das diversas épocas da vida de Duarte Coelho não tem sido fácil encontrá-lo em Pernambuco no aludido ano. É preciso, pois, mais luz sôbre êsse assunto que até agora os documentos conhecidos não têm esclarecido. Em 1.º de maio de 1632, o general Werdenbourg,

Trecho da Rua Dantas Barreto com a Rua João Elízio.

Convento de Santo Antônio.

que às 11 horas da noite anterior havia saído do Recife, guiado por Calabar, com 1 500 homens, ataca a vila de Igarassu na ocasião da missa. A vila foi saqueada. Alguns historiadores dizem que o inimigo cometeu grandes atrocidades, sobretudo, Fr. Manoel Calado e Fr. Manoel de Jesus; outros, porém, nem sequer falam nisso, e é interessante que Duarte Albuquerque (Marquês de Basto) também não o consignasse em sua "Memórias Diárias". A 28 de novembro de 1848, o coronel comandante das fôrças legais acampadas em Igarassu, José Vicente de Amorim Bezerra, dirigiu uma proclamação aos seus habitantes aconselhando-os a deixarem as fileiras dos revoltosos, que nesse dia haviam sido derrotados em Nazaré.

Não há documentos para se afirmar a época em que Igarassu teve a categoria de freguesia; há, porém, suposição de ter sido em 1550. El-rei D. João III, no século XVI, lhe conferiu o título de vila, denominando-a de — *Muito nobre, sempre leal e mais antiga vila da Santa Cruz de SS. Cosme e Damião.* Pela Lei n.º 44, de 12 de junho de 1837, combinada com a de n.º 83, de 5 de maio de 1840, limita ao norte com a freguesia de Goiana pela barra do rio Igarassu, com a de Tejucupapo pela Mangabeira e pelas águas que entram da mesma Ilha e rio Igarassu e com a de Tracunhaém pelas águas que correm para o Araripe, e daí para o sul com a de Maranguape pela Barra de Maria Farinha; a leste com a costa do mar; e ao oeste com a freguesia de São Lourenço pela mata de Mirueira, com a de Tracunhaém pelos engenhos Papicu, Aldeia e Lages, e com a de Nazaré. Pela Lei n.º 550, de 20 de abril de 1863, todo o território da freguesia de Goiana, que antes da Lei n.º 226 fazia parte do município de Igarassu, passou a pertencer-lhe, bem como os engenhos Água, Mussape, Pindobinha, Aguiar, Improviso, Mussapinho e Caiape e a propriedade Arregalado, pela Lei n.º 603, de 13 de maio de 1864; e igualmente a parte do engenho Chã Grande, que pertencia a Goiana, pela Lei n.º 816, de 11 de maio de 1868. De acôrdo com a Lei Orgânica dos municípios n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo em 28 de fevereiro de 1893, tendo sido seu primeiro govêrno administrativo: Prefeito, coronel João Francisco do Amaral; Subprefeito, coronel Napoleão César Duarte; e Conselho Municipal: Dr. José Joaquim Coelho Leite, tenente Francisco C. Teixeira d'Araújo e Silva, tenente-coronel Francisco Joaquim Cavalcanti Galvão e capitão Jerônimo Leitão da Costa Machado. Pela Lei n.º 130, de 3 de julho de 1895, teve a categoria de cidade.

Grupo Escolar São Cosme e Damião.

Igarassu tem sido o berço de muitos filhos distintos, podendo-se mencionar entre outros os seguintes: o P.e Miguel Roiz Sepúlvedo, nascido em 1690 e falecido em 1768. Foi o fundador do recolhimento de donzelas, de Igarassu, ao qual doou todos os seus bens, compreendendo uma grande propriedade na hoje cidade, uma fazenda de gado no sertão, tendo iniciado a obra o P.e Malagrida e, em 1742, fazendo entrada no recolhimento as primeiras virgens. A êle também foi devida a capela do recolhimento, acabada em 1758. Doutor Fr. Feliciano de Mello, nascido em 1679, grande ilustração sacerdotal, orador notabilíssimo em seu tempo. — Doutor Fr. Ruperto de Jesus, nascido em 1644, beneditino, eloqüentíssimo pregador e varão notável por suas virtudes — Joaquim Domingues de Souza Bandeira, José Carneiro Carvalho da Cunha Beringuel, João Gonçalves Bezerra e P.e Antônio Gonçalves Bezerra, vítimas na revolução republicana de 1817. Na ilha de Itamaracá nasceram: Antônio Fernandes Padilha, militar distinto e veterano da Independência Nacional em que prestou assinalados serviços à pátria; P.e Antônio Gomes Pacheco, sacerdote ilustrado, poeta e literato; Bento Corrêa Lima, mártir de 1710; Antônio Barboza e José Francisco do Desterro, patriotas de 1817.

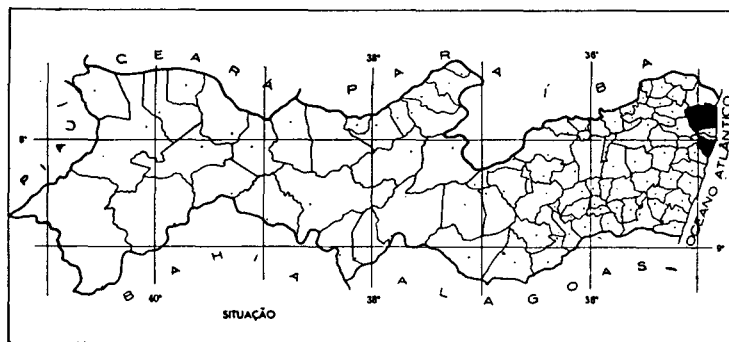
Rua Bernardo Vieira, antiga Rua Livramento.

A estação telegráfica de Igarassu foi aberta ao serviço em agôsto de 1876.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — A criação do distrito e do município de Igarassu remonta ao século XVI, sendo que a do distrito foi levada a efeito no ano de 1550. A Lei estadual n.º 130, de 28 de junho de 1895, elevou à categoria de cidade a sede municipal. Na "Divisão Administrativa, em 1911", Igarassu compõe-se de 3 distritos: Igarassu, Itapissuma e Pilar (Ilha de Itamaracá). No quadro de divisão admi-

nistrativa do Brasil, relativo a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" e no de divisão territorial datado de 31-12-1936, o município é formado pelos distritos de Igarassu, Itapissuma, Chã do Estêvão e Itamaracá (sem Pilar). Segundo o quadro de divisão territorial datado de 31-12-1937 e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Igarassu permanece com os distritos de Igarassu, Itapissuma, Chã do Estêvão e Itamaracá, notando-se, entretanto, que, no referido quadro anexo ao Decreto-lei n.º 92, o distrito de Itamaracá se denomina Pilar. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 235, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município e, conseqüentemente, o distrito de Igarassu tiveram seu topônimo alterado para Igarassu. Na supramencionada divisão territorial, Igarassu figura com o distrito-sede e os de Araçoiaba (ex-Chã do Estêvão), Itamaracá e Itapissuma. Tal situação foi mantida na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943. Em 30 de maio de 1953, pela Lei municipal n.º 148, de 30 de maio de 1953, foram criados os distritos de Nova Cruz e Três Ladeiras; o primeiro, com território da sede, e o segundo, de Araçoiaba. Nova Cruz instalado, oficialmente, em 1.º de dezembro de 1954 e Três Ladeiras em 12 de julho de 1954. A criação dêstes distritos foi confirmada pela Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Igarassu é têrmo judiciário da comarca de Goiana. O Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, alterou o nome do têrmo de Igarassu para Igaraçu, mantendo-o, porém, sob a jurisdição da comarca de Goiana. Em face do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial administrativo-judiciária de Pernambuco, o têrmo de Igarassu foi desmembrado da comarca de Goiana para constituir a nova comarca de Paulista. A partir de janeiro de 1949, o município é sede de comarca.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Igarassu está situada a 24 km, em linha reta, da Capital do Estado, na direção N.N.E. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-Mata, numa altitude de 20 metros. As coordenadas geográficas são: 7º 50' 45" de latitude Sul e 34º 50' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja Matriz de São Cosme e Damião.

CLIMA — Tipo de clima *As'*, compensado pelos ventos marítimos. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 450 km².

POPULAÇÃO — É de 33 985 habitantes, segundo o Censo, sendo 17 298 homens e 16 687 mulheres. A densidade demográfica é de 75 habitantes por km². Da população, 4% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 39 213 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Igarassu, com 2 116 habitantes e as vilas de Araçoiaba — 329 habitantes; Itamaracá — 1 914 habitantes e Itapissuma — 2 322 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes de 10 anos e mais, 28,2% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 8,5%, na indústria, 6,2%, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na indústria e na agricultura. Cana-de-açúcar, mandioca, inhame, laranja e côco, são as principais culturas agrícolas. Há 92 estabelecimentos industriais ocupando 503 pessoas.

Volume e valor da produção agrícola dos principais produtos, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar	Tonelada	98 000	13 720 000,00
Côco	Cento	90 000	16 200 000,00
Laranja	»	27 000	1 350 000,00
Mandioca	Tonelada	71 000	54 000 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Igarassu está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Nazaré da Mata (54 km), Goiana (37 km), Paulista (14 km) e Paudalho (75 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 30 km, por rodovia, da Capital estadual, 224 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É muito pequeno o movimento comercial, com apenas 10 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — São 21 logradouros, com apenas dois pavimentados a paralelepípedo e pedras irregulares, numa área total de 2 000 m² e 1 750 m², respectivamente. Há iluminação elétrica. Contam-se três agências postais-telegráficas: na sede, em Itamaracá, e Itapissuma. Funciona

Convento do Sagrado Coração de Jesus.

um cinema, com lotação de 120 lugares. Existiam, em 1956, matriculados na Coletoria Estadual, 18 automóveis e 42 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui um Pôsto Estadual de Higiene, na sede, e subposto em Itapissuma; uma Policlínica da Colônia Z-11; a Colônia Ulisses Pernambucano, para doenças mentais, com 216 leitos; uma Policlínica de Pescadores. Há 6 médicos em atividade nesses estabelecimentos de assistência, dos quais, apenas dois, residem no município. Existem, ainda, 2 dentistas e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Os 18,5% das pessoas presentes, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 1 unidade do ensino pré-primário, 67 do ensino primário fundamental comum, com 2 053 alunos matriculados, e 11 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há diários. Circula o mensário "Voz de Igarassu", órgão lítero-noticioso. Registra-se uma biblioteca, com cêrca de 1 200 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	408	...	1 100	840	650
1951	414	...	1 100	840	1 655
1952	558	3 919	1 220	1 220	1 583
1953	471	4 243	1 781	1 220	1 583
1954	631	4 970	1 775	1 772	1 982
1955	789	7 270	1 948	1 962	1 809
1956	721	7 738	...	2 300	...

FESTEJOS POPULARES — Na cidade celebra-se a tradicional festa dos padroeiros, Santos Cosme e Damião, a 27 de setembro, e de São Sebastião, a 20 de janeiro. Natal e Ano Novo são também comemorados. No distrito de Itamaracá, a 2 de fevereiro, é tradicional a festa de Nossa Senhora do Pilar. No distrito de Itapissuma são grandes as celebrações, a 10 de janeiro, dedicadas a São Gonçalo do Amarante, que têm início 8 dias antes, com uma procissão marítima.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O rio São Domingos possui uma queda d'água situada no Engenho Monjope, atualmente pertencente ao Estado, com capacidade de 492 kW, em cujo local já prèviamente estudado, o S.V.O.P. vai instalar mais um serviço de abastecimento d'água para o Recife.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Filhos ilustres da região: Antero Vieira da Cunha, nasceu em 1837, foi agraciado com o título de barão, por Decreto de 20 de março de 1875, faleceu a 2 de agôsto de 1905. — Barão de Itapissuma — Epaminondas Vieira da Cunha, nasceu em 1829, foi agraciado com o título a 8 de março de 1880, faleceu no seu engenho Araripe de Baixo, a 29-6-1910. — Conselheiro João Alfredo — nasceu em Igarassu no dia 12 de dezembro de 1835, foi Ministro do Império no Gabinete de ..... 29-9-1871, interino na agricultura em 29 de novembro do mesmo ano, a 10 de março de 1888. Organizou o Gabinete Ministerial que o imortalizou com a lei que extinguiu o elemento servil do País, tomou parte nos feitos de 13 de maio de 1888; hoje êsse grande filho de Igarassu continua sendo venerado por todos quantos conhecem o seu passado. — Cosme de Sá Pereira — O maior dos médicos de sua época, nasceu em Igaraçu a 10 de setembro de 1817, como estudante, aos 19 anos, foi escolhido para saudar o Bispo de Olinda e Recife, D. João da Purificação Marques Perdigão, na visita pastoral que fêz a Igarassu. — Antônio Pedro de Figueredo — Escritor e sociólogo, nascido em Igarassu a 22 de maio de 1822 e falecido a 25 de agôsto de 1859.

Constituem objeto de turismo a Matriz dos Santos Cosme e Damião, construída em 1535, constando ser a igreja mais antiga do Brasil, e o Convento de Santo Antônio, na cidade; Igreja da Conceição na ilha de Itamaracá. Êsses templos são interessantes pela tradição histórica e originalidade de estrutura.

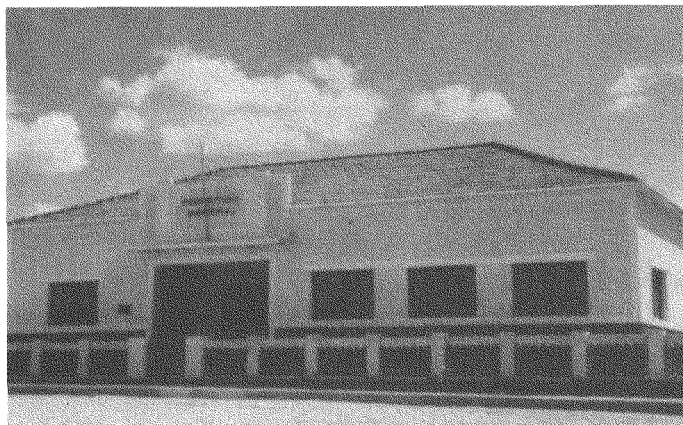
A administração municipal estuda o aproveitamento de energia da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, cuja rêde passa pelo distrito da sede, em direção a Goiana.

Em 1956, existiam 9 vereadores em exercício, 5 812 eleitores inscritos. Há um advogado em atividade profissional. O Prefeito é o Sr. Miguel Correia Guedes Gondim.

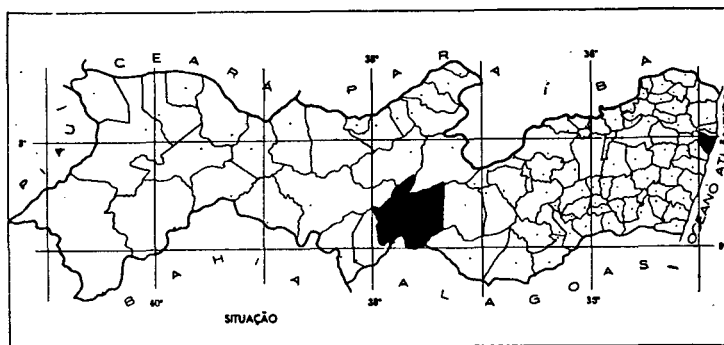
(Autor do histórico — Sebastião Vasconcelos Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

INAJÁ — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em princípio do ano de 1800, existia à margem do rio Moxotó, uma propriedade pertencente a Jerônimo Bezerra de Carvalho e sua mulher, Tereza de Jesus Maria. Nessa época, apareceram os Srs. Cirilo Gomes de Araújo e Domingos Gomes de Souza, os quais compraram a referida propriedade, sendo edificadas as duas primeiras casas. Iniciaram suas atividades como agricultores e criadores, e deram o nome de "Fazenda Espírito Santo", à pro-

Prefeitura Municipal.

priedade adquirida. Sendo hábito dos antigos instalarem-se onde houvesse água, acharam conveniente os referidos senhores esta região, por ter a mesma o precioso líquido em abundância. Daí por diante, começou a evoluir-se gradativamente até ser a povoação elevada à categoria de Vila Espírito Santo, pertencente ao município de Tacaratu, sendo no ano de 1925 desmembrada daquele município, para o de Moxotó. De acôrdo com a Lei n.º 14, de 8 de outubro de 1948, da Câmara de Vereadores do município de Moxotó, foi a sede transferida para a vila de Inajá, sendo a mesma elevada à categoria de cidade a 2 de fevereiro de 1950. A vila de Moxotó foi criada pela Lei estadual número 991, de 1.º de julho de 1909. O município dêsse nome, criou-o a Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, com território desmembrado dos municípios de Tacaratu, Alagoa de Baixo e Buíque. Sua instalação se verificou a 1.º de janeiro do ano seguinte. A mesma Lei que criou o município, concedeu à sede municipal foros de cidade. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o citado município compreende 4 distritos: Moxotó, Mariana, Jeritacó e Espírito Santo. Segundo os quadros de divisão territorial de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Moxotó continua com os mesmos distritos mencionados em 1933. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município sofre uma única alteração: o distrito de Jeritacó passou a chamar-se Mirim. Finalmente, em vista do Decreto-lei estadual número 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, a situação distrital do município de Moxotó continua a ser: Moxotó, Ibimirim (ex-Mirim), Inajá (ex-Espírito Santo) e Manari (ex-Mariana). De acôrdo com a Lei n.º 14, de 8 de outubro de 1948, da Câmara Municipal, foi a sede transferida para o distrito de Inajá, sendo o mesmo elevado à categoria de cidade, situação que permanece até a presente data. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, e a divisão territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município de Moxotó é têrmo judiciário da comarca de Buíque. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco, para vigorar no qüinqüênio .... 1944-1948, foi criada a comarca de Moxotó, constituída pelo têrmo judiciário único dêsse mesmo nome, desmembrado da comarca de Buíque. Com a transferência da sede do município para Inajá, conforme Lei municipal aprovada pela Assembléia Legislativa, de acôrdo com a Lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, tornou-se o mesmo sede de comarca, com os distritos estabelecidos pela divisão Administrativa, situação que permanece até o momento.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município acha-se a 341 km da Capital do Estado, por rodovia. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão Baixo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima Bshs' — Quente semi-árido. Pertence à Faixa de transição do Polígono das Sêcas. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 3 288 km².

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 apurou uma população de 21 400 habitantes: 10 341 homens e 11 059 mulheres. 6,5 hab./km². 6,7% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957 — 24 692 habitantes.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Inajá ..... (773 hab.) e as vilas de Ibimirim (604 hab.) Manari .... (380 hab.) e Moxotó (306 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 37,8% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 4,7%, na indêstria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Milho, feijão, algodão, mandioca e mamona são as principais culturas agrícolas do município.

Vista parcial da cidade.

Capela de Santo Antônio.

Volume e valor da produção agrícola dos principais produtos, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	22 500	142 500,00
Feijão	Saco 60 kg	200	80 000,00
Mamona	Quilograma	5 300	15 900,00
Mandioca	Tonelada	318	47 700,00
Milho	Saco 60 kg	450	45 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Floresta (148 km), Custódia (156 km), Sertânia (134 km), Buíque (131 km), Águas Belas (101 km), Tacaratu ..... (60 km) e Mata Grande, AL (30 km). Acha-se a 341 km da Capital estadual, por rodovia, 359 km mistos (90 km por rodovia até Arcoverde e daí por ferrovia, 269 km).

COMÉRCIO E BANCOS — Há 2 estabelecimentos do comércio atacadista e 14, do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Os logradouros existentes não são pavimentados, havendo 3 arborizados. Dos prédios que existem nas zonas urbana e suburbana, apenas 72 possuem iluminação domiciliária. Três caminhões foram registrados na Coletoria Estadual em 1956. Há agências postais no distrito da sede, em Ibimirim e em Moxotó, e um Pôsto Telegráfico da Fôrça Pública funcionando na sede municipal. Funcionava um hotel em 1956, cobrando uma diária média de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Uma farmácia e um Pôsto Estadual de Higiene funcionavam em 1956.

Grupo Escolar C.el Antônio Guilherme.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 52 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 666 alunos matriculados, e 2 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	935	553	132	516
1951	...	1 038	610	240	575
1952	...	1 198	771	273	923
1953	...	936	992	202	1 008
1954	...	1 201	1 175	241	994
1955	...	1 475	997	385	1 114
1956 (1)	...	1 629	1 034	295	1 034

(1) Orçamento.

FESTEJOS POPULARES — Celebra-se no município, anualmente, a festa do padroeiro da cidade, Santo Antônio, em 13 de junho, com procissão, etc. Também Natal, Ano Novo e São João são festas realizadas no município.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O principal acidente geográfico é a serra Negra, local onde habitavam antigamente os indígenas. Com floresta abundante, aí são encontradas árvores cujos troncos têm diâmetro tão grande que são necessários oito homens de braços abertos e mãos dadas, para circunscrevê-las. Há ainda a lagoa do Puiu, próxima ao povoado do mesmo nome, com a originalidade de possuir uma parte de suas águas doce, e outra, salgada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tomaram assento na Câmara Municipal, com as últimas eleições, nove vereadores. O total de eleitores inscritos, em 1956, foi de 4 502. O Prefeito é o Sr. Arcelino Cursino e Melo.

(Autor do histórico — Ademar Evaristo de Morais — A.E.; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — D.E.E. e A.M.E.)

IPOJUCA — PE

Mapa Municipal na pág. 203 do 4.º Vol.

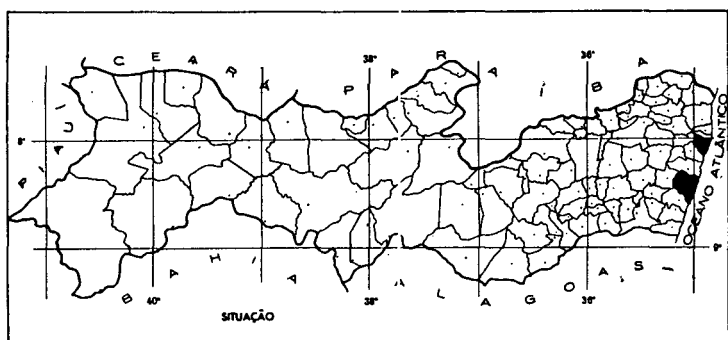
HISTÓRICO — O povoado do município é bastante antigo. No entanto não se possuem dados exatos acêrca da fundação da localidade, que deve ter surgido da doação de sesmarias, ainda no primeiro século da colonização. Entre as famílias que se estabeleceram inicialmente na várzea do Ipojuca, mencionam-se os Lacerdas, Cavalcanti, Rolim, e Moura. De acôrdo com informação prestada pelo vigário Firmino José Dias de Araujo Figueirêdo ao bispo, D. José da Silva Barros, em 1881, a freguesia de Ipojuca foi fundada em 1956, tendo sido o primeiro vigário o padre Sebastião Rodrigues. Por ocasião da invasão holandesa, a região do atual município de Ipojuca contava já com muitos engenhos de açúcar, graças à fertilidade das suas terras, ricas em massapé, de maneira que mereceu a atenção do in-

Praça Getúlio Vargas

vasor. Em 17 de julho de 1645, começou a luta em Ipojuca para a expulsão dos batavos, dirigida pelo capitão-mor Amador de Araujo, que contava com 16 homens armados. A luta teve início com um incidente entre um judeu e um morador da localidade, aproveitando-se os habitantes para combater os invasores. O destacamento holandês tentou manter a ordem, mas o povo incentivado por Amador de Araujo, mesmo sem armas apropriadas, incendiou o quartel holandês e matou muitos soldados invasores. Do Recife foi enviado um refôrço holandês, comandado pelo coronel Haus. O encontro com as fôrças pernambucanas realizou-se, no dia 23-VII-1645, no engenho Tabatinga. No dia 23, os insurretos de Ipojuca, numa emboscada, atacaram os holandeses, derrotando-os completamente. Em seguida, o capitão-mor Amador de Araujo e a sua tropa marcharam até a Várzea, a fim de fazer junção com as fôrças de Fernandes Vieira. Posteriormente tomaram parte no combate de Tabocas. Na revolução de 1817, travou-se combate em Ipojuca, sendo vencidas as tropas de Domingos Martins.

Ipojuca foi vila e têrmo pela Lei 499, de 29-V-1861, e comarca, por decreto do Governador em 10-VIII-1890, já no período republicano, sendo o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Eduardo Correia da Silva, que instalou a comarca a 19 de agôsto do mesmo ano. De acôrdo com a Lei n.º 52, de 3-VIII-1857, foi constituído município autônomo em 28-III-1890, sendo o seu primeiro Prefeito o tenente-coronel Antônio Luiz de Melo Marques, Subprefeito, Gervásio José da Costa, Conselheiros: Manoel Olímpio de Barros, Manoel Francisco do Rêgo, Felipe de Sá e Albuquerque, Joaquim Bento da Costa e Vitorino Veríssimo da Costa. A Lei Municipal n.º 2, de 12 de novembro de 1895, confirma a criação do distrito. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 173, de 6 de junho de 1896, que desde 10-VIII-1890 era sede de comarca. Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", o município do Ipojuca se compõe de 2 distritos: Nossa Senhora do Ó de Ipojuca e São Miguel de Ipojuca, enquanto no quadro de divisão administrativa correspondente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Ipojuca está constituído de 3 distritos: o da sede, e os de Nossa Senhora do Ó e Santo Antônio da Camela. De acôrdo com os quadros de divisão territorial de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município figura com os mesmos distritos citados em 1933 e compreende o têrmo judiciário único da comarca do mesmo nome. Tal situação foi mantida na divisão territorial estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, com a única diferença de que o distrito de Santo Antônio da Camela teve o seu topônimo simplificado para Camela. Êste Decreto extinguiu a comarca, passando o município a figurar como têrmo da comarca de Cabo, assim permanecendo até 1945, quando, pela Lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, foi desmembrado da comarca de Cabo com os mesmos distritos da Divisão Administrativa. A 19 de junho de 1940, em face do Decreto-lei estadual n.º 503, as divisas entre os distritos da sede e o de Nossa Senhora do Ó foram modificadas. Esta situação permanece até o momento.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 42 quilômetros de distância da Capital do Estado, em linha re-

ta, na direção S.S.O. Pertence à Zona Fisiográfica do Litoral-Mata. Suas coordenadas geográficas são: 8° 23' de latitude Sul e 35° 03' 20" de longitude W.Gr. Altitude, 52 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima — *Ams'* — Quente e úmido, com estação sêca compensada pelos totais elevados, chuvas de outono — inverno. (Obs. Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 345 km².

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 constatou a população total de 24 153 hab., dos quais 13 137 homens e 11 016 mulheres. A densidade demográfica é de 70 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 9,6% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.°-VII-57: 27 869 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Ipojuca, 1 829 hab. e as Vilas de Camela, 740 hab. e Nossa Senhora do Ó, 1 313 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 31,7% estão ocupados no ramo agricultura, 8%, na indústria, no comércio e na prestação de serviços, etc. A cana-de-açúcar é a base da economia municipal. Mandioca e côco são também cultivados; há 12 estabelecimentos ocupando 503 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar..........	Tonelada	260 800	57 376 000,00
Côco....................	Cento	15 015	6 006 000,00
Mandioca...............	Tonelada	2 300	575 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Ipojuca está ligado à capital estadual e mais aos seguintes municípios: Escada (27 quilômetros), Cabo (27 km) e Sirinhaém (30 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 55 km da Capital estadual por rodovia, 55 km mistos (28 km por rodovia até Cabo e daí 27 km por ferrovia) e 42 km por via aérea.

Convento Santo Cristo de Ipojuca.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, contando 50 estabelecimentos (pequenos) do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — São 29 os logradouros, com 60% da área pavimentada a paralelepípedos, sendo 5 arborizados. Há serviço de iluminação elétrica, consumindo 21 600 kW, aproximadamente, por ano. Uma agência postal-telegráfica opera na sede, e uma postal-telefônica, em Nossa Senhora do Ó. Registram-se quatro hotéis com a diária de Cr$ 130,00. Há um cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Duas farmácias, dois farmacêuticos licenciados e um cirurgião dentista prestam assistência à população.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,6% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950.

Vista parcial da cidade.

Ensino — A percentagem de alfabetizados no Estado é 27,5%. Em 1956 havia 34 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1 147 alunos, 11, do ensino supletivo, e 2, de outros.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Cumpre salientar que o município é costeiro, tendo duas praias, uma delas chamada Pôrto de Galinha, onde desembarcavam em tempos idos, os escravos vindos da África, em comércio clandestino; a outra é a do Cupe. Existe a serra Celada, a oeste da cidade, originando-se esta denominação do fato de se-

rem altos seus extremos enquanto que ao centro decai bastante de nível. Tem a altitude aproximada de 35 m e dela se avista quase todo o município, e os pescadores, de alto mar, a tomam como baliza. O território do município é acidentado, havendo inúmeros morros e matas cerradas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	625	7	1 137	756	1 212
1951.......	844	3 197	1 333	761	1 273
1952.......	962	3 025	1 882	1 075	1 915
1953.......	3 022	2 786	2 395	1 169	2 469
1954.......	2 787	3 641	2 402	1 415	2 419
1955.......	1 973	4 853	3 217	1 996	3 220
1956 (*)...	8 766	6 870	3 755	2 168	3 702

(*) Arrecadação de todo o ano.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há três quedas d'água nas localidades "Maranhão", "Crauassu" e "Saco", tôdas no rio Ipojuca; a primeira, com a capacidade de 3 600 H.P., a 12 km da sede; as demais com a fôrça não calculada e, inexploradas.

Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício e 3 645 eleitores inscritos, sendo 2 540 homens e 1 108 mulheres.

O município quase não é servido por estrada de ferro; apenas um pequeno trecho corta-o ao norte, onde em Mauá existe uma estação da Rêde Ferroviária do Nordeste.

O Convento do Santo Cristo de Ipojuca, histórico e com sua cruz lendária, atrai ao município grande número de visitantes por ocasião da sua festa anual.

Entre os filhos ilustres de Ipojuca, citam-se: Pedro Correia Barreto e Fernão Bezerra Monteiro, mártires da revolução republicana de 1817; padre Inácio Rabelo Marinho, notável orador sacro e protonotário apostólico; Doutor Antônio Witrúvio Pinto Bandeira, literato do século passado; Dr. João Paulino Câmara, magistrado e herói da guerra do Paraguai, falecido em Buenos Aires, em 10-VII-1869; o Dr. Henrique de Albuquerque Millet, Jurisconsulto e ilustre professor da Faculdade de Direito em Recife, nascido no Engenho Genipapo; o Dr. Lourenço de Sá e Albuquerque, grande político do município, deputado federal em diversas legislaturas, nascido no Engenho Pindoba e falecido em Paris. O Prefeito é o Sr. Armando da Costa Brito Filho.

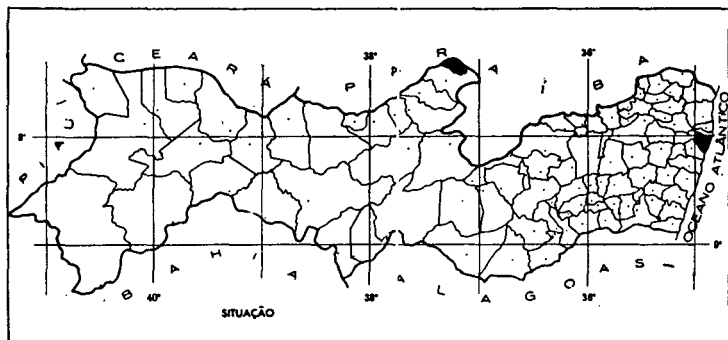
(Autor do histórico — Sebastião V. Galvão; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.)

ITAPETIM — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro nome do município foi Umburanas. O significado e a origem dêsse nome foi a árvore de igual denominação existente no local, em cuja sombra era realizada a pequena feira do antigo povoado. Também era conhecido como São Pedro das Lajes. O povoado surgiu no ano de 1885, pelo cidadão Amâncio Pereira, que construiu as primeiras casas, e, graças ao seu esfôrço e espírito de progresso, organizou a feira, e incentivou a construção da pequena capela, fundou a primeira casa comercial e fêz com que diversas famílias emigrassem de municípios vizinhos para o povoado em organização. A capela foi fundada em 1890, pertencendo à paróquia de São José do Egito, onde, nessa data, o p.e José Gomes, então Vigário, celebrou a primeira missa. No ano de 1914, foi construída outra capela com maiores dimensões, capaz de abrigar a população, já bastante desenvolvida. Mais tarde foi a capela aumentada, sendo atualmente a matriz da freguesia, aparecendo como uma das maiores igrejas do interior do Estado, com trabalhos em fase de acabamento. A paróquia foi criada no ano de 1927, por D. José Lopes, bispo da Diocese de Pesqueira, sendo seu primeiro vigário o Padre João Leite de Andrade, que ainda gere a mesma. Pelo Decreto-lei n.º 92, de 31 de março de 1938, passou o município a chamar-se São Pedro das Lajes. No quadro de divisão territorial constante da Lei n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, figura o distrito de São Pedro das Lajes, como Itapetininga, sendo posteriormente, com o Decreto-lei n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, novamente alterado o seu topônimo para Itapetim. Foi desmembrado do município de São José do Egito, já como vila, elevando-se à categoria de cidade pela Lei n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953. Sua instalação ocorreu no dia 1.º de junho de 1954. A comarca foi criada pelo Decreto-lei estadual número 1 818, de 29 de dezembro de 1953, conformada pela Lei n.º 2 567, de 22-10-1956, sendo instalada em 17 de agôsto de 1954.

Igreja Matriz.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 238 km em linha reta da Capital do Estado na Zona Fisiográfica do Sertão Alto.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição climática do tipo Bshw' e Aw' com predominância do primeiro. Semi-árido quente. Dentro do Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 334 km² (estimativa).

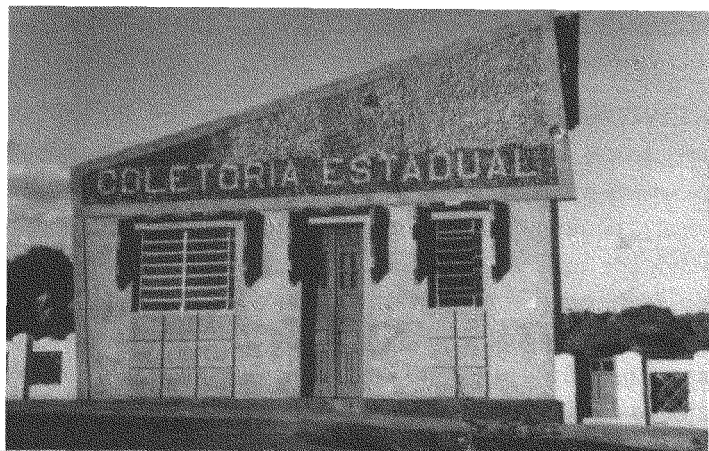
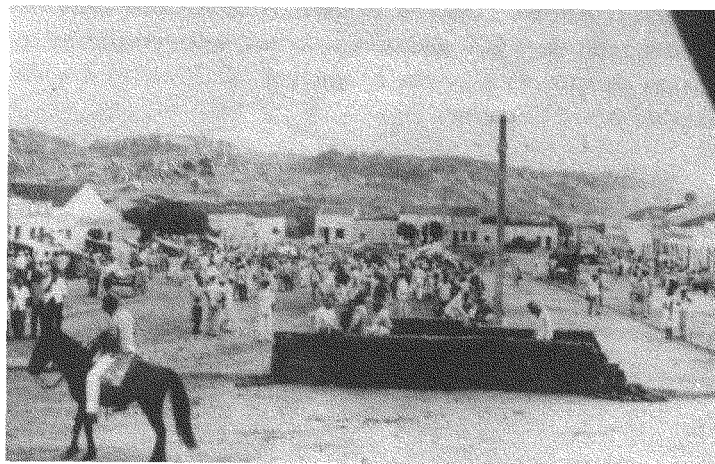
POPULAÇÃO — São 11 844 os habitantes, consoante o Censo de 1950 (5 906 homens e 5 938 mulheres). A densidade demográfica é de 35 habitantes por quilômetro quadrado. Os 4,5% da população residem no quadro urbano.

Estimativa populacional do D.E.E., para 1.º-VII-57: 13 666 habitantes.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Itapetim, 901 habitantes, distrito único.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 23% estão ocupados no ramo "agricultura e silvicultura"; as demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviço, etc. A economia do município repousa na agricultura. Algodão, milho, feijão, mandioca, são as principais culturas agrícolas. Contam-se 3 estabelecimentos industriais em funcionamento.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	1 110 000	11 100 000,00
Mandioca	Tonelada	1 235	532 500,00
Milho	Saco 60 kg	16 200	2 025 000,00

Prédio onde funciona a Coletoria Estadual.

Aspecto parcial da feira.

MEIOS DE TRANSPORTE — Itapetim está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: São José do Egito (24 km), Teixeira, PB (30 km) e Patos, PB (60 km). É servido por linhas de ônibus intermunicipais. Acha-se a 485 km, por rodovia, da Capital estadual, 493 km mistos (90 km, por rodovia, até Afogados da Ingàzeira e daí 403 km por ferrovia).

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial. Existem 4 estabelecimentos atacadistas e 16 varejistas. Não há Agências bancárias. Uma cooperativa de crédito funciona na sede.

ASPECTOS URBANOS — Dos logradouros existentes, apenas 6 possuíam iluminação pública e domiciliária, com um total de 125 ligações. Possui uma agência postal, onde funciona um serviço telefônico, em substituição ao telégrafo. Foram registrados na Coletoria Estadual, em 1956, dois automóveis e quatro caminhões. Há 2 hotéis e 2 pensões. A diária média cobrada nos hotéis é de Cr$ 60,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Duas farmácias funcionaram no município em 1956. Três dentistas e dois farmacêuticos prestaram serviços profissionais durante o ano referido.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 19,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 7 unidades do ensino pré-primário, 6, do ensino fundamental comum, com 513 alunos matriculados, e 6, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (1)	—	—	—	—	—
1951 (1)	—	—	—	—	—
1952 (1)	—	—	—	—	—
1953 (1)	—	—	—	—	—
1954	470	...	671	201	301
1955	497	75	10	548	425
1956 (2)	711	52	1 199	488	746

(1) O Município foi instalado em 1.º de junho de 1954. — (2) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 havia um total de 4 900 eleitores inscritos, e 9 vereadores tomaram assento na Câmara Municipal. O Prefeito é o Sr. Geraldo Alves Ferreira.

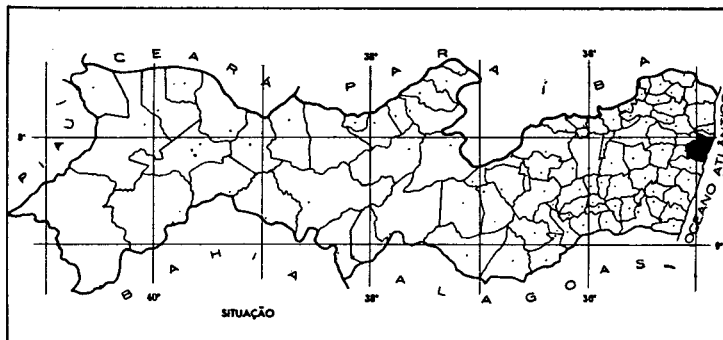
(Autor do histórico — José Adalberto do Rêgo — A.E.; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Departamento Estadual de Estatística e Agência Municipal de Estatística.)

JABOATÃO — PE

Mapa Municipal na pág. 195 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No ano de 1953, o português Bento de Figueroa e sua mulher, a pernambucana D. Maria Feijó, estabeleceram-se com um engenho — São João Batista — nas terras onde hoje se localiza o município de Jaboatão. Às famílias que para ali afluíram, doou Bento de Figueroa terras para a construção de casas, iniciando-se o primeiro núcleo de população. Com o tempo, já desenvolvida a povoação, fêz-se erguer uma igreja, sob a invocação de Santo Amaro. Foi criada a vila pela Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873, e instalada em 13 de novembro do mesmo ano. A mesma lei criou a comarca especial, desmembrada do município do Recife. A Lei provincial número 1 811, de 27 de junho de 1884, elevou-a à categoria de cidade. Tornou-se município autônomo por fôrça da Lei orgânica n.º 54, de 3 de agôsto de 1892. De acôrdo com a divisão administrativa vigente, em 31 de dezembro de 1956, o município se compõe de 3 distritos: Jaboatão, Cavaleiros e Muribeca dos Guararapes. Dois fatos importantes, que integram a história pátria, ocorreram no município: as lutas com os holandeses, travadas nos Montes Guararapes, a 19 de abril de 1648 e a 19 de fevereiro do ano seguinte. O topônimo Jaboatão, para alguns autores, deriva do vocábulo "jabotiatão", que significa "o que anda devagar". Antenor Nascentes, em seu Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa, Tomo II, pág. 157, afirma: que a origem do nome jaboatão é de "uma planta não identificada que dá mastros para embarcação". O nome desta árvore, segundo Teodoro Sampaio, 239, vem do tupi *Ya poa'tã*, o indivíduo linheiro, o tronco reto. Testevin, nomes de plantas e animais em língua tupi, 68, dá jaboatão como arbusto espinhoso, de fibra dura. Talvez veja no final o elemento *an'tã*, duro. Isto concorda com o étimo de Rodolfo Garcia: *Ya*, o que tem, *po* ou *bo*, fibra, e *an'tã* dura. Também sobrenome.

Usina Jaboatão.

LOCALIZAÇÃO — Jaboatão fica na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata, distando, em linha reta da Capital estadual, 12 km, sendo suas coordenadas geográficas: latitude S. 8º 07' e longitude W.Gr. 35º 01' 10".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Do tipo Ams' — Quente e úmido com estação sêca, compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. (Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área territorial do município totaliza 226 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população total para o município era de 57 278 habitantes, assim distribuídos: sede, 45 944 hab., vila de Muribeca dos Guararapes, 11 334 habitantes. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 66 089 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município com três centros urbanos: a sede, com 34 179 habitantes; a vila de Muribeca dos Guararapes com 5 395 e a vila de Cavaleiros, com população ainda não estimada.

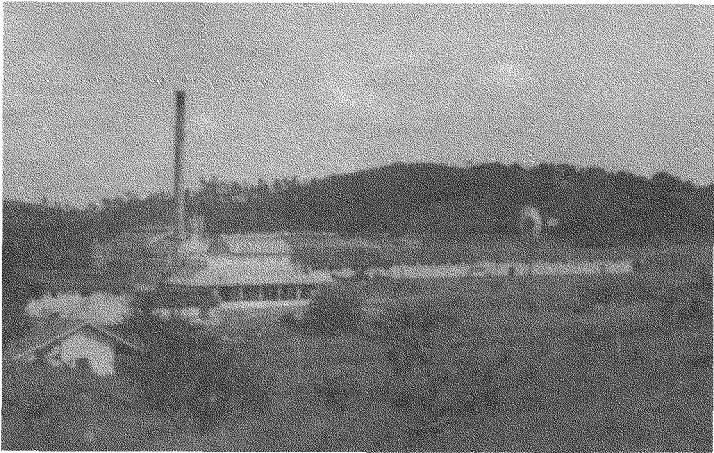
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os ramos "agricultura, pecuária e silvicultura" e "indústrias de transformação" constituem os principais ramos de atividade da população local. A lavoura da cana-de-açúcar constitui importante atividade agrícola, base que é da grande fonte econômica do município — a indústria da fabricação de açúcar de usina. Segundo os resultados do Censo Agrícola existiam no município 262 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 242 explorando sòmente a agricultura. As principais produções agrícolas no ano de 1955, por ordem decrescente de

valor, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção, são mostradas no quadro abaixo.

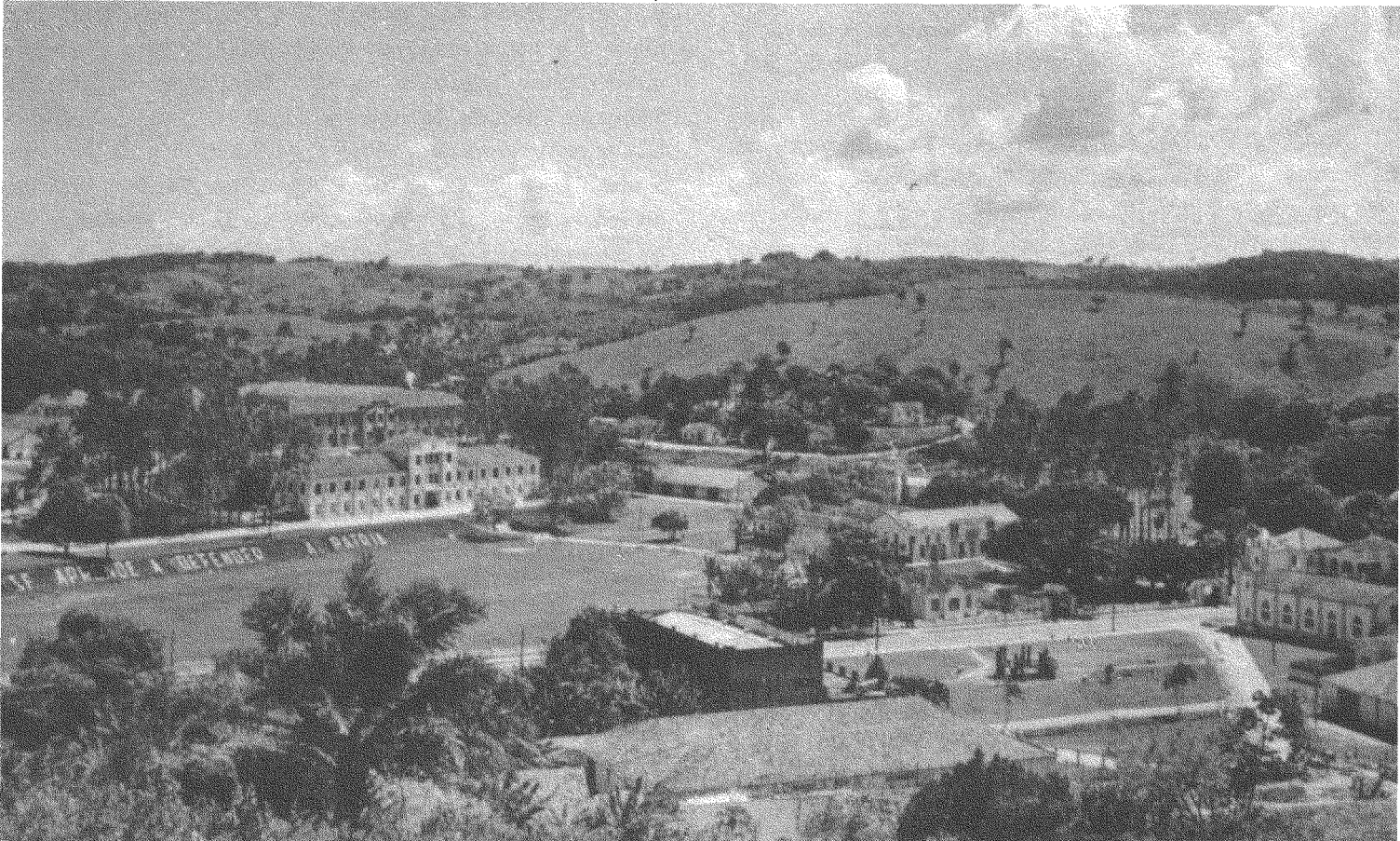
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Cana-de-açúcar	Tonelada	173 200	37 878 840
Mandioca	»	9 750	7 800 000
Banana	Cacho	190 000	5 700 000
Côco-da-baía	Cento	19 000	4 750 000
Laranja	»	50 000	4 500 000
Manga	»	95 500	2 383 500
Batata-doce	Tonelada	583	1 166 000

Na indústria, além do grande desenvolvimento da de fabricação de açúcar de usina, destacam-se a indústria de papel e papelão, e a de vidro. Na tabela abaixo, organizada segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística — ano de 1955 — encontramos, por ordem decrescente de valor, as principais produções industriais do município.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Açúcar de usina	Saco 60 kg	4 819 220	145 788 039
Papel em geral	Quilograma	6 526 115	39 742 290
Garrafas em geral	»	6 800 000	22 822 421
Farinha de mandioca	»	12 689 670	17 065 590
Pães e prod/padaria	»	1 295 566	13 197 532
Melaço	»	7 509 568	7 745 875
Pedras brutas em geral, rachões e outros	m3	31 839	3 576 883
Aguardente de cana	Litro	498 106	1 943 338
Paralelepípedos	milheiro	3 010	1 456 300
Barrotes, esquadrias, sarrafos e tábuas	Metro	100 500	1 220 663
Mel	Litro	960 580	912 551
Bebidas em geral	»	89 993	807 200
Molas	Quilograma	96 980	352 016
Sabão	»	18 000	240 000

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada às seguintes cidades: Cabo, 46 km por rodovia; Moreno, 10 km por rodovia e 11 km por ferrovia (R.F.N.) e São Lourenço da Mata, 40 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Comunica-se com a Capital do Estado por rodovia, 18 km e 17 km por estrada de ferro (R.F.N.). Liga-se com a Capital Federal, via Recife.

Vista da Fábrica de Papel.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município uma agência bancária e 4 cooperativas de crédito. O intercâmbio comercial é feito com Recife, Moreno, Vitória de Santo Antão, São Lourenço da Mata e Cabo. O comércio local importa tecidos, ferragens, máquinas, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com calçamento, luz, água e telefone. Existem 159 logradouros dos quais, 33 pavimentados a paralelepípedo e 4 arborizados. O número de ligações elétricas é de 2 375 e há 11 aparelhos telefônicos instalados. São servidas pelo abastecimento dágua 152 residências. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (agência) e Rêde Ferroviária do Nordeste. Não possui hotéis, existindo apenas duas pensões na sede. Na Coletoria Estadual estão registrados 152 automóveis e 121 caminhões. Há três cinemas em funcionamento na sede do município.

Vila Militar Marechal Floriano, Regimento Guararapes — 14.º Regimento de Infantaria.

Vista da praia de Piedade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um hospital geral com 20 leitos, na sede municipal.

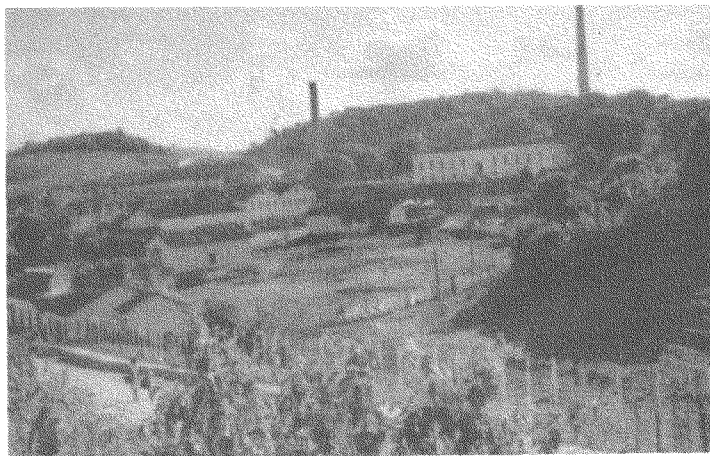
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais de idade, 10 022 homens e 9 037 mulheres são alfabetizados, segundo elementos do Censo de 1950.

Ensino — Há no município 4 unidades do ensino pré-primário, 104, do ensino primário fundamental comum, 2 do ensino secundário, 1, do agrícola, 3, do comercial, e 1, do ensino industrial.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registram-se duas bibliotecas: a da Escola Agrícola São Sebastião, particular, com cêrca de 1 022 volumes de obras gerais, e a Biblioteca Pública Municipal, com cêrca de 2 600 volumes, também de obras gerais. Circulam no município 5 jornais: "Jaboatão Jornal", "Jornal de Cavaleiro", "O Estudante", "A Juventude" e "Gazeta Jaboatonense", os dois primeiros com periodicidade quinzenal, e êstes, com periodicidade mensal.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Nas épocas próprias — Natal, Ano Novo, São João e Carnaval — são comuns os pastoris, mamulengos, bumba-meu-boi e cheganças. Destaca-se sobremodo a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, realizada na igreja do mesmo nome construída no alto dos montes Guararapes, em regozijo pela expulsão dos flamengos. Festa eminentemente popular, reúne anualmente perto de 5 000 pessoas na semana seguinte à Páscoa. Também a festa de Santo Amaro, padroeiro da cidade de Jaboatão, celebrada a 15 de janeiro, é de grande movimentação popular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Prestam assistência aos jaboatonenses, 2 médicos, 2 advogados, 5 engenheiros e 3 agrônomos. Em eleições populares são eleitos 10 vereadores e o prefeito. O território do município é muito acidentado, sendo suas mais importantes elevações a serra da Macambira e os montes Guararapes. Quanto à hidrografia, cortam Jaboatão dois rios relativamente volumosos: o Jaboatão, que deságua no Atlântico, no lugar denominado Barra de Jangadas, e o Duas Unas, assim chamado por ser a união de dois riachos. Banham ainda o município os seguintes riachos: Muribequinha, Caraúna, Palmeira, Piedade, Mangará e Manassu. Possui duas pontes: a de Vasconcelos, sôbre o Jaboatão, e a de Andrade, sôbre o Duas Unas, na estrada que liga Recife a Gravatá, ao entrar na cidade. Os principais edifícios existentes são os da Prefeitura Municipal e do Teatro Municipal (Rua Barão de Lucena); o Mercado Público, o escritório da Rêde Ferroviária do Nordeste, os grupos escolares Leão Coroado e Benjamim Constant e o Cine-Teatro Floriano Peixoto (na vila militar Floriano Peixoto).

Rua Padre Cromacio Leão.

Outro aspecto da Usina Jaboatão.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 992	4 680	3 612	1 691	3 619
1951.......	3 814	7 791	4 134	2 070	4 002
1952.......	6 389	9 011	5 745	2 908	5 796
1953.......	8 417	10 236	7 153	3 513	7 130
1954.......	7 112	12 012	7 653	4 316	7 645
1955.......	9 602	16 330	9 977	5 534	9 681
1956 (1)...	...	...	7 600	4 985	...

(1) Orçamento.

O Prefeito é o Sr. Aníbal Ribeiro Varejão.

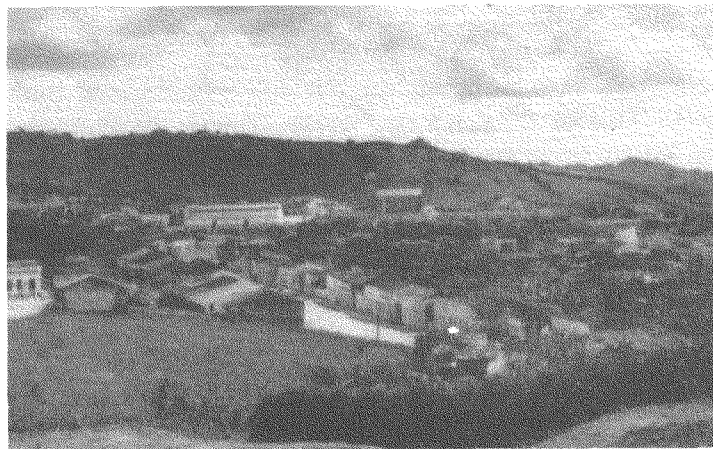
(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

JOÃO ALFREDO — PE

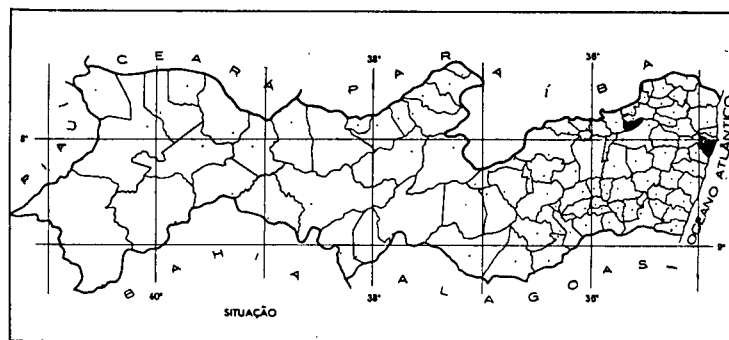
Mapa Municipal na pág. 532 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Conforme investigações tradicionais, ficou constatado que no meado do século XVIII, o capitão Antônio Barbosa da Silva, de nacionalidade portuguêsa, à frente de 200 escravos e outras muitas pessoas, devassou o terreno denominado Imbé, nome que ainda conserva, e construiu uma fazenda com a mesma denominação, originária de uma planta que abundava no sítio. Após a fundação da Fazenda Imbé, outras pessoas começaram a devassar o terreno ao poente da fazenda, construindo engenhos de açúcar. Assim foi que, no decurso de poucos anos, a família Holanda Cavalcanti, construiu um pequeno engenho, de tração animal, a que deu o nome de Engenho Boa Vista. Ficava na zona suburbana, ao sul da cidade, onde ainda existem indícios de suas ruínas. O fundador do Engenho Boa Vista transferiu, anos depois, seu engenho para o local onde hoje está situada a Praça da Bandeira, ao norte da mesma, por ser mais acessível, devido a uma lagoa que existia no local, e que transformou em açude, quase aterrado, atualmente. Êste fica junto ao local da matança do gado e das feiras. No Engenho Boa Vista, sucederam-se diversos senhorios, sendo o último dentre êles o tenente-coronel José Ferreira da Silva. Êste, em 1899, teria requerido ao Senhor Bispo de Olinda e Recife, por intermédio do vigário, padre João Pacífico Pereira Freire, da Paróquia do Bom Jardim, licença para construir uma capela em devoção a Nossa Senhora da Conceição, o que lhe foi concedido, começando os trabalhos de construção, no mês de janeiro de 1900, e terminando em dezembro do mesmo ano. O tenente-coronel José Ferreira da Silva, no fim do ano de 1900, requereu à Municipalidade de Bom Jardim licença para criar uma feira e obteve despacho favorável com designação dos dias de domingo para o seu funcionamento. Assim, foi que, a primeira feira ocorreu no dia 6 de janeiro de 1901, no local onde hoje se acha a Praça da Bandeira, resultando grande desenvolvimento com a afluência de pessoas que convergiam de outros municípios pernambucanos e mesmo de outros estados, em razão de a feira de animais ser considerada uma das maiores de Pernambuco. Quatro anos depois, foi a feira-livre transferida para os dias de segunda-feira, e, em janeiro de 1912, localizada no Largo da Matriz.

O tenente-coronel José Ferreira da Silva nasceu no dia 19 de julho do ano de 1845, no lugar Ôlho-d'Água da Pedra, dêste município, e faleceu no dia 5 de fevereiro do ano de 1921. Construiu sua Capela com o fito exclusivo de obter a regalia de, após a morte, ser inumado dentro da mesma, como aconteceu. Por insistência do Reverendíssimo Pároco João Pacífico Pereira Freire, deu patrimônio à referida Capela, no lugar "Catarina" neste município.

Foram construídas as primeiras casas da cidade de João Alfredo no ano de 1902. No dia 26 de abril de 1926, foi inaugurada a Agência Postal com o nome de Santa Luzia. Pela Lei n.º 1 914, de 28 de setembro de 1928, o antigo povoado Boa Vista passou a denominar-se João Alfredo, por ato do Excelentíssimo Sr. Estácio de Albuquerque Coimbra — Governador do Estado. Foi elevado à categoria de vila pelo Ato n.º 43, de 27 de março de 1931, do então Prefeito do Bom Jardim, tenente Alfredo Agostine, com a classificação de segundo distrito daquele município. Foi nomeado na mesma data Juiz de Paz José Procópio Cavalcanti, e no dia 17 de abril do mesmo ano, foi nomeado Oficial do Registro Civil Manuel Ferreira Campos, pelo Interventor Federal do Estado, Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, tendo tomado posse no dia 25 daquele mês, prestando compromisso e assumindo o cargo que até hoje ainda exerce. Passou à categoria de cidade e município autônomo, no dia 10 de outubro de 1935, desmembrado da comarca do Bom Jardim e anexado judicialmente à de Limoeiro. Segundo dados resultantes de pesquisas, o município recebeu o nome atual, em homenagem ao Conselheiro João Alfredo, que teve destaque no cenário nacional, cujos feitos se perpetuaram na história político-administrativa do Brasil, embora fôsse o ilustre homem público filho do mu-

Vista geral da cidade.

nicípio de Goiana. O distrito de João Alfredo foi criado por Ato municipal de 27 de março de 1931. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", tal distrito aparece no município de Bom Jardim. Por efeito da Lei estadual n.º 23, de 10 de outubro de 1935, foi criado o município de João Alfredo, com território desmembrado do de Bom Jardim, tendo-se instalado a 21 de outubro dêsse mesmo ano. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o referido município compõe-se do distrito-sede e do de Salgadinho, conservando-se assim nas divisões territoriais vigentes nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, fixadas, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938 e 952, de 31 de dezembro de 1943, permanecendo sem alteração até o presente. Segundo os quadros de divisão territorial de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, assim como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de João Alfredo é têrmo judiciário da comarca de Limoeiro. Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, continua como têrmo da comarca de Limoeiro. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo de João Alfredo foi transferido para a comarca do Bom Jardim. A partir de janeiro de 1949, o município é sede de comarca, com dois distritos.

LOCALIZAÇÃO — O município pertence à Zona Fisiográfica do Agreste e está localizado a 82 km da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.N.O. Situa-se no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste. Suas coordenadas geográficas são: 7º 52' de latitude Sul e 35º 36' de longitude W.Gr. Altitude, — 320 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As'. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. Dentro do Polígono das Sêcas. Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — 282 km².

POPULAÇÃO — Em 1950 foram recenseados 25 461 habitantes, distribuídos em 12 111 homens e 13 350 mulheres. A densidade demográfica é de 90 habitantes por quilômetro quadrado. Da população, 3,8% residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 29 378 habitantes.

Rua C.el José Ferreira da Silva, vendo-se ao fundo a Matriz de N. S.ª da Conceição.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de João Alfredo, com 2 065 habitantes e a vila de Salgadinho, com 831 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 20,4% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais, na indústria, no comércio na prestação de serviços, etc. A base econômica do município está na agricultura, na pecuária e no comércio. Milho, feijão, mandioca, e algodão são as principais culturas agrícolas. Contam-se 15 estabelecimentos industriais ocupando 42 pessoas.

O volume e o valor da produção agrícola, em 1955, são mostrados no quadro a seguir:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	150 000	900 000,00
Feijão	Saco 60 kg	2 000	600 000,00
Mandioca	Tonelada	10 300	5 600 000,00
Milho	Saco 60 kg	4 000	320 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Surubim (24 km), Bom Jardim (9 km), e Limoeiro, (23 km). É servido por linhas de ônibus intermunicipais. Dista da capital estadual, por rodovia, 101 km, 122 km mistos (9 km por rodovia até Bom Jardim e daí 113 km por ferrovia) e 82 quilômetros por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 4 estabelecimentos atacadistas e 29 varejistas. Não há agências bancárias. Funciona 1 cooperativa de crédito.

Grupo Escolar Padre Francisco da Costa Lima.

Mercado Público Municipal.

ASPECTOS URBANOS — Cinco logradouros são pavimentados, 1 200 m² a paralelepípedo e 180 m² a pedras irregulares. Existe iluminação elétrica. Duas agências postais-telegráficas do D.C.T. Há dois cinemas, com a lotação de 200 lugares, cada. Seis automóveis e 3 caminhões foram matriculados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Apenas um Pôsto Estadual de Higiene e um de Puericultura prestam assistência à população. Dois médicos, um dentista, dois farmacêuticos exercem atividade profissional no município. Contam-se 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 10,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 13 unidades do ensino pré-primário, 56, do ensino primário fundamental comum, com 1 873 alunos matriculados, 6, do ensino supletivo, 7, do ensino complementar, 1, do industrial, e 1, artístico.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	604	137	463
1951	...	...	705	179	614
1952	...	964	803	202	759
1953	...	1 018	1 111	176	963
1954	...	1 084	1 059	189	862
1955	...	1 454	1 277	265	1 224
1956 (2)	...	1 572	1 150	316	1 150

(1) Não há Coletoria Federal. — (2) Orçamento.

FESTEJOS POPULARES — Santo Antônio a 12 e 13 de junho, São João nos dias 23 e 24 e São Pedro entre os dias 28 e 29 daquele mês. Em algumas fazendas e sítios, festeja-se o domingo de páscoa. É comemorado com grande brilhantismo o dia 12 de dezembro dedicado a Santa Luzia, sendo a maior festa da cidade durante o ano. São as seguintes as procissões tradicionais: a do Senhor Morto, na Sexta-feira da Paixão; a de Nossa Senhora da Conceição — Padroeira da Paróquia; a do Corpo de Deus; e ainda a de Nossa Senhora de Fátima, no dia 13 de cada mês, sendo que, estas duas últimas vêm sendo realizadas de uns 3 anos para cá, a partir do início da gestão do atual vigário (padre Jonas Menezes e Silva). O município inteiro fica em festa por ocasião do Natal. Tôdas as procissões significam um brado de fé e contribuem para maior difusão do Catolicismo.

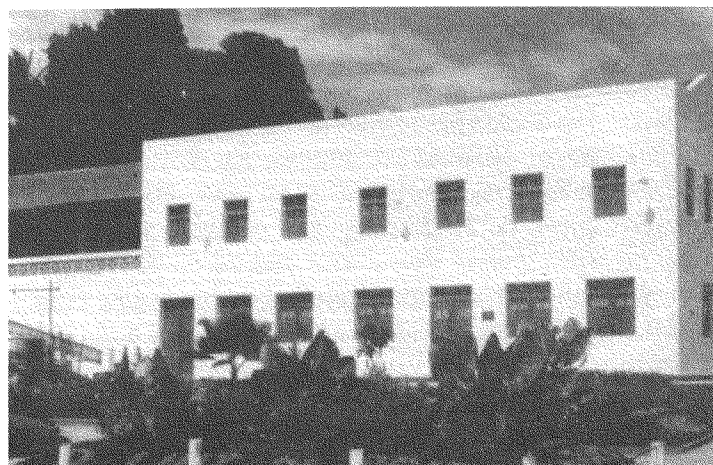
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tem havido cultivo do arroz comum e do tomate. A dêstes tem possibilidade de grande desenvolvimento.

Entre as obras realizadas, no Município, pode-se destacar a grande barragem no local escolhido para fonte de abastecimento d'água para a cidade. Há uma estação de repouso e cura na vila Salgadinho (2.° distrito). Para repouso, há um hotel denominado Colônia de Férias, de propriedade da Sra. Emília Marquezini. Para repouso e tratamento de saúde, simultâneamente, existe o chamado "Salgadinho Hotel", de propriedade da Sra. Amélia Pessoa Cavalcanti, também proprietária da fonte termal (fonte d'água mineral) naquela vila. Esta, como elemento natural, é aconselhada pelos médicos para tratamento de eczemas e outras doenças da pele, relacionadas com intestinos, rins e fígado. Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício, 2 960 eleitores inscritos. Há 4 advogados em atividade profissional. O Prefeito é o Sr. Clóvis Jatobão da Costa Lima.

(Autor do histórico — José Gonçalves Guerra — A.E.; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Departamento Estadual de Estatística e Agência Municipal de Estatística.)

JOAQUIM NABUCO — PE

Mapa Municipal na pág. 212 do 4.° Vol.

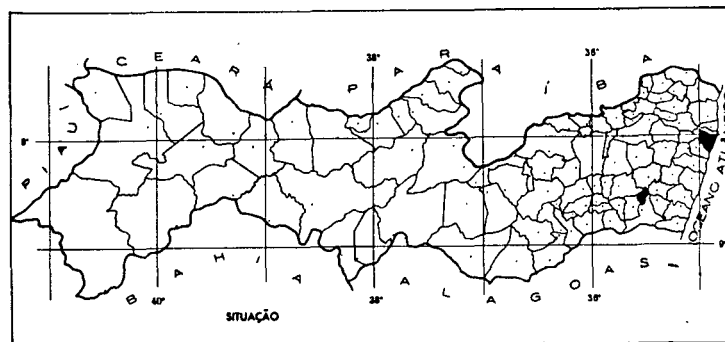
HISTÓRICO — O início do povoado não é conhecido. Acredita-se, entretanto, que teve origem com o advento de levas de trabalhadores em demanda às terras de cana-de-açúcar, os quais foram se aglomerando em tôrno das habitações isoladas dos engenhos Pumati, Boa Vista e Cuiabá, construindo palhoças, casas, a tradicional capela, tendo à frente o caboclo José Maria da Rocha, que servia de porta-voz dos interêsses do povo. Inicialmente, o povoado se denominava Preguiça, pela circunstância de haver nessa região muitas "imbaúbas" ou "pau-de-preguiça", resultando daí o nome, embora o Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, afirme que o nome Preguiça prende-se ao fato de a feira-livre, no povoado, ocorrer às segundas-feiras, que vulgarmente chamam dia da preguiça.

Praça D. Luiz de Brito, vendo-se ao fundo a Prefeitura Municipal.

Praça Dezenove de Agôsto.

A povoação cresceu e prosperou, transformando-se poucos anos depois no segundo distrito de Palmares, graças aos esforços de seus habitantes que àrduamente trabalhavam para engrandecê-lo. Entre as pessoas que concorreram para mudança do nome local, destacam-se Vicente Afonso de Melo, agricultor inteligente, Dr. João de Oliveira, proprietário da Usina Pumati, além de D. Luiz de Brito, que em visita pastoral no ano de 1903, pediu que em homenagem ao grande brasileiro, Joaquim Nabuco, daquele momento em diante, passasse Preguiça a ter essa denominação. Conduzido o apêlo do povo às autoridades competentes, elas o ratificaram.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — Na "Divisão Administrativa, em 1911", Joaquim Nabuco figurou como 2.º distrito de Palmares. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º-IX-1920, o distrito de Joaquim Nabuco continua fazendo parte do município de Palmares. Nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e bem assim no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Joaquim Nabuco permanece na mesma condição anterior. Tal situação continua inalterada na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, em vigência no qüinqüênio 1944-1948. Com o advento da Lei 1 818, de 29 de dezembro de 1953, foi desmembrado do município de Palmares o distrito de Joaquim Nabuco, passando a constituir-se município autônomo com a mesma denominação, instalado oficialmente em 4 de junho de 1954.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Joaquim Nabuco, deve sua criação à Lei n.º 1 846, de 24 de maio de 1954. Foi instalada no dia 24 de setembro do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Joaquim Nabuco está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 101 km em linha reta da Capital do Estado, e pertence à Zona Fisiográfica do Litoral da Mata.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição climática do tipo As' e Ams' com predominância do primeiro. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 185 km (estimativa).

POPULAÇÃO — É de 7 328 hab., segundo o Censo de 1950, sendo 3 857 homens e 3 471 mulheres. Densidade demográfica: 39 habitantes por quilômetro quadrado. Os 19,8% da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-57: 8 455 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Joaquim Nabuco (1 604 hab.), distrito único.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 13,4% estão ocupadas no ramo "agricultura e silvicultura"; os demais, na indústria, no

comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na indústria e no comércio. Cana-de-açúcar e mandioca são as principais culturas agrícolas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar..........	Tonelada	140 518	30 351 888,00
Mandioca..............	Tonelada	182	100 450,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais às seguintes cidades: Cortês (67 quilômetros), Bonito (62 km), Palmares (14 km) e Água Preta (11 km). É servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linhas de ônibus intermunicipais. Acha-se a 114 quilômetros da Capital estadual, por rodovia, 118 km por ferrovia e 11 por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — Registram-se 20 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias. Funciona 1 cooperativa de consumo.

ASPECTOS URBANOS — Havia no município 21 logradouros, 7 dos quais pavimentados numa área de 3 934 m², e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Nas zonas urbana e suburbana havia um total de 485 prédios, dos quais, 143 possuíam iluminação domiciliária. Todos os logradouros são beneficiados com iluminação pública. Há uma agência postal, sendo o serviço telegráfico no município, feito através da Rêde Ferroviária do Nordeste. Em 1956 funcionavam 2 hotéis com diária de Cr$ 60,00, e 1 cinema, com capacidade para 250 espectadores sentados. Foram registrados na Coletoria Estadual 4 automóveis e 8 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1956 havia na sede municipal 1 farmácia e 1 Pôsto de Higiene, mantido êste pela Prefeitura. Apenas 1 farmacêutico se encontrava em atividade profissional.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 3,6% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 8 unidades do ensino primário fundamental comum, com 367 alunos matriculados, e 3, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe no município uma biblioteca, notável pela raridade dos seus volumes,

Vista parcial do centro da cidade.

Vista parcial da cidade.

tratando especialmente da história do Brasil e de Pernambuco, com um total de 200 volumes. É de propriedade do Senhor Fernando Cabral de Melo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950......	(1)	—	—	—	
1951.......	(1)	—	—	—	—
1952.......	(1)	—	—	—	—
1953.......	(1)	—	—	—	—
1954.......	(2)	155	709	111	317
1955.......	(2)	1 276	1 228	537	1 277
1956 (3)...	(2)	2 928	485	1 347	818

(1) O Município foi criado em 1954 — (2) A receita Federal foi arrecadada pelo Município dos Palmares. — (3) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E EFEMÉRIDES — No ano de 1867, o caboclo José Maria da Rocha, devoto de São José, seu santo protetor, construiu uma casa de oração para seu uso particular; porém, dado o progresso do povoado, foi forçado a consentir que outros usassem a capela. Apenas êle, José Maria da Rocha, tinha o cuidado de tôdas as tardes, recolher a imagem, devolvendo-a à capelinha, na manhã seguinte. Como bom católico, José Maria não olvidava as festividades em louvor do seu santo predileto. Assim, todo ano, no dia 19 de março, os fiéis conduziam a imagem pelas principais ruas da cidade, retornando à capela sob a aclamação do povo, que, através da orquestra, de pífaro e fogos de artifício, dizia do seu entusiasmo. Além da festa em louvor a São José, realiza-se a 1.º de janeiro a procissão de São Sebastião, com imagem trazida do Engenho Universo. Depois de percorrer tôda a cidade, recolhe-se ela à igreja local, para ser devolvida ao referido engenho no dia 20 do mesmo mês, depois de lhe prestarem o culto devido. Dita festa deve-se à promessa de uma negra velha, já falecida, cabendo ao Sr. José Laéte, fazer-lhe as vêzes, no trato da referida festa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há um total de 1 600 eleitores inscritos e 9 vereadores eleitos tomaram assento na Câmara Municipal. O Prefeito é o Sr. Ademar da Silva Fraga.

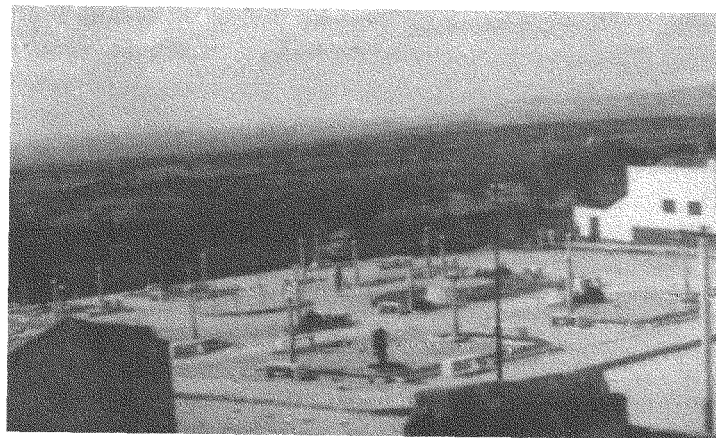
(Autor o histórico — Antônio Mário Rocha — Agente de Estatística; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — D.E.E. e A.M.E.)

JUREMA — PE

Mapa Municipal na pág. 582 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo os antigos, no ano de 1840, veio, arribado de Piancó, Estado da Paraíba, em virtude de uma grande sêca ali reinante, o Sr. José Pedro de Araújo, que, estando muito cansado da longa caminhada e vendo a sombra frondosa e convidativa dos juremais à beira da estrada onde passava, resolveu ali repousar, juntamente com sua família, e dar folga aos animais que consigo trazia. Notou, então, que se encontrava num lugar pràticamente desabitado, com um lindo panorama encantando a paisagem do lado do poente, formando um extenso taboleiro a espécie de agreste, entre a caatinga e os brejos da mata. Achou que ali deveria ficar e construir a sua vivenda. No sopé da serra dos Caboclos (assim denominada segundo a tradição, por ter havido aí uma aldeia de caboclos), construiu a sua morada com frente para o oeste, onde se descortinava uma bonita paisagem com as longínguas serras e o seu horizonte azulado. Mais tarde, em cima de uma pedra junto a sua residência, construiu uma capela onde colocou a imagem de Nossa Senhora da Conceição, do seu oratório privado. Não tardou que se oficializasse a capela, sob a invocação da santa já ali entronizada. Com as notícias alvissareiras mandadas aos seus parentes no sertão donde procedera, as quais informavam ter êle encontrado um terreno fértil, José Pedro de Araújo arrastou para o local outras pessoas que abandonaram Piancó, para se localizarem no oásis agrestino dos juremais.

Outras moradias, em conseqüência da imigração, foram construídas, e, à medida do desenvolvimento da prole, organizou-se a povoação com o nome de Jurema — que tem origem nos juremais, e se atribui a alguma árvore conservada à margem da estrada, marcando um ponto de descanso aos viandantes. Com efeito, existia uma velha estrada de Garanhuns com itinerário para Bonito. (A palavra Jurema é de origem tupi-guarani, significando espinho fétido). Apesar de não se ter conhecimento de outros povoadores antes de 1840, tudo indica, porém, que dentro do território já havia outras habitações, mesmo porque há referência a passagem de tropas com destino a Panelas, para combater os jagunços da guerra dos Cabanos, em 1832. Não se tem certeza se a povoação de Queimadas foi de fato fundada posteriormente. Consta que a construção da capela dêsse povoado, sob a invocação de Santo Antônio, é do ano de 1872, tendo como encarregados de zelar por ela

Vista parcial da cidade.

Praça da Bandeira.

o Sr. Antônio Jacinto e dona Antônia Paes de Souza. É sabido, que Queimadas foi sede de distrito, abrangendo o território da povoação de Jurema, pertencente ao município de Panelas até 1892, quando foi desmembrado para constituir o município de Quipapá. A povoação de Queimadas apresentava-se mais desenvolvida, com uma feira importante, que atraía os mascates de Panelas e Bonito. Em 1893 foi criado o cartório do Registro Civil e, em 1899, instalada a Agência Postal. No dia 15 de setembro de 1890, foi realizada a primeira eleição republicana da povoação de Jurema, para os cargos de Deputado e Senadores ao Congresso Nacional, sendo presidente da msea o professor João Batista do Espírito Santo, em sessão realizada no corpo da capela. As primeiras construções de alvenaria foram feitas mais ou menos em 1889 a 1900, sendo os seus proprietários os senhores Rufino Vieira de Lucena, José Francisco de Lucena, Sebastião Ferreira Sales, Francelino Guilherme Filho e outros, casas ainda hoje existentes.

O desenvolvimento da povoação de Jurema, deu-se com a queda da de Queimadas, em face das desordens praticadas nas feiras a ponto de chamarem a atenção do Govêrno que para ali destacou um oficial da Polícia.

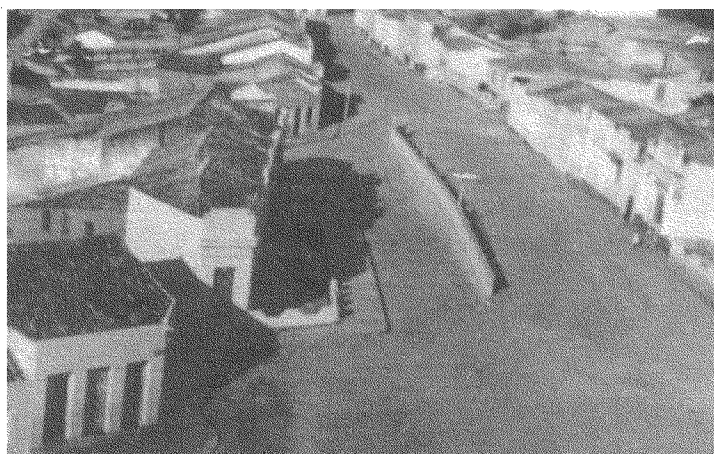
De 1900 a 1925, o comércio local se desenvolveu avultadamente e a arrecadação de tributos pesou na balança do município de origem e apresentava condições de tornar-se independente. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jurema foi criada pelo Decreto n.º 12, de 3 de dezembro de 1923, assinado pelo Excelentíssimo Reverendíssimo D. João Tavares de Moura, bispo da Diocese de Garanhuns, a que pertence a paróquia recentemente criada. Foi desmembrada da de Quipapá, ficando para Jurema os distritos de Jurema e Queimadas. O primeiro capelão de Jurema foi o padre José Vicente — conhecido por padre Zabumba — e o segundo foi o padre Manoel Teotônio, que faleceu em 1909, como o seu capelão. Queimadas nesse tempo pertencia à freguesia de Canhotinho. O primeiro Vigário da Paróquia foi o P.e Humberto Limpens, que tomou posse no dia 16 de dezembro de 1923. A primitiva capela que passou a ser Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Jurema foi construída em 1840, como simples casa de oração, pelo Sr. José Pedro de Araújo, com o auxílio do povo. Nos anos subseqüentes a igreja sofreu algumas reformas, até que em 1943, sendo vigário da paróquia o P.e Antônio Teles, houve a aprovação e ajuda dos paroquianos para demolir a antiga igreja e começar a construção da nova matriz. Os trabalhos de construção se prolongaram até o ano de 1948, quando foram paralisados. A

Igreja Matriz.

26 de maio de 1951, tomou posse da paróquia o Padre Antônio Barbosa que continuou a construção, e, a 18 de novembro de 1954 a matriz foi inaugurada oficialmente pelo Vigário Capitular da Diocese, Mons. José Anchieta Callou. Desde a criação da paróquia até a presente data foram vigários da freguesia P.e Humberto Limpens, P.e Leonardo Wytemberg, P.e Teodoro Van Houtert, P.e Antônio Teles, P.e Emílio Lins, P.e Antônio Callou, P.e Bartolomeu de Carvalho, P.e Antônio de Barros e P.e Antônio Barbosa, atualmente no cargo.

A sua primeira Câmara foi instalada em 15 de novembro de 1928, tendo sido eleitos Prefeito do município o Sr. João Batista dos Santos e Subprefeito o Sr. José Quirino de Andrade. Pela Lei n.º 1 da Câmara Municipal, de Jurema, em 17 de dezembro de 1929, foram criados os distritos de Jurema e Queimadas na divisão judiciário-administrativa. A mesma Câmara, pela Lei n.º 2 do mesmo mês e ano, votou o primeiro orçamento para o exercício de 1929, na importância de Rs. 30:590$000. Pela Lei municipal n.º 5, de 14 de dezembro de 1936, foi criada a Agência Municipal de Estatística, regulamentada pelo ato n.º 7, de janeiro de 1937, e seu primeiro funcionário foi o Senhor Manuel Cordeiro de Souza. Pelo Decreto municipal número 6, de 25 de outubro de 1930, mudou-se o nome da sede do distrito de Queimadas para Alto de Santo Antônio, e pela Lei n.º 135, de 18 de setembro de 1953, foi dado o nome de Santo Antônio das Queimadas, como era antigamente, em face de não se ter apagado no conceito popular a primitiva designação. Com o evento da revolução de 4 de outubro de 1930, renunciaram aos mandatos o prefeito e o subprefeito bem como todos os conselheiros, conforme consta da ata de posse do prefeito, por aclamação, o Senhor João Cordeiro de Souza, levado ao poder pelo povo, cujo mandato terminara dentro de poucas horas por efeito de deposição e posse imediata do Sr. Romeu da Silva Loyo, à ordem de uma coluna revolucionária, que também não durou com o mandato, em face da reposição ordenada ao Senhor João Cordeiro de Souza, cuja gestão durou até a volta do regime em 1935, quando se procedeu às eleições municipais. Nesse período foi nomeado o Sr. major Osório de Barros e Silva, pelo ato n.º 612, de 8 de julho de 1935, assumindo em 10 do mesmo mês e permanecendo no cargo até o dia 18 de outubro do ano seguinte, quando voltou ao poder o Sr. João Cordeiro de Souza, vitorioso no pleito, juntamente com os senhores vereadores.

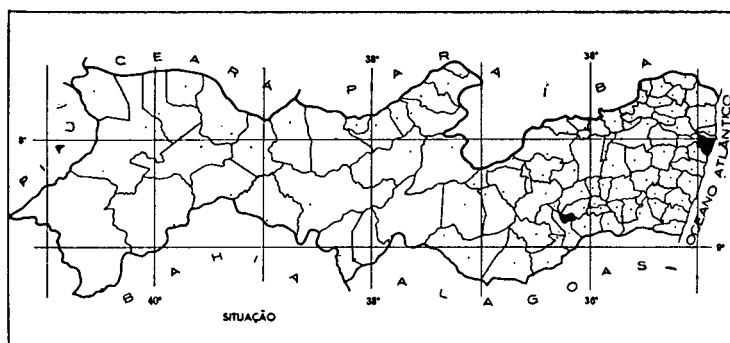
É de salientar o seu dinamismo à frente da Administração Pública, de 4 de outubro de 1930 até 10 de novembro de 1937, em que caiu com o golpe de Estado. Construiu nesse período os prédios da Prefeitura Municipal, açougue público, cemitério da cidade e da vila de Alto de Santo Antônio, escolas estaduais e municipais, usina elétrica com motor a gás, etc.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito da Jurema foi criado pela Lei municipal n.º 34, de 20 de outubro de 1899, desmembrado do território de Queimadas. Por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909, a sede do referido distrito foi elevada à categoria de vila. Na Divisão Administrativa, em 1911, Jurema figura como distrito do município de Quipapá. O município da Jurema, criou-o a Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, com território desmembrado do de Quipapá. Sua instalação ocorreu a 1.º de janeiro do ano seguinte. A mesma Lei a que se deve a criação do município concedeu à sede municipal foros de cidade. De acôrdo com o quadro de divisão administrativa referente a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município de Jurema compõe-se de 2 distritos: o da sede e Alto de Santo Antônio. Segundo os quadros de divisão territorial de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Jurema está constituído dos mesmos distritos supracitados, assim permanecendo nas divisões territoriais do Estado, vigentes nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de

Trecho da Rua João Pessoa.

Trecho da Praça da Conceição.

dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, respectivamente. Em 1953, pela Lei municipal n.º 135, de 18-IX-1953, foi modificado o topônimo do distrito de Alto de Santo Antônio para Santo Antônio das Queimadas.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Nos quadros de divisão territorial de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, assim como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Jurema figura como têrmo da comarca de Quipapá. Por efeito dos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceram as divisões judiciário-administrativas para os qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, respectivamente, Jurema continua como têrmo componente da comarca de Quipapá. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 dêsse mesmo mês e ano, foi criada a comarca de Jurema, com o têrmo de igual nome, desanexado da comarca de Quipapá. Atualmente o município é sede de comarca com os mesmos distritos da divisão administrativa.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 156 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta, na direção O.S.O., numa altitude de 430 m. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As suas coordenadas geográficas são: latitude Sul 8° 43' 10",8 e 36° 08' 09" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *As'*. Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. O município está na faixa de transição entre o Polígono das Sêcas e a Zona do Litoral-Mata. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 128 km².

POPULAÇÃO — É de 11 730 habitantes consoante dados do Censo de 1950, sendo 5 537 homens e 6 193 mulheres. A densidade demográfica é: 91,6 habitantes por quilômetro quadrado. Dez por cento da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 13 534 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Jurema, 1 567 habitantes, e a vila de Santo Antônio das Queimadas (ex-Alto de Santo Antônio), com 153 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 10,5% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Café, banana, mandioca, feijão, algodão, cana-de-açúcar, cebola, milho, mamona e agave são as principais culturas agrícolas. Contam-se 13 estabelecimentos industriais ocupando 48 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Agave	Quilograma	38 250	191 250,00
Algodão	»	165 000	913 000,00
Banana	cacho	324 000	2 916 000,00
Café	Quilograma	277 500	5 087 500,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	8 400	840 000,00
Cebola	Quilograma	113 400	567 000,00
Feijão	Saco 60 kg	2 960	1 184 000,00
Mamona	Quilograma	84 500	253 500,00
Mandioca	Tonelada	5 452	1 253 000,00
Milho	Saco 60 kg	2 700	270 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Jurema está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Canhotinho (29 km), Altinho (61 km), Panelas (21 km), Quipapá (24 quilômetros) e Lajedo (32 km). É servido por linhas de ônibus intermunicipais. Acha-se a 221 km, por rodovia, da Capital estadual, 221 km misto (24 km a cavalo, até Quipapá, e daí 197 km de ferrovia) e 156 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — São 21 os estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias. Existe uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Há 19 logradouros pavimentados a paralelepípedos, representando 60% da pavimentação; um dêles é arborizado. Existe iluminação elétrica, consumindo 54 kW por dia, com 180 ligações domiciliárias. Funciona uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Registra-se um hotel, com diária de Cr$ 70,00. Em 1956, 3 automóveis e 7 caminhões foram matriculados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há estabelecimentos de assistência médico-sanitária no município; apenas, pode-se registrar a existência da Liga de Assistência à Maternidade, à Infância e à Velhice, associação de caridade que de um certo modo beneficia à população pobre. Um dentista e dois farmacêuticos, prestam serviços profissionais. Há 2 farmácias no lugar.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 23, do ensino primário fundamental comum, com

Praça 11 de Setembro.

793 alunos matriculados, 3, do ensino supletivo, e 1, do complementar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	441	40	530
1951	...	496	485	122	540
1952	...	671	598	155	513
1953	...	756	953	162	854
1954	...	830	818	139	845
1955	...	1 283	937	264	878
1956 (2)	...	...	...	...	...

(1) Não foi possível separar as arrecadações do Município de Jurema do de Quipapá, pois são feitas conjuntamente. — (2) Orçamento.

FESTEJOS POPULARES — Os festejos populares no município são os da época junina: São João e São Pedro. Há muita animação, tanto na cidade como no interior. São também tradicionais as alegrias de Natal e Ano Novo. No último domingo de janeiro, a vila de Santo Antônio das Queimadas festeja o seu padroeiro "Santo Antônio", com novenas, procissões, etc. No dia 8 de dezembro (festa de Nossa Senhora da Conceição), realizam-se na cidade de Jurema os festejos em regozijo à sua padroeira, quando no dia seguinte sai uma procissão com a imagem da Santa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício, 1 754 eleitores inscritos.

Registra-se um advogado em atividade. Há no município um campo de pouso para aviões de pequeno porte. O Prefeito é o Sr. João Cordeiro de Souza.

(Autor do histórico — Setembrino Cordeiro de Souza — A.E.; Redação final — Denise Duarte de Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

LAGOA DOS GATOS — PE

Mapa Municipal na pág. 215 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — No século XVIII, pelo ano de 1760, os colonizadores que pouco a pouco, vinham se enveredando pelo interior em busca de terras para fixarem residência e explorarem a agricultura e a criação, pisavam o solo que mais tarde se chamou Lagoa dos Gatos. Aquelas penetrações, acompanhadas sempre pelo elemento religioso, pois era mister fundar-se uma capela em cada localidade descoberta para, ali, com a palavra apostólica da Igreja, catequizar os gentios e atrair em maior número o elemento servil, compunham-se invariàvelmente do descobridor e sua gente, parentes, conhecidos e ainda do elemento negro importado da África.

Até agora não se conta outro nome senão o do português José Cavalcanti Fragoso, primeiro elemento penetrador do solo da Lagoa dos Gatos; foi êle, consoante o testemunho insuspeito dos mais remotos habitantes, que em 1780, desbravou e fixou residência em Peri-Peri, onde fundou uma fazenda de criação, alargando seus domínios até a região que tem atualmente o seu nome. É bem provàvel que por outros pontos e em épocas subseqüentes, tivessem chegado ao lugar novos imigrantes. Assim, consta que mais tarde os portuguêses Alexandre Soares e Manoel Pereira Quaresma se fixaram no Porão, onde, pouco a pouco, ia-se desenvolvendo o povoado; José Gomes de Souza e José Dias de Sá, em Riachão de Fora; João Higino de Souza Serodio, em Riachão de Dentro; Manoel Severino Cobra, no Tambor; Antônio Francisco de Assis Pereira, na Barra dos Gatos; Simão Correia dos Santos e Marcolino Cavalcanti de Oliveira, no Brejo das Correias; Antônio da Silva Portela, no Espelho; Francisco Bento da Silva e João Domingos André, no Lajedo; Joaquim Pais de Lira que viera de Baixa Verde, e muitos outros, foram os fundadores do atual território de Lagoa dos Gatos.

LENDAS SÔBRE A DENOMINAÇÃO — Segundo o testemunho dos antigos habitantes correm as mais variadas lendas sôbre a origem do topônimo "Lagoa dos Gatos". A primeira delas, aliás, a de mais fundamento, é contada da seguinte maneira: Nos fins do século XVIII, quando, em data, incerta, o primeiro pé civilizado pisou o solo daquela região, coberta de grande e escura mata, o local onde se ergue hoje a cidade era densa selva, existindo também pequena lagoa, formada por uma nascente e alimentada pelas águas do riacho que lhe passava à direita. A belíssima lagoa, única área franqueada aos raios solares, tinha suas águas límpidas e doces, protegidas por extenso lençol de junco e piripiri. Certo dia, um caboclo caçador, deparou, casualmente, com um gato maracajá bebendo ali, sendo o fato relatado aos demais habitantes das proximidades, que passaram a se utilizar da mencionada lagoa, que, daí por diante ficou denominada "Lagoa dos Gatos".

Vista parcial da cidade.

Pôsto de Puericultura.

GUERRA DOS CABANOS — Os fatos mais importantes da história do município foram os ocorridos durante a guerra chamada dos Cabanos, em 1832. O território que compreende o município da Lagoa dos Gatos e muito especialmente a circunvizinhança do local onde está a cidade pròpriamente dita, exercera papel relevante na referida guerra, que tanto infelicitou e ensangüentou nossa pátria. Terreno muito acidentado, quase todo cercado de montanhas, coberto de matas inóspitas e desconhecidas, poucos lugares ofereciam maiores possibilidades aos rebeldes Cabanos, do que Lagoa dos Gatos. E foi o que aconteceu. Estabelecendo seu quartel-general para os lados da serra do Cafundó, um grande número de revoltosos sob o comando de Francisco Barros, que por sua vez parecia seguir a orientação do Caudilho Vicente de Paula, que agia no setor de Panelas de Miranda, espalhou a morte e a destruição no seio das fôrças legalista que se movimentavam quase sempre vindas dos lados da vila do Bonito. Protegidas pela densa mata, ocultando-se nos profundos socavões, emboscavam as tropas, inflingindo-lhes penosas baixas, para, em seguida, desaparecerem no matagal desconhecido e nos imensos grotilhões. levando os prisioneiros e o resultado do saque, êste sempre conduzido para o quartel-general, enorme caverna, inacessível aos desconhecidos, nas abas da serra do Cafundó.

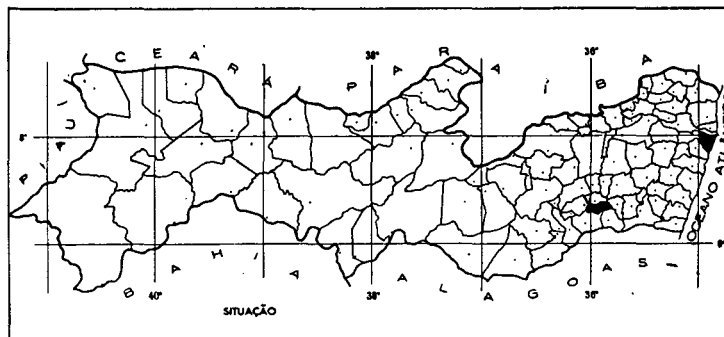
Tão danosas eram as ações dos rebeldes nesta parte do Estado, que o Govêrno resolveu aumentar os efetivos legais, enfrentando sèriamente e com grande número de soldados, os revoltosos, conseguindo a muito custo estabelecer um quartel provisório, sendo, nas proximidades da Lagoa que veio a ser chamada "Dos Gatos", construída uma casa onde funcionavam o comando das fôrças em operação, cujo imóvel ainda hoje existe e se encontra localizado na antiga Rua Velha, atual Barão do Rio Branco. A luta mesmo assim continuou renhida, a despeito dos reforços legalistas do próprio território que servia de base às fôrças Cabanas. Apesar da queda do arraial do Jacuípe e do avanço das tropas para Panelas de Miranda, o combate continuou nestas paragens, sòmente cessando, segundo crônicas da época, mercê dos bons ofícios do zeloso bispo Dom João Perdigão, que vindo diretamente para Lagoa dos Gatos, negociou a paz entre rebeldes e legalistas.

EVOLUÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA — Lagoa dos Gatos foi reconhecida oficialmente como povoação, no ano de 1832. Pertencente à freguesia de Panelas de Miranda, que era anexada ao têrmo de Caruaru, da antiga comarca da vila do Bonito, conservou essa categoria até a data da instalação do município das Panelas, no ano de 1852.

Elevada à categoria de 2.º distrito do município de Panelas, pela Lei municipal n.º 20, de 24 de março de 1897; sede do município pela Lei estadual n.º 209, de 24 de março de 1897; vila criada pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909; perdeu a categoria de sede do município de Panelas pela Lei estadual n.º 1 366, de 24 de maio de 1919. Cidade e sede do município com a denominação de Frei Caneca, pela Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, desmembrada do município de Bonito.

O primeiro Conselho Municipal, instalado a 15 de novembro de 1928, teve como presidente o Sr. Julio Teodorico Soares Lyra.

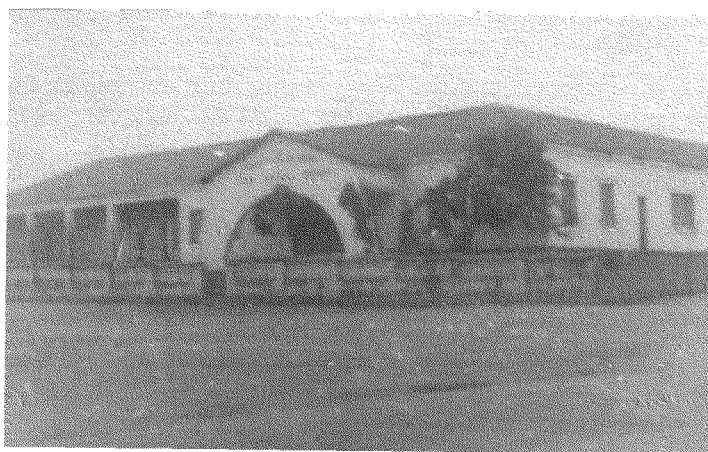
Foi instalado o município em 1.º de janeiro de 1929. O Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, restabeleceu o seu primitivo nome de Lagoa dos Gatos, com dois distritos: Lagoa dos Gatos (ex-Frei Caneca) e Igarapeaçu (ex-Lagoa do Souza). Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Lagoa dos Gatos divide-se em dois distritos: Lagoa dos Gatos e Lagoa do Souza (ex--Igarapeaçu), alteração toponímica esta atribuída à mudança da sede distrital, até então localizada em Igarapeaçu. A partir de 9 de junho de 1948, conforme Lei estadual número 309, o município passou à sede de comarca. Atualmente continua inalterável na sua composição.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está localizada a 124 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, no rumo O.S.O., e pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas do município são as seguintes: Latitude Sul 8º 40' 50". Longitude W.Gr. 35º 48' 30". Altitude, 445 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *As'*. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 87 km².

POPULAÇÃO — É de 19 289 hab. segundo elementos do Censo de 1950, distribuída em 9 273 homens e 10 016 mulheres. Densidade demográfica: 222 habitantes por quilômetro quadrado. Dez por cento da população residem no quadro urbano. Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-957: 22 256 habitantes.

AGLOMERAÇÃO URBANA — Cidade de Lagoa dos Gatos (2 582 hab.) e a vila de Lagoa do Souza (280 hab.).

Grupo Escolar Prof. Manoel Edmundo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 44% estão ocupados no ramo "agricultura", os demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Mandioca, feijão e café são as principais culturas agrícolas. Contam-se 16 estabelecimentos industriais ocupando 654 pessoas. Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café....................	Quilograma	216 000	4 680 000,00
Feijão..................	Saco 60 kg	39 700	30 172 000,00
Mandioca...............	Tonelada	46 950	12 980 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Lagoa dos Gatos está ligado à capital estadual e mais aos seguintes municípios: Panelas (18 km), Catende (30 km), Maraial (37 km), Quipapá (51 km) e Cupira (30 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 180 km, por rodovia, da capital estadual, 172 km misto (30 km, por rodovia, até Catende e daí 142 km, por ferrovia) e 124 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 61 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias. Funciona 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Havia na sede do Município um total de 37 logradouros, 4 dos quais pavimentados a paralelepípedos e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Vinte e um logradouros possuem iluminação domiciliária, sendo que em 19 dêstes há também iluminação pública, com um total de 260 ligações. Existem uma agência postal-telegráfica, um cinema com 140 cadeiras, dois hotéis, com diária de Cr$ 80,00 e, na Coletoria Estadual foram registrados 1 automóvel e 2 caminhões.

Fábrica de Amido.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1956 havia no município uma farmácia e um Pôsto Estadual de Higiene. Um dentista e um farmacêutico estiveram em atividade profissional durante o ano acima referido.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 10 unidades do ensino pré-primário, 24 do ensino primário fundamental comum, com 849 alunos matriculados, e 5, do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais. Registra-se 1 biblioteca com 490 volumes, denominada Biblioteca Municipal de Lagoa dos Gatos.

Cine Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	109	203	460	136	499
1951.......	68	286	519	196	613
1952.......	193	397	648	256	481
1953.......	183	397	999	259	1 215
1954.......	120	446	794	208	829
1955.......	167	651	941	270	941
1956 (1)....	375	900	1 527	438	900

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Há no Município a serra do Espelho, com 650 metros de altura (Estimativa).

FESTEJOS POPULARES — É tradicional a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição Imaculada, impreterìvelmente celebrada todos os anos no dia 8 de dezembro. É a mais concorrida do município. Os andores distribuídos

pelos sítios, vêm trazendo os fiéis, para os festejos projetados. Calcula-se a afluência em 8 a 9 mil almas; muitas delas vêm das circunvizinhanças: Cupira, Belém de Maria, Altinho, Quipapá, etc. É também tradicional e grandiosa a festa de São Sebastião, todos os anos a vinte de janeiro. São Sebastião é o principal padroeiro de Lagoa dos Gatos, depois de Nossa Senhora da Conceição. Sua festa tem como característica o leilão de criações, que é a espontânea oferta do povo dos sítios. É de se notar que, na ocasião, tôdas as imagens que se veneram na matriz são distribuídas pelos sítios, para no dia aprazado virem seguidas de numerosa multidão. Esta festa é procedida por inúmeras práticas, por parte das famílias de Lagoa dos Gatos, que se esmeram em homenagear o santo de sua devoção. Há velas, flôres e fogos de artifício.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tomaram assento na Câmara Municipal, nas últimas eleições, 7 vereadores, e 3 136 foi o número de eleitores inscritos.

Havia, em 1956, dois advogados em atividade.

No Município, a extração de madeira é mais ou menos desenvolvida. Existe uma fábrica de amido, não estando, todavia, em funcionamento. Há um pôsto de Puericultura e uma maternidade, o primeiro de natureza cultural, o segundo de natureza técnico-científica, não estando funcionando no presente.

Há um campo de pouso para pequenos aviões. O Prefeito é o Sr. Manuel Cordeiro de Melo.

(Autor do histórico — Amaro Claudino Pinto; Redação final — Severino Nazareth Bezerra de Melo; Fonte dos dados — Departamento Estadual de Estatística e Agência Municipal de Estatística.)

LAJEDO — PE

Mapa Municipal na pág. 579 do 4.º Vol.

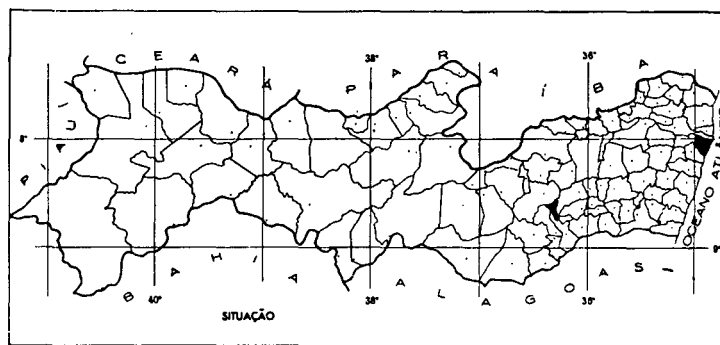
HISTÓRICO — Lajedo é a cidade mais jovem da Região do Agreste. Seu nome deriva dos muitos lajeiros existentes nas suas proximidades, medindo uma área de dois hectares, mais ou menos, chamados "Caldeirões", servindo para abastecer d'água, temporàriamente, a população. Sua fundação data do ano de 1852. Naquela época, era apenas uma propriedade denominada Lajeiro e pertencia ao Senhor Vicente Ferreira da Silva, abastado criador de bovinos e caprinos, procedentes do vizinho município de Altinho. A aludida propriedade já estava administrativamente subordinada a Canhotinho. Por iniciativa de um filho do Sr. Vicente Ferreira, de nome José Ferreira da Silva, mais conhecido por Barão Cazuza, foi construída a primeira casa da localidade (prédio em que funciona hoje a Farmácia Santo Antônio), em frente a uma frondosa gameleira, que logo veio a servir de "mercado" na pequenina feira criada por pessoas da família e proprietários vizinhos. Tempos depois, com a ajuda de parentes e vizinhos, o Barão Cazuza mandou construir uma Casa de Oração tendo como orago Santo Antônio de Pádua, o que motivou, em poucos anos, um agrupamento de casas e passou a chamar-se "Lajeiro de Santo Antônio" e, depois, Lajedo, nome atual. A primeira missa foi celebrada na Casa de Oração pelo padre João José do Divino Espírito Santo. Com as festas que

Praça de Santo Antônio, vendo-se ao fundo a capela de N. S.ª do Socorro.

promoviam em honra ao Santo padroeiro e com o tino administrativo do Barão Cazuza, foi o pequeno povoado aumentando e se projetando na vida econômica do município. No ano de 1902, foi Lajedo elevado à categoria de vila, dada a sua evolução comercial, número suficiente de casas, e de habitantes. Era então Prefeito de Canhotinho o coronel Henrique Pereira de Carvalho. Para o novo distrito, foram nomeadas as seguintes autoridades: Juiz Distrital, Firmino José da Silva Burgos; Oficial do Registro Civil e Escrivão dos Casamentos, Manoel Morel Pacheco de Medeiros; Fiscal, João Gomes da Silva (Pai João); Agente dos Correios, D. Inez de Paula Pacheco de Medeiros, filha do Barão. Também exerceram o cargo de Juiz Distrital os Senhores Laurentino Correia, José Pereira de Carvalho, Francisco Pacheco de Medeiros, major Lúcio de Siqueira Campos, major Claudino Pereira Tôrres Galindo (Capitu), Severiano Pereira da Costa e o capitão José Ferreira de Morais. Exerceram ainda o cargo de Oficial do Registro Civil os Srs. Ananias Siqueira, Belmiro de tal, Aureliano Oliveira, José Firmino Burgos e o atual, Adalberto Vieira e Silva. O primeiro Comissário de Polícia foi o Sr. José Pereira de Carvalho, durante cêrca de 20 anos. A maioria das autoridades distritais eram descendentes do fundador. Com o decorrer dos anos, a vila mais aumentou. Seus grandes colaboradores foram, sem dúvida, o capitão Francisco Pacheco de Medeiros, genro do Barão, major Capitu, tenente Deodato, José Pereira de Carvalho, Antônio Pacheco de Medeiros, Severiano Pereira da Costa e tantos outros. No ano de 1934, foi a vila servida pela Rodovia Estadual que liga Garanhuns a Recife, o que mais contribuiu para o desenvolvimento local. Em 1937 teve Lajedo seu primeiro médico, o Dr. Antônio Dourado Cavalcanti, a criação de uma Banda Musical, denominada "20 de Junho", e a organização de uma Sociedade Lítero-Recreativa, que recebeu aquela mesma denominação. Em 1938 conseguiu iluminação elétrica, graças à iniciativa do Sr. Júlio Felipe de Andrade, passando depois a outros proprietários e pertencendo atualmente à Cooperativa Agropecuária. Em fevereiro de 1941, foi solenemente instalada e sagrada a Paróquia do Lajedo, subordinada à Diocese de Garanhuns, tendo como primeiro Vigário o padre Artur Silvestre da Luz. Em 1945 tornou-se Lajedo uma fôrça considerável na política de Canhotinho. Seus habitantes, sentindo a necessidade de emancipação, tomaram as devidas providências e, por fôrça da Lei estadual número 377, de 24 de dezembro de 1948, foi criado o muni-

cípio de Lajedo, desmembrado do de Canhotinho, distrito único, graças aos esforços do então deputado estadual Heráclio do Rêgo, professor Antônio Vilaça, Dr. Antônio Dourado Cavalcanti, Guilhermino Paulo, José Homem de Lucena, José Burgos e outros. Era governador do Estado o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, que logo nomeou para Prefeito interino ao Senhor Guilhermino Virgulino de Sobral e, para Delegado de Polícia, Cassemiro Carloses Barbosa. A 19 de maio de 1949, teve o município a sua primeira eleição para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, cujo resultado foi o seguinte: Prefeito, José Nonato de Oliveira; Vice-prefeito, Simpliciano Cardoso Silva, tràgicamente assassinado em novembro daquele ano; Vereadores: Dr. Adalberto Castro Barreto, Clementino Lima, Arlindo Ferreira da Silva, José de Andrade Amaral, Antônio Paulo Barbosa, D. Estefânia Costa Crespo, Francisco Manoel de Tôrres e Manoel Vieira de Melo. No decorrer dêsse quatriênio, a cidade e o município muito prosperaram. Em 1953 ocorreu a segunda eleição para Prefeito, Subprefeito e Vereadores, que ofereceu o seguinte resultado: Prefeito, Dr. Antônio Dourado Cavalcanti; Subprefeito, José de Andrade Amaral. Com a ajuda dos podêres públicos, o Prefeito Dr. Dourado se destacou pelo seu dinamismo. Construiu o edifício da Prefeitura, classificado como o melhor do interior do Estado; calçou praças e ruas; equilibrou as finanças municipais, aumentando a Receita; conseguiu muitos outros melhoramentos de interêsse coletivo. Lajedo tem também um grande colaborador que é o atual deputado federal Dr. Armando Monteiro Filho, sobrinho do Prefeito, Dr. Antônio Dourado Cavalcanti. Lajedo não teve participação alguma em fatos importantes de nossa história. É hoje uma cidade desenvolvida e, relativamente, uma das mais progressistas do Estado. Por sua localização e empreendimentos, é de um futuro promissor.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Elevado à categoria de vila, Lajedo, antigo têrmo e comarca de Canhotinho, pela Lei estadual n.º 377, de 24 de dezembro de 1948, passou a sede de comarca, sendo a mesma instalada em agôsto do ano seguinte. Foi seu primeiro Juiz o Dr. José Martins de Sousa Leão, e Promotor o Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, sucedidos pelos Juízes Drs. Pedro Ribeiro Malta e Clemenceau Dutra de Almeida Lyra, o atual. A comarca é servida por um único Cartório de Ofício, pertencente a José Firmino Burgos e um Cartório do Registro Civil, pertencente a Adalberto Vieira e Silva, Oficial do Registro e Escrivão dos Casamentos. Por êste meio ficou constituída a comarca do Lajedo.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Lajedo está situada na Zona Fisiográfica do Agreste. Dista da Capital do Estado 266 km em linha reta, na direção O.S.O. Altitude, 615 m (Estimativa).

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Zona de transição climática dos tipos *Bsh* e A's, com predominância do segunndo. Atenuado pela altitude.

Vista parcial da cidade.

Prefeitura Municipal.

Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. O município está compreendido no Polígono das Sêcas.

Temperatura média anual — 28°

ÁREA — 88 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população é de 15 635 hab., sendo 7 533 homens e 8 102 mulheres. A densidade demográfica é de 177,6 hab./km²; 6,8% da população estão residindo no quadro urbano. Estimativa do D.E.E. para 1.°-VII-1957: 18 040 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Lajedo (distrito único) 2 186 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 24,5% estão ocupadas no ramo "agricultura". As demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na Agricultura e no comércio. Milho, feijão, mandioca, mamona, algodão, fumo, batata-doce, cebola e abacaxi são as principais culturas agrícolas. São 11 os estabelecimentos industriais ocupando 32 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	180 000	1 980 000,00
Cebola	»	2 100 000	8 400 000,00
Feijão	Saco 60 kg	3 000	1 800 000,00
Mandioca	Tonelada	16 700	2 505 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Lajedo está ligado às capitais estadual e federal e mais aos seguintes municípios: Canhotinho (57 km), Angelim (30 km), São Bento do Una (24 km), Altinho (61 km) e Jurema (32 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 271 km, por rodovia, da capital estadual, 265 km mistos (37 km, por rodovia, até Canhotinho e daí, por ferrovia, 228 km) e 266 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 3 estabelecimentos atacadistas, 31 varejistas. Não há agências bancárias. Existe 1 cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Tem a cidade 27 logradouros, sendo 7 inteiramente pavimentados, e 3, parcialmente; uma área total de pavimentação, a paralelepípedos, de 25 000 km². Com freqüência, os hotéis, em número de 5, todos de nível médio, cobram uma diária de Cr$ 60,00 por pessoa e Cr$ 100,00 por casal. Há uma agência postal-telegráfica do D.C.T. Os veículos são 22 automóveis e 41 caminhões matriculados na Coletoria Estadual. A iluminação é elétrica. A emprêsa elétrica local forneceu cêrca de 65 700 kW destinados, exclusivamente, à iluminação pública e domiciliária, esta, com 203 ligações.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,8% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 30 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 185 alunos matriculados, e 3, do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	142	654	536	169	414
1951	144	1 025	748	219	799
1952	217	1 362	943	292	828
1953	288	1 433	1 357	342	1 061
1954	213	1 900	1 251	392	1 252
1955	329	2 195	1 507	447	1 244
1956 (1)	448	3 739	2 012	586	2 157

(1) Orçamento.

Igreja Matriz de Santo Antônio.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há no município estabelecimentos de assistência médico-sanitária. Pode-se apenas registrar a existência do Núcleo de Assistência Social à Velhice e à Infância Desamparada, que concede auxílios e presta benefícios à população pobre. Um médico, dois dentistas, três farmacêuticos e três farmácias em atividade na cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Registra-se a existência de um campo de pouso, particular, pertencente ao Dr. Antônio Dourado Cavalcanti. Mesmo assim, é franqueado ao pouso de pequenos aviões públicos ou particulares. Localizado no perímetro suburbano da cidade, mede 100 x 800 metros. Mencione-se aqui, o serviço de abastecimento d'água da cidade, já concluído e não inaugurado, considerada a maior obra realizada. Escola Artesenal, em construção, e Patronato Agrícola do Salôbro, também em construção e a cargo dos Padres Salesianos. O último está localizado na Zona rural. Em 1956 existiam 9 vereadores em exercício e 3 635 eleitores inscritos. O Prefeito é o Sr. Dr. Antônio Dourado Cavalcanti.

(Autor do histórico — Washington Pacheco de Medeiros — A.E.; Redação final — Denise Barros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

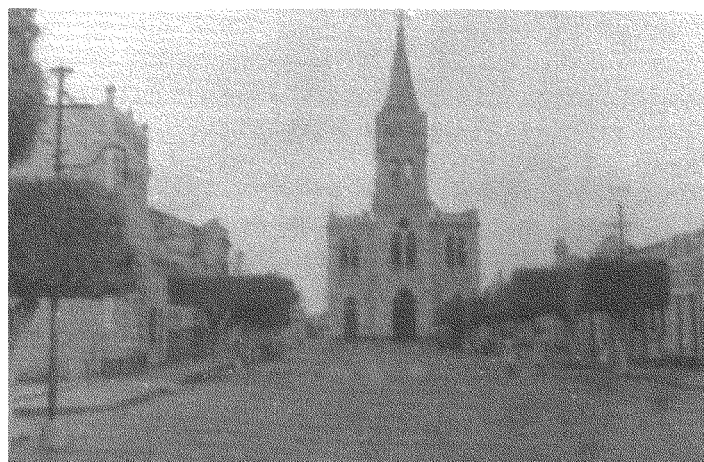
LIMOEIRO -- PE

Mapa Municipal na pág. 534 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A fundação da cidade de Limoeiro e a origem de sua denominação estão ligadas ao seguinte fato de tradição local: O território que atualmente é ocupado pela cidade compreendia uma sesmaria, onde, nos princípios do século XVII, existiu um aldeamento de índios, quando era abundantíssimo na região o limoeiro. No período de 1730/1740, era o padre Ponciano Coelho o missionário encarregado da catequese dos índios. A 15 km a oeste do local, no lugar denominado Poço do Pau, residia um português chamado Alexandre de Moura, elemento religioso e que havia construído uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação, onde mandava celebrar missas e realizava festividades religiosas, atraindo pessoas de outros lugares, algumas das quais fixaram residência naquela zona. Sendo do interêsse do catequista o desenvolvimento das

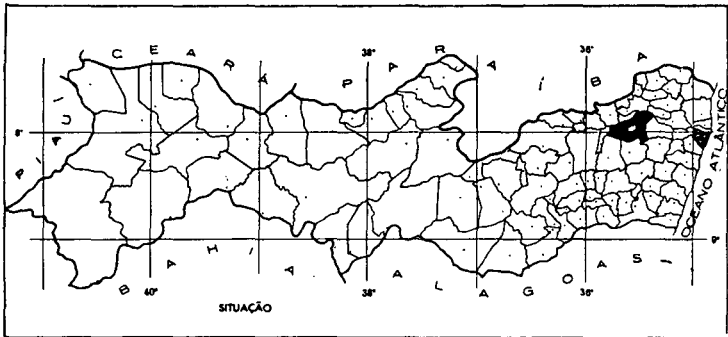
Prefeitura Municipal.

Praça da Bandeira.

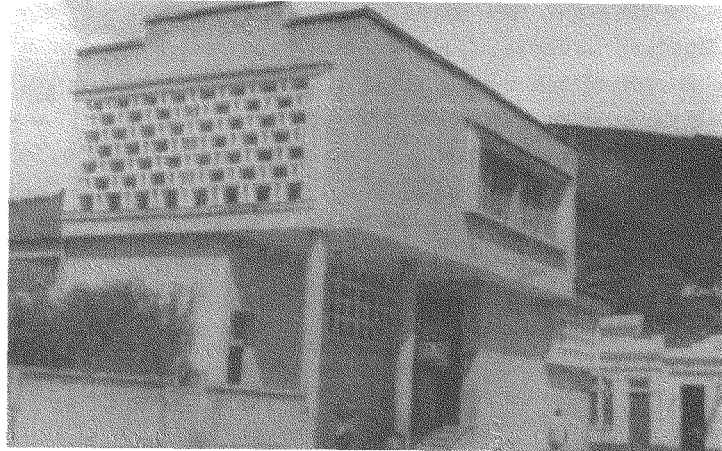
cercanias da aldeia, conta a tradição que lançou mão de um estratagema, fazendo desaparecer a imagem da Santa da capela para ser encontrada em um dos limoeiros próximos ao aldeamento, de maneira a que parecesse milagre. Repetido o ardil algumas vêzes, convenceram-se todos da necessidade de erigir uma igreja no local onde fôra encontrada a imagem da Santa. Como resultado da notícia que correu pelas redondezas, várias foram as famílias que vieram residir no local, então já conhecido como o Limoeiro de Nossa Senhora. Pertencente à freguesia de Santo Antônio do Tracunhaém, seu desenvolvimento foi tal que, a 16 de junho de 1779, por provisão do diocesano D. Thomaz da Encarnação da Costa Lima, foi elevada à categoria de freguesia. Pela provisão de 15 de fevereiro e Alvará de 25 de julho de 1811, foi criada a Câmara, ficando separada da

Rua da Matriz, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz.

comarca do Recife a que pertencia, sendo ereta em 23 de maio de 1812 pelo desembargador da Casa de Suplicação do Brasil, ouvidor-geral da comarca de Olinda, Clemente Ferreira França. A Lei provincial n.º 1 650, de 30 de maio de 1881, elevou-a à categoria de cidade, constituindo-se em município autônomo, de acôrdo com a Lei Orgânica dos Municípios, n.º 52, de agôsto de 1892. Tendo sofrido várias alterações em sua divisão administrativa e nos topônimos de seus distritos, Limoeiro atualmente é composto de 6 distritos: Sede, Ameixas, Bengalas, Cumaru, Passira e Urucuba, de acôrdo com a Divisão Territorial fixada para o qüinqüênio 1954-1958.

LOCALIZAÇÃO — Está na zona fisiográfica do Agreste, sendo suas coordenadas: Latitude S. 7º 50' 57",8, e longi-

tude W.Gr. 35° 20' 10",6. Dista da Capital estadual, em linha reta, 84 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Do tipo As'. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. Na faixa de transição entre o Polígono das Sêcas e a Zona da Mata. (Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área territorial do município totaliza 786 km².

Agência do D.C.T.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, era de 76 527 o total de habitantes para o município, assim distribuído: sede, 27 571; distritos de Cumaru, 15 206, Passira, 22 542 e Urucuba, 11 208. Quadro rural, 60 046 habitantes. Estimativa do D.E.E., para 1.°-VII-1957: 88 300 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Conta o Município com 4 centros urbanos: a sede, com 14 122 hab. e as vilas de Cumaru, 746 hab., Passira, 1 237 hab., Urucuba, 376 hab., e Ameixas e Bengalas cujas populações, por se tratar de distritos récem-criados, ainda não foram estimadas.

Cine São Luiz e Agência do Banco do Brasil S.A.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica está representada pelo ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", com 38,3% das pessoas presentes, em 1950, dedicando-se a elas. Em 1955, as principais produções agrícolas apresentaram o volume e valor encontrados, por ordem decrescente de valor, no quadro a seguir, segundo dados publicados pelo Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

Grande Hotel de Limoeiro.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (em cruzeiros)
Batata-doce	Tonelada	22 500	58 500 000
Banana	Cacho	2 000 000	50 000 000
Algodão	Quilograma	3 750 000	21 250 000
Feijão	Saco 60 kg	25 100	15 060 000
Mandioca	Tonelada	11 750	11 570 000
Abacaxi	Fruto	2 210 000	7 735 000
Milho	Saco 60 kg	34 500	6 210 000
Fava	» » »	15 800	5 530 000
Laranja	Cento	35 000	1 575 000
Arroz	Saco 60 kg	1 800	864 000
Mamona	Quilograma	215 000	537 500
Côco-da-baía	Cento	1 000	250 000
Café	Quilograma	9 000	180 000
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 250	93 750
Fumo	Quilograma	4 500	45 000

Radiodifusora, da emprêsa Rádio Jornal do Comércio S.A.

Os produtos e subprodutos industriais apresentaram no mesmo ano (1955) os seguintes resultados:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Benef. de algodão	Quilograma	3 048 865	68 707 000,00
Caroço de algodão	»	6 989 381	13 719 000,00
Fab. óleo caroço algodão	»	901 581	12 034 000,00
Fab. torta de algodão	»	5 133 035	6 586 000,00
Fab. pães e prod/padaria	»	255 570	6 469 000,00
Fab. farinha de mandioca	»	648 100	2 671 000,00
Fab. lintes	»	233 915	1 853 000,00
Fab. açúcar bangüê	»	261 000	1 192 000,00
Fab. sabão	»	120 000	1 080 000,00
Fab. móveis em geral	Unidade	526	1 027 000,00
Fab. telhas e tijolos	milheiro	600	243 000,00

Hospital José Fernandes Salsa.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede do município está ligada às seguintes cidades: Riacho das Almas, 72 km por rodovia; Surubim, 59 km por rodovia; João Alfredo, 23 km por rodovia; Bom Jardim, 30 km por rodovia e 32 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Carpina, 24 km por rodovia e 22 km por ferrovia (R.F.N.); Glória de Goitá, 33 km por rodovia; Vitória de Santo Antão, 52 km por rodovia; Bezerros, 78 km por rodovia e Gravatá, 89 km também por rodovia. Comunica-se com a Capital do Estado pela Rêde Ferroviária do Nordeste, 83 km e por 77 km de rodovia. Com a Capital Federal a ligação é feita via Recife.

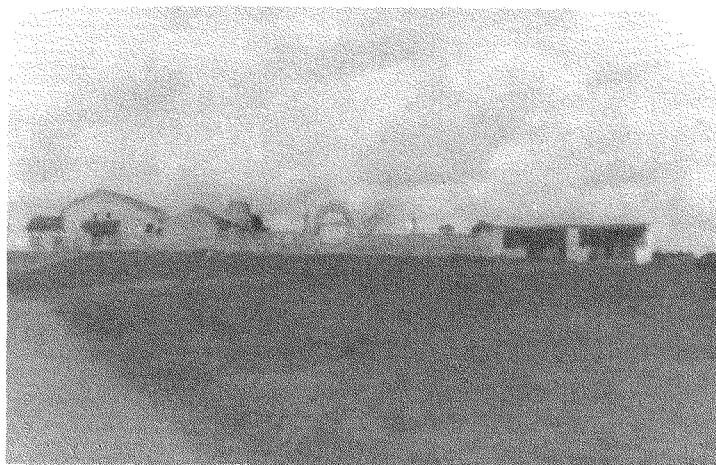
Ginásio Estadual Monsenhor Fabrício.

COMÉRCIO E BANCOS — Limoeiro conta com 4 estabelecimentos bancários: 1 agência do Banco do Brasil, Sociedade Anônima, 1 do Banco Nacional de Pernambuco, S. A.; a Cooperativa Banco Popular de Limoeiro, Ltda. e

Ginásio Municipal.

a Caixa Econômica Federal (1 238 cadernetas em circulação e Cr$ 3 753 007,00 o valor dos depósitos). Existe ainda uma Cooperativa Agropecuária O comércio local compreende 7 estabelecimentos atacadistas e 95 varejistas, na sede. O intercâmbio comercial é feito com a Capital e os municípios de Carpina, Bom Jardim, João Alfredo, Surubim e Caruaru. O comércio local adquire tecidos, calçados, ferragens, máquinas, etc.

Ação Paroquial de Assistência Municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com todos os melhoramentos urbanos: calçamento, água, luz e telefone. Do total de 90 logradouros, 23 são pavimentados a paralelepípedos, 4 arborizados e 2 arborizados e ajardinados, simultâneamente. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. O número de aparelhos telefônicos é de 99; 2 165 são as ligações elétricas e 925 residências são servidas pelo abastecimento d'água. Atualmente o município é servido pela Cia. Hidrelétrica do São Francisco. O fornecimento de energia elétrica é de ordem dos 360 000 kW anuais. Na Coletoria Estadual estão registrados 60 automóveis e 105 caminhões. Funcionam 5 hotéis e 4 pensões, na sede, sendo a diária comum, em hotel de nível médio, de Cr$ 50,00.

Matadouro Público Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na sede municipal encontra-se o Hospital José Fernandes Salsa, abrangendo a clínica geral e a cirurgia, com 100 leitos disponíveis. Há ainda a Ação Paroquial de Assistência, que dispensa tratamento médico a menores e gestantes desamparadas, mantendo também 5 centros educacionais.

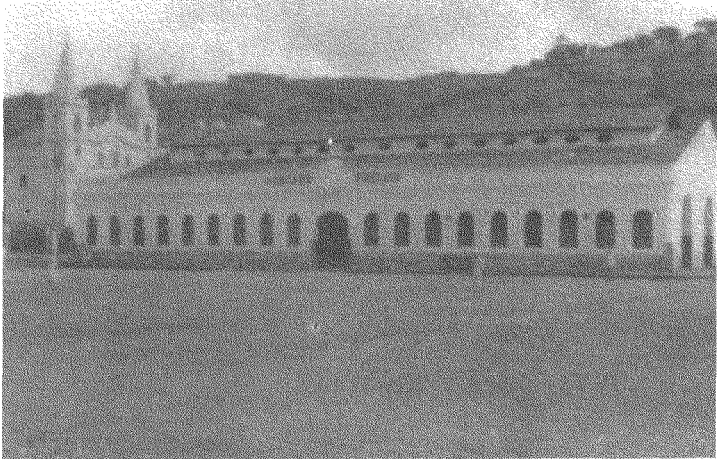
11 — 24 934

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presen... 5 anos e mais de idade, 5 280 homens e 5 074 mu... são alfabetizados.

Ensino — Há em todo o município 28 unidades escolares do ensino pré-primário, 110 do ensino fundamental comum, com 5 132 alunos matriculados, 16 do ensino supletivo, 2, do secundário, 1, do comercial, 1, do pedagógico, e 1, do artesanal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registram-se uma Biblioteca Pública Municipal, com 650 volumes de obras gerais, uma radioemissora e 2 cinemas em funcionamento na sede municipal. Contam-se ainda uma tipografia e uma livraria.

Açougue Municipal de Limoeiro.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa de São Sebastião, com início no dia 11 de janeiro e término no dia 20, atrai grande número de visitantes das cidades vizinhas e mesmo da Capital. Vem sendo celebrada há mais de 70 anos. As festas juninas também se destacam, ficando a cidade totalmente engalanada, com uma tradicional batalha de busca-pé na noite de 23 de junho.

Mercado Público Municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Exercem atividade profissional: 5 médicos, 3 advogados, 5 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 agrônomo e 1 veterinário. Em eleições populares são eleitos o prefeito, vice-prefeito e 11 vereadores. Existem duas sociedades desportivas com sedes próprias e praças de esporte: o Colombo Esporte Clube e o Centro Limoeirense, êste um dos melhores estádios do interior pernambucano. O Prefeito é o Sr. Lívio Teobaldo Vasconcelos de Azevedo, Vice-prefeito em exercício.

Beneficiamento de algodão e Fábrica de Óleo Vegetal

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 873	6 162	2 518	1 634	2 619
1951	2 134	7 988	2 990	1 920	2 848
1952	2 077	10 433	3 459	2 197	3 686
1953	3 450	8 830	5 063	1 936	5 277
1954	2 978	12 885	4 378	2 735	4 358
1955	2 936	15 482	4 280	2 758	4 302
1956 (1)	—	—	4 400	2 582	4 400

(1) Orçamento.

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

MACAPARANA — PE

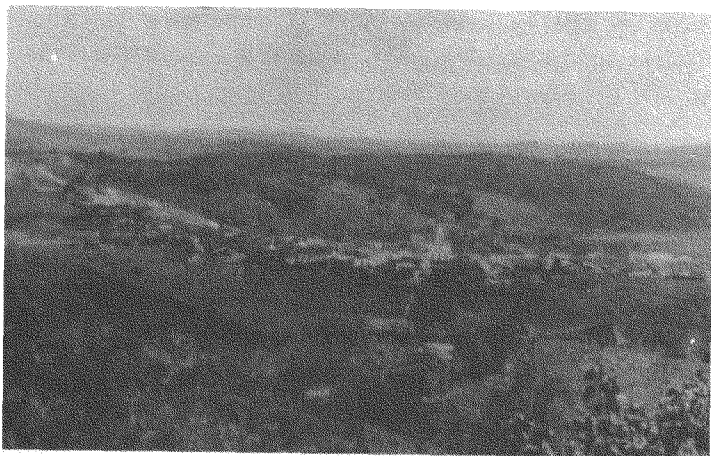
Mapa Municipal na pág. 522 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — O distrito de Macapá foi criado pela Lei municipal n.° 179, de 6 de julho de 1913. Fazia parte do município de Timbaúba até passar à jurisdição do de São Vicente, por fôrça da Lei estadual n.° 1 931, de 11 de setembro de 1928, que criou êste último, com sede no distrito de São Vicente e território desmembrado dos de Timbaúba e Bom Jardim.

Pelo Decreto estadual n.° 57, de 21 de abril de 1931, Macapá foi elevado à categoria de cidade e para ali transferida a sede do município de São Vicente.

No quadro de divisão administrativa concernente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município de São Vicente compõe-se dos distritos de Macapá (sede), São Vicente e São José de Siriji.

De acôrdo com os quadros de divisão territorial de 31-12-1936 e 31-12-1937, Macapá continua como sede do município de São Vicente, que apresenta ainda os distritos de São Vicente, São José do Siriji, Poço Comprido e Pirauá.

Por efeito do Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, o município de São Vicente passou a chamar-se Macapá. No quadro anexo ao referido Decreto-lei, constituem o município de Macapá, além do distrito-sede,

Vista parcial da cidade.

os de Aburá (ex-Poço-Comprido), Pirauá, São José do Siriji e São Vicente.

Em obediência ao Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938 o distrito-sede adquiriu parte do território dos extintos distritos de Aburá e Pirauá. A Divisão territorial estabelecida pelo mencionado Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, figura o município de Macapá com apenas 3 distritos: Macapá, Siriji e Manuel Borba (ex-São Vicente), ao qual se incorporaram as partes restantes dos extintos distritos supracitados.

O Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, modificou as divisas do município de Macapá com o de São Vicente e, internamente, entre os distritos de Macapá e Siriji.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio .... 1944-1948, o município e o distrito de Macapá tiveram seu topônimo alterado para Macaparana, compondo-se o município dos seguintes distritos: Macaparana, Manuel Borba, e Siriji.

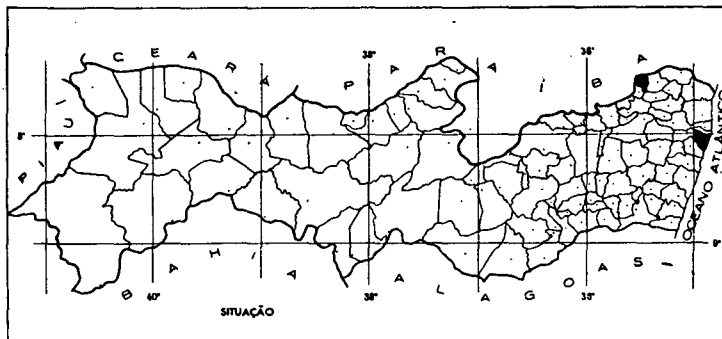
Em virtude, ainda, do Decreto-lei n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, o distrito de Manuel Borba foi elevado à categoria de cidade, desmembrando-se do município de Macaparana juntamente com o Distrito de Siriji, sob a denominação de São Vicente Férrer.

Segundo os quadros de divisão territorial de .... 31-12-1936 e 31-12-1937 bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Macapá é têrmo judiciário da comarca de Timbaúba, assim permanecendo na divisão pelo Decreto-lei estadual número 235 de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, observando-se sòmente que, em 1936 e 1937, o município em aprêço denominava-se ainda São Vicente.

Vista de uma das principais ruas da cidade.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigorante no qüinqüênio ..... 1944-1948, o têrmo de Macapá passou a denominar-se Macaparana.

Por ato n.º 209 de 9 de julho de 1948 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, foi instaurada a comarca de Macaparana, instalada a 22 de setembro de 1948, tendo sido o seu primeiro juiz de direito o Ex.mo Sr. Dr. Aníbal Vanderlei Cavalcanti.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada na Zona Fisiográfica Litoral-Mata, e dista da capital 84 quilômetros, em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 7° 33' 28",1 de latitude Sul e 35° 27' 06",9 de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

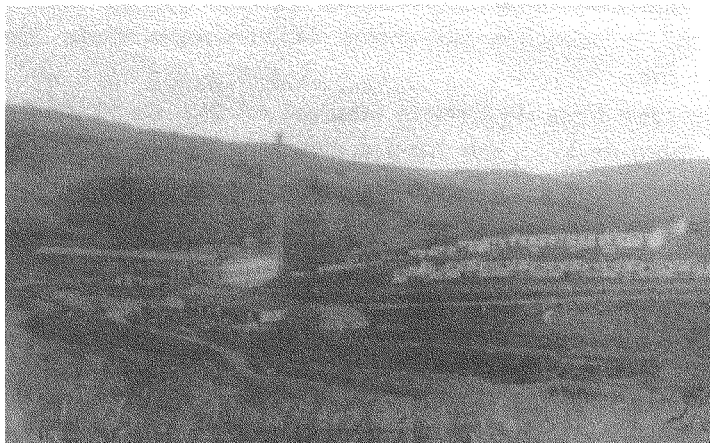
CLIMA — Quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. Tipo de Clima As. Apresenta as seguintes temperaturas: média das máximas 32°C; das mínimas 18°C; média compensada 26°C. (Obs. veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área municipal mede 183 km², estimativamente.

Vista da Praça da Bandeira.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 consignou uma população total de 12 971 hab. (6 288 homens e 6 689 mulheres).

Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 14 966 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Apenas a cidade de Macaparana com 1 601 habitantes.

Vista parcial da Usina Central N. S.ª de Lourdes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Do total das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 38,5% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 16,7%, na indústria; 12,8%, no comércio, e o restante, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, café, pimenta-do-reino, milho, feijão e banana são as principais culturas agrícolas. Há 58 estabelecimentos industriais ocupando 446 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	67 500	945 000,00
Café beneficiado	Arrôba	12 800	3 840 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	14 400	2 592 000,00
Feijão	Saco 60 kg	980	343 000,00
Milho	» » »	5 000	600 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Timbaúba (24 km), São Vicente Férrer (7 km), Vicência (63 km), Tabaiana — PB (60 km), Umbuzeiro — PB e Orobó — PE. É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 137 km, por rodovia, da Capital estadual, 142 km mistos (24 km, por rodovia até Timbaúba e, daí, 118 km por ferrovia) e 84 km, via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento mercantil, com apenas 16 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias. Registram-se 1 cooperativa de crédito e 1 de consumo.

ASPECTOS URBANOS — Em Macaparana, dos 32 logradouros existentes, 7 são pavimentados. O município possui iluminação pública, 196 ligações elétricas. O número de veículos registrados é de 3 automóveis, 3 jipes, 1 ônibus, 1 camioneta e 3 caminhões. Possui 1 cinema, o Cine Mascarenhas, situado à Rua João Pessoa, s/n, com lotação para 100 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui um Pôsto Estadual de Higiene, com 1 médico higienista, 1 enfermeiro e 1 guarda. Existe também 1 dentista na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 19 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com 869 alunos matriculados, e 8 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (2)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	917	558	256	553
1951	—	2 920	665	342	706
1952	—	1 739	825	381	801
1953	—	1 931	1 171	397	1 039
1954	—	1 787	884	129	835
1955	—	1 653	1 009	274	1 003
1956 (1)	—	1 608	1 064	160	870

(1) Orçamento. — (2) Não há Coletoria Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Macaparana conta com 9 vereadores em exercício e 2 197 eleitores.

(Autor do histórico — Luiz Tavares — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

MARAIAL — PE

Mapa Municipal na pág. 224 do 4.º Vol.

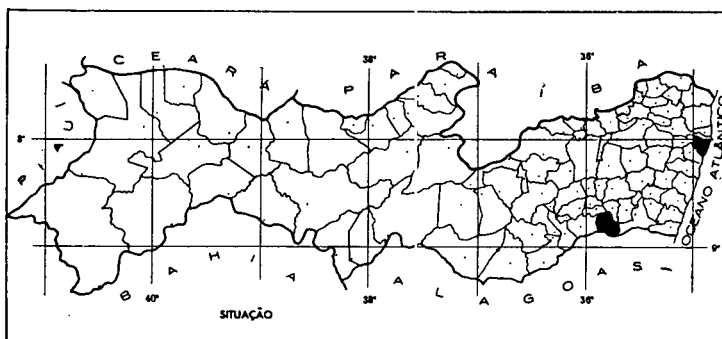
HISTÓRICO — O nome de Maraial originou-se de uma palmeira brava, antigamente abundante na zona, onde hoje se acha localizada a cidade. Segundo pessoas antigas da cidade, a formação do povoado começou por volta de 1884, quando da construção da estrada de ferro, sendo erigidas, então, as primeiras casas, principalmente dois barracões destinados ao fornecimento de víveres aos trabalhadores.

Pela Lei municipal n.º 57, de 17 de dezembro de 1904, foi criado o distrito de Maraial, sendo que, pela Lei municipal n.º 90, de 14 de janeiro de 1913, a sede do distrito foi elevada à categoria de vila. Pelos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, Maraial figura como distrito do município dos Palmares, sendo desmembrado do mesmo pela Lei estadual n.º 1931, de 11 de setembro de 1928, para constituição do município de Maraial; ainda esta mesma Lei concedeu foros de cidade à vila de Maraial, tendo o município sido instalado a 1.º de janeiro de 1929, figurando com os distritos de Maraial e Jaqueira, conforme se verifica pelo quadro de divisão administrativa do ano de

Vista parcial da cidade.

Prefeitura Municipal.

1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" e nos de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937. Do município da Água Preta, desfalcando-o de parte do seu território, adquiriu o distrito de Sertãozinho de Baixo, pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, fixando o citado Decreto-lei n.º 235, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, a divisão territorial do município com três (3) distritos: Maraial, Jaqueira e Sertãozinho de Baixo. Ainda na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município permanece constituído pelos distritos de Maraial, Jaqueira e Sertãozinho de Baixo. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Maraial é têrmo judiciário da comarca dos Palmares, confirmando-se tal situação pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial, em vigor no período 1939-1943. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial vigorante em .... 1944-1948, o têrmo de Maraial foi transferido da comarca dos Palmares para a nova cidade de Catende. Pela Lei número 209, de 9 de julho de 1948, foi criada a comarca de Maraial, sendo instalada no dia 31 de agôsto do mesmo ano, continuando, até esta data, sem nenhuma alteração.

LOCALIZAÇÃO — Servido pela Rêde Ferroviária do Nordeste, dista o município da capital do Estado 126 km em linha reta. Localizado na Zona Litoral-Mata, está a uma altitude de 216 m, sendo as seguintes as suas coordenadas geográficas: latitude S. — 8° 45' 00" e longitude W.Gr. — 35° 44' 30" — Rumo em relação à capital: O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão (Tipo de clima: As'). (Obs.: Veja-se Agogados da Ingàzeira).

ÁREA — É de 272 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, totaliza 16 077 habitantes, sendo 8 357 homens e 7 720 mulheres. Densidade demográfica: 59,1 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 17,8% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-7-1957: 18 550 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Cidade de Maraial, com 1 613 habitantes, e as vilas de Jaqueira, 1 183 e Sertãozinho de Baixo, 362 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 40,1% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 3,5% na indústria, 1,2% no comércio e os demais na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura, no comércio e na indústria. Cana-de-açúcar, banana e mandioca são as principais culturas agrícolas locais. Existem 14 estabelecimentos industriais, ocupando 259 pessoas.

Grupo Escolar Fábio da Silveira Barros.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Banana....................	Cacho	2 220 000	39 960 000,00
Cana-de-açúcar...........	Tonelada	143 000	31 460 000,00
Mandioca (raiz)..........	Tonelada	37 400	14 960 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital estadual e mais aos seguintes municípios: Lagoa dos Gatos (37 km), Catende (27 km), Água Preta (74 km), Quipapá (34 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 155 km, por via rodoviária, da capital do Estado, 164 km por ferrovia e 126 km, via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial. Há no município 18 estabelecimentos do comércio varejista e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Com a pavimentação ainda em início, contava o município, em 1956, com uma área de

Mercado Público.

277 m^2 a paralelepípedos, desaparecendo portanto os trechos pavimentados com pedras irregulares. Possui iluminação pública em nove logradouros e 151 ligações elétricas domiciliárias. Há ainda, na sede municipal, a Agência dos Correios e Telégrafos, 1 hotel que serve em geral aos viajantes, e 1 cinema com capacidade para 180 espectadores. O número de veículos registrados na Coletoria Estadual é de 14 unidades, sendo 10 caminhões e 4 automóveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária do município é prestada à sua população por um médico, um farmacêutico e uma farmácia de pequenos recursos.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 14,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 22 unidades do ensino primário fundamental comum, com 716 alunos matriculados, e duas do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANO	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000,00)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 260	837	575	321	631
1951	1 218	1 105	654	345	423
1952	2 466	1 373	809	460	474
1953	1 880	1 528	1 211	468	1 419
1954	2 301	1 741	1 092	504	978
1955	2 570	2 237	1 388	512	1 857
1956 (1)	3 064	2 868	1 150	484	1 150

(1) A receita federal está computada sem o mês de novembro que, se acha em poder da Delegacia Fiscal. Do Município figura apenas a orçamentária.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município de Maraial há 2 485 eleitores, 9 vereadores em exercício e 1 advogado. O Prefeito atual é o Sr. Henrique do Rêgo Barros.

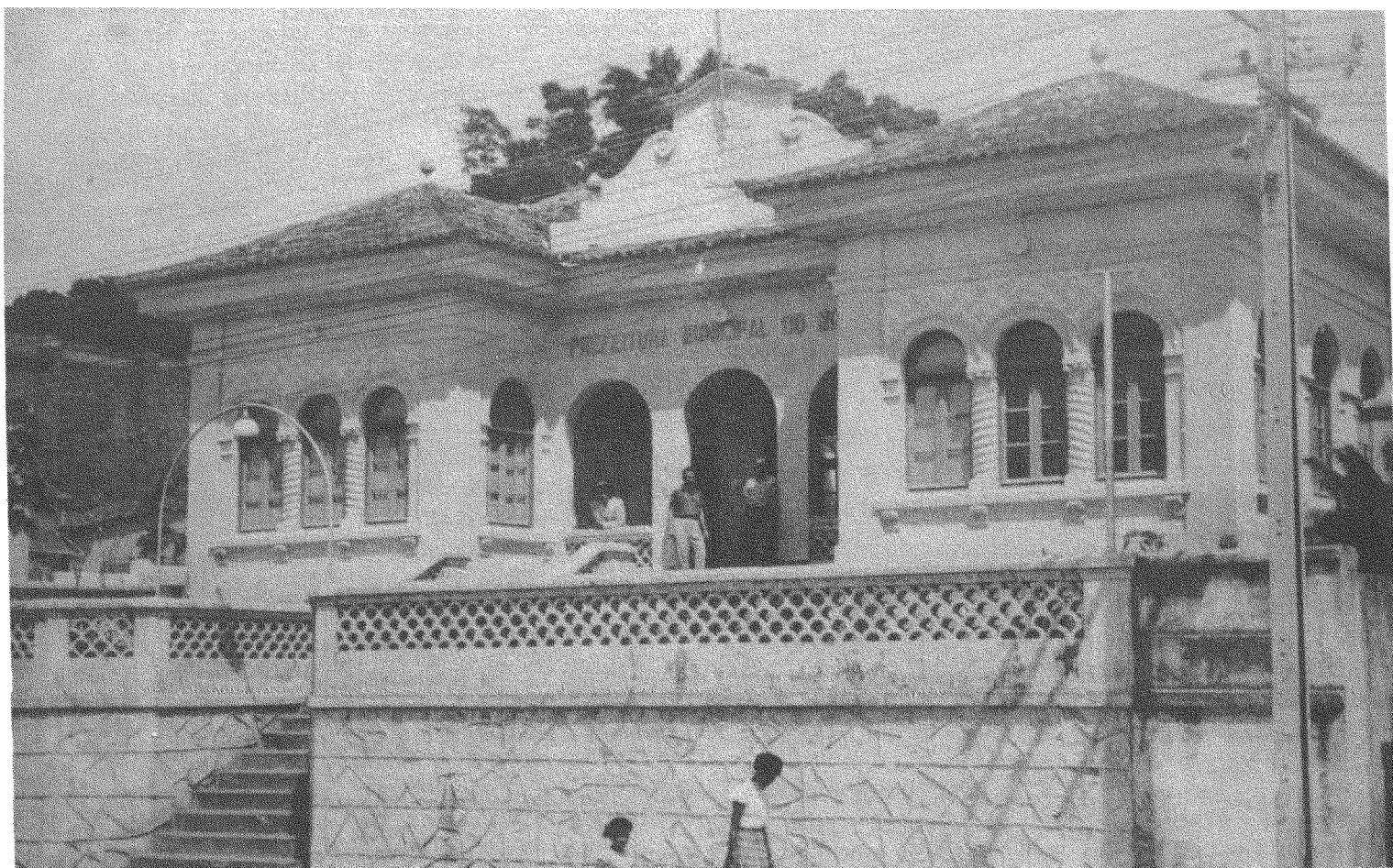
(Autor do histórico — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

MORENO — PE

Mapa Municipal na pág. 194 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A origem do município do Moreno decorreu da vinda de dois portuguêses, conhecidos como irmãos "Moreno"; um se chamava Baltazar Gonçalves Moreno e o outro não se lhe conhecia o nome, uma vez que, chegando à localidade, logo após adquirirem por compra uma faixa de terra, onde pretendiam instalar o engenho "Moreno", como foi instalado, veio a falecer. Apesar disso, continuou Baltazar insistindo em sua aspiração. Entretanto, tempos depois, quando Baltazar Gonçalves Moreno consegue realizar o seu sonho, construindo e aparelhando o engenho bangüê, denominado "Moreno", veio, também, a morrer, em conseqüência de um colapso cardíaco, motivado pelo entusiasmo que teve em ver o seu sonho realizado, pois, na ocasião em que o engenho estava em condições para movimentar as máquinas, Baltazar, sentado na esplanada do mesmo, para assistir, pela primeira vez, as máquinas funcionarem, sentiu-se mal, e quando elas iniciaram os movimentos, êle foi acometido de um colapso, falecendo incontinenti. Logo depois da trágica ocorrência, a citada propriedade era vendida pelos herdeiros a um brasileiro de nome Antônio de Souza Leão. Tempos depois, não sendo possível citar a data, aquêle Senhor recebia, na casa-grande do engenho, a visita do imperador D. Pedro II, que lhe deu o título de barão de Moreno e à sua espôsa, que se chamava Maria Amélia de Souza Leão, o de baronesa. Ainda hoje se encontra conservada na casa-grande daquele engenho a cadeira e os móveis usados pelo Imperador, por ocasião da visita feita. Desde aquela época à presente, o dito engenho se vem sucedendo a título de herança à família Souza Leão.

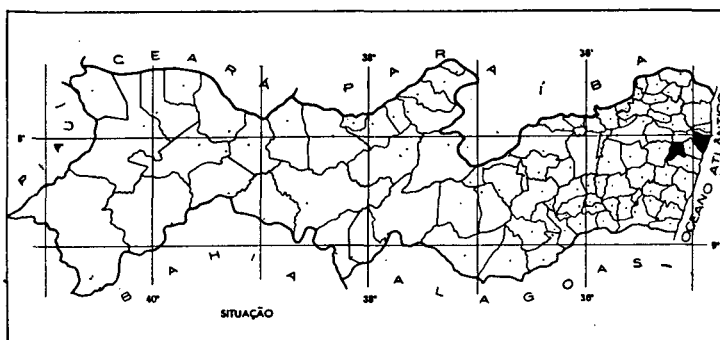
Naquele tempo a sede do município era o engenho "Catende", que foi vendido em 1910 a uma sociedade anônima de origem belga. Logo depois da compra foi construída a fábrica de tecidos denominada "Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S. A." que ainda hoje conserva êste nome. Dois anos depois, isto é, em 1912, o primeiro gerente que veio a reger os destinos da mesma, de nome João Vasconcelos, de sua iniciativa, não se sabendo a razão, deu ao antigo engenho "Catende" o nome de "Vila Natan", que permaneceu até 1920. Logo depois veio a Lei municipal n.º 126, de 8 de março, criando o distrito de Morenos, pertencente ao município de Jaboatão. Foi quando em 1928, em 11 de setembro, veio a Lei estadual n.º 1 931, desmem-

Coletoria Estadual.

Prefeitura Municipal.

brando o distrito de Morenos do município de Jaboatão, tornando-o autônomo. Logo depois, no dia 1.º de janeiro de 1929, efetuou-se a sua instalação.

Os primitivos habitantes do novel município eram os senhores de engenhos de açúcar, e a exploração, quer agrícola, quer industrial, era feita pelo braço de escravos.

No quadro de divisão administrativa, correspondente ao ano de 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" o município dos Morenos é composto, apenas, por um distrito: o da sede. Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Morenos compõe-se de 3 distritos: Morenos, Buscau e Tapera. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938 o município e, conseqüentemente, o distrito dos Morenos tiveram o seu nome simplificado para Moreno. Ainda por efeito do referido Decreto-lei n.º 235, que fixou a divisão territorial, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os distritos de Tapera e Buscau foram extintos e seus territórios anexados ao do Moreno. Assim, voltou o município a constituir-se, sòmente, do distrito-sede. De acôrdo com a última Lei de divisão administrativa judiciária, a de n.º 1 819, de 30-12-1953, tal situação permanece. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município dos Morenos constitui um dos têrmos judiciários de que se compõe a comarca de Jaboatão. Ainda na divisão territorial administrativo-judiciária do Estado, em vigor no qüinqüênio ..... 1944-1948, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município do Moreno permanece como têrmo judiciário da comarca de Jaboatão. Em face do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei n.º 7 300, de 6 dêsse mesmo mês e ano, foi criada a comarca do Moreno, com o têrmo judiciário do mesmo nome, desmembrado da comarca de Jaboatão.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município do Moreno está situada na Zona Fisiográfica Litoral-Mata e no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste. A distância em linha reta da capital é de 20 quilômetros. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 8° 08' 30" de latitude Sul e 35° 05' 15" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas 35; das mínimas 22; média compensada 28. Precipitação no ano, altura total, mais ou menos 1 300 mm. Zona de transição dos tipos de clima Ams' e As', com predominância para o primeiro. Quente úmido, com estação

Praça do Alto de Santo Antônio.

sêca, compensada pelos totais elevados; chuvas de outono--inverno. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É de 185 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Dados do Censo de 1950 dão 23 095 habitantes, sendo 11 363 homens e 11 732 mulheres. Densidade demográfica: 124,8 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 23,8% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para 1.°-7-1957: 26 648 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Cidade do Moreno (distrito único), com 11 411 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população presente, de 10 anos e mais, 23,6% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 17,6% na indústria; 2,3% no comércio; 2,7% na prestação de serviços. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar e mandioca são as principais culturas agrícolas. Há 15 estabelecimentos industriais que ocupam 2 239 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos industriais da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Açúcar de usina	Saco 60 kg	31 884	8 607 600,00
Aguardente de cana	Litro	810 866	4 619 478,00
Café	Quilograma	12 140	534 160,00
Cobertores	Unidade	672 657	40 759 099,00
Farelo	Quilograma	54 900	205 500,00
Tecidos de algodão	Metro	12 399 906	135 480 000,00
Toalhas	Unidade	608 706	5 620 000,00

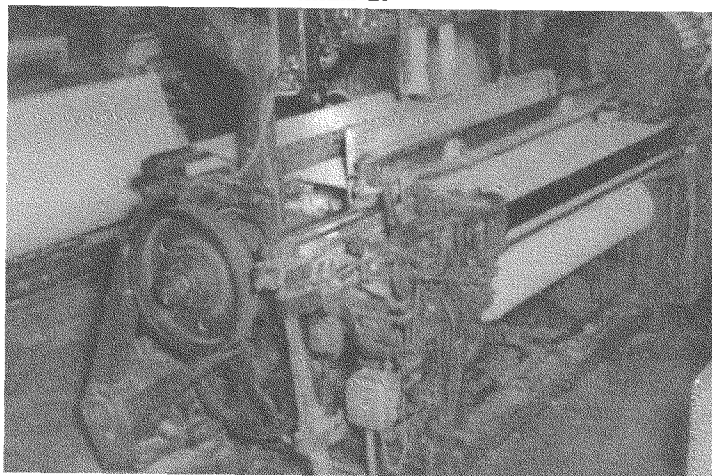
MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital estadual e mais aos seguintes municípios: Vitória de Santo Antão 28 km, São Lourenço da Mata 50 km, Jaboatão 10 km e Cabo 56 km. É servido por linha de ônibus intermunicipal e acha-se a 28 km da capital estadual, por via rodoviária, 28 km por ferrovia e 20 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, contando com 188 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

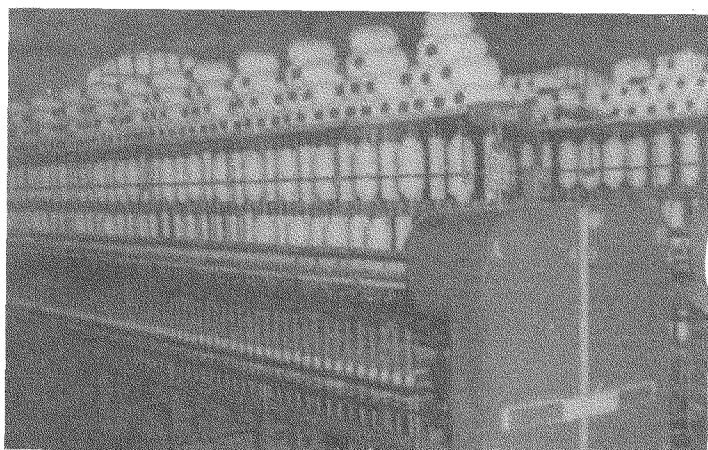
ASPECTOS URBANOS — Dos 89 logradouros existentes, 22 são pavimentados, 6 arborizados, 1 ajardinado e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. O município possui iluminação pública, com 1 517 ligações elétricas domiciliárias, fornecidas pela emprêsa Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S/A, e também um serviço telegráfico da Rêde Ferroviária do Nordeste. Há na comuna 2 cinemas; o Cine-

Praça da Matriz de N. S.ª da Conceição.

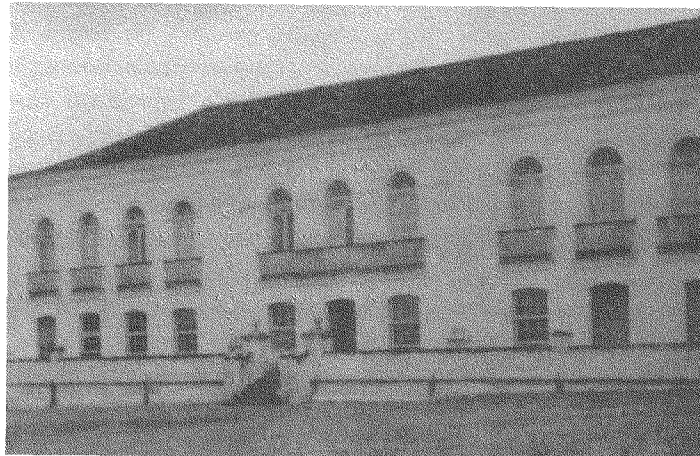
Matadouro Público do Município.

ma Moderno, situado na Avenida Dr. Sofrônio Portela, 3 810, com uma lotação de 250 pessoas, e o Cinema Paroquial, na mesma Avenida, com 400 lugares. Os veículos registrados são 37 automóveis, sendo 32 de uso particular e 5 oficiais, 11 motociclos, 7 jipes, 52 caminhões comuns; com capacidade até 3 toneladas 40, de mais de 3 a 5 toneladas, 7 e de mais de 5 toneladas, 5.

Máquina de tecelagem da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: Pôsto Estadual de Higiene, com um médico e dois enfermeiros; a Enfermaria da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne S. A., com dois médicos, um enfermeiro diplomado e três auxiliares de enfermagem.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 31,1% sabem ler e escrever, segundo o Censo de

Outro aspecto da máquina de tecelagem da Societé Cotonnière Belge-Brésilienne.

1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 43 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 703 alunos matriculados, quatro do ensino supletivo, duas do secundário e quatro de outros ensinos.

Casa Grande do Engenho, onde hospedou-se o Imperador D. Pedro II.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município três jornais denominados "Correio de Moreno", "Momento Morenense" e "Voz de Moreno".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	5 913	3 361	1 275	946	1 333
1951.......	10 544	5 640	1 588	1 342	1 975
1952.......	11 303	7 144	2 614	1 815	2 969
1953.......	10 572	7 648	3 095	2 075	3 373
1954.......	13 545	8 139	3 822	2 207	3 957
1955.......	14 615	10 786	4 988	2 898	5 905
1956 (*)....	...	...	3 900	2 713	...

(*) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município conta com nove vereadores e 6 900 eleitores. Exercem a profissão em Moreno três farmacêuticos e um engenheiro. Há também três tipografias.

(Autor do histórico — Isnald H. Vasconcelos — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

NAZARÉ DA MATA — PE

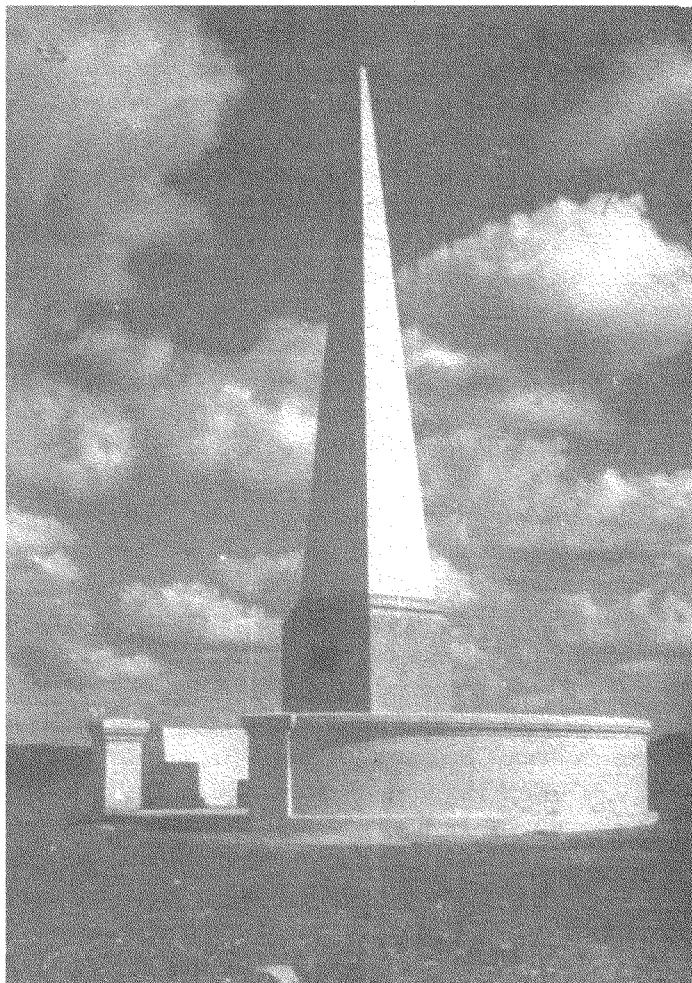
Mapa Municipal na pág. 182 do 4.º Vol.

ulo XVIII, verificou-se o povoamento municipal, resultante da penetração dos corajosos e perseverantes exploradores, vindos do litoral, mormente de Igaraçu. Êstes homens, atraídos pela exuberância do solo e pelas doações de terras por parte dos poderes de então, construíram moradias, fazendas agrícolas e engenhos bangüês, muitos dos quais, ainda hoje subsistem. Nessa época já não havia mais os aldeamentos de índios, em virtude mesmo da ação catequética, principalmente dos missionários italianos e de colonos estrangeiros e nacionais, que se apossavam das terras conquistadas por sesmarias.

Atualmente não se registra no município núcleo estrangeiro. Há, entretanto, os descendentes dos Calábrias, dos Spinellis, dos Belinfantes, dos Perrellis, dos Lapendas e outros de procedência italiana, amalgamados com os nativos, sem mais conservarem o sotaque e os costumes de origem. Lagoa Dantas foi o primitivo nome de Nazaré da Mata, em razão do engenho do mesmo nome, ainda hoje existente e que constituiu o primeiro núcleo da cidade. No limiar do século XIX, em 1808, Nazaré era uma modesta povoação, onde uma capelinha devotada ao culto da Imaculada Conceição de Nazaré passou a ser a atração das populações vizinhas. Em 1812 as feiras de Lagoa Dantas (referência do inglês Henrique Rosler, de prolongada estada entre nós) eram bastante concorridas e começaram a criar fama pelo conseqüente desdobramento do seu comércio, aumentando o número de moradias simples. Mais tarde, em 17 de dezembro de 1821, a resolução dos podêres da época criou a 1.ª freguesia do território nazareno que teve como matriz a capela de São Joaquim, na povoação de Laranjeiras, em terras do engenho do mesmo nome, encravado no vizinho município de Vicência, que já não existe hoje. Vicência veio a se emancipar de Nazaré, em 1928, por fôrça da Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro do mesmo ano. Sòmente em 1824, se instalou a freguesia, e seu 1.º Vigário foi o padre Martinho Caetano Pegado, que a regeu até os fins de 1829. Tributário de Igaraçu, em 1822, a Junta Governativa da Província criou, com o Decreto de 18 de março do mesmo ano, a primeira escola pública. Nazaré da Mata elevada à categoria de vila, e sede de comarca, a 20 de maio de 1833, em 9 de outubro do mesmo ano instalou solenemente a sua Câmara Municipal, executando, assim, naquela data, as disposições do Código do Processo Criminal. Até então, era povoado do Igaraçu. Os primeiros cidadãos eleitos representantes municipais do povo nazareno, e empossados na capela local, foram: João de Andrade Lima e Azevedo, Francisco da Cunha Machado, Francisco Gomes Araújo Lima, João Batista Pais Barreto, Amaro José Lopes Coutinho, João Batista Bezerra Cavalcanti e Francisco de Paula Borges Uchoa. A presidência da Câmara recaiu no cidadão Araújo Lima e, dentre os primeiros atos praticados pelos senhores Vereadores, registram-se a elaboração do Código de Posturas Municipais, com 22 artigos, "todos tendentes às boas normas dos serviços públicos; criação dos 14 distritos: Jacu (hoje Buenos Aires), Marotos, Cotunguba, Lagoa do Carro, Angélicas, Angústias, Poço Comprido, Laranjeiras, São Vicente, Trigueiro, Monte Alegre, Pindoba, Tracunhaém e a sede da comarca. As primeiras autoridades judiciárias foram nomeadas na segunda sessão ordinária da Câmara Municipal realizada a 5 de novembro de 1833: Juiz Municipal, José de Holanda Albuquerque Maranhão; Juiz de Órfãos, Vereador Amaro José Lopes Coutinho; Promotor Público, José Porfírio Lôbo

Engenho Lagoa Dantas, onde se formou o primeiro núcleo habitável do Município.

Vista parcial aérea da cidade.

de Andrade Lima. O Partido Liberal, na segunda eleição, levada a efeito no município em novembro de 1836, conseguiu extraordinária maioria, elegendo todos os 7 Vereadores. Nessa data foi votada a Lei criando o distrito de Canavieiras, e a nomeação de seu Juiz de Paz, o padre Luiz Inácio de Andrade Lima. A Lei provincial n.º 75, de 30 de abril de 1839, extinguiu a freguesia de São Joaquim de Laranjeiras e elevou a capela de Nazaré à paróquia, dando-lhe por sede a capela de Nossa Senhora da Conceição. O primeiro vigário foi o padre Cristovão de Holanda Cavalcanti, tomando posse em 24 de dezembro de 1839. O movimento constitucional de 1821, irrompido em Goiana e, conseqüentemente, vitorioso, com a capitulação do general Luiz do Rêgo, governador da Província, teve como lugar para as combinações do seu plano o engenho Cangaú, de

Monumento obeliscal, comemorativo do 1.º Centenário de emancipação política do Município.

Nazaré, donde partiu a primeira fôrça auxiliar do movimento, oriunda de um corpo de milicianos sob o comando do tenente-coronel Manuel Inácio Bezerra de Melo, senhor do engenho ainda hoje existente: Tamataúpe de Baixo. Como fato de suma influência e mérito ligado à evolução histórica municipal, registra-se algo no que tange à imprensa jornalística em Nazaré. Em 1843, um rebento de família nazarena, Antônio Borges da Fonseca, advogado, jornalista e um dos proeminentes e incitadores vultos da Revolução Praieira, fundou o primeiro órgão de imprensa jornalística "O Nazareno", que circulou até o n.º 54, de 24 de maio até 1848. Na mesma data foi fundada a "Tipografia Social Nazarena", sendo Nazaré, depois de Goiana e Olinda, a primeira localidade de Pernambuco que teve uma tipografia. "O Nazareno foi dirigido pelo padre Luiz Inácio

Vista parcial da Praça da Catedral, vendo-se o sobrado que servia de tribuna ao abolicionista Joaquim Nabuco.

de Andrade Lima, e era órgão de propaganda de "uma sociedade secreta de moldes maçônicos". No mesmo período, surgiram "O Foguete", em 29-6-1844; "O Regenerador Brasileiro", em 22-8-1844-45, que prosseguiu no Recife. Por fôrça da Lei Provincial n.º 258, de 11 de junho de 1850, Nazaré foi elevada à categoria de cidade, vindo a ter a sua autonomia no regime republicano, em 1893; seu primeiro Juiz, togado do cível e do crime, foi o Bacharel Joaquim Manuel Vieira de Melo, nazareno, nascido no engenho Pedregulho, que foi mais tarde promovido a Desembargador. Após têrmos foros de cidade, o capuchinho Frei Caetano de Messina, reconstruiu a primitiva igreja, erigida em 1808. Segundo a crônica foi a Biblioteca Pública uma das primeiras a ser fundada no interior do Estado a 27 de janeiro de 1881, que ainda guarda sua estante primitiva no atual prédio próprio, à Praça da Catedral, inaugurado a 28-2-1943. Figurando como marco histórico, a biblioteca, com grande acervo, testemunha o elevado esfôrço moral e cívico dos nossos antepassados em servir à vida cultural da nossa geração. Em 20 de fevereiro de 1882, a companhia inglêsa Great Western (hoje Rêde Ferroviária do Nordeste) abriu o tráfego ao público de sua estação ferroviária e também o serviço telegráfico, começando a trafegar nesse dia, os primeiros trens de passageiros, em terras nazarenas. A 30 de dezembro do mesmo ano, o Decreto número 8 822 declarou de interêsse coletivo o prolongamento de Nazaré da Mata a Timbaúba. Em 1889, no Govêrno Republicano, consoante a Lei Orgânica dos Municípios, de n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, Nazaré da Mata constituiu-se município autônomo, em 14 de março de 1893, sendo a sua primeira representação eleita na República: Prefeito — padre Anísio Tôrres Bandeira; Subprefeito — major Do-

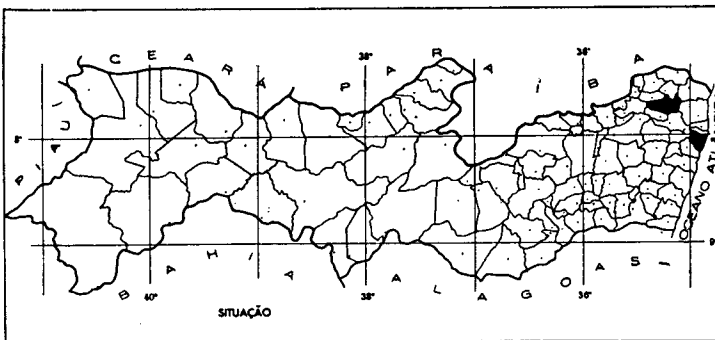
Ginásio Santa Cristina, fundado em 1923 pela Congregação das Damas da Instrução Cristã.

Igreja Catedral, no mesmo local onde se ergueu a primitiva capela dedicada a N. S.ª da Conceição, padroeira da Diocese.

mingos da Costa Braga; Conselheiros — Dr. Antônio Cavalcanti Pina, Fernando Barata da Silva, Manuel de Macedo, Antônio Tavares de Araújo, João Gonçalves da Silva Brasil, Lourenço Bezerra Cavalcanti, Antônio da Silva Cabral, Antero da Cunha de Morais Pinheiro e Antônio Falcão de Morais Cavalcanti, todos falecidos. Ainda no ponto de vista sócio-histórico do município, há na vida do município um fato capital, qual seja a criação, pela Santa Sé Apostólica, da Diocese de Nazaré, a 2 de agôsto de 1918, graças à abnegação e ao esfôrço de uma equipe de nazarenos, bem assim, à sua posição geográfica, na parte central do território da Diocese. Seu primeiro Bispo Diocesano foi D. Ricardo de Castro Vilela, "orador sacro de muita unção", que a 19-10-1919 tomava posse de sua Diocese, desmembrada da Arquidiocese de Olinda e Recife. O atual Bispo Diocesano, Dom João de Souza Lima, tomou posse a 19-5-1955, substituindo Dom Carlos Gouveia Coelho. Criada a Diocese, tomou a vida cristã maior desenvolvimento. Foi construído o edifício Bento XV (denominação que é homenagem ao criador da nova jurisdição eclesiástica) que, de início, serviu de colégio para meninos; funcionando hoje um cine-teatro que utiliza seu palco para conferências, palestras e congressos, debatendo-se, por conseguinte, aí, os problemas vitais da comuna. Ainda por influência da Diocese foram instalados dois estabelecimentos de ensino secundário. Em 3 de julho de 1926, os esforçados idealistas nazarenos coronel Victor Vieira de Melo, Aprígio Ramos de Andrade Lima, Drs. Benjamim Azevedo, José Guerra, Walfredo Pessoa e Fernando Ferreira, lançaram as bases da criação de uma casa de crédito — Banco Popular de Nazaré Ltda. — que muito contribuiu para o progresso do município. Em 28-10-1949 inaugurou-se ali uma Agência do Banco do Povo S. A. Antes, porém, em 1937, a 27 de janeiro, foi fundada a Cooperativa Agropecuária. No mês de setembro do mesmo ano, também na cidade, foi instalada uma filial da Caixa Econômica Federal de Pernambuco, fato que veio concorrer para facilitar o empréstimo imobiliário, o financiamento a instituições educacionais, etc. Como se vê, foram empreendimentos motivados pelas exigências das possibilidades econômicas, tendo como viga-mestra a cana-de-açúcar, que o é na economia agrícola pernambucana. Em 1928, por fôrça da Lei do Congresso do Estado, os distritos de Carpina, Aliança e Vicência obtiveram independência e passaram a integrar novos municípios. Restringiu bastante o nosso território municipal, que em 1918 já possuía 199 engenhos bangüês, equivalendo a dizer que em Pernambuco o maior número dêsses estabelecimentos estava em Nazaré da Mata. Hoje êsse tipo de indústria está reduzido a 55, pois, com o progresso, nesta marcha natural dos tempos, o açúcar bruto, produto dos bangüês, está com as suas possibilidades comerciais quase desaparecidas, à falta de mercado e devido ao velho processo, tècnicamente superado. No ano de 1930, vitoriosa a revolução, tomou posse o coronel Antônio Borba de Albuquerque Maranhão, a 15 de outubro do mesmo ano, nomeado para a administração municipal, em vista da dissolução do Conselho e destituição do Prefeito, coronel Victor Vieira de Melo. Dentre as principais obras realizadas, destaca-se o serviço de abastecimento dágua da cidade, em chafarizes. Em 1935, o coronel Borba, eleito, prosseguiu no exercício constitucional do cargo, cuja atuação fecunda à frente da municipalidade muito contribuiu para o progresso de Nazaré da Mata. Em 9 de outubro de 1933, festivamente se comemorou, num justificado objeto de contentamento, ufania e imensa confiança no futuro, o primeiro centenário de Emancipação Política. Separando-se de Igaraçu, em 1833, foi Nazaré elevado à categoria de vila e sede de comarca. Num ponto alto, a leste da cidade, se acha um monumento como marco histórico dêsse centenário. Ainda como sinal indelével da gloriosa e emocionante passagem da referida data, ressalta-se a publicação da revista ilustrada "Nazareth Autonoma", vinda à luz da publicidade, graças ao esfôrço e à inteligência de uma plêiade de nazarenos, legando à posteridade êsse documentário ainda hoje guardado com carinho por aquêles que tiveram o ensejo de adquirir um dos seus exemplares. Com o advento do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, Nazaré da Mata teve como seu primeiro e último prefeitos ditatoriais, respectivamente, os Senhores José Vieira de Vasconcelos e Joel Simplício de Almeida Lima. Na mesma data, também eram vereadores os Doutores Domingos de Abreu Azevedo Vasconcelos e Manuel Neto Carneiro Campelo Junior, filhos ilustres do município. À luz de "Nazareth Autonoma" (poliantéia comemorativa do 1.º centenário da independência do município, em 1933) e "Gazeta de Nazaré", do ano de 1943, n.º 1 396, de junho; números 1 397 a 1 399, de julho; números 1 400 e 1 403, de agôsto, chega-se à conclusão de que a razão de ser do nome Nazaré dado à comuna reside justamente na fundação da capelinha sob o orago da Virgem da Conceição de Nazaré, no alvorecer do último século, em 1808. Em 1943,

porém, teve o seu topônimo acrescentado das palavras "da Mata", por fôrça da Lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro do mesmo ano. Oficialmente passou a denominar-se Nazaré da Mata, o que, aliás, convém que se evidencie, equivale a dizer que o nome foi mantido, pois de há muito já estava consagrado pelo uso, devido a sua localização na Zona Fisiográfica Pernambucana. A Lei em foco surgiu em conseqüência de um circunstanciado memorial encaminhado ao então Interventor Federal do Estado, comprovando exclusividade do município e, no caso, a prioridade nesse topônimo — Nazaré da Mata — justamente na fase em que o poder competente adotava medidas cabíveis, com amparo da Lei federal, para que uma designação não figurasse em mais de um município brasileiro. A comarca foi criada por fôrça do Ato do Conselho do Govêrno da Província, datado de 20 de maio de 1833, que então, de apenas nove, constava o número delas, em Pernambuco. As primeiras autoridades judiciárias foram nomeadas na 2.ª sessão ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 5 de novembro do mesmo ano. De acôrdo com os quadros da divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e .... 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Nazaré é têrmo judiciário da comarca de igual nome, a qual é formada pelos têrmos de Nazaré e Vicência. Essa situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1939-1943. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município, o têrmo e a comarca de Nazaré tiveram seu topônimo alterado para Nazaré da Mata. Ainda por efeito dêsse Decreto-lei, a referida comarca adquiriu o têrmo do Carpina, da extinta comarca dêsse nome, e perdeu o de Vicência, transferido para a comarca de Aliança. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo mencionado Decreto-lei n.º 952, para vigorar em 1944-1948, a comarca de Nazaré da Mata (ex-Nazaré) é constituída por dois têrmos: Nazaré da Mata (ex-Nazaré) e Carpina. Pelo Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 do mesmo mês e ano, a comarca de Nazaré da Mata perdeu o têrmo de Carpina, desmembrado para constituir a nova comarca de igual topônimo. Compõem o município até a presente data, os seguintes distritos: Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém (Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953).

Ginásio São José, fundado em 1938 pelo nazareno Cônego João José da Mota e Albuquerque.

LOCALIZAÇÃO — Situado no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, o município de Nazaré da Mata faz parte da Zona Litoral-Mata, a uma distância de 52 km em linha reta da Capital. As coordenadas geográficas da sede municipal são 7° 45' de latitude Sul e 35° 13' 50" de longitude W.Gr. — Rumo N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido com chuvas no inverno e máximas no verão. Em 1956 a temperatura média das máximas atingiu 30,60°C, a média das mínimas, 24,50°C e a média compensada 26,30°C. Convém notar que se trata de estimativa, em virtude da paralisação do Pôsto Meteorológico local. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 315 km².

POPULAÇÃO — É de 41 086 habitantes, segundo o Censo de 1950, sendo 20 125 homens e 20 961 mulheres. A densidade demográfica é de 130,4 habitantes por quilômetro quadrado. Do total da população, 11,2% residem no quadro urbano. A estimativa populacional para 1.º-VII-1957 é 47 406 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Nazaré da Mata: 6 577 habitantes e as vilas de Buenos Aires — 524 hab. e Tracunhaém — 848 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 38,5% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 3,4%, na industrial; 1,8%, no comércio, e 2,7%, na prestação de serviços. A economia municipal repousa na indústria e na agricultura. Cana-de-açúcar, mandioca, algodão, batata-doce, são as principais culturas agrícolas do município. Os 64 estabelecimentos industriais ocupam 1 168 pessoas nas suas atividades diárias. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	15 500	1 612 000,00
Batata-doce	Tonelada	8 200	17 640 000,00
Cana-de-açúcar	»	162 500	35 750 000,00
Mandioca (raiz)	»	12 000	7 000 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital estadual e mais aos seguintes municípios: Bom Jardim (68 km), Vicência (24 km), Aliança (22 km), Goiana (54 km), Igaraçu (54 km), Paudalho (27 km) e Carpina (14 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 69 quilômetros, por rodovia, da Capital estadual, 73 km, por

ferrovia, e 52 km por via aérea. Conta 1 campo de pouso com 550 m x 100 m pertencente ao Aeroclube local.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial. Há 1 estabelecimento do comércio atacadista e 38 do varejista. Funcionam duas agências bancárias, uma da Caixa Econômica Federal e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nazaré da Mata conta uma área pavimentada a paralelepípedos, equivalente a 20% da área total. Com abastecimento dágua canalizada, ainda precário, há 14 logradouros servidos e 42 prédios abastecidos. Vale ressaltar que o novo serviço de abastecimento está prestes a ser inaugurado, tendo o reservatório capacidade para 700 000 litros. Há no município 964 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública em 60 logradouros; 73 aparelhos telefônicos instalados; Correios e Telégrafos; 3 hotéis, uma pensão e 2 cine-teatros. Contam-se 94 automóveis e 57 caminhões registrados na Coletoria Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município é assistida médica e sanitàriamente por um hospital, com 70 leitos disponíveis; 5 farmácias; 4 médicos; 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Há, ainda, 1 pôsto e um subposto de higiene, e 1 Pôsto de Puericultura.

ALFABETIZAÇÃO — Os 17,1% das pessoas presentes, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

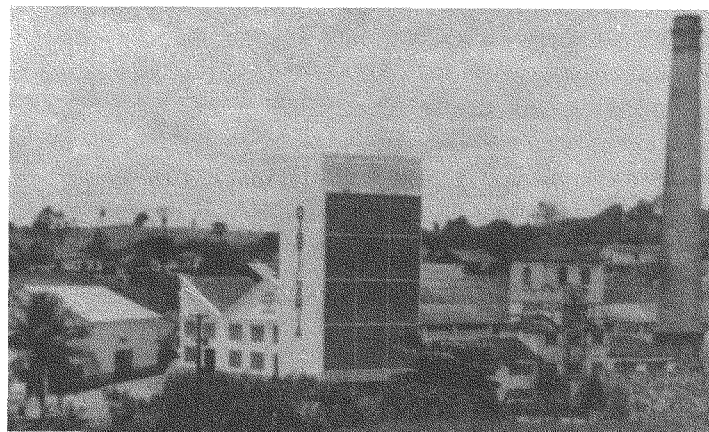
Ensino — Em 1956 havia 2 unidades do ensino pré-primário; 82 do ensino primário fundamental comum, com 2 824 alunos matriculados; 12 do ensino supletivo; 2 do complementar; 2 do secundário; e 3 de outros ensinos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula um jornal, "Gazeta de Nazaré", de orientação católica; registram-se 3 bibliotecas, sendo uma pública, uma do Ginásio São José e outra do Ginásio Santa Cristina. A primeira conta 2 300 volumes. Há dois cinemas; uma tipografia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 935	2 070	1 283	512	1 210
1951	2 386	2 946	1 433	611	1 272
1952	2 276	3 393	1 824	787	1 524
1953	2 074	4 245	2 483	887	1 939
1954	2 407	4 564	2 599	751	2 173
1955	3 039	5 842	3 156	859	2 916
1956	6 007	9 523	(2) 2 400	(2) 1 078	(2) 2 400

(1) A Coletoria Federal do município de Vicência está anexada à de Nazaré da Mata. — (2) Lei Orçamentária n.º 216.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — As diversões populares mais freqüentes na zona rural ocorrem nos dias de sábado, à noite, principalmente nos fins do ano, quando os rurícolas tomam parte nas cirandas, nos conhecidos maracatus e mamulengos, ainda sem evolução. Êste consta de uma representação teatral por meio de bonecos, bem difundida e apreciada na região, tendo como personagens de proa o Simão, Manuel Pacaru, Cabo Setenta, Prêto Benedito e

Vista parcial da Usina Matary.

Quitéria. A ciranda, vinculada ao nosso folclore musical, está muito em voga, e cada vez mais influenciando nas festas das cidades e para muitos pequenos comerciantes atuando como fonte de lucro, uma vez que atrai o povo para a sua casa de negócio. Os cirandeiros usam roupas típicas, destacando-se entre o povo, e entoam músicas apropriadas. Organiza-se a brincadeira em tôrno de um mastro, em cima do qual fica um candieiro; formando-se uma roda de homens e mulheres de mãos dadas, dançam durante tôda a noite. No ritmo da batucada dão um passo à frente, outro atrás, levantando as mãos seguradas, quando todos fazem côro das cantigas "tiradas" pelo Chefe cirandeiro. Cita-se uma delas a título de curiosidade:

"Eu fui pra venda
Fui comprá fiado
O bodeguêro não vendeu café
É enxerido o rapai soltêro
Que não tem dinheiro
Pra que quer muié..."

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Relacionamos abaixo alguns dos vultos importantes do município: Doutor Symphronio Coutinho, notável médico, falecido no Rio de Janeiro, em 1890; José Ermírio de Moraes, industrial, residente em São Paulo, o criador e dirigente de um dos maiores parques industriais da América do Sul. Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, que firme aos princípios de civismo e abnegação, soube colocar o nome de Pernambuco em lugar de relêvo no Brasil colonial; nasceu no distrito de Tracunhaém, patriota, abnegado e ilustrado sacerdote, prêso porque conspirou contra o domínio de Portugal, como dos elementos de proa da frustrada Revolução Pernambucana de 1817. Atualmente, no âmbito político o Dr. Jarbas Maranhão, nazareno, de tradicional, numerosa e ilustre família da sociedade Pernambucana. Pela sua capacidade de trabalho foi um dos auxiliares imediatos do Interventor Federal de Pernambuco, inclusive Secretário do Interior e Justiça, em 1945. Candidato a uma cadeira na Câmara Federal foi eleito, no mesmo ano, sendo reconduzido no pleito seguinte. Em 3 de outubro de 1955 candidatou-se ao Senado, sendo naquela memorável campanha eleitoral, como dissidente-chefe do partido majoritário em Pernambuco, eleito à Câmara Alta do país. Senador, um dos mais moços, senão o mais jovem do Senado Federal, tem-se mostrado disposto e intransigente na defesa da democracia e dos interêsses vitais da União, particularmente do Nor-

deste, através do fortalecimento da atividade partidária na vida política brasileira. Entre os cientistas, o Município possui no cenário internacional, o professor Nilson Resende, nascido em Nazaré, à Rua Joaquim Nabuco. Há mais de 20 anos que se encontra nos Estados Unidos da América, infelizmente, por não ter a sua vocação encontrado, no Brasil, ambiente propício ao "estudo de medicina experimental". É o Prof. Nilson Resende considerado como das mais radiantes esperanças do Brasil, no campo das Ciências Médicas. O cientista nazareno, tornou-se médico pela Faculdade Nacional de Medicina, tendo escolhido a especialidade de neuro-cirurgião. Representa o Brasil no Conselho de Pesquisas. Foi o pioneiro do Enxêrto de Nervos, de grande aplicação no período da última conflagração mundial. Outro trabalho científico de pioneirismo foi o da Aplicação Intra-Arterial de Antibióticos, abrindo, assim, novos horizontes à "terapêutica dos casos de traumatismo crânio-encefálicos e de certos distúrbios neuropsiquiátricos". Atualmente, exerce uma função diplomática, científica e cultural nos países estrangeiros. O município possuía em 1956, 5 246 eleitores, 9 vereadores, em exercício, um advogado e três agrônomos. O Prefeito é o Sr. Benjamim Azevedo Filho.

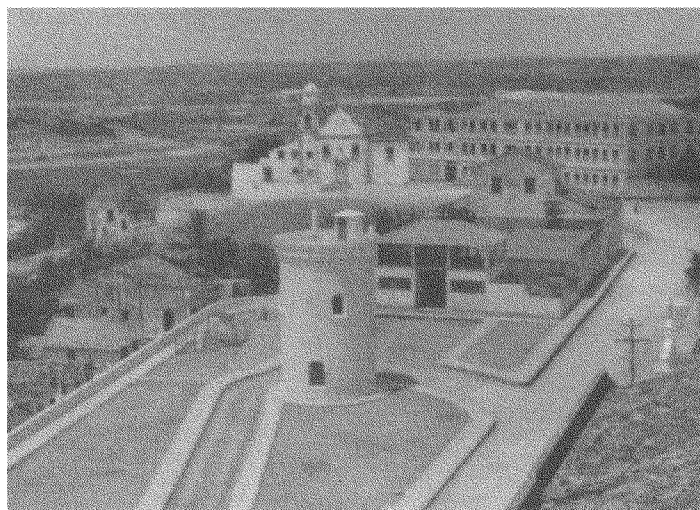
(Autor do histórico — José Xavier de Morais — Agente de Estatística; Redação final — Gustavo Pedro da Silva Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

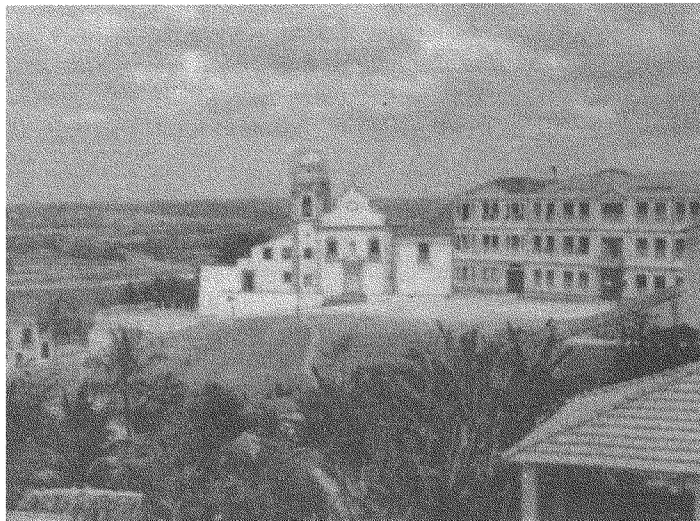
OLINDA — PE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Olinda foi fundada por Duarte Coêlho Pereira primeiro donatário da capitania de Pernambuco e, segundo a história, podemos argumentar do modo seguinte:

À falta de documentação comprovada, não sabemos exatamente o dia em que Duarte Coêlho Pereira chegou à terra dos Caetés, para fundar a sede da capitania de Pernambuco que lhe fôra doada por Dom João III, rei de Portugal. Presume-se, todavia, ter sido nos primeiros meses do ano de 1536, porque em 1532 lhe fôra confiado o comando de uma esquadrilha destinada ao cruzeiro da costa da Malaguêta e em meados do ano seguinte partiu com 7 velas para a ilha terceira com a incumbência de cruzeiro

Vista aérea da cidade, destacando-se a Igreja de N. S.ª do Carmo.

Colégio Santa Gertrudes e Observatório Meteorológico.

dos Açôres, donde regressou no mesmo ano, para Lisboa, em companhia de Martin Afonso de Souza que voltava do Brasil. Isto é o que se encontra na história — "Reconhecida que fôra a importância do imenso território brasileiro, resolveu Dom João Terceiro dividir o Brasil em capitanias hereditárias, as quais concedeu àqueles de seus vassalos que mais se recomendavam pelos seus serviços e honrosos precedentes. Duarte Coêlho que havia sido um dos mais ilustres capitães das conquistas das Índias, foi recompensado com a doação de 60 léguas de terra, desde a desembocadura do rio São Francisco à ilha de Itamaracá que se constituía a capitania de Pernambuco, por Carta régia lavrada em 10 de março de 1534 e foral do mesmo ano. "Conseguindo a demissão do pôsto que ocupava na armada portuguêsa, partiu Duarte Coêlho do pôrto de Lisboa, comandando uma grande frota, com destino ao Brasil, trazendo em sua companhia, a espôsa, D. Beatriz de Albuquerque, conhecida por D. Brites, seu cunhado, Jerônimo de Albu-

Igreja e Colégio Santa Gertrudes.

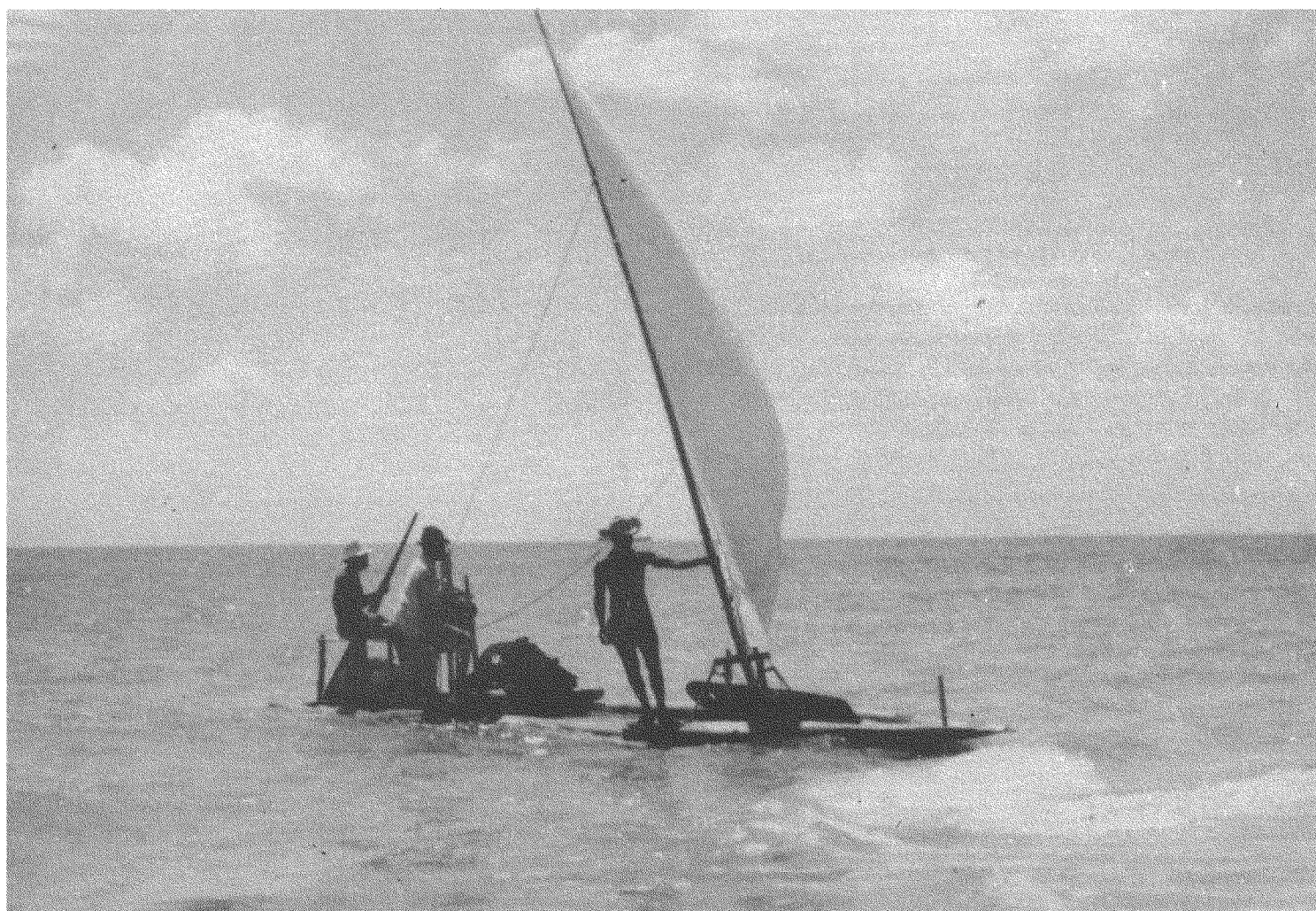
querque, alguns fidalgos, com suas famílias e o pessoal destinado à fundação da capitania, como também todo o material preciso, obtendo, para tudo que mandou vir de Portugal, isenção de direitos, por autorização régia. Após penosa viagem, chegou à ilha de Itamaracá, precisamente em setembro de 1534, saltando no sítio Marcos, às margens do rio Igaraçu, recolhendo-se a uma fortaleza que ali havia, para guardar a Feitoria do Pau-Brasil, por existir em abundância madeira com aquêle nome, conforme se refere

Vista aérea parcial da cidade.

frei Vicente do Salvador, em sua famosa "História do Brasil". Em seguida, entra em luta com os nativos e, após sangrentos combates, pôde desbaratá-los, conservando-os à distância, conseguindo assim uma vitória transitória sôbre os silvícolas, a 27 de setembro de 1535, dia dos santos Cosme e Damião. Em razão disto, mandou construir uma capela no local da peleja, em louvor aos referidos santos. Desejando Duarte Coêlho procurar um lugar apropriado, para fundar a sede da capitania, entregou a administração da vila recém-fundada a um seu parente e navegando pelo canal ali existente, o qual denominou de Santa Cruz, próximo ao Sítio dos Marcos, alcançou o oceano Atlântico e, dirigindo-se ao sul, após alguns dias de viagem, chegou ao litoral que depois chamar-se-ia Olinda. Deixando ao largo o barco que conduzira, navegou perigosamente num bergantim, em companhia de alguns dos seus servidores, conseguindo passar pelos arrecifes, penetrou pela desembocadura de um rio que só poderia ter sido o Capibaribe, denominada pelos índios de "garganta do mar", ou "pedra furada", chegando, após várias dificuldades, ao local onde existe, atualmente, a ponte Duarte Coêlho, nesta cidade, sôbre o rio Beberibe, na Estrada-tronco Norte do Estado. Estacionando no local que era uma pequena ilha, divisou ao norte um grande oiteiro, todo coberto por grande faixa verdejante a um quilômetro aproximado do lugar em que se encontrava, e, não podendo conter seu entusiasmo, diante da beleza da colina, exclamou: "Ó linda posição para uma vila!" — O terreno em que se encontrava era composto de imensos alagados e sobretudo intransitáveis, onde se uniam as águas do rio Beberibe, vindo ao lado sudeste, e um braço de maré, pertencente ao rio Capibaribe, procedente da parte sul, existindo, todavia, diversas partes salientes do solo, formando pequenas ilhas. É fora de dúvida, muito embora existam outros morros nas proximidades, que o oiteiro que feriu a atenção do donatário é o mesmo onde se ergueu a secular igreja do Salvador, Sé de Olinda e catedral, construída por Vasques Fernandes de Lucena, criado e escudeiro-mor de Duarte Coêlho, no período de 1537 a 1542. As igrejas da Misericórdia e da Conceição, localizadas na extremidade direita da colina, o Palácio Episcopal, o Colégio Santa Gertrudes, o antigo observatório e velhos prédios de beirais de três telhas. Na extremidade da colina, à parte esquerda, o donatário edificou, no ano de 1536, uma pequena fortaleza, para se defender dos ataques

Vista parcial da praia em Olinda.

Vista parcial da cidade.

dos índios, e uma casa de moradia, à semelhança dos castelos portuguêses, para residir com sua família e demais componentes de sua comitiva. Iniciada a vila com os recursos de que dispunha, o donatário, para firmar-se no conceito dos seus habitantes e no terreno ocupado, foi obrigado a revidar a ameaça dos nativos, numa luta de vida e morte, porque os agressores eram numerosos, vingativos e traiçoeiros. A propriedade da terra era disputada por duas tribos, os Caetés e os Tabajaras, os quais mùtuamente se guerreavam pela conquista do lugar. O donatário foi um grande administrador e tudo fêz pelo desenvolvimento de nossa terra. Em dois anos de fecundo labor, a vila de Olinda prosperou singularmente. Fundou o primeiro engenho de açúcar, desenvolveu a agricultura, estabeleceu um livro de Tombo e em 1537 ordenou a construção de um palacete destinado ao funcionamento do Senado da Câmara de Olinda, prédio êste doado, no ano de 1676, ao primeiro bispo de Olinda, Dom Estêvão Brioso de Oliveira, para lhe servir de residência, tornando-se o Palácio Episcopal, título que ainda hoje ostenta tradicionalmente, como patrimônio da velha Marin. Diante de tanto esfôrço e tanta abnegação do grande português que foi Duarte Coêlho, Olinda foi oficialmente reconhecida como vila, por Alvará régio de 12 de março de 1537, sendo esta data considerada como o dia da cidade, em vista de ter obtido êste título, isto é, elevada à categoria de cidade em 16 de novembro de 1676, quando também a igreja da Sé foi elevada à catedral. De tôdas as cidades brasileiras de seu tempo, Olinda foi a que mais se destacou, pela sua grandeza, opulência, pelo seu luxo, cuja riqueza era ostentada pelos habitantes, tornando-se, por isto, rival da metrópole portuguêsa, devendo esclarecer-se que as dobradiças dos velhos sobrados eram de bronze, as igrejas, principalmente a Sé, tinham a chave da porta principal fundida em ouro de lei, com dobradiças de prata. Por estas razões, foi objeto de conquista de aventureiros estrangeiros, sendo os olindenses obrigados a resistir, numa reação patriótica, em defesa do seu patrimônio moral e artístico, dos seus haveres, de suas mulheres, de sua religião e de suas vidas, numa epopéia gloriosa, escrevendo com o sangue dos seus mártires os primeiros capítulos da história nacional. Seguindo-se o curso da história, é-nos impossível narrar minuciosamente todo histórico da cidade, devido a dificuldade em conseguir os dados necessá-

Vista do regresso de uma jangada.

12 — 24 934

Convento de São Francisco, visto parcialmente.

ios; transcrevemos em seguida alguns episódios mais importantes da história, extraídos de artigos fornecidos por ilustres historiadores olindenses.

Naquela época (invasão holandesa), destacou-se o capitão Temudo pela sua bravura e patriotismo, tendo sido morto pelos holandeses em frente da igreja da Misericórdia.

Casa colonial, sita na Praça da Matriz.

Sucedendo o capitão Temudo, surgiu o bravo soldado, o capitão Salvador de Mendonça, português, que à frente de 19 homens faleceu em combate com os holandeses, no local onde é hoje a Rua do Bom Sucesso, obtendo inúmeras vitórias. Em 1710, às 9 horas da manhã de um dia de sol escaldante, dava o sargento-mor Bernardo Vieira de Melo o primeiro grito da República no Senado da Câmara de Olinda, em favor da independência nacional. E, por fim, em 1935, durante o levante comunista, um grupo de revoltosos se apoderou da delegacia de polícia e cadeia pública da cidade, tendo sido os rebeldes dominados pelas fôrças estaduais, 24 horas depois do feito que alarmou tôda a cidade de Olinda. .

Igreja de N. S.ª do Carmo.

Brasão do Mosteiro de São Bento.

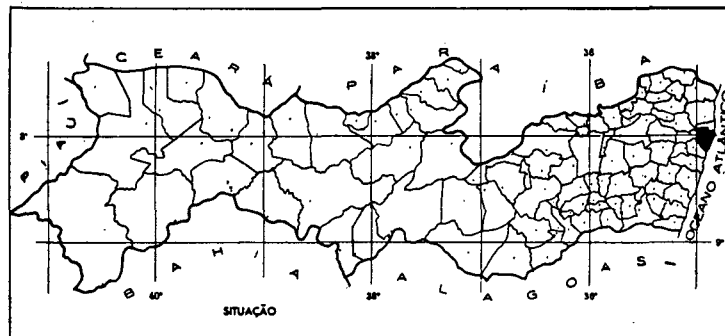
FORMAÇÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA — A comarca de Olinda foi criada pelo Alvará datado de 30 de maio de 1815, sendo, porém, extinta em 1833. Restaurou-a, todavia, a Lei provincial n.º 520, de 13 de maio de 1862. De acôrdo com os quadros de divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei esta-

Igreja da Sé, Catedral de Olinda e Recife.

Vista parcial da cidade

Cadeia Pública.

dual n.º 92, de 31 de março de 1938, e, também a divisão territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município de Olinda e o de Paulista constituem os dois têrmos judiciários componentes da comarca de Olinda. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Olinda passou a ter apenas o têrmo de igual nome, uma vez que perdeu o de Paulista, para constituir a nova comarca de Paulista. Olinda foi capital de Pernambuco, até 1827.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Olinda fica localizada na Zona Fisiográfica Litoral-Mata. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 00' 48" de latitude Sul, e 34º 50' 42" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado 7 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tropical (atenuado pela brisa marinha), quente, úmido, com estação sêca, compensada pelos totais elevados; chuva de outono-inverno; e as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas: 28,8; das mínimas: 23,6; compensada: 25,9. A altura total da precipitação no ano é 2 026,0 mm. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira). Tipo de clima: *Ams* .

ÁREA — É de 58 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 62 435 habitantes, sendo 29 150 homens e 33 285 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 1 076,4 habitan-

Vista do Seminário Católico e parte do farol novo.

tes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 22% da população. Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 72 040 habitantes.

Aglomerações urbanas — Cidade de Olinda (distrito único) com 38 169 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 1,1% , estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", 10,5% na indústria; 7,2% no comércio; 11,6% na prestação de serviços; 4,1% nos transportes, comunicações e armazenagem. A economia municipal repousa na indústria extrativa mineral (Fosforita Olinda S. A. — futura redenção econômica do município) e em pequenas indústrias, entre as quais se destacam a Fábrica Amorim Costa Ltda. — massas e doces — e o Curtume Santa Maria Ltda. — couros e peles. O volume e o valor da produção em 1955 foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Couros e peles	Pé quadrado	2 972 339	50 540 992,00
Doces em geral	Quilograma	936 366	12 867 081,00
Fosfato beneficiado	Tonelada	104 535	31 008 000,00
Solas	Quilograma	70 830	2 153 232,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital estadual e mais ao município de Paulista (10 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e ferro-carril, e acha-se a 7 km da capital estadual, por via rodoviária.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, dada sua proximidade da capital do Estado (7 quilômetros). Há dois estabelecimentos atacadistas e 9 varejistas, além de uma agência bancária.

ASPECTOS URBANOS — Dos 254 logradouros existentes, 149 são pavimentados, 11 arborizados e 8 arborizados e ajardinados, simultâneamente. Possui 4 500 ligações elétricas domiciliárias, recebendo o município 386 400 kW, fornecidos pela "The Pernambuco Tramways Co. Ltd.", com sede no Recife, e água canalizada, abastecendo 135 logradouros e 4 285 prédios. Existe na cidade uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos. O município não possui emprêsa telefônica, mas é servido pela "Telephone Company of Pernambuco Ltd.", com sede na capital do Estado. O número de veículos registrados na Prefeitura é de 429 automóveis, 17 jipes, 19 ônibus, 16 camionetas, 35 motociclos e 262 caminhões comuns; existem 2 cinemas, com lotação para 801 e 820 lugares, respectivamente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária à população local: Hospital Regional Hermann Lundgren, com 31 leitos, 3 médicos, 1 Técnico de Laboratório e 4 enfermeiros; Hospital do Tricentenário, com 36 leitos, 4 médicos, 1 dentista, 1 farmacêutico, 1 prático de farmácia, 4 enfermeiros e 4 auxiliares de enfermagem; Centro de Saúde de Olinda, com 8 médicos, 1 dentista, 3 enfermeiros, 4 auxiliares de enfermagem, 3 visitado-

Igreja da Sé vista de outro ângulo.

Igreja de São Pedro.

ras e 7 guardas. Há no município as seguintes instituições: Serviço de Assistência Social de Olinda, Casa do Pobre de Olinda e Sociedade de São Vicente de Paulo, que concedem auxílios aos necessitados, inclusive assistência médica.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 56,1% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 35 unidades do ensino primário fundamental comum, com 5 613 alunos matriculados, 20 do ensino supletivo, 3 do secundário, uma do industrial, 3 do comercial, uma do pedagógico e uma do superior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município o periódico "A Voz de Olinda", semanário, de caráter informativo, e a revista "Anuário de Olinda", de circulação anual e de divulgação histórica e propaganda comercial; 5 bibliotecas particulares, que são: Biblioteca do Seminário Arquidiocesano de Olinda e Recife, de natureza geral, com 7 500 volumes; Biblioteca "O Luzeiro", da Academia Santa Gertrudes, geral, com 6 000 volumes; Biblioteca do Mosteiro de São Bento, geral, com 14 000 volumes; Biblioteca do Centro Cultural das Professôras Municipais, geral, com 650 volumes. Uma radioemissora, a "Rádio Olinda", de prefixo ZYK-27, com o máximo de potência: anódica (w) 6 000, na antena (w) 5 000; freqüência em kc 1 030. Cita-se ainda uma tipografia.

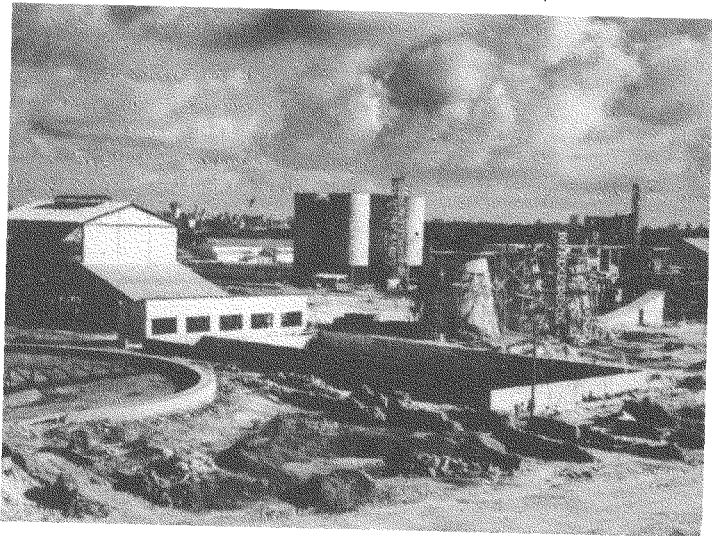
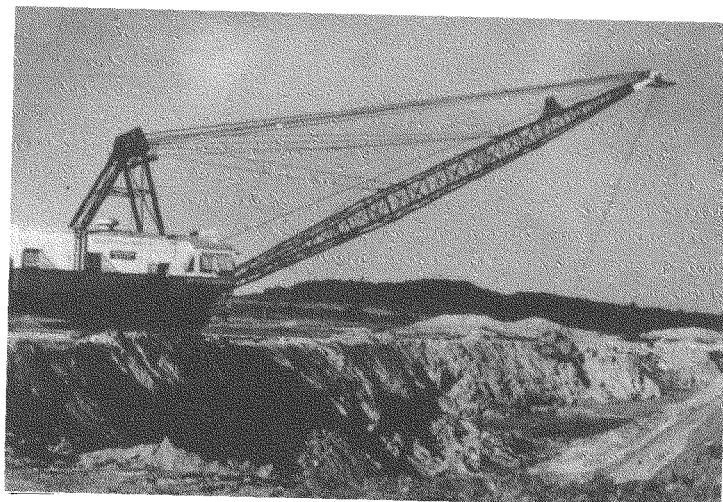
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	5 548 000	2 431 000	4 723 000	241 000	4 519 000
1951 (1)	6 999 000	8 000 000	6 344 000	323 000	6 468 000
1952 (2)	7 200 000	8 160 000	7 115 000	316 000	7 173 000
1953	7 687 000	9 832 000	8 291 000	839 000	7 714 000
1954	10 077 000	11 294 000	9 281 000	871 000	9 375 000
1955	12 199 000	13 997 000	10 756 000	1 166 000	10 971 000
1956 (3)	15 950 000	15 209 000	10 300 000	6 508 000	10 300 000

(1) A receita da Coletoria Estadual foi informada por estimativa, em virtude de não ter sido encontrado no arquivo da mesma, o fichário de 1951, — (2) O mesmo sucedeu com a Coletoria Federal, em relação a receita do ano de 1952. Foram extraviados do arquivo 6 balancetes. — (3) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — São objetos de curiosidade 3 acidentes geográficos da velha Marim: ao norte da cidade, pela sua elevação destacada, o morro do Monte, cujo nome se originou da Igreja de Nossa Senhora do Monte, por estar situada em seu cume. Ao seu lado, em direção à costa do Atlântico, o morro da Sé, onde foi construída a Igreja da Sé, que lhe deu o nome. Quase entre os dois, e dentro do coração da cidade, erguem-se as Barreiras de Giz, firmes, serenas e majestosas, confirmando os tradicionais acontecimentos históricos vividos pela lendária e gloriosa Olinda, de Duarte Coêlho e Bernardo Vieira de Melo. Convém salientar que nos últimos anos a ressaca vem prejudicando a beleza característica das praias de Olinda, tão decantada pelos poetas. Êsse fenômeno aumenta dia a dia, sem que os Podêres competentes tenham encontrado uma fórmula, para deter a fúria das ondas, que se lançam impiedosamente sôbre a cidade, destruindo velhos casarões da velha Marim dos Caetés.

Bica de São Pedro, construída pelos holandeses, sendo desconhecido o nascedouro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município os seguintes objetos de atração: Farol Novo de Olinda; Catedral do Salvador, mais conhecida como a Sé de Olinda, notável pela sua beleza arquitetônica; edifício da Prefeitura de Olinda, prédio muito antigo que foi anteriormente o palácio onde residiram os governadores; Convento Nossa Senhora da Conceição; Convento e Colégio Santa Tereza; Museu Regional de Olinda, digno de nota pelas suas valiosas coleções; Observatório Astronômico, no prédio destinado à Estação Meteorológica de Olinda e Recife; antigo Seminário Arquidiocesano de Olinda e Recife; Mosteiro de São Bento, local da fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil; ruínas do antigo Senado da Câmara de Olinda, local onde, em 1710, Bernardo Vieira de Melo deu o primeiro grito de República no Brasil; Fortim de Olinda, curiosa fortificação, célebre pela resistência que ofereceu aos holandeses, durante a ocupação; muralha do Convento de São Francisco — situada nas imediações do Convento do mesmo nome —, local onde se verificaram vários combates durante a ocupação holandesa; sobradinhos em estilo mourisco (Época Colonial), situado à Rua do Amparo, 28, interessante construção com varanda em forma de balcão; sobrado, também da época colonial, situado na Praça João Alfredo, um dos primeiros prédios construídos após o incêndio ateado a Olinda pelos holandeses; obelisco comemorativo da passagem do planêta Vênus, pelo sol, nos dias 5 e 6 de dezembro de 1882; monumento comemorativo do 4.º centenário da chegada do donatário Duarte Coêlho à capitania; Palácio Episcopal, onde, em 1678, foi instalada a 1.º Comarca de Olinda; placa comemorativa, assinalando o local onde existiu o único prédio que escapou ao incêndio da cidade, em ...... 24-XI-1631, no Alto da Misericórdia; placa comemorativa, assinalando a casa onde residiu e faleceu João Fernandes Vieira, herói da restauração da capitania de Pernambuco; placa comemorativa do 4.º centenário da fundação da cidade. Olinda possuiu vários filhos ilustres, que se destacaram no cenário nacional: Jorge de Albuquerque Coêlho, filho de Duarte Coêlho, nasceu no Alto da Sé, no dia 23 de abril de 1539. Fundou os conventos de São Francisco e de São Bento, em Olinda; introduziu, em Pernambuco, o teatro. Faleceu em Lisboa, em 1596; Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o fundador da cidade do Maranhão; Matias de Albuquerque, que foi governador de Pernambuco, durante a invasão holandesa; capitão Temudo, que se destacou pela sua coragem e patriotismo, morrendo em frente à

Fosforita Olinda S.A.

Máquina escavadora para a extração da fosforita bruta, pertencente a Fosforita Olinda S.A.

Igreja da Misericórdia, combatendo; frei João da Purificação, conhecido por frei Poeira, foi naquela época um dos maiores revolucionários e organizador das guerrilhas. O município conta com 10 vereadores e 25 021 eleitores; 22 advogados, 9 dentistas, 2 farmacêuticos, 12 engenheiros e 16 médicos.

(Autor do histórico — Mervale Buarque de Miranda — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

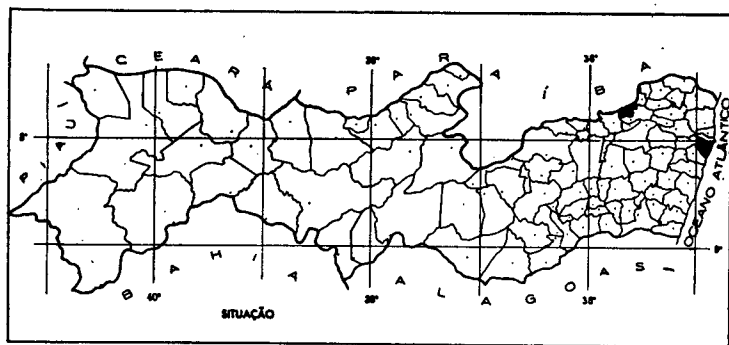
OROBÓ — PE

Mapa Municipal na pág. 523 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo é voz corrente, a primeira penetração do território do município do Orobó fôra feita pelo cidadão Manoel José de Aguiar, de cujo tronco descende numerosa família que habitava êsse município; o território pertencera a Bom Jardim, com o nome de Queimadas. Anteriormente, chamou-se "Ôlho d'água das Bêstas", nome originado pelo fato de os primeiros criadores mandarem seus homens dar água às suas bêstas no ôlho-d'água que ainda existe junto à cidade. Depois "Queimadas", em virtude de incêndios havidos nas proximidades do referido ôlho-d'água. Procederam da região do município do Paudalho os primeiros povoadores da região. Ignora-se porém o ano de sua entrada neste município. A causa determinante do povoamento inicial da sede do município e de cada distrito foi a concessão de sesmarias à formação de uma igrejinha destinada à prática religiosa. As principais correntes de povoamento foram nacionais, que procederam do município do Paudalho e tinham o objetivo de trabalhar na criação e na lavoura. E segundo consta, os primeiros povoadores encaminharam-se para aqui, em virtude de a Côrte que governava naquela época, lhes ter dado uma sesmaria pelo serviço que prestaram no tempo da guerra holandesa. Foi erigido o distrito em 7 de dezembro de 1914, consoante Lei municipal n.º 21 e Lei n.º 47, de 16 de setembro de 1925. Essas Leis elevaram também a sede do distrito à categoria de vila. Pela Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, foi elevada a município com a denomina-

Vista parcial da cidade, vendo-se a Av. Governador Estácio Coimbra.

ção de Queimadas, sendo o seu primeiro Prefeito o Senhor Abílio Aprígio de Souza Barbosa. Naquela época contava o município 4 distritos: Queimadas, Chã do Rocha, Machados, e Umbuzeiro. Posteriormente, foi-lhe tirado o distrito de Machados, que voltou a Bom Jardim. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, e para evitar duplicidade de topônimos, foi-lhe mudado o nome para Orobó, que é um riacho de nascente local. Pelo mesmo motivo, Umbuzeiro passou a se chamar Umburetama. Pelos Decretos-leis estaduais números 92 e 235, de 31 de março de 1938 e 9 de dezembro do mesmo ano, o município das Queimadas passou a têrmo da comarca de Bom Jardim. Pelo Decreto-lei estadual, que lhe mudou o nome para Orobó, foi também transferida a comarca para têrmo da de Surubim, até quando se criou a comarca de Orobó, pela Lei n.º 1 819, com os distritos de Chã do Rocha e Umburetama, situação que ainda permanece.

LOCALIZAÇÃO — O município limita-se ao norte com o estado da Paraíba, a este com São Vicente Férrer, ao sul com Bom Jardim e a oeste com Surubim. Localiza-se a 7° 44' 54"6, de latitude S., e 35° 36' 10",8 de longitude W.Gr. e na Zona Fisiográfica do Agreste. Em relação à capital, tem o rumo O.H.O., e dela dista 86 km. Sua altitude é de 276 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — No inverno o clima é frio e agradável, no verão não chega a ser muito quente. Tipo de clima: As'. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 100 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, é de 20 878 habitantes, sendo 10 008 homens e 10 870 mulheres. A densidade demográfica é de 208,7 habitantes por quilômetro quadrado e 6,5% da população residem no quadro urbano.

Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 24 090 habitantes.

Aglomerações urbanas — A cidade de Orobó conta com 687 habitantes e as vilas de Chã do Rocha 329 e Umburetama 772 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 45,9% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e sivicultura"; os demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Cana-de-açúcar, café, algodão, mandioca, milho, feijão e mamona são as principais culturas agrícolas. Há 9 estabelecimentos industriais que ocupam 35 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	810 000	8 100 000,00
Café	»	282 000	6 204 000,00
Cana-de-Açúcar	Tonelada	2 000	280 000,00
Feijão	Saco 60 kg	4 500	3 375 000,00
Mamona	Quilograma	13 200	26 400,00
Mandioca	Tonelada	9 750	9 750 000,00
Milho	Saco 60 kg	8 000	1 120 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes: S. Vicente Férrer (43 km), Bom Jardim (8 km), Surubim (37 km), Umbuzeiro (18 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal.

Matriz de N. S.ª da Conceição

Acha-se a 113 km por via rodoviária, da capital do Estado, 121 km mistos (8 km através de rodovia, até Bom Jardim, e daí 113 km, por ferrovia), e 86 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É muito pequeno o movimento comercial. Não há agências bancárias. Assinala-se a existência de uma Cooperativa Agropecuária.

ASPECTOS URBANOS — Dos 11 logradouros existentes, 4 são pavimentados. Há 95 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 hotel, 2 automóveis, 7 jipes e 6 caminhões, registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos à população local, 1 Pôsto Estadual de Higiene e 1 Dispensário de Higiene Infantil, além dos serviços profissionais de 1 médico.

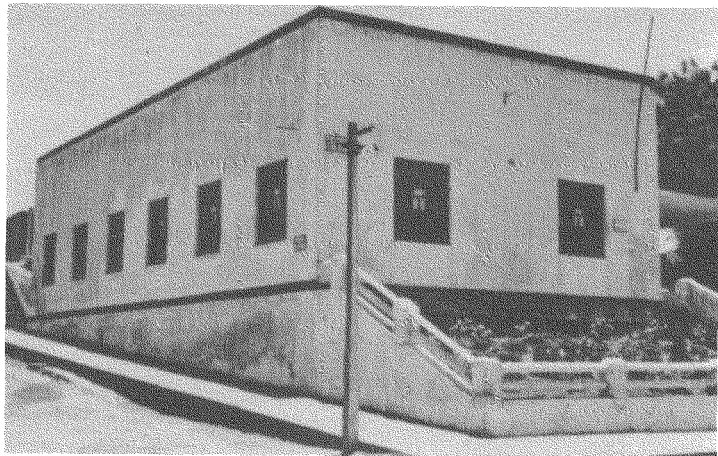
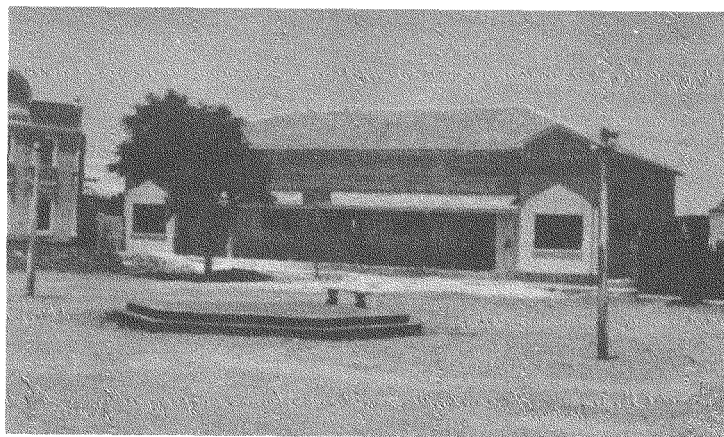
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 14,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 43 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 388 alunos matriculados, e 6 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	—	952	500	168	604
1952	—	985	607	206	546
1953	—	997	928	185	993
1954	—	1 122	778	214	688
1955	—	1 507	018	328	1 018
1956	—	2 010	1 100	361	1 100

(*) A renda federal é coletada pelo município de Bom Jardim.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Participando do brejo e da caatinga, o município apresenta duas fisiografias distintas: do lado oeste, confinando com Bom Jardim e Surubim, é caracterìsticamente agreste: solo pedregulhento, poucos riachos, todos temporâneos, que se denominam: Laureano, Tabosa, Piraauá, Caraúbas e o de Vertente que serve de limite entre êste município e o de Surubim. Ao lado leste, confinando com Macaparana, nìtidamente do brejo: terras úmidas e férteis; riachos quase todos perenes, cujos nomes são: Guarani, Ingá, Tiúma, João Gomes e o da Gangorra, êste o mais notável que nasce na serra verde; na serra da Felizarda, forma uma pequena queda d'água que, segundo cálculo de profissionais, daria fôrça elétrica suficiente para abastecer a comuna. Na propriedade "Escuro", a 8 quilômetros da sede, ainda de acôrdo com os engenheiros, poder-se-á fazer uma barragem com capacidade para abastecer d'água tôdo o distrito de Orobó. A cidade está edificada sôbre uma planície ligeiramente acidentada na chapada da serra do Laureano, sem um plano prèviamente traçado. Goza de clima ameníssimo, frio, mesmo pelo inverno. O terreno do município é bastante acidentado. É contraforte da serra da Borborema, que o limita ao norte. Os picos mais elevados são: o da Felizarda e o de Orondongo, ao norte.

Prefeitura Municipal.

Praça c.el Abílio Barbosa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município conta com 9 vereadores e 3 800 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Rafael Virgulino de Aguiar.

(Autor do histórico — João Régis de Araújo Cabral — A.E.; Redação final — Ademar Dias Maciel — A.I.; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

OURICURI — PE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Conforme informações colhidas através das principais pessoas do município, e ainda firmado num esbôço traçado pelo Sr. José Firmo de Araújo, cidadão que se dera ao trabalho de escrever um breve histórico de Ouricuri, baseado em subsídios fornecidos pelo extinto c.el Anísio Coêlho Rodrigues, elemento inteiramente conhecedor da vida do município, passo a expor, linhas abaixo, o que me foi possível apurar em tôrno da evolução histórica do município, desde seus ancestrais até os contemporâneos.

Ouricurí, município encravado no sertão de Araripe, teve assim o seu comêço: uma senhora de nome Brígida tornara-se grande possuidora de terras, que se alargavam desde as margens do rio São Francisco, nas imediações de Cabrobó, estendendo-se até as encostas da serra Araripe; como se vê, não seria possível tão larga faixa de terreno ser administrada por um só possuidor. Neste caso, D. Brígida iniciou venda de seus terrenos, dividindo-os em posses, vin-

Vista parcial da cidade.

do efetuar transação de uma delas ao cidadão João Goulart, ficando dita posse a poucos quilômetros desta cidade. O comprador, ao passar o documento da referida propriedade, denominou-a de Fazenda Tamburil.

Era bem comum, como até pouco tempo, os fazendeiros, mormente os mais abastados, fazerem logradouros de suas propriedades, isto é, deslocarem o gado, principalmente o leiteiro, para determinadas partes da fazenda. João Goulart, que era um dêsses grandes fazendeiros, fizera de Aricuri (nome atribuído naquela época a uma qualidade de palmeira existente nesta região) um dêsses logradouros, em terras pertencentes à mesma fazenda, em virtude da abundância de pastagem natural. Diante da fartura de leite, coalhada, manteiga, queijo, etc., diante, ainda, da conhecida hospitalidade do fazendeiro Goulart, o povo para ali foi chegando e muitos chegaram a fixar residência no aprazível local. Falecendo o fazendeiro, ficou a propriedade em poder da não menos hospitaleira Dona Maria Goulart, espôsa do extinto. Aricuri aos poucos se foi tornando conhecido, não só pela bondade de seus possuidores, mas ainda pela amenidade do clima, chegando mesmo a ser recomendado por alguns médicos, como lugar de repouso, tratamento, etc. Testemunho nos dá o padre José Inácio Pereira do Lago, que aqui estivera a conselho médico no ano de 1838.

A 5 de abril de 1841 aportou a esta região o padre Francisco Pedro da Silva, vindo da cidade de Sousa, na Paraíba, figura que mais tarde se projetara no cenário nacional, através de seus memoráveis feitos, como adiante se vê. O jovem sacerdote, certo, provàvelmente, de que a terra propiciaria futuros inestimáveis, dedicou-se, de corpo e alma, à sua causa, e logo tratou de adquirir uma posse de terra, no valor de cem mil réis, comprando-a à fazendeira supracitada, a fim de construir uma igreja para São Sebastião, em terreno próprio. No passar dos documentos, deixou o padre, consignado nos mesmos, o nome de Ouricuri, ficando oficialmente extinto o nome de Aricuri.

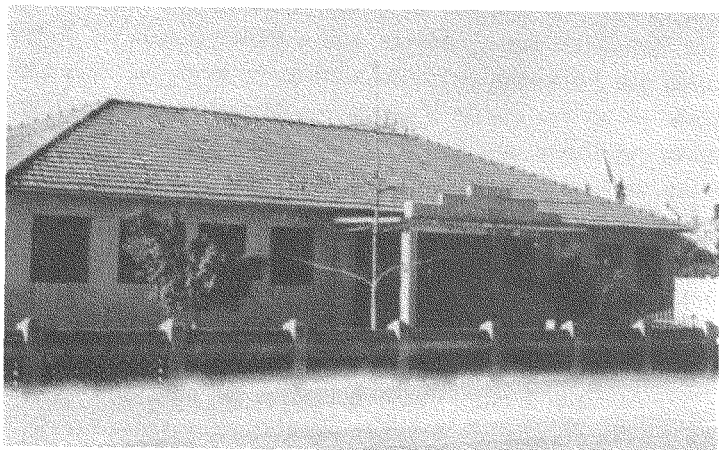
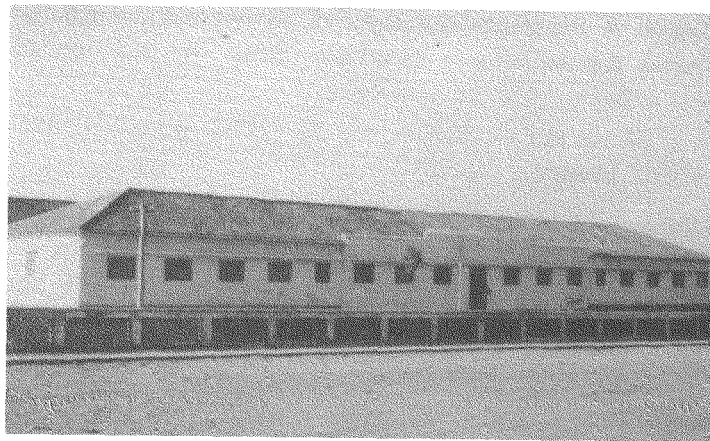
A 20 de abril de 1844, pela Lei n.º 124, foi criada a freguesia de São Sebastião, que ficou como São Sebastião de Ouricuri. Dessa época em diante, passou o padre Francisco Pedro da Silva, que já se havia tornado vigário da freguesia, a adquirir donativos para a construção da matriz, tendo, inicialmente, construído um açude, cuja obra até hoje vem prestando grande benefício à cidade, principalmente no que se refere à construção de casas. Dito açude foi chamado de Nossa Senhora, nome que ainda hoje é conservado. Foi êsse o primeiro passo que deu o sacerdote: fazer um reservatório d'água, a fim de que a construção da igreja não sofresse solução de continuidade à falta d'água. E no ano de 1846 foi iniciada a construção, estendendo-se até o ano de 1865, quando teve o seu término. Na fachada do templo, em alto relêvo, se vêem as mencionadas datas. A obra, ainda que secular, não sofreu, até êstes dias, nenhum abatimento, graças a sua sólida construção, sendo um dos mais imponentes templos do sertão.

Em 1865, quando surgiu através de todos os quadrantes brasileiros a notícia da guerra contra o ditador paraguaio, o vigário Francisco Pedro, que mais tarde se tornou Comendador e Cavalheiro da Ordem de Cristo, organizou, às suas custas, um batalhão de voluntários, cujo contingente foi entregue ao c.el Felipe Rodrigues, figura máxima da família Coelho, de Ouricuri. O batalhão que era composto de 806 bravos, recebeu, no Rio de Janeiro, o título de 7.º Batalhão de Voluntários da Pátria, de Ouricuri, nome que acaba de ser dado, pela atual direção do município, a uma das praças da cidade, em honra à memória daqueles que, espontâneamente, deixaram o recesso do lar, abandonaram a região serrana, a fim de transpor as fronteiras do país, e lá foram derrotar a tirania do ditador Solano Lopez. Dizem-nos alguns fragmentos históricos que o aludido batalhão estêve empenhado nas mais sangrentas batalhas verificadas no campo do Paraguai. Ao regressar, infelizmente com grandes baixas e não menos mutilações, foi o mesmo condecorado com uma linda bandeira, pontilhada a ouro, a qual foi solenemente entregue ao comandante, coronel Felipe Coêlho Rodrigues, pelas mãos do imperador D. Pedro II, em sinal de reconhecimento ao grande trabalho prestado à pátria, por aquêle punhado de bravos. A referida bandeira encontra-se, atualmente, no Museu do Estado, no Recife, testemunhando a grandeza, não só da figura apostolar do Comendador Padre Francisco Pedro da Silva, mas de todos aquêles que constituíram o glorioso 7.º Batalhão de Voluntários da Pátria.

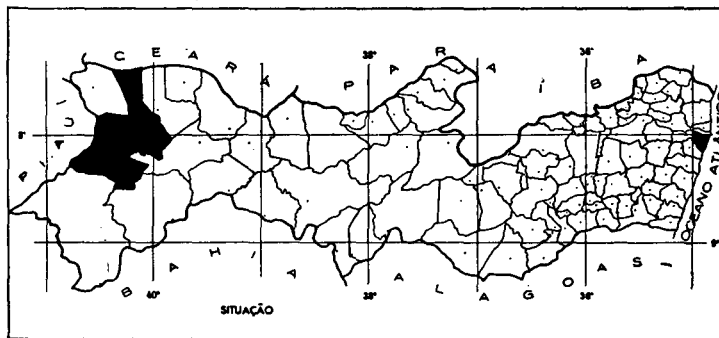
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — O distrito de Ouricuri foi criado pela Lei provincial n.º 125, de 30 de abril de 1844. O município do mesmo nome, criou-o a Lei provincial n.º 249, de 18 de junho de 1849, que transferiu para a povoação de Ouricuri a sede do município de Exu. A instalação do referido município verificou-se a 8 de novembro de 1850. Por efeito da Lei estadual n.º 606, de 14 de maio de 1903, foi a sede municipal elevada à categoria de cida-

Igreja Matriz de São Sebastião.

de. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Ouricuri compõe-se de 5 distritos: Ouricuri, Barra de São Pedro, São Gonçalo, Serra Branca e Sítios Novos. Nos quadros de apurações do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, êste município figura com os seguintes distritos: Ouricuri, Barra de São Pedro, São Gonçalo, Serra Branca, Queimadas, Morais, Santa Cruz de São Félix. No quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o citado município constitui-se de 7 distritos: o da sede, e os de Serra Branca, Santa Cruz, São Félix, Barra de São Pedro, Ôlho d'Água e Queimadas. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município em aprêço permanece com 7 distritos: Ouricuri, Serra Branca, São Félix, Santa Barra de São Pedro, Ôlho d'Água e Santa Filomena, com a única diferença que, em 1938, o distrito de Santa Cruz passou a denominar-se Vera Cruz. Em razão do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município de Ouricuri perdeu o distrito de São Félix, transferido para o município de Bodocó, e o de Ôlho d'Água, para o de S. Gonçalo. Na divisão territorial fixada pelo mesmo Decreto-lei para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, além do distrito-sede, é composto de mais os seguintes: Imbiassaba (ex-Barra de São Pedro), Santa Filomena, Serra Branca e Vera Cruz. Em face do Decreto estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas do município de Ouricuri com os de Bodocó e Leopoldina. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, que estabeleceu a divisão territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município de Ouricuri ficou assim constituído: distrito-sede, Cruz de Malta (ex-Vera Cruz), Ipubi (formado com território desmembrado do da Serra Branca), Manacá, (ex-Imbiassaba), Munduri (ex-Santa Filomena) e Serra Branca. Não sofreu o município nos últimos dois qüinqüênios nenhuma alteração em sua formação administrativa.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Ouricuri foi criada pela Lei provincial n.º 1057, de 7 de junho de 1872. Segundo os quadros de divisão territorial, datados de ..... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 21 de março de 1938, a comarca de Ouricuri compreende os têrmos de Ouricuri (em 1936 e 1937, denominada ainda Granito). Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão judiciário-administrativa do Estado, para vigorar

Ginásio Municipal e Escola Telésforo Siqueira.

Hospital Regional.

no qüinqüênio 1939-1943, a referida comarca permanece com 3 têrmos: Ouricuri, Leopoldina (recém-criado) e São Gonçalo, tendo perdido o de Bodocó, anexado à de Exu. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigorante no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Ouricuri perdeu os têrmos de Araripina (ex-São Gonçalo) e Parnamirim (ex-Leopoldina), desmembrados para constituírem, respectivamente, as novas comarcas de Araripina e Parnamirim, ficando, dessa forma, composta de um só têrmo — o de igual nome, hoje, simplesmente, comarca. Os distritos componentes são: Ouricuri, Cruz de Malta, Ipubi, Manacá, Munduri e Serra Branca.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Ouricuri está situada na Zona Fisiográfica do Sertão do Araripe. Dista 577 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 7º 54' 00" de latitude Sul e 40º 04' 40" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é muito sêco, nenhuma umidade há no ar. À noite a atmosfera, embora fria, não apresenta sequer uma gôta de orvalho. As temperaturas, em graus centígrados, são as seguintes: máxima absoluta — 34,5; mínima absoluta — 19,0. Em se tratando de um município encravado no "Polígono das Sêcas" em pleno Sertão do Araripe, pode-se ter uma idéia da fraca precipitação pluviométrica na parte norte, muito embora os seus efeitos sejam atenuados pela proximidade da serra. Tipo do clima (Bshw) Semi-árido quente. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 5 507 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, era de 36 564 habitantes, sendo 17 845 homens e 17 719 mu-

lheres. A densidade demográfica correspondia a 6,6 habitantes por quilômetro quadrado. Estão residindo no quadro urbano 7,9% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-7-1957: 42 189 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Ouricuri, com 2 263 habitantes, e as vilas de Cruz de Malta, 339, Ipubi, 833, Manacá, 428, Munduri, 178 e Serra Branca, com 349 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 42,6% estão ocupados no ramo "agricultura"; 1,4% na indústria; 0,7% no comércio, e os demais na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura, indústria e comércio. Algodão, mamona, feijão, mandioca, milho e batata-doce são as principais culturas agrícolas do município. Há 20 estabelecimentos industriais, ocupando 107 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	21 600	21 168,00
Batata-doce	Tonelada	70	84 000,00
Feijão	Saco 60 kg	28 000	5 600 000,00
Mamona (bagas)	Quilograma	840 000	2 100 000,00
Mandioca (raiz)	Tonelada	12 300	2 460 000,00
Milho	Saco 60 kg	15 000	1 800 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à Capital do Estado e mais às seguintes comunas: Araripina (60 km), Bodocó (18 km), Parnamirim (60 km), Santa Maria da Boa Vista (156 km), Petrolina (221 km), Paulistana — PI, Campos Sales CE e Araripe — CE ..... (79 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 644 km, por via rodoviária, da capital estadual, 642 km, mistos (201 km, por via rodoviária, até Flôres e daí, por ferrovia, 441 km) e 577 km por via aérea. Serviço regular de navegação aérea, pela emprêsa Real-Aerovias.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 1 estabelecimento do comércio atacadista e 15 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 33 logradouros, dos quais 3 são pavimentados e 2 arborizados. Há 120 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública, e ainda 1 hotel e 1 cinema, o Cine Santa Terezinha, com lotação para 200 pessoas. Os veículos registrados são 2 automóveis, 5 jipes, 4 camionetas, 1 motociclo e 41 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Por alguma forma, prestam serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva à população ouricuriense: o Hospital Regional de Ouricuri, com 50 leitos, 2 médicos, 1 técnico de laboratório, 1 prático de farmácia e 7 auxiliares de enfermagem; e o Pôsto Estadual de Higiene, com 1 médico, 1 auxiliar de enfermagem e 1 guarda. Há 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 81 do ensino primário fundamental comum, com 1 706 alunos matriculados, 19 do ensino supletivo e uma do ensino secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há órgãos diários da imprensa, assinalando-se, por outro lado, a existência de uma biblioteca com cêrca de 400 volumes, pertencente ao município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	138	801	682	77	700
1951	142	1 459	718	304	716
1952	152	1 417	726	241	762
1953	202	1 432	1 243	260	1 242
1954	144	1 537	1 075	342	1 059
1955	262	2 375	1 454	414	1 469
1956	205	3 129	1 702	478	1 500

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A serra principal do município é a do Araripe, cujas ramificações formam os pontos culminantes do município. Separa Ceará de Pernambuco. As ramificações são: as serras de São Gonçalo, que limitam êste Estado com o Piauí; do Morais e do Inácio; a do Caboclo e a da Ipueira, que ficam para o lado do município de Santa Maria da Boa Vista; a Branca e a de Santo Antônio para o lado do norte. Em frente do povoado Serra Branca há ainda o monte denominado Tôrre, curioso por sua forma, de que toma o nome.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município conta com 9 vereadores em exercício e 9 756 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Laudenor Lins.

(Autor do histórico — Eliseu Alves Gondin — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística, Dicionário Corográfico e Estatístico de Pernambuco e Departamento Estadual de Estatística.)

PALMARES — PE

Mapa Municipal na pág. 221 do 4.º Vol.

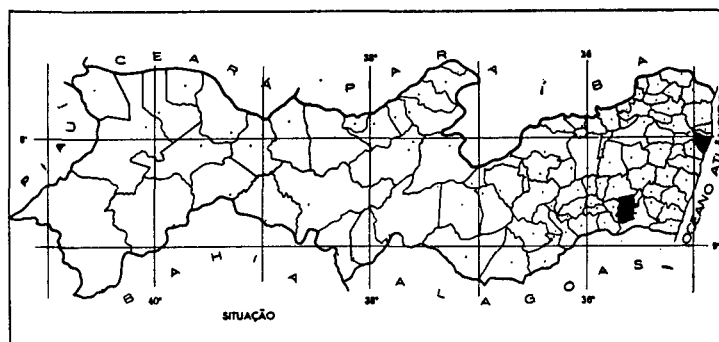
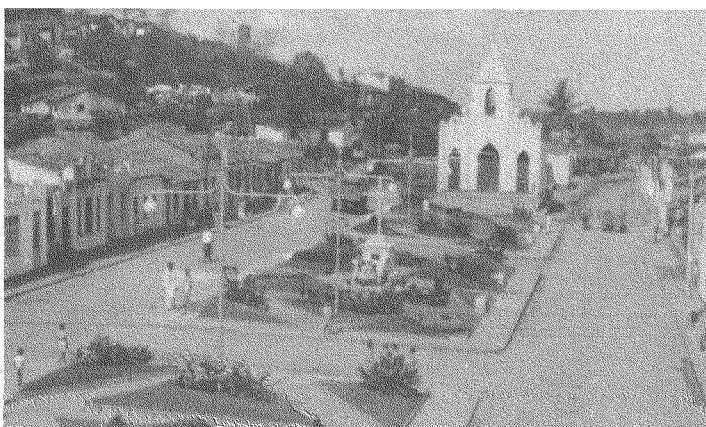
HISTÓRICO — Palmares é uma das cidades mais tradicionais de Pernambuco. O seu nome recorda a rebelião dos negros que, no começo do século passado, se constituíram em República Independente, sob a denominação de *República dos Palmares*. Segundo a tradição local, próximo à cidade — na foz do rio Pirangy — havia um reduto da famosa república dos negros, cujo centro era localizado na serra da Barriga, no município de União dos Palmares, do vizinho Estado das Alagoas, originando-se daí o nome da comuna. Em princípios do século XIX existia na região um aldeamento de índios com a denominação de Trombetas. Posteriormente, o Govêrno imperial fêz doação de terras que margeavam o rio Una a membros de uma família chamada Montes. Passou então o local a ser chamado Povoado dos Montes, nome depois substituído por Una, devido à proximidade do rio. Os Montes fizeram construir um en-

Vista parcial do rio Una e da cidade.

genho, que tomou o nome de Trombetas — ainda hoje se encontram suas ruínas a leste da cidade —, e uma capela sob o orago de Nossa Senhora da Conceição dos Montes, no mesmo local onde hoje está erguida a Igreja Matriz dos Palmares, atraindo com êsses melhoramentos, novos grupos de pessoas para o local. Com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, em 30 de novembro de 1862, tomou incremento fora do comum o desenvolvimento da povoação. Tendo em vista a posição privilegiada da cidade, a estrada de ferro ali localizou o escritório central da administração, oficinas, almoxarifado, armazéns, etc., tornando Palmares, conseqüentemente, o centro comercial da região.

No setor administrativo, Palmares pertenceu ao município dos Barreiros e posteriormente ao de Água Preta. Elevado à categoria de distrito pela Lei provincial n.º 844, de 28 de maio de 1868, foi criado município autônomo em 24 de maio de 1873, pela Lei provincial n.º 1 093, que transferiu para a povoação dos Montes a sede do município de Água Preta. A sede municipal obteve foros de cidade por fôrça da Lei provincial n.º 1 458, de 9 de junho de 1879. O Decreto-lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1954, desmembrou o distrito de Joaquim Nabuco, elevando-o à categoria de município autônomo. A Lei municipal n.º 170, de 5 de agôsto de 1953, elevou à categoria de distrito o povoado de Santo Antônio das Trempes. De acôrdo com a nova divisão territorial, fixada para o qüinqüênio 1954-1958, Palmares está constituído por dois distritos: o da sede e o de Santo Antônio das Trempes.

Vista da Praça de Santo Amaro.

LOCALIZAÇÃO — Pertencente à Zona Fisiográfica do Litoral e Mata, o município está compreendido na latitude S. 8° 41' 08" e longitude W.Gr. 35° 35' 24". Dista 104 km, em linha reta, da capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Do tipo A's — quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 327 km² a área territorial de Palmares.

Ginásio Municipal Fernando Pinto Ribeiro.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, o total para o município era de 38 318 habitantes, assim distribuído: sede, 30 990 e a vila de Joaquim Nabuco, 7 328 habitantes. Quadro rural: 26 659 habitantes. Em 31 de dezembro de 1953, em virtude da Lei estadual n.º 1 818, o distrito de Joaquim Nabuco foi emancipado, com uma população de 7 328 hab., ficando Palmares com apenas 30 990. Segundo recente estimativa do Departamento Estadual de Estatística, para 1.º de julho de 1957, a população da comuna seria de 35 757 pessoas.

Aglomerações urbanas — O município conta com dois centros urbanos: a sede, com 10 055 habitantes e a vila de Santo Antônio das Trempes, com população ainda não estimada.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é o ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ocupando 42,3% das pessoas presentes ao Censo de 1950, de 10 anos e mais, vindo a seguir a indústria, com 6,9%, a prestação de serviços com 3,9% e o comércio com 2,6%. Na agricultura as principais produções, no ano de 1955, foram as seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (em cruzeiros)
Abacaxi	Fruto	544 000	1 360 000
Banana	Cacho	18 350	367 000
Batata-doce	Tonelada	70	119 000
Cana-de-açúcar	»	336 900	71 860 770
Côco-da-baía	Cento	232	69 600
Feijão	Saco 60 kg	30	7 800
Fumo	Quilograma	6 900	78 200
Laranja	Cento	5 040	151 200
Mandioca	Tonelada	1 040	454 480
Milho	Saco 60 kg	270	35 100

Vista parcial da Rua Vigário Bastos.

Segundo apuração do Departamento Estadual de Estatística para o ano de 1955, a produção industrial, segundo

Vista da Praça Ismael Gouveia.

Praça da Luz.

ordem decrescente de valores, atingiu os seguintes volumes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (em cruzeiros)
Açúcar de usina	Saco 60 kg	299 892	80 869 554
Pães e produtos de padaria	Quilograma	539 308	4 104 342
Álcool	Litro	785 552	3 324 281
Aguardente de cana	»	498 448	2 272 603
Melaço	Quilograma	2 256 940	2 256 940
Bebidas em geral	Litro	130 000	680 000
Telhas	Milheiro	255	487 930
Caiçados em geral	Pares	2 879	432 725

Conta o município, na sede, com 16 estabelecimentos do comércio atacadista e 234 do varejista.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada às seguintes cidades: Catende, 22 km através de rodovia ou 18 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Bonito, 48 km por meio de rodovia; Joaquim Nabuco, 14 km por via rodoviária ou 12 km por ferrovia (R.F.N.); Água Preta, 25 km através de rodovia. Dista da capital do Estado 128 km por via rodoviária e 125 km por ferrovia (R.F.N.). A ligação com a capital Federal é feita via Recife.

Fonte da Praça Ismael Gouveia, em conclusão.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem desenvolvido o comércio de Palmares, com 250 estabelecimentos comerciais, na sede. Conta com 4 estabelecimentos bancários: Agências do Banco do Brasil S. A. e Banco do Povo S. A., matriz da Cooperativa Banco Agrícola Ltda. e Cooperativa Agropecuária de Palmares Ltda. O intercâmbio comercial é realizado com os municípios de Água Preta, Joaquim Nabuco, Catende, Caruaru, Gameleira, Maraial, Quipapá, Ribeirão, Barreiros e Leopoldina, e Pôrto Calvo no Estado das Alagoas, bem como com as cidades do Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre, etc. O comércio local importa tecidos, gêneros alimentícios, armarinhos, louças e vidros, ferragens, materiais elétricos, máquinas, etc.

Outro aspecto da Praça Ismael Gouveia.

Praça Paulo Paranhos, vista do lado direito.

ASPECTOS URBANOS — A sede do município possui abastecimento d'água, luz e calçamento. Dos 94 logradouros existentes, entre ruas avenidas e praças, 39 são pavimentados a paralelepípedos — correspondendo a 40% sôbre o total, 5 arborizados e 2 arborizados e ajardinados, simultâneamente. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.) e Rêde Ferroviária do Nordeste. Há 1 483 ligações elétricas e 630 residências são abastecidas com água encanada. Vale salientar que a cidade possui

Praça Paulo Paranhos, vista do lado esquerdo.

o melhor e mais bem aparelhado serviço de abastecimento d'água do Estado. Oito hotéis são encontrados no distrito-sede; o preço comum de diária em hotel de nível médio é de Cr$ 120,00. A iluminação pública e domiciliar da cidade é feita pela Central Elétrica Barra do Douro, localizada na vizinha cidade de Água Preta, e pela Prefeitura de Palmares. O consumo anual é de 750 000 kW aproximadamente. Conta com três cinemas em funcionamento.

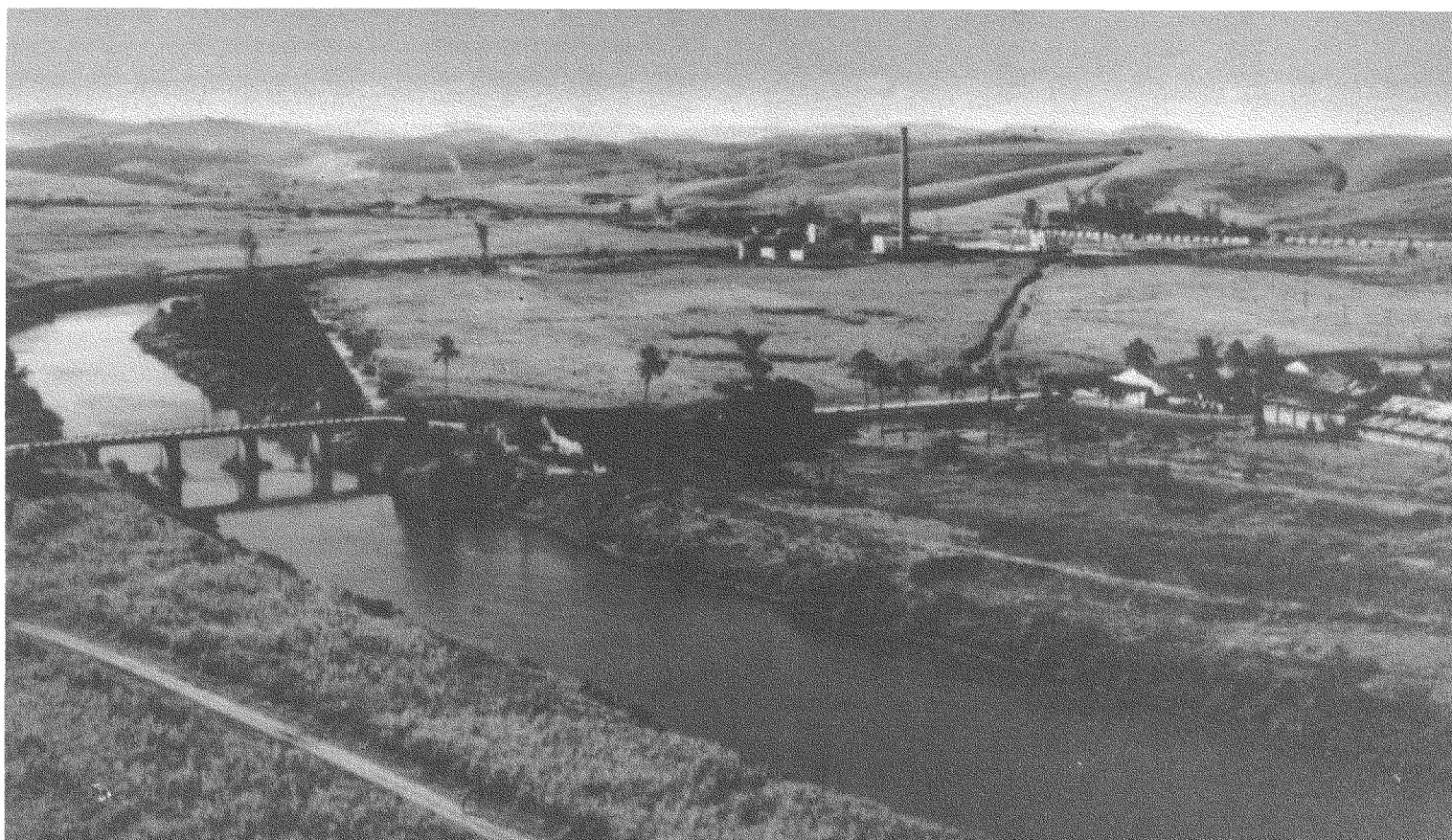
Residência do Bispo da futura Diocese em fase de conclusão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Localiza-se na sede o Hospital Regional de Palmares, com 96 leitos, abrangendo a clínica médica geral (obstetrícia, cirurgia, ginecologia e dentária). A despeito das suas precárias instalações, é muito bem aparelhado e vem atendendo a tôda a região. Há também o Abrigo São Francisco de Assis, para desvalidos, e o Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), organização médico-sanitária criada através de acôrdo entre os governos brasileiro e norte-americano. Mantém um completo serviço de profilaxia e assistência às populações pobres. Em 1955, atendeu a 7 824 pessoas, às

Vista de um templo presbiteriano.

quais prestou assistência médica geral, gratuitamente. Foi o S.E.S.P. que dotou a cidade de abastecimento d'água perfeito.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das pessoas presentes de 5 anos e mais, 4 149 homens e 3 660 mulheres são alfabetizados.

Ensino — Em todo o município existem 18 unidades do ensino pré-primário, 25 do ensino primário fundamental comum, com 2 429 alunos matriculados, 9 do ensino supletivo, duas do ensino secundário, uma do ensino industrial,

Vista da passagem do rio Una pela cidade.

uma do comercial e uma do pedagógico. Os estabelecimentos de ensino mais importantes são o Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, o Ginásio Municipal, a Escola Técnica de Comércio e a Escola de Aprendizagem Industrial (SENAI).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Duas bibliotecas funcionam no município: a Biblioteca do Departamento de Documentação e Cultura, com cêrca de 2 200 volumes, e a Biblioteca "Benigno de Barros", da Igreja Presbiteriana de Palmares. São públicas e de caráter geral. O outrora famoso Clube Literário de Palmares está pràticamente desaparecido. Circula na cidade 1 quinzenário — *A Notícia* — com 52 anos de existência, havendo ainda uma bem montada tipografia.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município é banhado pelos rios Una, Pirangi e Camevou. Algumas serras e morros localizados no território do município não apresentam particularidades dignas de nota. Do ponto de vista econômico, poderiam ser citadas as quedas d'água inaproveitadas: "Cavaco", no rio Camevou, com capacidade de 800 H.P.; "Catuama", no rio Una, 500 H.P.; "Pirangi" no rio do mesmo nome, 300 H.P.; "Humaitá", no rio Camevou, 700 H.P.; "Barra Azul", no rio Verdinho, 800 H.P.; "Martins", no rio Una, 500 H.P. e "Coruja" no rio Verdinho, 400 H.P.

Vista da feira na Rua Fausto Figueiredo.

Outro aspecto da feira na Rua Fausto Figueiredo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Sete médicos, 2 advogados, 5 dentistas, 4 farmacêuticos, 2 engenheiros, 1 agrônomo e 1 veterinário empregam suas atividades no município. Prefeito, vice-prefeito, 2 subprefeitos e 9 vereadores são sufragados em pleitos populares. Na Praça Dr. Ismael Gouveia encontra-se um busto do Dr. Paulo Paranhos, ex-Prefeito, membro de tradicional família palmarense.

O atual chefe do Executivo é o Senhor Luiz da Rocha Leão.

13 — 24 934

Vista parcial aérea da feira.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	1 454	4 044	2 615	1 087	2 514
1951.......	1 673	5 129	2 461	1 214	2 902
1952.......	2 146	5 964	3 891	2 161	4 023
1953.......	2 002	6 591	4 218	2 318	3 640
1954.......	2 150	7 013	5 015	2 480	4 942
1955.......	1 891	7 739	4 980	2 476	5 679
1956 (1)...	2 691	17 715	5 380	3 333	4 697

(1) Receita e despesa do Município até 30 de setembro de 1956.

(A.M.E. — João Silvestre Duarte; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística; Redação final — André Beda Cavalcanti.)

PALMEIRINA — PE

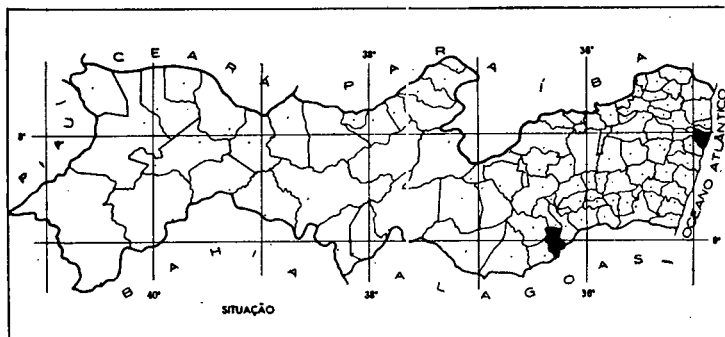
Mapa Municipal na pág. 587 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — São deficientíssimos os dados históricos dêste município. Não existem arquivos com que se possam relatar os seus primórdios, exceto meia dúzia de pessoas mais idosas dêste município, com as quais foram angariados os seguintes dados: no início do século XIX, o local onde atualmente se localiza a cidade de Palmeirina era uma propriedade agrícola, conhecida pelo nome de Pindoba. Como nesse período não existissem veículos motorizados, os produtos desta e de outras regiões, como do Estado de Alagoas e ainda das cidades de Garanhuns e Correntes, eram transportados às costas de animais. Ao chegarem nesta região se abrigavam à sombra de um frondoso juàzeiro, existente às margens do rio Inhumas, onde faziam refeições; muitas vêzes êsses mercadores vendiam ou trocavam seus produtos até que certo dia um oportunista conhecido pelo nome de José Caetano de Morais instalou uma pequena mercearia, iniciando, também, a construção da primeira casa residencial. Foi daí então que surgiram os primeiros sinais de progresso, até que êsse mesmo cidadão elevou o núcleo residencial à categoria de povoado. Em 1844 o elevou à vila de Garanhuns, com o nome de Palmeirina. Em 14 de maio de 1903, com a emancipação da cidade de Canhotinho, Palmeira foi desmembrada do município de Garanhuns, figurando como 7.º distrito de Canhotinho, pertencendo a êsse município 25 anos, 3 meses e 28 dias, até que, em 11 de setembro de 1928, teve sua emancipação como cidade, por intermédio do Dr. João Paes de Carvalho Barros, pela Lei estadual n.º 1 931, sendo o então governador do Estado, o Dr. Estácio Coimbra de Albuquerque Belo. O interventor do Estado, Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, transferiu, mediante o Decreto estadual n.º 74, de 6 de junho de 1931, a sede municipal para o distrito de Angelim. Continuando como distrito de Angelim, Palmeira marchava para uma nova independência, como distrito progressista que era. Em 1939 mudou seu nome natural de Palmeira para Palmeirina, em virtude de já existir uma outra cidade com o mesmo nome no Estado de Minas Gerais. Em 4 de março de 1941, a cidade de Palmeirina ficou quase soterrada em virtude da grande cheia do rio Inhumas, que destruiu mais de uma centena de casas, ficando seus moradores desabrigados, sendo socorridos pelas pessoas mais abastadas. Em 31 de dezembro de 1948, a Lei n.º 419 criou o município de Palmeirina, com território desmembrado do município de Angelim, tendo como Prefeito, nomeado pelo governador do Estado, o Sr. Luiz Gonzaga de Siqueira, que exerceu interinamente, o cargo até a primeira eleição, em 8 de maio de 1949, que elegeu o Sr. Celestino Carmino Bruno. O nome de Palmeira, hoje Palmeirina, se originou em virtude de haver umas palmeiras ao longe do riacho Rochedo, que banha esta cidade, fornecendo excelente água. Com a citada Lei n.º 419, de 31-12-1948, tendo sido criado êste município, ainda ficou pertencendo à comarca de Angelim. A Lei n.º 508, de 26 de junho de 1949, criou a comarca de Palmeirina, a qual teve sua instalação em 6 de setembro de 1949, com um único distrito.

Matriz de N. S.ª da Conceição.

Vista parcial da cidade, vendo-se a Rua Manoel Borba.

LOCALIZAÇÃO — Localizada na Zona Agreste do Estado, o município é servido, apenas, por ônibus intermunici-

país. A distância que o separa da capital atinge 183 km, em linha reta, no rumo O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — 279 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, é de 11 521 habitantes, sendo 5 419 homens e 6 102 mulheres. A densidade demográfica é de 41,2 habitantes por quilômetro quadrado, residindo 10,5% da população no quadro urbano.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 13 293 habitantes.

Aglomerações urbanas — Cidade de Palmeirina (distrito único) 1 552 pessoas.

Grupo Escolar.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 36,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Os demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Cana-de-açúcar, café, algodão, milho, feijão e fumo são as principais culturas agrícolas. Há 15 estabelecimentos industriais que ocupam 47 pessoas em suas atividades. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	45 000	6 075 000,00
Café beneficiado	»	29 400	8 820 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 190	321 300,00
Feijão	Saco 60 kg	2 200	1 100 000,00
Fumo em fôlha	Arrôba	320	160 000,00
Milho	Saco 60 kg	16 500	1 650 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Garanhuns (47 km), Angelim (18 km), Canhotinho (24 km), Correntes (40 km) e Munguba — AL (30 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 283 km, por via rodoviária, da capital do Estado, 261 km, mistos ..... (18 km até Angelim, por meio de rodovia, e daí 243 km por ferrovia) e 183 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial. Há 30 estabelecimentos de comércio varejista, que mantêm transações com os municípios vizinhos. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Com três ruas pavimentadas a paralelepípedos, perfaz uma área de 4 500 m². Há no município 170 ligações elétricas domiciliárias, e 13 logradouros públicos, servidos por iluminação, Agência dos Correios e 3 hotéis, com uma diária média de Cr$ 60,00. Estão registrados na Coletoria Estadual (ano de 1956) uma camioneta e três ônibus.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médico-sanitária no município apenas um dentista e um farmacêutico, licenciados.

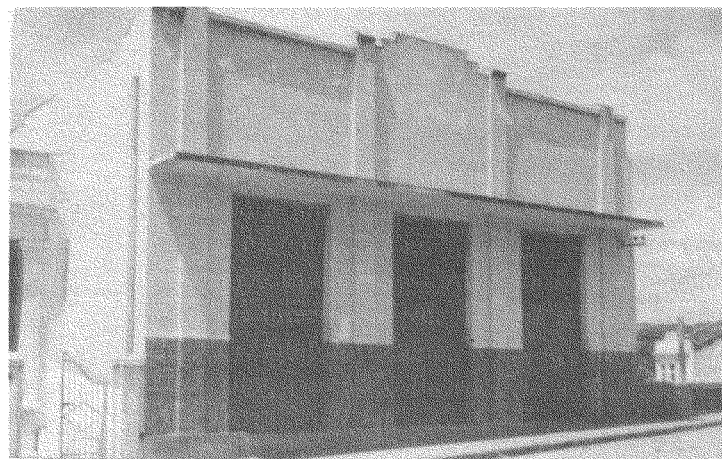
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17,8% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 24 unidades do ensino primário fundamental comum, com 722 alunos matriculados, e 3 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	435	404	145	338
1951	—	753	463	154	463
1952	—	895	898	228	224
1953	—	810	1 051	186	989
1954	—	1 025	832	212	643
1955	—	1 228	987	259	962
1956	—	(2) 1 637	(3) 800	(3) 216	(3) 800

(1) Êste município não tem Coletoria Federal. O órgão responsável pela arrecadação neste município é a Coletoria de Canhotinho. — (2) Arrecadação total do ano de 1956. — (3) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Duas quedas d'água existem no município, que ainda não foram aproveita-

Mercado Público.

das pelos podêres públicos. A mais importante fica no rio Inhumas, estando a outra próxima da cidade, no riacho Rochedo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 existiam 1 548 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. Dos filhos da terra menciona-se, como o que mais se projetou no cenário político nacional, o Sr. Antônio Baltazar de Oliveira Mendonça, chegando a ser Governador do Estado de Alagoas. O atual Prefeito é o Senhor Pedro Quirino de Andrade.

(Autor do histórico — Irnaldo Peixoto Vilela — A.E.; Redação final — Gustavo da Silva Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

PANELAS — PE

Mapa Municipal na pág. 581 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Consoante informações colhidas, aproximadamente nos fins do século XVIII para o limiar do século XIX, o cidadão Manoel Santiago de Miranda, de nacionalidade portuguêsa, e que residia em Garanhuns, exercia as funções de cobrador de dízimo de vasta região, da qual Panelas fazia parte. Aqui chegando, comprou uma grande parte de terra ao norte dêste município, pelo valor de 600$000 (seiscentos mil réis), moeda daquela época. Hoje esta parte de terra tem o nome de Patrimônio e pertence à Paróquia. O citado cidadão erigiu uma capela onde hoje é a igreja Matriz; construiu, também, uma pequena casa, localizada perto da capela, onde morou um cidadão a mandado do Senhor Miranda. Recebeu o nome de Panelas de Miranda, naquela época, em face de ser sua localização entre 3 serras, que tomaram o nome da "Bica", ao leste, onde está localizada a fonte d'água, que abastece a cidade, a do Boqueirão, ao norte, a qual tem êste nome, por ter sòmente uma passagem transitável, e a dos Timóteos, ao sul, cujo nome fôra dado por ser nesta serra que se localizara o panelense João Timóteo de Andrade, no levante que tomou o nome de "Guerra dos Cabanos". O Senhor Miranda esculpiu a imagem do Senhor Bom Jesus dos Remédios, no tamanho de um homem, de madeira de cedro, trazendo-a em procissão de Petrolina, onde a mesma fôra feita, até Panelas, colocando-a na capela. É o nosso padroeiro nos tempos atuais. Esta cidade, em face disso, recebeu o nome de Panelas de Miranda. Panelas, por estar

Serra da Bica, na parte leste da cidade.

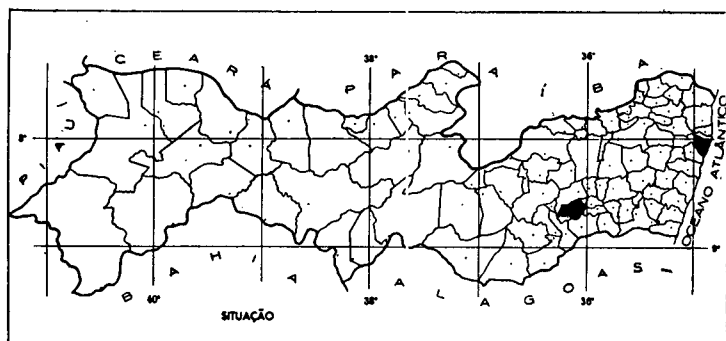
Prefeitura Municipal.

localizada entre 3 serras, formando uma trempe (escora de panela), e Miranda por ser o Senhor Manoel Santiago de Miranda o seu fundador. Hoje tem o nome de Panelas.

Tem Panelas seu nome gravado na História de Pernambuco, através de uma campanha denominada "A Guerra dos Cabanos". De 1832 a 1836, revoltaram-se os panelenses João Timóteo de Andrade e Francisco José de Barros. O motivo da revolta perdura, em parte, desconhecido pelos panelenses atuais. Todavia, afirmam uns que o motivo fôra a construção da Matriz, e outros dizem que fôra a política, os Partidos Conservador e Liberal da era monárquica. O primeiro dos panelenses acima referidos, localizou-se na serra dos Timóteos, e o segundo no Sítio Cafundó, hoje do município de Lagoa dos Gatos. A fôrça legal que lutara com o revoltoso João Timóteo de Andrade aquartelara-se dentro da cidade, cujo local tem o nome de "14", por ser esta a unidade que lutou. A fôrça que combatera o insurreto Francisco José de Barros localizara-se em um lugar que tomou o nome de "Acampamento", situado também hoje no município de Lagoa dos Gatos. Depois de 4 anos de luta, sem rendição dos revoltosos, a mandado do Rei daquela época, com missão de pacificação, chegara em Panelas o Senhor Bispo D. João Marques Perdigão, que, depois de muito trabalho e vários sermões, concitou os revoltosos a se renderem, com a condição de serem anistiados sem nada sofrerem, o que fôra aceito, terminando aí a "Guerra dos Cabanos", voltando a paz aos lares dêste lugar e os trabalhos aos ritmos normais. Na serra dos Timóteos, no Sítio Cafundó e em vários outros lugares são encontrados balas de ferro, espingardas e outros materiais que os revoltosos usavam para os combates. A Paróquia de Panelas foi criada pela Lei n.º 701 do ano de 1866, pelo Dr. Manoel Clementino Carneiro da Rocha, Vice-Presidente da província de Pernambuco. Foi seu primeiro vigário o padre Malaquias Ramos de Vasconcelos. À Lei provincial n.º 919, de 18 de maio

Pôsto Estadual de Higiene.

de 1870, deve-se a criação do município das Panelas, com sede na criação de igual nome e desmembrado dos municípios de Caruaru e São Bento do Una, tendo-se-lhe verificado a instalação em 14 de novembro de 1872. Anteriormente era distrito criado pela Lei provincial n.º 157, de 31 de março de 1846. A sede municipal que, pela Lei estadual n.º 209, de 24 de março de 1897, se transferira para Lagoa dos Gatos, foi elevada à categoria de cidade, em virtude da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Na Divisão Administrativa de 1911, Panelas figura com três distritos: Lagoa dos Gatos (sede municipal), Panelas e Taboleiro. A primitiva sede municipal foi restabelecida por efeito da Lei estadual n.º 1 366, datada de 24 de maio de 1919. Em 1928 foi criado o município de Lagoa dos Gatos. Até 1953, Panelas compunha-se de 2 distritos — Panelas e Cupira. Com a Lei n.º 1 818 de 29 de dezembro de 1953, o distrito de Cupira foi emancipado, ficando Panelas com um único distrito. A comarca das Panelas foi criada pela Lei provincial n.º 1 093, de 24 de maio de 1873.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município das Panelas está situada na Zona Fisiográfica do Agreste, a 134 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são 8° 41' 00' de latitude Sul e 35° 54' 00" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é brando nas duas estações (inverno e verão), o ar sêco e a salubridade geralmente boa. Temperatura em graus centígrados: média das máximas — 25; das mínimas — 15; compensada — 23. Tipo de clima: As', quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É estimada em 490 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 26 824 habitantes, sendo 13 011 homens e 13 813 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 54,7 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 4,9% da população. Município — estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 30 950 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade das Panelas (distrito único) com 1 717 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 52% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Cana-de-açúcar, café, milho, feijão e mandioca são as principais culturas agrícolas. Há 11 estabelecimentos industriais ocupando 41 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café beneficiado	Arrôba	13 500	4 725 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	50 000	7 500 000,00
Feijão	Saco 60 kg	10 000	8 500 000,00
Mandioca	Tonelada	10 870	3 913 200,00
Milho	Saco 60 kg	24 000	4 080 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Jurema (21 km), Altinho (30 km), Cupira (12 km), Lagoa dos Gatos (18 km) e Quipapá (33 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 193 km, por via rodoviária, da capital estadual, 193 km, mistos (51 km, por via rodoviária, até Catende, e daí 142 por ferrovia), e 134 km por via aérea.

Agência Municipal de Estatística.

COMÉRCIO E BANCOS — Pequeno é o movimento comercial, com 22 estabelecimentos do comércio varejista e uma cooperativa de crédito. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Dos 18 logradouros existentes, 5 são pavimentadas. Há 160 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública. Hospeda os visitantes 1 hotel. Pelo órgão competente foram registrados 1 automóvel e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Está representada pelo Pôsto Estadual de Higiene, com 1 médico, 1 auxiliar de laboratório, uma visitadora e 1 guarda.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 44% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 32 unidades do ensino primário fundamental comum, com 899 alunos matriculados, e 4 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	43	279	620	500	615
1951	44	432	663	500	755
1952	66	698	935	600	947
1953	46	890	1 218	775	1 182
1954	45	618	915	820	931
1955	58	634	1 128	800	1 042
1956 (*)	59	655	...	1 070	...

(*) Estimativa.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Panelas conta com 2 açudes, um na cidade e outro no povoado de Cruzes. O município também é servido pelo rio Panelas, que nasce na propriedade do Brejo de João Alves, desaguando no rio Feijão, na propriedade denominada Poço Dantas, passando êste a chamar-se Panelas, o qual deságua no Rio Piranji, na cidade de Catende. O rio Feijão nasce no município de Jurema. O atual Prefeito é o Senhor José Rufino de Melo Silva.

(Autor do histórico — Isaac Barbosa Veiga — A.E. Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

PARAMIRIM — PE

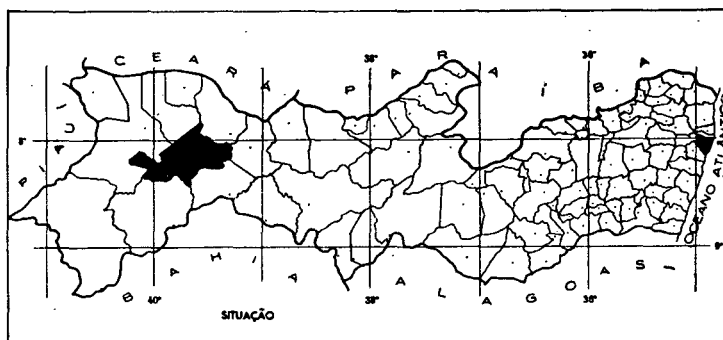
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Nos meados do século XIX, o tenente-coronel Martinho da Costa Agra, acompanhado de sua família, veio instalar-se com uma fazenda de gado, à margem do rio Brígida. Assim, a origem da cidade fica ligada ao ciclo econômico da pecuária, que teve um lugar decisivo na formação histórica e sociológica dos sertões. Não possuímos informes completos a respeito da vida de Martinho da Costa Agra, a quem cabe a honra de haver fincado, nestas paragens, o marco originário do povoamento; contudo, sabe-se que era filho de um advogado português, formado pela Universidade de Coimbra. Foi na realidade Saco do Martinho, nome primitivo da região, o núcleo habitacional

Vista parcial da cidade.

que evoluíra a ponto de, pela Lei provincial n.º 733, de 6 de junho de 1867, constituir o distrito de Santana do Saco, mudado o nome pouco mais tarde, por fôrça da Lei provincial n.º 924, de 25 de maio de 1870, para Leopoldina. Incrementou êste contínuo progresso a construção de uma capela sob a invocação de Senhora Sant'Ana, por ordem de Martinho da Costa Agra. Anos mais tarde, foi criada a freguesia de Leopoldina, e depois o município, desmembrado do de Cabrobó, pela Lei provincial n.º 1 464, de 16 de junho de 1879, tendo sido instalado a 19 de abril de 1880. A sede municipal recebeu o predicamento de cidade, por efeito da Lei estadual n.º 991, de 1 de julho de 1909. Ainda hoje, o templo em tôrno do qual se ampliara a povoação continua de pé. Com seus altos patamares, símbolos vivos de um tempo vencido, consubstancia na rudez e singeleza de suas linhas estruturais e na larga espessura das suas paredes antigas a indomável determinação e a resoluta coragem do homem que fundou a cidade a quem esta rende a mais profunda e respeitosa homenagem.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Leopoldina é têrmo judiciário da comarca de Ouricuri. O têrmo e o município de Leopoldina passaram a denominar-se Parnamirim, por fôrça do Decreto estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943. Ainda pelo referido Decreto-lei, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigorante no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Parnamirim, continuando a mesma situação, determinada pela Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — Compreendido entre os municípios da Zona do Sertão do Araripe, situa-se Parnamirim a 516 km da capital, em linha reta, no rumo O.S.O., numa altitude de 370 m. Suas coordenadas geográficas são: 8º 06' 00" de latitude Sul e 29º 31' 00" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Coletoria Estadual.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados: média das máximas 38; das mínimas 18; média compensada 27. Tipo de clima: (BSHW') Semi-árido quente (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É de 2 802 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, corresponde a 10 679 habitantes, sendo 5 348 homens e 5 331 mulheres. A densidade demográfica é de 3,8 habitantes por quilômetro quadrado. Reside no quadro urbano 1% da população. Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 12 322 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Parnamirim 1 110 pessoas e as vilas de Icaiçara (46), Terra Nova (366) e Veneza (101 habitantes).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 34,5% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 3,8% na indústria, e os demais no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura. Algodão, cebola e arroz são as principais culturas agrícolas do município. Há 12 estabelecimentos industriais que ocupam 98 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	39 900	4 389 000,00
Arroz	Saco 60 kg	500	120 000,00
Cebola	Arrôba	7 200	432 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Bodocó (78 km), Serrita (42 km), Salgueiro (52 km). Cabrobó (76 km), Santa Maria da Boa Vista (103 km) e Ouricuri (60 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 584 km, por via rodoviária, da capital estadual, 592 km, via mista (141 km, por meio de rodovia, até Flôres e daí 451 km por ferrovia) e 516 km por via aérea. Há no município um campo de pouso de pequenas proporções e pouco conservado.

Igreja Matriz.

Pôsto Médico Estadual.

COMÉRCIO E BANCOS — Muito pequeno o movimento comercial, com 1 estabelecimento do comércio atacadista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade a paralelepípedos abrange uma área de, aproximadamente, 70% dos logradouros existentes, enquanto 250 ligações elétricas domiciliares e 13 logradouros públicos servidos por iluminação compõem os principais serviços prestados à cidade pela Prefeitura Municipal. Não há abastecimento d'água. A Agência dos Correios e Telégrafos, 2 hotéis, uma pensão e 18 veículos registrados na Prefeitura Municipal, sendo 15 caminhões e 3 automóveis, completam os aspectos urbanos do município de Parnamirim.

Grupo Escolar Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município apenas 1 Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado, uma farmácia, 1 farmacêutico licenciado e 2 dentistas.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 26,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Fábrica de Caroá.

Ensino — Em 1956 havia 37 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 122 alunos matriculados, e 6 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	—	356	—	356
1951.......	57	—	407	—	407
1952.......	57	785	612	138	612
1953.......	36	782	831	137	831
1954.......	28	897	744	159	744
1955.......	140	1 377	930	...	930
1956 (1)...	127	1 461	(*) 1 170	227	1 170

(1) Orçamento. — (*) Êste orçamento vai até o mês de novembro, não está incluído, pois, o de dezembro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956 havia 3 076 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. Nenhum outro aspecto existe, digno de registro. O atual Prefeito é o Senhor Raimundo Batista Angelim.

(Autor do histórico — Décio Angelim de Lima — Agente Itinerante; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

PAUDALHO — PE

Mapa Municipal na pág. 188 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O nome de Paudalho — pau de alho, pau do alho, pau d'alho — deriva-se de uma grande árvore secular que existia na margem direita do Capibaribe, no extremo oeste da cidade, no lugar denominado (a "árvore de pedra", segundo Theodoro Sampaio). Floresce ainda, no mesmo local, um rebento que deu o nome à antiga povoação. Tem cheiro bem semelhante ao do alho.

As terras de Paudalho — escreve o incansável pesquisador Pereira da Costa no seu vultoso trabalho inédito "Annais Pernambucanos" — começaram a ser exploradas em fins do século XVI, com o corte do pau-brasil em suas florestas. Em 1591, nos extremos de Goiana, Igaraçu e Tracunhaém, distante cêrca de duas léguas da margem esquerda do Capibaribe, lugar em que existiu o Engenho Aldeia (hoje Campo de Instrução Militar onde foi edificado um quartel), foi pelos franciscanos fundado um aldeamento de índios. Pertencia ao distrito de Santo Antônio de Tracunhaém, tendo depois passado à freguesia de Igaraçu, conforme declarações de frei Jaboatão. Êsse aldeamento tem ainda hoje o nome de Miritiba, palavra de origem tupi que, segundo Theodoro Sampaio, é corruptela de "Mbiri-tyba" e significa "juncal". Era aldeia do conhecido índio Poti, o afamado D. Felipe Camarão, que tanto se celebrizou na guerra contra os holandeses. Em 1630, já existia o Engenho Mussurepe, na margem esquerda do Capibaribe, a 6 quilômetros da atual cidade do Paudalho, onde está localizada uma usina com o mesmo nome. No ano de 1660, nas terras de Miritiba, foi levantado por Bartolomeu de Holanda Cavalcanti — afirmam Pereira da Costa e Sebastião Galvão — o Engenho Aldeia. Na segunda metade do século XVII foi instalado o Engenho Bom Sucesso, por Joa-

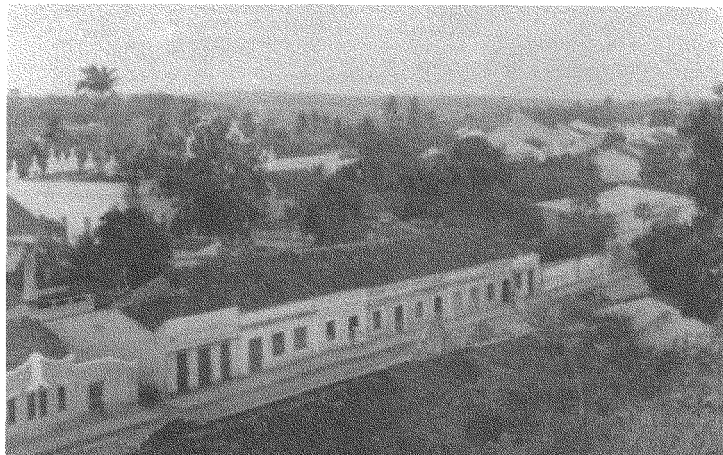
Vista parcial da Avenida Raul Bandeira.

quim de Almeida, na margem direita do Capibaribe. Outros e outros foram surgindo, até chegarmos a um antigo Engenho Paudalho, situado à margem esquerda do Capibaribe, com uma capela sob a invocação de Santa Teresa e de cuja fábrica resta apenas êste santuário. A propósito da fundação dêsse Engenho Paudalho, que deu o nome à povoação e cujas ruínas existiram até não muitos anos, recolhemos a seguinte tradição:

A 8 de janeiro de 1711, chegara à margem esquerda do Capibaribe o colono português Joaquim Domingos Telles, residente em Itamaracá, onde cultivava terras. Trouxe alguns parentes e muitos escravos africanos. Vinha explorar novos terrenos, muito apropriados para cana-de-açúcar. O engenho que fundou era movido por animais e safrejava anualmente de 80 a 120 pães de açúcar. Devido à distância que ficava do curato de Nossa Senhora do Destêrro (hoje povoado de Destêrro), onde os antigos bispos de Olin-

Rua Henrique Dias, vendo-se ao fundo a Igreja de N. S.ª do Livramento

da costumavam passar as férias, os habitantes do novo engenho, reunidos ao proprietário, trataram de construir uma capela, sob a invocação de Santa Teresa de Jesus, por se chamar Teresa a espôsa do proprietário. A nova capela foi inaugurada a 13 de outubro de 1711, havendo nessa ocasião grandes festas. Celebrou a primeira missa o padre Júlio da Cunha, residente na cidade de Olinda. Ainda está conservada no mesmo local a primitiva imagem de Santa Teresa, perante a qual aquêle sacerdote celebrou o ofício religioso a 13 de outubro de 1711. Segundo Sebastião Galvão, baseado em tradições locais, os primeiros povoadores de Paudalho teriam sido índios Tabaiares domesticados em 1680. Dados positivos da origem de Paudalho — confessa Pereira da Costa — só encontramos em 1714, na época da perseguição dos mascates contra os pernambucanos envolvidos no movimento de 1710, quando estabeleceram vários presídios ou instâncias militares na freguesia de Santo Antônio de Tracunhaém, dentre as quais figura uma no Paudalho, comandada pelo alferes Antônio Dias Barbosa e outra na Aldeia, por Miguel Alves. No tempo do governador José César Meneses (1774-1778), tinha a povoação da ribeira de Paudalho o seu capitão-das-fronteiras e um capitão-mor o Sr. Cristóvão de Holanda Cavalcanti, que conseguiu depois de arriscadas partidas prender o célebre bandido "Cabeleira" e seu companheiro Teodósio, nos canaviais do Engenho Novo. Em 1799, atingindo a povoação certo grau de importância, nela estabeleceu o bispo Azeredo Coutinho um curato, desmembrando-a de Igaraçu. As instruções foram dadas por aquêle antístite, a 31 de agôsto, ao cônego visitador do bispado, Joaquim Saldanha Marinho. A Provisão de cura com tôda a jurisdição necessária recaiu no padre José Fernandes de Moura Pacheco, que ali

Ponte do Itaíba, sôbre o rio Capibaribe.

Vista parcial da cidade.

Outro aspecto da ponte do Itaíba sôbre o rio Capibaribe.

residia na qualidade de coadjutor. Foi erigida em Matriz a capela do Espírito Santo. Essas instruções se acham registradas na Câmara Eclesiástica no Arcebispado de Olinda e Recife. Em 22 de junho de 1804, foi o curato elevado à paróquia.

O movimento republicano que rebentou em Recife a 6 de março de 1817 repercutiu em Paudalho, como na maioria das vilas de Pernambuco. Logo que ali se soube do novo estado de coisas, o capitão-mor da vila formou um grupo de patriotas e mandou-o apresentar-se ao govêrno revolucionário. Seus serviços foram dispensados. Falou-lhes um representante do clero olindense, o qual assim terminou o seu discurso: "Voltai honrados patriotas ao seio de vossas famílias, abraçai com ternura vossas virtuosas espôsas e filhos; trabalhai como homens livres, e vossos trabalhos serão, de hoje em diante, abençoados. No momento em que a pátria precisar de vossa bravura, ela vos chamará, e conta por certo que o valor pondo asas em vossos pés, cobrireis em um instante êsses mesmos felizes lugares que ora pisais".

Igreja de N. S.ª da Luz.

Foi um êrro do govêrno republicano. Êsses homens poderiam ser aproveitados, se não para efetividade dos combates, ao menos para aprendizagem no manejo das armas e educação disciplinar. Voltaram. Voltaram igualmente os de Igaraçu, Glória do Goitá e Limoeiro. A sorte foi adversa aos republicanos. A comarca de Alagoas e algumas vilas voltaram à realeza. A revolução de 1817 era bem um levante de padres e maçons, mas havia também padres contra a liberdade. Estava no caso o padre Pascoal Pires, que provocou a contra-revolução em Glória do Goitá e em Paudalho. Infame traidor à pátria, chamou-o o governador do bispado, cônego Manoel Vieira de Lemos Sampaio, que recomendou aos republicanos sua captura.

Edifício da farmácia Coutinho.

Paudalho, ouvindo os conselhos do Pires, levantou-se contra a república. Imitou-o Glória do Goitá. O govêrno provisório resolveu dar-lhes combate, armando duas expedições. Comandava a que deveria marchar contra Paudalho o coronel da artilharia José Mariano Cavalcanti, simples tenente secretário antes da república, e que nada entendia de sua arma, nem primava muito pelo valor militar, conforme o cronista da revolução. Levava uma peça de artilharia ligeira e alguns soldados exercitados nessa arma. Tomou a direção de Igaraçu e marchou sôbre Paudalho. Parte dos habitantes da vila se entrincheirou num bosque para dar combate aos expedicionários, enquanto a outra parte ficou nas casas, para oferecer resistência, se os outros fracassassem. Quando os republicanos atravessaram o bosque, foram surpreendidos com o tiroteio dos paudalhenses. Recuaram. Exortados pelos oficiais, coordenaram-se, fizeram uso da peça de artilharia e desalojaram os assaltantes. Continuaram a marcha. Precipitaram-se sôbre a vila. Foram recebidos por grande fuzilaria. Os que iam na frente caíram. O combate continuou com estrago de parte a parte, até que José Mariano mandou tocar retirada e cravou o canhão na margem direita do rio, distante cêrca de duzentos metros do fundo da igreja Matriz, lugar onde o descobriram cem anos depois. Essa relíquia histórica figurou na exposição dos municípios em 1917, e faz hoje parte do museu do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Paudalho tomou parte saliente no movimento revolucionário que extinguiu o despotismo de Luís do Rêgo (Revolução de 1821).

Êsse capitão-general português — célebre pela sua atitude contra os revolucionários de 1817 e contra os suspeitos de conivência num tiro de que fora vítima, quando irrompeu em todo o Brasil o sentimento nativista que explodiu vitorioso um ano depois no Ipiranga, em São Paulo — se colocou, como era natural, em atitude contrária aos partidários da independência mas, ao mesmo tempo que prestava obediência a D. João VI, recebia e cumpria ordens do príncipe D. Pedro. Havia em tôda parte grande revolta contra o capitão-general. Goiana era o centro donde irradiava o ódio. Dali saiu João de Souto Maior, disposto a matar Luís do Rêgo, embora com sacrifício da vida. Conseguiu apenas feri-lo com uma bala, perecendo afogado no capibaribe, quando fugia. Formou-se em Goiana um movimento revolucionário, com o fim de expulsar o capitão-general de Pernambuco. Chefiava-o Francisco de Paula Gomes dos Santos. Aderiram-lhe as comarcas de Paudalho, Limoeiro, Cabo, Serinhaém, Igaraçu e Santo Antão. Tôdas mandaram regular contingente de fôrças armadas. A 21 de setembro de 1821 as fôrças revolucionárias, de que fazia parte um esquadrão de paudalhenses, teve contato com as tropas de Luís do Rêgo, nas proximidades de Olinda. Pela convenção de Beberibe, assinada a 9 de outubro de 1821, ficou assegurada a vitória dos revoltosos. Representavam Paudalho nessa convenção, conforme assinaturas autógrafas que vimos na própria ata pertencente ao arquivo do Instituto Arqueológico o Sr. Cristóvão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque e o padre João Ferreira Rabelo, coadjutor da freguesia.

O movimento revolucionário que abalou Pernambuco em 1848 (rebelião Praieira), chefiado pela deputação liberal de que era figura preeminente Nunes Machado, teve seu início em Paudalho. O fato aliás é até certo ponto explicável, se se tiver em vista que um dos caudilhos da revolução Praieira, o coronel Pereira de Morais — era paudalhense. Êsse caudilho, que parte tão saliente tomou na rebelião Praieira, vendo as perseguições sofridas pelos seus amigos coronel Barros e Silva, do Engenho Lavagem, e padre Vicente Férrer de Albuquerque, aconselhou-os a pegar em armas contra a situação conservadora. Daí as constantes reuniões políticas havidas naquele engenho, donde partiu um grande contingente armado que se reuniu às hostes do chefe Pereira de Morais. Em seu relatório, alega o Dr. Herculano Pena, no exercício de Presidente da Província, referindo-se aos lamentáveis acontecimentos que tantas vidas ceifaram: "O primeiro indício apareceu na vila de Paudalho, em fins de outubro, tentando o próprio comandante de um destacamento do corpo de polícia revoltá-lo contra a legítima autoridade, para incorporar-se com êle a um ajuntamento sedicioso, que já começava a formar-se no Engenho Lavagem". Os fatos que aí se passaram, nesse "primeiro indício", parecendo que nada mais houve de importante no decorrer da revolução Praieira, são diversamente contados pelas duas facções em luta. "Em Paudalho, — diz o deputado liberal Urbano Sabino Pessoa de Melo — o coronel e delegado Francisco José de Barros e Silva, proprietário do Engenho Lavagem, pai de numerosíssima família, honesto e prudente sexagenário, viu sua propriedade invadida por tropas do novo delegado que foi logo fazendo fogo, do que resultou ficar ferido com duas balas um irmão do Sr. Barros; e ambos escaparam de morrer, fugindo precipitadamente". De outro modo conta o desembargador Fi-

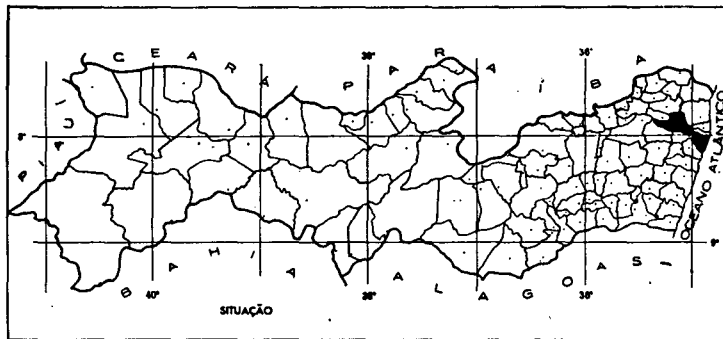
Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.

gueira de Melo, então chefe de polícia da facção conservadora. Assegura que em Paudalho o próprio comandante do destacamento policial Pedro Bezerra de Menezes tentara em fins de outubro seduzir a fôrça pública para fazer parte de uma reunião sediciosa no Engenho Lavagem; dêste se destacou, na noite de 5 de novembro, uma crescida fôrça, sob o comando do mesmo alferes e atacou a cidade, sendo repelido pelo destacamento local, dirigido pelo sargento Manuel Francisco da Cunha. Além dessas passagens diversamente contadas, nada mais houve em Paudalho. O pânico entre a população foi de tal natureza, que a vila ficou quase despovoada. Parte dos moradores válidos fugiu para as matas dos Tanques entre os Engenhos Palacete e Camila, e parte para as matas de Capoeira, de propriedade do padre Vicente. Antes que a calma houvesse voltado à província, não retornaram os fugitivos aos lares.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA — A criação do distrito de Paudalho, efetuada em 1787, foi confirmada pelo Alvará de 22 de junho de 1804. O município de mesmo nome, criaram-no o Alvará de 27 de junho de 1811 e a Provisão de 15 de fevereiro de 1812, com território desmembrado dos têrmos da cidade de Olinda e do antigo município de Igaraçu, tendo sua instalação ocorrido em 16 de maio de 1812. A comarca foi criada pela Lei provincial n.º 86, de 6 de maio de 1870. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade, por fôrça da Lei provincial n.º 1 318, de 4 de fevereiro de 1879. A Lei municipal n.º 1, de 5 de dezembro de 1892, confirmou a criação do distrito. Em 1911, o município de Paudalho divide-se em dois distritos: Paudalho e Floresta dos Leões (atual Carpina). Em 1933, de acôrdo com informações contidas no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Paudalho figura com o distrito único do mesmo nome. Esta situação continuou até 31 de dezembro de 1943, quando, pelo Decreto-lei estadual n.º 952, a comarca de Paudalho extinguiu-se e passou a figurar na divisão territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, como têrmo componente da comarca de São Lourenço da Mata. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, a comarca do Paudalho foi restaurada, constituindo-se do têrmo de mesmo nome, desanexando-se da comarca de São Lourenço da Mata. A partir de 1949, de acôrdo com a Lei municipal, confirmada pela Lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, foi criado o distrito de Lagoa de Itaenga. Esta situação permanece até o presente.

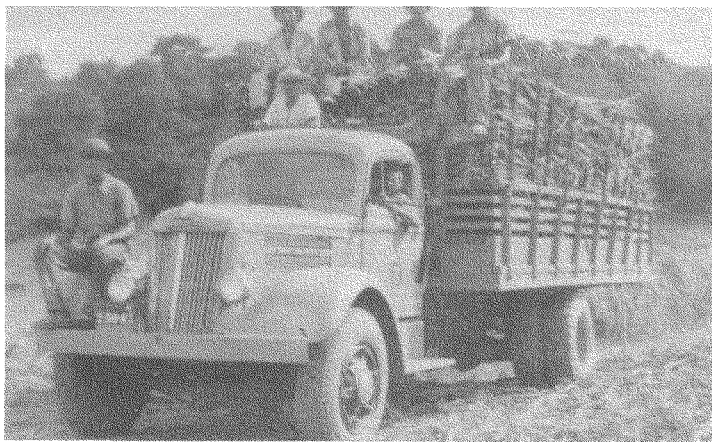
Árvore do pau-d'alho.

Praça Joaquim Nabuco, vendo-se a Igreja de N. S.ª do Rosário.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Paudalho está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste. Pertence à Zona Fisiográfica Litoral-Mata e dista da capital do Estado 34 quilômetros em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 7° 53' 50" de latitude Sul e 35° 09' 45" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — quente e úmido com chuvas de inverno e máxima no verão. Temperatura, em graus centígrados: média das máximas 30, das mínimas 20 e compensada 25. Precipitação pluviométrica no ano, altura total de 1 000 mm aproximadamente. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É de 266 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, correspondia a 32 148 habitantes, sendo 16 019 homens e 16 129 mulheres. A densidade demográfica era de 120,8 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 6,7% da população. Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 37 049 pessoas.

Caminhão transportando cana-de-açúcar para a usina.

Aglomerações urbanas — Cidade do Paudalho, com 5 360 habitantes, e a vila de Lagoa do Itaenga, com 730.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 38,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria do açúcar. Cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, algodão, laranja, banana e abacaxi são as principais culturas agrícolas. Há 49 estabelecimentos industriais ocupando 833 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	3 500	392 000,00
Banana	Cacho	24 000	264 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	120 000	18 000 000,00
Feijão	Saco 60 kg	430	129 000,00
Laranja	Cento	36 000	576 000,00
Mandioca	Tonelada	19 000	11 932 000,00
Milho	Saco 60 kg	2 500	375 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Carpina (13 km), Paulista (61 km), São Lourenço da Mata (23 quilômetros), Glória do Goitá (25 km) e Nazaré da Mata (27 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Há 1 campo de pouso particular da firma Figueira & Jucá. Acha-se a 45 km, por via rodoviária, da capital do Estado, 49 km, por ferrovia, e 34 km, por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, executado por 4 estabelecimentos do comércio atacadista e 37 do varejista. Não há agências bancárias, citando-se, por outro lado, uma cooperativa de crédito.

"Ponto de canas" — serviço de carregamento de um caminhão.

ASPECTOS URBANOS — Dos 49 logradouros existentes, 10 são pavimentados, 10 arborizados e 3 arborizados e ajardinados, simultâneamente. Possui 270 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública. Foram produzidos, em 1956, 165 600 kW de energia elétrica. Há 2 cinemas com lotação para 163 e 100 pessoas, respectivamente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva à população local: 1 Pôsto Estadual de Higiene, 1 Pôsto de Puericultura e Casa do Pobre, sendo que êste último serve de abrigo a indigentes, além de assistência médico-sanitária. Exercem suas profissões na cidade 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 42 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 769 alunos matriculados, 9 do ensino supletivo e uma do complementar.

Usina Mussurepe.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade uma biblioteca franqueada ao público, mantida pela Sociedade Instrução e Beneficência, com 3 100 volumes. Denomina-se, atualmente, Biblioteca Rui Barbosa e é de caráter geral, datando sua fundação de 25 de maio de 1919.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	847	1 290	963	439	939
1951	1 240	1 918	1 046	488	1 213
1952	1 439	2 453	1 392	688	1 389
1953	957	3 529	1 878	719	1 900
1954	1 218	3 858	1 873	990	1 656
1955	1 811	5 040	2 153	1 079	2 309
1956 (*)	4 859	8 143	2 000	984	2 000

(*) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Morro da Miritiba. No livro intitulado "Toponymia Pernambucana", de autoria do Dr. Mário Melo, encontra-se a fls. 48 o seguinte: "Miritiba — (Morro nas divisas de Paudalho e Iga-

Vista geral da Usina Mussurepe.

raçu. Da aldeia Miritiba proveio o célebre índio Poti, Dom Antônio Felipe Camarão, e herói da guerra holandesa) — Pode ser corruptela de mbiritiba, o sítio das môscas, o mosqueiro; ou de umiri tiba, o sítio dos umiris (fruta comestível). Serra do Trapuá — Fica nos limites de Carpina e Nazaré da Mata, no extremo norte. Serra do Orá — Pequena serra. Encontra-se a sua origem, isto é, a origem do nome Orá na "Toponymia Pernambucana". Rio Capibaribe — Corta o município de oeste para leste, sendo a cidade cortada na mesma direção.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No povoado São Severino, situado em terras do antigo Engenho Ramos, existe uma capela tendo como padroeira Nossa Senhora da Luz, onde se venera a imagem do mártir São Severino. É grande o número de romeiros que anualmente visitam o referido templo, vindo de tôdas as partes do Estado e dos Estados vizinhos. Na referida capela existem várias dependências, atualmente, onde se encontram em exposição permanente bustos de cêra e de madeira, objetos, fotografias etc., que são oferecidos por aquêles que, por intercessão do milagroso santo, obtiveram a cura desejada dos males que sofriam. O movimento de hospedagem anual na referida localidade atinge cêrca de 9 000 pessoas. É o local de maior movimento do município.

Como monumento artístico anotamos a ponte do Itaíba. Acêrca da construção, o escritor Dr. Mário Melo faz a seguinte citação no livro "Pau d'Alho": "Possui ainda a cidade do Paudalho uma ponte, assentada sôbre fortíssimos pilares, a maior de quantas existem no interior do Estado. Está situada no lugar Itaíba — a "árvore da pedra", segundo Theodoro Sampaio. Tem 111 metros de comprimento. É do sistema "trailles", com pavimento de madeira. Estava por isso sempre a precisar de conserto, motivo por que o Dr. Manoel Borba, governador do Estado, acaba de abrir concorrência pública para retirar o lastro e fazê-lo de cimento-armado, com o que despenderá 56 contos de réis. A construção da ponte, orçada em 138:555$000, foi iniciada em 18 de maio de 1872, no govêrno Machado Portela, e terminada em 1876. O lastro de cimento-armado de que fala o historiador foi feito no ano de 1920".

"Sizenando Barreto Nabuco de Araújo — Filho do conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo e D. Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo, nasceu em Paudalho, a 16 de julho de 1842, foi bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Exerceu o cargo de promotor público, foi deputado à assembléia do Rio de Janeiro, e à assembléia geral de sua ex-província natal. Era o Dr. Sizenando Barreto Nabuco de Araújo irmão do inolvidável Dr. Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, o grande diplomata e impetérrito paladino da campanha abolicionista e um dos vultos mais notáveis e distintos do antigo regime. Herdeiro de um nome glorioso na política do segundo Reinado, talento robusto, grande orador, possuía qualidades que o faziam querido de quantos com êle comunicavam. Dedicado à literatura dramática, desde estudante em São Paulo, foi sócio do Instituto Dramático do Rio de Janeiro".

Atualmente Paudalho possui um filho — o Dr. Oscar Napoleão Carneiro da Silva — que por três legislaturas consecutivas vem representando o Estado na Câmara Federal.

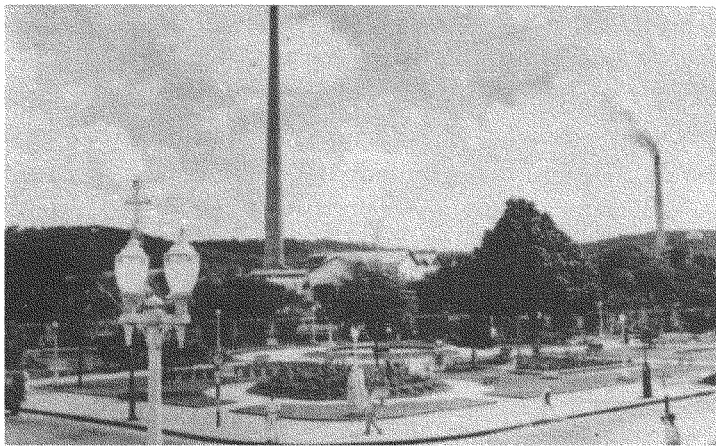
Presentemente estão em andamento no município os serviços para eletrificação pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

(Autor do histórico — Severino Soares de Araújo, A.E., com transcrições do livro "Paudalho", do Dr. Mário Melo, e citações do Dicionário Corográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

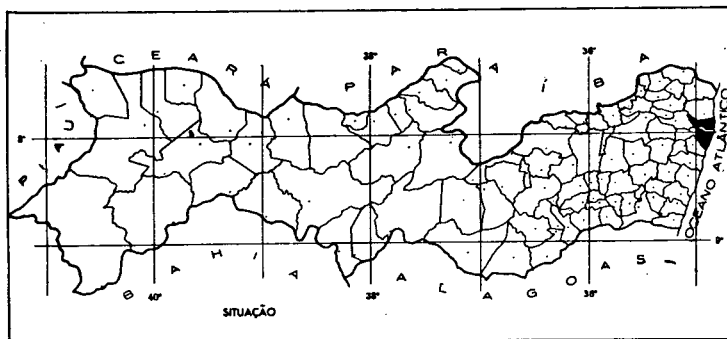
PAULISTA — PE

Mapa Municipal na pág. 189 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A expressão Paulista vem do engenho que pertencera, depois de 1689, ao mestre de campo Manuel Alves de Moraes Navarro, tomando de então por diante o nome de seu proprietário, que era natural da capitania de São Paulo, donde viera comandando um têrço de 1.ª linha para a guerra e conquista dos Palmares. É digno de menção o local porque, a 20 de maio de 1817, o padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, um dos vultos da revolução daquele ano, vendo a causa completamente perdida, suicidou-se. Sepultado o cadáver do infeliz padre na capela do engenho, diz monsenhor Muniz Tavares — "neste sacrosanto asilo da morte os esfaimados tigres não podendo beber-lhe o sangue, lançaram-se sôbre o cadáver; o desenterraram, o mutilaram, separaram a cabeça do tronco e com esta entraram exultantes no Recife. Depois de passearem pelas ruas, mostrando-a com escarneo, a depositaram no pelourinho por ordem de Rodrigo Lobo".

Vista da Rua Marechal Floriano, principal do Município.

Praça Dr. Agamemnon Magalhães.

Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31-III-1938, o município de Paulista é têrmo judiciário da comarca de Olinda e, como tal, continua na divisão estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9-XII-1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31-XII-1943, que estatuiu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente em 1944-1948, foi criada a comarca de Paulista, formada pelos têrmos de Paulista e Igaraçu, desmembrada, respectivamente, das comarcas de Olinda e Goiana. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 421, de 31-XII-1948, que estatuiu a nova divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, houve o desmembramento do têrmo de Igaraçu, que passou a ser sede de comarca. O município do Paulista compõe-se dos seguintes distritos: Paulista, Abreu e Lima, Paratibe, Praia da Conceição. Esta divisão continua em vigor, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953. O distrito de Paratibe foi criado pelo Decreto-lei municipal n.º 39, de 26-XI-1948.

LOCALIZAÇÃO — Servido exclusivamente por transporte rodoviário, situa-se o município, na Zona Litoral Mata, a uma distância em linha reta de 15 km, da capital do Estado, no rumo N.N.E. As coordenadas geográficas da sede municipal são: latitude Sul — 7º 57' 10"; Longitude W.Gr. — 34º 52' 00". Altitude — 330 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 31; das mínimas — 18 e média compensada — 24,5. Tipo de clima (As'1) Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no outono. Precipitação anual mais ou menos de 1 600 mm de altura total. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 212 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 48 103 habitantes, sendo 22 878 homens e 25 225 mulheres. A densidade demográfica corresponde a 226,9 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 43,6% da população.

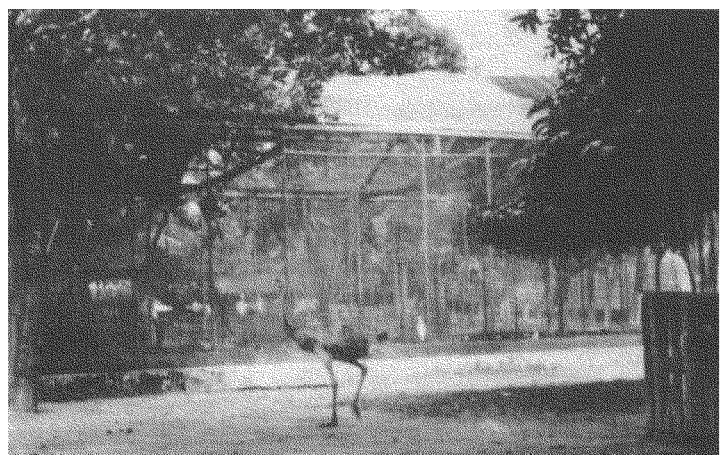
Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-7-1957: 55 503 pessoas.

Bairro residencial Presidente Vargas.

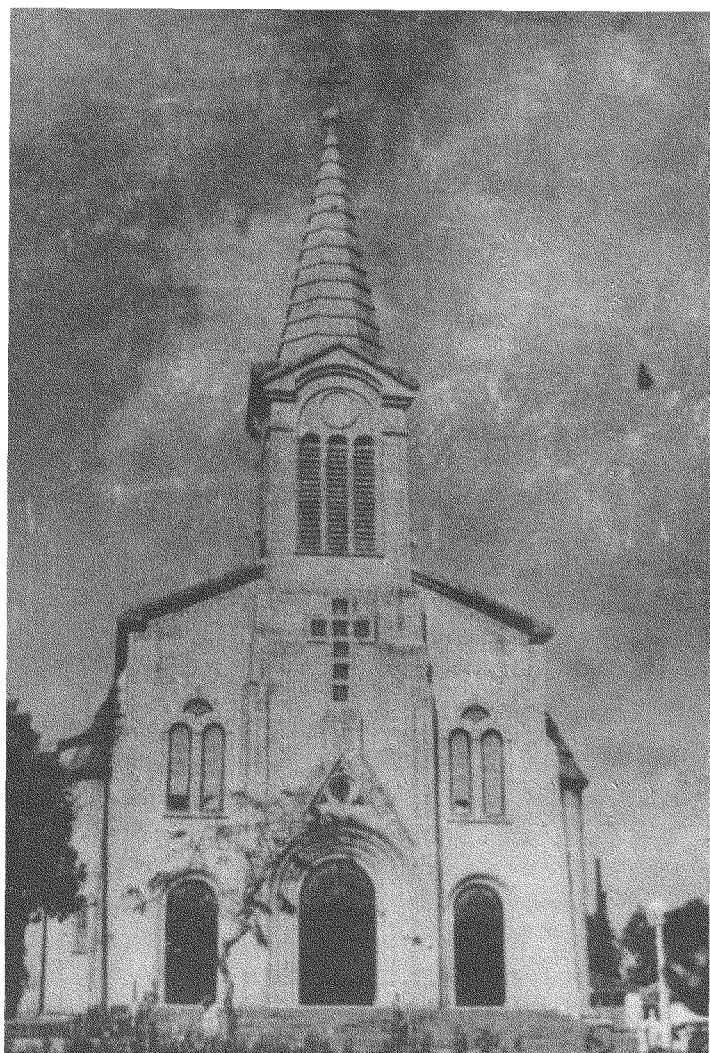
Aglomerações urbanas — Cidade de Paulista com 21 243 habitantes e as vilas de Abreu e Lima com 5 554, Paratibe com 5 609 e Praia da Conceição com 907 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 7% estão ocupados no ramo agricultura, pecuária e silvicultura; 35,8% na indústria, 3,1% no comércio; as demais na prestação de serviço, etc. A economia do município repousa na indústria. Côco (produção, em 1955, de 1 628 000 unidades, no valor de Cr$ 4 860,00), banana, mandioca, cana-de-açúcar, batata-doce, são as principais culturas agrícolas locais. Há 25 estabelecimentos industriais ocupando 11 912 pessoas. Entre êstes, destacam-se os estabelecimentos pertencentes à Companhia de Tecidos Paulista, como uma das maiores organizações no ramo, orgulho do parque industrial pernambucano.

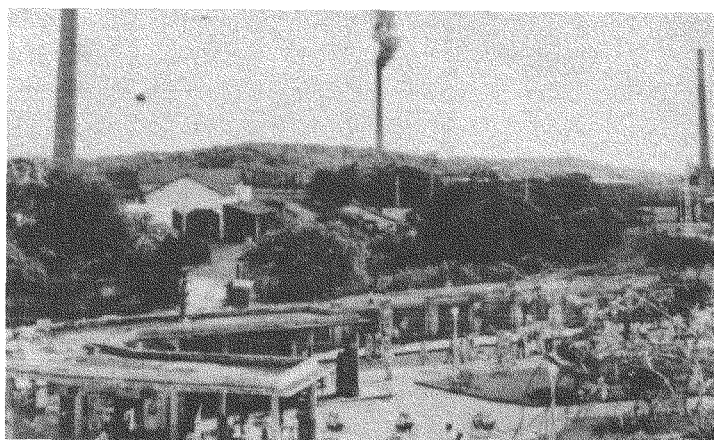
O volume e o valor da produção dos principais produtos industriais da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cal	Quilograma	8 700 000	9 275 432,00
Capachos fibra de côco	Dúzia	802	641 724,00
Cimento	Quilograma	153 024 000	148 486 838,00
Doces em geral	»	12 880	141 680,00
Móveis	Unidade	545	543 400,00
Pães e produtos de padaria	Quilograma	766 655	6 935 340,00
Tecidos de Algodão	Metro	38 777 349	352 988 299,00

Vista parcial do Jardim Zoobotânico.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Igaraçu (14 km), Olinda (10 km), São Lourenço da Mata (38 km) e Paudalho (16 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 15 km, por via rodoviária, da capital estadual.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial; há 5 estabelecimentos do comércio atacadista e 152 do varejista. Transacionam principalmente com o município do Recife. Não há agências bancárias.

Igreja Matriz de Santa Elizabeth.

ASPECTOS URBANOS — A área da cidade pavimentada a paralelepípedos é de 20%. Há 3 logradouros arborizados, 2 ajardinados e arborizados simultâneamente; em 1954 existiam 3 208 prédios nos quadros urbano e suburbano; contam-se 35 logradouros com iluminação pública e 335 ligações domiciliares; um regular serviço de abastecimento d'água canalizada; 2 cine-teatros e a agência postal-telegráfica. A Coletoria Estadual registrou no ano de 1956, 248 automóveis e 334 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município é assistido, médica e sanitàriamente pelo Sanatório Padre Antônio Manuel, destinado principalmente à cura dos leprosos, o Pôsto Municipal de Higiene, a Policlínica Ana Elizabet e a Unidade Sanitária do Paulista, mantida pelo Govêrno estadual. Conta ainda, com um médico, uma farmácia e um farmacêutico.

Vista da fábrica velha de tecidos.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 35,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 42 unidades do ensino primário fundamental comum, com 2 553 alunos matriculados, 13 do ensino supletivo, uma do industrial e 3 de outros ensinos.

OUTROS ASPECTOS — Não há jornais no município. A Biblioteca Silvino Lopes, com um acervo de 350 volumes, pode ser registrada.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	40 790	10 926	5 022	2 224	5 035
1951	38 604	15 541	5 059	2 574	5 066
1952	21 658	18 872	5 923	3 378	5 900
1953	29 624	24 738	7 552	4 356	7 305
1954	44 422	29 868	9 977	5 438	8 673
1955	61 309	41 327	11 894	8 370	11 324
1956 (1)	64 418	42 911	10 000	—	10 000

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Como monumento histórico, a "Fortaleza de Pau Amarelo", situada no distrito de Praia da Conceição, é digna de um registro especial. Segundo o Dicionário Corográfico e Histórico, de Sebastião V. Galvão, o forte foi mandado construir pelo rei de Portugal, em 1703. Apesar da ordem, sòmente em

Policlínica Ana Elizabeth.

Busto do industrial Frederico Lundgren.

1719 se deu comêço às obras de construção, que não foram concluídas, tendo-se trabalhado até 1738. No ano de 1808 projetou-se a sua reconstrução ou acabamento, nada ficando resolvido sôbre o advento. Atualmente, encontra-se em completa ruína.

Dentre os homens que mais se destacaram na vida municipal, o nome de Herman Lundgren, apesar de estrangeiro, deve ser lembrado, por ter sido êle a mola propulsora do progresso industrial da comuna. Aqui fundou a "Companhia de Tecidos Paulista", dominando econômicamente o município. Mesmo depois de morto, sua obra continuou, através dos seus descendentes, que não arrefeceram, ante os obstáculos que se lhes antepuseram. Hoje, Paulista é um importante parque industrial têxtil do nordeste, graças àquele que se chamou em vida Herman Lundgren.

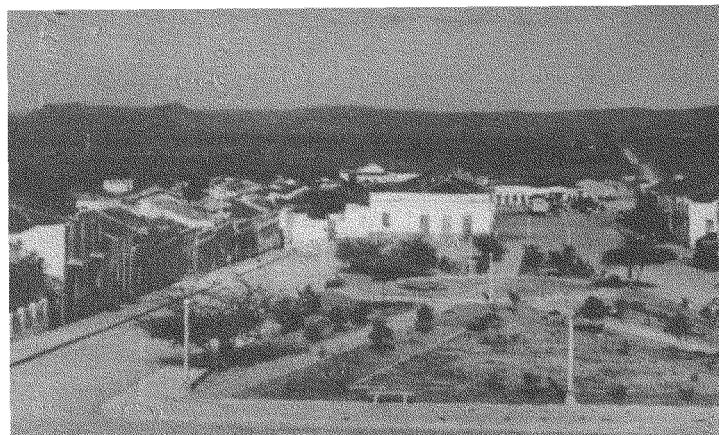
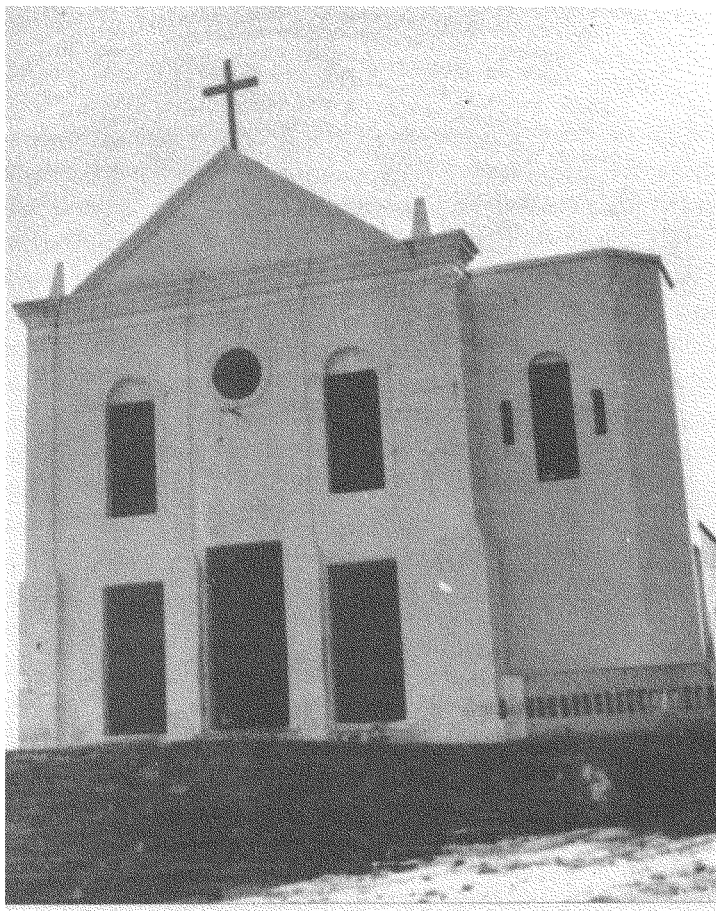
O número de eleitores inscritos atinge a casa de .... 13 834 sendo 9 os vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor José Firmo da Veiga.

(Autor do histórico — Sebastião de Vasconcelos Galvão ("Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico"); Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

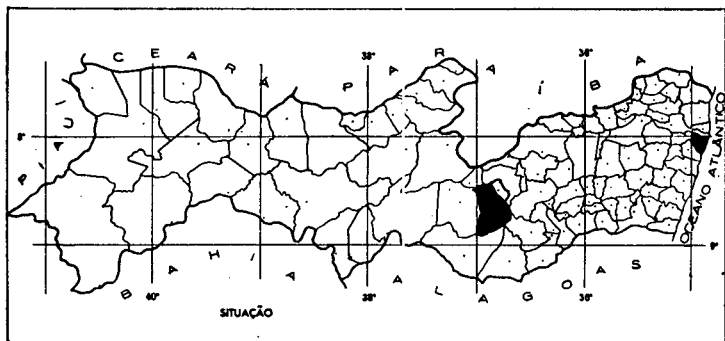
PEDRA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Conceição da Pedra foi o primeiro nome que recebeu o município da Pedra, na sua formação, pois há uma pedra colossal, maciça, de forma cônica, com .... 3 822 metros de circunferência, 600 de altura, constituindo uma beleza natural, daí a origem do nome. O local da vila foi, primitivamente, uma fazenda de gado, de propriedade do capitão-mor Manoel Leite da Silva, falecido em 1801. Levado êle por sentimentos religiosos, erigiu na fazenda uma capelinha de taipa, sob a inovação da Virgem da Conceição, dando como patrimônio daquele oráculo uma légua de terra em quadro. Depois de mais ou menos um século, em julho de 1875, foi reedificada a capela pelo venerando capuchinho húngaro, Frei Estevam Maria de Hungria, de saudosa memória, falecido na colônia Giquiçara, do Estado da Bahia, em 1 de maio de 1878. Foi criada a freguesia em virtude da Lei provincial n.º 561, de 6 de maio de 1863, sendo provida canônicamente por ato Diocesano, de 18 de março de 1867, e instalada aos 14 de julho do mesmo ano, pelo seu primeiro vigário, Padre Nuno Teodoro da Costa. Foi elevada à categoria de vila pela Lei provincial n.º 1 542, de 13 de maio de 1881, instalando-se a Câmara Municipal em 17 de agôsto de 1885. Em 1 de maio de 1893, constituiu-se como província autônoma. Foi desmembrado do município de Buíque quando teve sua autonomia e passou à categoria de cidade. O capitão-mor Manoel Leite veio das bandas de Penedo (Alagoas) e era descendente de pais portuguêses. Seu pai chamava-se Bento Leite Cavalcanti.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — De conformidade com os quadros de divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, e a divisão territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município da Pedra figura como têrmo judiciário da comarca de Arcoverde (ex-Rio Branco). Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca da Pedra com o seu têrmo judiciário único, desmembrado da comarca de Arcoverde (ex-Rio Branco). Distritos Componentes: Pedra (sede), Japecanga (ex-Cordeiro), Brotão, instalado ùltimamente, criado

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz da Imaculada Conceição.

pela Lei municipal n.º 64, de 21 de outubro de 1953 e instalado em 10 de maio de 1955; Tará (ex-Santo Antônio) e Venturosa (ex-Boa Sorte). Atualmente a comarca está lotada com um Juiz de Direito, um Promotor Público, dois Tabeliães e Escrivães do Crime e do Cível, um Oficial de Justiça, um Porteiro dos Auditórios, um Distribuidor, um Avaliador e um Contador e Partidor. De conformidade com a Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, nenhuma alteração foi feita na divisão territorial administrativa, continuando a mesma situação.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona do Sertão Baixo, numa altitude de 615 m, o município da Pedra dista da capital 234 km em linha reta, no rumo O.S.O. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8º 30' 15" de latitude Sul e 36º 53' 40" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Transição entre os tipos de clima *As'* e *Bsh* com predominância do segundo: semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 728 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, era de 18 375 habitantes, sendo 8 922 homens e 9 453 mulheres. A densidade demográfica corresponde a 25,2 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 12,3% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 21 202 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade da Pedra com 1 695 pessoas e as vilas de Japecanga (128), Tará (359) e Venturosa (826 habitantes).

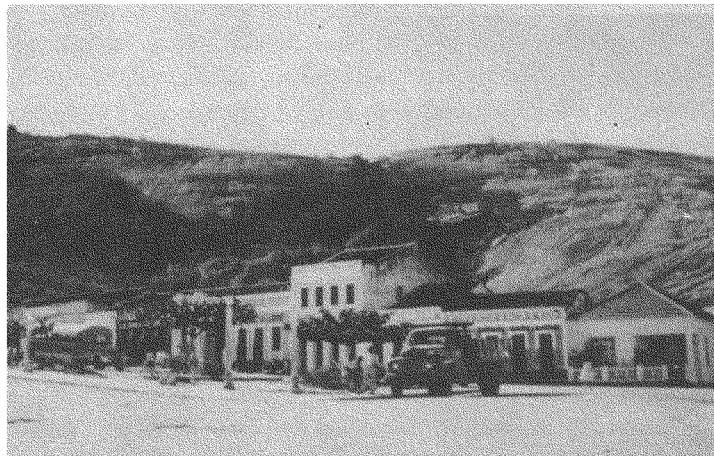
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 41,1% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura. Milho, feijão, algodão, mamona, mandioca e tomate são as principais culturas agrícolas. Há 21 estabelecimentos industriais que ocupam 64 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	32 000	4 160 000,00
Feijão	Saco 60 kg	8 500	1 530 000,00
Mamona	Quilograma	674 000	1 482 800,00
Mandioca	Tonelada	820	410 000,00
Milho	Saco 60 kg.	88 000	4 400 000,00
Tomate	Quilograma	4 250 000	3 825 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Arcoverde (20 km), Pesqueira (63 km), São Bento do Una (93 km), Águas Belas (72 km), Garanhuns (78 km), Buíque (44 km) e Alagoinha (30 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 301 km, por via rodoviária, da capital estadual, 289 km, misto (20 km por meio de rodovia até Arcoverde e daí 269 km por ferrovia) e ..... 234 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É insignificante o movimento comercial. Não há agências bancárias, contando-se duas cooperativas de crédito.

ASPECTOS URBANOS — A área da cidade pavimentada a paralelepípedos era, em 1956, de 4 854 m². Não existe abastecimento d'água canalizada no município. Havia 463 prédios em 1954 nos quadros urbano e suburbano da cida-

Praça Cel. José Diniz.

Grupo Escolar Amália Cavalcanti.

de; 12 logradouros servidos por iluminação pública e 121 ligações elétricas domiciliares; 3 hotéis sendo a diária mais comum de Cr$ 50,00; 1 cinema de modestos recursos. Na Coletoria Estadual estavam registrados (1956) 9 automóveis e 7 caminhões. Há ainda, a Agência dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada pela Maternidade da Pedra, com 24 leitos disponíveis, 1 Pôsto Estadual de Higiene. Estão em atividade 1 médico, 3 dentistas licenciados e 3 farmacêuticos, também licenciados. Há 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 65 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 480 alunos matriculados, e 8 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	...	521	184	555
1951	—	...	719	262	719
1952	—	671	952	358	952
1953	—	503	1 061	290	1 061
1954	—	676	1 006	338	1 006
1955	—	748	1 098	343	1 098
1956 (**)	—	1 017	960	284	950

(*) Não existe Coletoria Federal neste Município. — (**) Pelo orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Há dois acidentes geográficos no município, que pelas suas belezas naturais atraem a atenção do forasteiro; são êles: o Morro da Conceição, situado na encosta sul da cidade, e a Pedra Furada, localizada no Sítio Barbado. Esta pedra de grande beleza possui uma abertura na sua base, formando um arco de 40 metros, aproximadamente, que deu lugar a que lhe chamassem "Pedra Furada".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1956, havia 5 569 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor Manoel Pacheco Vaz.

(Autor do histórico — Esmerino Francisco da Silva; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

PESQUEIRA — PE

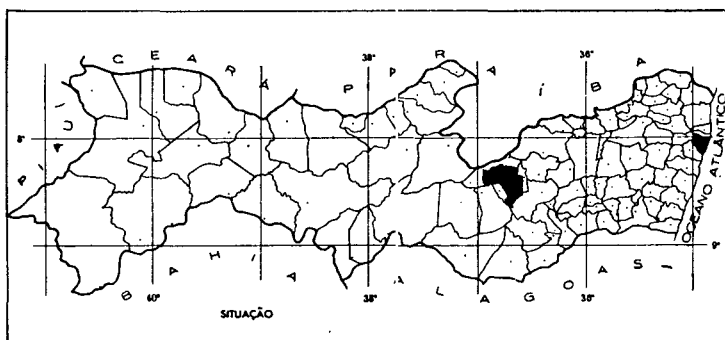
Mapa Municipal na pág. 561 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Data do século XVIII o desbravamento da região pelos portuguêses. O primitivo núcleo de colonização localizou-se na zona onde, mais tarde, haveria de surgir a Vila de Cimbres. Era o local, primitivamente, uma aldeia de índios Xucurus, da nação Tapuia, que dominavam tôda a região da serra do Ororubá, juntamente com os Paratiós, êstes últimos estabelecidos nos contrafortes da mesma serra. Com a penetração do elemento civilizado, surgiu a catequese dos silvícolas orientada pelos padres jesuítas, fato que determinou a construção não só de uma capela como de um convento. Inicialmente denominada Aldeia do Ororubá, em meados do século XVIII, tinha à sua frente um missionário da Ordem de São Felipe Neri e contava com cêrca de 700 almas. Em fins do mesmo século, estabeleceu-se no lugar denominado Jenipapo o português Antônio dos Santos Coelho da Silva, que atraiu para as redondezas outras famílias, originando-se novo núcleo populacional. Pelo ano de 1800 uma fazenda denominada Poço do Pesqueira ou da Pesqueira foi instalada, no local onde hoje se encontra a sede do município, por Manuel José de Siqueira, filho do português Pantaleão de Siqueira Barbosa e genro do primeiro colono Antônio dos Santos. Por Alvará de 3 de abril de 1762, o primeiro núcleo de população — Aldeia Ororubá — já agora com a denominação de Cimbres foi elevado à categoria de vila e sede do município do mesmo nome. A Carta régia de 27 de abril de 1786

Catedral de Santa Águeda.

Vista do Seminário Menor São José.

também se refere à criação da comuna com a denominação de Cimbres, cuja sede, em 1836, foi transferida para a povoação de Santa Águeda de Pesqueira, por efeito da Lei provincial n.º 20, de 13 de maio. O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 966, de 25 de julho de 1870. Em 1880, a Lei estadual n.º 1 484, de 20 de abril, concedeu foros de cidade à sede municipal, que passou a denominar-se Santa Águeda, nome que não se popularizou, visto que, em 3 de agôsto de 1893, o município foi oficialmente instalado com a denominação de Pesqueira, recebendo a sua sede o mesmo nome. De acôrdo com a nova divisão territorial fixada para o qüinqüênio 1954-1958, Pesqueira compõe-se de 5 distritos: sede, Cimbres, Mimoso, Mutuca (criado pela Lei municipal n.º 217, de 30 de agôsto de 1952, com território do distrito de Poção) e Salobro.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica do Agreste, na latitude Sul 8º 21' 51",3 e longitude W.Gr. 36º 42' 14'9, dista da capital do Estado, em linha reta, 204 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Semi-árido quente, compensado pela altitude, na faixa de transição climática dos tipos Bsh'i e As', com predominância do primeiro. O município está dentro do "Polígono das Sêcas". Com referência ao clima, veja-se a explicação em Afogados da Ingàzeira.

ÁREA — Totaliza 963 km² a área territorial do município.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 48 584 habitantes o total para Pesqueira, assim distribuída: sede, 23 259 pessoas. Vilas de Cimbres, 6 851; Mimoso, 3 523; Mutuca (àquela época: Poção), 10 852 e Salobro, 4 099 habitantes. Quadro rural: 32 286 pessoas.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 43 537 habitantes.

Vista parcial da cidade.

Aglomerações urbanas — Há no município 5 centros urbanos: sede, com 13 124 habitantes e as vilas de Cimbres,

Radiodifusora Municipal.

com 793; Mimoso, com 916; Mutuca (ex-Poção) com 1 174 e Salobro, com 291 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ocupando 32,8% das pessoas presentes, de 10 anos e mais (Censo de 1950), constitui a principal atividade econômica, seguindo-se-lhe a indústria e o comércio. Na agricultura, o volume e o valor das principais produções agrícolas de Pesqueira, no ano de 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (em cruzeiros)
Algodão	Quilograma	21 000	126 000
Banana	Cacho	32 400	97 200
Batata-doce	Tonelada	50	100 000
Café	Quilograma	21 000	471 800
Cana-de-açúcar	Tonelada	140	25 200
Côco-da-baía	Cento	90	29 250
Fava	Saco 60 kg	700	297 500
Feijão	» » »	23 000	17 250 000
Fumo	Quilograma	1 350	40 500
Laranja	Cento	1 600	48 000
Mandioca	Tonelada	2 100	1 260 000
Milho	Saco 60 kg	24 840	2 980 800
Tomate	Quilograma	40 000 000	24 000 000

As principais produções industriais, em ordem decrescente de valor, segundo dados do Departamento Estadual de Estatística para 1955, encontram-se no quadro a seguir.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR DA PRODUÇÃO (em cruzeiros)
Doces em geral	Quilograma	10 142 172	188 891 000
Latas de flandres em geral	Lata	3 451 996	41 284 000
Manteiga, queijo, etc.	Quilograma	320 390	12 009 000
Pães e produtos da padaria	»	819 624	10 509 000
Carne de bovino	»	189 815	5 624 000
Carne de suíno	»	121 026	2 533 000
Carne de caprino	»	98 736	1 894 000
Carne de ovino	»	83 754	1 533 000

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada às seguintes cidades: Arcoverde, 42 km por via rodoviária ou 41 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Poção, 26 km por ferrovia; Sanharó, 18 km por via rodoviária ou 17 km por ferrovia (R.F.N.); São Bento do Una, 38 km por via rodoviária; Alagoinha, 18 km, idem; Pedra, 62 km através de rodovia, e Monteiro, no Estado da Paraíba, ... 143 km através de rodovia. A comunicação com a capital do Estado é feita pela Rêde Ferroviária do Nordeste, ... 228 km e por via rodoviária, 242 km. Com a capital Federal a ligação é feita via Recife.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com uma agência bancária. O comércio local compreende 8 estabelecimentos do comércio atacadista e 228 do varejista — na sede. O intercâmbio comercial é mantido principalmente com as praças do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Ferragens, medicamentos, tecidos, máquinas, farinha de trigo, etc. são importados pelo comércio local.

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade de Pesqueira com todos os melhoramentos urbanos: calçamento, água, luz e telefone. Três praças, 8 ruas e duas avenidas são calçadas a parelelepípedos, totalizando 22 515 m². O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. O número de aparelhos telefônicos é de 173. Há 907 residências servidas pelo abastecimento d'água e 1 717 ligações elétricas. Em julho de 1956 o município passou a receber energia elétrica da Cia. Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Encontram-se registrados na Coletoria Estadual 60 automóveis e 176 caminhões. Existem 4 hotéis e duas pensões na sede municipal, sendo a diária comum em hotel de nível médio de Cr$ 100,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município o Hospital Regional de Pesqueira, com maternidade anexa, abrangendo as clínicas médica, cirúrgica e obstétrica, com 100 leitos disponíveis. Há ainda o Dispensário dos Pobres de Pesqueira, a Assistência Social Santa Isabel e a Sociedade de São Vicente de Paula de Pesqueira.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, 5 380 homens e 5 429 mulheres são alfabetizados, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Há no município uma unidade do ensino pré-primário, 101 do ensino primário fundamental comum, com 3 978 alunos matriculados, 6 do ensino supletivo, duas do secundário e uma do pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Pesqueira conta com 4 bibliotecas: Biblioteca Pública Municipal, com 5 800 volumes, Biblioteca da Ordem 3.ª de S. Francisco — particular — com 300 volumes, Biblioteca das Filhas de Maria da Catedral, com 400 volumes e a Biblioteca do Convento de S. Francisco, com 3 000 volumes. Cinco periódicos circulam na cidade: 1 semanário, três quinzenais e 1 mensário. Uma rádioemissora e 1 cinema na sede municipal, bem como 3 tipografias completam os melhoramentos locais.

Convento Franciscano.

Fachada do prédio das indústrias alimentícias Carlos de Brito S.A. (Fábricas Peixe).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	9 798	5 253	3 182	1 963	3 069
1951	10 845	7 706	3 617	2 596	3 754
1952	11 500	9 189	4 338	3 003	4 448
1953	15 932	9 761	4 866	3 319	5 580
1954	17 844	12 073	5 768	4 029	5 777
1955	19 868	13 759	5 888	4 132	6 367
1956	26 484	16 982	5 300	3 564	(1)

(1) Orçamento.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São várias as festas populares de Pesqueira, podendo salientar-se a da Padroeira da cidade — Santa Águeda — que atrai grande número de pessoas não só para os ritos litúrgicos como para os folguedos mundanos realizados na mesma época, tais como carrosséis, barracas de prendas, etc. O carnaval, São João, São Pedro e Ano Novo têm também grande movimentação. Vale salientar, na vila de Cimbres, a tìpicamente regional "Dança do Toré", realizada pelos remanescentes dos índios Xucurus. Os caboclos vêm à rua e aí realizam a dança que consiste em um batido cadenciado dos pés, empunhando cada participante um bastão próprio para, no mesmo ritmo, acompanhar o movimento dos pés realizando movimentos corográficos com o corpo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os pesqueirenses são servidos por 8 médicos, 3 advogados, 7 dentistas, 1 farmacêutico, 4 agrônomos e 3 veterinários. O Govêrno Federal mantém no município um campo agrícola experimental. Na vila de Cimbres encontra-se o edifício da antiga Câmara de Cimbres, considerado monumento histórico. Em eleições populares são eleitos 9 vereadores e o prefeito, sendo o atual o Senhor Manoel Tenório de Brito.

(Redação final — Jenílio Gueiros — Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

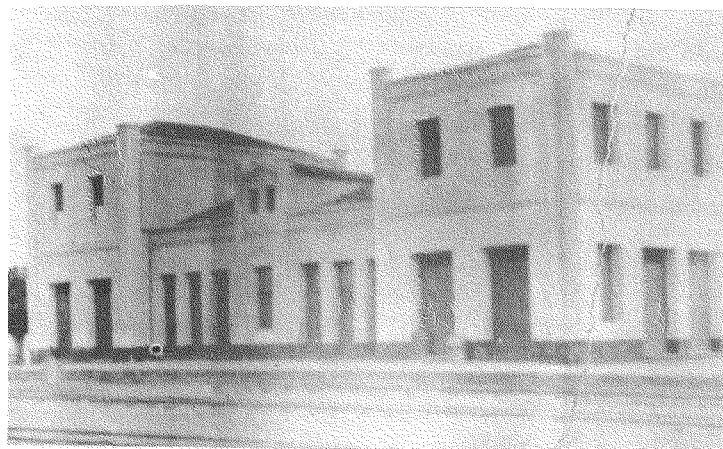
PETROLÂNDIA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Antes da construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso, Petrolândia era um simples bebedouro dos gados que pastavam nas proximidades, freqüentado apenas por vaqueiros, à procura de alguma rês para tratamento, para a venda ou para o corte. Um frondoso jatobàzeiro existente junto ao bebedouro deu nome ao local — Bebedouro de Jatobá. Com a aproximação da estrada de ferro, a primeira que invadia o sertão pernambucano numa promessa de progresso e civilização, as construções tiveram início. Em 1883, quando a via férrea atingia o local, já várias casas estavam construídas, inclusive as destinadas aos administradores e funcionários que nela trabalhavam. O engenheiro Eduardo Morais, um dos chefes da construção da ferrovia, prevendo que a cidade alcançaria desenvolvimento incomum, organizou um plano de expansão, abrangendo, conforme a planta respectiva, uma área de cêrca de 4 quilômetros em quadro. As primeiras construções obedeceram ao plano traçado, mas as autoridades na época não tomaram providências, para evitar que os construtores o burlassem e em conseqüência as ruas se estenderam conforme pensamento dos interessados. Ao atingir a estrada de ferro, em 1883, a localidade, esta desenvolveu-se ràpidamente e o comércio tornou-se o mais florescente do sertão. O meio social aprimorou-se com os elementos de destaque pela cultura vindos de fora para os serviços da via férrea. Como resultante, em 1887, a sede do município que era Tacaratu foi transferida pela Lei provincial número 1 885, de 1 de maio, para a então povoação de Jatobá, que, por efeito da Lei estadual n.º 991, de 1 de julho de 1909, foi elevada à categoria de cidade. Com as lutas provocadas pelos Cavalcanti, Mororós, e a construção das estradas de ferro Rio—Pirapora, Salvador—Juàzeiro da Bahia e a ligação fluvial entre as cidades de Pirapora e Juàzeiro, o comércio de Jatobá que era feito por meio de barcaças com os estados da Bahia e Minas Gerais, decresceu e se foi acentuando a decadência da cidade. Em 1906 o rio São Francisco transbordou e invadiu a cidade, destruindo 48 casas; em 1919 repetiu-se o fenômeno destruindo 22 e arruinando 19. Em razão dêsses desastres, as construções deslocaram-se para parte mais alta. A cidade continuava em estado de grande decadência, quando, em 1923, a firma Brandão Cavalcanti Ltda., do Recife, apresentou uma proposta ao Governador do Estado, Dr. Sérgio Loreto, para o aproveitamento da Cachoeira de Itaparica. O plano tinha grande alcance: irrigação do vale do São Francisco, fundação de colônias agrícolas, cultivo intenso e extenso de algodão e fornecimento de energia do Recife. A proposta foi debatida e posta à margem como irrealizável. A firma, no entanto, fêz aquisição de terra na Cachoeira e no lugar denominado Barreiras, além de um grande prédio

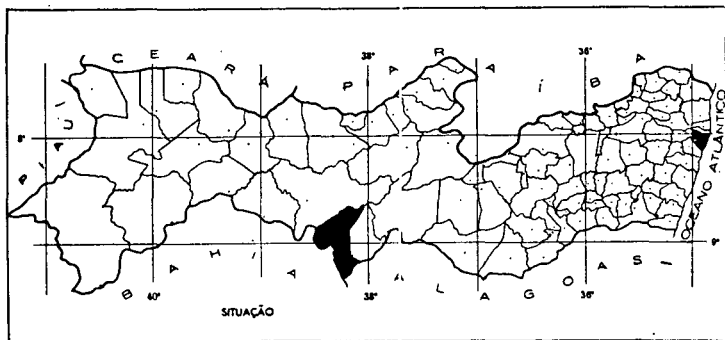
Rua D. Pedro II, principal da cidade.

que servira de sede às oficinas da Estrada de Ferro Paulo Afonso e comprou um motor de 400 H.P. de fôrça para instalar na Cachoeira. Faltando-lhes porém os recursos necessários, vendeu o seu acervo a outra firma pernambucana, que organizou a Cia. Agrícola e Pastoril do S. Francisco, no propósito de continuar a obra iniciada pela emprêsa antecessora. A São Francisco quase concluiu as obras de instalação de uma turbina de 1 000 H.P. e cercou tôdas as suas terras, mas os seus recursos esgotaram-se; assim, antes da conclusão das obras, transferiu seu acervo ao Ministério da Agricultura. Êste fundou o Núcleo Colonial Agroindustrial São Francisco, que ainda está funcionando e vem prestando relevantes serviços ao progresso da cidade. Antes que a São Francisco houvesse desenvolvido as suas atividades, que resultaram em grande incremento ao comércio e às construções residenciais, a sede municipal foi transferida para Tacaratu, pela Lei estadual n.º 1 933, de 11 de setembro de 1928, compondo-se o município de três distritos: Tacaratu, Jatobá e Moxotó. Pela Lei n.º 12, de 11 de setembro de 1935, a Vila de Jatobá passou a denominar-se Itaparica e com esta denominação figurou no quadro da divisão territorial de 31-XII-1937 e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, continuando o município a compor-se dos mesmos três distritos referidos, modificados os nomes dos de Jatobá e Moxotó, que passaram a denominar-se Volta. Pelo Decreto-lei estadual número 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão para

Igreja de São Francisco de Assis.

Estação da Rêde Ferroviária do Nordeste.

o qüinqüênio 1939-1943, Itaparica adquiriu novamente foros de cidade, passando o município a ter a mesma denominação, com os mesmos distritos: Itaparica, Tacaratu e Volta. O Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, deu novas divisas aos distritos Itaparica e Tacaratu. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, Itaparica passou a denominar-se Petrolândia, continuando porém a formar-se dos distritos de Petrolândia (ex-Itaparica), Tacaratu e Volta. Pela Lei municipal n.º 90, de 15 de agôsto de 1953, foi desmembrado do município o distrito de Tacaratu, para constituição do município de igual nome, ficando Petrolândia com dois distritos: Petrolândia e Volta. Em pesquisas que fizemos, não encontramos a Lei que fêz da sede do município de Tacaratu a que pertencia a atual cidade de Petrolândia sede de comarca, mas nos livros antigos existentes no arquivo do cartório local, encontramos têrmos diversos de audiências realizadas em 1854, em que Tacaratu figura como têrmo da comarca de Flôres. Já em 1864 Tacaratu se apresenta como têrmo e sede da comarca de igual nome e esta situação perdurou até 1904, quando várias comarcas no Estado foram extintas e postos em disponibilidade os respectivos Juízes de Direito. Em conseqüência, Tacaratu passou a ser têrmo da comarca de Floresta. Em 1922 a comarca de Tacaratu foi restaurada, continuando a Vila de Jatobá, atualmente Petrolândia, a ser a sede do município. Novamente extinta a comarca, segundo anotações em 1931 até a divisão territorial, para o qüinqüênio 1939-1943, a sede do município já é Itaparica e continua como têrmo judiciário da comarca de Floresta. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de Itaparica passou a chamar-se Petrolândia. Ainda pelo citado Decreto-lei foi criada a comarca de Petrolândia, constituída pelo têrmo de idêntico topônimo, desligado da comarca da Floresta. Pela Lei n.º 1 819, Petrolândia é sede de comarca do mesmo nome com o distrito de Volta.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Petrolândia está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a qual liga a cidade à de Piranhas — AL, numa extensão de

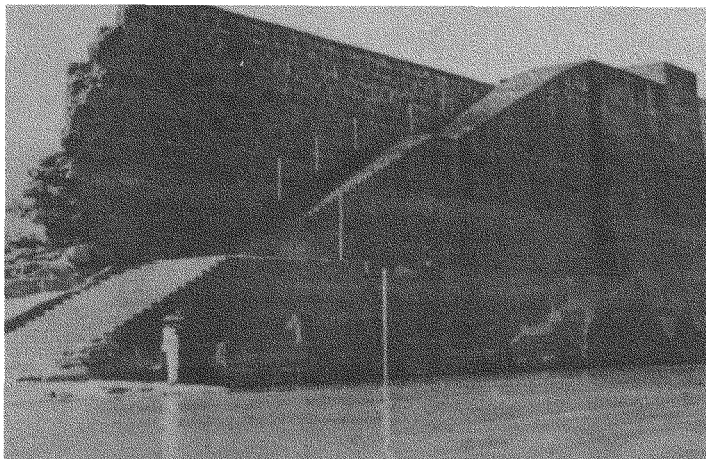
115 quilômetros. Dista 270 quilômetros da capital do Estado em linha reta e pertence à Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. As coordenadas geográficas do município são: 90° 04' 08",8 de latitude Sul e 38° 18' 50",7 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Temperatura em graus centígrados; média das máximas: 28,9; das mínimas: 22,9 e compensada: 27,5. Precipitação no ano, altura total 583,7mm. Tipo de clima: BSHw; semi-árido quente. O município situa-se no "Polígono das Sêcas" e é banhado pelo rio São Francisco.

(Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É de 1 311 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, é de 8 506 habitantes, sendo 4 058 homens e 4 448 mulheres. A densidade demográfica é de 6,4 habitantes por quilômetro quadrado; residem no quadro urbano 21,9% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para 1.°-VII-1957, 9 815 pessoas.

Vista do cais D. Pedro II.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Cidade de Petrolândia, com 1 971, e vila de Volta, com 272 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 34% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Feijão, milho, mandioca e algodão representam as principais culturas agrícolas. Há 19 estabelecimentos industriais ocupando 64 pessoas. Como aspectos econômicos, o Núcleo Colonial de Petrolândia e o Pôsto Agrícola de São Francisco têm possibilidades de

Cultura de coqueiro com irrigação e cobertura do solo com ervas para contrôle da erosão e produção de húmus.

grande desenvolvimento, sendo que o primeiro vem prestando importante ajuda à cidade e ao comércio local.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão................	Arrôba	260 000	84 000,00
Feijão..................	Saco 60 kg	2 800	672 000,00
Mandioca...............	Tonelada	995	318 400,00
Milho....................	Saco 60 kg	800	72 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Petrolândia está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Floresta (72 km), Tacaratu (23 km), Santo Antônio da Glória — BA (18 km), Delmiro Gouveia — AL (61 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 423 km, por via rodoviária, da capital estadual, e a 411 km, por via mista (142 km, por meio de rodovia, até Arcoverde e daí 269 km por ferrovia) e 395 km por via aérea. Possui 1 campo de pouso e uma pista no Pôsto Agrícola do São Francisco, ambos do Ministério da Viação e Obras Públicas.

COMÉRCIO E BANCOS — Pequeno é o movimento comercial, com apenas 20 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Dos 27 logradouros existentes, 3 são pavimentados e 4 arborizados. Possui iluminação pública e domiciliária, tendo a produção de energia elétrica em 1956 totalizado 738 395 kW. A sede do município é servida por uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e mais uma Agência da Rêde

Pomar de citrus.

Ferroviária do Nordeste que se estende também ao distrito de Volta. Entre outros melhoramentos citam-se 1 hotel, 4 pensões, 1 cinema — o Cine Petrolândia, com lotação para 200 pessoas. Os veículos registrados na Prefeitura são 3 automóveis, 2 jipes, 7 camionetas e 14 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam por alguma forma serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: Hospital Regional de Petrolândia, mantido pelo Núcleo Colonial, com 16 leitos; Pôsto Federal de Tracoma, mantido pelo Govêrno Federal, além de 1 pôsto de Higiene; 1 médico e 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 52% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 35 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 062 alunos matriculados, e duas do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (1)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	818	500	183	328
1951.......	—	1 527	667	230	667
1952.......	—	1 500	760	269	452
1953.......	—	1 717	1 130	306	1 094
1954.......	—	1 805	711	144	421
1955.......	—	1 452	877	184	808
1956 (2)...	—	2 048	920	186	920

(1) Não tendo êste município Coletoria Federal, estando subordinado à de Floresta, alegou o coletor não ser possível fornecer a renda nêle arrecadada visto ser a mesma englobada com as dos demais municípios da região da jurisdição de Floresta. — (2) Orçamento.

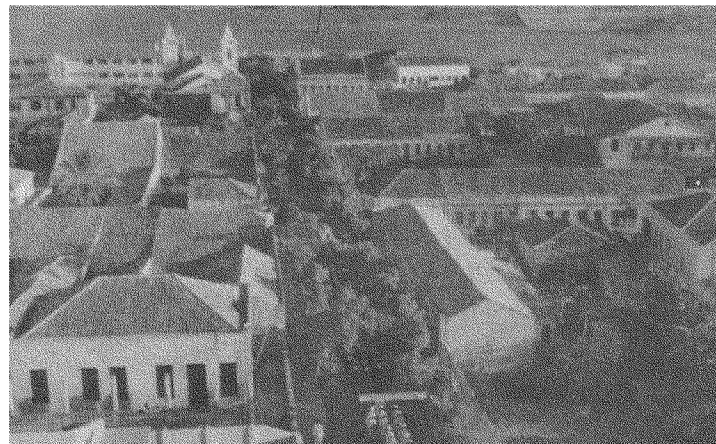
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O rio São Francisco banha o município, desde a bacia do rio dos Mandantes. A cachoeira de Itaparica, a 2 quilômetros da cidade, entre Pernambuco e Bahia. A sua maior catadupa tem 32 palmos de altura perpendicular, segundo o engenheiro Halfred, fronteira ao pico da serra de Itaparica, margem direita (Bahia), e o serrote Brejinho, margem esquerda (Pernambuco); ela despenha-se, conforme o mesmo Halfred, com estrondo de trovão para o abismo que a recebe, e bate quase em ângulo reto contra os rochedos de granito, de que se compõe a margem esquerda na parte inferior do seu leito, lançando altas colunas d'água espumante para os ares. Tôdas as cataratas desta cachoeira, juntas, têm 77 palmos e cinco polegadas de altura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Compõem o Legislativo da cidade 9 vereadores, sendo 2 058 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Amaro José da Silva.

(Autor do histórico — Luiz Barbosa Lima — A.E.; Redação final — Stella Barros de Oliveira; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Dicionário Corográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco, de A. V. Galvão, e o Departamento Estadual de Estatística.)

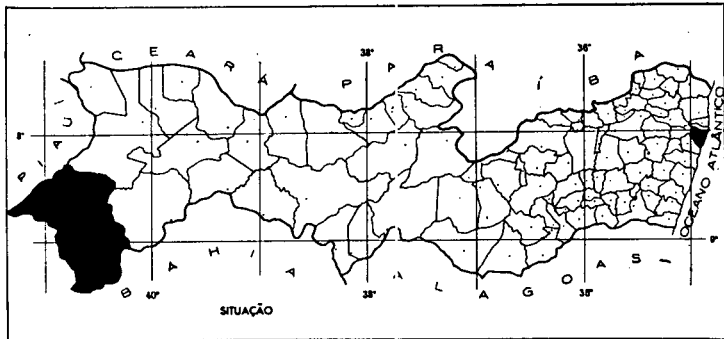
PETROLINA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1840, Petrolina ainda não era povoado e se chamava "Passagem do Juàzeiro", porque era neste ponto que os viajantes de Ouricuri, dos sertões do Piauí e do Ceará e mesmo de Pernambuco faziam a travessia do rio São Francisco para o Estado da Bahia, no ponto fronteiro à atual cidade de Juàzeiro. O capuchinho italiano, frei Henrique, abrindo aí prédicas missionárias, a pedido do então vigário da Boa Vista, padre Manoel Joaquim da Silva, tratou, em 1858, de erigir uma capela no local. Sendo feita a bênção do sítio, assentou-se a primeira pedra para a construção de uma igreja, da qual foi escolhida padroeira Santa Maria Rainha dos Anjos. A igreja ficou definitivamente pronta, sòmente em 1860. Então iniciou-se aí o povoamento da região e, em breve, um florescente município erguia-se no local. Como em vista da extensão do território, demasiado penoso se tornasse para o pároco o cumprimento dos seus deveres, êste, ainda vigário da Boa Vista, solicitou do diocesano, então D. João da Purificação Marques Perdigão, que ficasse dividida a freguesia, constituindo-se outra. O Bispo, muito solícito, apresentou a reclamação à Assembléia da Província, que o atendeu, e pela Lei n.º 530, de 7 de junho de 1862, foi Petrolina elevada à categoria de freguesia, denominação esta (Petrolina) em homenagem ao imperador D. Pedro II, que ocupava, então, o trono do Brasil.

Vista aérea parcial da cidade.

Petrolina foi suprimido pela Lei provincial n.º 601, de 13 de maio de 1864, e restaurado pela de n.º 921, de 18 de maio de 1870. A sua reinstalação ocorreu a 24 de outubro do mesmo ano. Foi município autônomo a 25 de abril de 1893, sendo o seu primeiro Prefeito o tenente-coronel Manoel Francisco de Sòuza Júnior. A Lei n.º 921, de 18 de maio de 1870, elevou Petrolina à categoria de vila, que foi instalada a 18 de agôsto do mesmo ano. Pela Lei n.º 130, de 28 de julho de 1895, foi Petrolina elevada à categoria de cidade, sendo instalada a 21 de setembro do mesmo ano. A Lei n.º 1 444, de 5 de junho de 1879, criou a comarca de Petrolina, que foi instalada a 1.º de outubro de 1881 pelo seu primeiro Juiz, Dr. Manoel Barreto Dantas. A Lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, nenhuma modificação introduziu na divisão judiciário-administrativa.

LOCALIZAÇÃO — Situada à margem esquerda do rio São Francisco, o município é cortado pela estrada da "Via-

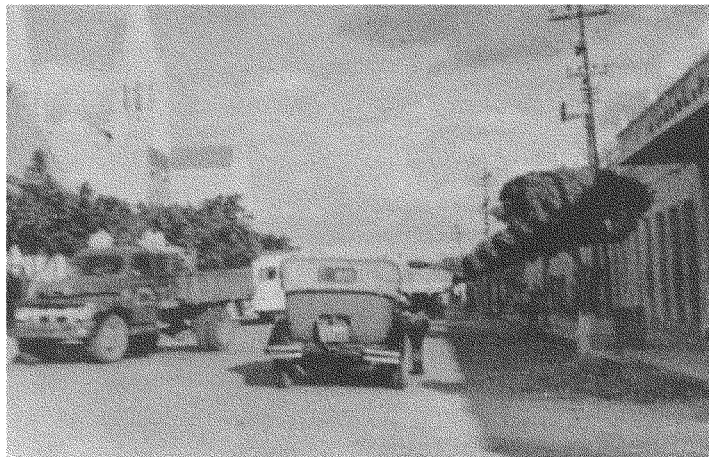
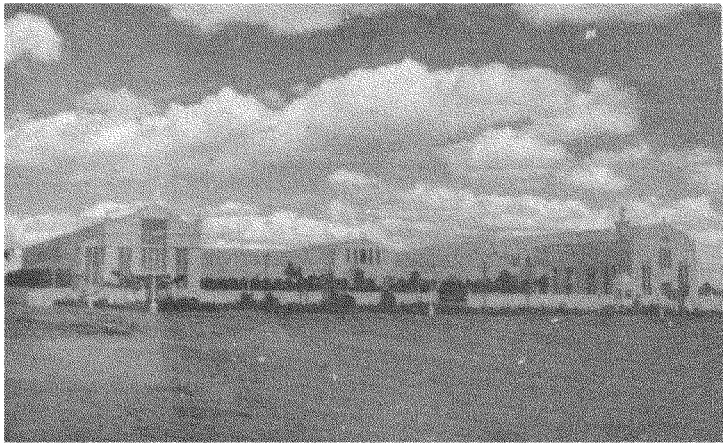
ção Férrea Federal Leste Brasileiro" que, num percurso de 204 km, liga-o à cidade piauiense de Paulistana. Dista da capital do Estado, em linha reta, 637 km, no rumo O.S.O., e está a uma altitude de 377 m. Coordenadas geográficas: 9° 23' 53",9 de latitude Sul e 40° 29' 56",6 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bshw': Semi-árido quente. O município é banhado pelo São Francisco e está compreendido no "Polígono das Sêcas". Precipitação pluviométrica anual: 399,6 mm. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 7 862 quilômetros quadrados.

Catedral de Petrolina.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, era de 27 330 habitantes, sendo 13 228 homens e 14 102 mulheres. A densidade demográfica corresponde a 3,4 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 27,3% da população.

Município — estimativa do D.E.E. para 1.°-VII-957: 31 534 pessoas.

Aspecto parcial da Rua Conselheiro Luiz Felipe.

Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Aglomerações urbanas — Cidade de Petrolina, com 7 478 habitantes, e as vilas de Afrânio, com 614, e Rajada, com 138.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 29,1% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 3,3% na indústria e as demais no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Cana-de-açúcar, mandioca, mamona, algodão, feijão, milho e batata-doce são as principais culturas agrícolas. Há 21 estabelecimentos industriais que ocupam 145 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRÔDUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	279 000	2 040 000,00
Batata-doce	Tonelada	480	1 056 000,00
Feijão	Saco 60 kg	1 200	216 000,00
Mandioca (raiz)	Tonelada	2 200	1 100 000,00
Mamona	Quilograma	1 540 000	4 312 000,00

Praça D. Malan.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital estadual e mais aos seguintes municípios: Ouricuri (221 km), Santa Maria da Boa Vista (135 km), Paulistana — PI (204 km), Casa Nova — BA (83 km) e Juàzeiro — BA (1 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 743 km, por via rodoviária, da capital estadual e 637 km por via aérea. A comuna possui um aeroporto com pista cimentada, de grandes proporções (2 000 x 40 m) e uma estação para passageiros, que ainda não foi entregue ao uso público. Petrolina está ligada aos extremos norte e sul do país, sendo servida não só pelo

correio aéreo militar, como também por companhias de navegação aérea (Cruzeiro do Sul, Real-Aerovias-Nacional). Transitam pelo aeroporto, diàriamente, 3 aviões comerciais.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem desenvolvido o comércio, com 6 estabelecimentos do comércio atacadista e 115 do varejista e uma agência bancária. Além das localidades vizinhas, o comércio de Petrolina mantém acentuadas relações com as praças do Recife, Salvador, São Paulo, Rio e até com algumas estrangeiras.

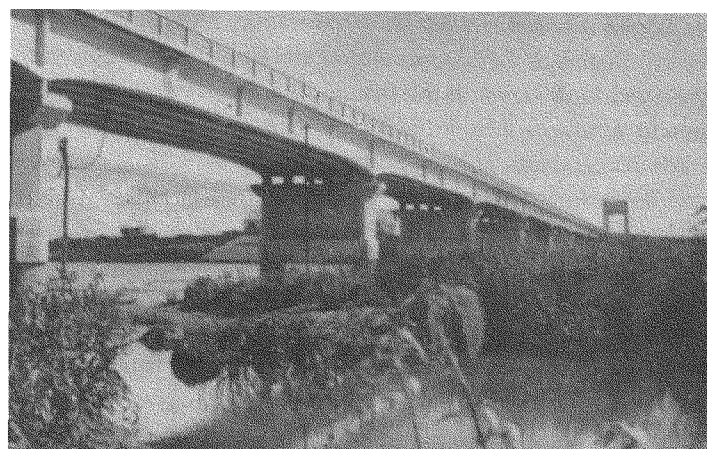
ASPECTOS URBANOS — Conta Petrolina com 13 ruas inteiramente calçadas a paralelepípedos, uma a pedras irregulares e 6 apenas parcialmente pavimentadas; 9 arborizadas e uma ajardinada; 2 219 prédios (1954) existentes nos quadros urbano e suburbano, 463 domicílios servidos por abastecimento d'água, 735 ligações elétricas domiciliares, 12 pensões com diária média de Cr$ 80,00, 1 cine-teatro, Agência dos Correios e Telégrafos, etc. Na Prefeitura Municipal estavam registrados, em 1956, 16 automóveis e 62 caminhões.

Palácio Episcopal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Hospital "D. Malan", mantido pelo govêrno do Estado, com 38 leitos disponíveis, é o principal estabelecimento do município. Citam-se ainda Unidade Sanitária de Petrolina, Pôsto Nacional de Malária e Centro Social XI, 3 farmácias, dois farmacêuticos, 6 médicos e 4 dentistas assistem médica e sanitàriamente, o município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 34% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 5 unidades do ensino primário, 91 do ensino fundamental comum, com 2 266 alunos matriculados, 57 do ensino supletivo, duas do secundário, duas do industrial, uma do artístico e uma do pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade 2 periódicos: "O Farol", semanário noticioso e de interêsses regionais, e "O Sertão", semanário político e religioso. As seguintes bibliotecas, tôdas elas particulares: "Rui Barbosa", destinada ao público, com cêrca de 2 500 volumes, sôbre variados assuntos; "Amélia Rodrigues", destinada sòmente às alunas e ex-alunas do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, com cêrca de 2 000 volumes sôbre assuntos religiosos; "Biblioteca da Ação Católica", destinada aos membros daquela instituição (Ação Católica), com, aproximadamente 500 volumes sôbre o tema religioso.

Vista parcial da ponte rodoferroviária, entre Petrolina e a Ilha do Fogo

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	660	1 705	1 247	571	1 100
1951	1 174	2 513	1 310	671	1 441
1952	1 134	2 851	1 246	477	1 301
1953	700	2 982	1 622	581	1 651
1954	1 121	3 134	1 793	601	1 301
1955	1 227	5 422	2 379	874	2 500
1956 (*)	2 400	7 159	4 041	1 227	3 577

(*) Os dados constantes do quadro acima registram o movimento realizado até 30 de novembro de 1956.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Banhado por um dos mais importantes rios brasileiros, o São Francisco, assenta-se o município sôbre uma planície arenosa, nada mais de importante havendo neste particular.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Realiza-se anualmente na cidade de Petrolina a tradicional festa dos vaqueiros. Nesta ocasião, vaqueiros dêste e de outros municípios, envergando os seus trajos característicos, tomam parte em animadas competições.

Petrolina, como tôda a região sertaneja, sofre as duras conseqüências das longas estiadas. Contudo, há para êste município uma grande esperança. A irrigação começa a se desenvolver e, sem dúvida, trará uma nova era de prosperidade, num futuro não muito distante. Existe na comuna um pôsto de colonização bem instalado, empreendimento levado a efeito por D. Avelar Brandão Vilela, Bispo da Diocese, e que vem dando bom resultado, em que pesem algumas dificuldades

Vista parcial da cidade.

Além da igreja Matriz, velho templo dedicado à padroeira da freguesia Nossa Senhora Rainha dos Anjos, possui esta cidade um importante templo, a Catedral, que, encravada em uma região pobre, é, por isso mesmo, objeto de admiração para quantos visitam esta cidade, pois constitui, de fato, um marco de grandeza que atesta a fé dominante em nosso povo. É, sem favor, uma obra imponente. O município é sede de Bispado.

Três engenheiros, 1 advogado e 1 agrônomo exercem as suas atividades profissionais em Petrolina. Havia 10 007 eleitores (1956) inscritos e 8 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor José de Souza Coelho.

(Autor do histórico — Moisés Barbosa da Silva; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

POÇÃO — PE

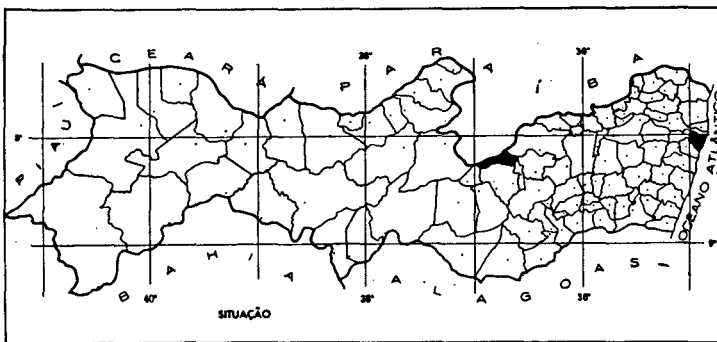
Mapa Municipal na pág. 547 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Situado o município na chapada da serra do Acaí, à margem direita do riacho Gangorra, o nome de Poção teve a sua origem nas grandes matas e capoeiras da região onde existe uma cavidade profunda nas proximidades do Gangorra e do Quati. A antiga povoação foi fundada em 1871 pelo padre Dr. Estanislau Ferreira de Carvalho. Naquela época, as terras da localidade pertenciam a Francisco Bezerra, a quem coube a iniciativa de construir a primeira casa (de taipa coberta de palha) próxima à cavidade aludida. Ainda no mesmo ano, em terreno doado pelo dito senhor e por iniciativa do padre Dr. Estanislau, foi construída a capelinha destinada a Nossa Senhora das Dores, sendo inaugurada a 8 de setembro, pelo vigário Décio Nunes da Silva. A referida capelinha, por ordem do Bispo diocesano, foi vendida em 1924 para ser transformada em casa residencial. Em 1935, essa casa foi novamente vendida, passando a ser uma igreja protestante até o ano de 1936. Atualmente, é utilizada para os trabalhos do Forum e da Câmara Municipal. A primeira escola funcionou, ainda, no ano de 1871, no prédio onde hoje está instalada a Prefeitura Municipal de Poção, sendo Rita Lopes Ventura a primeira professôra do lugar. Coube ao português José Leitão e ao pernambucano capitão Malaquias Batista iniciarem o comércio e a indústria locais, respectivamente.

Aspecto do local do poço, que deu origem ao nome do município.

Vista da Praça Monsenhor Estanislau.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Em 1890, o município passou à povoação, isso até 1902. Em 1903, elevou-se à categoria de vila, até 28 de dezembro de 1953. Em 1911, época da Divisão Administrativa do município de Pesqueira, foi considerado Poção 3.º distrito daquele município. Na gestão do então Prefeito de Pesqueira, tenente Dorgival de Oliveira Galindo, em 1937, foi instalada luz elétrica pública na vila de Poção. Por fôrça da Lei n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, a vila de Poção passou à categoria de cidade, sendo o município instalado oficialmente a 22 de maio de 1954. Pelo título datado de 29 de dezembro de 1954, o Dr. Etelvino de Albuquerque Lins, então Governador do Estado, foi nomeado o 1.º Prefeito interino do município, Senhor Ageu Correia Ventura. Assumiu o exercício do cargo de 1.º Juiz de Direito da comarca, no dia 14 de agôsto de 1954, o Doutor Aloísio de Melo Xavier, bem assim o 1.º e único Tabelião e Escrivão Malaquias Medeiros Correia, no dia 14 de setembro do mesmo ano. Nas eleições de 3 de outubro de 1954, foi eleito o atual Prefeito, o fazendeiro Malaquias Batista Vieira de Melo.

LOCALIZAÇÃO — Fora do traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, situa-se o município do Poção na Zona Agreste do Estado, numa distância em linha reta, da capital, de 224 km rumo O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bshs'i compensado pela altitude. Semi-árido quente. O município está compreendido no Polígono das Sêcas. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 456 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo dados do Censo de 1950, era de 10 852 habitantes, sendo 5 261 homens e 5 591 mulhe-

Prefeitura Municipal.

res. A densidade demográfica correspondia a 23,7 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 5,9% da população. Município — estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 12 521 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Poção — distrito, 1 174 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 32,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na pecuária. Feijão, milho, fava, mandioca, mamona e tomate são as principais culturas agrícolas do município. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Feijão	Saco 60 kg	3 600	936 000,00
Mamona	Quilograma	60 000	150 000,00
Mandioca (raiz)	Tonelada	780	468 000,00
Milho	Saco 60 kg	4 000	380 000,00
Tomate	Quilograma	800 000	400 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Pesqueira (26 km), Brejo da Madre de Deus (72 km) e Monteiro — PB (78 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 268 km da capital estadual, por via rodoviária, 254 km mistos (26 km por via rodoviária, até Pesqueira e daí por ferrovia, 228 km) e 224 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, contando com 53 estabelecimentos do comércio varejista e 3 do comércio atacadista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Área pavimentada a paralelepípedos (na cidade) 1 455 km². Número de ligações elétricas domiciliárias (1956) — 195; 9 logradouros servidos por iluminação pública e 539 prédios existentes nos quadros urbano e suburbano da sede municipal. Não existe abastecimento d'água canalizada. Há 1 hotel com diária comum de Cr$ 50,00; 2 cinemas, 1 telefone de uso público cuja rêde pertence à estação localizada no município de Pesqueira. Na Coletoria Estadual estavam registrados (1956) 4 automóveis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um modesto hospital assiste médica e sanitàriamente o município do Poção, com um total de 8 leitos disponíveis. Uma farmácia e 1 dentista completam êsse ramo de assistência.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 44,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 17 unidades do ensino primário fundamental comum, com 616 alunos matriculados e 5 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Por iniciativa do Cura da Matriz da freguesia, frei Bonifácio, foi criada, no ano de 1922, a Biblioteca Paroquial, única existente no município, com o intuito de despertar entre o público leitor o interêsse pelas obras literárias. A dita biblioteca conta com um acervo de 161 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	...	166	611	99	438
1955	...	447	770	159	1 977
1956	...	483	864	133	1 150

(*) A receita federal se acha incorporada à do município de Pesqueira.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Destaca-se no Município a "Serra do Acaí", conjunto das demais, cujo nome é de procedência indígena, onde existe um grande tanque formado de pedras, pela própria natureza, que era a fonte de abastecimento d'água dos índios ali existentes. Tomou o mesmo nome (Acaí) da serra. Contam-se ainda vários riachos que banham o município, como o "Riacho da Gangorra", "Cachoeira do Inferno", "Riacho do Tiogo", etc. É no território do Poção que se encontra a nascente do rio Capibaribe.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São dignas de referência as duas fontes de água mineral, existentes no município, localizadas nos sítios "Bandeira" e "Acaí", a pri-

Aspecto da Rua Hisbelo Jatobá com Rua Capitão Malaquias Batista.

meira já reconhecida, apesar de ainda não ter sido explorada. Tem a cidade uma única e bonita praça muito bem iluminada. Há 9 vereadores em exercício e 1 500 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Malaquias Batista Vieira de Melo.

(Autor do histórico — Gustavo Costa — Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — A.M.E. e Dicionário Histórico, Corográfico e Estatístico de Sebastião Galvão.)

QUIPAPÁ — PE

Mapa Municipal na pág 243 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O desbravamento da região onde se acha encravado o município de Quipapá e que, segundo alguns historiadores, remonta aos anos de 1630-1697, realizado pelos negros que constituíram o Quilombo dos Palmares, sòmente se completou em 1795-1796, quando o capitão Francisco Rodrigues de Melo e sua espôsa, D. Ana Maria dos Prazeres, se instalaram na Fazenda das Panelas, de que resultou, mais tarde, o município do mesmo nome. A sede municipal, cuja edificação teve início em 1820 com a capelinha de taipa sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, obteve foros de cidade por fôrça da Lei estadual número 432, de 19 de maio de 1900. É controvertida a origem do topônimo Quipapá, a respeito do qual se poderiam indicar nada menos de quatro versões, inclusive duas de puro sabor folclórico. Atribuem-lhe alguns origem africana, sendo, nessa hipótese, corrutela de Quipaçá, ou seja, "asilo de fugitivos", "refúgio de desocupados", explicável pelo fato de tratar-se de região dos Quilombos dos Palmares, refúgio de escravos evadidos. Segundo outros, a palavra é de origem tupi-guarani, oriunda de uma planta da família das Cactáceas — o Quipá. Repetindo o vocábulo para indicar mais de um, ou abundância, os indígenas diriam Quipaquipá. Por um fenômeno comum nesses casos, deu-se a queda de uma sílaba, daí resultando Quipapá, nome do município, de uma de suas serras e de um de seus rios.

A povoação de Quipapá fazia parte da freguesia de Altinho, quando a Lei n.º 432, de 23 de junho de 1857, veio elevá-la a idênticos foros; portanto, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Quipapá foi criada nesta data, mas extinta pela Lei n.º 508, de 29 de maio de 1861, tendo a sua restauração pela Lei n.º 701, de 2 de junho de 1866. As prerrogativas perdidas haviam sido anexadas à freguesia das Panelas. Em 12 de maio de 1879, a Lei n.º 1 402 dava à localidade a categoria de vila, tendo começado a

Igreja Matriz, vendo-se ao lado o prédio da Prefeitura Municipal.

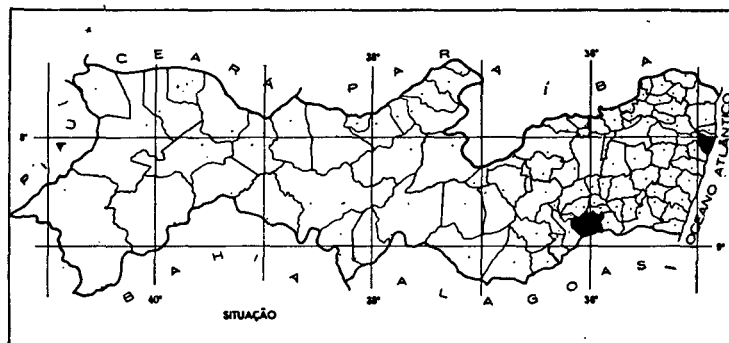
Desfile escolar no dia 7 de Setembro.

funcionar em 18 de dezembro do mesmo ano a respectiva Câmara Municipal.

O distrito-sede de Quipapá foi criado pela Lei n.º 432, de 23-6-1857; Igarapeba (ex-Barra de Jangada), Iraci (ex-São Benedito) e Pau-Ferro, criados pela Lei municipal número 34, de 20 de outubro de 1899. Na divisão administrativa de 1911, o município de Quipapá figurava com os seguintes distritos: Quipapá, São Benedito, Barra de Jangada, Jurema, Queimadas e Pau-Ferro. Mais tarde, em 1928, Jurema tornou-se município, tendo Queimadas passado a constituir um de seus distritos (Santo Antônio das Queimadas). Em 1928, pela Lei municipal n.º 109, de 15 de dezembro, foi criado o distrito de São Sebastião da Barra, cuja extinção se verificou pouco tempo depois, vindo a ser restaurado pelo Ato n.º 2, de 31 de janeiro de 1933, para ser novamente extinto em 1938, sendo o seu território incorporado aos distritos de Quipapá e São Benedito. No Decreto-lei n.º 235, que fixa a divisão territorial 1939-1943, integram o município 4 distritos: Quipapá, sede, Igarapeba, Iraci e Pau-Ferro. No Decreto-lei n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, e na Lei n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953 (divisão territorial para vigorar até 1958), integram o município os mesmos distritos: Quipapá, sede, Igarapeba (ex-Barra de Jangada), Iraci (ex-São Benedito) e Pau-Ferro. Até o ano 1871, a então povoação de Quipapá era têrmo da vila de São Bento (hoje São Bento do Una), pertencente à comarca de Caruaru. De 1871 a 1873 foi têrmo da vila das Panelas, ainda da comarca de Caruaru. De 1873 até 1890, têrmo complemento da então novel comarca das Panelas, quando, por Portaria de 5 de março daquele ano, a então vila de Quipapá tornou-se sede da comarca citada, até 2 de abril de 1894, quando foi dada às Panelas organização judiciária independente. A partir de 1949, a comarca de Quipapá perdeu o têrmo de Jurema, que passou a ser sede de comarca.

Em Quipapá, a 1.ª audiência do Juízo de Paz do distrito, têrmo de Caruaru, data de 23 de junho de 1853; o 1.º casamento religioso registrado em cartório foi em 9 de janeiro de 1889, ocorrendo, a seguir, mais 31 matrimônios, porém o 1.º casamento civil foi celebrado em 14 de junho de 1890, obedecendo ao Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1889, que entrara em vigor em 24 de maio daquele ano.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Quipapá está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 143 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. Pertence

à Zona Fisiográfica Litoral-Mata. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 8° 51' 30" de latitude Sul e 35° 56' 00" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: *As'*. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão, e as seguintes temperaturas em graus centígrados: média das máximas 32, das mínimas 12, compensada 28. A altura total da precipitação pluviométrica anual é de mais ou menos 1 000 milímetros. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 658 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, era de 28 439, sendo 14 030 homens e 14 409 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 43,2 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 10,7% da população.

Município — estimativa para 1.°-VII-1957: 32 814 pessoas.

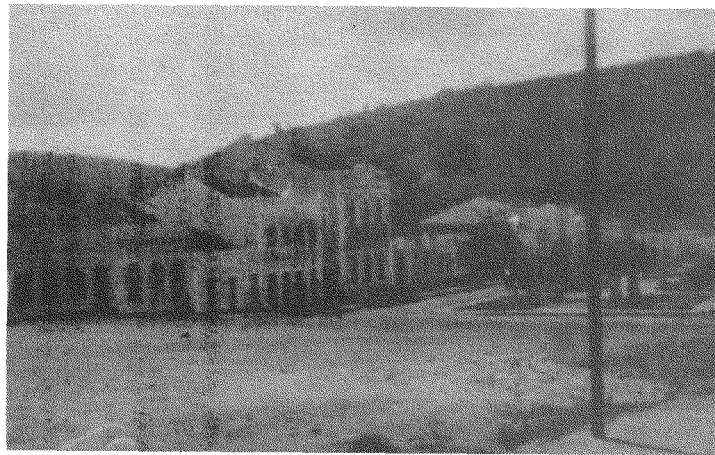
Aglomerações urbanas — Cidade de Quipapá, com 2 226 habitantes e as vilas de Igarapeba, 629, Iraci, 949, e Pau-Ferro, com 58 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 40,2% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, café, mandioca, milho e banana são as principais culturas agrícolas. Há 35 estabelecimentos industriais, ocupando 366 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1954, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	346 600	2 079 600,00
Café	Arrôba	22 600	6 780 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	116 600	19 882 000,00
Mandioca	»	12 400	8 928 000,00
Milho	Saco 60 kg	30 800	2 149 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à capital estadual e mais às seguintes comunas: Jurema (24 quilômetros), Panelas (33 km), Lagoa dos Gatos (51 km), Maraial (34 km) e Canhotinho (27 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 257 km, por via rodoviária, da capital estadual, 197 km por ferrovia e 143 por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial: 1 estabelecimento do comércio atacadista e 23 do comércio varejista, além de uma cooperativa de crédito em funcionamento. Não há agências bancárias.

Rua Dr. Manoel Borba.

ASPECTOS URBANOS — Dos 37 logradouros existentes, 5 são pavimentados e 1 arborizado. Há no município 152 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública, 3 agências postais, sendo uma na sede e as outras nas vilas, 2 hotéis com uma diária média de Cr$ 50,00, 2 cinemas: o Cine-Teatro Quipapá, com lotação para 150 lugares, e o Cine-Teatro Carlos Gomes, com capacidade para 100 pessoas. A comuna é servida pelo telégrafo da Rêde Rodoviária do Nordeste. A Prefeitura Municipal mantinha registrados 2 automóveis, 4 jipes e 10 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva à população local: Policlínica Dona Maria Digna, com 4 leitos, mantida pela Usina Água Branca S. A.; Pôsto da Campanha Contra Bouba, Pôsto Municipal de Higiene, Pôsto de Puericultura. Exercendo a profissão no município encontram-se 2 médicos e 1 farmacêutico; há uma farmácia em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 15,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia uma unidade do ensino pré-primário, 56 do ensino fundamental comum, com 1 824 alunos matriculados, 5 do ensino supletivo e 3 do complementar.

O Prefeito é o Sr. Frutuoso Marques de Melo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	618	1 197	770	334	957
1951	640	1 602	811	408	1 000
1952	1 131	2 233	1 136	589	1 088
1953	2 839	2 458	1 534	548	1 673
1954	1 076	2 307	1 592	567	1 378
1955	3 198	3 551	1 709	800	1 880
1956 (1)	...	...	...	...	...

(1) Orçamento.

(Autor do histórico — Amaro Matias Silva — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

RECIFE — PE

Mapa Municipal na pág. 177 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade do Recife, com ascendência notável na formação histórica do Brasil, centro de idéias liberais e republicanas nos séculos XVIII e XIX, oferece à curiosidade do visitante motivos de imensas evocações. Aqui viveu uma população colonial sempre cheia de rebeldia e entusiasmo. O clima do Nordeste não conseguiu amolentar a nova gente que povoava a terra. Criou-se uma geração combativa, afoita e valorosa, que não recuava diante dos perigos inclementes da natureza, nem da ousadia conquistadora do batavo invasor, tampouco dos tirânicos processos de governar da Metrópole. Formou-se uma consciência de repulsa a tôda forma de opressão, não importando a origem. Os posteriores movimentos políticos que sucederam ao período colonial são a mais eloqüente afirmação dessa verdade irrefutável. Dentro da alma pernambucana, tão forte nos momentos decisivos da vida, originara-se a convicção da sua soberania incontrastável, que se traduzia pelo orgulho cívico duma pátria, pràticamente existente por via de sobejas provas de esfôrço e valentia, apresentada nos graves instantes da guerra holandesa. Era o sentimento nativista aflorando ao cabo de lutas indescritíveis.

Vejamos agora, em traços ligeiros, a sua história:

O Recife começa por um restrito núcleo de pescadores e homens do mar. Estabeleceram-se êsses primeiros ocupantes da terra na península que é hoje a freguesia do Recife, estendendo-se depois pela ilha de Santo Antônio. Êsse estado de cousas principia no século XVI, mais ou menos no ano de 1548. Três armazéns haviam sido construídos no pôrto, a fim de receber as mercadorias que transitavam por via marítima. A cidade de Olinda, sede da capitania, fundada por Duarte Coelho Pereira, não possuía pôrto, em virtude das dificuldades naturais que impediam o acesso dos navios. Servia-se do pôrto do Recife. Três pequenos fortes se construíram então, para a defesa da nascente cidade: o do Mar, o de São Jorge e o do Bom Jesus.

Faculdade de Direito — Parque 13 de Maio.

Em 1561, o Recife sofreu um ataque da parte dos franceses que haviam sido expulsos do Rio de Janeiro por Mem de Sá. Quando regressavam para a Europa, tentaram êles assim, mais uma vez, a sorte de suas armas no Brasil. Foram, porém, infelizes. Duarte Albuquerque Coelho, segundo donatário da capitania, investiu com valentia contra os mesmos, obrigando-os a reembarcar imediatamente. Em março de 1595, sofreu o Recife novo ataque, desta vez da parte de *James Lancaster,* pirata inglês. Senhor da cidade,

Vista da Av. Guararapes e de parte da ponte Duarte Coelho.

Praça Maciel Pinheiro, vendo-se a Igreja Matriz da Boa Vista.

demorou-se mais de um mês, pondo tudo a saco, não respeitando nem as alfaias da capela. Nessa época, o Recife ainda se apresentava em estado muito rudimentar. A parte continental pròpriamente dita era quase desabitada. Não existiam pontes que ligassem os atuais bairros.

Em 1606, na ilha que teve sucessivamente os nomes de "Os Navios", "Marcos André", "Antônio Vaz" e "Belchior", inaugurou-se um mosteiro. Foram os seus fundadores os padres Observantes reformados da província de Santo Antônio. Daí por diante a ilha passou a denominar-se "Santo Antônio", nome que ainda hoje conserva.

Pescadores do rio Capiberibe apanhando camarão com tarrafa.

Na primeira metade do século XVII, achava-se a Holanda em guerra com a Espanha. Havendo-se Portugal e suas colônias passado ao domínio espanhol, começaram naquela época os ataques que seriam dirigidos contra o Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, formada por

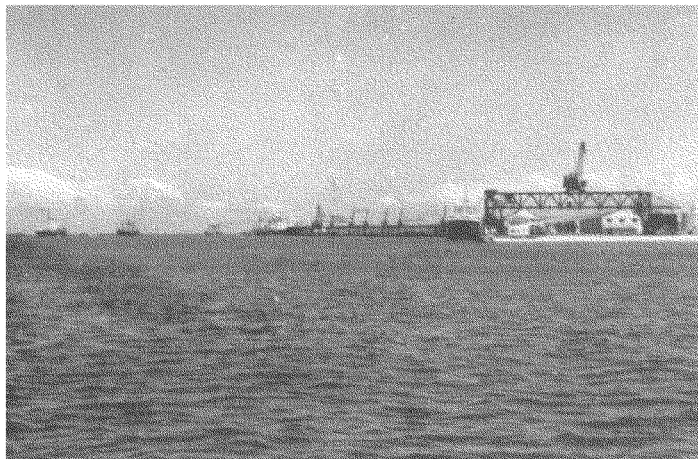
Grande Hotel e a Estátua aos aviadores portuguêses.

capitães holandeses e enriquecida à custa de rapinas e conquistas. O Brasil, colônia portuguêsa, atravessava, naquele momento, período de franca prosperidade. O primeiro ataque holandês, feito à capital da Bahia, não surtira o efeito

Vista do centro da cidade.

15 — 24 934

Estátua de Joaquim Nabuco, na praça do mesmo nome.

desejado, porque poucos meses depois eram os invasores obrigados a regressar à Europa. Em fevereiro de 1630, a esquadra holandesa, forte de 56 navios, comandada por *Henry Cornell Lonck,* aparece à vista do Recife. *Matias de Albuquerque,* governador de Pernambuco, emprega ingentes esforços para repelir os invasores. O coronel *Teodoro Weerdenburgh* realiza uma sortida, desembarcando 3 000 homens em Pau Amarelo, avançando em seguida contra Olinda, que é ocupada. *Matias,* percebendo a inutilidade da resistência, evacua a povoação, incendiando antes navios e mercadorias existentes no pôrto. Refugia-se afinal num lugar situado eqüidistantemente a uma légua do Recife e de Olinda. Aí levanta uma fortificação a que chamou "Arraial de Bom Jesus", começando, então, sua resistência à penetração inimiga pelo interior do país. Os holandeses fortificam-se, construindo novos baluartes. Segue-se, após êsses acontecimentos, um período de lutas intensas entre os

Vista do cais do pôrto.

invasores e a gente de *Albuquerque*. Vários foram os ataques do inimigo ao "Forte Real do Bom Jesus" e ao Arraial, sendo enèrgicamente repelidos, até que veio aquêle reduto a render-se em 1635, vencida a sua guarnição pela fome, por fôrça do rigoroso sítio estabelecido pelo general *Arcizewski,* polaco mercenário a serviço da Holanda. o inimigo, porém, conseguira levar a melhor, mesmo porque dispunha de maiores recursos, além de estar fortemente auxiliado por *Domingos Fernandes Calabar,* desertor das hostes pernambucanas, conhecedor emérito da terra. A sua atitude de deserção constitui até hoje uma incógnita para a história, não se sabendo ao certo os motivos que o teriam levado a assim proceder.

Igreja Matriz de São Pedro.

Em 23 de janeiro de 1637, aporta ao Recife o conde *João Maurício de Nassau,* futuro príncipe de Orange, que viera na qualidade de governador-geral da conquista. Estabeleceu-se na ilha de Santo Antônio. Em 1639, nesta ilha é fundada a cidade que foi chamada Mauritzstad, nome conferido em honra a *Nassau,* seu criador. Traçou-se plano para a nova cidade, tarefa confiada a *Pieter Post,* arquiteto holandês que viera na comitiva de *Maurício de Nassau,* acompanhado ainda de outros homens ilustres, como seja: *Marcgraf,* botânico; *Franz Post* e *Eckout,* pintores; *Clalitz,* geógrafo; *Plante,* latinista e poeta; *Piso,* o naturalista de Leyde. Em chegando a Pernambuco, o conde dedicou-se inteiramente à sua obra administrativa e renovadora, traçada com visão de verdadeiro estadista. Construiu *Nassau,* desde logo, amplos jardins e dois grandes palácios, situados respectivamente nos locais onde hoje se encontram o Palácio do Govêrno e o Convento do Carmo. O primeiro chamava-se "Friburgo" e o último, "Boa Vista". Em 1644 re-

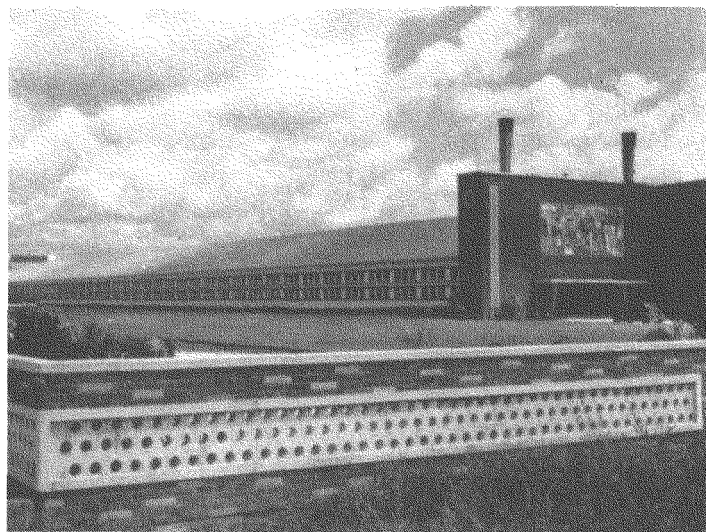
Vista parcial da Avenida Dantas Barreto.

gressa *Nassau* à Europa, passando o govêrno a um Conselho Supremo, composto de três membros. Com a sua retirada, começam, da parte dos seus sucessores, os atos de requintada injustiça para com os vencidos e que viriam suscitar a grande insurreição pernambucana. Entregue o Govêrno a gente inidônea, sem nada possuir das virtudes políticas de *Nassau,* a obra holandesa vacilava no Brasil. Não tardou a revolução. Em maio de 1645, *João Fernandes Vieira* e *Antônio Cavalcanti,* reunidos no Engenho São João (Várzea), combinam as primeiras medidas para o levante geral. Em 3 de agôsto, trava-se a batalha dos "Tabocas", a primeira duma série de gloriosos encontros bélicos, seguindo-se, quatorze dias depois, o combate da "Casa Forte", com o intuito de libertarem os insurgentes as matronas pernambucanas aprisionadas pelos holandeses. Marcham à frente dos mesmos *André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira* e *Felipe Camarão.* Derrotam o inimigo após violento encontro. Por motivos estratégicos, os holandeses mandam arrasar, em 29 de agôsto, a cidade Maurícia (Mauritzstad). A 9 de novembro de 1645, fere-se o combate do Engenho Jiquiá, ainda com a derrota dos holandeses. Depois dêsses acontecimentos, muitos outros combates se seguiram, sempre favoráveis aos pernambucanos, entre os quais sobressaíram, pela sua grande importância, as duas batalhas travadas nos montes "Guararapes". Foram os feitos mais importantes de tão renhida guerra. Em dezembro de 1653, apresenta-se diante do Recife grande esquadra portuguêsa, comandada pelo Almirante *Pedro Jacques de Magalhães,* que vinha com a missão de colaborar na obra de restauração de Pernambuco, tão brilhantemente iniciada pelos insurgentes. Em 23 de janeiro de 1654, os holandeses propõem capitulação, reunindo-se os beligerantes na "Campina do Taborda" para acertarem os têrmos da mesma. Findara, assim, com a rendição flamenga, a velha e heróica campanha de 24 anos.

Após a dominação holandesa, a povoação do Recife entrou em período de intenso desenvolvimento. A maior

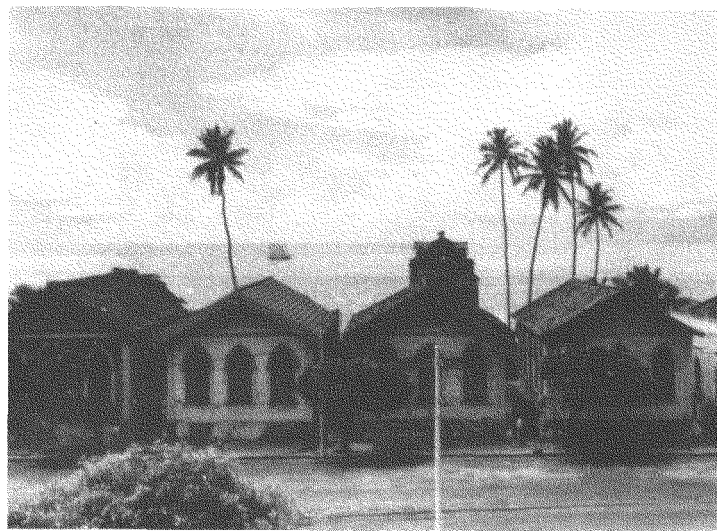
Fábrica de discos Rozembli Ltda.

Praça da Independência, vendo-se a Matriz de Santo Antônio.

parte dos seus habitantes, cujo número atingia 8 000 almas, era constituída de portuguêses comerciantes, que faziam movimentados negócios pelo pôrto. Em Olinda, elevada à capital, residiam os senhores de engenho, os nobres da terra. Em breve estabeleceu-se grave rivalidade entre os dois núcleos de população, motivando enfim o conflito conhecido na História do Brasil como "Guerra dos Mascates". Os nobres de Olinda rebelaram-se contra os portuguêses do Recife, em virtude de os mesmos haverem alcançado para a sua povoação a categoria de vila, com a instalação do pelourinho no cais, em 1710. Os nativistas armam-se e, em vultoso número, resolvem atacar a vila do Recife, onde se encontravam os portuguêses, a quem por desprêzo chamam de "mascates". Conseguem o seu intento, expulsando o governador português e demolindo o pelourinho recém-erguido. A 10 de novembro, reúnem-se os rebeldes em Olinda, no Senado, convocados para solucionar a

Indústria de azulejos S.A., situada no bairro Várzea.

questão. A essa sessão comparece o sargento-mor *Bernardo Vieira de Melo,* que ousadamente propõe a instauração duma república na capitania "ad instare" de Veneza. Afirma a História ser esta a primeira tentativa de inaugurar-se regime republicano na América. Depois de vários períodos de incertezas e contratempos, é sufocada a rebelião, em vista dos reforços remetidos de Lisboa. Reerguido o pelourinho, permanece o Recife como vila.

Em outubro de 1711, instala-se no bairro do Recife a Alfândega, num edifício situado na antiga Rua do Trapiche. Data dessa época o imenso progresso da vila. Começa agora a evolver pela Boa Vista. Reconstroem-se, neste século, as pontes da Boa Vista e do Recife, executam-se grandes aterros, entre os quais o de Afogados. Novas igrejas são levantadas. As construções se fazem, porém, sem uma orientação definida. Daí a existência de algumas ruas tortuosas, que ainda rememoram essa época entre nós.

Tomás José de Melo, não muito blandicioso na maneira de governar, fôra, contudo, espírito empreendedor e progressista. Consertou o "Atêrro de Afogados" que se havia arruinado, estabeleceu feiras-livres, arborizou alguns trechos da cidade. Com empréstimos tomados aos cofres dos lázaros, são construídas duas praças para mercado —

Vista da parte baixa de Olinda.

a do "Polé" (atual Independência) e a do Mercado. Calçou algumas ruas da cidade, regulou-lhes o alinhamento das calçadas, além de muitos outros melhoramentos que o Recife lhe deve.

Em 1817, a 6 de março, rebenta no Recife uma revolução de caráter republicano e nativista. Iniciado o movimento com a morte de alguns oficiais portuguêses mais ou menos exaltados, dá-se a queda do governador *Caetano Pinto de Miranda Montenegro* que, logo em seguida, se recolhe a Fortaleza do Brum, embarcando imediatamente para o Rio de Janeiro. No dia 7, elege-se um govêrno provisório, no qual figuravam, entre outros, o padre *Ribeiro Pessoa,* o capitão *Domingos Teotônio, Manuel Corrêa de Araújo, Domingos José Martins* e o Dr. *José Luiz de Mendonça*.

O conde dos Arcos, que nesse tempo governava a Bahia, tratou de preparar a reação, enviando alguns navios para bloquearem o Recife. Por terra, marchava contra os revolucionários o marechal *Cogominho de Lacerda*. Segue-se uma série de acidentes desfavoráveis aos insurgentes, até que sobrevém a derrota final, com a entrada das tropas

Avenida Conde de Boa Vista.

portuguêsas no Recife. No dia 29 de junho, assume o govêrno de Pernambuco *Luís do Rêgo Barreto,* que estabelece desde logo várias "comissões militares", a fim de julgar os rebelados vencidos. Entre muitos outros, pereceram *Antônio Henrique Rebêlo, José Xavier Peregrino de Carvalho* (herói de 20 anos apenas!), *Pedro de Souza Tenório* (vigário de Itamaracá), *José de Barros Lima* (alcunhado "Leão Coroado"), que matou a golpes de espada o brigadeiro português *Manoel Joaquim Barbosa de Castro,* que o insultara, *Domingos Teotônio Jorge* e *Amaro Gomes Coutinho*.

O despotismo de *Luís do Rêgo* acirrou o ódio da população. Contra êle conspiraram os pernambucanos, que o feriram com um tiro, de emboscada. Aumentando as perseguições por virtude dêsse tiro, os patriotas tramaram depô-lo. Reunidos em Goiânia, marcharam contra o Recife e, depois de vários combates, acamparam em Beberibe. O governador mandou emissários e fêz-se, a 8 de outubro de 1821, a convenção, por fôrça da qual *Luís do Rêgo* deixaria Pernambuco com as tropas portuguêsas que o sustentavam, e não mais tropas de além-mar aqui desembarcariam. A 26 de outubro, o governador português e suas tropas embarcavam para Portugal, assumindo o govêrno na mesma data uma junta eleita pelos vitoriosos. Destarte, Pernambuco se tornara independente antes do "Grito do Ipiranga", que emancipou o Brasil a 7 de setembro.

Em 1823, o Recife é elevado à categoria de cidade, pela Carta imperial de 5 de dezembro. No ano seguinte, rebenta outra revolução de caráter republicano, estendendo-se às províncias do Nordeste. Esta é conhecida na História sob o nome de "Confederação do Equador", tendo-a motivado a dissolução da Assembléia Constituinte, por Decreto imperial de novembro de 1823. Chefiara-a *Manuel de Carvalho Pais de Andrade,* que lançou às populações do norte vibrante manifesto, proclamando a "Confederação do Equador", ao mesmo tempo em que qualificava o imperador Pedro I de traidor, aliado secreto dos portuguêses. Contra os revoltos manda o Govêrno imperial o brigadeiro *Lima e Silva,* que os derrotou em combate travado na Boa Vista, tendo a auxiliá-lo a esquadra sob o comando do Almirante *Cockrane,* mercenário inglês a serviço do Brasil. Abafada a revolução, seguem-se, como era de costume, as penas capitais. Entre as vítimas dêsse período sanguinário da história do Recife, sobressaem: frei *Joaquim do Amor Divino Caneca,* fuzilado a 13 de de janeiro de 1825, por não ter sido possível encontrar-se carrasco que se prontificasse a enforcá-lo; *Lázaro de Souza Fontes, Antônio Macário de Morais,* major *Agostinho Bezerra, Antônio do Monte* (morto na fôrca); *Nicolau Martins Pereira* e *James Heide Rodgers* (fuzilados). Tôdas essas execuções se deram no lugar denominado "Cinco Pontas", onde existe hoje placa alusiva ao martírio do mais conhecido dêsses heróis — *Frei Caneca*.

Porta da Igreja de São Pedro.

Sede da estação experimental do Instituto Agronômico do Nordeste.

Em 1827, reunido o Conselho-Geral da Província, ficou resolvido que o Recife passaria a ser a capital da província.

Em setembro de 1831, sublevou-se a tropa que guarnecia o Recife. Invadiu os armazéns e casas de negócios, saqueando-os. Praticada tôda sorte de arbitrariedades, são finalmente subjugados pelo povo armado que, nesse transe, tivera auxílio das milícias. Tal rendição é conhecida como a "Setembrizada".

Em 14 de abril de 1832, rebenta no Recife novo motim, desta vez dêle fazendo parte numerosos portuguêses que pleiteavam a volta do imperador Pedro I ao trono do Brasil. O Presidente da província, reunindo algumas milícias e auxiliado ainda pela Marinha, consegue sufocar a mazorca, que então se denominara a "Abrilada".

Em 1838, a 2 de dezembro, assume o govêrno da Província *Francisco do Rêgo Barros,* posteriormente conde da Boa Vista. A sua administração assinala-se por notáveis melhoramentos introduzidos na capital e no interior. Entre outras realizações dignas de aprêço, avultam: a construção do Palácio do Govêrno, a do primitivo Teatro Santa Isabel, o qual, incendiado em 1869, é reconstruído em 1876; a ponte pênsil do Caxangá sôbre o Capibaribe; a reconstrução da ponte da Boa Vista; a construção de extensos cais; estradas de rodagem que atravessam o município desde

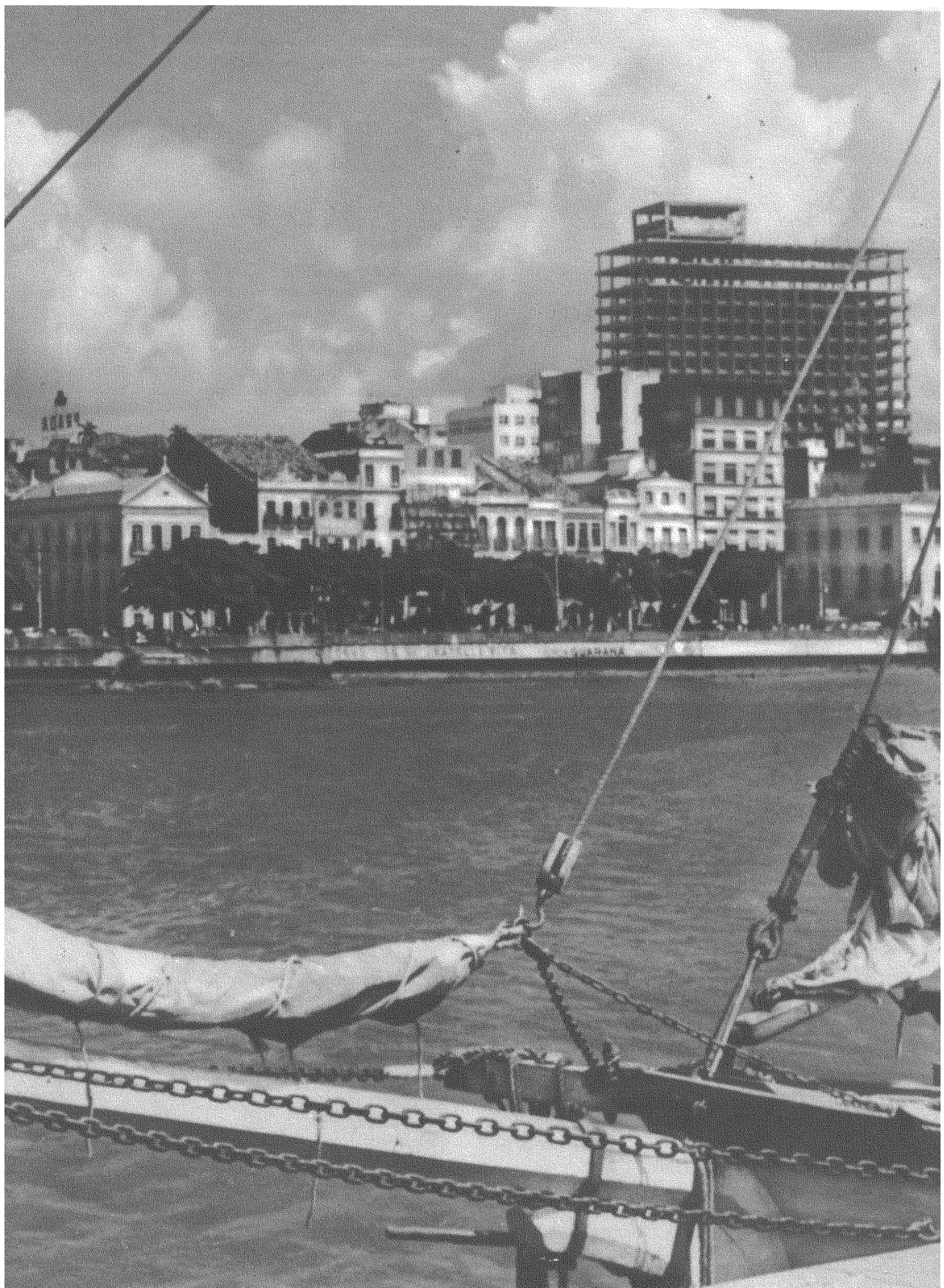
Avenida Guararapes.

Madalena a Caxangá; outra que, partindo da Rua São Miguel, passa por Tejipió e se dirige a Vitória; a do Motocolombó, em direção a Boa Vista; estabeleceu o serviço de abastecimento d'água; criou a Repartição das Obras Públicas, além de ingentes esforços empregados em benefício da instrução. Fêz construir a Penitenciária e ainda as pontes Santa Isabel e Sete de Setembro (atual Maurício de Nassau). Êsse período de larga prosperidade para a província, cujo progresso sobremodo se fazia sentir no Recife, é, no entanto, perturbado pela "Rebelião Praieira",

Fábrica de porcelana São João.

irrompida em 1848, a qual teve essa denominação em virtude de ter ficado localizada na Rua da Praia (hoje Pedro Afonso) a sede das confabulações revolucionárias. Essa nova revolução fôra organizada pelo partido liberal, em grande parte motivada pela demissão em massa dos seus filiados. A 20 de novembro sucede o primeiro choque entre os "praieiros" ou liberais e as tropas legais, com a vitória destas últimas. São chefes principais das tropas revoltadas: *Pedro Ivo, João Roma* e o desembargador *Nunes Machado*. Em fevereiro de 1849, dá-se o ataque dos rebeldes à capital. Com a chegada do general *José Joaquim Coelho* (posteriormente barão da Vitória), comandando uma coluna de refôrço, no pequeno espaço de três horas de encarniçado combate, vê-se derrotada a fôrça rebelde, que invadiu a cidade pela parte sul. A segunda coluna, denominada Norte, luta com ardor na Soledade. Aí morre bravamente o desembargador *Nunes Machado,* um dos chefes mais acatados. Com a sua morte, segue-se a derrota dos insurgentes.

Desde então, entra o Recife numa fase de acelerado progresso. Vários e importantes trabalhos de utilidade pública são realizados. Data de 1892 a autonomia do município. A cidade continua a evolver pela Boa Vista e arrabaldes, apresentando nova fisionomia, com belos aspectos. Estende-se a área do seu calçamento. Inicia-se em 1907 a execução, em parte, do plano do sábio higienista brasileiro, Dr. Saturnino de Brito, autor do projeto de saneamento do

Aspecto de uma barcaça no bairro Santo Antônio, vendo-se o Grande Hotel.

Avenida Dantas Barreto, no centro do bairro Santo Antônio.

Recife. A cidade possui então um dos melhores sistemas de esgotos do mundo, graças àquele engenheiro que tão inteligentemente o traçara e executara. A Usina de Esgotos fica situada na Cabanga. Dia a dia a cidade se aperfeiçoa no sentido estético e higiênico, elevando-se anualmente — e de modo considerável — a sua população.

Em 1911, a paz é perturbada em virtude de sério movimento popular que visava libertar o Estado da política então dominante. Após vários conflitos que se sucederam no período agudo da campanha, segue-se a derrota do Governador, que se vê na contingência de fugir ao ódio do povo.

Em 1930, o Recife ouve novamente o arruído das armas de combate, no mesmo dia em que estalava a Revolução no Brasil inteiro, com o intuito de correr do poder os desrespeitadores da Constituição. A cidade do Recife mais uma vez se tornou o centro de resistência das fôrças revolucionárias do Norte, que então demandavam a capital do Brasil.

Em 1931, no dia 29 de outubro, o 21.º Batalhão de Caçadores, trabalhado por elementos civis, revoltou-se, sustentando fogo contra a polícia durante 34 horas, sendo dominado com a chegada da bateria de costa que tinha estacionamento na Paraíba. O fito principal do movimento era a deposição do interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Morreram, em defesa da legalidade, entre outros, o capitão Nereu Guerra, comandante do 21.º Batalhão de Caçadores, o tenente Manuel de Souza Guimarães, da mesma unidade, e o tenente Francisco Fortuna.

Em 24 de novembro de 1935, simultâneamente no Quartel-General e na Vila Militar de Socorro, explode um movimento de caráter comunista. Dominado no Quartel-General, tomou intensidade em Socorro, tendo os revoltosos avançado até o Largo da Paz, nos Afogados. Após três dias de combate por tropas da Polícia, tropas fiéis do Exército e fôrças vindas da Paraíba e das Alagoas, foram os revoltosos subjugados.

Pelo seu comércio intenso, pelo seu desenvolvimento marítimo, pela sua excepcional situação geográfica, pelo seu bem aparelhado pôrto, por onde se escoam os produtos principais do Nordeste, como seja, o açúcar, o algodão, a mamona, os frutos tropicais, etc., ao Recife está reservado papel de extraordinário relêvo na história da civilização brasileira.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — A povoação do Recife foi criada, em 1561, passando, no ano de 1637, a denominar-se Mauricéia. A Carta régia de 19 de novembro de 1709 criou o município do Recife, cuja instalação se verificou em novembro de 1711. A criação do distrito, levou-a a têrmo o Alvará de 20 de março de 1772. Em cumprimento ao disposto na Carta imperial de 5 de dezembro de 1823, a vila do Recife recebeu foros de cidade, tornando-se capital da província em face da Portaria de 29 de dezembro de 1825, confirmada pela Resolução de 15 de fevereiro de 1827. A Lei municipal n.º 1, de 6 de abril de 1892, confirmou a criação do distrito-sede do município do Recife que, na "Divisão Administrativa, em 1911", aparece subdividido em 14 distritos: o de igual nome, Santo Antônio, 1.º e 2.º distritos de São José, 1.º e 2.º distritos de Boa Vista, 1.º e 2.º distritos da Graça, 1.º, 2.º e 3.º distritos de Afogados, Tôrre, Poço da Panela e Várzea. Segundo os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920, o município compreendia 16 distritos: Recife, Boa Vista, Santo Amaro, Pombal, São José, Santo Antônio, Graças, Afogados, Ilhas do Pina e Nogueira, Tôrre, Madalena, Areias, Peres, Caxangá e Várzea, Poço da Panela e Ilha de Fernando de Noronha. Já no quadro da divisão administrativa relativo a 1933, constante do "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", a comuna apresenta-se integrada por 10 distritos: Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista, Afogados, Graças, Poço, Várzea, Tejipió e Beberibe. De acôrdo com o quadro da divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1936, o município compõe-se de apenas 4 distritos: Recife, Boa Vista, Afogados e Graças, mantendo-se, no de 31-XII-1937, com igual número de distritos: Fernando de Noronha, Beberibe, Afogados e Graças. No quadro anexo ao Decreto-lei

Cerâmica São João.

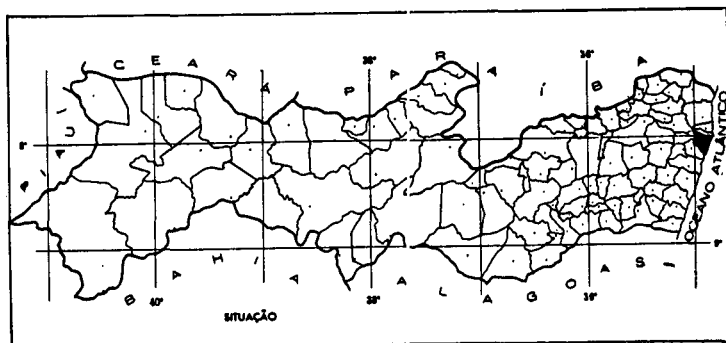
Vista aérea parcial da cidade

estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município do Recife figura constituído ùnicamente do distrito-sede, que, entretanto, abrange 10 zonas: Recife, Santo Antônio, São José, Afogados, Boa Vista, Graças, Poço, Várzea, Tejipió e Beberibe. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio .... 1939-1943, o município do Recife passou a formar-se de 2 distritos: o da sede, com 4 zonas — a 1.ª, compreendendo os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José, a 2.ª, o da Boa Vista e o das Graças, a 3.ª, o dos Afogados, o do Coqueiral-Tejipió e o da Pina-Boa Viagem, e a 4.ª, os de Arruda-Beberibe, do Poço e da Várzea — e, finalmente, o distrito de Fernando de Noronha. Por efeito do Decreto-lei federal n.º 4 102, de 9 de fevereiro de 1942, o município do Recife perdeu o distrito de Fernando de Noronha, com o qual se criou o Território Federal dêste nome. Conseqüentemente, passou a formar-se de um só distrito — Recife — que, em razão do Decreto municipal n.º 324, de 31 de julho de 1942, ficou dividido em 4 subdistritos: 1.º: Recife, Santo Antônio e São José; 2.º: Boa Vista, Santo Amaro, Graças e Encruzilhada; 3.º: Afogados, Madalena, Tejipió e Boa Viagem; 4.º: Poço, Casa Amarela, Várzea e Beberibe. Tais subdistritos, por sua vez, abrangem zonas que têm seus nomes. Na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município do Recife figura integrado pelo distrito do mesmo nome, simplesmente, o que também se verifica na estabelecida para o qüinqüênio 1949-1953, pelo Decreto-lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948. O Decreto-lei estadual n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, que estabeleceu a divisão administrativa e judiciária para o qüinqüênio 1954-1958, em vigor, não fêz nenhuma alteração no território do município do Recife.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca do Recife, criada em época não apurada, compreende — consoante os quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938 — ùnicamente o têrmo-sede, permanecendo com tal formação na divisão judiciário-administrativa que o Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, fixou para vigorar no qüinqüênio 1938-1943. Conforme a divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, à comarca do Recife não se jurisdiciona nenhum têrmo, formando a mesma sòmente o município de idêntico nome. Tal situação foi mantida pela Lei estadual n.º 421, de 31 de dezembro de 1948, que fixou a divisão territorial do Estado para o período 1949-1953. O Decreto-lei número 1 819, de 30-XII-1953, em vigor para o qüinqüênio 1954-1958, manteve a situação anterior.

LOCALIZAÇÃO — Situado no litoral oriental da Região Nordeste, o município do Recife pertence à Zona Fisiográfica do Litoral e Mata e sua topografia é *sui generis*: uma vasta planície recortada de ribeiros, canais e pelos rios Capibaribe e Beberibe, cercada por um semicírculo de pequenas colinas banhadas pelo oceano Atlântico. Suas

Praça da República, vendo-se o teatro Santa Izabela.

praias são maravilhosas, ornadas por uma vegetação quase tropical, onde predomina o coqueiro. A altitude é de apenas 3 metros e suas coordenadas geográficas são as seguintes: latitude S.: 8° 10' 51". Longitude W.Gr.: 34° 54' 47".

Posição do Município em relação ao Estado.

CLIMA — A variação do clima é mínima. Tipo: Ams'. Quente e úmido com estação sêca, compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. Brisa marinha constante. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 encontrou no Recife uma população de 524 682 habitantes, assim distribuídos: Cidade, 512 370. Quadro rural: 12 312. A população estimada para 1.° de julho de 1957 é de 698 794 habitantes (cálculo feito pelo Departamento de Estatística).

Aglomerações urbanas — O município conta apenas com um centro urbano que é o do distrito-sede (único), com 512 370 habitantes (97,65% do total).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental da economia do município é a produção industrial. Em 1955, os 643 estabelecimentos industriais em funcionamento apresentaram uma produção no valor de .... Cr$ 5 153 208 000,00. Dêsse total cabe destacar a indústria de Produtos Alimentares com uma produção de .... Cr$ 1 463 844 000,00, e a indústria têxtil, com .... Cr$ 1 326 509 000,00. Observemos o demonstrativo abaixo:

CLASSES DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1 000)
Extrativa de produtos minerais	...	3 875
Transformação de minerais não metálicos	44	219 023
Metalúrgica	37	293 838
Mecânica	5	7 621
Construção e montagem de material de transporte	7	10 335
Madeira	43	42 307
Mobiliário	51	108 975
Papel e papelão	11	49 669
Borracha	3	19 725
Couros e peles e produtos similares	8	60 440
Química e farmacêutica	55	621 613
Têxtil	20	1 326 509
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	67	194 968
Produtos alimentares	207	1 463 844
Bebidas	10	200 866
Fumo	...	292 995
Editorial e gráfica	50	219 978
Diversas	25	16 627
TOTAL	643	5 153 208

As principais (10) firmas industriais do município são: Cotonifício Othon Bezerra de Melo S. A. (fábricas Coronel Othon, Amalita, Bezerra de Mello e Anita), Cotonifício da Tôrre S. A., Grandes Moinhos do Brasil S. A., Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. (SANBRA), Companhia de Cigarros Souza Cruz, Companhia Produtos Pilar S. A., Tecelagem de Sêda e Algodão de Pernambuco, Sociedade de Moagens do Recife Ltda., Alimonda Irmãos S. A. e a Companhia Antártica Paulista — Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada às seguintes cidades: Olinda, 6 km de rodovia; Paulista, 16 km de rodovia; Jaboatão, 18 km de rodovia ou 17 quilômetros de ferrovia (Rêde Ferroviária do Nordeste); São Lourenço da Mata, 22 km de rodovia ou 25 km de ferrovia (R.F.N.). Com a capital Federal: via marítima, 2 082 km; via aérea, 1 910 km e rodovia (via Feira de Santana, BA), 2 599 quilômetros.

O PÔRTO DO RECIFE — O Pôrto do Recife é dos mais bem equipados do país, oferecendo, mercê de sua situação geográfica, vantagens excepcionais aos navios que atravessam o Atlântico Sul. É verdadeiro pôrto de região, pois, apesar dos pequenos portos de Cabedelo, ao norte, e Maceió, ao sul, movimenta-se através do Pôrto do Recife grande volume de carga proveniente do interior mais longínquo, quer do Estado, quer dos Estados vizinhos. O Pôrto do Recife exerce, plenamente, a função de vetor entre as duas espécies de transporte — o terrestre e o marítimo.

O Recife sempre viveu e progrediu à sombra do seu pôrto. Em função das atividades do velho ancoradouro, a cidade surgiu e, hoje, ainda é principalmente através dêle, o terceiro do país, que a capital se desenvolve, apesar do movimento crescente do tráfego rodoviário entre o Recife e o sul do país, pela Estrada BR-4.

Barcaças junto ao cais da Alfândega.

Vista aérea parcial da cidade

O Pôrto do Recife situa-se a 1 094 milhas de distância do Rio de Janeiro e dispõe de 3 271 metros de cais acostáveis, que vão de 2,50 m a 10,00 m de profundidade, em marés mínimas. Conta com 17 armazéns, providos de guindastes e pontes rolantes, guindastes a vapor, uma cábrea com a capacidade de 60 toneladas, 20 quilômetros de estrada de ferro, locomotivas, um grande rebocador — o "4 de Outubro" — com fôrça de 1 250 H.P., provido de instalações para socorro em alto mar; está o pôrto adrede preparado para a extinção de incêndios e o esgotamento de porões, possuindo estação radiotelegráfica, etc.

COMÉRCIO E BANCOS — É dos mais intensos o comércio da capital pernambucana. Cêrca de 577 estabelecimentos do comércio atacadista e 3 809 do varejista se encontram em funcionamento. O intercâmbio comercial é feito com as praças do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no país. No exterior com a Argentina, Chile, Bélgica, França, Holanda, Itália, Suécia, Portugal, Suíça, Inglaterra e Estados Unidos.

O comércio importa, do país, entre outros, os seguintes artigos: charque, tecidos (algodão, linho, lã e *rayon*), automóveis (passeio, carga, além de seus acessórios), produtos farmacêuticos, manufatura de ferro e aço, ferro em barra, chapa e lâmina, madeira serrada e aparelhada, cerveja e chope, perfumarias, fumo, manteiga e máquinas operatrizes. Sòmente pelo Pôrto do Recife, em 1955, as importações do país atingiram a soma de .... Cr$ 5 923 465 092,00. Enquanto isso, as importações do exterior, naquele mesmo ano, atingiram .... Cr$ 1 219 453 860,00 e os principais produtos são os seguintes: trigo em grão, automóveis (passeio, carga e acessórios), gasolina, máquinas operatrizes, bacalhau, farinha de trigo, tecidos de linho, máquinas elétricas, fôlha-de-flandres e querosene.

O movimento bancário é dos maiores. Entre outros estabelecimentos dedicados a tais transações, funcionam na sede municipal os seguintes: matrizes: Banco Auxiliar do Comércio S. A., Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S. A., Banco Industrial de Pernambuco S. A., Banco Mercantil de Pernambuco S. A., Banco Nacional de Pernambuco S. A., Banco Nacional do Norte S. A. e Banco do Povo S. A.; agências do Banco do Brasil S. A., Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A., Banco Comércio e Indústria de São Paulo S. A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., Banco Francês-Brasileiro S. A., Banco Francês-Italiano da América do Sul Sociedade Anônima, Banco Hipotecário Lar-Brasileiro S. A., Banco Irmãos Guimarães S. A., Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., Banco Mineiro da Produção S. A., Banco Nacional de Crédito Cooperativa, Banco Nacional de Minas Gerais S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A., The Royal Bank of Canada, Banco Ultramarino Brasileiro Sociedade Anônima, The First National City Bank of New York, Bank of London South America Ltd., Banco Hipotecário Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A., Caixa de

Prédios à beira do rio Capiberibe.

Crédito Mobiliário de Pernambuco (matriz), Casa Bancária Magalhães Franco & Cia. Ltda., Casa Bancária Pernambucana Ltda. e a Caixa Econômica Federal de Pernambuco (140 732 cadernetas em circulação e Cr$ 374 544 294,00, o valor dos depósitos).

ASPECTOS URBANOS — O Recife dispõe de todos os melhoramentos urbanos: água, luz, calçamento e telefone. Dos 3 175 logradouros existentes, 824 são pavimentados, 191 arborizados, 30 ajardinados e 36 arborizados e ajardinados simultâneamente. A área pavimentada, por estimativa, segundo o tipo de calçamento, é a seguinte: paralelepípedos, 1 326 403 m²; asfalto, 1 147 753 m²; concreto, 139 381 m²; pedras irregulares, 22 238 m²; macadame simples, 6 378 m², e outros tipos, 4 751 m². O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.), The Western Telegraph Company, Limited, Companhia Radiotelegráfica Brasileira, Italcable (cabo italiano) e Rêde Ferroviária do Nordeste. Cêrca de 6 300 aparelhos telefônicos estão instalados na cidade e o número de ligações elétricas é de 68 650. Os domicílios servidos por abastecimento d'água atingem 41 606. Funcionam na cidade 10 hotéis, 20 pensões, 46 cinemas e 1 teatro. O preço de diária em hotel de nível médio é de Cr$ 250,00, com refeições. O consumo de energia elétrica em 1956 foi de .... 175 342 910 kW, assim distribuídos: iluminação (pública e particular) 81 223 851 kW; fôrça (pública e particular) 92 710 684 kW e tração (bondes) 1 408 375 kW. O fornecimento de energia elétrica da cidade é feito pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, através da The Pernambuco Tramways & Power Company, Ltd., que também produz. O transporte urbano é feito em ônibus (356 veículos, aproximadamente) e auto lotações (150), nas 48 linhas existentes. Na Prefeitura Municipal estão registrados 6 396 automóveis e 605 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Vinte e três hospitais com mais de 5 000 leitos disponíveis funcionam na cidade. Pela capacidade e renome, destacam-se o Real Hospital Português de Beneficência (clínica geral, otorrinolaringológica, obstétrica, pediátrica e cirúrgica); Hospital D. Pedro II (clínica geral, otorrinolaringológica, dermatológica, obstétrica, ginecológica, cirúrgica e odontológica); Sanatório Otávio de Freitas (tisiologia) e o recém-fundado Hospital Barão de Lucena, considerado um dos mais bem aparelhados da América do Sul. Há ainda o Hospital Osvaldo Cruz (tisiologia), Hospital do Centenário (geral), Hospital de Alienados, Hospital Correia Picanço (psicopatia), Hospital de Santo Amaro, Hospital Agamenon Magalhães, Hospital Getúlio Vargas, Hospital Infantil Manoel de Almeida e inúmeras casas de saúde e maternidades. Funcionam também várias instituições de assistência à velhice e à infância desamparada, asilos e recolhimentos, etc., — destacando-se a Santa Casa de Misericórdia (para órfãos), Associação das Senhoras de Caridade (para doentes pobres), Liga Protetora da Infância Desvalida, Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor (para mulheres decaídas), Abrigo do Bom Pastor (para menores), Asilo da Velhice Desamparada, etc. Estão instalados e funcionando o S.A.M.D.U. e o Serviço de Pronto Socorro.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes de 5 anos e mais idade, segundo o Censo de 1950, são alfabetizados 270 039 homens e 130 047 mulheres.

Ensino — Funcionam em todo o município 45 unidades do ensino pré-primário; 276 do ensino primário fundamental comum, com 34 362 alunos matriculados; 215 do ensino supletivo; 30 do ensino complementar; 47 do ensino secundário; 3 do ensino industrial; 11 do ensino comercial; uma do ensino artístico; 13 do ensino pedagógico, 19 do ensino superior e uma do ensino doméstico. Conta o Recife com 3 Universidades, abrangendo o ensino superior de Direito, Medicina, Engenharia, Química, Belas Artes, Ciências Econômicas, Filosofia e Rural. Os estabelecimentos de ensino

Tôrre Malle Keff, situada no bairro Recife.

Engenho de aguardente — São João.

mais importantes são as Faculdades de Medicina e de Ciências Médicas, a tradicional Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia, Escola Politécnica, Escola de Química, Faculdades de Filosofia, Escola Superior de Agronomia, Escola Superior de Veterinária, Escola de Belas Artes e Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco. Merecem citação também o Colégio Estadual de Pernambuco (antigo Ginásio Pernambucano), o Instituto de Educação, os Colégios Nóbrega, Marista, Salesiano, Carneiro Leão, Pedro Augusto, Ginásio Pinto Júnior; as Escolas Industrial Governador Agamenon Magalhães e Técnica do Recife; o Liceu de Artes e Ofícios, a Escola do Serviço Social de Pernambuco, etc.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cêrca de 25 bibliotecas, gerais e especializadas, públicas e particulares, são encontradas no Recife. Há ainda a Biblioteca Ambulante, organizada pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal. As bibliotecas mais importantes são as da Faculdade de Direito da Universidade do Recife (especializada), com 60 492 volumes; a do Gabinete Português de Leitura (geral), com 38 000 volumes; a Biblioteca Pública do Estado, com 19 300 volumes; a do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, com 16 576 volumes; a biblioteca Professor Metódio Maranhão, da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, com 13 282 volumes. Circulam atualmente na cidade os seguintes órgãos da imprensa diária recifense: "Diário de Pernambuco" (o mais antigo órgão em circulação da América Latina), "Jornal do Commercio", "Fôlha da Manhã" (matutina e vespertina), "Correio do Povo", "Jornal Pequeno", "Diário da Noite" e "Fôlha do Povo". A Associação da Boa Imprensa imprime e distribui, semanalmente, o órgão católico "A Tribuna". Três são as radioemissoras existentes: Rádio Clube de Pernambuco — pioneira da radiodifusão no Brasil; Rádio Jornal do Commercio e Rádio Tamandaré. Há 24 livrarias e 27 tipografias em funcionamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Não há grandes acidentes geográficos no município. O seu território é quase todo uma planície. Os pequenos morros existentes, como os de Nossa Senhora da Conceição, Dois Irmãos, Berenguer, etc., não chegam a 100 metros. O que se observa nos arredores da cidade são pequenas ilhas, alagados e mangues, envolvidos pelos braços dos rios. Entre êsses, banham a cidade e se destacam o Capibaribe e o Beberibe que se encontram no centro urbano e formam uma só barra. Antes de suas águas se confundirem com o Oceano, o Capibaribe se divide em dois braços: um que vai pelos Afogados e outro que segue pelo norte. Cortando a cidade em diversos pontos, aquêles rios são atravessados por inúmeras pontes, o que dá ao centro urbano um aspecto dos mais interessantes. E daí o ter sido chamada "a Veneza Brasileira"

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Várias são as cerimônias de caráter religioso que se celebram na cidade durante o ano, destacando-se a festa de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Recife, no dia 16 de julho, que reúne quase tôda a população católica da cidade, numa grande procissão. Durante vários dias são realizadas festividades na parte externa da Basílica do Carmo. Merecem citação também as festas em homenagem a Nossa Senhora da Penha, no dia 3 de setembro, e as da Igreja da Santa Cruz, no mês de agôsto.

O carnaval do Recife é o mais famoso do Brasil. Durante quase dez dias, é grande o movimento no centro da cidade. As principais ruas se transformam inteiramente para dar lugar às comemorações que se iniciam uma semana antes do tríduo carnavalesco pròpriamente dito. O centro da cidade se engalana e o povo sai às ruas para apreciar o desfile dos clubes, blocos, troças, maracatus, "caboclinhos", escolas de samba, etc. O frevo — música genuìnamente pernambucana — é o responsável pela animação que domina a cidade nesses dias de autêntica loucura.

O São João, São Pedro, Natal e Ano Novo são igualmente comemorados com grandes festas. Os dias 1.º de maio, 5 e 7 de setembro e 15 de novembro são também festejados, havendo concentrações operárias, desfiles de escolares, parada militar, etc.

Cidade eminentemente católica, o Recife é sede do Arcebispado da Arquidiocese de Olinda e Recife que congrega 30 paróquias distribuídas no território do município. O Arcebispo é S. Ex.ª Rev.ᵐᵃ Dom Antônio de Almeida Morais Júnior. Cêrca de 62 igrejas católicas, a maior parte construída no século XVIII, existem na cidade, destacando-se a Concatedral da Madre de Deus (século XVII) e a de Nossa Senhora do Pilar (século XVII), no bairro do Recife; a Basílica de Nossa Senhora do Carmo (século XVII), Conceição dos Militares (século XVIII), Nossa Senhora do Livramento (século XVII), Santo Antônio — Matriz (século XVIII), Nossa Senhora da Penha (século XVII), São Pedro dos Clérigos (século XVIII), Nossa Senhora do Têrço (século XVIII).

Protestantismo — Inúmeros são os templos da religião reformada, destacando-se o Holy Trinity Church (Templo Anglicano), fundado em 1839, localizado na Rua Carneiro Vilela, n.º 569 (primitivamente estava instalado no local onde hoje se encontra o edifício Duarte Coelho, na Rua da Aurora); Igreja Presbiteriana da Boa Vista (Avenida Conde da Boa Vista); Igreja Presbiteriana do Recife (Rua

Dr. José Mariano n.º 186); Igreja Evangélica Congregacional de Pernambuco (Rua do Príncipe, n.º 328); Igreja Batista do Recife — 1.ª (Avenida Conde da Boa Vista, número 163), e Igreja Adventista do Sétimo Dia (Rua Gervásio Pires, n.º 717).

Merecem destaque ainda o Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Seminário Presbiteriano do Norte, Seminário Teológico do Brasil e o Seminário Congregacional do Norte, bem como os colégios Americano Batista e Agnes Erskines.

Cultos afro-brasileiros — As pesquisas do professor Waldemar Valente acêrca do sincretismo religioso focalizaram, na capital pernambucana, alguns Xangôs onde se pratica o ritual dos negros, com vestimentas da côr católica. São muitos os seus adeptos. E encontram-se em várias camadas das classes sociais recifenses que, ou prestigiando por simples espírito de tolerância ou por contrição, freqüentadores assíduos são daquelas práticas. Existem terreiros famosos, alguns cuja fama já atravessou as fronteiras regionais: Terreiro de "Pai Apolinário", no Outeiro de Casa Amarela; o terreiro de "Pai Adão", na Estrada Velha de Água Fria, etc. Pode-se acrescentar a êsses rituais as práticas de umbanda, que, segundo alguns entendidos, constitui um misto de ritos afro-espírita e ameríndio-cristão, com as suas interessantes "linhas" e "falanges" retiradas das tradições afro-ameríndias.

Maçonaria — O Recife é sede de duas jurisdições maçônicas: o Grande Oriente e a Grande Loja de Pernambuco, que congregam em seu seio inúmeras lojas ou oficinas onde praticam a maçonaria simbólica. O Grande Oriente subordina, também, lojas capitulares.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Empregam suas atividades no Recife 704 médicos, 530 advogados, 248 dentistas, 103 farmacêuticos, 387 engenheiros, 125 agrônomos e 22 veterinários. Conta a cidade com o Hôrto Zoobotânico, localizado no subúrbio de Dois Irmãos, onde se encontram variados espécimens da flora e fauna brasileiras. Dispõe, ainda, do Museu do Estado, localizado na Avenida Ruy Barbosa, n.º 960, e do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, fundado a 28 de janeiro de 1862. Inúmeros são os monumentos e estátuas existentes em diversos pontos da cidade, destacando-se as estátuas de Joaquim Nabuco, do Conde da Boa Vista, de Martins Júnior e do Barão do Rio Branco, e os monumentos a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a Maciel Pinheiro, ao feito do avião "Jaú" e da Casa Forte. Merece citação também a fonte da Praça Maciel Pinheiro, uma verdadeira obra de arte. Outra relíquia da cidade é o velho e tradicional Teatro Santa Isabel, construído em 1850 pelo engenheiro francês L. L. Vauthier. Ainda existem na urbe, como grata recordação da época do domínio holandês e português, as ruínas do antigo forte do Brum e o das Cinco Pontas, êste completamente remodelado e atualmente ocupado por uma unidade do Exército nacional. Em pleitos populares são sufragados 1 prefeito, 1 vice-prefeito e 25 vereadores. O atual chefe do Executivo de Recife é o Senhor Pelópidas Silveira.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	473 465	230 387	127 897	95 475	135 847
1951	644 701	361 405	180 192	141 737	179 682
1952	744 484	395 397	180 681	147 058	196 479
1953	817 783	495 983	229 684	187 700	216 980
1954	1 071 804	640 080	282 316	238 227	281 307
1955	910 016	886 873	355 746	325 744	366 097
1956	1 105 817	965 241	431 192	369 193	461 293

(Redação final — André Beda Cavalcanti; Fonte dos dados — Inspetoria Regional de Estatística, Departamento Estadual de Estatística e Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife.)

RIACHO DAS ALMAS — PE

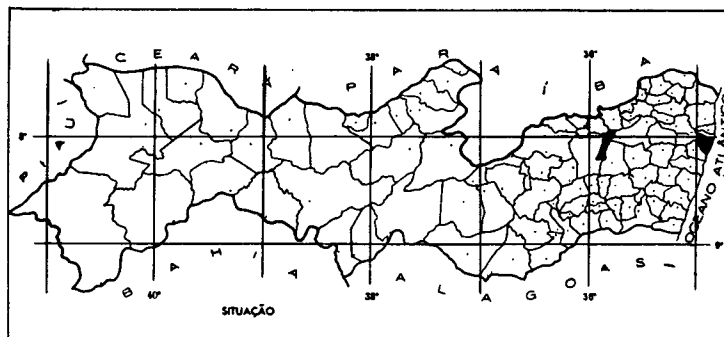
Mapa Municipal na pág. 545 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo os habitantes mais antigos da localidade, o atual município de Riacho das Almas teve início nos anos de 1875 e 1880, quando instalou-se com uma fazenda de gado o coronel Joaquim Bezerra, que mandou construir uma casa-grande e diversos casebres para seus escravos; também construiu uma bolandeira (máquinas que descaroçavam algodão, puxadas por boi ou outro animal). Em 1881 foi instalada uma feira no lugar denominado Riacho do Fernandes, a uma distância de 2 quilômetros da atual sede municipal, sendo no mesmo ano transferida por ordem de Francisco Leite para o lugar denominado Riacho das Éguas (nome antigo do atual município, denominado assim porque nos tempos de sêca as éguas iam beber em um poço ali existente num riacho), em virtude de desentendimentos havidos entre a polícia de Limoeiro e os organizadores da feira. As autoridades de Limoeiro daquela época receberam denúncia de que se realizava uma feira, nos limites do município com o de Caruaru; para dito local enviaram um cabo de polícia e diversos soldados, que no entanto constataram ser a mesma no município de Caruaru. Sabedor do ocorrido o coronel Joaquim Bezerra (homem de muito prestígio em sua época) mandou que a mesma fôsse transferida para sua fazenda, em virtude do que o nome da feira passou a Riacho das Éguas. Segundo ainda habitantes mais antigos, foi construído de 1887 a 1888 o primeiro cemitério.

Em 1884 o coronel Joaquim Bezerra mandou fazer um grande açude, que ficou concluído em 1890, só vindo a encher-se no ano de 1892, sendo celebrada uma festa por tal acontecimento. No ano de 1894 o coronel Joaquim Bezerra providenciou a construção de uma engenhoca que só funcionou até 1896, em virtude de grande chuva caída em 1897 que arrombou o açude, destruindo tôda a cana existente e parte da engenhoca. Segundo uns, o coronel Joaquim Bezerra faleceu dois anos depois, segundo outros, seu desaparecimento verificou-se no ano de 1900, deixando diversos filhos, que venderam a *Casa-grande* ao Sr. Joaquim Tomaz, que não chegou a morar na mesma, pois vendeu-a ao Sr. Minzé Pinheiro. Em 1905 o topônimo Riacho das Éguas foi mudado para Riacho das Almas, pelo padre José

Vista parcial da Rua Dr. Manoel Borba.

Ananias, dizendo êste que o nome primitivo era de animal e ficaria mais bonito o de Riacho das Almas, em virtude de ter sido construído o cemitério na beira do riacho. Ainda no ano de 1905 a população foi atacada por uma grande febre que quase deixa despovoada a localidade, sendo nesta época colocada a pedra de construção da primeira igreja (antes as cerimônias religiosas eram celebradas na Casa-grande, sob a invocação de São Sebastião), se tendo destacado na construção da mesma os Senhores Minzé Pinheiro, João Ferreira e Antônio Carlos; o sino foi batizado no ano de 1912. No início de 1911, fixou residência no município o Sr. Justo Fernandes da Mota (atual Prefeito) e sua espôsa, D. Maria Júlia da Silva Mota que instalou a primeira escola a 16 de janeiro do mesmo ano. A 10 de setembro de 1918, foi passada a escritura do Patrimônio de São Sebastião, tendo nesta oportunidade sido feito um têrmo de posse que foi assinado por diversas pessoas presentes, entre elas o padre José Ananias e os Srs. Justo Fernandes da Mota e Anacleto Braz da Silva. Em 13 de fevereiro do ano de 1920, foi instalado em Trapiá (atual 2.º distrito de Riacho das Almas) o 5º distrito do município de Caruaru, que depois passou a ter sua sede em Riacho das Almas, com a denominação de 3.º distrito de Caruaru. A 16 de julho de 1941, por Decreto de S. Ex.ª Rev.ma D. Adalberto Sobral, Bispo de Pesqueira, foi criada a freguesia de Riacho das Almas sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi instalada a 20 de julho do mesmo ano, sendo seu primeiro vigário o padre Antônio Faustino da Costa. Em 20 de maio de 1945, ainda por Decreto de S. Ex.ª Rev.ma D. Adalberto Sobral foi a freguesia elevada à categoria de paróquia. Por fôrça da Lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, foi desmembrado do município de Caruaru e elevado à categoria de município, sendo o mesmo instalado oficialmente a 27 de junho de 1954 e seu primeiro Prefeito o capitão Rômulo Pereira de Morais. A 20 de novembro de 1955 foi empossado o primeiro Prefeito constitucional, o Sr. Justo Fernandes da Mota, sufragado no pleito que se realizou em 3 de outubro daquele ano. O município do Riacho das Almas, que desde a sua criação era constituído de um só distrito, foi, por fôrça das Leis municipais de números 8 e 9, dividido em 3, ficando assim constituído: Riacho das Almas, Trapiá e Couro Dantas. Os distritos de Trapiá e Couro Dantas serão oportunamente instalados. A comarca de Riacho das Almas foi criada pela Lei estadual n.º 1 846, de 21 de maio de 1954, e instalada a 15 de novembro do mesmo ano, sendo seu primeiro Juiz o Dr. José Frederico Soriano de Souza.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Riacho das Almas fica situada na Zona Fisiográfica do Agreste. Dista da capital do Estado 131 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Faixa de transição climática dos tipos Bsh e As', com predominância do segundo. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas 36; das mínimas 18; compensada 26. A precipitação pluviométrica anual é de 312 milímetros. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Segundo estimativas, corresponde a 246 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, era de 14 719 habitantes, sendo 7 146 homens e 7 573 mu-

Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição.

lheres. A densidade demográfica correspondia a 59,8 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 4,7% da população.

Município — estimativa do D.E.E., 1.º-VII-1957: 17 212 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Riacho das Almas, com 953 habitantes, segundo o Censo de 1950.

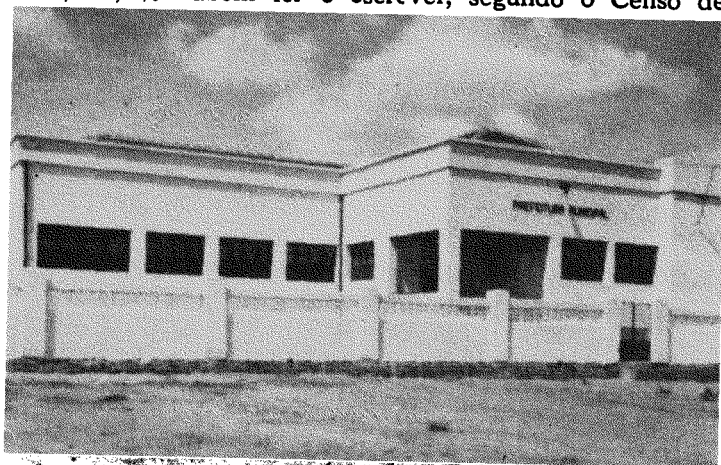
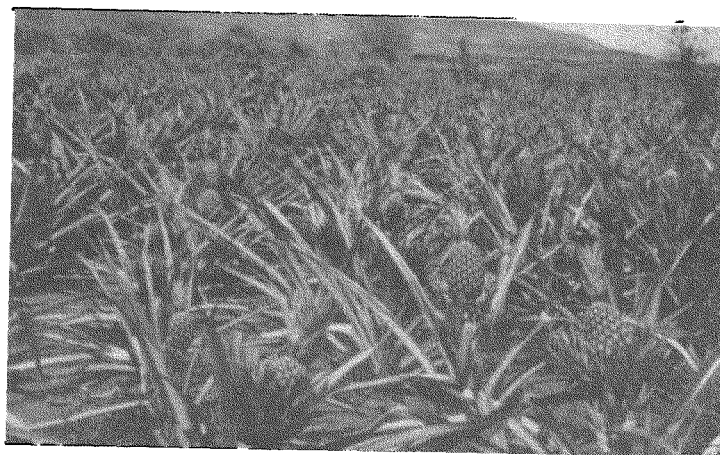
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 30% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Algodão, abacaxi, abóbora, milho, mamona, mandioca e feijão representam as principais culturas agrícolas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Cento	35	3 500,00
Algodão	Quilograma	34 650	212 100,00
Mamona	»	8 000	17 600,00
Milho	Saco 60 kg	200	16 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Caruaru (24 km), Vertentes (36 km), Surubim (66 km), Limoeiro (72 km) e Bezerros (21 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 136 km, por via rodoviária, da capital estadual, 133 km, misto (21 km por via rodoviária, até Bezerros e, daí, por ferrovia, 112 km). Conta ainda com 1 campo de pouso em uma fazenda que dista 18 km da sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com apenas 13 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias. Funciona na cidade uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — São pavimentados 15% dos seus logradoudos. Na sede distrital há 1 hotel com diária média de Cr$ 60,00. Os veículos registrados na Prefeitura são 2 automóveis e 8 caminhões.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 50,6% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Prefeitura Municipal.

Vista parcial de um plantio de abacaxi.

Ensino — Em 1956 havia 53 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 440 alunos matriculados, e 4 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (1)	—	—	—	—	—
1951 (1)	—	—	—	—	—
1952 (1)	—	—	—	—	—
1953 (1)	—	—	—	—	—
1954	(2) 31	177	654	98	291
1955	(3) 37	623	971	256	1 289
1956	...	...	...	...	...

(1) Município criado em 29 de dezembro de 1953. — (2) Dados apanhados junto aos contribuintes, pois a arrecadação Federal é feita pela Coletoria de Caruaru e não é separada. — (3) Refere-se apenas ao 4.º trimestre, data em que foi instalada a Coletoria Estadual; antes era englobada com a receita de Caruaru.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A sede do município apresenta um solo muito irregular, sendo cortado por diversos riachos, entre os quais o da Bandeira e o do Urubu. O primeiro assim chamado por nascer na serra da Bandeira, banha a cidade pelos lados sul e leste, enquanto o do Urubu, que nasce no sítio do mesmo nome, corta a cidade pelo lado norte.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há na comuna 9 vereadores e um corpo de 3 856 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Justo Fernandes da Mota.

(Autor do histórico — Mário da Mota Limeira — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

RIBEIRÃO — PE

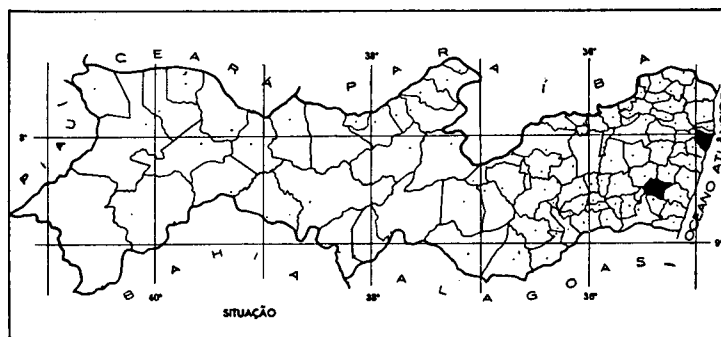
Mapa Municipal na pág. 207 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Ribeirão teve origem em aglomerado de casas populares, construídas em tôrno de uma capela sob a invocação de Santana, isto no século XVIII, segundo a tradição local. Daí apareceu o Engenho Ribeirão, mais tarde a Usina Pinto, depois Usina Ribeirão, que contribuiu para o desenvolvimento do povoado. No dia 25 de março de 1862, inaugurava-se a estação de linha férrea "Ribei-

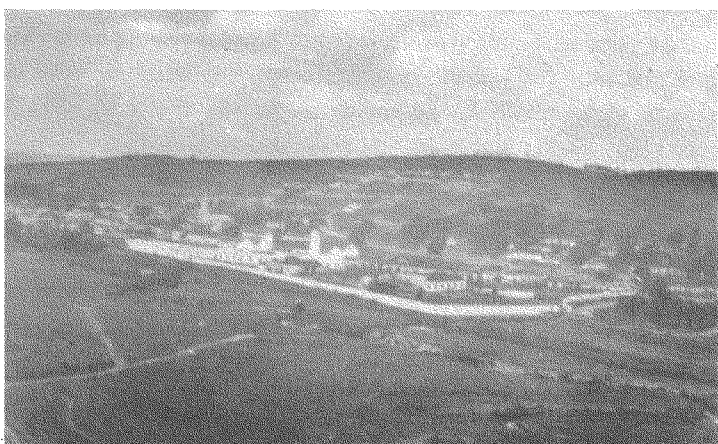
Praça Estácio Coimbra, a principal da cidade.

rão", acontecimento que trouxe grandes melhoramentos ao lugar.

O distrito de Ribeirão, pertencente ao município de Gameleira, foi criado pela Lei municipal de 19 de agôsto de 1895, elevando a sua sede à categoria de vila pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Pela Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, foi criado o município de Ribeirão, desmembrando-se do de Gameleira, elevando a sede municipal à categoria de cidade. A instalação oficial da nova comuna deu-se a 1.º de janeiro de 1929. Na divisão administrativa de 1933, publicada no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como nas de divisão territorial datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e ainda no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Ribeirão compunha-se de 2 distritos: Ribeirão e Caxangá. Em 1938, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, Ribeirão adquiriu o distrito de Aripibu do município de Amaraji, passando a constituir-se de 3 distritos: Ribeirão, Aripibu e José Mariano (ex-Caxangá). O topônimo Ribeirão é originário de um ribeiro, perene e tributário do rio Amaji, que banha a cidade pelo lado leste. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, e o Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Ribeirão é têrmo judiciário da comarca de Gameleira, assim figurando na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943. Em face do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que pôs em execução o Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 do mesmo mês e ano, foi criada a comarca do Ribeirão, com o têrmo de igual nome, desmembrado da comarca de Gameleira.

LOCALIZAÇÃO — Servido por dois ramais da Rêde Ferroviário do Nordeste, Ribeirão está situada a uma altitude de 96 m, numa distância, em linha reta, da capital, de 69 km, no rumo S.O. e na Zona Litoral-Mata. As coordenadas geográficas são: 8º 30' 39",5 de latitude Sul e 35º 22' 40",1 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Ams'. Quente e úmido, com estação sêca, compensado pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. Temperatura média das máximos, 30ºC; das mínimas, 20ºC e compensada, 26ºC (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

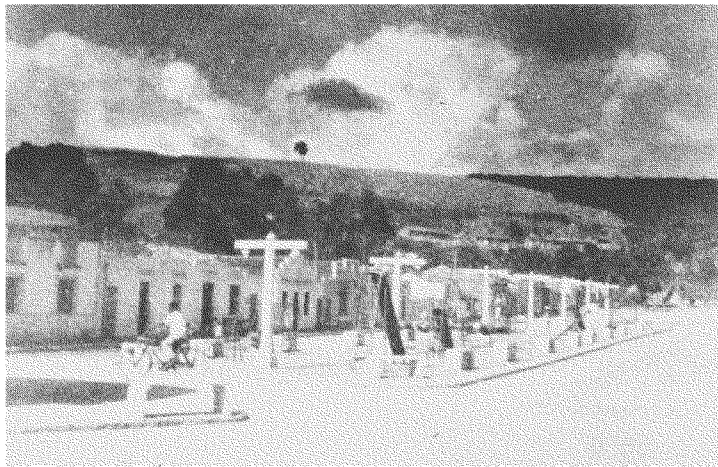
ÁREA — Corresponde a 217 quilômetros quadrados.

Vista geral da cidade.

POPULAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, era de 20 062 habitantes, sendo 10 439 homens e 9 623 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 92,4 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbabano 15,1% da população. Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-957 — 23 148 pessoas.

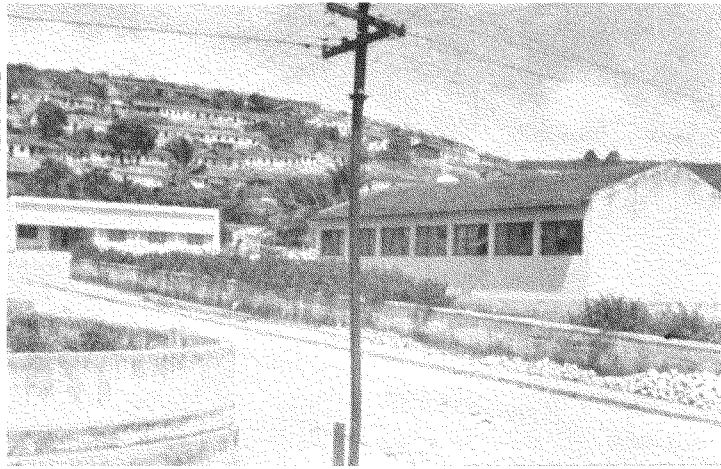
Aglomerações urbanas — Cidade de Ribeirão (5 639 habitantes) e as vilas de Aripibu (802) e José Mariano (920).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 32,4% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 11,1% na indústria, 2,1% no comércio e as demais na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. A cana-de-açúcar é a principal cultura agrícola. Há 23 estabelecimentos industriais ocupando 1 413 pessoas. O principal produto agrícola do município — a cana-de-açúcar, em 1954, apresentou um volume de 331 200 toneladas, no valor de Cr$ 50 011 200,00.

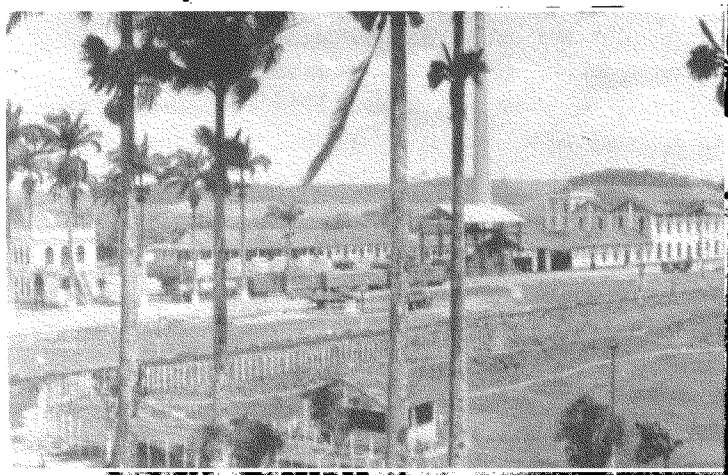
MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Amaraji (19 km), Escada (30 km), Sirinhaém (55 km), Gameleira (9 km), Água Preta (41 km) e Cortês (37 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 84 km, por via rodoviária, da capital estadual, 87 km por ferrovia e 69 km por via aérea. Situado no Engenho Taquara existe um pequeno campo de pouso.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 89 estabelecimentos do comércio varejista.

Parque infantil 11 de Setembro.

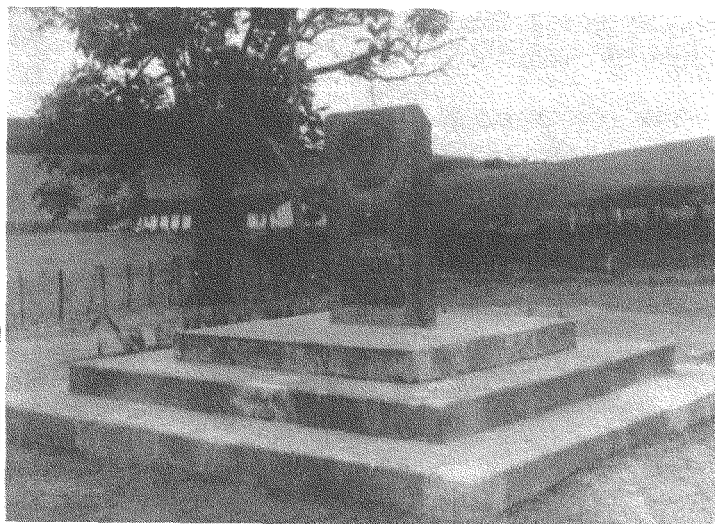
Não há agências bancárias. Funciona na cidade uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Estão pavimentados a paralelepípedos 20% da área da sede municipal. Regular serviço de abastecimento d'água canalizada serve a cidade de

Grupo Escolar Padre Américo Novais.

Ribeirão, com 535 prédios. Em 1954, nos quadros urbano e suburbano, existiam 1 924 prédios, dos quais 1 124 estavam ligados à rêde de iluminação elétrica domiciliária, sendo 38 os logradouros servidos por iluminação pública. Há 3 hotéis com diária comum de Cr$ 100,00, 2 cinemas com acomodações para pequeno público e a Agência dos Correios e Telégrafos. Na Coletoria Estadual, em 1956, estavam registrados 33 automóveis e 59 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com 2 ambulatórios, o Pôsto do S.E.S.P. e o Núcleo João Cardoso Aires Filho, êste mantido pelo S.E.S.I. Quatro médicos, 3 dentistas, 3 farmacêuticos práticos licenciados e 3 farmácias completam a assistência médico-sanitária do município.

Vista parcial da Usina Estrelinha.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 12 estabelecimentos do ensino pré-primário, 12 do ensino primário fundamental comum, com 1 125 alunos matriculados, 4 do ensino supletivo e 1 do comercial.

Monumento a José Mariano Carneiro da Cunha.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Ribeirão um órgão noticioso, de periodicidade irregular, merece citação a Biblioteca Mário Sete, de caráter geral, com 1 342 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 056	1 334	1 092	706	1 311
1951	1 130	2 284	1 455	982	1 458
1952	936	2 794	1 654	1 049	1 603
1953	936	2 892	2 159	980	2 115
1954	1 994	3 236	2 790	1 657	2 599
1955	2 231	4 795	2 695	1 497	2 740
1956	3 437	9 095	(*) 2 100	(*) 1 173	(*) 2 100

(*) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Ribeirão serviu de berço ao grande abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha que, ao lado de Joaquim Nabuco, lutou em defesa da liberdade dos escravos. Em sua homenagem, foi erigido um monumento, inaugurado a 16 de março de 1939. Nas últimas eleições tomaram assento na Câmara Municipal 9 vereadores, sendo que, em 1956, existiam 4 357 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Doutor Clóvis Cavalcanti Lapa.

(Autor do Histórico — Moacir Pinheiro de Brito — A.M.E; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

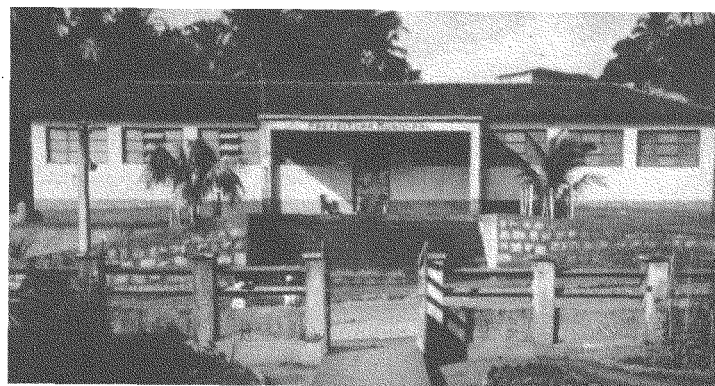
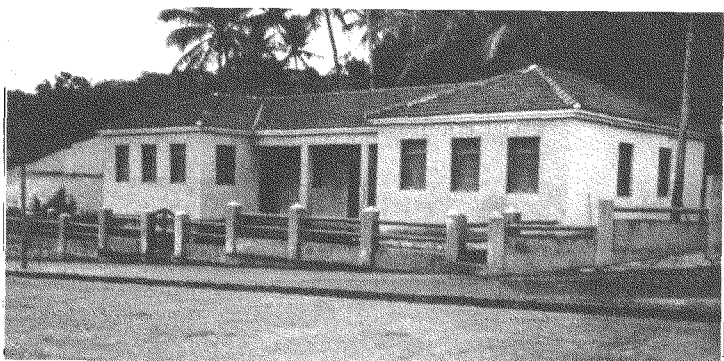
RIO FORMOSO — PE

Mapa Municipal na pág. 213 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Heróico torrão, palmo a palmo regado, pelo sangue generoso de valorosos combatentes, o Rio Formoso foi arena dos mais patrióticos cometimentos, especialmente durante a invasão holandesa, quando traçou, com suas armas, fulgurantes páginas nos anais da história pátria. Deve ser, pois, para todo brasileiro, relíquia sagrada que recordará perpètuamente as glórias dos nossos veneráveis maiores. Povoado algum deixa de ter magníficas tradições. Em Tamandaré reproduziram-se cenas saguntinas, quando Serrão de Paiva incendiou as próprias naus e muitos de seus comandantes preferiram entregar-se às águas do que aos adversários, exatamente como foi feito na vetusta cidade afro-espanhola, ao ser esta atacada por Aníbal.

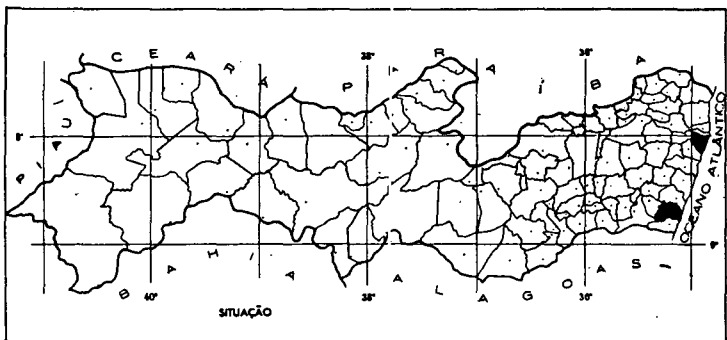
Una, antiga freguesia rio-formosense, apresenta vultos do heroísmo dos velhos gregos, como João Gomes, que rejeitou a fuga, para dar a vida em holocausto à liberdade. Fora do território nacional atestam o valor bélico de Rio Formoso as vastas planícies do Paraguai, para onde seguiram vários batalhões de voluntários. Colaborou, também, na campanha abolicionista para derrubar o castelo esclavagista que reduzia o homem à categoria de coisa, sujeitando-o ao látego senhorial. O grito, vibrado no solo cearense a 25 de março de 1884, ecoou, entusiàsticamente, em Pernambuco e, no Rio Formoso, não foram poucos os agricultores que repugnaram o sistema de ser o homem escravo de outro homem. Entre os que se empenharam no humanitário movimento, se achavam Sebastião Accioly, barão de Goicana; seu irmão Presciliano Accioly e José de Amorim Salgado, barão de Santo André, que, tendo herdado grande escravatura, dela se desfizeram por meio de cartas de emancipação.

DIVISÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA — Primitivamente abrangido pelo distrito do Cabo de Santo Agostinho, comarca de Santo Antônio do Recife, era já têrmo da vila de Sirinhaém em 7 de novembro de 1789, quando foi terminado o inventário dos bens do mestre de Campo José Luís Paes de Melo, falecido no Engenho Mamucabas. Foi a comarca desmembrada da capital pernambucana por Ato do Conselho Geral da Província, de 20 de maio de 1833, em execução do artigo 3.º do Código de Processo Criminal. Teve, então, a elevação a município, vila e comarca geral de 2.ª entrância. No inventário de D. Maria Rita Wanderley, viúva do coronel Francisco Xavier Paes de Melo Barreto, o Engenho Mamucabas já foi dado como da freguesia, vila e comarca de Rio Formoso, em 1841, sendo então Juiz o Dr. Antônio Afonso Ferreira, e escrivão José Gomes Coimbra, avô do Dr. Estácio de Albuquerque Coimbra.

A Lei provincial n.º 85, de 4 de maio de 1849, refere-se ao distrito, e a de n.º 258, de 11 de junho de 1850, deu-lhe foros de cidade, reconhecidos pela de n.º 1 318, de 4 de fevereiro de 1879. Tem, por vêzes, descido de categoria. Atos vários, inclusive os de 31 de dezembro de 1936, 31 de dezembro de 1937 e Decreto n.º 92, de 31 de maio de 1938, tornaram-no apenas um têrmo de Sirinhaém. Passou a pertencer a Barreiros, após a divisão territorial, estabe-

Prefeitura Municipal.

Vista parcial da Avenida Rio Branco, vendo-se o prédio onde funcionam a Câmara e escolas de música e Corte e Costura.

lecida pelo Decreto n.º 295, de 9 de dezembro de 1938, que extinguiu a independência judiciária da terra de Pedro de Albuquerque. Voltou o Rio Formoso a ter autonomia pelo Decreto n.º 952, de 31 de dezembro de 1943. Abrangia o têrmo de Sirinhaém que se libertou pelo Decreto n.º 1 116, de 4 de fevereiro de 1945. Atualmente é sede de comarca. Durante muito tempo foram 3 os distritos judiciários: sede, Una e Tamandaré. A divisão administrativa de 1911 referia-se a Rio Formoso, Propriedade de Tamandaré. A apuração do Recenseamento de 3 de novembro de 1920 menciona: Rio Formoso, Propriedade de Una e Tamandaré. No quadro da divisão administrativa de 1933, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o distrito de Una passou para Barreiros e o município do Rio Formoso subdividiu-se em 4 distritos: sede, Tamandaré, Cocaú e Santo André. São êstes mesmos distritos os mencionados nos quadros de divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, e Decretos-leis números 92, de 31 de maio de 1936 e 295, de 9 de dezembro de 1938. O Decreto-lei n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, apenas mudou o nome de Santo André para Saué.

Atualmente a sede, Cocaú, Saué e Tamandaré constituem o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º distritos.

LOCALIZAÇÃO — Fica a cidade do Rio Formoso à margem do rio que lhe deu o nome, sendo as suas coordenadas geográficas 8º 39' 39",9 de latitude Sul e 35º 09' 11",6 de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, 73 quilômetros, no rumo S.S.O.; está situado o município na Zona Fisiográfica Litoral-Mata.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Em geral é clima saudável, o ar é puro e sadio. Tipo de clima: Am'i'. Quente e úmido com estação sêca, compensado pelos totais elevados. Chuvas de outono-inverno (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 385 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, era de 22 063 habitantes, sendo 11 772 homens e 10 291 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 57,3 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano, 13,2% da população.

Município — estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 25 457 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade do Rio Formoso (1 426 habitantes) e as vilas de Cocaú (2 413), Saué (495) e Tamandaré (866).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 36,4% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 9,1% na indústria e as demais no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, côco, mandioca, banana e batata-doce são as principais culturas agrícolas do município. Há 13 estabelecimentos industriais ocupando 847 pessoas.

Aspecto parcial da Rua São José, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz de São José.

O volume e o valor das principais culturas agrícolas do município, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	97 000	1 261 000,00
Batata-doce	Tonelada	43	38 700,00
Cana-de-açúcar	"	350 000	73 500 000,00
Côco	Cento	24 500	6 370 000,00
Mandioca	Tonelada	885	147 600,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Água Preta (60 km), Gameleira (30 km), Sirinhaém (13 km) e Barreiros (27 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 93 km, por via rodoviária, da capital estadual, 126 km, misto (30 km por via rodoviária, até Gameleira, e daí por ferrovia, 96 km) e 73 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 20 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Dos 16 logradouros existentes, 5 são pavimentados, 3 arborizados, 2 arborizados e ajardinados. A cidade é iluminada a luz elétrica, contando com 211 ligações domiciliárias. Tem bom serviço de água canalizada, uma agência Postal Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 hotel com a diária média de Cr$ 90,00, 4 cinemas (1 na sede e 1 em cada distrito). Es-

Edifício dos Correios e Casa da Justiça.

tão registrados na repartição competente 4 automóveis, 11 ônibus, 32 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos à população local: Liga de Proteção à Maternidade e à Infância, Subpôsto Municipal de Higiene, Ambulatório Médico da Usina Cocaú. Encontram-se na cidade 1 médico e 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22,3% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 28 unidades do ensino primário fundamental comum, com 2 015 alunos matriculados, e 4 do ensino supletivo.

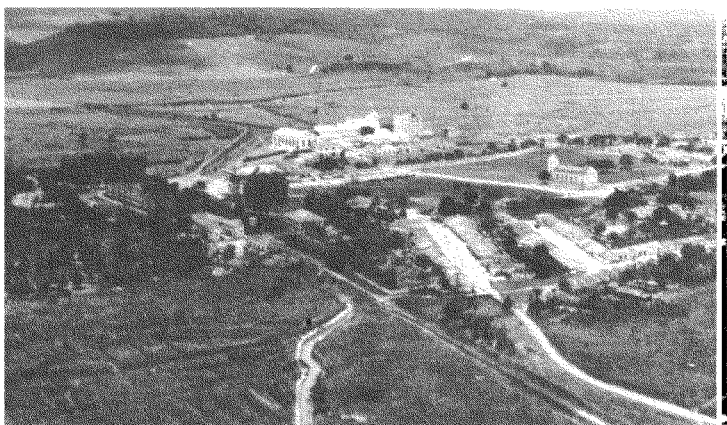
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000,)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 625	1 481	965	1 502
1951	...	2 666	1 662	1 092	1 955
1952	...	3 954	1 747	1 040	1 765
1953	...	4 509	2 175	1 201	2 007
1954	...	3 980	2 106	1 252	2 091
1955	...	5 154	2 570	1 515	2 612
1956	(*) ...	(*) 7 343	(*) 3 168	(*) 1 951	(*) 2 812

(*) Dados fornecidos até o dia 10 de dezembro de 1956.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Pode ser citado o Funil, belíssimo sorvedouro no rio Sirinhaém, em frente ao engenho Xaguá. O município é regado por grande número de rios, sendo os mais importantes: o Ariquindá, navegável; o Formoso (antigo Iobugraçu, nome indígena, que significa "grande rio verde"); o Sirinhaém.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em 1710, na luta dos Mascates contra a nobreza do govêrno do Recife contra o de Olinda, não cruzou os braços Rio Formoso ante a série de acontecimentos que ameaçavam o horizonte da pátria. Foi um poderoso centro de resistência dos batalhões dos mascates. As fôrças de Sebastião de Castro Caldas ficaram divididas em dois batalhões: um comandado pelo rio-formosense Paulo de Amorim Salgado, tendo à frente Antônio, Felipe e Miguel Paes Barreto, e o outro dirigido por Cristóvão Paes Barreto, o façanhudo, ao lado do chefe dos índios: Sebastião P. Camarão. A defesa de D. Manoel Álvares da Costa estava em parte entregue ao também rio-formosense Cristóvão da Rocha Wanderley, cunhado de Paes Barreto e de Amorim Salgado, e ao padre José Maurício Wanderley. Em Una heróicos combates sustentaram o capitão-mor Cristóvão Paes Barreto e sua gente, e Sebastião Pinheiro Camarão com os índios, por parte dos mascates, e pelos olindenses Cristóvão Wanderley com seu filho p.e J. Maurício, alferes Diogo Cunha; coronel Duarte Albuquerque, seu filho sargento Jacinto Freitas Accioly; cap. Moura; Francisco Ferreira Anjo e padre Fernandes Sobral. O entusiasmo e patriotismo faziam êsses heróis desconhecerem seus parentes mais próximos, amigos mais íntimos. Assim é que vemos José de Barros Pimentel e Barros Rêgo aprisionando seu primo Paulo Salgado e indo procurar um dos filhos dêste no Engenho Trapiche, residência do próprio tio. Guerra cruenta moveu Cristóvão P. Barreto contra seu cunhado Cristóvão Rocha Wanderley. Prudente Pessoa da Veiga, nascido em Una, e filho de Luiz da Veiga Pessoa, combateu às avançadas na gloriosa revolução de 17, à sombra do exército de Francisco Paes Barreto, depois marquês do Recife. A batalha de Pindobas foi adversa aos democratas. E a 15 de maio, Pessoa feito prisioneiro do marechal Melo Veiga, incluído na gloriosa lista dos 71, com Paes Barreto, Camarão, Gervásio Pires e outros mártires, foi remetido, a bórdo do "Carrasco", para o Reino e em tenebroso cárcere morreu, longe da família e carregado de pesados grilhões, por ter querido expulsar de Pernambuco aquêle que julgava nocivo ao seu progresso. Guerreiros ilustres notabilizaram a pátria, quais Antônio Correia Seara, comandante, na Confederação do Equador. Domingos Teotônio, chefe do movimento revolucionário de 1817, e o general Azevedo Pimentel, que com a pena e a espada defendeu o Brasil contra as hostes de Solano Lopez. O velho rincão teve: na arena jornalística, Almeida Cunha, redator do "Diário de Pernambuco"; na poesia Firmino de Figueiredo; no campo da ciência de Cícero e Dupin, advogados como Henrique Milet, João Coimbra, Francisco da Costa Maia. Da agricultura surgiram varões respeitáveis, como o Prefeito do Cabo, Dr. Paulo de Amorim Salgado; o Dr. Francisco Caldas Lins, e barão de Araçaji e visconde de Rio Formoso, deputado-geral pela então província de Pernambuco; Sebastião Accioly Lins, barão de Goicana; Francisco Antônio Lopes, barão de Una, chefe do Partido Liberal; Barcímio Paes Barreto, desembargador no Estado do Espírito Santo, e vários outros, devendo ainda, ser tido em linha de conta

Pôsto de Puericultura São Bernardo.

Vista aérea da Usina Cocaú.

que muitos dos que são dados como nascidos na vila formosa de Sirinhaém tiveram berço no Rio Formoso, então incorporado àquele distrito. O regente marquês de Olinda nasceu no Engenho Goicana, hoje pertencente ao município.

A Câmara está integrada por 9 vereadores, havendo um total de 5 261 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Dr. Américo de Siqueira Brito.

(Autor do histórico — (Trechos transcritos do livro "O Rio Formoso", do desembargador Carlos Xavier Paes Barreto); Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SALGUEIRO — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade do Salgueiro tem, na sua origem, um cunho todo especial. Tenha sido ou não uma interferência miraculosa, ou a presença de um simples acaso, certo é que Salgueiro nasceu de uma eventualidade extraordinária. Iam os tempos por volta de 1835. Habitava as terras que delimitam e formam o Sítio Boa Vista o abastado fazendeiro capitão Manuel de Sá, figura de destaque na época e a cuja orientação todos se curvavam pia e confiantemente. Precisando fazer uma revisão de suas terras e criatório, para ver como se apresentavam, é seguido, sem pressentir, de seu filhinho, Raimundo, que se embrenhou na mataria negra e densa, perdendo o encalço do seu pai.

Os de casa nem podiam supor que aquêle ligeiro desaparecimento, mitigado com a esperança de que o pequeno

Vista parcial da Praça Benjamim Soares.

estivesse às vistas do seu genitor, desse numa fatalidade. Retornando de sua pesquisa costumeira, sente o ilustre capitão alguma lacuna: é que não vira ali, como de costume, as inocentes carícias do seu pequeno. Convoca os servos e manda que os mesmos se adentrem na floresta, à procura de seu inocente Raimundo. Sendo devoto fervoroso do Santo Milagroso de Pádua, roga-lhe a vida incólume do filho. Faz mais: promete-lhe uma capela no local em que fôsse encontrado o seu pequeno Raimundo. Depois de três dias de insana procura, é visto, brincando e sorridente à sombra de frondoso salgueiro, o filho procurado. Em sinal de graças à onipotência Divina, por intercessão do Santo Taumaturgo, erigiu no mesmo local do salgueiro histórico a capelinha de Santo Antônio.

Estava lançada a primeira pedra.

Logo, num surto admirável, veio o resto: multiplicaram-se as casas, uma a uma, e hoje, em tôrno daquele local, onde se operou o grande milagre, altaneira e próspera está a cidade do Salgueiro. Entre os primeiros povoadores da região, cita-se, com destaque, o nome de Antônio da Cruz Neves, fundador e proprietário da Fazenda Quixaba.

Praça Urbano de Sá, vendo-se a Igreja Matriz.

No ano de 1866, foi enviada uma coluna de filhos dêste município para a defesa da Pátria, os quais foram comandados pelo capitão Bernardino Maciel de Souza, que morreu como Comandante do 47.º-B.I., num dos combates de 11 de agôsto de 1867, nos campos do Paraguai. Dentre os representantes dêste município que valentemente seguiram para a luta, em defesa da Pátria, o filho do capitão Manuel de Sá, de nome Joaquim de Sá Araújo, o sétimo dos voluntários, foi agraciado com a Comenda de Cavalheiro da Ordem das Rosas, tendo sido, antes, tenente. Tôdas estas patentes lhe foram dadas durante o período de guerra do Brasil com o Uruguai e, por último, com o Paraguai.

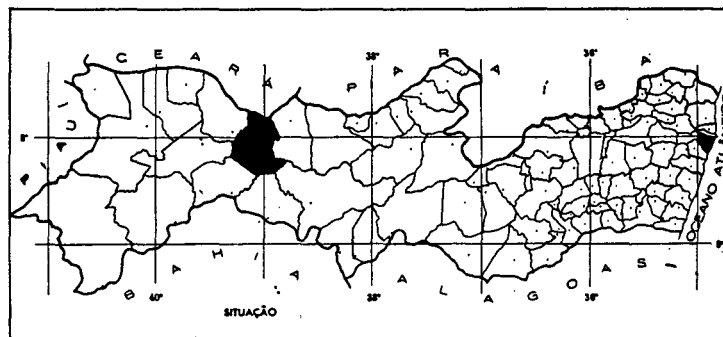
As Leis provinciais números 114, de 6 de maio de 1843, e 309, de 12 de maio de 1853, referem-se à criação da freguesia e, conseqüentemente, à do distrito do Salgueiro, então denominado Santo Antônio do Salgueiro. Pela Lei provincial, que recebeu o n.º 580, datada de 30 de abril de 1864, foi criado o município do Salgueiro, com território desmembrado do de Cabrobó. Sua instalação verificou-se a 27 de janeiro do ano seguinte. O distrito do Salgueiro foi

Vista parcial da Rua 7 de Setembro e Rua 15 de Novembro.

criado, também, pela Lei municipal n.º 1, de 29 de novembro de 1892. A sede municipal recebeu foros de cidade por fôrça da Lei estadual n.º 275, de 26 de abril de 1898. A comarca do Salgueiro deve sua criação à Lei provincial número 1 464, de 16 de junho ou julho de 1879. Nos quadros da divisão territorial, datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, assim como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município do Salgueiro era têrmo componente da comarca do Salgueiro, tendo sob sua jurisdição os têrmos de Cabrobó e Serrinha. Essa situação manteve-se na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar em 1939 e 1943. O Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, fêz com que a comarca do Salgueiro perdesse os têrmos de Cabrobó e Serrita (ex-Serrinha), desmembrados, respectivamente, para constituírem as comarcas. Por fôrça dessa alteração, na divisão fixada pelo Decreto-lei acima referido, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo do Salgueiro é o único componente da comarca do mesmo nome. Na divisão fixada para vigorar no qüinqüênio acima referido,

Parte da Praça Monsenhor Ambrosino Leite.

constam os seguintes distritos: Salgueiro, Conceição das Crioulas, Vasques e Verdejante. Pela Lei da Câmara Municipal, de 13 de janeiro de 1948, foi criado o distrito de Umãs, tendo o município ficado com os cinco distritos seguintes: Salgueiro, Conceição das Crioulas, Vasques, Umãs e Verdejante.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Salgueiro fica situada na Zona Fisiográfica do Sertão do Araripe. Dista 468 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. As coordenadas geográficas são as seguintes: 8° 04' 18",1 de latitude Sul e 39° 07' 14",3 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: mínimas 25. Tipo de clima predominante: Bshw — Semi-árido quente, com uma estreita faixa ao norte do tipo Aw'. A região municipal está compreendida no "Polígono das Sêcas". (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 1 930 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, somava 17 987 habitantes, sendo 8 583 homens e 9 404 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 9,3 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 12,5% da população.

Município — estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 20 754 pessoas.

Aglomerações urbanas — Salgueiro, cidade com 6 876 habitantes, e as vilas de Conceição das Crioulas, 2 567, Umãs, 1 014, Vasques, 2 506, e Verdejante 5 024.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 32,9% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Algodão, cana-de-açúcar, milho e feijão são as principais culturas agrícolas. Há 68 estabelecimentos industriais, ocupando 278 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar..........	Tonelada	35 050	2 804 000,00
Feijão..................	Saco 60 kg	6 000	300 000,00
Milho...................	» » »	2 000	180 000,00

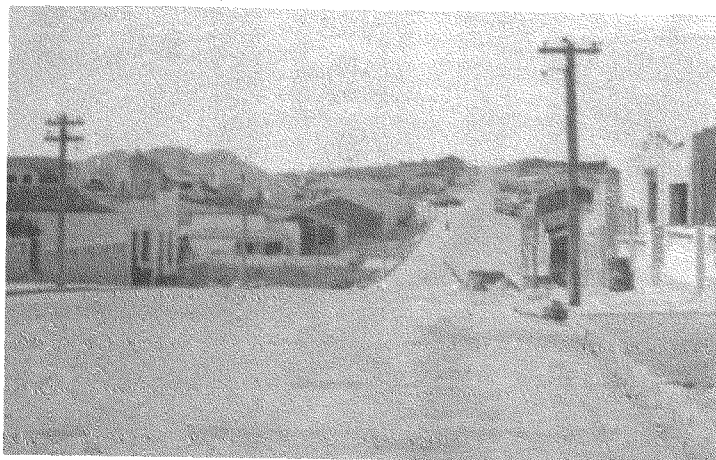
Vista parcial da cidade.

Outro aspecto da Praça Monsenhor Ambosino Leite.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: São José do Belmonte (62 km), Floresta (126 km), Belém do São Francisco (79 km), Cabrobó (63 km), Serrita ..... (30 km), Jardim — CE (84 km) e Parnamirim (52 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal e acha-se a 532 km, por via rodoviária, da capital estadual, 598 km mistos (147 km até Flôres e daí, por ferrovia, 451 km) e 468 km por via aérea. Possui um campo de pouso.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 90 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias, contando, porém, com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 46 logradouros existentes, 13 são pavimentados, 9 arborizados e 1 arborizado e ajardinado simultâneamente. Há 424 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, e uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telegráfos. O município conta com 22 automóveis, 8 jipes e 52 caminhões registrados na repartição competente. Citam-se ainda 2 hotéis, com diária de Cr$ 80,00, 20 pensões, 1 cinema, o Cine Salgueiro, com a lotação de 216 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva: 1 Pôsto Estadual de Higiene, 1 Pôsto de Tracoma, mantido pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1 Pôsto de Puericultura; a Casa do Pobre, mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo; 3 médicos e 2 dentistas.

Vista parcial da Rua Agamemnon Magalhães.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 24,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 20 unidades do ensino pré-primário, 70 do ensino primário fundamental comum, com 1 680 alunos matriculados, 7 do ensino supletivo e uma do ensino secundário.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	368	1 238	1 399	...	845
1951	581	2 250	1 930	...	2 311
1952	769	2 342	1 560	...	1 622
1953	669	2 467	1 743	...	1 837
1954	785	3 178	2 118	...	2 091
1955	1 464	4 267	1 580	...	1 143
1956 (1)	1 327	6 000	2 200	...	1 800

(1) Receita estimada.

NOTAS: — A Despesa realizada refere-se sòmente à Prefeitura Municipal. Da receita federal arrecadada, 20% são oriundos dos municípios de Serrita e Parnamirim, que não dispõem de Coletoria Federal.

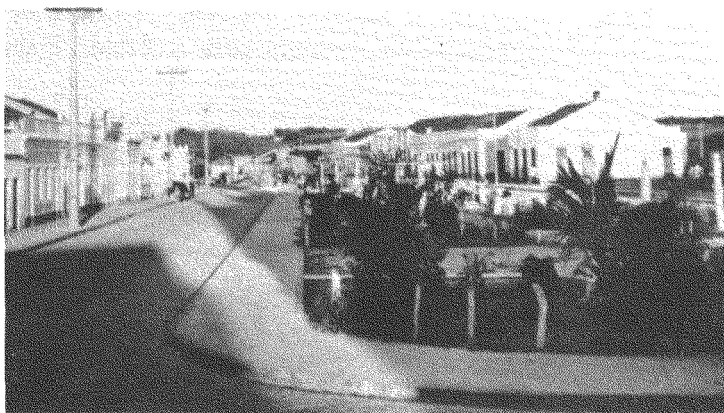
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Serrote do Sossêgo ou do Cruzeiro, — uma formação dos diversos serrotes ou montes que são da mesma cordilheira das serras da Onça e da Barriguda — fica próximo da cidade do Salgueiro, tendo no seu cume um cruzeiro que foi edificado pelos frades Capuchinhos, no ano de 1926. Serrote da Guia, elevado monte localizado à margem sul da Estrada Central de Pernambuco, tendo ao extremo de sua base um ôlho-d'água perene. Serrote do Frade, próximo às cabeceiras do Riacho dos Pereiros, tendo uma pedra que, vista de longe, se parece com a estátua de um frade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Legislativo da cidade conta com 9 vereadores, sendo o corpo eleitoral composto de 5 626 cidadãos. O atual Prefeito é o Senhor Gumercindo Filgueira Sampaio.

(Autor do histórico — Francisco Rolim de Albuquerque — Agente Municipal de Estatística; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SANHARÓ — PE

Mapa Municipal na pág. 563 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição local, a penetração no território do atual município de Sanharó, conjunta à do antigo têrmo de Cimbres, a que pertencia, deu-se no século XVII, ou princípios do século XVIII, por portuguêses, quando da doação da sesmaria de Ararobá a José Vieira de Melo. O primeiro local devassado foi a atual vila de Jenipapo, seguindo-se outras fazendas de gado, hoje subdivididas em várias outras. Quanto à sede municipal, conserva o nome que primitivamente lhe foi dado — Sanharó —, sendo o seu fundador José Francisco Leite, em princípios do século XVIII, que atuou nos cartórios de órfãos e de paz (nos têrmos de conciliação que então se realiza-

Rua Major Sátiro, vendo-se em primeiro plano a Praça Augusto Rodrigues.

ram). Casado com D. Francisca de Sales Leite, houve 7 filhos, entre os quais o major Antero Clementine Leite que exerceu várias funções no município de Pesqueira, e era pai do tenente-coronel Pedro Clementino Leite (Pepê), que ocupou o cargo de prefeito neste município. José Francisco Leite faleceu em 1875. Do respectivo inventário, constavam as propriedades de Sanharó (que couberam à viúva D. Francisca de Sales) Retiro e Cana Brava, esta última, a mais importante. João Alves Leite, irmão de D. Teresa de Jesus Leite, espôsa do capitão-mor de Jenipapo, Antônio dos Santos Coelho da Silva, residiu a princípio em Barra do Liberal, fazenda que fundara, depois em Brejinho. João Alves Leite foi Juiz de Órfãos do têrmo de Cimbres; participou da Revolução de 1817; foi, por último, um dos comandantes de guerrilha, sendo, na mesma revolução, citado o seu nome, o do monsenhor Muniz Tavares, na Confederação do Equador, e do Dr. Ulisses de Carvalho Soares Brandão, que faleceu nonagenário, em 1875. Entre os seus filhos, destacaram-se o coronel João Leite Torres Galindo, o major Joaquim Severiano Leite, o tenente-coronel José Claudino Leite Torres Galindo, êste, genro do capitão-mor Antônio dos Santos Coelho da Silva; entre os netos, o major Sátiro Ferreira Leite, o tenente-coronel Joaquim de Almeida Catanho e o Dr. Francisco de Almeida Catanho, que foi Juiz de Direito da comarca de Limoeiro. O coronel João Leite Torres Galindo teve grande atuação no antigo têrmo de Cimbres; fêz parte do Batalhão da Guarda Nacional, como major, no tempo da Revolução das Panelas, em 1833; depois, em 1849, já coronel, venceu os revolucionários praieiros no combate de São Bento do Una; por êsse feito, teve a comenda da ordem de D. Rosa, conferida pelo Govêrno imperial; foi vereador à Câmara Municipal de Cimbres e por último, diretor do aldeamento dos índios de Boi Morto. Os primeiros habitantes alienígenas fixaram-se nas antigas fazendas (além da de Jenipapo), que aí se formaram, tais como: Barra do Liberal, Maniçoba, Gravatá, Água Fria, Capivara, etc.

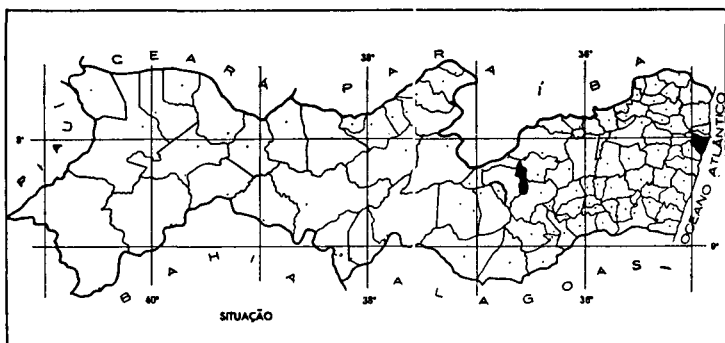
O atual município de Sanharó foi antigo distrito de paz, em 1833, criando-se o distrito pela Lei n.º 18, de 12 de novembro de 1912. O distrito de Jenipapo foi criado pela Lei municipal n.º 22, de 17-8-1937. A estação da estrada de ferro (R.F.N.), antiga Great Western, localizada na sede do município, foi aberta ao tráfego em 4 de novembro de 1906. Sanharó foi elevado à categoria de vila em 1911, por cuja causa muito lutou Augusto Rodrigues de Freitas Caraciolo.

A significação do nome de Sanharó vem do vocábulo tupi Sanharó = "zangado, excitado; espécie de abelha negra". A origem do nome Sanharó vem da versão seguinte: existiu há muito, na margem do rio Ipojuca, que banha a cidade, uma árvore, na qual havia um ninho da abelha denominada sanharó. Naquele tempo, o transporte de mercadorias para a capital e municípios vizinhos era feito em lombo de animais, pelos almocreves, e os mesmos, sempre que passavam por aí, de volta, procuravam uma árvore onde pudessem se abrigar do sol; lembravam-se então daquela, dizendo: "vamos descansar no sanharó". Daí, a origem do nome Sanharó, mantido até hoje.

O município de Sanharó foi criado pela Lei estadual n.º 375, de 24-12-1948, desmembrado do de Pesqueira e instalado em 2-1-1949, sendo Governador do Estado o Doutor Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Por determinação do Tribunal Regional Eleitoral, foi nomeado Prefeito o Senhor Severiano de Assis Aquino, até a data da primeira eleição, isto é, quando fôsse sufragado o primeiro Prefeito. A Prefeitura Municipal de Sanharó foi instalada em 7-2-1949, sendo nomeados os seguintes funcionários: Secretária: Maria José Ventura Leite; Tesoureiro: José Soares Neto; Escriturária: Josefa Alves de Siqueira; Porteiro: Edmundo Pereira da Silva, e outros funcionários de menor categoria. A primeira eleição para Prefeito e vereadores de Sanharó realizou-se no dia 8 de maio de 1949, verificando-se o seguinte resultado: Para Prefeito, Laurentino Ventura Caraciolo; para vereadores, Manuel Vieira Neto, Estévam Inácio Ferreira, Oscar Tolentino Leite, João Bar-

Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus.

bosa Sobrinho, João Batista de Barros, Antônio Cícero de Lemos, pelo PSD; Antônio Avelino Bezerra, Pergentino de Oliveira Lêdo e Paulo Foerster, pelo PDC. Os candidatos eleitos foram diplomados em 21 de maio de 1949 e empossados em 28 do mesmo mês. A comarca de Sanharó foi instalada em 16-8-1949, sendo nomeado Juiz de Direito o Dr. Aderson Antão de Carvalho; Promotor Público o Dr. Antônio de Souza Dantas; Adjunto de Promotor o Senhor Gilberto Lins das Neves; Tabelião Público o Senhor Antônio de Pádua Couto Caraciolo; Oficial de Justiça o Sr. Antônio Cezino Calado. Segundo a Lei n.º 1 819 que dispõe sôbre a divisão administrativa e judiciária do Estado, para o qüinqüênio 1954-1958, o município de Sanharó é constituído de 2 distritos: Sanharó e Jenipapo.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Sanharó está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste e dista 207 quilômetros da capital do Estado, em linha reta, no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura apresenta as seguintes médias, em graus centígrados: das máximas 31,7; das mínimas 18,1; compensada 24,9. A precipitação pluviométrica no ano corresponde a uma altura total de 485,7 mm. Tipo de clima: Bshs' — Semi-árido quente. O município tem seu território compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 185 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 1 320 habitantes, sendo 6 521 homens e 6 679 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 71,3 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 10,9% da população.

Vista parcial da cidade.

Grupo Escolar Dr. Benjamim Caraciolo

Município — estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 15 231 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Sanharó, com 10 565 habitantes, e vila de Jenipapo, com 2 635.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 41,9% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na pecuária. Tomate, milho, feijão, mamona, algodão e café são as principais culturas agrícolas do município. Há 17 estabelecimentos industriais, ocupando 62 pessoas. O volume e o valor das principais culturas agrícolas de Sanharó, em 1955, foras os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Arrôba	81 000	648 000,00
Café	»	55 500	1 443 000,00
Feijão	Saco 60 kg	20 000	10 600 000,00
Milho	» » »	37 000	4 070 000,00
Tomate	Quilograma	1 530 000	2 295 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e aos seguintes municípios: Pesqueira (18 km), Belo Jardim (17 km) e São Bento do Una (19 quilômetros). É servida por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 221 km por via rodoviária, da capital estadual, 215 km por ferrovia e 207 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 11 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Dos 24 logradouros existentes na sede municipal, 3 são pavimentados e 2 ajardinados. O número de ligações elétricas domiciliárias é de 150, havendo também iluminação pública. O município é servido pela Emprêsa Telefônica de Pesqueira, contando com 7 aparelhos telefônicos, sendo 3 a serviço de repartições, 2 a serviço de particulares e 2 a serviço do público. Conta o município com uma agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 hotel, com diárias de Cr$ 100,00. Os veículos registrados na repartição competente são 2 automóveis, 3 ônibus, 6 motocicletas e 4 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada pelo Pôsto Estadual de Higiene e Sociedade São Vicente de Paulo. Exercem a profissão no município 1 médico e 1 dentista.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 24,1% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 48 do ensino primário fundamental comum, com 1 275 alunos matriculados, e 4 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	417	494	198	526
1951.......	—	610	550	239	582
1952.......	—	765	678	293	704
1953.......	—	764	1 106	286	597
1954.......	—	957	1 061	370	877
1955.......	—	1 382	1 124	423	1 102
1956.......	—	1 606	1 525	457	1 484

(*) Impossível dar a informação referente às finanças federais, tendo em vista serem recolhidas com as de outros municípios, pela Coletoria Federal de Pesqueira, e não haver entre aquêle município e os demais, separação na escrita.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Legislativo da cidade conta com 9 vereadores, sendo o corpo eleitoral composto de 2 934 cidadãos. O atual Prefeito é o Senhor Gilberto Guimarães Batista.

(Autor do histórico — José Prazin de Oliveira — Agente de Estatística; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE — PE

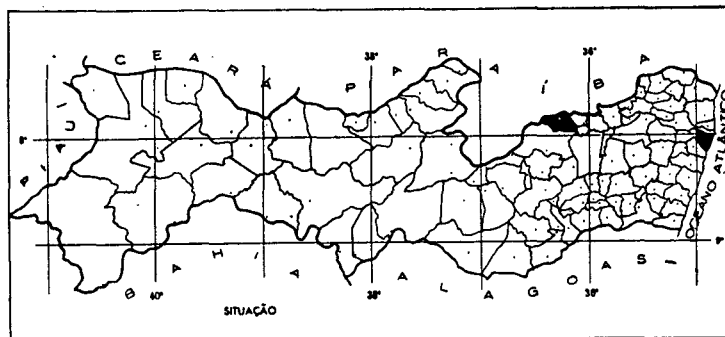
Mapa Municipal na pág. 538 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Santa Cruz do Capibaribe é o antigo 2.° distrito de Taquaritinga do Norte. Em 1790, possuía a antiga povoação uma capela com a invocação do Senhor Bom Jesus da Via Sacra, que foi elevada à categoria de Matriz, em 1918 e provida em 1922, sendo o seu primeiro vigário o padre José Apolinário Martins. Segundo consta, pode-se incluir entre os primeiros desbravadores da região o nome do português Antônio Burbos que, recém-chegado ao Recife, foi, a conselho médico, levado a procurar terras de clima salubre. Margeando o rio Capibaribe desde o Recife, aportou na antiga povoação de Santa Cruz, em meados do ano de 1700, não se sabendo o dia ao certo. Sua primeira preocupação foi erguer no local uma grande cruz de madeira, a exemplo dos seus patrícios chegados ao Brasil em 1500, daí se originando o atual nome de Santa Cruz do Capibaribe.

Coletoria Estadual.

Usina Elétrica.

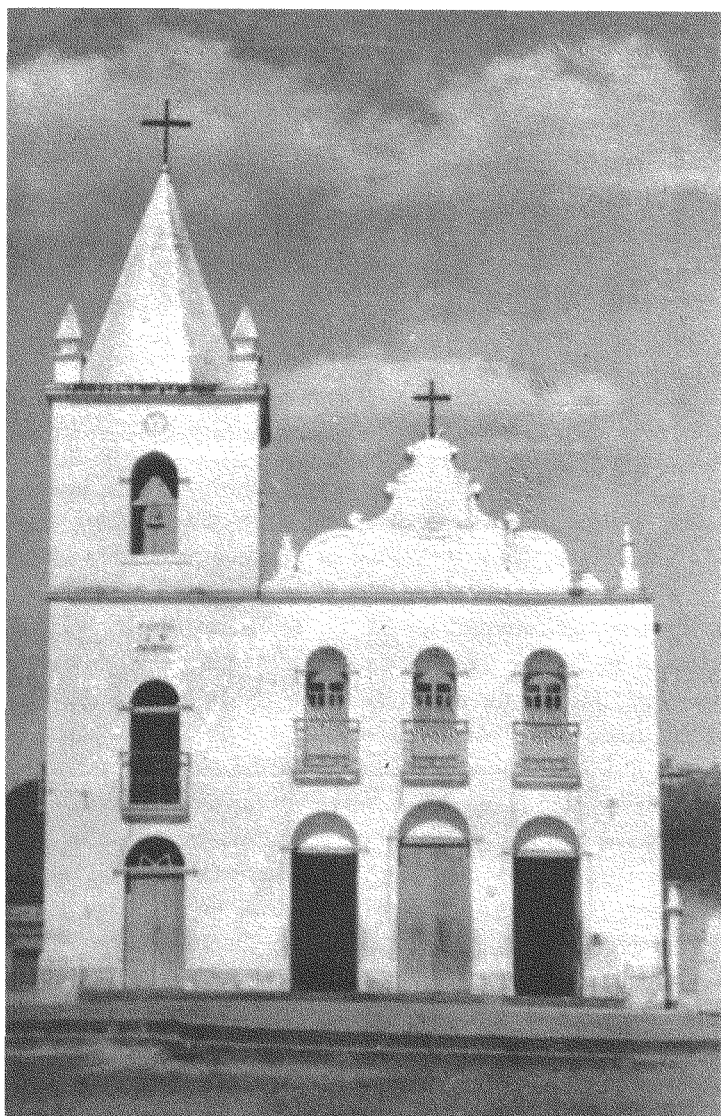
Já em 1889, era criada a Agência Postal. Em 1924, foi Santa Cruz do Capibaribe atingida pela rêde do Telégrafo Nacional. Pela Lei n.° 1 818, de 29 de dezembro de 1953, o então distrito de Capibaribe foi elevado à categoria de município, com território desmembrado do de Taquaritinga do Norte, ficando composto dos seguintes distritos: Santa Cruz do Capibaribe e Pará. O município foi instalado oficialmente a 9 de maio de 1954.

LOCALIZAÇÃO — Está o município compreendido no "Polígono das Sêcas", na Zona do Agreste. A cidade dista 144 km, em linha reta, da capital do Estado, no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de Clima: BS,HS'I — Semi-árido quente. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 205 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 5 756 habitantes, sendo 2 815 homens e 2 941 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 28 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 37,2% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.°-VII-957 — 6 841 pessoas.

Igreja Matriz.

Aglomerações urbanas — Cidade de Santa Cruz do Capibaribe, com 2 119 habitantes, e a vila de Pará, com 146.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 36% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais, na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na indústria. Algodão, mamona, milho, feijão e batata-doce são as principais culturas agrícolas do município.

Volume e valor dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Batata-doce	Tonelada	10	8 300,00
Mamona	Quilograma	10 000	30 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Taquaritinga do Norte (24 km), Brejo da Madre de Deus (42 quilômetros), Toritama (18 km), Cabaceiras — PB (66 quilômetros) e São João do Cariri — PB (108 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 223 quilômetros, por via rodoviária, da capital estadual, 223 quilômetros, mistos (84 km, por via rodoviária, até Caruaru, e daí 139 km por ferrovia).

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 6 estabelecimentos do comércio atacadista e 32 do varejista. Não há agências bancárias, contando porém com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Há na sede municipal a Agência Postal-telegráfica, 2 hotéis de pequenos recursos, com diária média de Cr$ 60,00, e 1 cinema, fazendo duas projeções semanais. Em 1956 foram registrados na Prefeitura Municipal 6 automóveis e 77 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Recentemente foi criado o serviço de assistência à maternidade e à infância. Existe uma farmácia no município; há um médico residente.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 51% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 32 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 081 alunos matriculados, e 3 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Merece destacar no município a existência da "Banda Musical Novo Século", fundada em 4 de outubro de 1900, e que faz parte do seu patrimônio cultural. Não há bibliotecas nem periódicos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953 (*)	—	—	—	—	—
1954	...	365	784	...	389
1955	...	1 231	1 029	...	1 424
1956	...	1 763	1 693	...	1 522

(*) O Município foi instalado no dia 1.º de janeiro de 1954.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município é banhado pelo rio Capibaribe, que corre na direção de oeste para leste, e pelo riacho Tapera, que também corre paralelo à cidade, desaguando no Capibaribe à altura dos fundos da Matriz. Como particularidades geográficas, podem-se citar ainda as serras de Santa Cruz, da Viração e do Pará, bem como a existência de várias lagoas (Matumbo, Faca, Manhosa, etc.).

Açougue Público.

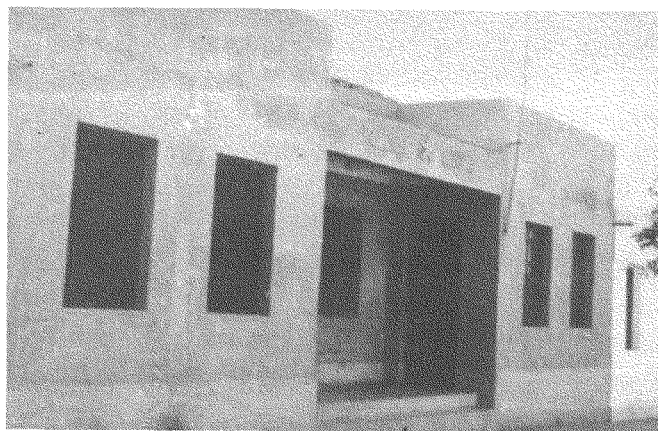
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dentre os filhos do município, destacou-se no cenário nacional o nome de Quintiliano Bernardo da Cruz, como um dos participantes da Campanha do Paraguai, falecido no ano de 1914. Existe na Matriz local a imagem do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos, esculpida em madeira, considerada real obra da arte sacra. Estão em exercício 9 vereadores e 2 090 eleitores estavam inscritos no ano de 1956. O atual Prefeito é o Senhor Raimundo Francelino Aragão.

(Autor do histórico — Gustavo Costa; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SANTA MARIA DA BOA VISTA — PE

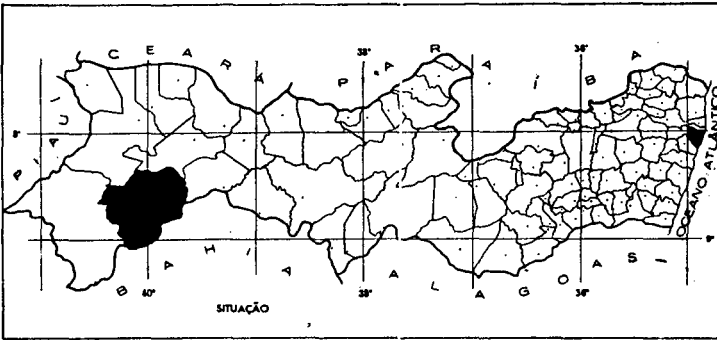
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O distrito de Boa Vista foi criado por uma Resolução de 30 de janeiro de 1762. A Lei provincial n.º 58, de 19 de abril de 1838, criou o município de Boa Vista, verificando-se sua instalação a 1.º de outubro dêsse mesmo ano. O Decreto n.º 687, de 6 de julho de 1850, deu-lhe a classificação de primeira entrância. Foi seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Alexandre Bernardino Reis e Silva. O município de Boa Vista foi suprimido pela Lei provincial n.º 530, de 7 de junho de 1862, restaurado pela de n.º 601, de 13 de maio de 1864, e novamente extinto, em virtude da Lei provincial n.º 921, de 18 de maio de 1870. A Lei provincial n.º 1 057, de 7 de junhò de 1872, restabeleceu o município de Boa Vista, tendo sua reinstalação ocorrido a 30 de maio do ano seguinte. Em virtude da Lei orgânica dos municípios (Lei estadual n.º 52, de 3 de agôsto de 1892), constituiu-se, no regime republicano, município autônomo, em 16 de janeiro de 1893, fazendo parte de seu primeiro govêrno os seguintes cidadãos: Prefeito — coronel Manoel Jácome Bezerra de Carvalho; Subprefeito — capitão Cipriano de Amorim; Conselheiros Municipais — João Félix Peixoto de Azevedo, Metódio Coêlho da Cruz, Moisés da Silva Lima e Emédio Antônio Pinto. A sede municipal recebeu foros de cidade por fôrça da Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Boa Vista figura com 3 distritos: Boa Vista, Caraíbas e Jatobá de Santa Bárbara, aparecendo no quadro de divisão administrativa relativa a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Tra-

Vista da Rua Dr. Manoel Borba.

Prefeitura Municipal.

balho, Indústria e Comércio", com mais um distrito, o d Malhada Real. De acôrdo com os quadros de divisão terri torial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anex ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, referido município compõe-se dos distritos de Boa Vista, Caraíbas, Jatobá de Santa Bárbara e Malhada Real, devendo notar-se, porém, que em 1937 êste último distrito se denominava Pontal. Pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, foram extintos os distritos de Caraíbas e Malhada Real, e seus territórios anexados aos de Boa Vista e Jutaí (ex-Jatobá de Santa Bárbara), respectivamente. Segundo a divisão territorial vigente em 1939-1943, estabelecida pelo mencionado Decreto-lei n.º 235, o município de Boa Vista constitui-se de 2 distritos: Boa Vista e Jutaí. O Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, modificou as divisas do município de Boa Vista com os de Leopoldina e Cabrobó. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito de Boa Vista passaram a denominar-se Coripós. Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo supracitado Decreto-lei n.º 952, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Coripós figura com 2 distritos: Coripós e Jutaí. Pela Lei estadual n.º 1 862, de 2 de outubro de 1953, o município e o distrito de Coripós passaram a denominar-se, a partir de 1.º de janeiro de 1954, Santa Maria da Boa Vista, continuando a figurar com dois distritos: Santa Maria da Boa Vista e Jutaí. A origem da denominação de Santa Maria da Boa Vista vem da Paróquia que foi criada pelo Ato da Mesa da Consciência e Ordens de 30 de janeiro de 1762 e instalada em 14 de agôsto de 1763, sendo seu primeiro vigário padre Ezequiel Gameiro. A povoação de Boa Vista, hoje Santa Maria da Boa Vista, teve início com a construção de uma capela. Foi primitivamente uma fazenda de criar. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Boa Vista está subordinado ao têrmo de igual nome da comarca de Petrolina, sendo mantida tal situação na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão judiciário-administrativa, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Coripós, com têrmo de Coripós (ex-Boa Vista), desmembrada da

comarca de Petrolina, tendo, a partir de 1.º de janeiro de 1954, a denominação de Santa Maria da Boa Vista, com têrmo de Santa Maria da Boa Vista (ex-Coripós), conforme Lei estadual n.º 1 682, de 2 de outubro de 1953. Distritos componentes: Santa Maria da Boa Vista (ex-Coripós) e Jutaí. Atualmente o município é sede de comarca, com o distrito de Jutaí.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Santa Maria da Boa Vista está situada na Zona Fisiográfica do Sertão do São Francisco. Dista da capital do Estado 151 quilômetros, em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 8° 49' 24",6 de latitude Sul e 39° 49' 32",3 de longitude W.Gr., no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

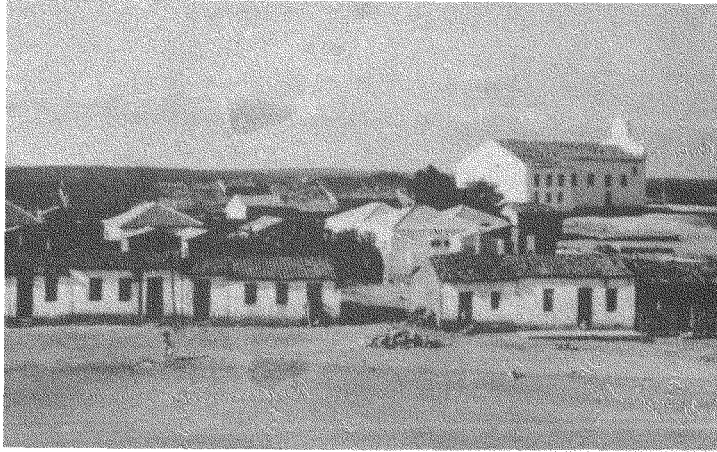
CLIMA — Tipo de clima: *Bshw* — Semi-árido quente. Banhado pelo rio São Francisco. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 4 703 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 9 362 habitantes, sendo 4 601 homens e 4 761 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 1,9 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 10,6% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957: 10 802 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Santa Maria da Boa Vista, com 833 habitantes, e a vila de Jutaí, com 233.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 39,5% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Cana-de-açúcar, cebola, mandioca, feijão e batata-doce são as principais culturas agrícolas. Há 11 estabelecimentos industriais, ocupando 128 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas, em 1955, são os seguintes:

Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição.

Vista parcial da cidade.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Batata-doce	Tonelada	800	1 200 000,00
Cana-de-açúcar	»	6 840	547 200,00
Cebola	Quilograma	720 000	3 840 000,00
Feijão	Saco 60 kg	1 800	540 000,00
Mandioca	Tonelada	3 360	840 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Petrolina (135 km), Ouricuri (156 km), Parnamirim (103 km), Cabrobó (90 km), Juàzeiro — BA (misto: 136,5 km por via rodoviária, até Petrolina, e daí à travessia do rio São Francisco) e Curaçá — BA (30 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal, e possui 1 campo de pouso de emergência para pequenos aviões. Acha-se a 705 km da capital estadual, por via rodoviária, e 151 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 9 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias, contando porém com uma cooperativa de crédito em funcionamento.

ASPECTOS URBANOS — Dos 21 logradouros existentes, 4 são pavimentados, 5 arborizados. Há 53 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, 4 aparelhos telefônicos, do Telégrafo Nacional, uma Agência Postal, do Departamento dos Correios e Telégrafos, e uma Agência Telefônica da Rêde Ferroviária do Nordeste. Havia 2 automóveis, 3 jipes, 6 motociclos e 4 caminhões registrados na repartição competente. Hospedavam os visitantes duas pensões, com diária de Cr$ 50,00.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por um Pôsto Estadual de Higiene, 1 médico e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 27,3% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 40 unidades do ensino primário fundamental comum, com 347 alunos matriculados, e 6 do ensino supletivo.

Escolas Reunidas Padre Maurilo Sampaio.

FESTEJOS POPULARES — A festa mais tradicional é a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da paróquia, que vem sendo celebrada desde os primórdios do povoado. É realizada anualmente no dia 8 de dezembro. Consta de uma novena, e, no dia seguinte ao seu término, há missa cantada e procissão à tarde pelas principais ruas, com as imagens da padroeira e do Coração de Jesus.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	103	467	65	525
1951	—	169	425	80	549
1952	—	167	673	90	613
1953	—	202	1 097	85	1 081
1954	—	273	848	108	727
1955	—	560	1 218	205	1 142
1956	—	760	800	132	800

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pesca é praticada como meio de subsistência da população ribeirinha do São Francisco, não existindo organização em grande escala. As principais espécies de pescado são: surubim, curimatã, dourado, pirá, piranha e mandim. Como plano do govêrno, pode ser citado o Pôsto da Comissão do Vale do São Francisco, que vem prestando assistência à agricultura.

O atual Prefeito é o Senhor Odonico Santos Medrado.

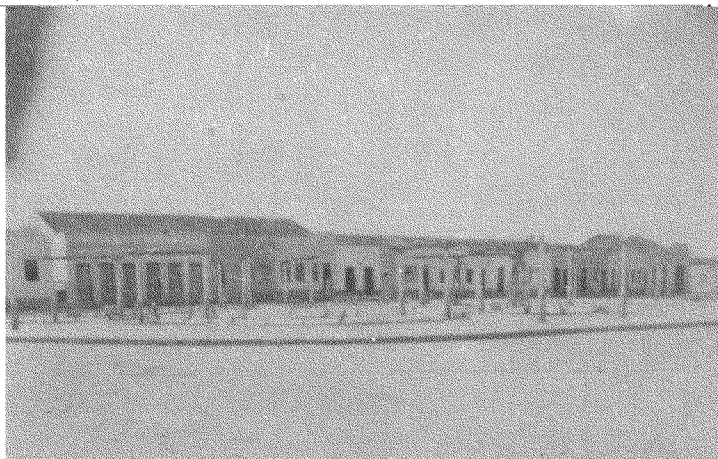
(Autor do histórico — Afonso Alves da Silva — Agente de Estatística; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SÃO BENTO DO UNA — PE

Mapa Municipal na pág. 576 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Por fôrça dos horrores da guerra civil denominada dos "Cabanos", nas matas de Panelas de Miranda de 1831 a 1832, emigraram várias pessoas para a propriedade Santa Cruz, onde construíram cinco casas para a povoação, com o mesmo nome de Santa Cruz. Seus primitivos habitantes foram: José Clemente da Rocha, Inácio Tomaz de Aquino, tenente Venâncio de Benevides Falcão, Joaquim de Benevides Falcão e o missionário padre Francisco Correia da Câmara. Êste conseguiu dos proprietários da Fazenda Santa Cruz, Inácio Tomaz de Aquino e Joaquim de Benevides Falcão, darem por escritura um terreno para o patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, sendo tais documentos passados em 22 e 23 de agôsto de 1831; em 1832 o mesmo missionário iniciou a construção da primitiva capela, tendo êle feito a imagem do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, que ainda hoje existe na Matriz, como padroeiro, festejado todos os anos a 6 de janeiro, com grandes comemorações.

Prefeitura Municipal.

O primeiro nome do povoado foi Santa Cruz e, anos depois, em virtude da grande quantidade de cobras cascavéis, o padre Francisco Correia aconselhou aos habitantes que mudassem o nome para São Bento, o que foi aceito de bom grado. São Bento foi evoluindo e, a 12 de maio de 1853, passou a ser freguesia (distrito), em face da Lei provincial n.º 309. Mais tarde, em virtude da Lei provincial n.º 476, de 30 de abril de 1860, foi criada a vila de São Bento, desmembrada do município de Garanhuns, a qual foi instalada em 1.º de fevereiro de 1861. Prosseguindo com o progresso, São Bento foi elevado à categoria de cidade, por Lei estadual n.º 440, de 8 de junho de 1892. A primeira eleição municipal foi realizada a 30 de setembro de 1892, sendo sufragado Prefeito o coronel Joaquim Soares da Rocha, que foi empossado a 15 de novembro do mesmo ano. O primeiro Presidente da Câmara foi o coronel João de Oliveira Cintra. Em elevado plano surgiu como 2.º distrito de São Bento a vila de Cachoeirinha, criado por Lei municipal n.º 15 de 21 de novembro de 1892, e mais adiante aparece o 3.º distrito, vila de Capoeiras, criado por Lei municipal n.º 31, de 24 de dezembro de 1901, e, só depois de muitos anos, aparece o 4.º e

Praça Dr. Manoel Cândido.

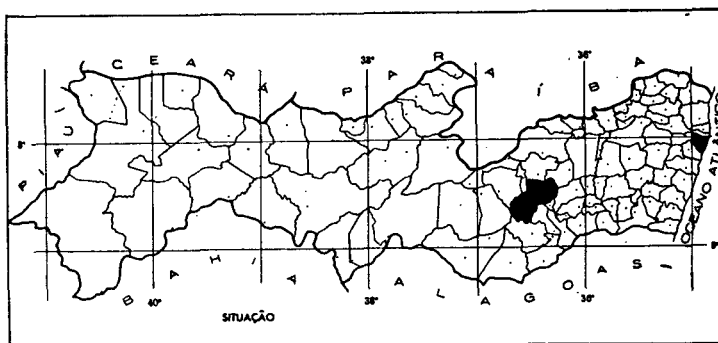
Coletoria Estadual.

último distrito, Vila de Retiro, criado pela Lei municipal n.º 97, de 28 de setembro de 1927. Segundo as divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, em vigor, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, São Bento continua abrangendo 4 distritos: São Bento, Cachoeirinha, Capoeiras e Retiro. Cumpre notar que, na última divisão, o município e o distrito-sede passaram a denominar-se São Bento do Una, e o distrito de Retiro, Cabanas (Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-1953). O município de São Bento foi elevado a têrmo pela Lei provincial n.º 446, de 30 de abril de 1860. ficando agregado a Garanhuns, passando depois para Caruaru em 1877, sendo seu primeiro Juiz Municipal o Doutor Miguel dos Anjos Barros. A comarca de São Bento criou-se em virtude da Lei provincial n.º 1 591, de 21 de junho de 1881, sendo instalada a 11 de novembro de 1890, sendo o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Manoel Cabral de Melo e o primeiro Promotor Público o Dr. Felipe Augusto Carneiro Campelo, sendo naquela época Juiz Municipal o Dr. José Maurício Borges. Nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de São Bento figurava como têrmo único da comarca de São Bento, assim permanecendo nas divisões fixadas para os qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, em obediência aos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943. Assinala-se que, no último qüinqüênio, a comarca, o têrmo e o município passaram a chamar-se São Bento do Una. Esta situação perdura até o presente.

Igreja Matriz.

Distritos Componentes: São Bento do Una (ex-São Bento), Cabanas (ex-Retiro), Cachoeirinha e Capoeiras.

Grupo Escolar Rodolfo Monteiro Paiva.

LOCALIZAÇÃO — Coordenadas geográficas: 8° 31' 16",4 de latitude Sul e 36° 21' 50" de longitude W.Gr. A sede municipal está localizada a 171 km da capital, em linha reta, no rumo O.S.O. Sua altitude é de 630 m, estando o município compreendido na Zona Agreste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Dois são os tipos de clima: BSH ao norte, semi-árido quente, e, ao sul, o tipo As', quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão, compensado pela altitude. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 1 325 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 53 545 habitantes, sendo 26 079 homens e 27 466 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 40,4 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 12,3% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957: 64 090 pessoas.

Aglomerações urbanas — São Bento do Una, cidade, com 4 270 habitantes, e as vilas de Cabanas, 326, Cachoeirinha, 1 612, e Capoeiras, 680.

Cine Rex.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, com 10 anos e mais, 43,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Feijão, milho, algodão, tomate e mandioca são as principais culturas agrícolas da região. Há 49 estabelecimentos industriais, ocupando 208 pessoas. Entre êstes destacam-se as indústrias de laticínios "Castelo" e "Boa Vista".

Volume e valor dos principais produtos agrícolas em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	418 500	2 790 000,00
Feijão	Saco 60 kg	8 830	7 064 000,00
Mandioca (raiz)	Tonelada	4 850	2 430 000,00
Milho	Saco 60 kg	17 700	2 301 000,00
Tomate	Quilograma	10 709 200	2 141 840,00

MEIOS DE TRANSPORTE — Pesqueira (38 km), Belo Jardim (30 km), São Caitano (36 km), Altinho (61 km), Lajedo (24 km), Angelim (80 km), Garanhuns (60 km), Sanharó (19 km) e Pedra (93 km). O município é servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 209 km, por via rodoviária da capital estadual, 228 km, misto (30 km até Belo Jardim, por via rodoviária, e daí 198 km de ferrovia) e 171 km via aérea.

Cooperativa Agropecuária.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 5 estabelecimentos do comércio atacadista e 25 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A cidade dispõe de iluminação pública em 33 logradouros; apresenta 414 ligações elétricas domiciliares, pavimentação a paralelepípedos abrangendo uma área de 64 971 m²; Em 1955 existiam no município 2 467 prédios, dos quais 1 266 no distrito-sede. Havia 2 pequenos cinemas, 2 modestos hotéis, com diária comum de Cr$ 50,00, e uma pensão. Estavam registrados na repartição competente 17 caminhões, 10 camionetas, 14 automóveis e 8 jipes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um Pôsto de Higiene mantido pelo Estado, e uma Maternidade sem funcionar, à falta de equipamento próprio. Dois médicos exercem as suas funções no município. Há ainda 5 farmácias, com um sortimento de produtos os mais variados, atendendo de maneira satisfatória às necessidades da população.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,8% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 108 unidades do ensino primário fundamental comum, com 3 194 alunos matriculados, e 5 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — De natureza cultural existe a Banda Musical Santa Cecília, associação particular, fundada no longínquo ano de 1854.

Fábrica de laticínios Boa Vista.

Fábrica de laticínios Castelo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	1 565	1 191	603	1 189
1951	—	2 247	1 421	813	1 402
1952	—	2 829	1 743	915	1 761
1953	—	2 487	2 202	586	2 004
1954	—	3 025	2 206	1 015	2 210
1955	—	4 228	2 756	2 281	2 927
1956	—	(*) 5 859	(*) 2 000	(*) 1 027	(*) 2 000

(*) Orçamento Municipal para 1956.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O terreno provinciano é pouco acidentado na parte sul; a dois quilômetros da cidade está o monte Grongronso, com cêrca de 600 m de altitude. Destacam-se ainda as serras Tamanduá e Jurubeba, tendo a primeira uma extensão de 18 km. O município é banhado por dois grandes rios: Una e Ipojuca, servindo êste último de divisa entre os municípios de São Bento do Una e Belo Jardim.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade possui alguns edifícios que se destacam dos demais, como seja: Palácio do Govêrno Municipal, onde funcionam o Forum e a Agência de Estatística; Grupo Escolar Monteiro Paiva, Coletoria Estadual, etc. Notam-se algumas praças bem cuidadas, que contribuem para o embelezamento da cidade. Tem o município cêrca de 8 000 eleitores inscritos e 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor José do Patrocínio Mota.

(Autor do histórico — Manoel Alves Feitosa; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SÃO CAITANO — PE

Mapa Municipal na pág. 567 do 4.º Vol.

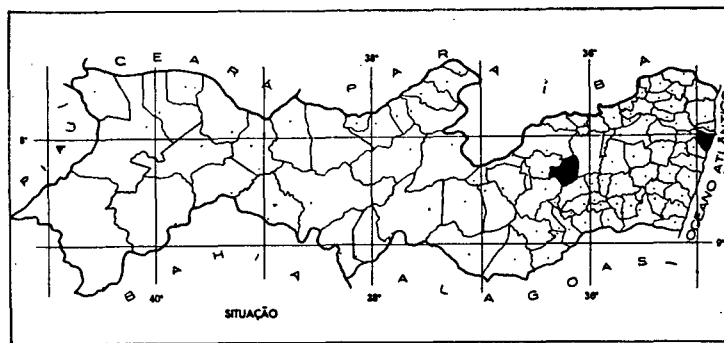
HISTÓRICO — Em 1838, vindo da cidade dos Bezerros, neste Estado o Senhor José Pedro de Pontes, homem de fortuna, resolveu firmar residência no local em que se acha fundada a povoação de São Caitano. Naquela época não era conhecido nenhum habitante na localidade. Espírito religioso, logo no seguinte ano fundou uma igreja com a invocação de São Caitano, pois êsse Senhor era devoto fervoroso de São Caitano. Antes de terminada a construção foi aberta ao culto e dois meses depois, isto é, a 7 de agôsto daquele mesmo ano, com uma festa solene, foi feita a bênção da imagem do padroeiro pelo vigário então da cidade do Altinho, o padre Agostinho Godoy e Vasconcelos, sendo orador sacro da cerimônia o padre José Tomaz Correia. O fundador, para garantir a manutenção do templo, e não tendo filhos, instituiu como patrimônio do mesmo o fértil terreno denominado Brejo do Coelho, onde havia uma engenhoca de cana com aforamento de 800 braças, e, mais ainda, deu uma fazenda de gados. Essa doação informou, em 1.º de abril de 1882, o vigário João Soares de Albuquerque ao diocesano D. José P. da Silva Barros, e consta registrada, em um dos cartórios da cidade do Brejo da Madre de Deus; em virtude dela, achava-se a igreja na posse. Entretanto, anos depois da morte do doador e fundador, um sobrinho, por nome João Guilherme, tentou uma ação contra a igreja possuidora de tais bens, que os perdeu inteiramente. Em 1844, com a fundação da igreja, depressa no sítio se formou uma povoação; e assim, foi conseguido da Assembléia Provincial a Lei n.º 133, de 2 de maio, que, desmembrando-lhe o território da de São José dos Bezerros, criou a freguesia de São Caitano, ficando assim constituído o distrito de São Caitano. Em 1845, foi provida canônicamente, e instalada pelo seu primeiro vigário, padre Antônio Jorge Guerra. A 16 de agôsto de 1848, a Lei n.º 212 transferiu sua sede, para a igreja de Nossa Senhora das Dores, da povoação de Caruaru, elevada à Matriz; mas a Lei n.º 462, de 2 de maio de 1859, dividiu êsse território em duas paróquias, ficando assim a capela de São Caitano como sede da freguesia, com a mesma invocação. Essa nova freguesia sòmente a 15 de janeiro de 1860 foi instalada pelo padre José Fialho da Silva, visto que o seu vigário oficial, padre Antônio Jorge Guerra, optara pela parte compreendida pela freguesia de Caruaru. Em 1.º de julho de 1909, a Lei estadual n.º 991 elevou essa localidade à categoria de vila. Em 1911, com a divisão administrativa, essa vila passou a figurar no município de Caruaru, com aquela divisão, em que os são-caitanenses esperavam a criação de seu município; iniciou-se então a luta pela liberdade, destacando-se o coronel Ananias Menezes, que lutou desesperadamente sem qualquer resultado. Anos depois da morte dêste, o coronel Caitano Gomes dos Santos encabeçou a mesma luta. Um dia, viajava pelo interior do Estado o grande Estácio Coimbra, em trem da "Great-Western" (hoje Rêde Ferroviária do Nordeste). O comboio descarrilou já dentro da cidade (naquele tempo vila) e o viajante veio então a se hospedar na residên-

Vista da Praça Estácio Coimbra, rua central da cidade.

Vista parcial da cidade.

cia do coronel Caitano. Notando o desejo profundo dos que iam visitá-lo, prometeu, de público, que, se eleito Governador, passaria a vila à categoria de cidade. Assim, graças àquela grande promessa, a Lei estadual n.º 1 931, de 11 de setembro de 1928, criou, com território do de Caruaru, o município de São Caitano. Após êsse ato iniciou-se a luta dos são-caitanenses pelo voto, sendo eleito dois meses depois, por grande maioria, o mesmo homem que vinha lutando pela liberdade, coronel Caitano Gomes dos Santos, que tomou posse do cargo de prefeito a 15 de novembro de 1928, sendo derrubado do poder aos 17 dias do mês de outubro de 1930, por Ato do govêrno do Estado, com data de 14 do mesmo mês, sendo por esta citada Resolução nomeado o primeiro Prefeito, Senhor Sizenando Pinhéiro de Menezes que, decorridos dois anos e meses, foi pôsto fora do poder, passando o exercício do cargo ao Senhor Francisco Santino de Azevedo Lira, no período de 1.º-8-1930 a 30-11-1931. Seu substituto foi o Senhor Antônio Bezerra de Menezes, pelo Ato n.º 556, do Govêrno do Estado, o qual governou até 22 de agôsto de 1935. Foi porém destituído pelo então Interventor do Estado, Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, sendo então nomeado o Senhor Caitano Ferreira Gomes que governou menos de um ano. Em 1936, voltando a Constituição, travou-se nova luta eleitoral onde foi vitorioso o Senhor Luiz Coimbra Cordeiro Campos, que tomou posse do cargo aos 15 de agôsto de 1936. A 26 de setembro dêste mesmo ano, tendo de tomar parte no Congresso dos Prefeitos a realizar-se na capital do Estado, afastou-se do cargo e assumiu, de acôrdo com o regimento da Lei, o Senhor Silvino Antônio da Silva, voltando o titular no dia 15 do mês seguinte. Em 1937, assumindo a interventoria do Estado o Dr. Agamenon Magalhães, foi nomeado e tomou posse do cargo de Prefeito do município, aos 11 dias do mês de dezembro, o Senhor Severiano Ramos, chegando êste a governar até 22 de novembro de 1945, sendo então pôsto fora do govêrno municipal a 23 de novembro dêste mesmo ano, e substituído pelo Senhor major Manoel Alves de Queiroz, Prefeito pelo espaço de apenas 24 dias, quando foi substituído pelo Senhor Severino Bernardes dos Anjos. A 26 de fevereiro de 1956, voltou o Senhor Severiano Ramos a governar pela segunda vez, vindo a ser derrubado com a queda da ditadura, pelo Interventor, general Dermeval Peixoto, que nomeou o tenente reformado Olímpio Marques de Oliveira para chefiar o Govêrno até as eleições. Afastando-se antes do pleito, ficou o secretário da Prefeitura, Senhor José Leite Meira, dirigindo os destinos do município que, finalmente, passou ao Prefeito sufragado, Senhor Nestor Gomes Torres, sendo êste o terceiro dos prefeitos constituídos e o primeiro a governar durante todo o período que a Constituição Federal determina. Tomou posse aos 9 de novembro de 1947 e, elegendo-se o seu amigo pessoal Caitano Bezerra Cavalcanti, fêz entrega do cargo a êste último a 9 de novembro de 1951. Tendo realizado um govêrno exemplar o Senhor Nestor Gomes Torres, o povo do município exigiu sua volta, elegendo-o por esmagadora maioria para governar o período atual. Está afastado do cargo para tratamento de saúde, respondendo pelo expediente o vice-prefeito, Senhor Guilherme Pinheiro de Menezes.

Nos quadros de divisão territorial datados de ...... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de São Caitano figura como têrmo judiciário da comarca de Belo Jardim. Essa situação permanece inalterada nas divisões territoriais judiciário-administrativas do Estado estabelecidas para vigorarem nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943. Em virtude do Decreto-lei estadual número 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que pôs em execução o Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 dêsse mês e ano, foi criada a comarca de São Caitano, com o têrmo único de igual nome, desmembrada da comarca de Belo Jardim. Dessa formação judiciária, o município ficou constituído de três distritos, a saber: São Caitano, Antônio Olinto (hoje Tacaimbó) e São José do Garrote (hoje Tapiraim), situação que ainda permanece.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de São Caitano está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste. Pertence à Zona Fisiográfica do Agreste. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 8° 19' 30" de latitude Sul e 36° 05' 20" de longitude W.Gr., no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bshs'i. Semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivalente a 398 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 28 966 habitantes, sendo 13 944 homens e 15 022 mulheres. A densidade demográfica era de 72,7 habitantes

por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 17,3% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para .... 1.º-VII-57: 33 422 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de São Caitano com 3 756 habitantes, e as vilas de Tacaimbó, com 1 549, e Tapiraim, com 490.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 42,6% estão ocupados no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura; os demais na indústria, na prestação de serviços, no comércio, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Mandioca, feijão, milho, café e algodão são as principais culturas agrícolas. Há 10 estabelecimentos industriais ocupando 174 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	193 500	2 322 000,00
Café	»	8 530	222 300,00
Feijão	Saco 60 kg	4 910	3 829 800,00
Mandioca	Tonelada	7 140	9 786 000,00
Milho	Saco 60 kg	36 700	4 404 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Belo Jardim (39 km), Brejo da Madre de Deus (30 km), Caruaru (20 km), Altinho (39 km) e São Bento do Una (56 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Acha-se a 165 km, por rodovia, da capital estadual, 161 km por ferrovia e 104 km por via aérea. A firma Adolfo Pereira Carneiro possui um campo de pouso na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 5 estabelecimentos do comércio atacadista e 24 do comércio varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 30 logradouros existentes, 7 são pavimentados, 2 arborizados e 4 arborizados e ajardinados simultâneamente. Conta o município com 331 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública. Há 3 hotéis, com diárias de Cr$ 50,00 e Cr$ 60,00, 2 cinemas, com lotação para 185 e 200 pessoas, respectivamente, e ainda 7 automóveis, 4 jipes, 6 motociclos e 21 caminhões registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por 1 Pôsto Municipal de Higiene, 1 médico, 1 dentista, 1 farmacêutico e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,7%.

Ensino — Em 1956, havia uma unidade do ensino pré-primário, 86 do ensino primário fundamental comum, com 2 540 alunos matriculados, 34 do ensino supletivo e uma do ensino artístico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais diários. 2 bibliotecas.

FINANÇAS PÚBLICAS

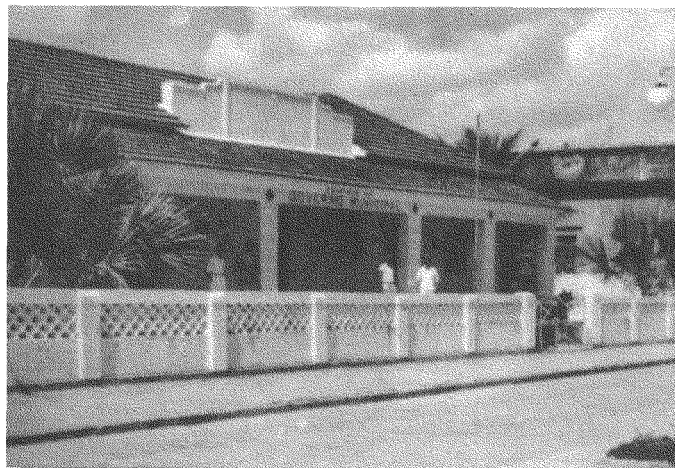
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	126	818	998	210	1 011
1951	113	1 293	990	219	1 112
1952	296	1 493	1 050	251	1 200
1953	185	1 209	1 242	283	1 351
1954	164	1 351	1 300	285	1 390
1955	202	2 510	1 458	300	1 500
1956	210	2 600	1 490	311	1 580

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município duas bibliotecas e 1 advogado. Estão em atividade 9 vereadores e o corpo eleitoral se representa por 4 145 eleitores. O atual chefe do Executivo é o Senhor Guilherme Menezes, vice-Prefeito em exercício.

(Autor do histórico — José Gomes de Oliveira — Agente de Estatística; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual dt Estatística.)

SÃO JOAQUIM DO MONTE — PE

Mapa Municipal na pág. 573 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Até 1890, o local onde hoje está edificada a cidade era uma propriedade deserta, pertencendo aos Senhores Manoel Quintino dos Santos, capitão Manoel Antônio (português de origem) e Manoel Caetano da Costa. Nas suas imediações havia uma casa denominada "Casa Nova" de Aba de Serra (nome primitivo de São Joaquim do Monte), então pertencente ao capitão Manoel Antônio. Em 1891, foi dado o ponto de partida para a formação desta cidade, com a construção da primeira casa, feita por Manoel Quintino dos Santos, senhor de saudosa memória. No local, temos hoje o confortável prédio residencial pertencente à viúva José Vitorino de Carvalho, na Praça Coronel Joaquim de Lima. Após essa construção, marco indelével do início de São Joaquim, entre outros que ajudaram na sua formação, citam-se os Senhores: José Vitoriano de Oliveira (Cazuzinha), Manoel Frânklin da Silva, José Malaquias de Meneses, Antônio Gameleira, Francisco Gameleira, Joaquim José de Lima, Manoel Félix de Menezes, capitão José Antônio de Melo e José Joaquim de Melo, que se aliaram ao ideal de Manoel Quintino dos Santos.

Prefeitura Municipal.

O avanço rápido do novo povoado foi dado pelo destemido e progressista batalhador José Joaquim de Melo (José Gameleira) que a partir de 1911 deu início a construção de centenas de casas. José Vitorino de Carvalho deve ser lembrado também, pelo seu amor a esta terra, chegando a construir inúmeros prédios.

O primeiro nome desta localidade foi "Aba de Serra", isto porque ficava nas proximidades de uma serra, hoje conhecida como serra do Monte. Logo que "Aba de Serra" foi elevada à categoria de povoado, passou a chamar-se São Joaquim. Diz-se que foi dado êsse topônimo em homenagem ao político de maior evidência da época, coronel Joaquim José de Lima. No ano de 1896 foi erigida uma capela, tendo como patrono São Sebastião. Dois anos mais tarde, o padre Joaquim da Cunha Cavalcanti, celebrante mensal em São Joaquim, de comum acôrdo com o coronel Joaquim José de Lima, resolveu definitivamente sôbre a escolha do padroeiro de seus fiéis e da terra que crescia, preferindo São Joaquim a São Sebastião. Em 1913 foi iniciada a construção de uma nova capela, mais ampla e confortável, por orientação do missionário Frei Epifânio que pregava aqui na época (igreja atual), a qual em 1914 ou 1915 foi inaugurada sob a aclamação geral do povo. Entre centenas que ajudaram nessa obra, salienta-se sobremaneira o coronel José Joaquim de Melo (José Gameleira) que além de doar todos os tijolos necessários, ainda emprestou carros de boi para fazerem o transporte de materiais para o local da construção.

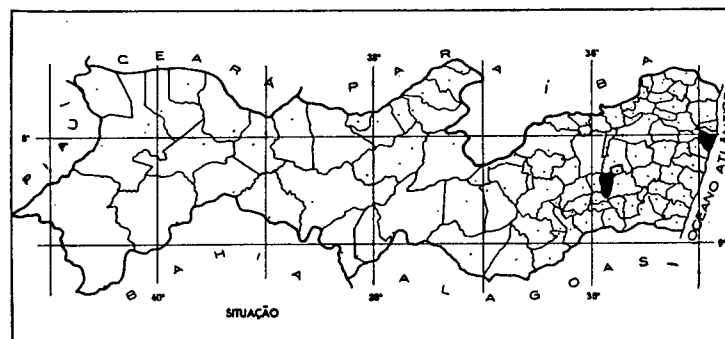
São Joaquim elevou-se à categoria de vila no ano de 1909, pela Lei estadual n.º 991, de 1.º de julho, devido, principalmente à construção decidida do Senhor José Gomes Cabral de Andrade que então fazia parte do Conselho Municipal de Bonito. Elevada a esta posição (de vila), foi escolhido pelo mesmo Conselho o Senhor Manoel Frânklin da Silva para o cargo público de Juiz do Distrito, e João Pio Guerra para Oficial do Registro. Os políticos de maior evidência desde 1891 até a elevação à vila foram os Senhores: cap. José Antônio, coronel Joaquim de Lima, Antônio Gameleira, Francisco Gameleira, José Joaquim de Melo, Manoel Frânklin da Silva, Manoel Félix de Meneses e José Porfiro de Carvalho.

Vinte anos após a elevação do povoado à categoria de vila, seus filhos conseguiram sua emancipação política, conforme Lei estadual n.º 193, de 11 de setembro de 1928. O primeiro Prefeito da nova comuna foi o coronel Joaquim José de Lima. Pelos quadros de divisão territorial

Vista parcial da cidade.

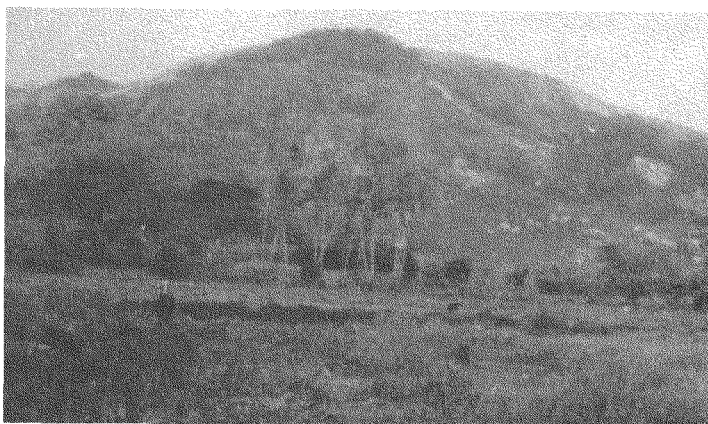
Grupo Escolar Frei Epifânio, na sede.

de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e ainda pelo anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de São Joaquim é têrmo judiciário da comarca de Bonito, assim permanecendo na divisão territorial determinada por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. A mesma situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, o qual estabeleceu a divisão judiciário-administrativa vigente em 1944-1948, sendo porém que nesse período, o município e o têrmo se denominavam Camaratuba. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, dando execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 de fevereiro de 1945, foi criada a comarca de Camaratuba com têrmo do mesmo nome, desmembrada da de Bonito. O município compõe-se de três distritos: São Joaquim do Monte (ex-Camaratuba), Bateira e Batente. Esta situação persiste por fôrça da Lei n.º 1819, de 30-XII-1953.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona do Agreste, o município de São Joaquim do Monte dista da capital estadual 111 km, em linha reta, no rumo O.S.O. As coordenadas da sede municipal são as seguintes: latitude Sul — ..... 8° 29' 10"; longitude W.Gr. — 35° 47' 30". A altitude atinge 450 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. Faixa de transição entre a Zona da Mata e o "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — É avaliada em 373 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 24 282 habitantes, sendo 11 693 homens e 12 589 mulheres. A den-

Pedra de José Bernardo, tendo a altura aproximada de 92 m.

sidade demográfica correspondia a 65 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 8,9% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957 — 28 017 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de São Joaquim do Monte, com 1 912 habitantes, e as vilas de Batateira, com 563 e Batente, com 73.

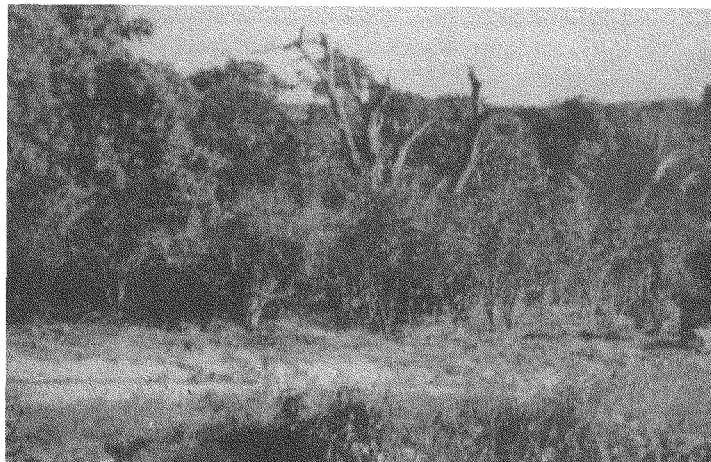
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 42,7% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Café, milho, feijão, batata-doce, fava, cana-de-açúcar, cará e banana são as principais culturas agrícolas. Há 18 estabelecimentos industriais, ocupando 91 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	60 000	600 000,00
Batata-doce	Tonelada	800	1 056 000,00
Café	Quilograma	750 000	16 250 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	3 000	750 000,00
Feijão	Saco 60 kg	8 500	6 800 000,00
Milho	» » »	20 000	2 800 000,00

Vista de um bananal e cafèzal.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Agrestina (23 km), Camocim de São Félix (14 km), Bonito (20 quilômetros), Catende (52 km), Bezerros (32 km), Cupira (36 km). Há linha de ônibus intermunicipal servindo ao município. Acha-se a 135 km, por via rodoviária, da capital estadual, 144 km, misto (32 km, por via rodoviária, até Bezerros, e daí, por ferrovia 112 km), 111 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial de São Joaquim do Monte com 5 estabelecimentos atacadistas e 28 varejistas. Não há agências bancárias, contando o município com duas cooperativas de crédito.

Vista de um cafèzal.

ASPECTOS URBANOS — A iluminação é apenas durante 5 horas diárias havendo 210 ligações elétricas domiciliárias no distrito-sede. São abastecidos por água encanada 125 domicílios. A área pavimentada a parelelepípedos atingiu a casa dos 8 731 m², o que é por demais auspicioso para o município, considerando-se as dimensões da cidade. Em 1954, assinalavam-se 6 logradouros pavimentados, 1 arborizado e 3 ajardinados. Dois hotéis servem modestamente aos visitantes, cobrando diárias de ...... Cr$ 50,00 e Cr$ 60,00. O cine São Joaquim, com capacidade para 300 espectadores, é o único estabelecimento local de diversões. Na Coletoria Estadual estavam registrados 20 veículos, em 1956.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encarregam-se dos serviços médicos e sanitários do município 1 médico e 1 farmacêutico prático, nêle residentes. Há ainda uma farmácia e 1 dentista prático.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 12,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Aspecto da fazenda Cajueiro.

Ensino — Em 1956 havia 37 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 410 alunos matriculados, e 10 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Nesse sentido pode-se mencionar a Biblioteca Alberto Tôrres, única existente, com reduzidíssimo número de volumes de obras gerais.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	784	439	173	599
1951.......	—	1 305	538	200	550
1952.......	—	1 232	688	288	458
1953.......	—	1 133	941	243	615
1954.......	—	1 304	790	243	1 004
1955.......	—	1 654	966	301	1 311
1956.......	—	2 558	1 431	466	788

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há um pequeno campo de pouso particular, na propriedade Brejinho, da firma Mendo Sampaio & Cia. Um bacharel em Direito desempenha as funções de Promotor Público. Em 1956, havia um corpo de 3 854 eleitores, enquanto a Câmara está integrada por 9 vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Cícero Cesar Frânklin.

(Autor do histórico — Luiz Correia de Melo — Agente de Estatística; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

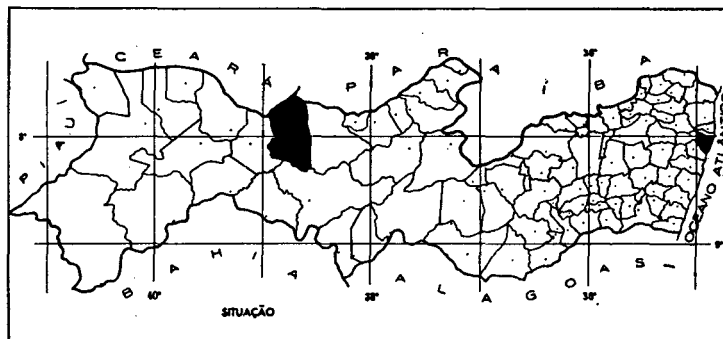
SÃO JOSÉ DO BELMONTE — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Denominou-se primitivamente Maniçoba, e era uma fazenda de criar pertencente a José Pires Ribeiro, originando-se aquêle nome de árvore leitosa assim chamada, muito abundante nos sertões do norte do Estado, e porque uma dessas ali existia. De 1857, data a fundação do município. Aparecendo o "cholera-morbus" em 1856, na região, aquêle fazendeiro, apavorado com a notícia e descrição que lhe fizeram do terrível mal, sem demora prometeu fervorosamente a São José, santo de sua devoção, erigir-lhe uma capela, com a devoção de patrimônio para seu mantimento, se aquela região não fôsse invadida pela referida moléstia. De fato, passou incólume, e nem um caso houve na Fazenda Maniçoba. E, como tudo sucedeu conforme seu desejo, no ano seguinte começou a dar cumprimento a seu voto. Frei Cassimiro de Mitelo, em missões no local, foi quem ergueu a capela de São José, que teve como patrimônio várias casas. O nome de Maniçoba foi então mudado para Belmonte, pelo missionário, originado da situação do próprio lugar, em uma elevação, com um aspecto assaz pitoresco. Data dessa época o início do povoamento. Foi criada Paróquia pela Lei número 1 085, de 24 de abril de 1873, sendo seu primeiro vigário padre Manuel Tomaz Pereira de Lima. Criada a comarca, por Ato do Governador provisório do Estado, 10

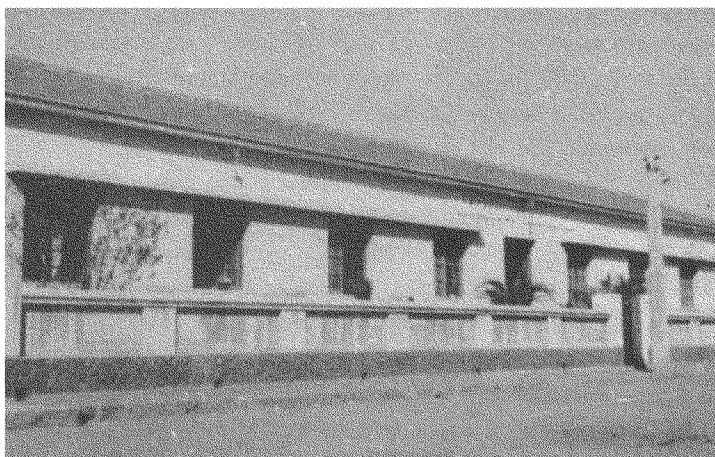
Vista da Praça Pires Ribeiro, ao fundo a Igreja Matriz, de N. S.ª do Belmonte.

de julho de 1890, e classificada como de 1.ª entrância, pelo Decreto n.º 577, de 17 do mesmo mês, instalou-a, em 7 de agôsto do referido ano, o Juiz de Direito nomeado, Doutor Augusto Abel Peixoto de Miranda Henriques. Foi rebaixada da categoria de comarca, por Ato do Govêrno do Estado, de 10 de outubro de 1890, ficando considerado em município anexo ao de Vila Bela. Constituiu-se município de acôrdo com a Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, em 26 de junho de 1893. No quadro da divisão judiciária e administrativa, anexo à Lei n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, foi desmembrada da comarca da Serra Talhada (ex-Vila Bela). Pela Lei n.º 1 771, de 7 de dezembro de 1953, o município passou a denominar-se São José do Belmonte e atualmente é sede de comarca, com os distritos de São José do Belmonte, Bom Nome, Mirandiba e Tupanaci.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de São José de Belmonte está situada na Zona Fisiográfica do Sertão do Araripe. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 7º 50' 54" de latitude Sul e 38º 48' 30" de longitude W.Gr., no rumo O.N.O. Dista da capital do Estado 438 km, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Aw' ao norte: quente e úmido com chuvas no verão e precipitação máxima no outono. Bshw ao sul: Semi-árido, quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 2 435 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 20 805 habitantes, sendo 10 064 homens e 10 741 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 8,5 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 11,5% da população.

Prefeitura Municipal.

Município — Estimativa do D.E.E. para .... 1.º-VII-1957: 24 006 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de São José do Belmonte (1 596 habitantes), e as vilas de Bom Nome (615), Mirandiba (656), e Tupanaci (274).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 38,7% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Milho, feijão, mandioca e algodão são as principais culturas agrícolas. Há 4 estabelecimentos industriais, ocupando 7 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, na região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão................	Quilograma	2 550 000	22 950 000,00
Mandioca...............	Tonelada	16 000	13 400 000,00
Milho..................	Saco 60 kg	50 000	8 000 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Serra Talhada (58 km), Floresta (114 km), Salgueiro (62 km), Jardim — CE (60 km) e Conceição — PB (60 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 552 quilômetros, por via rodoviária, da capital estadual, 560 quilômetros, misto (109 km, por via rodoviária, até Flôres e daí por ferrovia, 451 km) e 438 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 29 estabelecimentos do comércio varejista.

Vista parcial da cidade.

Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 19 logradouros existentes, 1 é pavimentado e 2 arborizados. Há 130 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, e ainda 1 hotel, com diária de Cr$ 100,00. Estavam registrados na repartição competente 3 automóveis, uma camioneta e 15 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos à população local 1 Pôsto Estadual de Higiene, 1 médico, 1 dentista, 1 farmacêutico e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 73 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 516 alunos matriculados, e 11 do ensino supletivo.

Escolas Reunidas Professor Manoel Queiroz.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	...	540	...	...	—
1951.......	...	942	543	264	572
1952.......	...	866	848	299	857
1953.......	...	1 088	1 119	269	923
1954.......	...	1 704	1 463	338	1 097
1955.......	...	1 704	1 664	491	1 654
1956.......	...	1 983	1 644	491	1 483

(*) O Município não possui Coletoria Federal. A arrecadação é feita pela Coletoria do município do Triunfo.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO — A serra do Catolé, que é a mais importante. Tem extensão de 30 km de comprimento e 250 m de altitude, aproximadamente. É célebre por um acontecimento, aí verificado, de 1836 a 1838, com o nome de "Pedra Bonita" ou "Reino Encantado"; sôbre êsse fato, existe publicado um panfleto do Sr. Attico Leite, dando o Dr. F. A. Pereira da Costa, em seu livro "Mosaico Pernambucano", idêntica notícia. Na parte dessa serra onde se deu o memorável caso de fanatismo, nos anos acima indicados, estão duas enormes pedras piramidais batidas pelo sol e pelos ventos; o sítio é coberto de enormes catolèzeiros.

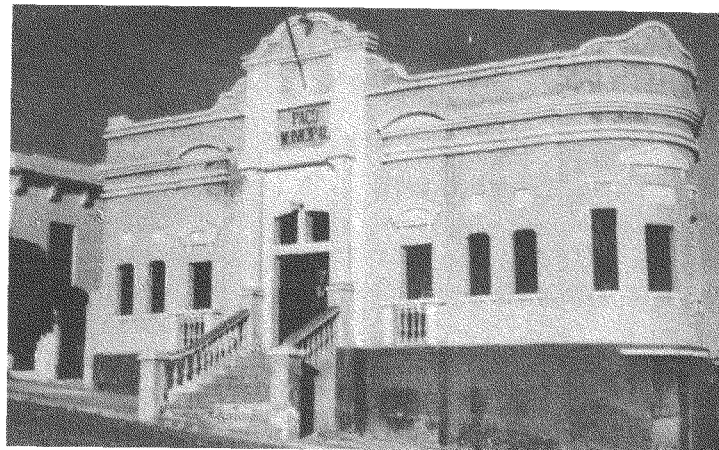
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Legislativo da cidade conta com 9 vereadores, sendo o corpo eleitoral composto de 6 665 cidadãos. O atual Prefeito é o Senhor Hamilton Campos Bezerra.

(Autor do histórico — Antônio Francisco Novais — A.E. c/transcrições do Dicionário Corográfico e Estatístico de Pernambuco; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SÃO JOSÉ DO EGITO — PE

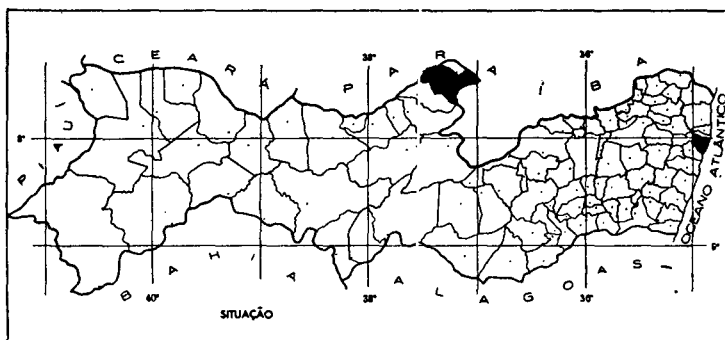
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No correr do ano de 1830, alguns fazendeiros das cabeceiras do rio Pajeú, no lugar denominado Queimadas, vale meridional da serra da Borborema e ponto de confluência do riacho São Felipe com o mesmo Pajeú, resolveram ali estabelecer sua residência. Seguidamente, pensaram em erigir uma capela dedicada a São José, e realmente o fizeram, embora pequena e rústica, dando assim a Queimadas sua primeira capela. A leste de Queimadas havia uma antiga povoação denominada São Pedro, hoje Fazenda São Pedro, distante de Queimadas cêrca de três léguas, onde fôra, no século anterior, edificada uma capela também dedicada a São José. Com o advento da capela de Queimadas, de igual invocação, era natural que as populações desta e circunvizinhas preferissem fazer suas orações e outras devoções na capela de Queimadas, a ter que caminhar três léguas até alcançar a povoação de São Pedro, onde ficava a antiga capela de São José. Notando, então, a evasão dos devotos de sua capela e a conseqüente rarefação de fiéis nas missas, festas, procissões etc., e sabendo-os freqüentadores da nova capelinha de Queimadas, começaram, então os da Fazenda São Pedro a ver até com maus olhos aquela outra morada de São José. Foi crescendo o despeito e um dia deliberaram assaltar a Fazenda Queimadas e destruir a capelinha, como solução para evitar a decadência da povoação de São Pedro; levaram a efeito em dia e mês de que se não tem registro o condenável ato de intolerância e fanatismo, destruindo, à calada da noite, o templo que os queimadenses erigiram ao patriarca São José. Não se tem notícia de que os vândalos naquela noite sinistra tenham quebrado ou raptado a imagem do padroeiro de Queimadas. Sabe-se, porém, da aquisição de uma outra imagem para a segunda capela. Consumado o fato da destruição da primeira capelinha, os queimadenses, ao invés de, como era de se esperar, fazerem vingança imediata, não, mas foram de uma nobreza de ânimo invejável, pois naquela época nenhum homem ferido em seus brios desprezaria tão boa oportunidade para uma vindita à altura da ofensa. A vingança consistiu em congregar tôda a vizinhança e, com esforços conjugados, erigiram outra capela, desta vez mais ampla e não mais de taipa, mas sim de boa alvenaria. Por motivo, talvez, de ordem estratégica, a segunda capela foi construída em outro local pouco distante e ao sudoeste da primeira. Estando a nova capela das Queimadas em pleno funcionamento, continuando, por conseguinte, a regimentar os devotos que outrora freqüentavam a antiga capela da povoação São Pedro, fêz com que os são-pedrenses voltassem a Queimadas, ainda com o condenável propósito de destruição da segunda capela que tantos sacrifícios custou aos seus heróicos fundadores. E assim é que, em data não sabida, atacaram novamente a Fazenda Queimadas, sendo que desta vez tiveram que encarar uma situação bem diferente da primeira, visto que os defensores de Queimadas vinham de há muito de atalaia, bem entrincheirados e armados. Houve tremenda troca de tiros que resultou no desbaratamento da horda malfeitora que tocou em debandada, convencida, talvez, da inutilidade de seus reprováveis intentos. Não se tem notícia de ter havido qualquer morte ou ferimento grave na refrega. Em 1838, Inácio do Nascimento de Souza, proprietário local, fêz doação do necessário terreno para edificar uma igreja mais ampla e capaz de atender melhor aos interêsses do culto. Um missionário capuchinho ali chegado em 1839, com o auxílio do doador e da população em geral, demoliu a antiga capela e fêz levantar uma igreja, cujos trabalhos só vieram a têrmo em 1865. Desde então a povoação de Queimadas passou a ser reconhecida por São José das Queimadas. Depois, em vista de pertencer ao município de Ingàzeira, passou a ser chamada São José da Ingàzeira.

A Lei provincial n.º 1 028, de 21 de março de 1872, criou a freguesia de São José da Ingàzeira, sendo seu primeiro vigário o padre Manuel Gomes da Fonseca. A Lei n.º 1 880, de 30 de junho de 1886, mudou o nome do município para São José do Egito, por conveniências que escaparam a qualquer registro. Instalou-se o fôro civil do têrmo, a 12 de março de 1884, com o Juiz de Direito da comarca de Ingàzeira, Dr. Levino Vieira de Macedo Lima,

Prefeitura Municipal.

e Promotor Público da mesma comarca, Dr. José Teodoro Cordeiro e o presidente da Câmara Municipal de São José do Egito. Por Ato do Governador do Estado, com data de 9 de abril de 1894, foi-lhe dada a organização judiciária, independente do município de Ingàzeira a que estava anexo, sendo, aos 25 do mesmo mês e ano, procedida a instalação, tendo como 1.º Juiz de Direito o Dr. Francisco de Faria Castro; 1.º Promotor Público Dr. Teófilo de Araújo Lima. Atualmente é sede de comarca com os distritos de São José do Egito e Tigre. Pela Lei n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, o município perdeu o distrito de Itapetim, que foi elevado à categoria de município.

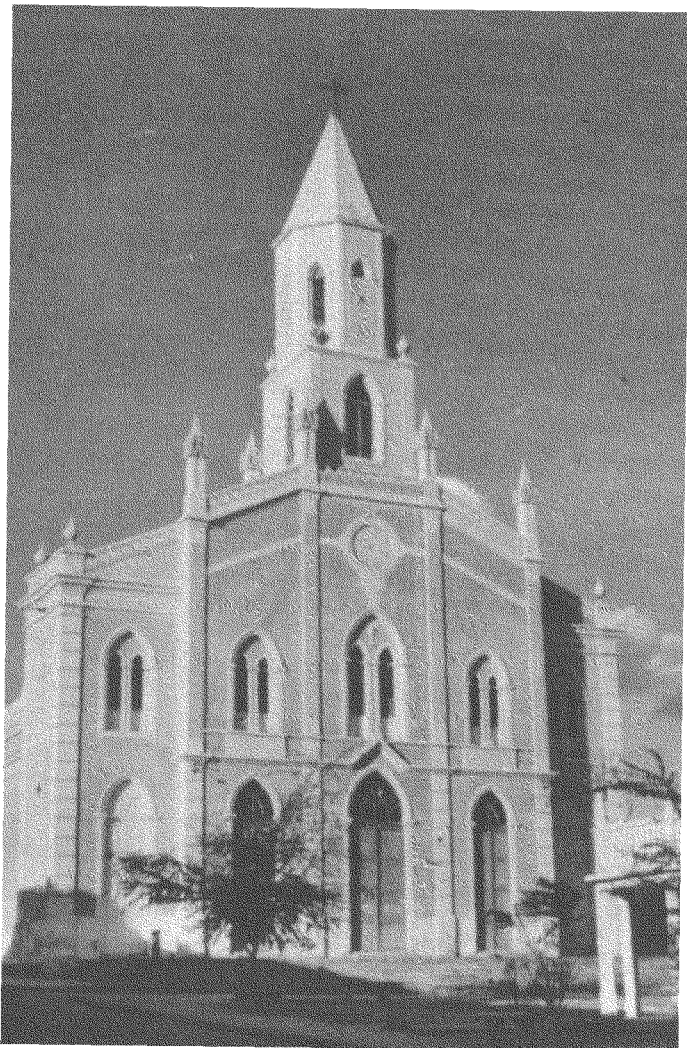
LOCALIZAÇÃO — A sede do município de São José do Egito pertence à Zona Fisiográfica do Sertão Alto e dista

da capital do Estado 273 quilômetros em linha reta. As coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 28' 29",1 de latitude Sul e 37° 16' 40",4 de longitude W.Gr., no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipos de clima: Bshw' e Aw a noroeste com predominância do primeiro. Semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Equivale a 1 035 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 28 014 habitantes, sendo 13 901 homens e 14 113 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 27 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 5,8% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para ...... 1.°-VII-1957: 32 324 pessoas.

Igreja Matriz de São José.

Vista parcial da cidade.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 42,9% estão ocupados no ramo da agricultura, pecuária e silvicultura; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Algodão, mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar são as principais culturas agrícolas. Há 26 estabelecimentos industriais, ocupando 102 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, na região, em 1955, foram os seguintes:

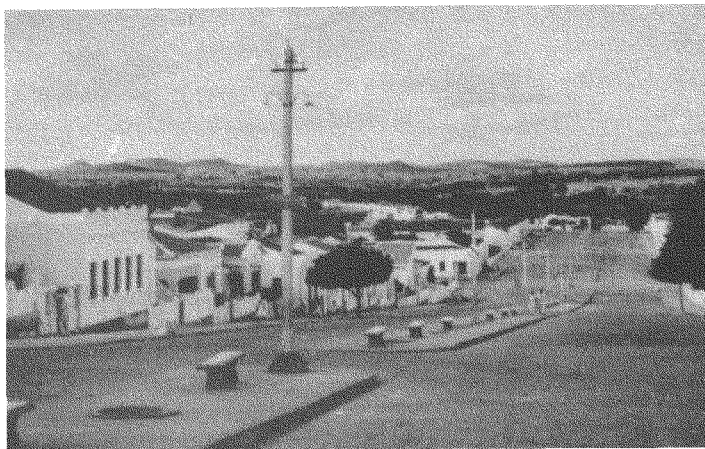
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	1 350 000	13 500 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	350	35 000,00
Feijão	Saco 60 kg	2 010	703 500,00
Mandioca	Tonelada	2 620	1 180 000,00
Milho	Saco 60 kg	50 500	6 312 500,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Tabira 42 km, Itapetim 24 km, Teixeira — PB 26 km. É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 461 km, por via rodoviária, da capital estadual, 469 km, misto (66 quilômetros por via rodoviária, até Flôres, e daí por ferrovia, 403 km) e 273 km por via aérea. Possui 1 campo de pouso, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 7 estabelecimentos do comércio atacadista e 37 do varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 31 logradouros existentes no município, 15 são pavimentados, 2 arborizados, 1 arborizado e ajardinado simultâneamente. Há 360 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, além de 3 hotéis, uma pensão, com diária de Cr$ 70,00, uma Agência Postal Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 cinema com lotação para 400 lugares. Estão registrados na repartição competente 15 automóveis e 18 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por 1 médico, 2 farmacêuticos, 3 dentistas, havendo uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 15,6% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Rua Paulo Soares.

Ensino — Em 1956, havia 44 unidades do ensino primário fundamental comum, com 575 alunos matriculados, 14 do ensino supletivo, uma do ensino secundário e uma do ensino pedagógico.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	213	7	220	427	773
1951.......	249	14	263	597	793
1952.......	299	—	299	792	1 111
1953.......	632	44	676	635	1 295
1954.......	470	232	702	543	1 355
1955.......	496	123	619	801	1 555
1956 (1)...	550	45	595	555	1 150

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O Rio Pajeú é o principal acidente geográfico do município; nasce no brejo do Freire, 24 quilômetros acima da cidade de São José do Egito, e dali, descendo de oeste a leste, banha aquela cidade, pela margem esquerda, e, continuando nessa direção para o sul, banha a Fazenda dos Grossos, o Tinguaçu, o povoado Bom Jesus, e, deixando o município, prossegue pelo de Afogados da Ingàzeira.

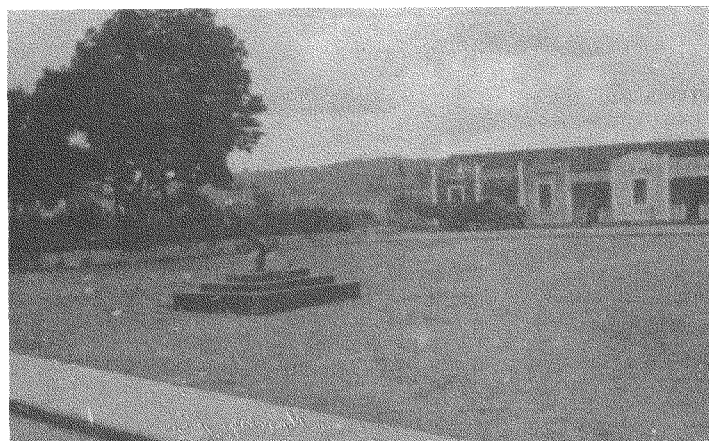
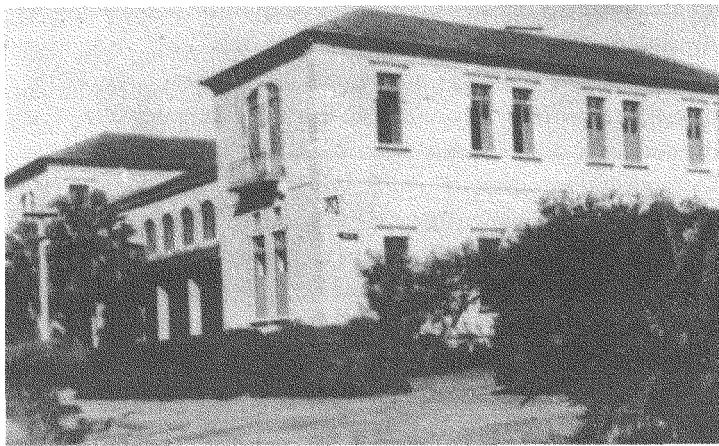
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Assinala-se a existência de 3 bibliotecas, com menos de 1 000 volumes. Residem em São José do Egito 2 advogados. O Legislativo compõe-se de 9 vereadores, o eleitorado constituído de 10 557 cidadãos. O atual Prefeito é o Senhor João Gabriel de Vasconcelos.

(Autor do histórico — Plácido da Fonseca Lima — A.E., com transcrições do Dicionário Corográfico Histórico e Estatístico de Pernambuco, de S. V. Galvão; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

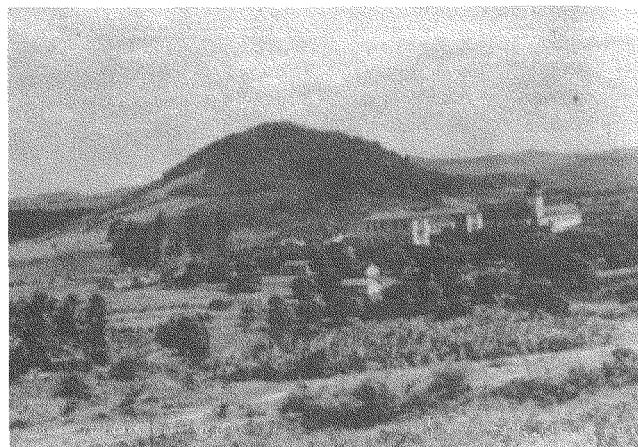
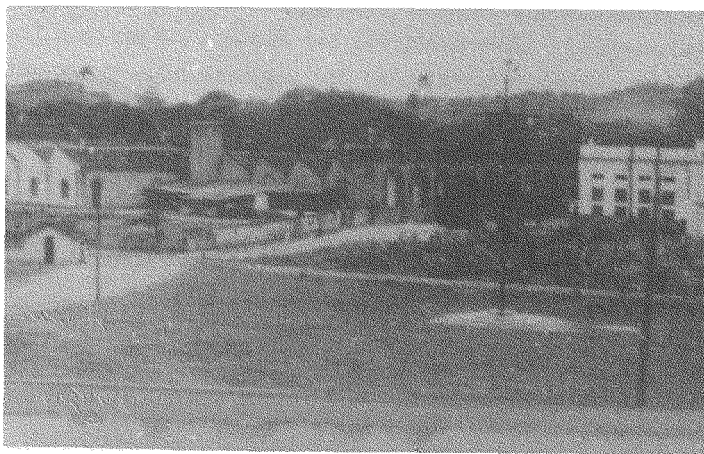
SÃO LOURENÇO DA MATA — PE

Mapa Municipal na pág. 191 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município de São Lourenço da Mata era coberto por extensas florestas que se estendiam até longínquas paragens, vindo daí a denominação. Seus habitantes, os índios Tupinambás, respeitados pelo valor, ocupavam uma vasta zona entre as ribeiras dos rios Beberibe e Capibaribe e muito se opuseram ao estabelecimento colonial em Pernambuco. Batidos completamente, vencidos na guerra que lhes fizeram, depois de 1554, os filhos de Duarte Coêlho, donatário da Capitania, resultou para os portuguêses o livre trânsito entre Olinda e São Lourenço. A abundância do "pau-brasil", o ibirapitinga dos índios, preciosa madeira de tinturaria que produz belíssima tinta de um vermelho vivo, foi conhecida pelos colonos que estabeleceram a sua exploração, sendo instalado em São Lourenço um entreposto, de onde era tudo levado para o Paço do Fidalgo, hoje Santana, distante do Recife cêrca de sete quilômetros, percurso que se fazia em barcas pelo rio. Dêsse entreposto localizado à margem esquerda do Capibaribe, em uma zona desbravada de certa colina, nasceu, na segunda metade do século XVI, a atual cidade de São Lourenço da Mata, cujo nome pode admitir-se que tenha sido o do seu primeiro povoador. Tendo-se em mira o espírito religioso da época, foi construída no alto da colina, em que se vê a atual Matriz, uma igrejinha sob a invocação de São Lourenço, havendo documentos que confirmam a existência da povoação em 1587. Na sua zona ficava a extensa "Mata do Brasil", na qual a exploração era feita em grande escala, e sôbre a mesma escreveu Adriano Verdonk, nas suas memórias de 1630: "Há um lugar muito grande chamado "Mata Brasil", o qual está situado a nove ou dez milhas ao sul de Pernambuco (o Recife), para o interior; ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus mouros e brasilienses (índios e escravos africanos), cujo corte é livre, e cada um pode tirá-lo onde quiser; depois de limpo é conduzido para São Lourenço, onde é vendido aos contratadores do rei à razão de 400 e 480 réis, por cada 128 libras, ou quatro arrôbas, e ainda assim, fazendo-se o pagamento em mercadorias por preços de cento por cento acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito dêsse modo porque a ninguém, exceto êstes contratantes, é permitido mandar o pau-brasil para Portugal e ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas, senão êles".

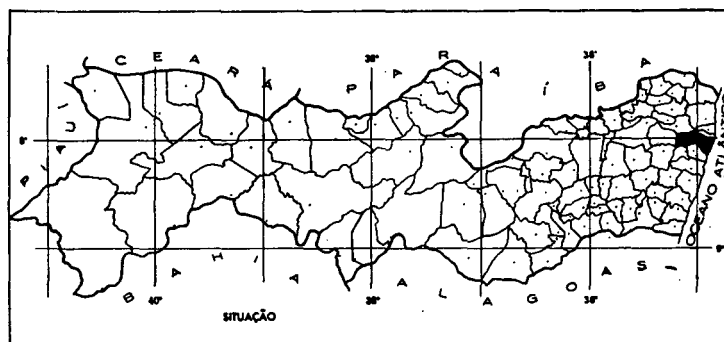
A paróquia de São Lourenço da Mata era, também, conhecida como São Lourenço da Muribara. Esta denominação foi encontrada no têrmo de Aclamação da Liberdade Divina, "para vingar agravos e tiranias", assinado em 23 de maio de 1645 pelos conjurados, entre os quais se achava o padre Gaspar de Almeida Vieira, vigário confirmado da

Praça Padre Siqueira, vendo-se o histórico canhão que serviu na guerra entre holandeses e portuguêses

Edifício da Escola de Tratoristas do Nordeste.

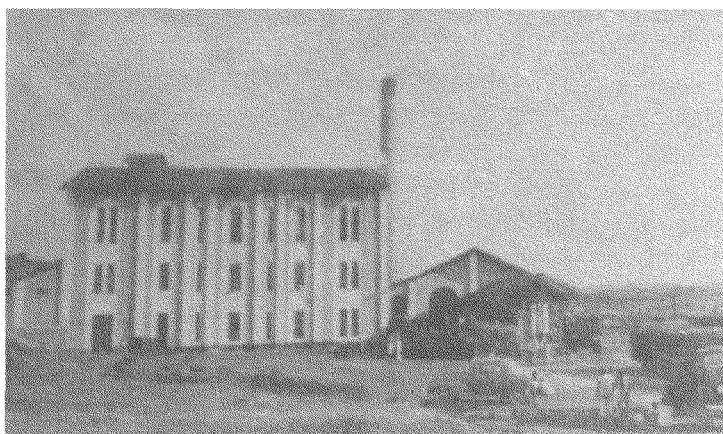
paróquia de São Lourenço da Muribara e no testamento feito por João Fernandes Vieira, em 1676, no qual foi declarado que possuía meia légua de terra em quadro, perto de São Lourenço que chamam a Muribara. Proveio essa denominação do riacho dêsse nome que tem curso pelo sul da povoação e vai desaguar à margem direita do rio Capibaribe.

A exploração do pau-brasil nas terras de São Lourenço muito concorreu para a sua cultura, vindo daí a construção dos seus primeiros engenhos nos fins do século XVI. Em 1630 já contavam na sua jurisdição sete fábricas, onde, na frase de um cronista da época, fazia-se o melhor açúcar da capitania. Nada consta sôbre a data do seu predicamento como freguesia. Nas "denunciações do Santo Ofício", da Bahia, em 1591, o padre Francisco Pinto Doutel, no seu depoimento, declarou exercer a vigairaria de São Lourenço há seis anos. Entretanto, há informações de que, em 1621, a povoação merecia o predicado de freguesia e a inaugurava o seu primeiro vigário, o padre Antônio Soares, segundo Sebastião de Vasconcelos Galvão, ou Antônio Simões, conforme Pereira da Costa. Êsse vigário, em 1627, foi substituído pelo padre Simão de Figueiredo, sendo o terceiro o padre Gaspar de Almeida Vieira, quando, dada a invasão holandesa, inteiramente prejudicado ficou o serviço do culto religioso, com aquêle domínio, até 1654, em que se fêz a restauração. (Sôbre o padre Antônio Simões, referem-se os "Anais Pernambucanos", de Pereira da Costa). Em 1629 ocupava a vigairaria de São Lourenço o padre Gonçalo Ribeiro, morto a punhaladas pelos holandeses, em 1636, por ter dito em público que certos livros que êles espalhavam contra a religião católica continham heresias, e por não querer se desdizer a intimações, como refere Manoel Severim de Farias. Já em 1622, estava instituída e canônicamente provida a freguesia de São Lourenço da Mata do Brasil, como assim foi chamada em um documento oficial de 1678, nada constando, porém, da época de sua instalação; sabendo-se, entretanto, do livro "Razão do Estado do Brasil em 1612", que "nessa época já a povoação gozava de semelhante predicamento por ser mencionada na enumeração das paróquias então existentes e providas em Pernambuco". O invasor holandês procurou manter a exploração do pau-brasil na localidade, porém as guerrilhas organizadas pelos nossos impediram-na, conforme consta de um documento holandês, de 1640. Sendo a povoação naquela época já de certa importância, mandou o general Matias de Albuquerque, em 1633, que o capitão Luiz Barbalho Bezerra a fôsse guarnecer com um têrço do seu comando, para garanti-la dos assaltos do invasor. Deixando-a depois desprotegida por urgência do serviço, foi a mesma atacada por uma forte coluna de pilhagem holandesa, não sendo poupados também os aldeamentos circunvizinhos. Nada mais existe da modesta e originária capelinha erguida pelos primeiros povoadores. Em virtude das reformas e reparos por que tem passado a igreja Matriz é, presentemente, um templo condigno da sua categoria. Todavia, é oportuno ressaltar que, a despeito dos serviços de reformas a que nos referimos, o aspecto arquitetônico do edifício ainda obedece aos seus traços originários, destacando-se internamente o seu altar-mor, em belo estilo barroco, o qual foi restaurado em tôda a sua grandeza, graças aos esforços do padre José Batista Cabral, quando, em fins de outubro de 1928, incumbido de reger a freguesia, mandou proceder os trabalhos de que precisava a igreja Matriz. Êsses melhoramentos ficaram assinalados no mármore colocado no altar-mor, com a seguinte inscrição: "Hoc Altar Restauratum est — Ano Domini MDCCCXXIX — Donis Dominae Mariae Nazareth Corrêa de Araújo Vitae Functae — XXX Augusti MDCCCXVIII". Na povoação existia, já em 1829, uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Abandonada e caindo em ruínas, foi demolida em 1927. O nome de Rua do Rosário dado àquela que lhe ficava nas imediações desapareceu oficialmente. Contudo o povo continua a manter a tradição, indicando-a pelo nome antigo. Em fins de 1635, chegaram os holandeses a São Lourenço, matando e saqueando tudo. Encontrando tenaz resistência, logo depois se refizeram, para novamente dar combate ao adversário, conseguindo desbaratar os seus soldados. Muitos moradores fugiram para onde estava Matias de Albuquerque. Tempos depois a povoação foi evacuada. Rabelinho, por ordem do conde de Bagnuolo, comandando vários homens, partiu de Muribeca para São Lourenço, onde fêz o seu acampamento. Em 1636, Jacob Stacower fêz partir do Recife um grande contingente holandês que derrotou Rabelinho e sua gente, obrigando-o a debandar. As guerrilhas se sucederam numa seqüência ininterrupta, com os conseqüentes prejuízos para o progresso da região. Na povoação e em tôda a freguesia, roubaram e mataram com mais violência do que em outras partes. Usaram os holandeses dos mais cruéis meios de suplício e, dentre os supliciados, encontravam-se três rapazolas de 15 a 16 anos de idade, o padre Gonçalo Ribeiro, vigário da freguesia. Sob o comando de João Fernandes Vieira, vá-

Engenho São Bento, local onde outrora se desenrolaram vários combates entre as tropas holandesas e portuguêsas.

Fábrica de tecidos de Camaragibe.

rias batalhas foram travadas no território de São Lourenço após o "compromisso", que se disse redigido por Gaspar Peres, tabelião em São Lourenço, e assinado por João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti (chefe do movimento) e mais 16 conjurados. É o seguinte o teor do "compromisso": "Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo tempo que fôr necessário, com tôda a ajuda de fazendas e pessoas contra qualquer inimigo, em restauração de nossa Pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segrêdo que nisto convém; sob pena de que quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor e ficar sujeito ao que as leis, em tal caso permitam. E debaixo dêste comprometimento, nos assinamos em 23 de maio de 1645". Com o sacrifício de inúmeras vidas finalmente, viram-se coroados de êxito os esforços dos patriotas, com a expulsão do holandês invasor.

O Alvará de 13 de outubro de 1775 criou o distrito de São Lourenço da Mata. O município de mesmo nome foi criado por fôrça da Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884, com território desmembrado dos municípios do Recife e Paudalho, ocorrendo sua instalação a 10 de janeiro de 1890. Em 1.º de julho de 1909, por efeito da Lei estadual n.º 991, a sede municipal recebeu foros de cidade. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de São Lourenço da Mata figura com 3 distritos: São Lourenço da Mata, Nossa Senhora da Luz e Camarajibe. A Lei municipal n.º 101, de 19 de dezembro de 1929, também se refere à criação do distrito. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, inserto no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e no de divisão territorial de 31-XII-1936, nota-se que o topônimo Nossa Senhora da Luz está grafado simplesmente "Luz", continuando com os restantes, mencionados em 1911, sem alteração. O município de São Lourenço da Mata mantém-se dividido em 3 distritos: São Lourenço da Mata; Camarajibe e Nossa Senhora da Luz, no quadro de divisão territorial de 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938. Esta situação não se alterou nas divisões territoriais fixadas pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Apenas no primeiro dos qüinqüênios citados, São Lourenço da Mata teve o seu nome simplificado para São Lourenço, recuperando a designação atual no qüinqüênio posterior. A comarca de São Lourenço da Mata foi criada pela Lei provincial n.º 1 085, de 13 de junho de 1884. Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de São Lourenço da Mata compreende o têrmo da comarca dêsse nome. Essa situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para o qüinqüênio 1939-1943, excetuando-se a denominação da comarca, têrmo e município, que, simplificando-se, passou a ser São Lourenço. A comarca, o têrmo e o município de São Lourenço voltaram, em virtude de disposição do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, a chamar-se São Lourenço da Mata. Ainda pelo referido Decreto-lei n.º 952, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de São Lourenço da Mata adquiriu o têrmo do Paudalho, transferido da extinta comarca do Paudalho, ficando, pois, constituída pelos têrmos de São Lourenço da Mata e Paudalho. Em face do Decreto-lei estadual n.º 1 116 de 14 de fevereiro de 1945, que pôs em execução o Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 dêsse mês e ano, a comarca de São Lourenço da Mata perdeu o têrmo do Paudalho, desmembrado para a comarca do Paudalho, que foi restaurada. Ainda continua sem alteração a divisão administrativa e judiciária do Estado, conforme a Lei n.º 1 819. Sôbre o asunto, a "História de São Lourenço da Mata", coordenada por José de A. Maranhão, diz o seguinte: "A comarca que foi desmembrada da de Olinda, instalou-se em 13 de janeiro de 1890, sendo seus magistrados: Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Fáro, Juiz de Direito; Dr. Rodolfo Carvalho, Juiz Municipal e Doutor Ansberto Rodrigues do Passo, Promotor Público. Pela Lei n.º 697, de 20 de junho de 1904, passou a ser têrmo anexo a Paudalho, sendo restaurada pela Lei n.º 1 316, de 10 de junho de 1916; suprimida pela segunda vez por Ato n.º 351, de 14 de junho de 1920, foi anexada novamente a Paudalho e restaurada, afinal, pelo Ato n.º 130, de 5 de abril de 1922".

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de São Lourenço da Mata está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 17 quilômetros da capital do Estado. Pertence à Zcna Fisiográfica Litoral — Mata. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 7º 59' 45",6 de latitude Sul e 35º 02' 37",6 de longitude W.Gr., no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas 32, das mínimas 28, compensada 32. A precipitação pluviométrica anual é es-

Usina Capibaribe.

timada em 1 200 mm. Tipos de clima: *Ams'* e *As'*, com predominância do primeiro. Quente e úmido com estação sêca compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. (Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 425 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de ..... 33 671 habitantes, sendo 17 002 homens e 16 669 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 79,2 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 14,6% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 38 851 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de São Lourenço da Mata (4 972 habitantes), e as vilas de Camarajibe (6 118) e Nossa Senhora da Luz (247).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 25,1% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 12% na indústria e as demais no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açucar, milho, feijão, café e algodão são as principais culturas agrícolas. Há 30 estabelecimentos industriais, ocupando 2 293 pessoas.

O volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$)
Cana-de-açúcar...........	Tonelada	209 246	32 349 432,00
Milho....................	Saco 60 kg	600	84 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Glória de Goitá (35 km), Paudalho (23 km), Paulista (38 km). Jaboatão (40 km), Moreno (50 km) e Vitória de Santo Antão (69 km). É servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 22 km da capital estadual, por via rodoviária, e 25 km por ferrovia.

COMÉRCIO E BANCOS — Grande é o movimento comercial, com 5 estabelecimentos de comércio atacadista e 200 do varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 47 logradouros existentes, 10 são pavimentados, 3 arborizados, 4 arborizados e ajardinados, simultâneamente. Há 500 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, e também 3 agências do D. C. T., uma na sede, uma em Camarajibe e outra em Tiúma. O Serviço telegráfico do município é feito pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Os veículos registrados na repartição competente são 150 automóveis, 20 jipes, 60 camionetas, 8 motociclos, 200 caminhões. Entre os melhoramentos locais ainda podem ser citados uma pensão, 3 cinemas: o Cine Teatro Rex e o Cine Teatro São Pedro, na sede do município, com lotação para 300 e 350 pessoas, respectivamente; o Cine Teatro Industrial, em Camarajibe, com 348 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva à população do município os seguintes estabelecimentos: Pôsto de Combate à Esquistossomose, Policlínica da F. Arcelina Vasconcelos, Pôsto de Puericultura, Ambulatório da Sociedade de Mútuo Socorro, Ambulatório da Fundação Médico-Rural, Ambulatório São Tomaz, 10 médicos, servindo nos estabelecimentos, porém não residindo no município, 1 dentista e 2 farmacêuticos; há ainda duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO— Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 26,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 53 unidades do ensino primário fundamental comum, com 3 076 alunos matriculados, 4 do ensino supletivo, uma do ensino secundário, uma do ensino industrial e uma do ensino superior.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta com 3 órgãos noticiosos, independentes e com personalidade jurídica, não tendo circulação regular: "A Hora", com mais de 25 anos de existência, o "São Lourenço Jornal", com mais de 4 anos e "O Relógio", com apenas 5 meses de circulação. Há 2 bibliotecas: uma do Clube Lítero-Musical Recreativo, pública, com 1 200 volumes, aproximadamente, e uma da Corporação Operária de Camarajibe, com apenas 350 volumes, destinada aos operários da Fábrica de Tecidos de Camarajibe.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 932	3 287	1 608	928	4 178
1951.......	4 145	4 835	1 761	1 115	3 780
1952.......	5 891	5 794	2 369	1 314	6 466
1953.......	14 615	6 896	2 607	1 476	7 400
1954.......	15 289	7 932	2 805	1 766	9 345
1955.......	15 763	10 369	3 387	2 032	10 781
1956.......	17 135	(*) 14 428	(*) 2 700	(*) 1 751	12 054

(*) Orçamento para 1956.

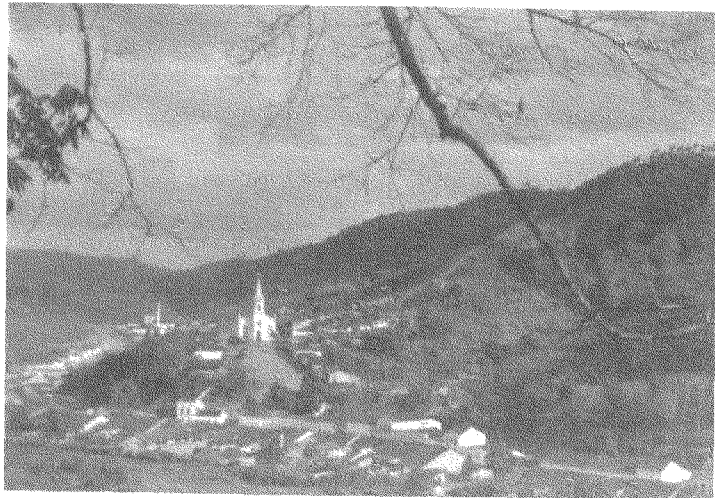
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há um monumento na Praça Simão de Figueiredo. Trata-se de velho canhão sôbre uma base de granito, o qual foi encontrado no Engenho Camorim, dêste município; tudo indica que

pertenceu às fôrças holandesas e que foi abandonado, após algum combate, por dificuldade de transporte. É uma relíquia da Campanha da Restauração Pernambucana, da qual a comuna tomou parte ativa. São Lourenço da Mata conta entre seus filhos ilustres os seguintes: capitão José de Barros Lima, ou o "Leão Coroado", nome que passou à história, entre os patriotas da República, de 6 de março de 1817. Antônio Francisco Cavalcanti de Albuquerque, que era irmão do visconde de Camarajibe e possuía o título de visconde de Albuquerque. Conselheiro Joaquim Correia de Araújo, formado em ciências jurídicas e sociais, em 1864, foi advogado de destaque no Fôro do Recife, conselheiro do Império e Deputado Federal, foi Governador, eleito, do Estado de Pernambuco, de 7 de abril de 1896 a 4 de abril de 1899. Foi agraciado pela Igreja Católica com o título de conde e faleceu em 8 de abril de 1927. O atual Prefeito é o Senhor Fernando Correia de Araújo.

(Autor do histórico — Luiz de Castro, A.E., com transcrições dos "Anais Pernambucanos", de Pereira da Costa, e do livro "História de São Lourenço da Mata", de J. A. Maranhão. Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SÃO VICENTE FÉRRER — PE

Mapa Municipal na pág. 518 do 4.º Vol.

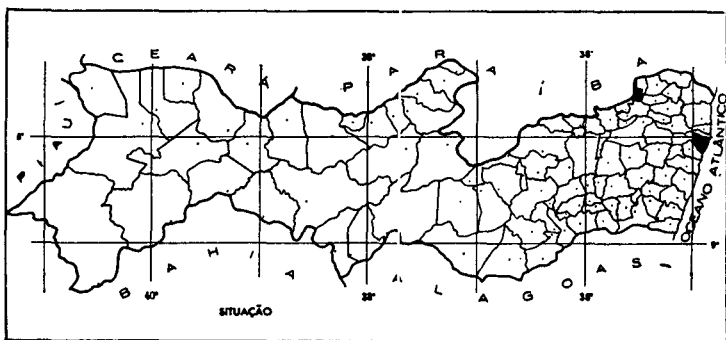
HISTÓRICO — Começou São Vicente a povoar-se em 1852. Deve-o sobretudo ao fato da criação de uma feira ali, por iniciativa dos cidadãos Jerônimo de Albuquerque Melo, João da Silva Pessoa e José Joaquim do Espírito Santo, falecidos. Êstes, em um domingo de maio do referido ano, conseguiram reunir, sob uma copada árvore que então existia, onde hoje é a Rua do Comércio, no povoado, grande porção de mercadores, e, com outras mais pessoas, constituíram uma feira. Dêsse fato nasceu a construção das primeiras casas e de uma Igreja do patrocínio de S. Vicente; e fêz-se o povoado. A Lei n.º 581, de 30 de abril de 1864, criou a freguesia de São Vicente, suprimindo Cruangy, mas sòmente foi posta em execução pelo vigário capitular, o deão Dr. Joaquim Francisco de Faria, em 24 de março de 1867, com a nomeação do seu primeiro vigário, o Rev.mo André Cursino de Araújo, que a instalou em 23 de abril daquele

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz de São Vicente Férrer.

ano. Em 11 de setembro de 1928 foi criado o município de São Vicente pela Lei estadual n.º 1 931, com território desmembrado dos municípios de Timbaúba e Bom Jardim, no Govêrno Estácio Coimbra. O primeiro Prefeito foi o Senhor João Francisco, grande batalhador, eleito pelo Conselho Municipal que era composto dos seguintes cidadãos: Antônio de Morais Andrade, Bernardo do Egito, Nestor de Moura, José Leitão de Melo, Lourenço Tavares de Melo, Feliciano Ramos Vasconcelos, João da Cunha Cavalcanti Sobrinho, Manoel de Oliveira, Sinfrônio Severiano, Terruliano Cabral; Subprefeito: Antônio de Moura. O município tinha uma área de 262 km^2, composto de dois distritos, o primeiro, a sede, e o segundo, Macapá. A cidade, muito pequena, tinha quatro ruas, porém a feira era muito grande, aos poucos foi desaparecendo, por causa das perseguições políticas. Dois anos mais tarde, passou para Macapá a sede do município. Em maio de 1931, São Vicente perde a categoria de cidade, passando, assim, a Macapá o título desejado. Porém o município continuou com o mesmo nome, apenas com sede diferente. Tempos depois, houve uma reforma em nomes de cidades e vilas. Macapá passou a ser Macaparana por causa da capital do território do Amapá, e São Vicente recebeu o nome de vila Manoel Borba, por ser o nome de um grande homem nascido neste distrito, que àquele tempo pertencia a Timbaúba. Em 1953 começou uma campanha para ser criado o município de São Vicente, que contou com a colaboração decidida do Deputado Pio Guerra, que defendeu tal pretensão com grande brilho perante os pares, terminando por ver coroados de êxitos os seus esforços. Pela Lei estadual n.º 1 818, sancionada no dia 30 de dezembro de 1953, a vila de Manoel Borba é novamente

Vista de um parreiral.

elevada à categoria de cidade, recebendo o nome do Padroeiro, que é São Vicente Ferrer. Nesta época estava exercendo o cargo de Governador do Estado o Dr. Etelvino Lins. A primeiro de janeiro de 1954, foi celebrada a festa da independência do município de São Vicente Ferrer, o qual foi instalado oficialmente em 24 de julho de 1954. Prefeito: Sandoval Maranhão do Egito. Vereadores: Luiz Guedes de Andrade, Ariosvaldo Travasso Sarinho, José Gomes de Andrade, José Nivaldo de Andrade Lima, Joaquim Pereira de Albuquerque, Benigno de Moura, Joaquim Francisco da Silva, Adauto Tavares de Melo, Severino Ramos de Andrade. O novo município foi desmembrado do de Macaparana e é formado pelos distritos: sede e Siriji. Empossado o Prefeito, desde os primeiros momentos do seu govêrno, tem demonstrado capacidade e tirocínio administrativo e uma extraordinária vontade de trabalhar pela grandeza de seu povo. Entre as suas principais realizações citam-se: instalação de luz elétrica e abastecimento d'água encanada.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Litoral-Mata, o município de São Vicente Ferrer dista da capital do Estado 89 km em linha reta, rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima — A's, quente e úmido, com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 79 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 13 228 habitantes, sendo 6 395 homens e 6 833 mulheres, com a densidade demográfica de 167 habitantes por quilômetro quadrado.

Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957 — 15 263 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade São Vicente Ferrer, com 1 175 habitantes, e distrito de Siriji, com 344.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 38,5% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Café, banana, cana-de-açúcar e uva são as principais culturas agrícolas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	157 500	2 047 500,00
Café	Quilograma	288 000	5 760 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	9 000	1 980 000,00
Uva	Quilograma	66 000	363 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Macaparana (7 km), Vicência (50 km), Bom Jardim (42 km) e Orobó (58 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 144 km, por via rodoviária da capital estadual, 149 km, misto (31 km, por via rodoviária até Timbaúba e daí, por ferrovia, 118 km) e 89 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 2 estabelecimentos do comércio atacadista e 20 do varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Vicente Ferrer tem uma pequena área pavimentada a paralelepípedos. Os serviços de abastecimento d'água e iluminação pública são empreendimentos da atual administração, tendo sido beneficiados 153 domicílios com ligações elétricas e 65 servidos por abastecimento d'água. Três modestos hotéis e uma pensão abrigam os viajantes que por ali transitam, cobrando-lhes uma diária de Cr$ 70,00. Uma Agência Postal e 1 cinema com capacidade para poucos espectadores completam os aspectos urbanos de São Vicente Ferrer. Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados 4 automóveis e 5 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 1 dentista e uma farmácia se encarregam de assistir a população do município médica e sanitàriamente.

Engenho Gracioso da Serra.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 42,6% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 16 unidades do ensino primário fundamental comum, com 678 alunos matriculados, e 5 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	354	687	171	464
1955	—	1 260	1 133	308	1 088
1956	—	1 939	700	132	700

(*) O município não tem Coletoria Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Entre os filhos do município, destacou-se o nome de Manoel Borba no cenário político nacional, chegando a ser governador do Estado que lhe serviu de berço. Um advogado exerce as suas funções na cidade de São Vicente Ferrer. O atual Prefeito é o Senhor Sandoval Maranhão do Egito.

(Autor do histórico — Sebastião Galvão ('Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico") e Antônio de Almeida Egito — A.E.; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SERRA TALHADA — PE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

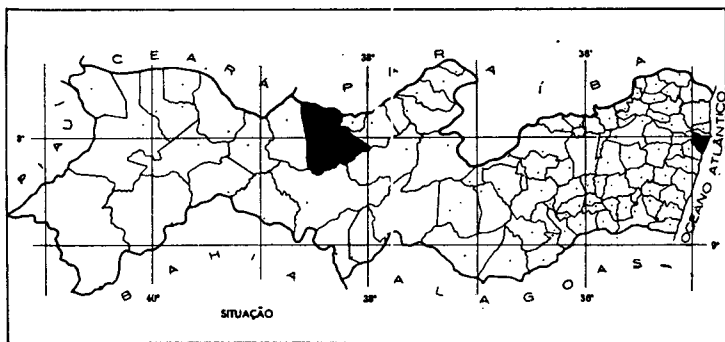
HISTÓRICO — Em 1700 era uma fazenda de criar, pertencente ao português Agostinho Nunes de Magalhães. Nessa propriedade, chamada Serra Talhada, pela forma da montanha próxima, cortada a prumo, o dono ergueu, com o auxílio popular, uma igreja sob o patrocínio de Nossa Senhora da Penha, dando-lhe o patrimônio. E como o local era centro de grande número de estradas que se cruzavam: a da Ribeira do Pajeú, à margem do São Francisco, a do Cariri Novo, (CE), a do Piancó (PB), e outras, tendo ainda a facilidade d'água, e, sempre para um povo religioso, motivo de aproximação, — tudo favoreceu naquele sítio à formação de um núcleo que se fêz povoado e cresceu, gradativamente. A Lei provincial n.° 52, de 18 de abril de 1838, criou o distrito. Em 1848, tendo por centro a sede do município das Flôres, a que se subordinava o atual distrito da Serra Talhada, alastrou-se pelas terras de Pernambuco a chamada Revolução Praieira. Todavia, organizou-se no município reação contra os insurretos, que foram dominados. De tal fato decorreu o estabelecimento do município da Serra Talhada, sob a denominação de Vila Bela, concretizado pela Lei provincial n.° 280, de 6 de maio de 1851, que transferiu para o povoado daquele nome a sede do município de Flôres. A instalação do município recém-criado

Praça Dr. Sérgio Magalhães, vendo-se ao fundo a Igreja de N. S.ª da Penha.

verificou-se a 9 de setembro de 1851. A sede municipal obteve foros de cidade em virtude da Lei estadual, que recebeu o n.° 991, datada de 1.° de julho de 1909. Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", e o quadro de divisão administrativa concernente a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Vila Bela possui 3 distritos: o da sede, e os de São Francisco e São João do Barro Vermelho, notando-se, porém, que êste último se denominava, em 1911, Barro Vermelho. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, o município de Vila Bela permanece com os mesmos distritos supracitados e mais o de Sítios Novos. Por efeito do Decreto-lei estadual n.° 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município de Vila Bela passou a denominar-se Serra Talhada e se compõe dos distritos da Serra Talhada, Bernardo Vieira, Pajeú e Tauapiranga, nomes dados, respectivamente, aos antigos distritos de Vila Bela, Sítios Novos, São Francisco e São João do Barro Vermelho. A cidade de Vila Bela sofreu também alteração toponímica para Serra Talhada, em virtude do Decreto estadual n.° 336, de 15 de junho de 1939. O Decreto-lei estadual n.° 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, conserva o município com a mesma composição distrital. Pela Lei municipal n.° 24, de 2-XII-1948, foi criado o distrito Caiçarinha da Penha. Pela Lei n.° 1 819, que dispõe sôbre a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, o município se compõe dos distritos da Serra Talhada, Bernardo Vieira, Caiçarinha da Penha, Luanda, Pajeú e Tauapiranga. A comarca foi criada pela Lei provincial n.° 1 057, de 7 de junho de 1872. Nos quadros de divisão territorial, datados de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, o município de Vila Bela aparece como têrmo judiciário da comarca do mesmo nome, a qual é formada pelos têrmos de Vila Bela e Belmonte. A mesma situação verifica-se na divisão territorial, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.° 235, de 9 de dezembro de 1938, notando-se, porém, que, por efeito dêsse Decreto-lei, a comarca, o têrmo e o município de Vila Bela passaram a denominar-se Serra Talhada. Em face do Decreto-lei estadual n.° 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciá-

Praça Agamemnon Magalhães.

rio-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, a comarca da Serra Talhada perdeu o têrmo de São José do Belmonte, desanexado para constituir a comarca do mesmo nome. Assim, no referido quadro, Serra Talhada passou a abranger apenas o têrmo-sede.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Serra Talhada está situada na Zona Fisiográfica do Sertão Alto, a 381 quilômetros da capital do Estado. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 7° 59' 35",5 de latitude Sul e 38° 19' 46",7 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas, 36 a 37, das mínimas: 20 a 26. A precipitação pluviométrica anual atinge ...... 564,64 mm. Tipos de clima: *Bshw* e *Aw'* ao norte. Predomina o primeiro: semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

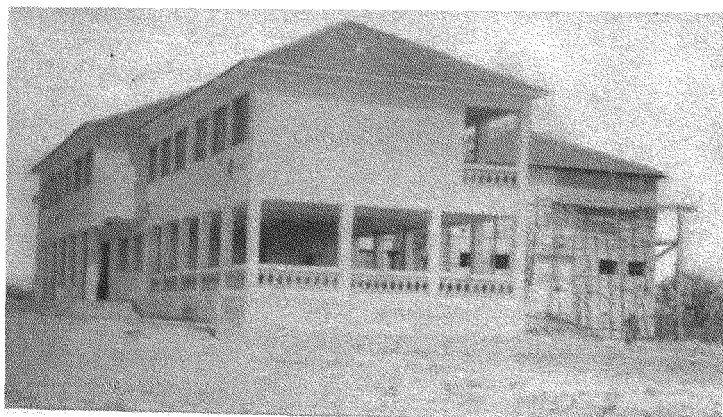
ÁREA — Totaliza 3 123 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 35 192 habitantes, sendo 17 169 homens e 18 023 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 11,2 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano .... 15,8% da população. Município — estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 40 606 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Serra Talhada (com 5 353 habitantes), e as vilas de Bernardo Vieira (488); Caiçarinha da Penha (298); Luanda (219); Pajeú (178); e Tauapiranga (142).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 36,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Algodão, cana-de-açúcar, mamona e cereais são as principais culturas agrícolas. Há 46 estabelecimentos industriais, ocupando 255 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão..................	Quilograma	5 250 000	47 250 000,00
Cana-de-açúcar...........	Tonelada	8 000	500 000,00
Feijão...................	Saco 60 kg	500	210 000,00
Milho....................	» » »	10 000	900 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Triunfo (72 km), Flôres (51 km), Custódia (84 km), Floresta

Fachada do Ginásio Municipal Cônego Torres

(84 km), São José do Belmonte (55 km), Conceição — PB (57 km) e Princesa Isabel — PB (108 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 494 km, por via rodoviária, da capital estadual, 502 km, misto (51 km, por via rodoviária, até Flôres, e daí, por ferrovia, 451 km) e 38 km por via aérea. O Estado possui em Serra Talhada 1 campo de pouso.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com uma agência do Banco do Brasil S. A., 24 estabelecimentos do comércio varejista e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 31 logradouros existentes, 8 são pavimentados, 1 arborizado, 1 ajardinado e 1 arborizado e ajardinado, simultâneamente. Há 700 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, e também uma agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Os veículos registrados na repartição competente são 22 automóveis, 8 jipes, 6 camionetas, 73 caminhões. Doze hotéis e uma pensão, com diárias de ..... Cr$ 80,00 e Cr$ 120,00, hospedam os visitantes. Um cinema, o Cine Arte com lotação para 459 lugares, é o divertimento da população local.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva, à população do município, os seguintes estabelecimentos: Hospital Regional Agamemnon Magalhães, com 115 leitos, e o Pôsto de Puericultura Ageu Magalhães; entre os profissionais são encontrados 6 médicos, 2 dentistas, 4 farmacêuticos e 12 enfermeiros não diplomados; há 5 farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 25,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 35 do ensino primário fundamental comum, com 1 889 alunos matriculados, 25 do ensino supletivo e duas do ensino secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais diários. Uma biblioteca estudantil, com menos de 1 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	1 059	1 514	950
1951	...	...	2 467	4 670	2 205
1952	...	2 856	2 196	2 467	1 934
1953	...	2 587	1 985	7 937	1 846
1954	...	4 189	4 709	17 983	4 569
1955	434	4 475	3 194	25 778	3 138
1956	348	3 652	2 635	17 881	2 360

OBSERVAÇÕES — Os dados de 1950 a 1954, da Coletoria Federal, não foi possível serem obtidos, bem como os da Coletoria Estadual, relativos a 1950 e 1951. Os dados de 1956, da Coletoria Federal; são relativos aos meses de janeiro a novembro de 1956, como também os da Coletoria Estadual. Os do município referem-se aos meses de janeiro a setembro dêsse mesmo ano.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Há a serra Talhada, de granito, origem do nome da cidade, que é uma ramificação do sistema de montanhas da Borborema. A serra do Caldeirão, assim chamada por ter uma abertura em forma de caldeirão, apresenta ainda desenhos curiosos, cuja autoria é atribuída aos índios que habitaram a região. Nas imediações leste-norte da cidade, há uma grande pedra com sonoridade impressionante, quando tocada; pousa sôbre outra pedra e é conhecida como "pedra do sino". A gruta do Cancão, famosa por sua água potável, finíssima, que nunca se esgota, jorrando do sopé da serra Talhada, e ainda, o rio Pajeú, que banha a cidade numa extensão regular, quando transborda dá um bonito aspecto.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Possìvelmente, a partir de janeiro de 1957, a cidade estará ligada à capital do Estado, pela Rêde Ferroviária do Nordeste, numa extensão de 498 quilômetros. Entre os filhos do município destaca-se: Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, professor de Geografia do Colégio Estadual de Pernambuco, cuja tese constituiu um marco dos novos estudos geográficos no país; foi Ministro de Estado mais de uma vez, antigo Promotor Público, Deputado Federal, por várias vêzes, Interventor de Pernambuco e Governador eleito. O feito de maior repercussão nacional foi a sua contribuição à organização das leis trabalhistas do país e obras assistenciais em Pernambuco. Sobretudo notabilizou-se pelo seu espírito lúcido e empreendedor, dotado de rara capacidade administrativa. Faleceu, repentinamente, no dia 24 de agôsto de 1952, no exercício do cargo de Governador de Pernambuco.

Hospital Agamemnon Magalhães.

Estação ferroviária em construção.

Zona assolada pela sêca, foi o município teatro de lutas entre bandoleiros famosos, que sòmente muito tarde tiveram sua ação anulada pelas autoridades constituídas. Dentre os chefes daquelas hordas selvagens, salientou-se o nome de Antônio Virgulino Ferreira, o lendário "Lampeão", filho da terra, benvindo para alguns, respeitado por muitos e temido por todos. Sôbre a personalidade dêsse famoso bandoleiro, correm várias lendas que nem sempre correspondem à verdade.

O município possui uma biblioteca estudantil, com menos de 1 000 volumes. Assinala-se a presença de 1 advogado, 4 agrônomos, 3 engenheiros, 1 veterinário, 9 vereadores e 11 800 eleitores. O atual Prefeito é o Senhor Luiz Conrado de Lorena e Sá.

(Autor do histórico — Joaquim Rodrigues de Barros — A.E., com transcrição do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de Sebastião V. Galvão; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

SERRITA — PE

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — O distrito da Serrinha deve a sua criação à Lei municipal n.° 2, de 16 de novembro de 1892, confirmada, seis anos após, pela Lei municipal n.° 38, de 28 de outubro. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o distrito da Serrinha figura no município de Salgueiro. A 11 de setembro de 1928, por fôrça da Lei estadual n.° 1 931,

Prefeitura Municipal.

aparece como sede do recém-criado município de igual nome, formado com território desmembrado dos de Salgueiro, Leopoldina, Bodocó e Exu. Pouco tempo durou o município em aprêço, pois foi extinto pelo Decreto estadual n.° 55, de 23 de janeiro de 1931. No quadro de divisão administrativa concernente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Serrinha voltou a figurar como distrito do município do Salgueiro. O município da Serrinha foi restaurado pelo Decreto estadual n.° 314, de 27 de junho de 1934, recebendo, nessa ocasião, parte do território do extinto município de Leopoldina. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, o município da Serrinha compõe-se de 5 distritos: Serrinha, Ipuera (em 1936, grafado Ipoeiras), Cachoeiras, Caririzinho e Terra Nova. Por efeito do Decreto-lei estadual n.° 235, de 9 de dezembro de 1938, Serrinha perdeu

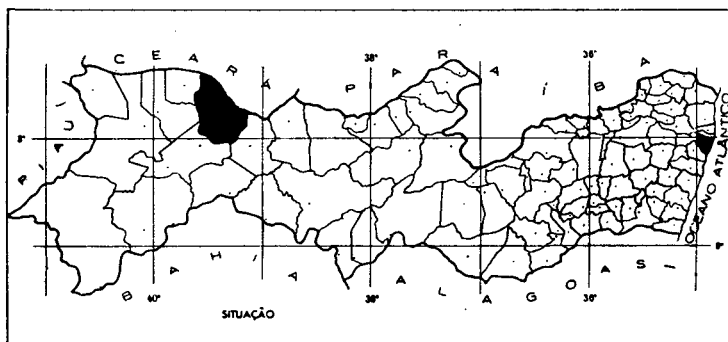
Vista parcial da cidade.

para o restabelecido município de Leopoldina o distrito de Terra Nova, conservando, na divisão territorial fixada pelo referido Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, os demais distritos, embora com alterações toponímicas, a saber: Serrinha, Caririmirim (ex-Caririzinho), Ipuera e Itapemirim (ex-Cachoeiras). O Decreto-lei estadual número 503, de 19 de junho de 1940, modificou os limites do município da Serrinha com o de Leopoldina. Em virtude do Decreto-lei estadual n.° 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no qüinqüênio 1944-1948, o município e o distrito da Serrinha passaram a denominar-se Serrita, porém foi mantida a divisão distrital anterior. Cumpre, apenas, notar que o distrito de Itapemirim é chamado Ori. Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936, e 31-XII-1937, assim como o anexo ao Decreto-lei estadual n.° 92, de 31 de março de 1938, o município da Serrinha é têrmo componente da comarca de Salgueiro, e como tal permanece na divisão fixada pelo Decreto-lei estadual n.° 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

Em obediência a dispositivos do Decreto-lei estadual n.° 952, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de Serrinha passou a chamar-se Serrita. Ainda pelo citado Decreto-lei, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigorante no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca da Serrita, com o têrmo único de igual

Coletoria Estadual.

nome, desmembrado da comarca do Salgueiro, continuando tal situação até o presente, de acôrdo com a Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-953. Distritos componentes: Serrita (ex-Serrinha), Caririmirim, Ipuera e Ori (ex-Itapemirim).

LOCALIZAÇÃO — Compreendido entre os municípios da Zona do Sertão do Araripe, Serrita está a uma distância de 486 km, em linha reta, da capital. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 7º 57' 00" de latitude Sul e 30º 19' 00" de longitude W.Gr. A altitude é de 425 m.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

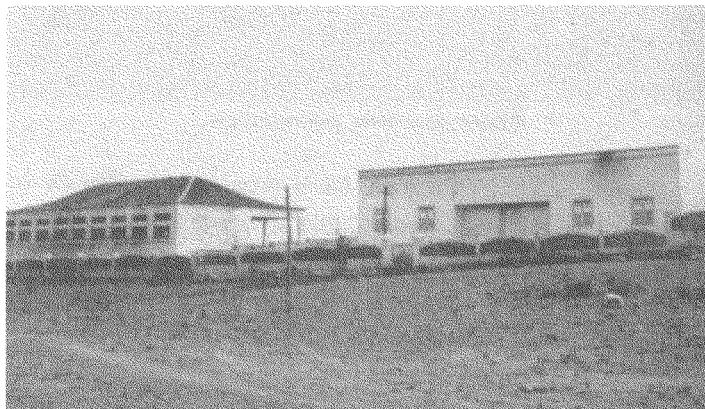
CLIMA — Tipos de clima — *Bshw* e Aw', com uma faixa paralela a nordeste, predominando o primeiro tipo. Semi-árido quente. O município está compreendido no "Polí-

Igreja Matriz de N. S.ª da Conceição.

gono das Sêcas". Temperatura estimada, em graus centígrados: média das máximas — 38; das mínimas — 28 e compensada — 18. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 2 363 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 22 90[illegible] habitantes, sendo 10 984 homens e 11 923 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 9,6 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 3,9% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-957: 26 431 pessoas.

Grupo Escolar à esquerda e o Pôsto de Higiene e Profilaxia à direita.

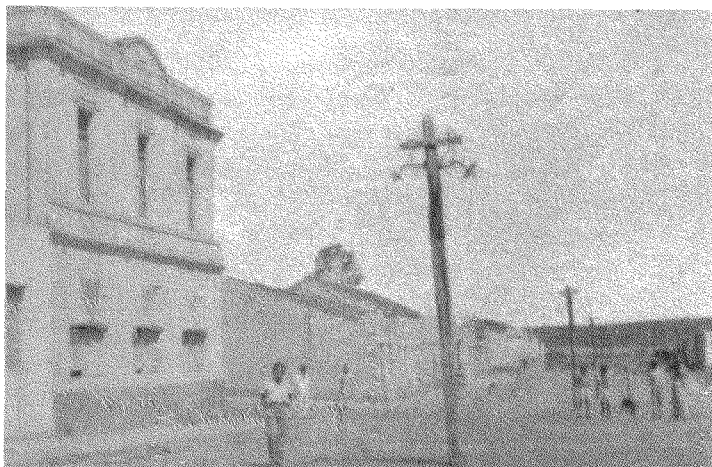
Aglomerações urbanas — Cidade de Serrita (618 habitantes), e as vilas de Caririmirim (477), Ipuera (207) e Ori (68).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 41% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, mamona, mandioca, algodão fumo e café são as principais culturas agrícolas. Há 41 estabelecimentos industriais, ocupando 71 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	180 000	1 800 000,00
Arroz	Saco 60 kg	1 500	300 000,00
Café	Quilograma	5 250	733 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	12 000	1 320 000,00
Fumo	Quilograma	2 400	24 000,00
Mamona	»	960 000	2 880 000,00
Mandioca	Tonelada	360	162 000,00
Milho	Saco 60 kg	15 400	1 540 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Sal-

Vista parcial da Rua Manoel Borba.

Vista parcial da Rua C.el Romão Sampaio

gueiro (30 km); Parnamirim (42 km), Bodocó (104 km), Exu (48 km), Crato — CE (120 km) e Jardim — CE (54 quilômetros). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 562 km, por via rodoviária, da capital estadual, 628 km, misto (177 km, por via rodoviária, até Flôres, e daí por ferrovia, 451 km) e 486 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 12 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Na sede municipal foi criada a primeira Agência Postal no ano de 1924, seguindo-se a de Ipuera no mesmo ano, e dez anos mais tarde a de Caririmirim. Existe uma usina elétrica na cidade, que fornece luz pública e domiciliar a 12 logradouros. Não há pavimentação em suas artérias e nem abastecimento d'água canalizada. Um hotel e uma pensão abrigam os forasteiros, cobrando-lhes diária comum de Cr$ 80,00. Em 1956, 9 caminhões estavam registrados na Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município um Pôsto de Higiene e Profilaxia e uma Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. A êstes dois estabelecimentos, se associam uma farmácia, 1 médico e 1 farmacêutico prático para assistirem os munícipes neste particular.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 18,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Vista parcial da Praça da Matriz.

Ensino — Em 1956 havia 72 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 645 alunos matriculados, e 11 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (2)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	354	246	416	97	402
1951	572	615	463	155	419
1952	723	319	474	126	570
1953	604	325	774	104	848
1954	727	455	647	116	617
1955	1 401	752	758	200	799
1956 (1)	1 272	1 475	1 214	...	...

(1) Orçamento. — (2) A renda Federal, conforme os totais apresentados pelo Coletor do Salgueiro, está calculada na base de 10% líquidos para o município de Serrita, uma vez que à citada Repartição estão subordinados os municípios do Salgueiro, Parnamirim e Serrita.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O acidente geográfico de maior importância é o serrote do Cruzeiro, distante da cidade um quilômetro, de cuja existência originou-se o nome de Serrinha, hoje Serrita.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Há no município um campo de pouso que é utilizado por pequenos aviões de treinamento. Na vila de Caririmirim existe uma pequena queda d'água ainda não aproveitada. Em 1956, 5 584 eleitores estavam inscritos e 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor Alfredo Filgueira Sampaio Filho.

(Autor do histórico — Valdeci da Franca Sampaio — A.E., com transcrições da "Sinopse Estatística", de 1948; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SERTÂNIA — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

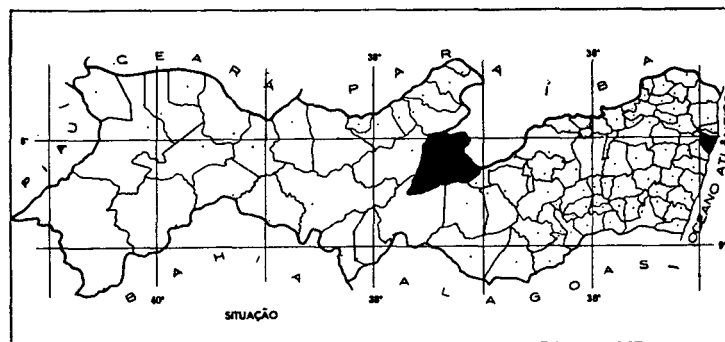
HISTÓRICO — Primitivamente a atual cidade de Sertânia foi uma fazenda de criação pertencente ao Sr. Antão Alves de Souza e sua consorte, D. Catarina Ferreira da Silva, naquela época denominada Fazenda Alagoa de Baixo, a qual houve por herança, em 1782. Nessa fazenda, nas proximidades de sua residência — cujo edifício por muitos anos serviu de Paço Municipal —, Antão Alves de Souza erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Em 1810, ano do término da construção, o fazendeiro concedeu uma légua quadrada de terra para o patrimônio da Santa. Pouco a pouco a família de Antão Alves de Souza e mais tarde outras, vindas de lugares vários, iniciaram então o povoamento do local. Outrora existia junto à vila uma lagoa, distando mais ou menos um quilômetro, e uma outra, ambas formadas pelo rio Moxotó que tem suas nascentes no município de Sertânia, à margem direita do mesmo, as quais por sua situação, eram conhecidas por Lagoa de Cima e Lagoa de Baixo, isso na linguagem popular, ainda hoje existentes. A fazenda de Antão Alves de Souza localizava-se nas proximidades da Lagoa de Baixo, daí surgindo o nome de Alagoa de Baixo,

com o decorrer do tempo, por uma figura de prótese. Assim a localidade era conhecida por Alagoa de Baixo. Atualmente o município denomina-se Sertânia, cuja significação é "cidade sertaneja". O distrito de Alagoa de Baixo foi criado pelas Leis provinciais números 93, de 4 de maio de 1842, e 639, de 3 de junho de 1865. Por efeito da Lei provincial que recebeu o n.º de 1 093, datada de 24 de maio de 1873, foi criado o município de igual nome, com território desmembrado do de Cimbres (mais tarde Pesqueira). Sua instalação remonta a 29 de abril de 1878. A criação do distrito, confirmou-se pela Lei municipal número 52, de 3 de agôsto de 1892. A Lei estadual n.º 991, de 1.º de junho de 1909, concedeu à sede municipal foros de cidade, sendo o seu primeiro Juiz de Direito, quem instalou a Comarca, o Dr. Álvaro Barbalho de Uchoa Cavalcanti. Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", Alagoa de Baixo compõe-se dos distritos de Alagoa de Baixo e Custódia, figurando com um distrito a mais nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de outubro de 1920 — o de Domingos Martins. A Lei municipal n.º 96, de 18 de janeiro de 1929, também se refere à criação do distrito de Alagoa de Baixo, o qual, nesse mesmo ano, anexou-se ao extinto distrito da Ilha de Flôres, em virtude da Lei municipal n.º 148, de 2 de dezembro do mesmo ano. No quadro de divisão administrativa referente a 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", Alagoa de Baixo aparece novamente com dois distritos — Alagoa de Baixo e Algodões, assim permanecendo no de divisão territorial de 31 de dezembro de 1936. De conformidade com o quadro de divisão territorial datado de 31 de dezembro de 1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município da Alagoa de Baixo constitui-se de quatro distritos: o da sede, Algodões, Henrique Dias e o de Rio da Barra. Essa situação manteve-se na divisão estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. O Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, modificou as divisas entre os distritos de Alagoa de Baixo e Rio da Barra. De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o município de Alagoa de Baixo passou a chamar-se Sertânia e figura com os mesmos distritos: Sertânia (ex-Alagoa de Baixo), Algodões, Henrique Dias e

Vista parcial da cidade.

Praça Martins Júnior.

Rio da Barra. De acôrdo com a Lei municipal n.º 133, de 14 de fevereiro de 1953, foi criado o distrito de Albuquerque Né, e figurando atualmente o município de Sertânia com 5 (cinco) distritos a saber: Sertânia, Algodões, Henrique Dias, Rio da Barra e Albuquerque Né. A comarca de Alagoa de Baixo foi criada por Ato de 10 de junho de 1890, sendo provida pelo Decreto estadual número 578, de 18 dêsse mês e ano. Nos quadros da divisão territorial datados de 31 de dezembro de 1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Alagoa de Baixo figura como têrmo judiciário da comarca de igual nome, constituída pelo têrmo de Alagoa de Baixo e Custódia, assim permanecendo na divisão estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no "qüinqüênio" 1939-1943. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão em vigência, no qüinqüênio 1944-1948, o município, o têrmo e a comarca de Alagoa de Baixo passaram a denominar-se Sertânia, ficando o município de Sertânia como têrmo judiciário único da comarca de mesmo nome, pois, pelo referido Decreto-lei, a comarca de Sertânia perdeu o têrmo de Custódia, desmembrado para constituir a nova comarca dêsse nome. Distritos componentes: Sertânia (ex-Alagoa de Baixo), Algodões, Henrique Dias, Rio da Barra e Albuquerque Né, situação que ainda permanece.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Sertânia está situada no traçado da Rêde Ferroviária do Nordeste, a 263 quilômetros da capital do Estado. Pertence à Zona Fisiográfica do Sertão Baixo. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 8º 04' 31,"5 de latitude Sul e 37º 15' 56",4 de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Outro aspecto da Praça Martins Júnior.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 34; das mínimas — 20 e 22; compensada — 25. A precipitação pluviométrica anual atinge 405,01 mm. Tipo de clima: Bshw' — semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 2 729 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 21 994 habitantes, sendo 10 730 homens e 11 264 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 8 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 20,6% da população.

Município — estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957: 25 377 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Sertânia (5 170 habitantes), e as vilas de Algodões (256), Henrique Dias (630) e Rio da Barra (344). O distrito de Albuquerque Né, criado em 1953, ainda não foi recenseado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 26,4% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; 3,9% na indústria e as demais no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura e na indústria. Algodão, mamona, agave, batata-doce e cereais são as principais culturas agrícolas do município. Há 31 estabelecimentos industriais, ocupando 204 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	7 500 000	75 000 000,00
Batata-doce	Tonelada	9	13 500,00
Feijão	Saco 60 kg	6 000	5 100 000,00
Mamona	Quilograma	3 900	9 360,00
Milho	Saco 60 kg	5 250	735 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Custódia (42 km), Afogados da Ingàzeira (72 km), Arcoverde (42 km — rod. e 60 fer.), Buíque (84 km), Inajá (134 km) e Monteiro — PB (27 km). É servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste e por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 323 km por via rodoviária, da capital estadual, 330 km por ferrovia e 263 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 8 estabelecimentos do comércio atacadista e 18 do varejista. Conta ainda o município com uma agência do Banco do Povo S. A. e uma cooperativa de crédito.

Rua Quintino Bocaiúva.

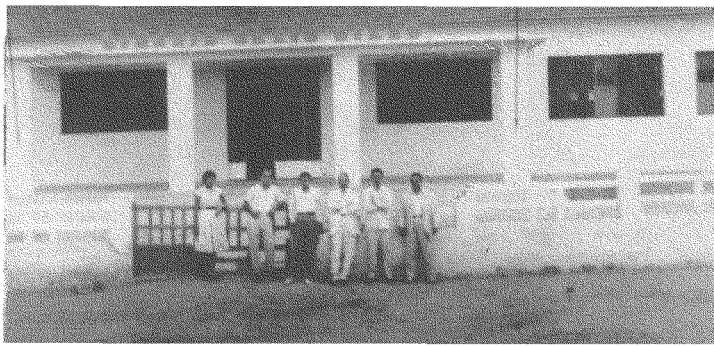
ASPECTOS URBANOS — Dos 40 logradouros existentes, 15 são pavimentados e 4 arborizados. Há 602 ligações elétricas domiciliares e iluminação pública, e também uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, 10 hotéis, com diária de Cr$ 100,00 e 1 cinema com lotação para 500 pessoas. Quinze automóveis 4 jipes, 4 motocicletas e 24 caminhões eram os veículos registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: Hospital Regional de Sertânia, com 52 leitos, Pôsto de Puericultura, Pôsto Estadual de Higiene, 3 médicos, 2 dentistas, duas farmácias e 2 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 31,5% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia uma unidade do ensino pré-primário, 112 do ensino primário fundamental comum, com 2 543 alunos matriculados, 8 do ensino supletivo, 3 do ensino complementar e uma do ensino secundário.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Podem ser citadas duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes, do Ginásio Olavo Bilac e do América Esporte Clube de Sertâ-

Hospital Regional.

Ginásio Olavo Bilac.

nia. Está em organização a Biblioteca Pública Geral, do município.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	187	1 767	1 131	607	1 242
1951	201	1 900	1 446	908	1 576
1952	209	3 191	1 848	903	1 814
1953	250	3 633	1 912	938	1 900
1954	220	5 527	2 099	1 202	2 077
1955	230	8 610	2 877	1 900	2 881
1956 (1)	216	8 308	2 300	1 188	...

(1) Orçamento.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É tradicional no município a disputa entre violeiros; consiste em cantarem ao som das violas seus poemas regionais que falam bem vivo das vaquejadas e do sol causticante do sertão. A vaquejada, outra tradição regional, consta da pegada do touro bravio acuado nas caatingas sertanejas, pelos vaqueiros, com seus gibões de couro, que se destinam àquela missão, com sacrifício da própria vida, o que tão bem foi descrito por Euclides da Cunha, no seu livro intitulado "Os Sertões". Exercem suas profissões em Sertânia 1 engenheiro, 3 agrônomos e 1 veterinário. O Legislativo da cidade compõe-se de 9 vereadores, estando o corpo eleitoral constituído de 9 225 cidadãos. O atual Prefeito é o Doutor Raul Tôrres Lafaiete.

(Autor do histórico — Aubry de Lima Barros — Agente de Estatística; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

SIRINHAÉM — PE

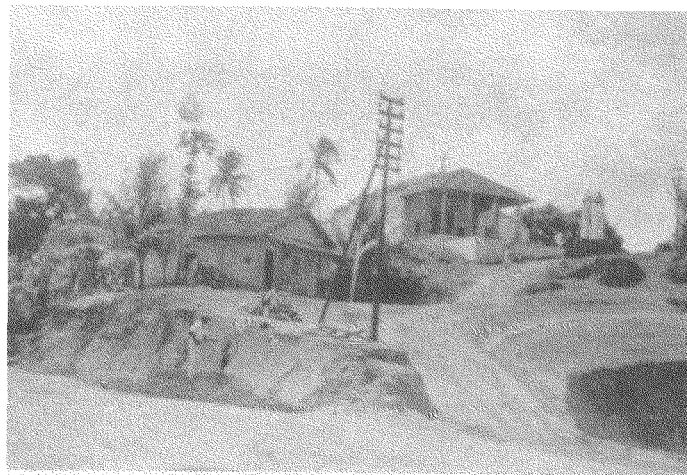
Mapa Municipal na pág. 211 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Sirinhaém começou a povoar-se no princípio do século XVII, pelas famílias Acioli, Lins, Siqueira, Uchoa, Peres, Campelo e Barros. Em 1614 o sentimento religioso fêz com que erguessem uma capelinha dedicada a São Roque; e, já um tanto crescida a povoação, em 20 de janeiro de 1620, se assentava a pedra de uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, que, com o auxílio conjunto de todos os senhores de engenho da zona, em 1621, começou a funcionar. Nesse ano foi elevada à categoria de freguesia pelo então bispo do Brasil Dom Marcos de Noronha, e seu primeiro vigário, o padre Simão Pita Calheiros, inaugurou-a provisòriamente, na capela do Engenho Palma. Em 12 de novembro de 1622, Jacques Peres, o velho, e sua espôsa, D. Catarina Peres, doavam ao padre Mateus Soares, coadjutor, as terras da capela filial de Santo Amaro, como ônus perpétuo de uma missa por êle e pela espôsa. No ano de 1627, Duarte de Albuquerque Coelho, 4.º donatário da capitania, lhe deu a graduação de vila com a declaração de: *muito nobre e sempre leal vila de Sirinhaém*, em data de 19 de junho, sendo feito o auto da criação e instalação pelo ouvidor, Dr. Diogo Bernardes Pimenta, em 1.º de julho do mesmo ano. Em 1629, Lopo de Albuquerque fêz doação ao padre coadjutor da freguesia, Gonçalo Pereira, de dois chãos no terreno da vila. Pela Provisão de 17 de dezembro dêsse mesmo ano (registrada à fôlha n.º 54 do Livro I — de provisões, que fazia parte do arquivo municipal de Sirinhaém), Matias de Albuquerque, irmão e procurador do então donatário, concedeu à vila "todo o terreno, desde o rio Pirassimuga, ao sul, até o rio Maracaípe, com 14 léguas de costa e outras tantas, pelo oceano ao interior". Em 11 de abril de 1613, Matias de Albuquerque, que havia feito da vila Formosa do Sirinhaém seu acampamento, foi atacado por uma forte coluna das fôrças do general holandês Segismundo; avisado, mesmo com a pouca gente que tinha, fêz frente ao inimigo com tal vigor que êle logo voltou as costas na maior debandada, deixando os postos que havia tomado. Nessa brilhante façanha sucumbe Estêvam Velho, filho de D. Maria de Souza, uma das nobres senhoras daquela época, espôsa de Gonçalo Velho; tinha ela perdido nessa guerra dois filhos e um genro; mas ao saber da morte do terceiro filho chama os dois restantes, de 14 e 12 anos e lhe diz: "Nesse momento, meus filhos, chegou a vosso pai e a mim a notícia de haver o inimigo morto a Estêvam, o terceiro filho que nesta guerra perco, além de um genro; mas bem longe de vos desviar dos mesmos perigos, quero colocar-vos na carreira dêles, já e já, tomai as armas e ide, cumprindo o vosso dever, dar a vida com a mesma honra que vossos irmãos, por Deus, por el-Rei e pela Pátria"!... Gil, o filho mais velho, foi imediatamente sentar praça na companhia de Manoel de Souza, e o mais novo não tardou

Vista parcial da Rua Sebastião Chaves.

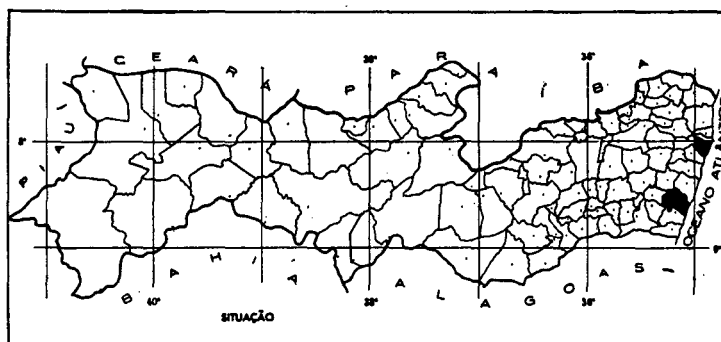
a fazer o mesmo, satisfazendo assim àquela mãe que, vencendo a dor materna, revelara-se sobretudo, uma patriota digna dos tempos do heroísmo romano e de nossos valorosos antepassados. Em junho de 1636, Henrique Dias, em sua marcha para Pôrto Calvo, aí passando, incendiou a povoação de Sirinhaém, na qual estavam de posse os inimigos, e bateu-se com sua gente com valor inaudito contra o mestre de campo Francisco Rebelo (o Rebelinho), fazendo muitas prêsas. Já em 23 de abril do mesmo ano, a pequena distância dali, o general Segismundo, com 1 500 homens, em terrível encontro com as fôrças dos independentes, é repelido com perdas, obrigado a retroceder sobretudo com grande desordem. Nas revoluções liberais de 1710, 1817 e 1824, Sirinhaém muito se distinguiu, e seu nome ficou honrosamente ligado à história pátria. Segundo a história da Igreja Pernambucana, do padre João José Saldanha Marinho, que cita o desembargador J. M. Figueira de Melo, no Ensaio de Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco, e ainda, na memória histórica da freguesia de Sirinhaém, do mesmo padre Saldanha Marinho, manuscrito de 1800, de propriedade do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, a freguesia de Sirinhaém teve como 1.º vigário o padre Simão Pita Calheiros que exerceu as suas funções no período de 1622 a 1629. Sirinhaém foi elevado à categoria de município em 5 de janeiro de 1893, de acôrdo com a Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, e teve como seu primeiro govêrno administrativo: o Prefeito, tenente-coronel Luiz Cavalcante de Albuquerque Uchoa, e Subprefeito, Francisco Alves Cavalcante Camboin; e como componentes do Conselho Municipal: João Manoel de Mesquita Barros Vanderley, Joaquim de Siqueira Carneiro da Cunha, Henrique Antônio de Siqueira Cavalcante, Cândido José Gonçalves da Fonte e Manoel Bernardo das Virgens, havendo-se tornado independente da comarca do Rio Formoso, por Ato do govêrno estadual, de 29 de março de 1894; a 5 de abril daquele ano teve o município a sua organização judiciária, cabendo inaugurar-lhe o fôro ao 1.º Juiz de Direito, Dr. Argemiro Martiniano da Cunha Galvão. Pela Lei estadual n.º 100, de 12 de junho de 1895, foi a vila de Sirinhaém elevada à categoria de cidade.

A palavra Sirinhaém é indígena, da língua tupi e significa "bacia ou viveiro de siris", composto de "sirinãe". O município é formado pelos seguintes distritos: Sirinhaém,

Cine Rosário, da Usina Trapiche.

Capela de São Roque.

Barra do Sirinhaém e Ibiratinga, perdurando tal situação, em face da Lei estadual n.º 1 819, de 30-XII-1953.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Sirinhaém foi criada pela Portaria de 29 de março de 1894. Nos quadros da divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo do Decreto-lei n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Sirinhaém é têrmo judiciário da comarca do mesmo nome, a qual compõe-se do têrmo-sede e Rio Formoso. Em conseqüência do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão em vigor do qüinqüênio 1939-1943, foi extinta a comarca do Sirinhaém, passando o referido município a ser têrmo da comarca dos Barreiros. Segundo a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo judiciário do Sirinhaém foi transferido da comarca dos Barreiros para a do Rio Formoso. O Decreto-lei estadual número 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que deu execução ao Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 dêsse mês e ano, restabeleceu a comarca do Sirinhaém com o têrmo de nome idêntico, desmembrado da comarca do Rio Formoso.

LOCALIZAÇÃO — A cidade está situada na chapada de um grande morro, Zona Litoral-Mata, distando da capital 64 km em linha reta, no rumo S.S.O. As coordenadas geográficas são 8º 35' 20" de latitude Sul e .... 35º 07' 06",2 de longitude W.Gr., enquanto a altitude atinge 60 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias, estimativamente: das máximas — 26; das mínimas — 20; compensada — 18. Tipo de clima:

Usina Trapiche.

Ams'. Quente e úmido com estação sêca compensada pelos totais elevados; chuvas de outono-inverno. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 308 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 18 347 habitantes, sendo 9 656 homens e 8 691 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 59,5 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 9,4% da população.

Município — Estimativa do D.E.E. para .... 1.º-VII-1957 — 21 169 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Sirinhaém, com 1 772 habitantes e as vilas de Barra do Sirinhaém, com 758, e Ibiratinga, com 293.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 39,1% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária, silvicultura"; 9,9% na indústria e as demais no comércio, na prestação de serviço, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, côco e banana são as principais culturas agrícolas do município. Há 13 estabelecimentos industriais, ocupando 649 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana..................	Cacho	66 000	1 650 000,00
Cana-de-açúcar..........	Tonelada	334 200	51 801 000,00
Côco....................	Cento	7 000	2 450 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Ipojuca (30 km), Escada (48 km), Ribeirão (55 km) e Rio Formoso (13 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 85 km, por via rodoviária, da capital estadual, e 64 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 24 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — Há estradas de ferro, cortando o município, de propriedade da Usina Trapiche, as quais servem exclusivamente para o escoamento da produção de cana-de-açúcar e lenha dos engenhos para aquêle estabelecimento industrial. Oito ruas são pavimentadas a paralelepípedos, numa área de 5 812 m²; 285 domicílios estão ligados à rede elétrica; 1 hotel de 3.ª classe e uma pensão de modestos recursos recebem os viajantes, cobrando-lhes uma diária de Cr$ 80,00. Na Prefeitura Municipal estavam registrados 32 caminhões e 3 automóveis, em 1956. A Usina Trapiche mantém um cinema com capacidade para poucos espectadores.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município de Sirinhaém com 2 Postos de Puericultura, 1 Pôsto Estadual de Higiene e o Ambulatório da Usina Trapiche. Um médico, 1 dentista e uma farmácia emprestam a sua valiosa colaboração à assistência médico-sanitária do município.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 17,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 16 unidades do ensino primário fundamental comum, com 214 alunos matriculados, e 4 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	305	2 076	771	430	902
1951.......	268	2 116	967	548	964
1952.......	994	2 378	1 195	601	1 100
1953.......	1 697	2 080	1 611	753	1 783
1954.......	1 832	2 402	1 545	885	1 428
1955.......	2 530	3 038	1 923	1 044	1 952
1956.......	3 078	3 000	1 960	1 159	2 050

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — No município não há pròpriamente serras. Existem morros isolados e pequenas ondulações do terreno. O principal rio que atravessa o município é o Sirinhaém, que nasce no município dos Bezerros e, após longo percurso, deságua no oceano à altura da Barra de Sirinhaém, junto à ilha de Santo Aleixo. Outro acidente digno de menção é a cachoeira do "Engenho Gindai", cuja fôrça está sendo aproveitada pela Usina Trapiche, para acionamento de turbinas hidráulicas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dos filhos ilustres do município de Sirinhaém, os que mais se destacaram foram: padre Venâncio Henrique de Rezende —

Mercado Público.

nascido em 1784, iniciou a sua carreira política no Recife. Lutando pela independência da Pátria tomou parte em várias batalhas, caindo prisioneiro do Govêrno em uma delas. Em 1822, foi representante de Pernambuco à Assembléia Constituinte, convocada logo após a proclamação da Independência. Homem de uma cultura admirável, foi por muitas vêzes levado à Assembléia Nacional, renunciando à vida pública, após muitas canseiras, passando a viver na obscuridade com os parcos recursos do sacerdócio e do ensino de línguas, que mantinha. Faleceu aos 82 anos, na cidade do Recife, a 9 de fevereiro de 1866, na mais completa pobreza; Alvaro Barbalho Uchoa Cavalcante — nasceu a 30 de novembro de 1818. Formado pela Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, exerceu vários cargos públicos, chegando a ser senador pelo Império, no ano de 1871. Faleceu na cidade do Recife, em dezembro de 1889; Dr. Gaspar de Meneses Drumond — brilhante talento, também formado pela Academia de Olinda, destacou-se como advogado e político militante, excercendo, por várias vêzes, o cargo de deputado provincial e deputado geral em muitas legislaturas. Acometido de moléstia pulmonar, voltou à província natal, onde morreu a 24 de maio de 1886; Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcante — desde muito cedo demonstrou inclinação para a advocacia e para a política. Depois de formado, teve oportunidade de demonstrar as suas qualidades de homem íntegro, no exercício de elevados cargos públicos. Como político, o seu primeiro mandato foi o de deputado provincial no período de 1874 a 1875. Destacou-se também, como jornalista político, fundando a "Tribuna", onde defendeu com convicção, ardor e civismo as suas idéias abolicionistas. Em 1890, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, sendo depois nomeado Ministro do Govêrno Provisório (ocupando várias pastas) no ano de 1891. Deixou o ministério por ocasião da renúncia do Presidente Deodoro da Fonseca. Mais tarde foi eleito senador federal tendo, a 18 de janeiro de 1897, sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Durante a sua brilhante carreira política, o Dr. João Barbalho escreveu vários livros, sendo justo salientar os seguintes: "Constituição Federal Brasileira (comentários) de 1903", "Estudos Sôbre o Sistema do Ensino Primário e Organização Pedagógica das Escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco", "Coeducação dos Sexos nas Escolas Primárias", etc. Outros vultos da história pátria tiveram por berço o atual município de Sirinhaém.

Há na comuna templos religiosos como o convento dos Franciscanos, a Capela de S. Roque e a Igreja do Livramento, cujas construções foram feitas pelos holandeses em épocas remotas. Segundo a história, a Capela de S. Roque foi utilizada pelos holandeses como fortaleza, constituindo-se num obstáculo intransponível para o inimigo. A pesca no município é mais ou menos desenvolvida, existindo para incremento da mesma uma colônia denominada Antônio Cardoso da Fonte. Os principais produtos da região são transportados em barcaças que descem o rio Sirinhaém até a sua foz, daí rumando para o Recife, pelo Oceano Atlântico. Possui o município um pequeno campo de pouso de propriedade da Usina Trapiche. Em 1956, estavam inscritos no município 2 321 eleitores, existindo, ainda, 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor Laurindo Gonçalves de Lima.

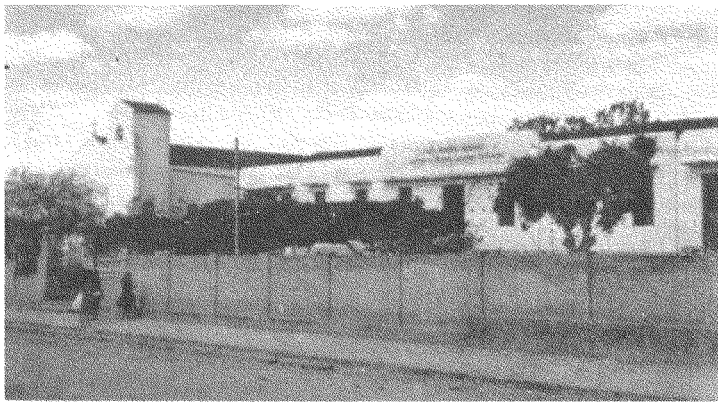
(Autor do histórico — Hildebrando Bezerra do Nascimento — A.E.; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística (com citações do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico", de Sebastião Galvão) e Departamento Estadual de Estatística.)

SURUBIM — PE

Mapa Municipal na pág. 526 do 4.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Surubim foi a princípio uma fazenda de criar, de Lourenço Ramos da Costa. Êste construiu uma casa de oração, em 1864, e tomou por capelão para missas dominicais o padre português Antônio Alves da Silva. Depois, foram no local edificadas algumas casas de rancho e descanso para viajantes. Em 1870, o oratório que tinha a invocação de São José foi substituído por uma capela. Crescido o povoado, a Lei provincial n.° 1 565, de 6 de junho de 1881, criou a freguesia de São José de Surubim, com sede ali, mas, sòmente foi canônicamente instalada em 1885, sendo seu primeiro vigário o padre José Francisco Borges que, vigário de Bom Jardim, interinamente começou a regê-la. O nome de Surubim se origina por haver, em um dia de 1864, uma onça penetrado e comido, na fazenda de Lourenço da Costa, um boi pintado a que chamavam Surubim, por ser como o peixe dêsse nome, fato sem valor nos grandes centros, mas de grande importância numa aldeia ou numa fazenda, capaz até de deixar uma tradição, de firmar um nome local como ali aconteceu.

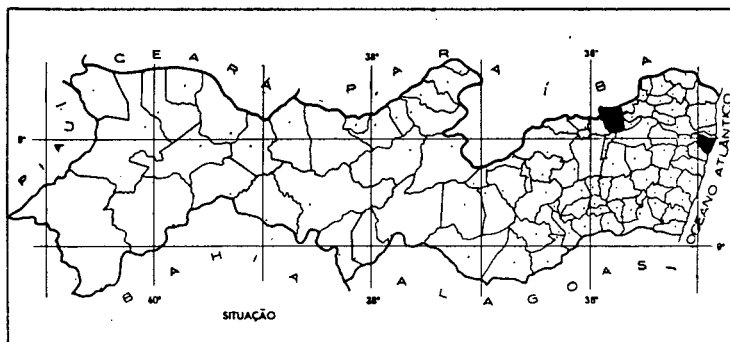
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — A Lei municipal n.° 3, de 27 de abril de 1893, criou o distrito de Surubim, cuja sede foi elevada à categoria de vila por efeito da Lei estadual n.° 991, de 1.° de julho de 1909. Na "Divisão Administrativa, em 1911", Surubim figura como distrito do município de Bom Jardim. Em 11 de setembro de 1928, por fôrça da Lei estadual n.° 1 931, foi criado o município de Surubim, com território desmembrado do município de Bom Jardim, tendo a sede municipal recebido foros de cidade. A instalação da novel comuna verificou-se a 1.° de janeiro de 1929. A criação do distrito foi, ainda, ratificada pela Lei municipal n.° 2, de 16 de novembro de 1929. No quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, In-

Vista parcial da cidade.

Escola Normal Regional e Orfanato N. S.ª do Amparo.

dústria e Comércio", bem como nos de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município compõe-se de 2 distritos: Surubim e Casinhas. Tal situação, mantiveram-na os Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixaram as divisões territoriais para vigorarem, respectivamente, nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948. Pela Lei municipal n.º 17, de 25-5-1953, foi criado o distrito de Vertente do Lério, instalado em 5 de dezembro de 1953. A situação administrativa continua sem alteração.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Segundo os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Surubim é têrmo judiciário componente da comarca do Bom Jardim, permanecendo esta situação na divisão territorial em vigência do qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi criada a comarca de Surubim, que teve como têrmos componentes o de igual nome e o de Orobó (ex-Queimadas), desmembrados da comarca do Bom Jardim.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de Surubim está situada na Zona Fisiográfica do Agreste, a 97 quilômetros da capital do Estado, em linha reta. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 7° 50' 20" de latitude Sul e 35° 43' 10" de longitude Oeste Greenwich.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 31,6; das mínimas

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

— 14,5; compensada — 24,7. A precipitação pluviométrica anual atinge 505,7 mm. Tipo de clima: Bshs'i' — Semi-árido quente. O município está localizado no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 357 quilômetros quadrados.

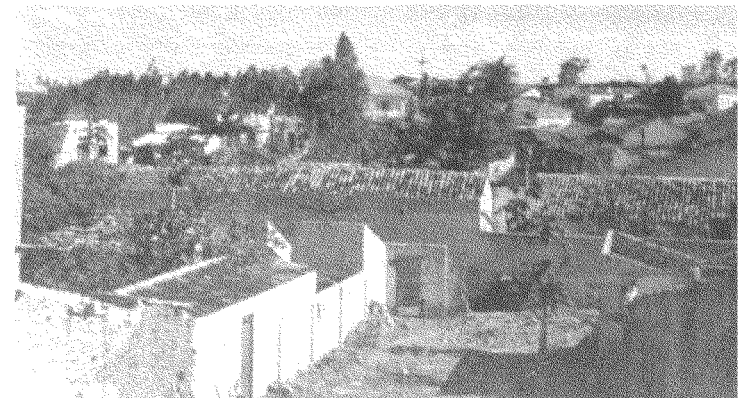
POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 39 987 habitantes, sendo 19 448 homens e 20 539 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 112 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 9,5% da população.

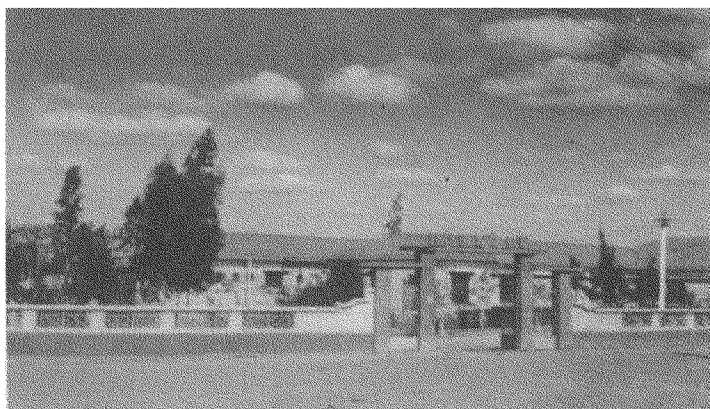
Município — estimativa do D.E.E. para .... 1.º-VII-1957 — 46 138 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Surubim, com 4 404 habitantes, e a vila de Casinhas, com 803. Vertente do Lério, criado pela Lei municipal n.º 17, de 22-5-1953, ainda não foi recenseado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 51,6% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia municipal repousa na agricultura. Algodão, milho e feijão são as principais culturas agrícolas. Há 63 estabelecimentos industriais, ocupando 196 pessoas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão..................	Quilograma	1 650 000	12 540 000,00
Feijão....................	Saco 60 kg	3 180	954 000,00
Milho.....................	» » »	32 560	5 860 800,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Vertentes (30 km), Orobó (37 km), Bom Jardim (29 km), João Alfredo (24 km), Limoeiro (59 km), Riacho das Almas (66 km) e Umbuzeiro — PB (30 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 141 km, por via rodoviária, da capital estadual, 142 km, misto (29 km, por via rodoviária, até Bom Jardim, e daí, por ferrovia, 113 km) e 97 km por via aérea.

Vista parcial da cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem desenvolvido o comércio local com 9 estabelecimentos do comércio ataca-

Hospital São Luiz.

dista e 72 do varejista. Há uma Agência do B.N.B.S.A. e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 39 logradouros existentes, 8 são pavimentados, 7 arborizados, 1 ajardinado e 1 arborizado e ajardinado simultâneamente. Contam-se 700 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, além de uma Agência Postal-Telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, 1 hotel, uma pensão com diárias de Cr$ 60,00, 1 cinema, com capacidade para 449 lugares. Os veículos registrados na repartição competente eram 22 automóveis, 19 jipes, 4 ônibus e 35 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva à população local: Hospital São Luiz e Maternidade Nossa Senhora do Bom Despacho, com 76 leitos; Pôsto Estadual de Higiene e Dispensário de Higiene Infantil; as atividades profissionais de 4 médicos, 5 enfermeiros, 2 farmacêuticos e 2 enfermeiros respectivamente. Encontram-se em funcionamento no município 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 15,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 80 do ensino primário fundamental comum, com 2 822 alunos matriculados, 15 do ensino supletivo, uma do ensino secundário e uma do ensino artístico.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 870	..	...	...
1951	...	1 823	1 196	...	1 395
1952	...	3 445	1 632	...	1 110
1953	...	2 893	1 758	...	1 558
1954	...	3 753	1 745	...	2 073
1955	...	4 718	1 879	...	1 861
1956 (1)	...	6 583	1 816	...	1 816

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O rio Capibaribe, que banha o município, divide-o com Limoeiro e o Riacho das Almas. Lagoa do Tabu, nos limites do município com o das Vertentes. Serra da Mata Virgem, com 545 metros de altitude. Picos do Jardim e Oratório, com 595 e 560 metros, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É tradicional no município a vaquejada, que consiste na pegada do touro bravio acuado pelos vaqueiros, que, com seus gibões de couro, destinam-se àquele mister com sacrifício da própria vida. O município conta com 2 advogados, 1 agrônomo, 1 veterinário, 9 vereadores e 8 380 eleitores. O atual Prefeito é o Dr. Jader Heráclio do Rêgo.

(Autor do histórico — Firmo José Nascimento — A.E., com transcrições do "Dicionário Corográfico, Histórico, Geográfico e Estatístico de Pernambuco", de A. V. Galvão; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

TABIRA — PE

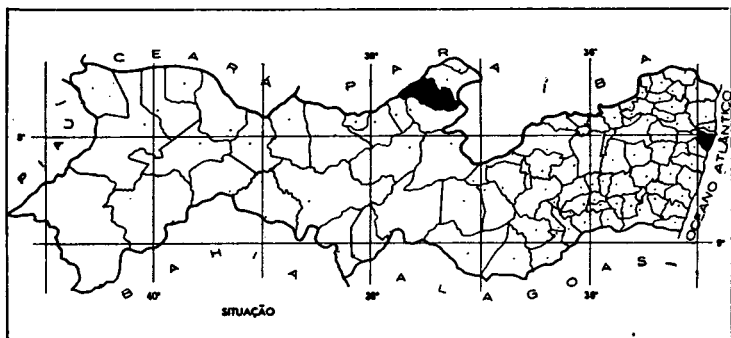
Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Tabira, criado por fôrça da Lei n.º 418, de 31 de dezembro de 1948, e instalado no dia 30 de janeiro de 1949, foi desmembrado do município de Afogados da Ingàzeira, com os distritos de Tabira (sede), Ingàzeira, Solidão e Tuparetama. Êste município, antes do nome atual, denominou-se Madeira, sendo que, no ano de 1889, passou a chamar-se Espírito Santo, nome que conservou até o ano de 1939, quando passou a Tabira, em homenagem à tribo indígena que ali habitou em tempos remotos, e que tinha como chefe o grande guerreiro Tabira. Pelo ano de 1865, era uma fazenda de propriedade do Senhor Gonçalo Gomes que, por sua iniciativa própria, pensou em formar uma pequena feira para os seus habitantes, surgindo a povoação do lugar denominado Madeira, que depois o povo começou a chamar de Tôco de Gonçalo Gomes, em virtude de haver no meio da feira um pequeno tôco onde os feireiros cortavam as peças de carne para venda pública. Êste mesmo Senhor doou ao patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios parte das suas propriedades, justamente a que forma o perímetro urbano da atual cidade — Tabira —, tendo em sua homenagem a praça principal o seu nome.

A comarca de Tabira foi criada pela Lei n.º 508, de 27 de junho de 1949, sendo instalada solenemente no dia 26 de setembro de 1949, com o comparecimento de pessoas de representação de diversos municípios vizinhos. O Car-

Vista da Praça Gonçalo Gomes, ao fundo a Igreja Matriz

tório Eleitoral foi instalado no dia 20 de março de 1950, havendo neste mesmo ano grande número de inscrições. A divisão administrativa e judiciária continua sem alteração.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona do Sertão Alto. Dista da capital do Estado 419 quilômetros em linha reta, no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas 36, das mínimas 20, com pensada 25. Tipo de clima: Bshw' e Aw' a noroeste, com predominância do primeiro: semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Totaliza 880 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 21 809 habitantes, sendo 10 782 homens e 11 027 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 24,7 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 13,1% da população. Município: Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 25 164 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Tabira, com 2 458 habitantes, e as vilas de Ingàzeira, com 290, Solidão, com 703 e Tuparetama, com 1 109 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 40,5% estão ocupados no ramo agricultura, pecuária e silvicultura. As demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços etc. A economia do município repousa na agricultura. Algodão, milho, feijão e batata-doce são as principais culturas agrícolas. Há 84 estabelecimentos industriais, ocupando 173 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas poderão ser observados no quadro abaixo:

Outro aspecto da Praça Gonçalo Gomes.

Vista parcial da Avenida Raul Pereira.

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	3 150 000	31 500 000,00
Batata-doce	Tonelada	65	78 000,00
Feijão	Saco 60 kg	6 580	1 545 000,00
Milho	» » »	180 000	21 600 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Afogados da Ingàzeira (24 km), Princesa Isabel — PB (80 km), São José do Egito (42 km) e Monteiro — PB (80 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 419 km, por via rodoviária, da capital estadual, 427 km, misto (24 km, por via rodoviária, até Afogados da Ingàzeira, e daí, por ferrovia, 403 km) e 419 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 25 do varejista. Conta com duas agências bancárias e uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 41 logradouros existentes, 18 são pavimentados, 2 arborizados e 1 ajardinado. Possui 354 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública, 1 cinema, o Cine Tabira, com lotação para 200 pessoas, 2 hotéis, duas pensões, com diárias de Cr$ 80,00, e uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Estão registrados na repartição competente 3 automóveis, 2 jipes, 6 camionetas e 15 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: 1 Pôsto Estadual de Higiene, 1 Pôsto de Puericultura; as atividades profissionais de 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Encontram-se em funcionamento no município duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22,4% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 88 do ensino primário fundamental comum, com 2 387 alunos matriculados, e 6 do ensino supletivo.

Vista da Praça Nilo Peçanha, vendo-se ao fundo a Coletoria Estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais em Tabira. Existem duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(*)	753	701	202	735
1951	—	815	292	657	594
1952	—	2 086	858	374	859
1953	—	1 765	1 164	324	1 083
1954	—	2 319	1 099	411	1 115
1955	—	2 723	1 309	460	1 309
1956	—	3 027	1 150	465	1 150

(*) A receita Federal é arrecadada pela Coletoria de Sertânia.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Destacam-se, entre outras, a serra de São João ou Santa Isabel, por se achar na divisão territorial do município com o Estado da Paraíba e o município das Flôres. É denominada São João a parte pertencente ao Estado de Pernambuco, por se achar localizada na mesma serra a fazenda com êsse nome, e Santa Isabel por ser a divisão do município com o de Princesa Isabel, do vizinho Estado da Paraíba.

O Prefeito é o Sr. José Pires Sobrinho.

(Autor do histórico — José Ferreira Catolé — A.E.; Redação final — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

TACARATU — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

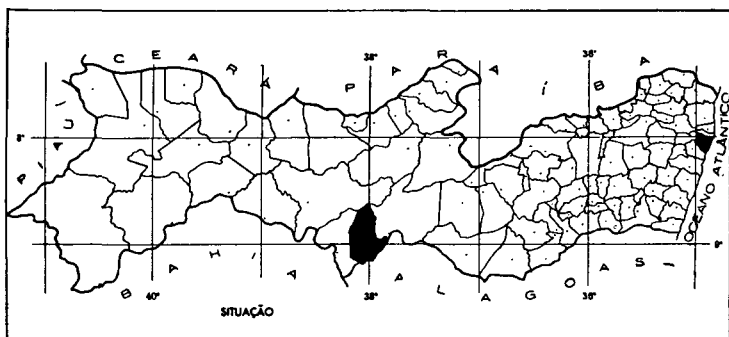
HISTÓRICO — Da existência de Tacaratu pode ser assinalado o seu início no século XVIII. Sabe-se que primeiro foi uma "maloca" ou ajuntamento de índios bravios da tribo Pancururus. A "maloca" se denominava "Cana Brava" (Pindae). Depois, êsses índios foram aldeados no lugar chamado Brejo dos Padres, pois ali foi organizada uma missão dirigida por padres da congregação de S. Felipe Nery. Com êsses elementos se povoou a antiga vila de Tacaratu, primitiva sede do município. Por velhos documentos vê-se que em 1752 existia aí uma pequena capela consagrada a Nossa Senhora da Saúde, provàvelmente erigida pelos padres que serviram na missão de catequese dos índios. Já um tanto desenvolvida a povoação, em 1760, os moradores dirigiram uma petição ao bispo D. Francisco Xavier Aranha, solicitando a criação de uma freguesia. Sendo atendidos, Tacaratu foi elevada àquela categoria no ano de 1761, sòmente se dando a sua instalação em 1764, pelo padre Dr. Antônio Texeira de Lima. Êsses três anos decorreram em virtude das remoderalões por que passou a primitiva capela para servir de Matriz. Em março de 1772 foi aprovado pela Mesa de Consciência e Ordens, em nome d'el-rei D. José de Portugal, o compromisso de uma irmandade das almas, que durante muito tempo funcionou na referida matriz. A Lei provincial n.º 248, de 16 de junho de 1849, transferiu para a povoação de Tacaratu, que ficou elevada à vila, a sede do têrmo de Floresta, então compreendendo as freguesias de Fazenda Grande e Tacaratu. Depois, a Lei n.º 345, de 13-V-1854, criou a comarca do mesmo nome dando-lhe, como limites, os mesmos do têrmo e por sede a vila de Tacaratu. Em 1882, com a chegada da Estrada de Ferro Paulo Afonso, o lugar denominado Jatobá, então uma fazenda, em breve tornou-se uma povoação próspera à margem do rio S. Francisco. A Lei provincial n.º 1 885, de 1.º de maio de 1887, deu-lhe a categoria de vila, transferindo de Tacaratu para ali a sede do govêrno. Em virtude da Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, que deu nova organização aos municípios, constituiu-se município autônomo em 1893, sendo o seu

Igreja Matriz de N. S.ª da Saúde.

Aspecto da Rua Cavalcante Nazinho.

primeiro Govêrno Administrativo, assim constituído: Prefeito cap. Antônio Joaquim Freire; Subprefeito — José Manoel de Souza; componentes do Conselho Municipal: Manoel Corrêa da Graça, Francisco Xavier de Sá, José Inácio da Costa, Fidêncio Francisco Souto e Venâncio Rodrigues da Silva. Origem da denominação — O vocábulo Tacaratu é de origem indígena "Kariry", das tribos que habitavam aquela região, significando naqueles dialetos serras de muitas pontas ou cabeças, circunstância ali assinalada.

O atual município de Tacaratu foi desmembrado do de Petrolândia, criado pela Lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, sendo confirmado pela Lei n.º 345, de 13 de maio de 1954. Compõe-se dos seguintes distritos: Tacaratu e Caraibeiras, êste criado pela Lei municipal número 64.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona do Sertão do São Francisco, Tacaratu dista da capital do Estado 412 km, em linha reta, no rumo oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bshw'. Semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". A precipitação pluviométrica anual atinge a altura aproximada de 400 mm. A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias, estimativamente: das máximas — 27; das mínimas — 14; compensada — 21 (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área estimada, sujeita pois à revisão pelo Conselho Nacional de Geografia, corresponde a 1 500 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 11 217 habitantes, sendo 5 361 homens e 5 856 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 7,4 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 10% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957 — 12 521 pessoas.

Aglomeração urbana — Cidade de Tacaratu, com 2 45[illegible] habitantes — distrito único na época do Recenseamento de 1950.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 34% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e algodão são as principais culturas agrícolas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilograma	5 100	33 200,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	1 400	280 000,00
Mandioca	»	5 730	1 940 000,00
Milho	Saco 60 kg	30	4 500,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Petrolândia (23 km), Inajá (60 km), Floresta (95 km) e Água Branca — AL (43 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 446 km por via rodoviária, da capital estadual, 434 km, misto (165 km por via rodoviária, até Arcoverde, e daí 269 km por ferrovia).

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o movimento comercial, com 35 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é pavimentada em parte a paralelepípedos, cuja área coberta é de cêrca de 3 000 m². A Cia. Hidrelétrica do São Francisco fornece energia ao município, havendo 421 ligações domiciliárias. Não existe abastecimento d'água canalizada. Há 1 hotel como único meio de hospedagem, cobrando uma diária comum de Cr$ 70,00, e uma Agência dos Correios e Telégrafos, onde está instalado 1 aparelho telefônico. Em 1956,

Praça da Matriz, em fase de conclusão.

Rua Pedro Toscano.

estavam registrados na Prefeitura Municipal 10 caminhões e 1 automóvel.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada por 1 Pôsto Estadual de Higiene, que se destina ao combate a moléstias contagiosas, derivando também as suas atividades para a puericultura. Nesse setor ainda se encontram no município 1 médico, 1 farmacêutico prático e uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 38,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 42 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 317 alunos matriculados, e 3 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	...	125	696	20	498
1955	...	625	886	229	1 064
1956 (*)	...	656	900	225	900

(*) Orçamento.

Obs.: A receita Federal é arrecadada pela Coletoria de Floresta.

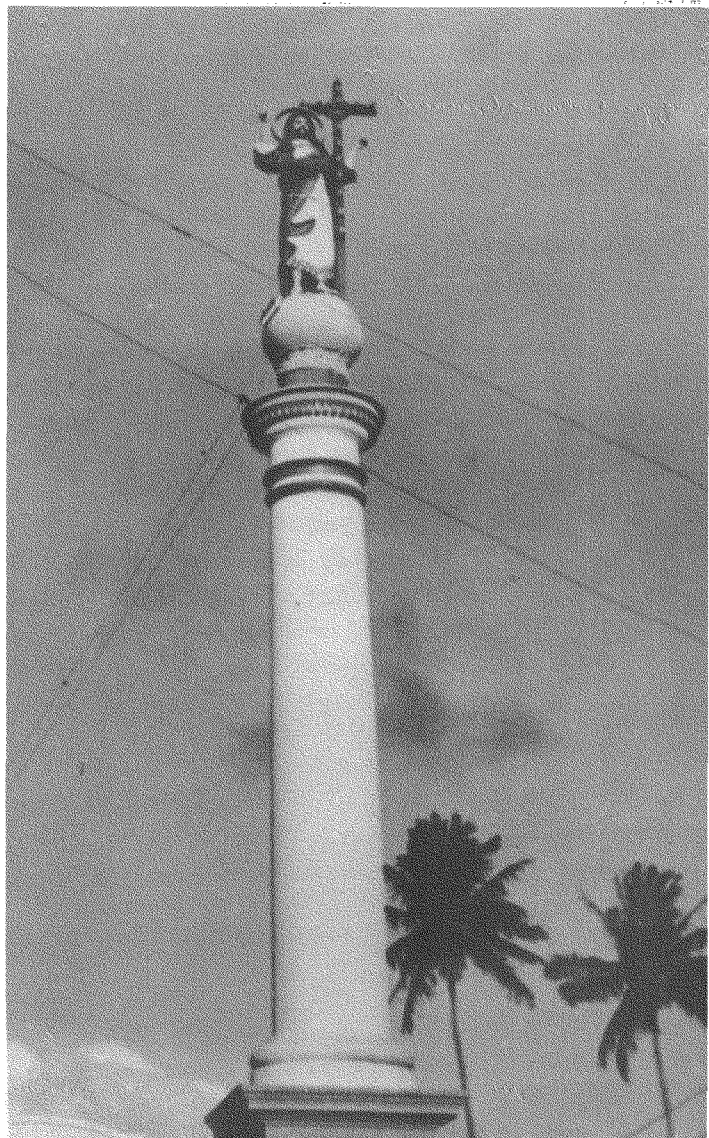
PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Destacam-se no município as serras do Cruzeiro e do Giz, ambas de pequeno porte. Esta última deve o seu nome às jazidas de giz ali existentes. O rio Moxotó banha Tacaratu, nos limites com o Estado das Alagoas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cal, o carvão mineral e as jazidas de giz constituem as maiores riquezas naturais do município. Em 1956, 9 vereadores estavam em exercício, havendo um total de 1 199 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor João Serafim de Araújo.

(Autor do histórico — Sebastião Galvão ("Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico"); Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

TAMBÉ — PE

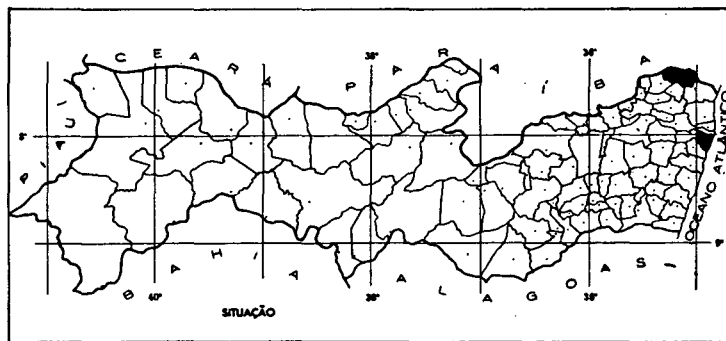
Mapa Municipal na pág. 174 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Tendo o capitão-general André Vidal de Negreiros, um dos restauradores de Pernambuco, do domínio holandês, erigido uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Destêrro, no território que hoje se compreende no município, doou para patrimônio da mesma todo o terreno da atual freguesia, e vinculando ainda à referida capela o Engenho Novo de Goiana, e de Palha, além de várias fazendas de gado, com extensão superior a 120 quilômetros. Confirmou tal doação um Alvará de janeiro de 1681 e permitiu-lhe a graça de padroeiro, para nomear, por si e pelos administradores que sucedessem, o pároco da freguesia, conforme consta da Carta de Apresentação passada em Lisboa, em 2 de outubro de 1746, pela Mesa de Consciência e Ordens. Esta graça, porém, veio recair na Casa de Misericórdias de Lisboa, a quem ficou pertencendo a eleição simples do pároco, com a dependência da aprovação régia. Por Provisão do 1.º bispo da Diocese, D. Estêvão Brioso de Figueredo, de 2 de janeiro de 1789, foi elevada a igreja paroquial curada, desmembrando-se da freguesia de Goiana, a que pertencia, sendo esta criação aprovada pela Carta régia, de 6 de janeiro de 1789. Extinto o vínculo, em 1842, passou a freguesia à capela curada de Itambé. Da primitiva capela, fundada por André Vidal, hoje, apenas, existem os vestígios. Pela Lei provincial nú-

Monumento ao Cristo Redentor.

Vista parcial da cidade.

mero 1 055, de 6 de junho de 1872, foi transferida da povoação de Nossa Senhora do Destêrro a sede da freguesia para Itambé, ficando como Matriz a igreja de Santo Antônio. Pela Lei provincial n.º 720, de 20 de maio de 1867, foi elevada à categoria de vila e cabeça de comarca de seu nome, tendo sido mais tarde, pela Lei n.º 1 318, de 4 de fevereiro de 1879, classificada como cidade. No regime da República, de acôrdo com a Lei n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo, em 8 de fevereiro de 1893. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Itambé figura com o distrito da sede e Ferreiro. De acôrdo com o quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", bem como nos de divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e consoante o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município tem a seguinte composição distrital: Itambé, Caricé, Serrinha e Camutanga, devendo notar-se que, no supracitado quadro anexo, o distrito de Serrinha se denomina Ibitira. Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, o município e o distrito de Itambé tiveram o seu nome simplificado para També, permanecendo, porém, com os distritos de També, Caricé, Camutanga e Ibitira, sendo tal situação confirmada pelo Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948. Deve-se, entretanto, notar que, neste último qüinqüênio, o distrito de Ibitira passou a denominar-se Ibiranga. Conforme a Lei municipal n.º 12, de 16 de março de 1948, o povoado de Ferreiros passou à categoria de vila, porém só foi possível ser instalado, oficialmente, no dia 19 de junho de 1954. A Lei estadual número 1 819, de 31 de dezembro de 1953, confirmou a elevação do povoado de Ferreiros a distrito, conforme o quadro da divisão judiciária e administrativa do Estado, para o qüinqüênio 1954-1958. O nome Itambé é vocábulo indígena e significa, conforme Batista Caitano, "pedra afiada", "pedra de amolar", "pedra áspera", e "pedra de fogo". E é por isso que os habitantes do povoado anexo (hoje município) que pertence ao Estado da Paraíba deram a designação de Pedras de Fogo. A origem do nome do município, conforme tradição local, vem do fato de existir grande quantidade de pedras avermelhadas que, chocadas entre si, produzem faíscas.

Praça Monsenhor Júlio Maria.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município de També está situada a 76 quilômetros da capital do Estado. As coordenadas geográficas são: 7° 24' 50" de latitude Sul e ...... 35° 06' 30" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 26, das mínimas — 24, compensada — 20. Tipo de clima: As'i — quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

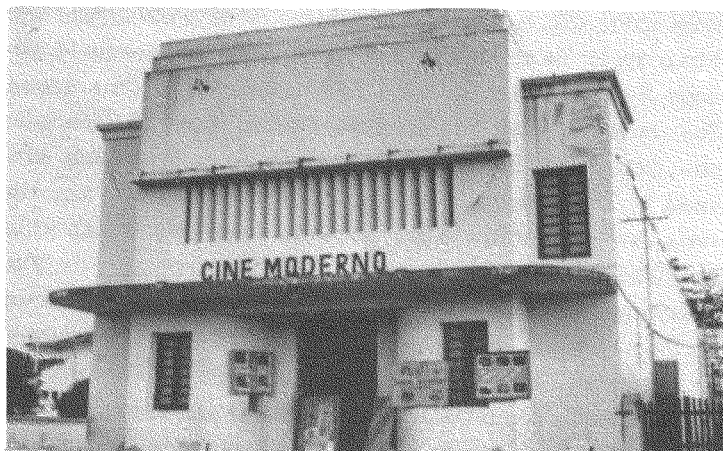
ÁREA — Corresponde a 458 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 36 068 habitantes, sendo 17 901 homens e 18 167 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 78,7 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 4,9% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para ...... 1.º-VII-1957: 41 617 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de També (2 891 habitantes) e as vilas de Camutanga (785), Caricé (296) e Ibiranga (981). O distrito de Ferreiros, instalado em 19 de junho de 1954, ainda não foi recenseado.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Goiana (36 km), Aliança (48 km), Pilar — PB (32 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 96 quilômetros, por via rodoviária, da capital estadual, 145 quilômetros, misto (48 km, por via rodoviária até Aliança, e daí 97 km por ferrovia) e 76 km por via aérea. Possui 1 campo de pouso.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 43,4% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; os demais na indústria,

Cine Moderno

no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na indústria. Cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi, inhame, batata-doce, algodão, milho, feijão, fumo e frutas são as principais culturas agrícolas. Há 55 estabelecimentos industriais ocupando 459 pessoas.

O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas da região, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Abacaxi	Fruto	1 620 000	3 240 000,00
Algodão	Quilograma	54 000	324 000,00
Batata-doce	Tonelada	680	510 000,00
Cana-de-açúcar	»	117 225	23 445 000,00
Fumo	Quilograma	17 850	166 600,00
Mandioca	Tonelada	2 550	1 530 000,00
Milho	Saco 60 kg	790	79 000,00

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 2 estabelecimentos do comércio atacadista e 59 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A área da sede municipal pavimentada a paralelepípedos é de 28,98%. Possui 278 ligações elétricas domiciliárias e iluminação pública; a produção de eletricidade foi de 114 240 kW. No município há uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, e ainda 2 cinemas, 1 no distrito-sede e outro no distrito de Camutanga, com lotação para 450 e 220 pessoas, respectivamente, e 2 hotéis, com a diária de Cr$ 100,00. Os veículos registrados na repartição competente são 24 automóveis, 14 jipes, 2 motociclos, 84 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam, por alguma forma, serviços médicos de natureza assistencial ou preventiva os seguintes estabelecimentos: Hospital Regional de També, Maternidade Antonieta Magalhães, com 23 e 19 leitos, respectivamente. Exercem suas atividades profissionais no município 1 médico, 2 enfermeiros, 2 farmacêuticos e 1 dentista, havendo duas farmácias em funcionamento.

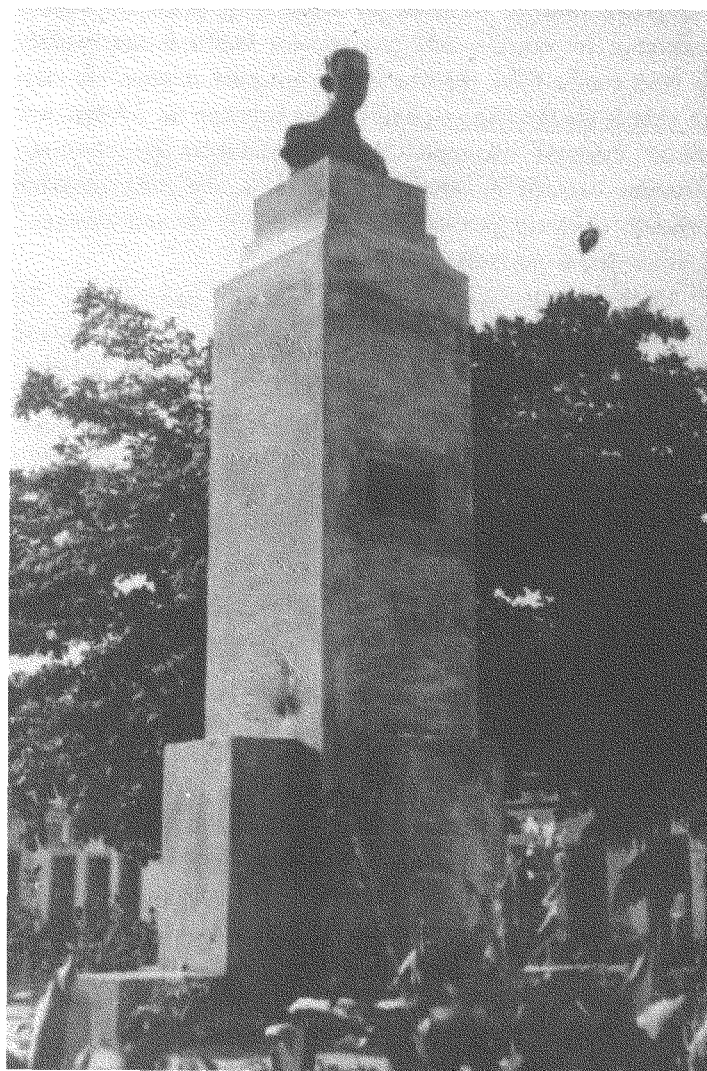
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 10,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956, havia 61 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 626 alunos matriculados, e 13 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal (*)		
			Total	Tributária	
1950	845	1 811	901	537	789
1951	800	3 087	1 124	681	1 299
1952	1 085	3 534	1 448	856	1 113
1953	1 320	3 359	1 732	810	1 870
1954	2 167	4 717	1 904	1 036	1 743
1955	2 340	6 602	2 808	1 471	1 568
1956	3 278	9 080	1 700	696	1 700

(*) Orçamento do ano de 1956.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Constituem duas obras de arte os monumentos de Cristo Redentor e de Nossa Senhora da Conceição; o primeiro, em ato de comemoração pela passagem do século XIX, consta de uma coluna sólida de ordem toscana, com 63 palmos, descansando sôbre o capitel um grande globo terrestre, tendo pendente de um dos lados um grande livro — a Bíblia —, estando de pé sôbre o globo belíssima estátua do Cristo Redentor. O segundo monumento, em homenagem ao 50.º aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, o qual foi bento em 22 de dezembro de 1905 pelo Bispo de Olinda, D. Luiz Raimundo da Silva Brito. É digno de nota, também, o monumento do Areópago, no qual se lê a inscrição: "Aqui, segundo a tradição, existiu o Areópago, onde, nos fins do século XVIII, Manuel Arruda Câmara lançou a semente da Democracia". Entre os filhos ilustres salienta-se D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oli-

Busto de Monsenhor Júlio Maria.

Vista parcial da cidade.

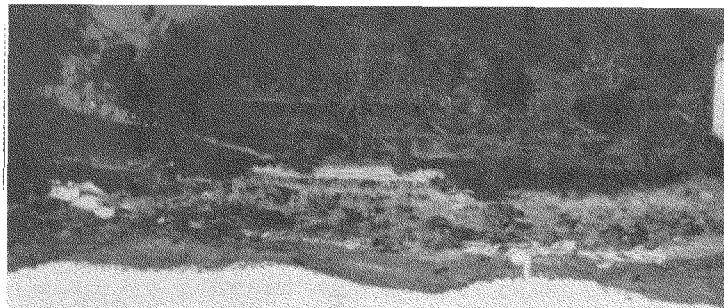
veira, tão notável na questão religiosa de 1873, na qual figurou ao lado do insigne D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará e depois Arcebispo da Bahia; mas a verdade é que seu nascimento deu-se em território hoje do vizinho Estado da Paraíba, no Engenho Aurora. Da residência, provàvelmente, de seus pais, no município, quer antes quer depois do nascimento de D. Vital, que se deu em 1844, quando aquela localidade era território pernambucano, pois então a linha divisória era no rio Abiaí, proveio o fato de o terem considerado pernambucano, considerando-se, ainda, que o mesmo, como frade capuchinho que era, assinava o nome Frei Vital Maria de Pernambuco. Cumpre salientar a figura veneranda e acatada do monsenhor Júlio Maria do Rêgo Barros, cujo nome é o da principal praça pública da sede do município, onde, no centro da mesma foi erigido, em bronze, um busto à sua memória. Não sendo filho do município — pois nasceu na vizinha cidade de Goiana —, exerceu as funções de pároco, em També, durante 54 anos. A sua existência de caridade profunda, heróica e intensa granjeou a simpatia popular chegando a várias partes do Estado o eco do seu exemplo de verdadeiro Apóstolo de Cristo.

O município possui duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes; conta com 9 vereadores e 4 767 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor João Nunes Ribeiro.

(Autor do histórico — Heráclito Teles de Oliveira — A.E., com transcrições do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco" de Sebastião V. Galvão; Redação — Stella Barros de Almeida; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

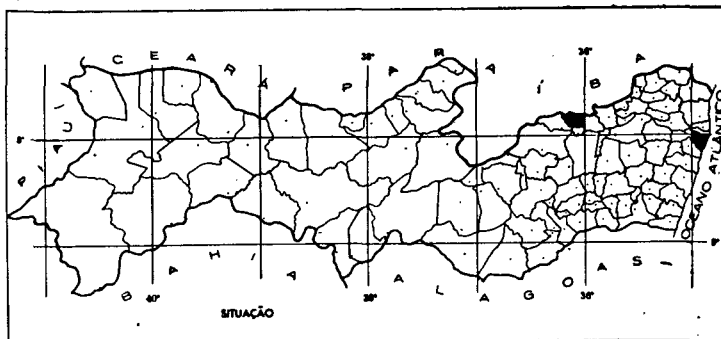
TAQUARITINGA DO NORTE — PE

Mapa Municipal na pág. 528 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Taquaritinga, atualmente Taquaritinga do Norte, que primitivamente fôra uma taba de índios, começou a povoar-se em meados do século XVIII. No primeiro quartel do século XIX já era um núcleo populoso formado em terras de cultura pertencentes à Dona Maria Ferraz de Brito, a qual dividira a sua propriedade em lotes, o que dera lugar ao desenvolvimento da povoação. Nesse tempo, mais ou menos no ano de 1790, realizou-se no lugarejo uma missão de prédicas religiosas, dirigida pelo padre da congregação de S. Felipe Nery, ocasião em que resolveram edificar uma igreja com a invocação de Santo Amaro, obra que recebeu o apoio e a colaboração de todos os habitantes da localidade. Em 1801, os moradores da povoação encaminharam ao diocesano D. José Joaquim da Cunha Azerêdo Coutinho uma petição solicitando dêste prelado fôsse o povoado elevado à categoria de freguesia. O Bispo, atendendo aos anseios dos solicitantes e do povo do lugar, em geral, pela Provisão do mesmo ano (1801), criou a freguesia de Taquaritinga, desmembrando o seu território do da freguesia do Bom Jardim. Estabeleceu, em seguida, os limites da nova paróquia e deixou como matriz a igreja de Santo Amaro, construída cêrca de 11 anos antes. O ato episcopal fôra cumprido pelo provisor, padre Dr. Alexandre Bernardino dos Reis. Taquaritinga é palavra indígena, verdadeiro topônimo, "*itacoaraetetinga*" — *buraco da pedra, grande, branca;* formado de "*ita*" pedra, "*coara*", buraco ou abertura, "*eté*", grande, que, por elisão prosódica, ficou "*i*", e "*tinga*", branca. Pela Resolução do Conselho da Província, de 20 de maio de 1833, Taquaritinga separou-se do território de Limoeiro, por ter sido elevada à comarca e vila pela Lei provincial n.º 1 260 datada de 26 de maio de 1877. Foi instalada a comarca em 20 de junho de 1879, pelo seu primeiro Juiz de Direito, Dr. Luiz Ferreira Maciel Pinheiro, 1.º Juiz Municipal, Dr. Manoel Annes Jacome Pires, e 1.º Promotor Público, Dr. José Bezerra Cavalcanti, sendo tal decisão efetuada na povoação das Vertentes, porque a Lei provincial n.º 1 317, de 4 de fevereiro de 1879, elevara esta à categoria de vila e para ela transferira a sede da comarca e do município de Taquaritinga, não acontecendo o mesmo com a sede da freguesia, porque o Bispo diocesano se recusara a cumprir a parte eclesiástica. Por efeito da Lei provincial n.º 1 895, de 10 de maio de 1887, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. O distrito, criou-o a Lei municipal n.º 2, de 18 de abril de 1892, ocorrendo sua instalação a 19 de maio do mesmo ano. De acôrdo com a "Divisão Administrativa, em 1911", Taquaritinga compõe-se de 4 distritos: Taquaritinga, Vertentes, Santa Cruz e Santa Maria. Em virtude da Lei estadual número 1 267, datada de 4 de junho de 1915, a sede municipal foi transferida para a vila das Vertentes. Segundo os quadros de apuração do Recenseamento Geral de .... 1-IX-1920, o município aparece com a seguinte constituição distrital: Vertentes (sede), Taquaritinga, Santa Cruz, Santa Maria e Poço Fundo. Por fôrça da Lei estadual número 1 931, de 11 de setembro de 1928, a primeira sede muni-

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz de Santo Amaro.

cipal foi restabelecida. No quadro da divisão administrativa concernente a 1933, inserto no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", e nos de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Taquaritinga constitui-se de 3 distritos: Taquaritinga, Santa Cruz e Pará. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, que fixou a divisão territorial para vigorar em 1939-1943, Taquaritinga adquiriu do município de Vertentes o distrito de Tôrres, desfalcado da parte do seu território, e assim passou a compor-se do distrito da sede e dos de Pará, Santa Cruz e Tôrres. Em face do Decreto-lei estadual n.º 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as divisas dêste município com o da Madre de Deus. O Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, alterou o nome do município e distrito de Taquaritinga para Taquaritinga do Norte. No referido qüinqüênio 1944-1948 — o município aparece com os seguintes distritos: Taquaritinga do Norte, Capibaribe (ex-Santa Cruz), Pará e Toritama (ex-Tôrres). Pela Lei municipal n.º 17, de 20 de agôsto de 1948, o município criou o distrito de Gravatá de Jaburu, com território desmembrado do primeiro distrito, passando o município a constituir-se dos seguintes distritos: Taquaritinga do Norte, Capibaribe, Gravatá de Jaburu, Pará e Toritama. Em face da emancipação, em 1953, do distrito de Santa Cruz do Capibaribe, e do de Toritama, em 1954 o município passou a compor-se de dois distritos: Taquaritinga do Norte (sede) e Gravatá de Jaburu. O distrito de Pará passara, então, a pertencer ao município de Santa Cruz do Capibaribe. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, Taquaritinga forma um dos têrmos componentes da comarca das Vertentes, assim figurando na divisão territorial, em vigência do qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938. Em face do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo de Taquaritinga teve o seu nome alterado para Taquaritinga do Norte, permanecendo, porém, sob a jurisdição da comarca de Vertentes. Data de 14 de fevereiro de 1945 o Decreto-lei estadual n.º 1 116, que pôs em execução o Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 dêsse mesmo mês e ano, que criou a comarca de Taquaritinga do Norte, com têrmo de igual nome, desmembrado da das Vertentes.

LOCALIZAÇÃO — O município de Taquaritinga do Norte está localizado na Zona Fisiográfica do Agreste, a ..... 7º 54' 13",6 de latitude Sul e 36º 02' 30",5 de longitude W.Gr., no rumo O.N.O. Dista da capital do Estado 129 quilômetros em linha reta. A altitude atinge 785 metros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: transição das zonas climáticas de tipo Bshs'i. Semi-árido quente, corrigido pela altitude. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 510 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, era de 12 850 habitantes, sendo 6 190 homens e 6 660 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 25,2 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 8,1% da população. Município: Estimativa do D.E.E. — para .... 1.º-VII-1957: 14 606 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Taquaritinga do Norte, com 1 042 habitantes e vila de Gravatá de Jaburu, com 457.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 31,7% estão ocupados no ramo agricultura, pecuária e silvicultura; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços etc. A economia do município repousa na agricultura. Café, feijão, mandioca e mi-

Prefeitura Municipal.

lho são as principais culturas agrícolas. O volume e o valor da produção dos principais produtos agrícolas do município, em 1955, poderão ser observados no quadro abaixo:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café....................	Quilograma	300 000	7 400 000,00
Feijão..................	Saco 60 kg	2 270	2 043 000,00
Mandioca................	Tonelada	2 167	310 160,00
Milho...................	Saco 60 kg	6 800	1 360 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Vertentes (15 km), Santa Cruz do Capibaribe (24 km), Toritama (30 km) e Cabeceiras — PB (43 km). É servido por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 229 quilômetros, por via rodoviária, da capital, ou misto: rodovia (90 km) até Caruaru, e daí, por ferrovia, 139 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio estabelecido na cidade é pequeno e não tem significação econômica para o município. Doze são os estabelecimentos varejistas. Não há agências bancárias, contando porém Taquaritinga do Norte com uma cooperativa de crédito agrícola.

ASPECTOS URBANOS — Dos 17 logradouros existentes na cidade, nenhum é pavimentado. Há 56 ligações domiciliares e iluminação pública, além de 1 hotel, com diária de Cr$ 80,00, uma Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Registrados na Coletoria Estadual encontravam-se 6 jipes, 1 ônibus e 3 caminhões. Para atender à população no concernente à assistência médico-sanitária, registra-se ùnicamente a existência de uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 51,1% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950.

Ensino — Em 1956, havia 56 unidades do ensino primário fundamental comum e uma do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	...	762	320	915
1951.......	—	...	795	371	776
1952.......	—	1 775	1 045	472	1 114
1953.......	—	1 668	1 404	413	1 287
1954 (*)....	—	1 027	870	209	786
1955.......	—	996	1 005	315	1 190
1956.......	—	1 394	1 443	293	1 038

(*) O município perdeu os distritos de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. A renda federal de Taquaritinga é recolhida pela Coletoria Federal das Vertentes.

EFEMÉRIDES — Realiza-se, anualmente, no período de 6 a 15 de janeiro de cada ano, a festa de Santo Amaro, padroeiro da cidade. Tal comemoração, festa que é a principal do município, atrai muita gente das localidades circunvizinhas e de outras mais distantes. No último dia há sempre uma procissão que, com grande acompanhamento de fiéis, percorre as principais artérias da cidade, após o que recolhe-se à igreja Matriz, ponto de partida.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O terreno é ondulado de serras e eleva-se mais ao norte. O solo sílico-argiloso é sêco em geral, com exceção da serra da Taquara ou Taquaritinga, onde há vários filêtes d'água que abastecem a cidade do precioso líquido e onde se agrupam os sítios de café mais importantes. Taquaritinga do Norte possui várias serras, tendo como a mais notável a que lhe dá o nome, com uma altura de 785 metros. É grande sua base, com três faces diferentes, uma para o sul, outra para o lado oriental e a terceira para o norte. O Alto da Umburana divide, ao norte, os Estados de Pernambuco e Paraíba. Na parte oriental do município, existe ainda as serras do Mundo Novo, Tambor, do Arroz, do Cajá e Lagoa Funda. O rio Tapada, que nasce na parte ocidental do distrito de Gravatá de Jaburu, banha a vila do mesmo nome e, depois de receber o riacho Tapada como afluente direito, vai deixar o município ao tomar, pelo lado esquerdo, o riacho da Caipora, que serve de linha divisória num pequeno percurso entre o município e o das Vertentes.

Grupo Escolar Clara Camarão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Próximo da cidade, cêrca de um quilômetro, na parte oriental, avista-se o pico da serra da Taquara, da qual se origina o nome da cidade, onde há uma enorme pedra branca com uma abertura grande, formando ampla furna ou caverna, na qual, segundo é voz corrente, outrora foram encontradas ossadas humanas, de animais e diversos vasos indígenas.

(Autor do histórico — Ademar Dias Maciel, com transcrições do "Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de S. V. Galvão; Redação final — Ademar Dias Maciel; Fonte dos dados — Agência de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

TIMBAÚBA — PE

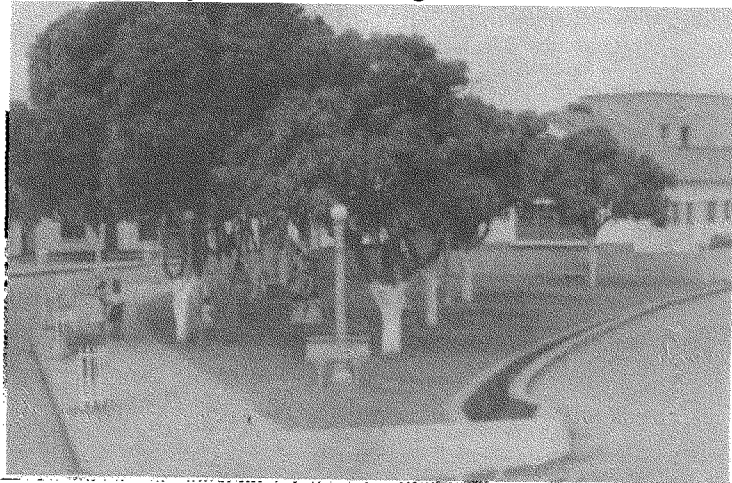
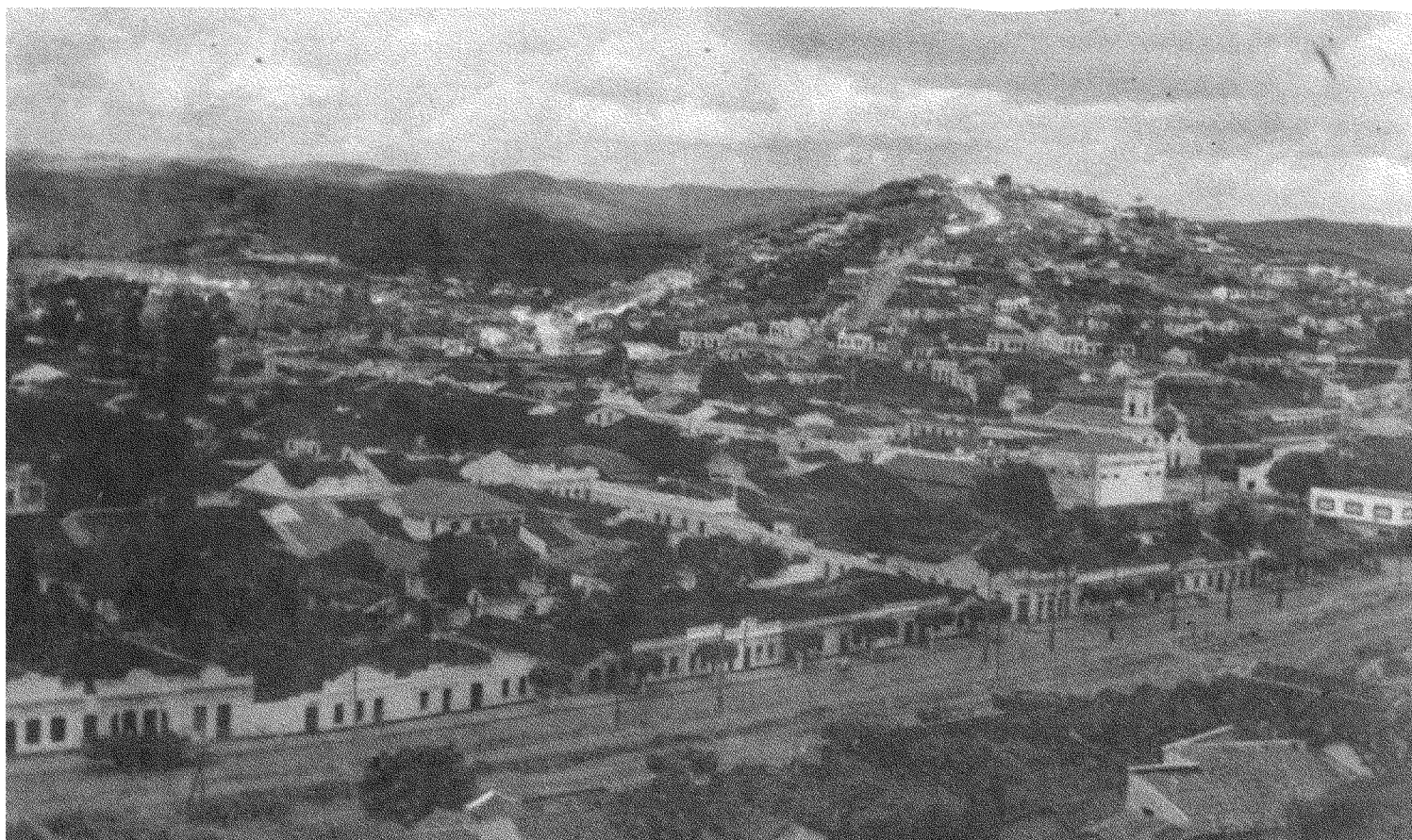
Mapa Municipal na pág. 175 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — O topônimo Timbaúba é de origem tupi. Theodoro Sampaio o estudou como "timbó-ina" — árvore de exalação, de espuma. Alfredo de Carvalho, como "timbá-iba" — árvore muito branca, alvíssima, e Souza Doca, como "timbé-uva" — árvore de espuma — interpretação que o Doutor Mário Melo adotou em sua "Toponímia Pernambucana". Em começos do século XIX, à margem direita do rio Capibaribe-mirim (rio das Capivaras) havia um núcleo de população composto de gente honesta e trabalhadora, denominado Mocós e onde havia uma feira. Distante dois quilômetros da povoação de Mocós, na margem esquerda do rio citado, existia uma fazenda conhecida pelo nome de Árvore de Espuma. Em 1823, o português Antônio José Gui-

Vista da Rua Dr. Alcebiades.

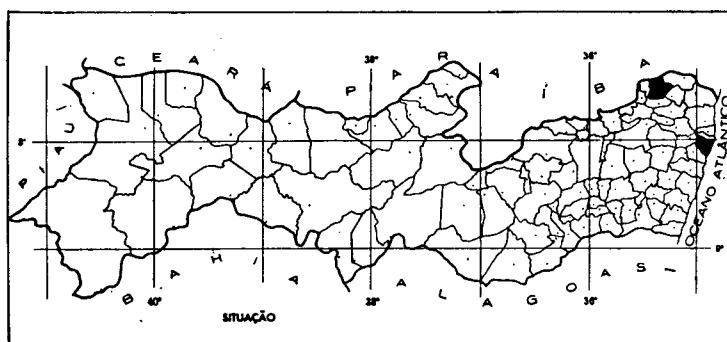
marães estabeleceu-se na referida fazenda, comerciando com tecidos e gêneros diversos. Homem violento, audacioso, prepotente e sobretudo ganancioso, prosperou em suas transações, tornando-se a pessoa de maior influência na região. Prevalecendo-se de sua fama, impôs a mudança da feira de Mocós para o pátio de sua fazenda, cuja sede ficava no local onde atualmente ergue-se o importante edifício da Cooperativa Banco de Timbaúba Ltda. Transferida a feira para a fazenda, começou aí a formação de novo povoado. Com o auxílio da população, a espôsa do fazendeiro Antônio José Guimarães fêz construir uma capela a Nossa Senhora das Dores. Vinte e quatro anos decorreram sem que Timbaúba tivesse progresso, continuando o povoado sob o

Igreja Matriz.

domínio do português. Em 1847, já não suportando mais a situação, o povo, ansioso por liberdade, elimina o opressor, vindo daí uma fase de maior desenvolvimento para o local, com feiras mais animadas e maior afluxo de pessoas. Em 1873, no dia 28 de maio, por fôrça da Lei n.º 1 103, da Assembléia Provincial de Pernambuco, foi criada a paróquia de Timbaúba, que obteve assim sua independência. Com um crescente desenvolvimento social e econômico, os timbaubenses procuraram sua emancipação política, o que obtiveram com a promulgação da Lei n.º 1 363, de 8 de abril de 1879, que criou o município e a comarca de Timbaúba, sendo a povoação elevada à categoria de vila.

Praça Siqueira Campos.

Vista parcial da cidade.

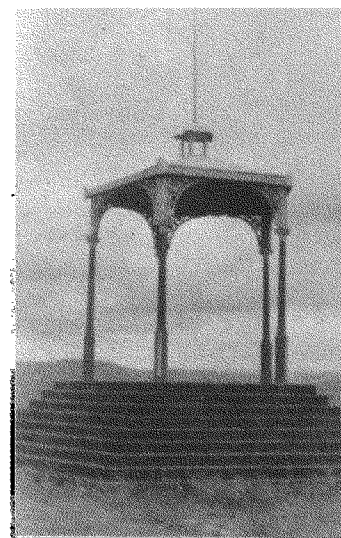
De acôrdo com a nova divisão territorial fixada para o qüinqüênio 1954-1958, o município de Timbaúba está composto de 3 distritos: Timbaúba (sede) Cruanji e Livramento do Tiúma.

Coletoria Estadual.

LOCALIZAÇÃO — Está o município na latitude Sul de 7° 30' 30",5 e longitude W.Gr. de 35° 19' 07",5; pertence a Zona Fisiográfica do Litoral e Mata. Dista da capital do Estado, em linha reta, no rumo N.N.O., 78 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

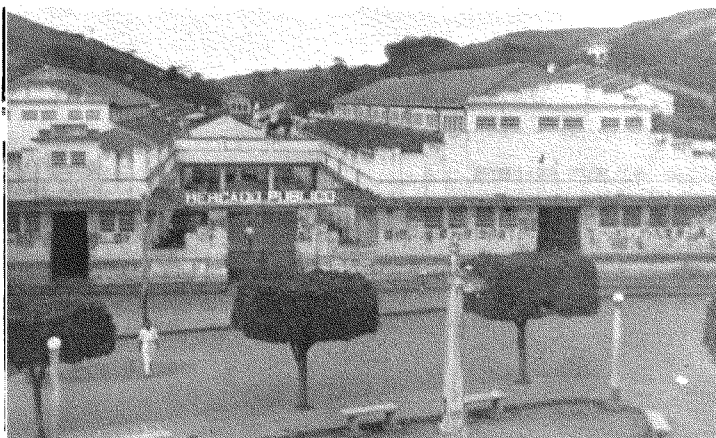
CLIMA — Do tipo As' — quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. Na faixa de transição entre o "Polígono das Sêcas" e a Zona da Mata. (Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira).

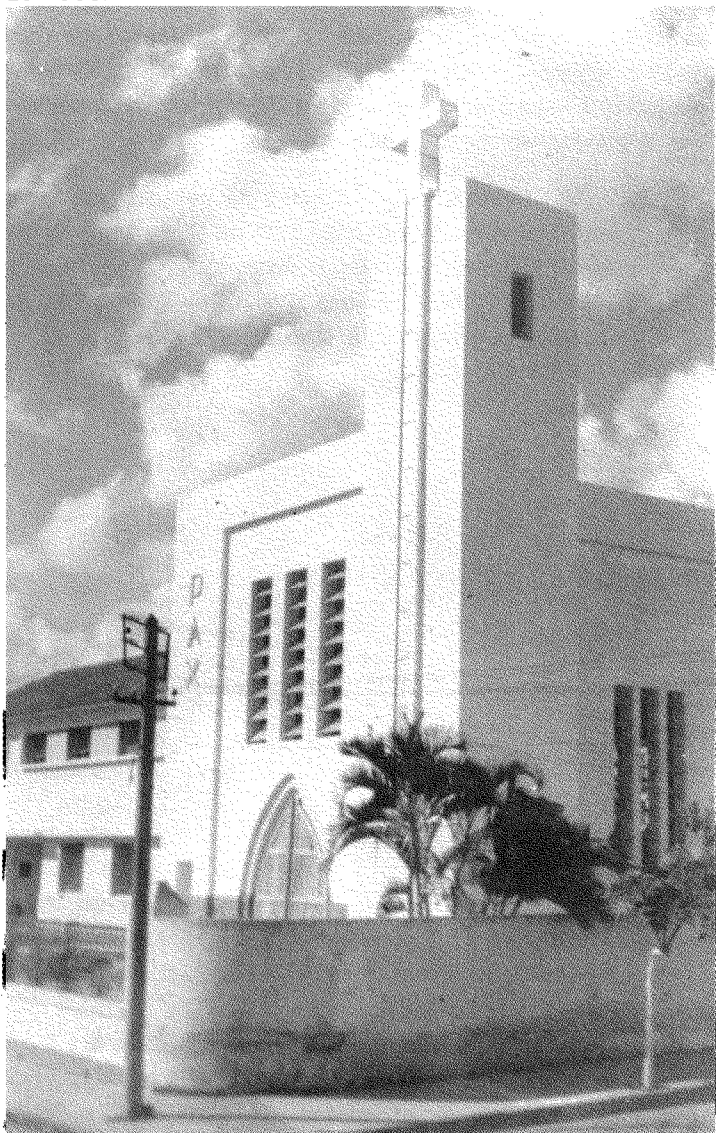
ÁREA — O município totaliza 234 km² de área territorial.

Imagem do Cristo Redentor.

Pavilhão erigido a José Bonifácio.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, o total para o município era de 37 059 habitantes, assim distribuídos: sede, 20 290; vilas de Cruanji, 10 893 e Livramento do Tiúma, 5 873 habitantes. Quadro rural: 25 415 habitantes.

Aglomerações urbanas — Há no município 3 centros urbanos: a sede, com 11 041 habitantes, Cruanji, com 350 e Livramento do Tiúma, com 253.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo o Censo de 1950, 35% das pessoas presentes, de 10 anos e mais idade,

Mercado Público Municipal.

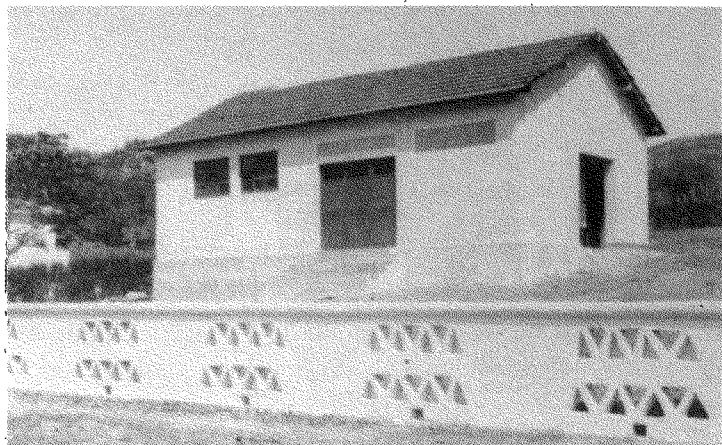
estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", e 5,6% na indústria. Na agricultura destacam-se pelo valor da produção a cana-de-açúcar, a banana, o café e o feijão. Na indústria, encontramos em primeiro lugar a produção do açúcar de usina, seguindo-se-lhe a produção de sacos de algodão, calçados, beneficiamento de algodão em geral e produtos químicos e farmacêuticos. Pelas tabelas abaixo organizadas, com dados do Serviço de Estatística da Produção e Departamento Estadual de Estatística, respectivamente, podemos verificar por ordem decrescente de valor, as principais produções agrícolas e industriais no ano de 1955.

Ginásio e Escola Normal Santa Maria, vendo-se em primeiro plano a capela.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Cana-de-açúcar	Tonelada	246 376	44 347 680
Banana	Cacho	170 000	4 760 000
Café	Quilograma	166 500	3 829 500
Feijão	Saco 60 kg	10 270	3 081 000
Laranja	Cento	52 700	1 581 000
Algodão	Quilograma	240 000	1 440 000
Milho	Saco 60 kg	14 240	1 068 000
Mandioca	Tonelada	1 155	547 500
Tomate	Quilograma	88 400	380 120
Batata-doce	Tonelada	150	120 000

Vista da Rua Barão de Lucena.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Açúcar de usina	Quilograma	217 380	58 714 388
Sacos de algodão, etc.	»	957 811	42 179 073
Calçados em geral	Par	503 744	26 342 256
Benef. de algodão	Quilograma	1 158 600	10 568 200
Prod. químicos e farm.	—	—	8 455 880
Pães e prod. de padaria	Quilograma	1 059 000	6 007 742
Carneira	Pé quadrado	250 000	5 000 000
Sabão	Quilograma	480 000	4 800 000
Álcool	Litro	834 800	3 655 880
Açúcar bangüê	Quilograma	440 000	1 832 000
Melaço	Litro	2 950 000	1 032 500
Farelo e similares	Quilograma	370 860	1 020 270
Tijolos em geral	Milheiro	1 440	684 000
Telhas em geral	»	200	258 000

Escola Rural Municipal.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal acha-se ligada às seguintes cidades: També, 37 km por via rodoviária; Aliança, 18 km por via rodoviária e 21 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste; Vicência, 38 km por via rodoviária; Macaparana, 24 km por via rodoviária; Tabaiana (PB), 36 km de rodovia e 27 km pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Comunica-se com a capital do Estado por meio de rodovia e ferrovia, sendo 113 km para o primeiro per-

Praça da Bandeira, ao fundo o prédio da Prefeitura Municipal.

curso e 118 km para o segundo (R.F.N.). Com a capital Federal a ligação é feita, via Recife.

Vista parcial da Rua Dr. Manoel Borba.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 4 cooperativas de crédito. A sede municipal conta com 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 81 do comércio varejista. O intercâmbio comercial é feito com a capital do Estado e municípios vizinhos. O comércio local adquire tecidos, estivas em geral, ferragens, máquinas, etc.

Secção de Fomento Agrícola.

ASPECTOS URBANOS — A área da cidade pavimentada a paralelepípedos totaliza 25 120 m². Do total de 106 logradouros existentes, 22 são arborizados e 3 ajardinados e arborizados simultâneamente. A sede é abastecida por água encanada, havendo 773 ligações domiciliares. O número de ligações elétricas é de 1 475, havendo 68 aparelhos telefônicos instalados. O serviço telegráfico é feito pela Rêde Ferroviária do Nordeste e Telégrafo Nacional (D.C.T.). Dois hotéis (diária comum de Cr$ 70,00) e uma pensão hospedam os visitantes. A produção de energia elétrica é da ordem dos 164 429 kW anuais. Os veículos registrados na Coletoria Estadual são 86 automóveis e 48 caminhões.

Praça Jáder de Andrade.

Hospital Geral Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município, na sede, com um hospital geral — Hospital Geral de Timbaúba — com 71 leitos e maternidade anexa; 1 Pôsto de Profilaxia e Combate à Bouba, 1 Pôsto Estadual de Higiene e 1 Pôsto de Puericultura. Há ainda o Abrigo Lúcia Campos, de assistência a desvalidos.

Edifício da Cooperativa Banco de Timbaúba Ltda.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, era de ..... 31 450 o número de pessoas alfabetizadas, assim distribuídas: 2 595 homens e 3 039 mulheres.

Ensino — Há no município 3 unidades do ensino pré-primário, 69 do ensino primário fundamental comum, com 3 960 alunos matriculados, 10 do ensino supletivo, 4 do complementar, duas do secundário e uma do pedagógico. Timbaúba, por sua localização e pelos estabelecimentos de ensino que possui, abriga considerável número de estudantes de outros municípios.

Prédio dos Correios e Telégrafos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Timbaúba dispõe, na sede, de uma biblioteca — da Liga Lítero-atlética de Timbaúba — de caráter particular e com cêrca de 1 000 volumes de obras gerais. Em fase de organização encontra-se a Biblioteca Pública Municipal. Há ainda um órgão semanal, o "Timbaúba Jornal", e duas tipografias.

Pôsto de Puericultura da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas do município são: a da padroeira da cidade — Nossa Senhora das Dores, com imponente e concorrida procissão, Natal, e Ano Novo, São João e o Carnaval, notando-se em qualquer delas o aparecimento dos folguedos populares como "boi-surubi", "mamulengo", "côco" e "quadrilha".

Vista da fachada do edifício do "Timbaúba Jornal".

Ginásio Timbaubense.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Exercem a profissão no município 7 médicos, 4 dentistas, 3 farmacêu-

Dispensário Belarmino Rodrigues.

ticos, 1 agrônomo e 1 veterinário. Em eleições populares são sufragados o prefeito e 9 vereadores. Em 1955, o número de eleitores inscritos era de 7 693. O atual chefe do Executivo de Timbaúba é o Senhor João Ferreira Lima Filho.

Capela de N. S.ª da Conceição.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 534	3 458	1 593	884	1 605
1951	4 037	4 947	1 852	1 019	1 787
1952	6 270	5 730	2 509	1 186	2 374
1953	5 774	5 789	2 728	1 401	2 531
1954	6 112	6 792	3 196	1 775	3 498
1955	8 651	9 313	3 762	2 216	3 566
1956	(a) 9 000	(a) 12 000	(b) 2 850	(b) 1 678	(b) 2 850

(a) Estimativa. — (b) Orçamento.

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística.)

TORITAMA — PE

Mapa Municipal na pág. 541 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em meados do século XIX, Tôrres era uma fazenda de criação de propriedade de João Barbosa, que nessa época doou a Nossa Senhora da Conceição um pedaço de terra medindo cêrca de 150 metros de comprimento por 40 de largura, onde foi construída uma capelinha dedicada à Virgem Santa. Conta-se que foi José Cabral quem construiu a primeira casa à margem esquerda do rio Capibaribe, onde hoje se ergue a cidade. Em 1868 já contava o lugarejo com 20 casas de taipa. Nessa época, no centro do povoado, existia um barraco de taipa, onde praticavam o pequeno comércio de farinha, milho, feijão, e outros gêneros alimentícios da região. Por êsse tempo os

Vista parcial da cidade.

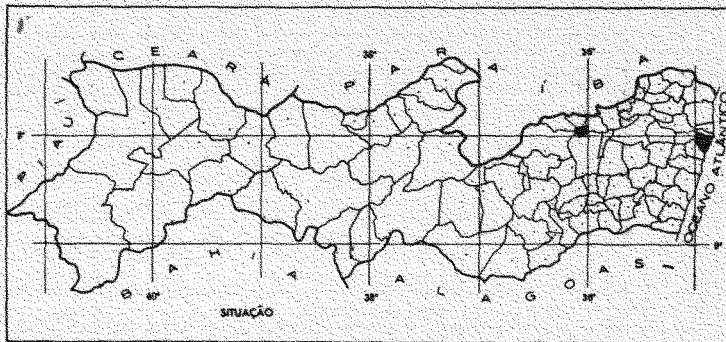
seus principais comerciantes eram os Senhores Amaro Gomes Santiago, João Pereira Tabosa e Manoel Limeira. Com a construção de uma ponte de cimento armado sôbre o rio Capibaribe, ligando o município ao de Caruaru, a povoação veio a ter maior desenvolvimento. Assim é que, em 1923, quando foi construída a ponte, o comércio local passou a receber maior afluência de feireiros da cidade de Caruaru; antes êsses feireiros tinham sérias dificuldades em atravessar o rio que na época de inverno dá grandes enchentes. O nome Tôrres origina-se de uma grande serra que está a 1 quilômetro da cidade, na qual se erguem várias pedras, entre as quais uma medindo, aproximadamente, 30 metros de altura, que dá a impressão de uma tôrre. No pico dessa pedra, que está situada à margem direita do rio Capibaribe, no município de Caruaru, dando um verdadeiro atestado de sua fé cristã, o povo católico da localidade mandou construir uma cruz, o que lhe dá maior destaque.

O distrito de Tôrres foi criado em 1925 por solicitação do Bacharel João Jorge Pereira Tejo e pertencia ao município das Vertentes. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, passou a pertencer ao município de Taquaritinga do Norte. Em face do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco, para vigorar no qüinqüênio .....

Vista da Rua José Celestino.

Açougue Municipal.

1944-1948, o têrmo Tôrres teve o seu nome alterado para Toritama, permanecendo, todavia, sob a jurisdição da comarca de Taquaritinga do Norte. A Lei estadual n.º 1 818, de 29 de dezembro de 1953, criou o município com sede no distrito do mesmo nome e território desmembrado do município de Taquaritinga do Norte, ocorrendo a sua instalação em 23 de maio de 1954. O Estado referendou a criação do município pela última Lei de divisão territorial, a de n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Toritama pertence à Zona Fisiográfica do Agreste e dista da capital do Estado 138 quilômetros em linha reta, no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: Bshs'i, As', com predominância do primeiro: semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área estimada, sujeita pois à revisão pelo Conselho Nacional de Geografia, corresponde a 102 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 5 412 habitantes, sendo 2 601 homens e 2 811 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 53 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 51,1% da população. Município — Estimativa do D.E.E. para 1.º-VII-1957: 6 245 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Toritama, com 2 767 habitantes (distrito único).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia municipal repousa no comércio e na agricultura. Café e mandioca são as principais culturas agrícolas do município. No quadro abaixo poderá observar-se o volume de produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Quilograma	31 500	777 000,00
Mandioca	Tonelada	830	91 300,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Caruaru (60 km), Brejo da Madre de Deus (66 km), Santa Cruz do Capibaribe (18 km), Taquaritinga do Norte ..... (30 km) e Vertentes (30 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 199 quilômetros, por via rodoviária, da capital, ou misto (60 km por via rodoviária, até Caruaru e daí, por via férrea, 139 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial é pequeno, com 15 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias nem cooperativas de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Dos 20 logradouros existentes na cidade, nenhum se apresenta pavimentado ou arborizado. Há 200 ligações elétricas domiciliárias, e iluminação pública, e também 3 hotéis, com diárias de Cr$ 70,00, uma Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos, 2 cinemas com lotação de 150 e 260 lugares, respectivamente. Na Coletoria Estadual encontram-se registrados 2 automóveis, 1 jipe, 24 caminhões. Para atender à população no concernente à assistência médico-sanitária, registra-se ùnicamente a existência de uma farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 31% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

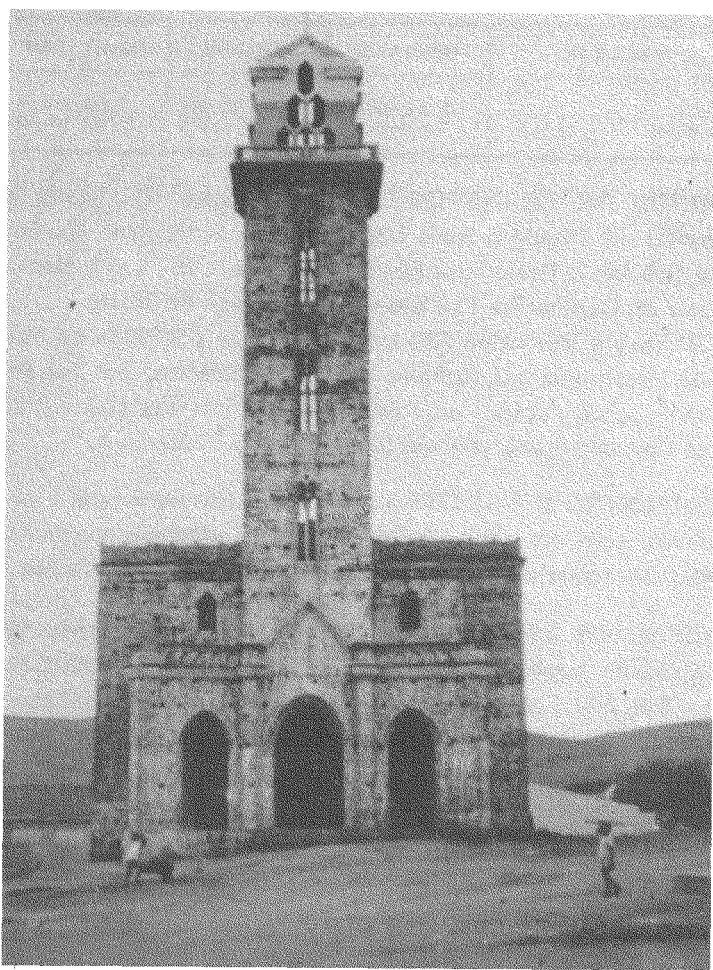
Ensino — Em 1956, havia 17 estabelecimentos do ensino primário fundamental comum e 1 do ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não há jornais nem bibliotecas no município, citando-se apenas uma banda musical.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950 (1)	(2)	—	—	—	—
1951 (1)	—	—	—	—	—
1952 (1)	—	—	—	—	—
1953 (1)	—	—	—	—	—
1954	—	179	56	78	78
1955	—	667	138	221	220
1956	—	880	194	2 056	1 692

(1) O município foi criado em 1954. — (2) Os impostos federais são recolhidos na Coletoria Federal de Vertentes.

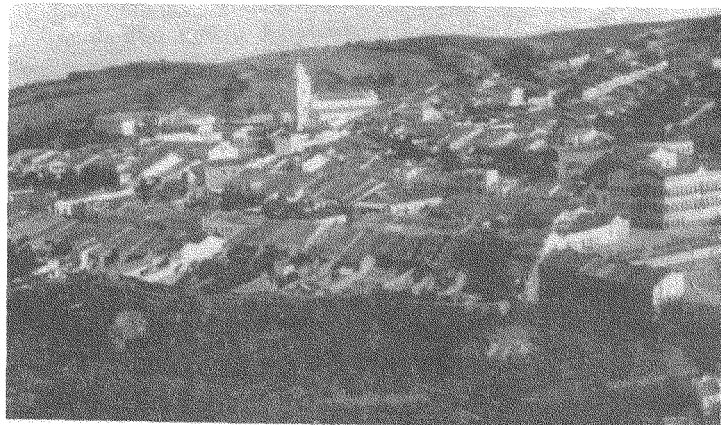
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Anualmente, no dia 2 de fevereiro, realiza-se a festa de Nossa Senhora da Conceição, com grande afluência de pessoas dos municípios circunvizinhos e de outros mais distantes. À tarde dêsse dia, há sempre uma procissão que, partindo da Igreja de N. S.ª da Conceição, com grande acompanhamento de fiéis, percorre as principais artérias da cidade e depois se recolhe ao local de partida.

Vista da Matriz de N. S.ª da Conceição.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Como principal acidente geográfico, cita-se o rio Capibaribe. O município recebe-o ao norte, no lugar denominado Riacho dos Tatus, aí acolhendo, como afluente esquerdo, o riacho de mesmo nome. Nesse trecho o rio serve de divisa intermunicipal entre Toritama e Brejo da Madre de Deus e logo abaixo, entre Toritama e Caruaru. Banha o município pelo lado do poente e sul, indo abandoná-lo no Sítio Jacaré, aqui limitando os municípios de Toritama e Vertentes e Caruaru. O riacho Travessia nasce em terras de Taquaritinga do Norte, penetra neste município pelo Sítio Mateus Vieira, corre em direção norte-sul, indo despejar-se no rio Capibaribe, no Sítio Cacimbas. Êste riacho serve de limites entre o município e o de Vertentes.

(Autor do histórico — Ademar Dias Maciel; Redação final — Ademar Dias Maciel; Fonte dos dados — Prefeitura Municipal e Cartório do Registro Civil.)

TRIUNFO — PE

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Dos municípios situados no sertão pernambucano, Triunfo é, em território, o menor de todos. Ocupa apenas a área da serra do Triunfo ou serra da Baixa Verde, primitivamente conhecida como serra Grande do Pajeú. Sob êste título, vamos encontrá-la registrada a fls. 123, 124 e 125 do Livro de Tombo da Casa da Tôrre de Garcia D'Ávila, o qual nos fornece discriminadamente os nomes de todos os sítios já existentes nos fins do século XVIII, então pertencentes ao Senhorio do Morgado. O primeiro dèles, Brejo da Mumbaça, estava dividido entre oito rendeiros, os quais pagavam anualmente a renda de 7$920. Os demais, São João, Descobrimento, Conceição, Santa Maria, Canabraba, Prazeres, São Bartolomeu, Serra Branca, Santana, Santa Rita, Periperi, Lajes, Jordim, Serrinha, Santo Antônio, São José, Timbaúba, Canabrabinha, Boa Esperança, Bom Jesus, São Domingos, Rodeio, Água Branca, Laranjeira, Alagoa da Conceição, Alagoa de São Bento, Alagoa do Mariano, Baixa Verde, Alagoa do Junco, Retiro, Santo Antônio de Coroas, Gameleira, Alagoa da Canabraba, Santa Rosa, Brejinho, Rosário, Amparo, Santa Luzia, Contendas, Grão Pará, Nossa Senhora de Nazaré, Mata Redonda, Baixa Grande, Queimadas, Cajàzeira, Jaboticaba, São Gonçalo, Icó, São Mateus e Corrente rendiam, por ano, a quantia de 113$200. A renda estipulada ao Baixa Verde, onde está hoje situada a sede do município, era de 6$000 por ano e tinha como rendeiro, depois proprietário, Domingos Pereira Pita. Estava ocupada dêste modo, em fins do século XVIII, a serra da Baixa Verde, que teve como habitantes primitivos os índios cariris. Nessa época, não sabemos precisar a data, procedente de Rodelas, Estado da Bahia, chegou a Baixa Verde o missionário capuchinho frei Vidal de Frescolero, conhecido por frei Vidal da Penha, da província de São José de Leonise (Itália). Veio da catequese dos índios de Gameleira, Jacaré, Floresta e Serra Negra, perseguido pela poderosa família Fonseca. Trouxe consigo alguns índios, a imagem de Nossa Senhora das Dores, que ainda se venera nesta cidade, e as do Senhor Crucificado e a de Nossa Senhora da Soledade que se encontram na Matriz da cidade de Flôres, deste Estado. Aqui frei Vidal fixou residência no Sítio Baixa Verde, de propriedade do Senhor Domingos Pereira Pita, com quem conseguiu um pequeno terreno e fêz o aldeamento dos índios que o seguiam. Em novembro de 1803, retirou-se para Cabrobó, tendo logo depois assumido o seu lugar o missionário frei Ângelo Maurício Niza, da província de Piemonte (Itália). Êste, em 1812, na qualidade de pároco dos índios, fêz construir na Baixa Verde uma capelinha que serviu de Matriz durante muito tempo, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores. Na parte posterior da mesma, fêz sua residência que era chamada de convento pelos habitantes locais, e logo depois, ao lado direito da dita capela, construiu um

Vista parcial da cidade.

Igreja Matriz de N. S.ª das Dôres.

cemitério. Em seguida tratou frei Ângelo de legalizar a posse do terreno dos índios. Requereu ao Governador-Geral da Capitania, Dr. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, meia légua de terra quadrada, a qual foi concedida em Sesmaria, a 8 de outubro de 1812, em nome do Príncipe Regente D. João VI, e cujos marcos foram fincados nos lugares denominados Aquiraz, Jaleco, Água Branca e Jardim. Foi assim iniciada por frei Ângelo a fundação da cidade de Triunfo. O aldeamento, que nesse tempo já era um arraial de casas esparsas, se foi transformando pouco a pouco em um núcleo de população e de casas alinhadas. Cabe a frei Ângelo os foros da fundação de cidade onde êle permaneceu até 7 de junho de 1824, quando veio a falecer após 20 anos de penosos trabalhos de catequese cristã na aldeia de Baixa Verde. Depois de sua morte a aldeia ficou sem direção. Os índios se dispersaram para vários lugares do sertão. Entretanto, descendentes dos mesmos, já educados cristãmente, aqui permaneceram com suas famílias. Sucessivamente, outros habitantes foram chegando, atraídos pelas condições excepcionais que lhes oferecia a localidade com suas fontes perenes, banhando, ininterruptamente como ainda hoje, o solo ubérrimo da serra da Baixa Verde, assim denominada pela vegetação luxuriante e sempre verde que a cobre totalmente. Todos os que ali iam chegando se dedicavam à agricultura, fazendo prosperar ràpidamente a extinta aldeia. A povoação foi crescendo com rapidez. Seus habitantes, na ânsia de vê-la prosperar cada vez mais, em abaixo-assinado, solicitaram da Assembléia Provincial e do Diocesano que ela fôsse transformada em freguesia e elevada à categoria de vila. Veio com isto a Lei provincial n.º 930, de 2 de junho de 1870. Com a promulgação desta Lei, veio em seguida, do poder diocesano, a provisão, nomeando o Padre João Evangelista dos Santos Lima vigário de Triunfo. Em cumprimento à Portaria de 16 de dezembro de 1871, do Presidente da Província, mandando que fôsse instalado o têrmo e empossada a primeira Câmara da Vila do Triunfo, tal ordem se cumpriu, tendo o Presidente da Câmara de Flôres, tenente-coronel Antônio José de Campos Barbosa, instalado a mesma, em 8 de janeiro de 1872, com a posse dos seguintes vereadores: capitão Lúcio José de Siqueira Campos (Presidente), José Fernandes Lopes, Luiz Pereira Ribeiro Viana, Balbino Teles de Menezes, Manuel de Souza Monteiro, Joaquim Avelino de Vasconcelos e Eleutério Lopes da Costa. Passou então a vila de Triunfo a respirar ares de uma vida nova para o seu desenvolvimento e progresso. Entre outros melhoramentos já contava a cidade em formação com uma casa de caridade para assistência aos filhos órfãos e desvalidos, fundada pelo Padre Dr. José Antônio de Maria Ibiapina, em 7 de janeiro de 1871, a qual ainda existe, porém com outras finalidades. Fundado pelo mesmo padre, também havia um Hospital Municipal, hoje desaparecido. Ornamentando a pequena vila, banhava a Baixa Verde o açude do Triunfo, construído em 1850, pelo frei Caetano de Messina, sob a administração do Doutor Henrique Pereira de Lucena, o qual foi arrombado em 1952, e reconstruído em cimento armado em 1953, pelo então Governador do Estado, Dr. Etelvino Lins, tendo à frente do município o Prefeito Aprígio Higino d'Assunção. Em 1875, os padres jesuítas Antônio Onorati e Antônio Aranheti reconstruíram a igreja de Nossa Senhora das Dores, época em que levantaram a tôrre da parte posterior da atual Matriz, e colocaram sôbre a mesma a imagem da Divina Pastôra. No ano seguinte, o frei Estêvão Maria de Hungria, assinalando a sua passagem em Triunfo, fêz passar por nova reconstrução a igreja Matriz, construiu a capela de Nossa Senhora do Rosário e um cemitério público com uma capelinha sob a invocação de São Miguel Arcanjo. Sempre em marcha para o progresso, melhores dias foram chegando para Triunfo. Em junho de 1884, o Dr. Sebastião de Vasconcelos Galvão inaugurou aqui a estação telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, que teve como primeiro telegrafista o Sr. Aurélio de Araújo. Aos treze dias do referido mês e ano, é promulgada a Lei provincial número 1 805, desligando Triunfo da então cidade de Vila Bela, e elevando-a à categoria de cidade; teve a sua comar-

ca instalada em 25 de janeiro de 1890. Foi seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Artur Eloi de Barros Pimentel. Proclamada a República, veio a Lei Orgânica dos Municípios n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, se tendo Triunfo tornado autônomo, em 14 de julho de 1893. O seu primeiro Prefeito foi o coronel Olímpio Elísio do Nascimento Vanderlei e Subprefeito, José Luiz da Silva. O Conselho Municipal foi formado pelos Senhores Francisco Simões da Silva Mafra, Genésio Urquisa de Siqueira Campos, Luiz Alves de Góis, Isaías Gonçalves Lima, José Gomes da Cunha, Joaquim Duarte Pinto e Silva, Antônio César de Lima, Antônio de Jesus da Conceição Granja e Antônio Pereira de Morais. No período administrativo do Prefeito Olímpio Vanderlei (1893-1896), algumas obras foram efetuadas, como o calçamento das principais ruas da cidade, com pedras irregulares, a construção da Escola Estadual Barbosa Lima e da Cadeia Pública.

Nas três primeiras décadas do século atual, Triunfo viveu o período áureo da sua história, embora tenha sido registrado nos anais da sua vida de então cenas deploráveis de crimes e assassinatos e os surtos de peste bubônica e febre-amarela; esta endemia, em 1907, dizimou cêrca de 100 pessoas. Mesmo assim, a agricultura, o comércio e a indústria desenvolveram-se de tal maneira, que Triunfo era considerado o centro abastecedor da zona sertaneja. Mariposa, Sertaneja e Triunfo eram três fábricas de cigarros que existiam naquela época, cujo produto era exportado em grande quantidade para os municípios pernambucanos e para os Estados do Ceará e da Paraíba. O povo preocupava-se com o desenvolvimento da terra, principalmente com a educação dos seus filhos.

O bacharel Ulisses do Nascimento Vanderlei funda, em 1.º de março de 1905, o Instituto Joaquim Nabuco, destinado a preparar jovens que desejassem seguir a carreira eclesiástica. Embora tenha adquirido com o Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife uma concessão de validade nos exames, funcionou sòmente até 1908, tendo como corpo docente os Doutores Ulisses Vanderlei e Abel Peixoto de Miranda Henrique. Em 1914, D. José Antônio de Oliveira Lopes, então Bispo de Pesqueira, funda o Ginásio Diocesano, que funcionou até 1918 sob a direção do monsenhor José Landim. Em 1915, monsenhor Eliseu Duarte Diniz funda o Colégio Nossa Senhora das Dores, destinado à educação de senhoritas, o qual funcionou até 1918 sob a direção de D. Ester Neves. Desaparecido o Ginásio Diocesano em 1918, D. José Antônio de Oliveira Lopes fundou no ano seguinte o Colégio do Sagrado Coração, que funcio-

Escola Normal Regional "Stella Maris"

Escola Apostólica São Boaventura.

nou até 1925, sob a direção de irmãos maristas. Transmitindo as aspirações do seu povo e levando às cidades vizinhas as notícias da terra brejeira, quatro periódicos circulavam no município: o primeiro dêles, "Correio do Centro", fundado em 1910, pelo Dr. Ulisses Vanderlei, circulou até 1915; o segundo, "Fôlha do Sertão", aparecido em 1916, sob a direção de monsenhor José Landim, viveu até 1919; o terceiro, "Alto Sertão", circulou apenas alguns meses em 1919, ano em que foi assassinado o seu fundador, tabelião Deodato de Souza Monteiro; e o último, "Imparcial", fundado pelo Senhor Carolino Campos, em 1926, editado até 1932. Em 1916, sob a direção do Senhor Manuel Siqueira Campos (Dudu), foi inaugurada a primeira estrada carroçável, ligando esta cidade à estação férrea de Barão do Rio Branco, hoje Arcoverde, e ainda de sua iniciativa. Pelo mesmo em 1920, o serviço de luz elétrica da cidade. Animando as festas religiosas e profanas, existiam em Triunfo duas célebres bandas de música, políticas sim, porém faziam ecoar pelas ruas da cidade sons de harmonia inesquecíveis. Eram conhecidas popularmente pelos nomes de "Garra" e "Fumo". Dirigia a primeira Isaías Lima, e a segunda Deodato Monteiro. Cada uma delas procurava executar melhor as suas músicas. Quando se encontravam pelas ruas da cidade, procuravam, através das exibições musicais, suplantar o valor da banda, adversária, originando-se daí conflitos em que instrumentos eram quebrados, músicos feridos e os mais pusilânimes punham-se a correr. Estas duas bandas musicais originaram-se da banda musical União e Progresso, criada a 20 de junho de 1891, pela Sociedade Instrutiva e Recreativa Triunfense, fundada em 31 de maio de 1890, época em que foi construído o Teatro Nossa Senhora das Dores, hoje transformado em casa residencial, por Isaías Lima e outros. A Banda Musical União e Progresso, em 21 de agôsto de 1893, passou a denominar-se Clube Musical Triunfense e em 1895 recebeu o nome de Santa Cecília, ano em que a Sociedade Instrutiva e Recreativa Triunfense foi denominada de Clube Central do Triunfo, do qual eram sócios Isaías Lima e Deodato Monteiro. Divididos pollticamente, Isaías Lima e Deodato Monteiro, por volta de 1910, fundaram as duas bandas musicais "Garra" e "Fumo", das quais falamos acima. Os ânimos políticos agitaram-se, dando lugar a intrigas e barulhos com derramamento de sangue. Em 22 de janeiro de 1910, o médico Dr. Araújo Jorge foi assassinado em sua residência por um grupo chefiado por Né da Barra, delegado de Polícia do então chefe político Deodato Monteiro. Em 24 de

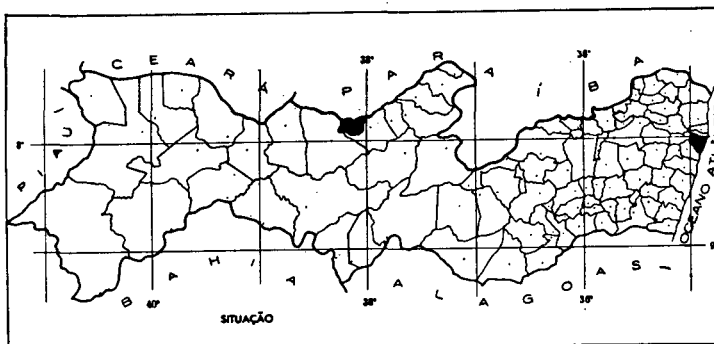
Cine-teatro Guarani.

junho de 1919, Deodato Monteiro foi assassinado no pé da serra, por um grupo chefiado por Luiz Leão. Quatro anos mais tarde, no dia 30 de dezembro de 1923, em frente a um baile que se realizava na Rua Olímpio Vanderlei, surgiu uma discussão entre o Dr. Ulisses Vanderlei e o Senhor Marcolino Diniz, culminando com a morte do primeiro. Desaparecidas as principais cabeças pensantes da época, foram-se acalmando aos poucos os ânimos políticos. Em 1924, o célebre cangaceiro "Lampeão" atacou com o seu grupo êste município e a vila de Santa Cruz. Em 1926, o bandoleiro Sabino atacou a cidade, saqueando e queimando a casa comercial do Senhor Antônio de Aragão Campos, não tendo prosseguido com suas façanhas, graças às ações enérgicas dos policiais sargento Irineu e cabo Jorge, embora tenha custado a vida do soldado Sabiá. Assolava por todo o município a peste bubônica. Mais de 70% da população da cidade se haviam retirado para outras localidades. Cêrca de 300 pessoas perderam a vida acometidas pelo grande mal debelado pelas mãos do médico José Cordeiro Lima, que se expôs à luta para fazer viver sua terra. Ainda em 1926, Triunfo hospedou as Fôrças Legalistas que por aqui passaram em perseguição à Coluna Prestes, da qual fazia parte o atual Governador de Pernambuco, general Oswaldo Cordeiro de Farias. Em outubro de 1930, a cidade foi ocupada militarmente pelas fôrças paraibanas, comandadas pelo cap. Antônio Pereira. Passaram-se assim, em Triunfo, os primeiros trinta anos do século em que vivemos.

De 1931 a 1933, tanto a vida política como a social sofreram considerável abalo. A indústria e principalmente o comércio também receberam o seu quinhão de decadência. Sòmente a agricultura continuou de pé. A partir de 1933, a situação foi melhorando. O professor Pompílio Vanderlei, lembrando os educandários passados, fundou a 6 de julho do referido ano o Ginásio Ulisses Vanderlei, o qual ainda existe funcionando no prédio da Casa de Caridade. Em 22 de julho de 1934, Sigismundo Pinto fundou o semanário "A Voz do Sertão". Em 5 de fevereiro de 1939, D. Adalberto Sobral, então Bispo de Pesqueira, fundou para a Ordem Franciscana Maristella a Escola Normal Regional Stella Maris, que funciona em prédio próprio, equiparada à Escola Normal Oficial pelo Ato n.º 876, de 23 de junho de 1942. Em 1944, teve início a Escola Bíblica Serra Verde, sob a direção de pastôres protestantes pertencente à religião Batista, a qual se destina a preparar môças e rapazes para o seu sacerdócio. Em 14 de janeiro de 1945, foi lançada pelos Religiosos Franciscanos da 1.ª Ordem a pedra fundamental da Escola Apostólica de São Boaventura, que começou a funcionar em 10 de março de 1947, destinada à formação de futuros sacerdotes franciscanos. A Matriz de Nossa Senhora das Dores, sagrada em 2 de dezembro de 1928 pelo bispo D. José Antônio de Oliveira Lopes, é hoje um templo majestoso, graças à reforma que por ela fêz passar o monsenhor Eliseu Duarte Diniz, em 1926. Atualmente, quem chega a Triunfo vê que a cidade e o município estão caminhando a passos largos na estrada do progresso.

O nome de Triunfo originou-se de uma luta surgida entre a poderosa família dos Campos Velhos, da cidade de Flôres, e os habitantes da povoação da Baixa Verde. Queriam êstes vêr o progresso do lugar e começaram com a criação de uma feira na localidade, com que os Campos Velhos não ficaram satisfeitos, procurando acabá-la por diversas vêzes, até mesmo com prejuízo de vidas, o que não conseguiram. Isto fêz com que os habitantes da Baixa Verde tratassem da sua independência, a fim de se poderem libertar dos Campos Velhos, o que foi conseguido conforme o descrito linhas atrás. Foi esta Vitória que deu lugar ao nome de Triunfo.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca do Triunfo, criou-a a Lei provincial n.º 1 805, de 13 de junho de 1884. Nos quadros de divisão territorial de 31-XII-1936 e ...... 31-XII-1937, e no anexo do Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Triunfo compreende o têrmo judiciário único da comarca de Triunfo. Em face das divisões territoriais fixadas para os qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Triunfo continua com apenas o têrmo de Triunfo. No quadro da divisão judiciária e administrativa fixada para o qüinqüênio 1954-1958 pela Lei n.º 1 819, de 30 de dezembro de 1953, a comarca do Triunfo ainda continua com apenas o têrmo de Triunfo que compreende os distritos de Triunfo, Iraguaçu, Jatiúca e Santa Cruz da Baixa Verde (ex-Brocotó).

LOCALIZAÇÃO — O município de Triunfo está localizado na Zona do Sertão Alto, a uma distância, da capital do Estado, de 364 km, em linha reta, no rumo O.N.O. A altitude da sede municipal é de 1 010 m. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 7° 51' 00" de latitude Sul e 38° 08' 00" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 30,8; das mínimas — 14,4 e compensada — 25,2. Tipo de clima: Aw' e Bshw,

com uma extinta faixa de segunda, a sudeste. Predominância do primeiro, compensado pela altitude. Quente e úmido com chuvas no verão e precipitação máximas no outono. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

AREA — Totaliza 388 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de ..... 24 129 habitantes, sendo 11 497 homens e 12 632 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 62,1 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 11,6% da população. Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957 — 27 841 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade do Triunfo (com 2 364 habitantes) e as vilas de Brocotó (550), Iraguaçu (279) e Jatiúca (325).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 36,3% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura. Cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca, café e goiaba são as principais culturas agrícolas. Há 29 estabelecimentos industriais, ocupando 197 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Café	Quilograma	270 000	6 750 000,00
Cana-de-açúcar	Tonelada	52 000	6 240 000,00
Feijão	Saco 60 kg	8 700	3 480 000,00
Mandioca	Tonelada	10 400	9 050 000,00
Milho	Saco 60 kg	45 000	5 400 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Flôres (21 km), Serra Talhada (72 km), Princesa Isabel PB (41 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 464 km, por via rodoviária, da capital estadual, 472 km, misto (21 km por via rodoviária, até Flôres, e daí 451 km por ferrovia) e 364 km por via aérea.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 49 do varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Da área dos logradouros da cidade, 60% são pavimentados com pedras irregulares e 10% a paralelepípedos; dos 821 prédios existentes nas zonas urbana e suburbana (1954), 382 estavam ligados à rêde elétrica de iluminação; 2 logradouros são arborizados e 1 ajardinado. Há na cidade o serviço postal-telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos, 2 hotéis com diária comum de Cr$ 70,00 e 2 cinemas com capacidade para poucos espectadores. Em 1956 a Prefeitura Municipal registrou 8 caminhões. Não há abastecimento d'água canalizada no município. O único aparelho telefônico pertence à Agência dos Correios e Telégrafos.

Ginásio Diocesano Pio XII

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui 1 Pôsto Estadual de Higiene e 1 Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. O primeiro tem como atividade principal a medicina profilática, e o segundo, o combate às moléstias que atacam em geral o homem do campo. Três médicos, 3 farmacêuticos e 1 dentista emprestam a sua valiosa colaboração à assistência médico-sanitária de Triunfo. Três farmácias contribuem neste setor de atividade para o progresso da comuna.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 22,7% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia uma unidade do ensino pré-primário, 67 do ensino primário fundamental comum, com 2 479 alunos matriculados, 5 do ensino supletivo, duas do ensino complementar e uma do ensino pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe no município apenas um órgão de imprensa "A Voz do Sertão", de natureza informativa e periodicidade semanal. Muitas bibliotecas existem, sendo tôdas, porém, pertencentes a particulares, excetuando-se a Biblioteca São José e a Biblioteca Gema Galgani, do Colégio Stella Maris e da Associação Pia União das Filhas de Maria, respectivamente. A mais importante conta com um acervo de 1 650 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	135	498	1 043	297	1 043
1951	164	617	813	302	489
1952	190	1 018	957	444	914
1953	148	1 001	1 317	413	1 346
1954	175	1 328	1 179	486	1 164
1955	(1) 190	2 182	1 465	675	1 464
1956	(1) 175	(2) 2 352	(3) 1 400	(3) 620	(3) 1 400

(1) Estimativa feita pelo Coletor Federal. — (2) Arrecadação real. — (3) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O município abrange tôda a serra da Baixa Verde ou serra do Triunfo, considerada um dos mais importantes acidentes geográficos de Pernambuco. É nela que se encontra o "Serrote da Lagoa ou Serrote do Papagaio" que mede 1 175 metros de altitude. O primeiro é dado por uns, por ficar situado ao pé do mesmo uma pequena lagoa; o segundo porque as rochas que o formam se assemelham a um bico de papagaio. O riacho Brocotó forma no município a cachoeira de São Crispim, cuja fôrça hidráulica permanece inexplorada.

Engenho Triunfo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Gregotino" e "Barrigudos" foram dois clubes carnavalescos fundados em 1911, por João Ribeiro de Vasconcelos e José Vieira de Melo, respectivamente. Ambos tinham suas músicas próprias e carros alegóricos, havendo tremenda rivalidade entre os mesmos.

Um engenheiro, 1 advogado e 1 agrônomo exercem as suas profissões no município. Em 1956, estavam inscritos 6 072 eleitores, havendo 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor Clementino de Souza Diniz.

(Autor do histórico — José Firmo de Araújo — A.E.; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

VERTENTES — PE

Mapa Municipal na pág. 530 do 4.º Vol.

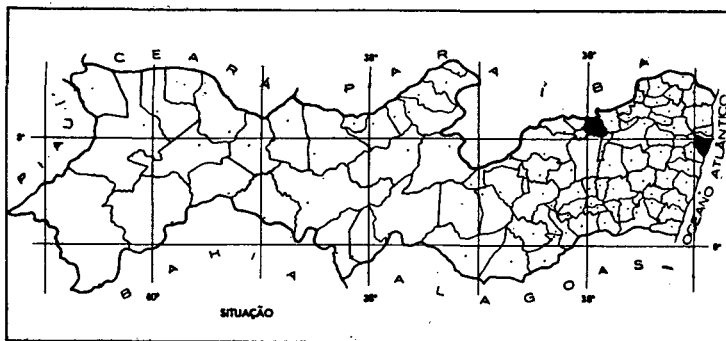
HISTÓRICO — A civilização penetrou naquelas terras quando, antes de 1750, a coroa portuguêsa doou a Dona Maria Ferraz de Brito uma "data de terra", partindo de perto do rio Capibaribe, indo atingir os limites com o Estado da Paraíba e as águas da fertilíssima e majestosa serra de Taquaritinga. Nostálgica pela falta de notícias de seu amado, e nunca esquecido Portugal, Dona Maria Ferraz de Brito transmitiu, por permuta, a "data de terra" recebida das mãos dadivosas de el Rei para Francisco Carneiro Bezerra Cavalcanti, legítimo fundador de Vertentes e tronco das atuais famílias vertentenses Cavalcanti e Corrêa de Araújo. A união com esta última família se deve aos casamentos de suas netas Josefa e Luzia, respectivamente, com Cristóvão de Moura Corrêa de Araújo e seu irmão Miguel Tomás de Araújo, vindos de Engenho Poeta à procura de suas heranças, por morte de seu pai Fabrício Corrêa de Araújo, assassinado, anos antes, em Taquaritinga. Francisco Carneiro Bezerra Cavalcanti e seus descendentes exploraram as cercanias, fizeram edificações, organizaram fazendas e deram o nome atual, pela existência de duas vertentes vindas da serra. Sabe-se que Francisco Carneiro Bezerra Cavalcanti e sua mulher Gertrudes vieram do Engenho Terra Vermelha, no município de Nazaré.

Primeiramente pertenceu Vertentes a Igaraçu, posteriormente a Limoeiro, e finalmente a Taquaritinga. Conta a tradição que sendo o Doutor Maciel Pinheiro nomeado Juiz de Direito de Taquaritinga, aqui chegando, diante da dificuldade de transporte para a cidade serrana, instalou a comarca em Vertentes. Isto parece ter certo fundamento, uma vez que por fôrça da Lei provincial n.º 1 260, de 26 de maio de 1877, foi Vertentes tornada sede da comarca de Taquaratinga, sendo o Dr. Maciel Pinheiro o seu primeiro Juiz de Direito. Instalada a sede da comarca de Taquaritinga, em Vertentes, foi esta elevada à vila, pela Lei provincial n.º 1 517, de 4 de fevereiro de 1879. A rivalidade entre o novo e já florescente núcleo residencial, às margens da Estrada Real, que ligava o Estado da Paraíba a Limoeiro e Taquaritinga, logo se fêz sentir, ocasionando verdadeiras lutas políticas. Tanto assim que os taquaritinguenses, ciosos de sua soberania, conseguiram, em 5 de maio de 1886, pela Lei provincial n.º 1 864, a volta da sede. Na divisão administrativa de 1911, Vertentes figura como distrito de Taquaritinga. Os vertentenses se notabilizaram na política do município, não sòmente batalhando pela supremacia da política de Taquaritinga, como pela volta da sede a Vertentes. Em 1911, com a vinda do general Dantas Barreto para o Govêrno do Estado, após memorável luta política, na qual os vertentenses se puseram quase que por unanimidade ao seu lado, conseguiu Vertentes eleger Braz Bezerra da Silva Prefeito de Taquaritinga, e êste, com auxílio do Govêrno do Estado, trouxe, em 22 de julho de 1915, a volta da sede, desta vez de forma definitiva. Como sede do município de Taquaritinga, Vertentes liderou a política, até o ano de 1923, quando por uma conciliação política elegeram Prefeito do município das Vertentes, o Padre Manoel da Rocha Carvalho, então vigário da Paróquia de Santo Amaro de Taquaritinga. Depois da legislatura do padre Manoel da Rocha Carvalho, os taquaritinguenses conseguiram eleger Prefeito o Sr. José Borges Pereira de Lira, mas em 1929 separaram-se os dois municípios: Vertentes e Taquaritinga. No entanto, a sede da comarca aqui permaneceu, ficando Taquaritinga como sede de têrmo. Era então Juiz de Direito de Vertentes o Dr. Renato Barbosa Fonseca. Esta situação se estabilizou, pois com o advento do Estado Novo foram extintos os têrmos, ficando a comarca de Vertentes abrangendo os dois municípios. Sòmente pelo Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, conseguiu Taquaritinga a criação de sua comarca, desligando-se definitivamente de Vertentes.

Povo eminentemente católico, viram os vertentenses criada a sua freguesia, sob o patrocínio de São José, no ano

Rua Dr. Maciel Pinheiro.

de 1883, não sendo entretanto, provida, razão por que ficou sem efeito a sua criação. Em 20 de janeiro de 1930 foi efetivada, sendo seu primeiro vigário o Rev.mo padre Manoel da Rocha Carvalho. A sede da comarca de Taquaritinga foi transferida para a povoação das Vertentes pela Lei provincial n.º 1 260, conforme já ficou dito acima, de 26 de maio de 1877, é elevada à vila, pela Lei provincial número 1 517, de 4 de fevereiro de 1879. Retornando a Taquaritinga pela Lei provincial n.º 1 864, de 5 de maio de 1886, foi definitivamente transferida para Vertentes, tomando êsse nome por efeito da Lei estadual n.º 1 267, de 4 de junho de 1915. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Vertentes é têrmo judiciário da comarca de igual nome, a qual é formada pelos têrmos de Vertentes e Taquaritinga. Essa situação permanece nas divisões territoriais judiciário-administrativas do Estado, em vigência nos qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, fixados, respectivamente, pelos Decretos-leis estaduais números 235, de 9 de dezembro de 1938, e 952, de 31 de dezembro de 1943, verificando-se, apenas, a alteração do topônimo do têrmo de Taquaratinga, para Taquaritinga do Norte. Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945, que pôs em execução o Decreto-lei federal número 7 300, de 6 dêsse mês e ano, a comarca de Vertentes sofreu a perda do têrmo de Taquaritinga do Norte com a criação da comarca dêsse nome. Distritos componentes do município: Vertentes, Cambucá (ex-Ibiapina) e Frei Miguelinho. Em face da Lei n.º 1 819, de 30-12-1953, permanece a mesma situação.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona do Agreste a uma altitude de 785 m, o município de Vertentes dista da capital do Estado 121 km, em linha reta, no rumo O.N.O. Coordenadas geográficas: 7º 53' 00" de latitude Sul e 35º 56' 45' de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 32,2; das mínimas — 25,5 e compensada — 28,8. Climas: transição das zonas climáticas de tipos *As'* e *Bshs'i*, com predominância do segundo. Semi-árido quente. O município está compreendido no "Polígono das Sêcas". (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 336 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 34 139 habitantes, sendo 16 236 homens e 17 903 mulheres. A densidade era de 102,6 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 6,2% da população. Município — Estimativa do D.E.E., para 1.º-VII-1957: 39 391 pessoas.

Rua Dr. Maciel Borba.

Aglomerações urbanas — Cidade das Vertentes, com 2 333 habitantes, e as vilas de Cambucá, com 491, e Frei Miguelinho, com 561.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes, de 10 anos e mais, 49,9% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços, etc. A economia do município repousa na agricultura e na pecuária. Algodão, café, milho e feijão são as principais culturas agrícolas. Há 30 estabelecimentos industriais, ocupando 97 pessoas. O volume e o valor dos principais produtos agrícolas, em 1955, foram os seguintes:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Algodão	Quilo	840 000	7 280 000,00
Café	»	375 000	8 125 000,00
Feijão	Saco 60 kg	3 500	2 275 000,00
Milho	» » »	2 500	700 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Surubim (30 km), Caruaru (90 km), Taquaritinga do Norte (15 km), Toritama (30 km), Riacho das Almas (36 km), Cabaceiras — PB (90 km) e Umbuzeiro — PB (78 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 171 km, por via rodoviária, da capital estadual, 172 km, misto (59 km, através de rodovia, até Bom Jardim, e daí, por ferrovia, 113 km), e 121 km por via aérea.

Açude construído pelo Estado, no povoamento Chã do Carmo.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o movimento comercial, com 13 estabelecimentos do comércio varejista. Não há agências bancárias, contando porém o município com uma cooperativa de crédito.

ASPECTOS URBANOS — Existe na sede municipal uma rua parcialmente calçada a paralelepípedos. Havia em 1954, nos quadros urbano e suburbano, um total de 690 prédios, dos quais 230 estavam ligados à rêde elétrica domiciliária. Dois logradouros eram arborizados. Não há abastecimento d'água canalizada. A cidade conta, ainda, com duas pensões de modestos recursos, cobrando uma diária de Cr$ 70,00; 1 cinema com capacidade para 254 espectadores, fazendo duas exibições por semana e a Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Na Prefeitura Municipal, em 1956, foram registrados 9 automóveis e 11 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Puericultura, 1 Pôsto Estadual de Higiene e uma farmácia são os únicos estabelecimentos encarregados da assistência médico-sanitária do município. Colaboram para êste fim 1 médico, 1 dentista, 1 farmacêutico e alguns auxiliares residentes em Vertentes.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 16,9% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 94 unidades do ensino primário fundamental comum, com 2 290 alunos matriculados, e 10 do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	672	530	219	628
1951	...	974	605	231	739
1952	...	1 643	793	350	791
1953	...	979	1 000	240	718
1954	...	1 024	377	243	612
1955	...	1 621	1 166	432	1 279
1956	...	2 178	1 827	484	1 807

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Cita-se, apenas, a serra do Caboclo, na qual se encontra uma furna onde, segundo se diz, habitavam os indígenas, provindo daí a denominação da serra.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Um advogado e 2 agrônomos desempenham as suas atividades profissionais no município de Vertentes. Em 1956 estavam inscritos 6 651 eleitores, havendo 9 vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Senhor Inácio Alves Cavalcanti.

(Autor do histórico — Ireneu Jófili Corrêa de Araújo — A.E.; Redação final — Gustavo Pedro da Silva Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

VICÊNCIA — PE

Mapa Municipal na pág. 180 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Onde hoje se acha a cidade de Vicência, em 1850, nada mais era do que um rincão rural sem denominação conhecida e residência de uma senhora remediada de nome Vicência Barbosa de Melo. Esta, como boa católica, fêz construir, ao lado de sua casa de residência, uma capelinha sob a invocação de Santana, reservando como patrimônio a extensão de 40 braças de terra em quadro. Explicam que Vicência se foi organizando e recebeu o nome que ainda hoje conserva em vista de passageiros, quando de ida ou volta para Goiana, ponto mais procurado por quem almocrevava, combinarem sempre descansar no rancho da dona Vicência e depois, "descansar na Vicência", dando o nome ao lugarejo em formação. Durante o ano de 1850, com o notável movimento de transeuntes, foram construídos alguns casebres, com o fito de especulações comerciais, chegando-se mesmo à organização de um arruado que teve o primitivo nome de Rua da Baixa, local hoje denominado Praça Joaquim Nabuco.

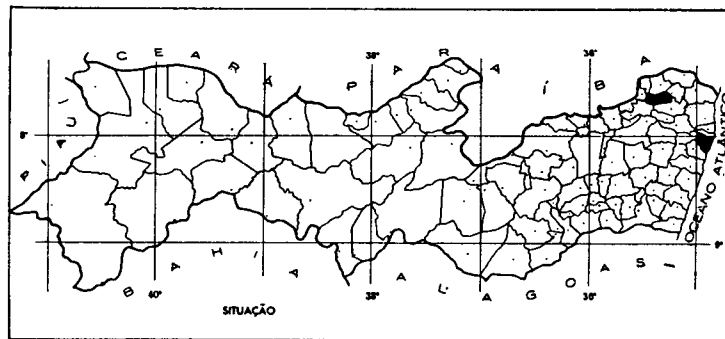
Em 1856 o padre João Crisóstomo iniciou a construção de uma capela que só ficou pronta em 1859, sob a orientação do capuchinho frei Caetano de Messina. Constituída sede de freguesia em 1882, teve como primeiro vigário o italiano padre João Donato Barroco. Em 30 de maio de 1891, foi Vicência elevada à categoria de vila e constituída sede de município em 1894, sendo entretanto, por Ato do então Governador do Estado, Alexandre Barbosa Lima, suprimido, voltando para o domínio de Nazaré. Nesse primeiro período de independência, chefiaram Vicência, administrativamente, o Prefeito, João Barbosa de

Rua e Praça Vigário Rego.

Matriz de N. S.ª Santana.

Melo; o Subprefeito, José Francisco de Andrade Lima, e o Conselho Municipal, integrado pelos seguintes membros: major Manuel Estelita de Oliveira Melo, Filomeno Noberto Gomes de Moura, professor Américo Pereira Brandão, Francisco Camilo de Farias e Ludovico de Ataíde Cavalcanti. Atendendo aos insistentes apelos do povo local, foi novamente constituído o município, com o sancionamento da Lei estadual n.º 1 894, de 11 de setembro de 1928, sendo seu primeiro Prefeito o comerciante Júlio de Andrade Lima, que governou de 1.º de janeiro de 1929 até a Revolução de Trinta (3 de outubro de 1930).

O município, desde sua última organização, compõe-se de dois (2) distritos — Vicência e Angélicas, sendo que êste foi modificado, passando sua sede para o lugar denominado Sapé, em vista do desenvolvimento dêste, e do estacionamento e mesmo decadência de Angélicas. A sede do distrito passou para Sapé pelo Ato n.º 19, de 2 de abril de 1932, determinação do então Prefeito, Dr. Benjamin Oliveira da Costa Azevedo. Segundo o quadro de divisão administrativa referente a 1933 publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", o município de Vicência está formado pelos distritos de Vicência e Sapé, assim figurando nos de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei n.º 92, de 31 de março de 1938. Tal situação mantém-se na divisão territorial estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o distrito de Sapé denominou-se Murupé, pelo que passaram a constituir o município os distritos de Vicência e Murupé. De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e com o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 92, de 31 de março de 1938, o município de Vicência figura como têrmo da comarca de Nazaré, mantendo-o nessa situação a divisão fixada para o qüinqüênio 1939-1943 pelo Decreto-lei estadual n.º 235, de 9 de dezembro de 1938. O têrmo de Vicência foi transferido da comarca de Nazaré da Mata (ex-Nazaré) para a de Aliança, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 952, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1944-1948. Por Lei estadual e segundo as determinações do novo regime judiciário, todo o município passou a ser sede de comarca e Vicência foi contemplada com a Lei n.º 209, de 9 de julho do ano de 1948, ocorrendo sua instalação a 25 de setembro do mesmo ano. Foi seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Antônio Viana de Siqueira, e Promotor Público o coronel Cláudio da Cunha Cavalcanti. Por fôrça da Lei estadual n.º 1 819, de .... 30-XII-1957, perdura a mesma situação.

LOCALIZAÇÃO — O município de Vicência está localizado na Zona Litoral-Mata, a uma altitude de 90 m. A sua sede dista da capital do Estado 67 km, em linha reta, no rumo N.O., e tem as seguintes coordenadas geográficas: 7° 40' 30" de latitude Sul e 35° 18' 30" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Tipo de clima: As' — Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — Corresponde a 123 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 25 950 habitantes, sendo 12 933 homens e 13 017 mulheres. A densidade demográfica correspondia a 210,9 habitantes por quilômetro quadrado. Residem no quadro urbano 4,7% da população.

Município — Estimativa do D.E.E., para .... 1.º-VII-1957 — 29 942 pessoas.

Aglomerações urbanas — Cidade de Vicência, com 1 952 habitantes, e a vila de Murupé, com 506.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas presentes de 10 anos e mais, 43,8% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura": as demais na indústria, no comércio, na prestação de serviços etc. A economia municipal repousa na agricultura e no comércio. Cana-de-açúcar, café, mandioca e banana são as principais culturas

Vista parcial da cidade.

agrícolas. Há 71 estabelecimentos industriais, ocupando 820 pessoas.

Volume e valor da produção dos principais produtos agrícolas, em 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (Cr$)
Banana	Cacho	555 200	4 719 200,00
Café	Quilo	508 500	10 170 000,00
Cana de açúcar	Tonelada	240 000	51 600 000,00
Mandioca	»	29 040	22 676 000,00

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna está ligada à Capital do Estado e mais aos seguintes municípios: Bom Jardim (59 km), Macaparana (63 km), Timbaúba (38 quilômetros), Aliança (21 km), Nazaré da Mata (24 km) e São Vicente Férrer (50 km). É servida por linha de ônibus intermunicipal. Acha-se a 92 km, por via rodoviária, da capital estadual.

COMÉRCIO E BANCOS — É bem regular o movimento comercial, com 3 estabelecimentos do comércio atacadista e 26 do varejista. Não há agências bancárias.

ASPECTOS URBANOS — A pavimentação da cidade a paralelepípedos abrange uma área aproximada de 20%. Cinco ruas são beneficiadas por êsse tipo de revestimento. Dos 692 prédios existentes (1954) nos quadros urbano e suburbano, 252 estavam ligados à rede de iluminação elétrica domiciliária e 68 eram abastecidos por água canalizada. Conta a cidade de Vicência com 2 modestos hotéis, cuja diária varia entre Cr$ 80,00 e Cr$ 100,00; com 1 cinema de propriedade da Usina Barra, sendo suas projeções feitas ao ar livre para o público em geral, e uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. É justo salientar a existência de energia elétrica na vila de Murupé, assim como Agência do mesmo Departamento. Na sede municipal estão instalados 13 aparelhos telefônicos, não havendo, entretanto, emprêsa sediada no Município. Em 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 8 automóveis e 18 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto Estadual de Higiene, 1 Pôsto de Puericultura e o Albergue Nossa Senhora de Fátima, êste particular, suprem a falta de hospitais no município, assistindo-o nesse mister, com a colaboração de uma farmácia, 1 médico, 2 farmacêuticos e outros auxiliares de saúde.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, de 5 anos e mais, 13,2% sabem ler e escrever, segundo o Censo de 1950. A percentagem correspondente para o Estado é de 27,5%.

Ensino — Em 1956 havia 41 unidades do ensino primário fundamental comum, com 1 030 alunos matriculados, e 5 do ensino supletivo.

Pôsto de Puericultura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 3 bibliotecas, sendo as mais importantes, pelo número de volumes e valor das obras, a Biblioteca Manuel Estelita e a Biblioteca São José, com 1 400 e 1 200 volumes respectivamente.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	1 035	626	293	652
1951	...	1 400	750	350	821
1952	...	2 389	1 017	560	1 129
1953	...	2 134	1 497	605	1 472
1954	...	2 703	1 312	660	1 338
1955	...	3 073	1 559	813	1 547
1956	...	...	1 400	664	1 400

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O solo do município é muito irregular, principalmente ao Norte, onde se encontra a cordilheira das Mascarenhas. Existe em Vicência a queda d'água do riacho Coitadinho, situada na Fazenda Liberdade, distrito de Murupé.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Dos filhos a quem o município mais deve pelos serviços prestados à terra natal, citam-se os nomes de Joaquim Alves de Oliveira Góis, Manuel Estelita de Oliveira Melo e o professor Américo Brandão.

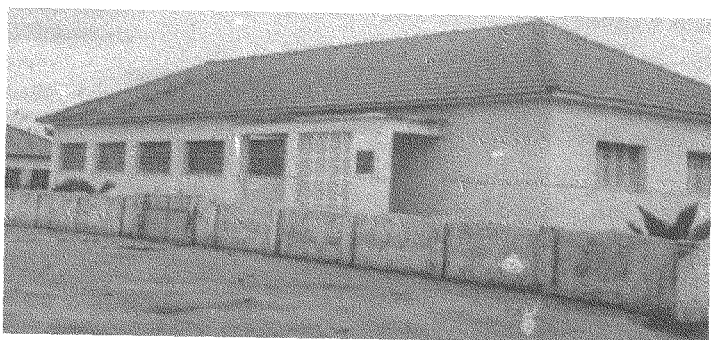
O município de Vicência é cortado por estradas de ferro pertencentes à Usina Barra, que se destinam ao transporte da cana-de-açúcar para aquêle estabelecimento. Um advogado e um agrônomo exercem as suas atividades profissionais em Vicência.

Em 1956, estavam inscritos 4 257 eleitores, sendo 9 os vereadores em exercício. O atual Prefeito é o Doutor Francisco de Assis Ramos Pedrosa.

(Autor do histórico — Manuel Machado de Souza — Agente de Estatística; Redação final — Gustavo Costa; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

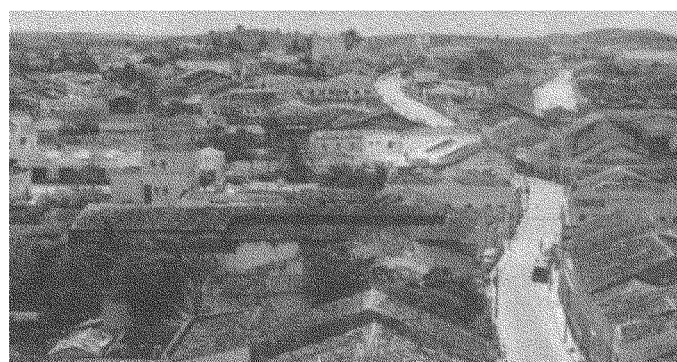
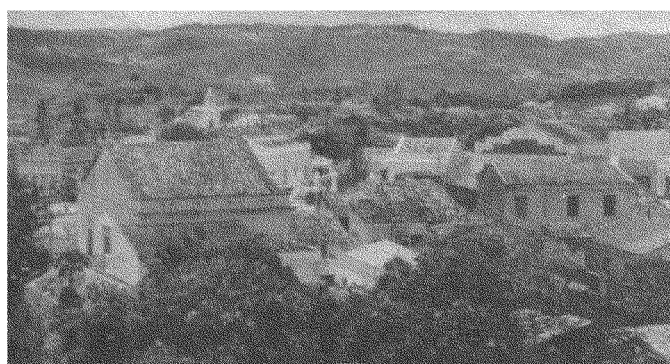
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO — PE

Mapa Municipal na pág. 196 do 4.º Vol.

HISTÓRICO — Data de 1626 o início do povoamento do local, quando o português Diogo Braga, natural da ilha de Santo Antão do Cabo Verde, estabeleceu-se com a família no local onde hoje está a cidade de Vitória de Santo Antão. Dedicando-se sobretudo à criação de gado, tornou-se a região um conjunto de fazendas criadoras. Diogo Braga, não só por ser Santo Antão o padroeiro de sua terra natal como pelo fato de ser o mesmo santo considerado patrono contra o furto do gado, fêz erigir sob a sua

Praça Duque de Caxias.

invocação uma pequena capela. Em 1645, quando, a légua e meia a leste do lugar, travou-se a célebre batalha das Tabocas, já o núcleo populacional era bastante desenvolvido. Inicialmente conhecido como cidade de Braga, com a morte do fundador passou a chamar-se Santo Antão da Mata, denominação que derivou não do santo invocado, mas da proximidade da mata de São João. Em 1712, o desenvolvimento local fêz com que o diocesano D. Manuel Álvares da Costa atendesse ao pedido dos moradores, criando ali uma freguesia. Por provisão do mesmo ano foi elevada à categoria de paróquia com a mesma invocação de Santo Antão. A pedido do então Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foi elevada à categoria de vila por Alvará de 27 de julho do ano de 1811, sendo instalada a 28 e 29 de maio de 1812. Foi criada comarca pela Resolução de 20 de maio de 1833, do Conselho do Govêrno da Província, em observância ao art. 3.º do Código do Processo Criminal, e instalada em 1834, pelo Dr. José Telles de Menezes. A Lei provincial n.º 113, de

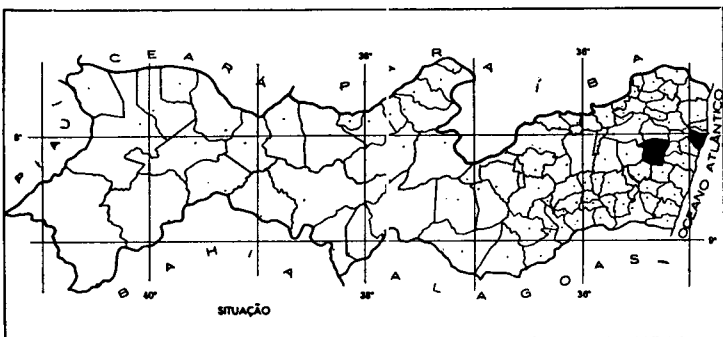
Vista parcial da cidade.

6 de maio de 1843, elevou a vila de Santo Antão à categoria de cidade, tedo seu nome sido mudado para cidade de Vitória, em homenagem à vitória dos pernambucanos

Vista parcial da cidade, vendo-se a Rua Ruy Barbosa.

sôbre os holandeses na batalha do monte das Tabocas. No regime republicano, por fôrça da Lei orgânica n.º 52, de 3 de agôsto de 1892, constituiu-se município autônomo. De acôrdo com a nova divisão territorial do Estado, fixada para o qüinqüênio 1954-1958, Vitória de Santo Antão compõe-se de três distritos: o da sede e os de Pirituba e Pombos.

Na história pátria, o município de Vitória de Santo Antão lembra o feito heróico de 3 de agôsto de 1645, no monte das Tabocas, à margem do Rio Tapacurá, entre os de nome Bataria, Cariri e Conceição. Em 27 de junho de 1880, por motivo de lutas partidárias e em vésperas de eleições municipais, foi a cidade teatro de grande hecatombe, resultando grande número de feridos e mortos, en-

Ginásio Municipal 3 de Agôsto.

tre os quais o barão de Escada, Pedro Francisco d'Albuquerque e Sá e outros.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica do Litoral e Mata, distando em linha reta, da capital do Estado 46 km. Suas coordenadas geográficas são: latitude Sul 8° 07' 13",5 e longitude W.Gr. — 35° 17' 58",4.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Encontra-se na zona de transição climática dos tipos Ams' e As', com ligeira predominância do segundo. Quente e úmido com chuvas de inverno e máximas no verão. (Obs.: Veja-se explicação em Afogados da Ingàzeira).

ÁREA — A área territorial do município totaliza 603 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, era de 85 946 habitantes, sendo 15 720 na sede, 528 na vila de Pirituba e 1 158 na de Pombos. Quadro rural com 58 540 habitantes.

Município — Estimativa do D.E.E., para ...... 1.°-VII-1957: 87 629 pessoas.

Aglomerações urbanas — Vitória de Santo Antão conta com 3 centros urbanos: a sede, com 9 089 habitantes, e as vilas de Pirituba, com 240 e Pombos, com 855 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, ocupando 38,4% das pessoas presentes, de 10 anos e mais idade (Censo de 1950) é a atividade econômica preponderante, destacando-se o cultivo da cana-de-açúcar. A mandioca, o feijão e o algodão são as que se seguem em importância. A tabela a seguir apresente as principais produções agrícolas, por ordem decrescente de valor, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção para o ano de 1955:

PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Cana-de-açúcar	Tonelada	160 000	28 800 000
Mandioca	»	42 160	21 080 000
Batata doce	»	2 500	4 500 000
Banana	Cacho	55 000	2 200 000
Feijão	Saco 60 kg	2 000	900 000
Milho	» » »	5 000	900 000
Abacate	Cento	4 000	600 000
Fava	Saco 60 kg	1 600	560 000
Algodão	Quilo	90 000	540 000
Laranja	Cento	12 500	500 000
Côco-da-baía	Cento	1 410	380 700
Mamona	Quilo	65 000	260 000

Monumento "Anjo da Vitória" sito na Praça 3 de Agôsto.

Escola Normal N. S.ª das Graças.

Na indústria os resultados apresentados em 1955, pelo Departamento Estadual de Estatística, foram os seguintes:

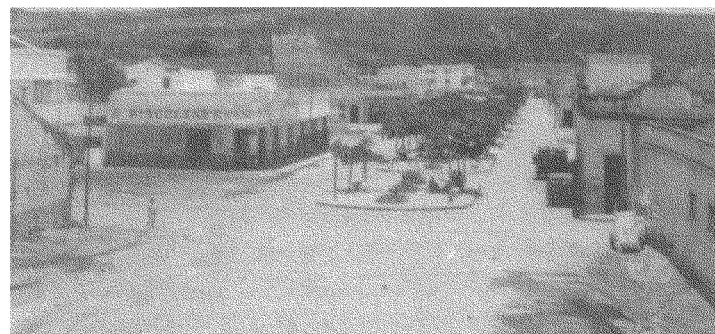
PRODUTO	UNIDADE	VOLUME	VALOR (em cruzeiros)
Açúcar	Saco 60 kg	140 818	28 675 200
Aguardente de cana	Litro	2 476 422	18 170 932
Pães e prod. de padaria	Quilo	832 460	11 308 740
Benef. de algodão	»	304 400	3 004 400
Telhas em geral	Milheiro	1 190	2 840 400
Álcool	Litro	738 080	1 664 884
Tijolos em geral	Milheiro	1 155	1 648 500
Ladrilhos hidráulicos	m2	18 571	1 300 000
Móveis	Unidade	101	892 158
Sabão	Quilo	32 160	512 190

Igreja Matriz de Santo Antão.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal é ligada às seguintes cidades: Limoeiro, 52 km por via rodoviária; Glória do Goitá, 19 km através de rodovia; São Lourenço da Mata, 69 km por meio de rodovia; Moreno, 28 km por via rodoviária ou pela Rêde Ferroviária do Nordeste, 24 km; Cabo, 84 km através de rodovia ou 81 km por ferrovia (R.F.N.); Gravatá, 39 km por estrada de ferro (R.F.N.) ou 37 km de rodovia, e Amaraji, 69 km por via rodoviária ou 41 km de percurso a cavalo. Comunica-se com a capital do Estado, por via rodoviária, 56 quilômetros, e pela Rêde Ferroviária do Nordeste, 51 km. Com a capital Federal a ligação é feita via Recife.

Praça da Restauração.

Matriz de N. S.ª do Livramento.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 3 estabelecimentos bancários: duas matrizes e uma agência, bem como uma cooperativa de crédito. O intercâmbio comercial é feito com as praças do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, e o comércio local importa tecidos, calçados, artigos farmacêuticos, máquinas, etc.

Avenida 15 de Novembro.

ASPECTOS URBANOS — Vitória de Santo Antão dispõe de todos os melhoramentos urbanos como água, luz, calçamento de ruas e telefone. Possui 101 logradouros públicos, dos quais 36 pavimentados a paralelepípedos e 10 arborizados e ajardinados simultâneamente. O serviço telegráfico é feito pelo Telégrafo Nacional (D.C.T.) e pela Rêde Ferroviária do Nordeste. Os aparelhos telefônicos instalados ascendem a 200, sendo 3 016 as ligações elétricas na sede. São servidas por água canalizada 1 711 residências. Treze hotéis e 10 pensões hospedam os visitantes, sendo a diária comum em hotel de nível médio de Cr$ 100,00. Funcionam na sede 2 cinemas. A produção de energia elétrica é de 132 000 kW anualmente. Na Coletoria Estadual estão registrados 112 automóveis e 96 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na sede municipal uma maternidade mantida pelos poderes públicos e uma casa de saúde (Casa de Saúde São José) mantida por particulares.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais idade, segundo o Censo de 1950, eram alfabetizados 37 848 homens e 38 098 mulheres.

Ensino — Existem no município 3 unidades do ensino pré-primário, 173 do ensino primário fundamental comum, com 7 806 alunos matriculados, 27 do ensino supletivo, 3 do ensino complementar, duas do ensino secundário, uma do agrícola, uma do industrial, uma do comercial e uma do ensino pedagógico.

Templo Protestante.

Pôsto de Puericultura e Maternidade.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Encontra-se nos limites municipais o monte das Tabocas, de significação histórica, por ter sido palco de refregas pela restauração pernambucana.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Vitória de Santo Antão possui duas bibliotecas: a do Instituto Histórico e a da Agência Municipal de Estatística, denominada Dr. Bulhões de Carvalho, a primeira com 1 500 volumes e a segunda com 1 000. No município circulam 3 periódicos — "O Lidador", "Vitoriense" e "O Progresso". Estão em funcionamento 3 tipografias e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 821	...	3 623	2 519	3 449
1951.......	3 502	...	4 622	3 329	3 647
1952.......	3 554	10 122	5 359	3 878	6 723
1953.......	3 174	11 565	6 476	4 502	5 183
1954.......	4 119	13 442	6 940	5 121	7 924
1955.......	5 535	17 891	7 620	5 474	7 786
1956.......	...	...	7 300	4 907	...

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Destacam-se a festa do padroeiro da cidade — Santo Antão — e as de Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora dos Impossíveis, com grande movimentação popular. O Natal, Ano Novo, São João e carnaval também são festas populares de grande interêsse, épocas em que aparecem o cavalo-marinho, mamulengos, cantadores pastoris e também as cavalhadas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os vitorienses são assistidos por 6 médicos, 5 advogados, 5 dentistas, 4 farmacêuticos, 1 engenheiro e 1 agrônomo. Em eleições populares são eleitos 11 vereadores e o prefeito, sendo o atual chefe do Executivo o Senhor José Joaquim da Silva.

(Redação final — Jenílio Gueiros; Fonte dos dados — Agência Municipal de Estatística e Departamento Estadual de Estatística.)

Índice Geral

21 — 24 934

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Nilson Vicente, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrísio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yara Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz; Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE DÉCIMO OITAVO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 1 DE JULHO DE 1958, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL.